

textos

3.º volume
(1974-1975)



francisco sá carneiro

TEXTOS

3.º VOLUME

(1974-1975)

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

TEXTOS

3.º VOLUME

(1974-1975)



Todos os direitos de publicação em Portugal
reservados por: © Instituto Sá Carneiro

ALÊTHEIA EDITORES
Escritório na Rua do Século, n.º 13
1200-433 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26
E-mail: aletheia@aletheia.pt
www.aletheia.pt

Impressão e acabamento:
Várzea da Rainha Impressores, Óbidos
www.vri.com

ISBN: 978-989-622-320-5
Depósito Legal: 314494/10

Outubro de 2010

PREFÁCIO

O III Volume de Textos de Francisco Sá Carneiro abarca o período de fim de abril de 1974 até às vésperas do 25 de novembro de 1975.

Durante esses 19 meses, viveu-se, em Portugal, a fase mais aguda do chamado PREC, o processo revolucionário em curso, que culminou com uma quase confrontação armada que poderia ter conduzido a uma guerra civil.

Para quem se interesse pela História recente do nosso país, os Textos que integram este III Volume são uma excelente fonte sobre o que foi acontecendo e um *case study* daquilo a que alguns historiadores chamam aceleração histórica, referindo-se a épocas em que os acontecimentos se desencadeiam com grande rapidez, como que puxando uns pelos outros e produzindo profundas e por vezes irreparáveis alterações sociais, económicas e culturais.

A subida do PCP e as posições de Álvaro Cunhal, as alianças entre comunistas e setores das Forças Armadas, a sucessão de Governos Provisórios e o modo como caíram, a unicidade sindical, as nacionalizações, o gonçalvismo, as contradições do PS, a importância de Mário Soares e de Pires Veloso, as cedências dos partidos democráticos, a degeneração do Movimento das Forças Armadas, o papel da Igreja, a sombra tutelar da URSS e o interesse desta em que a descolonização se processasse num sentido favorável aos seus objetivos, os SUV, a FUR, a extrema-esquerda, Spínola,

Costa Gomes, Otelo, Melo Antunes, Rosa Coutinho, Fabião – a toda esta vertiginosa sucessão de acontecimentos e de protagonistas podemos assistir de um lugar privilegiado, porque conduzidos pelas entrevistas, artigos, comunicados, cartas, mensagens de Sá Carneiro.

Para além do relato histórico, na versão de um dos grandes políticos portugueses do século xx, a leitura deste III Volume fornece-nos também informação útil sobre o percurso individual de Francisco Sá Carneiro durante os mesmos 19 meses.

Muita gente ignora que o então militante n.º 1 do PPD estava doente, gravemente doente, numa fase crucial do dito PREC: de fevereiro a outubro de 1975.

A sua substituição como secretário-geral do Partido só se concretiza em maio, mas já antes disso se encontrava enfermo e de tal modo que praticamente não participou na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte. Aliás, insistira, por mais de uma vez, em ser substituído.

Sá Carneiro mantém-se, no entanto, atento ao que sucede no país, nas ex-colónias e no PPD. Visita a sede do partido em maio, na véspera de ser substituído, na liderança, por Emídio Guerreiro. Dá entrevistas de fundo em agosto (*Jornal Novo*) e setembro (*Tempo*). Discorda de posições assumidas pela Comissão Política do PPD, nomeadamente, quanto à assinatura da Plataforma Constitucional e ao apoio ao Plano de Ação Política.

Quando volta, no fim de setembro de 1975, apesar de ainda convalescente e aconselhado pelos médicos a repousar, volta a todo o gás. Há uma subida de tom, dentro e fora do Partido, à medida que o ambiente aquece, a caminho do 25 de novembro. O discurso proferido em Faro, num comício em que as luzes e o som foram apagados por ação sabotadora de terceiros, é um magnífico exemplo de virulência, coragem e desassombro.

As mesmas qualidades ressaltam, aliás, de outras intervenções em outubro e novembro, em reação aos incidentes no Porto e em apoio, no Porto e em Lisboa, ao VI Governo Constitucional, presidido por Pinheiro de Azevedo e violentamente atacado por um conjunto de forças civis e militares sob a égide do PCP.

A coragem física e a independência de opinião são, de resto, algo que atravessa, não apenas este volume, mas toda a vida de Francisco Sá Carneiro.

Em todas as ocasiões, sustenta que o PPD é um partido de centro-esquerda.

Essa maneira de estar e de ser consolidou uma coerência ideológica que, nos tempos que vão correndo, 36 anos depois, é muito oportuno salientar.

Antes do mais, a rejeição clara do neocapitalismo e do neoliberalismo e a demonstração de que, para se viver em democracia, não basta praticar a democracia política.

Escolhi o texto seguinte do discurso de encerramento do I Congresso do PPD, mas o tema da democracia económica, social e cultural, como parte integrante de um conceito global de democracia, é abordado frequentemente por Francisco Sá Carneiro, sempre com o mesmo rigor:

O Programa que aprovámos mostra bem que o nosso caminho tem de consistir na construção de uma democracia real. Não basta apenas rejeitar, ainda que claramente, as vias oferecidas pelo neocapitalismo e pelo neoliberalismo, por incapazes de resolverem as contradições da sociedade portuguesa e de evitarem a inflação, o desemprego, a insegurança e a alienação nas sociedades que constroem. Não bastam reformas de repartição ou redistribuição de riqueza, sobretudo pela utilização da carga fiscal. Há que introduzir profundas reformas estruturais, que alterem mecanismos do poder e substituam à procura do lucro outras motivações que dinamizem a vida económica e social. Propomo-nos, assim, construir não uma simples democracia formal, burguesa, mas sim, uma autêntica democracia política, económica, social e cultural.

A democracia política implica o reconhecimento da soberania popular na definição dos órgãos do poder político, na escolha dos seus titulares e na sua fiscalização e responsabilização; exige a garantia intransigente das liberdades individuais, o pluralismo efetivo a todos os níveis e o respeito pelos direitos das minorias; não existe se não houver alternância democrática dos partidos no poder, mediante eleições livres, com sufrágio universal, direto e secreto. A democracia económica postula a intervenção de todos na determinação dos modos e dos objetivos de produção, o predomínio do interesse público sobre os interesses particulares, a intervenção do Estado na vida económica e a propriedade coletiva de determinados

setores produtivos; pressupõe ainda a intervenção dos trabalhadores na gestão das unidades de produção.

A democracia social impõe que sejam assegurados efetivamente os direitos fundamentais de todos à saúde, à habitação, ao bem-estar e à segurança social; exige a abolição das distinções entre classes sociais diversas e a redistribuição dos rendimentos, pela utilização de uma fiscalidade justa e progressiva.

Finalmente a democracia cultural consiste em garantir a todos a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à cultura e no favorecimento da expressividade cultural de cada um.

Sá Carneiro refere repetidas vezes o “socialismo democrático” e o “socialismo em liberdade” como objetivo da social-democracia:

O socialismo democrático que propomos é um desafio constante à participação ativa de todo o Povo e não apenas à dedicação dos nossos militantes.

É isso a social-democracia: realização de socialismo em liberdade segundo a cadência de reformas, determinada pelo voto popular, para construção de uma sociedade liberta da exploração e da lei do lucro.

É essa a única experiência histórica de socialismo em liberdade.

(Discurso no Comício no Porto, 29-11-74)

Quase um ano depois, a 6 de novembro de 1975, escreve no *Povo Livre*: “Por outro lado vai-se-nos fazendo justiça no reconhecer que somos um partido de esquerda empenhados na construção do socialismo democrático que Portugal merece e quer.” E, uns dias mais tarde (18-11-75), numa entrevista ao *Diário Popular*, esclarece e acentua a importância dos trabalhadores no processo político:

– Nós não pretendemos reproduzir aqui, modelos sociais e económicos alheios. Mas é evidente que nos identificamos com a social-democracia

como sistema político coincidente com o socialismo democrático. Não há uma forma de sociedade social-democrata. Há várias experiências de socialismo democrático que se traduzem em formas diversas de organização de sociedades. A social-democracia sueca não é igual à alemã e nenhuma delas é igual à austríaca, só para citar três casos (...).

– É certo que essas sociedades não avançaram ainda, totalmente, a caminho do socialismo. Mas também é certo que, em boa parte, se o não fizeram é porque os trabalhadores não querem. Nos regimes sociais-democratas – acrescentou – os trabalhadores têm melhor situação, mais poder e maior participação do que nos regimes ditos socialistas dos países do Leste. A condução do processo e a evolução para o socialismo depende, nas sociais-democracias, do voto do povo e nele têm peso preponderante as classes trabalhadoras. Depende, além disso, dos meios de atuação das classes trabalhadoras que nas sociais-democracias são muito fortes. É isso que temos de ter em consideração e é isso que está muito esquecido. Vai-se compreendendo, felizmente, hoje melhor do que há dois meses, o que é a social-democracia e, portanto, o que é a posição do Partido Popular Democrático.

A separação de águas com o PS é outro aspeto interessante:

A par disto crescem os ataques à social-democracia, ao nosso partido e aos seus dirigentes, especialmente por parte dos deputados e dirigentes do PS e de setores que lhe são afetos ou que estão ligados a certos conselheiros da revolução, nomeadamente através de um movimento de intelectuais que ataca também frontalmente Pinheiro de Azevedo na presença silenciosa, e por certo sempre consciente, de, pelo menos, um conselheiro.

Nos seus ataques, o PS e seus dirigentes são versáteis. Começaram por nos chamar liberais. Reconheceram depois que éramos sociais-democratas, mas eles não. Dizem agora que afinal não há sociais-democratas em Portugal, querendo empurrar-nos outra vez para os liberais.

É pena que os dirigentes e deputados do PS não vejam que muito do que dizem de nós se aplica afinal com propriedade ao seu partido, apresentado em tintas análogas àquelas com que nos querem descrever no insuspeito *Le Monde Diplomatique*.

Nas eleições de 25 de abril o voto tático da camada conservadora não foi senão dado ao Partido Socialista, que mercê dele engrossou a sua percentagem, tornando-a maioritária.

Mas em termos de apoio popular não pode esquecer-se, e isso tem sido intencionalmente esquecido, que o PPD venceu em 13 dos 23 círculos eleitorais, conservando essa maioria absoluta mesmo em relação ao total de 25 círculos, que incluem Moçambique e Macau.

Além desta maioritária base eleitoral de apoio ao nosso partido, único partido social-democrata português, conta, através dos seus militantes, com um apoio dos trabalhadores portugueses pelo menos não inferior ao do PS. Os vastos recursos financeiros deste, bem como certas alianças, podem dar impressão contrária, já que aqueles permitem organizar vastas reuniões de grupos sócio-profissionais e dispor de órgãos de Imprensa, possibilitando as segundas algumas vitórias sindicais, pelo menos momentâneas.

(*Povo Livre*, 6-11-75)

O PS, no entanto, tem prioridade no caso de ser necessário recorrer a uma coligação para formar um Governo maioritário: “Para mim, a solução conveniente para Portugal seria, na hipótese de uma coligação, que ela fosse PPD-PS” (Entrevista ao *Jornal Novo*, 14-11-75).

Já quanto ao CDS, o afastamento ideológico é nítido:

A social-democracia só se entende por ser um socialismo democrático em marcha. Se isso fosse dar mais possibilidades ao CDS é porque há um leque de posições em Portugal que a social-democracia não cobre; mas não me parece, porque suponho que a linha social-democrata corresponde aos grandes anseios do povo português e à situação concreta em que ele

se encontra. E não vejo como uma via neocapitalista ou neoliberal possa dar solução às graves contradições e desigualdades com que se debate a sociedade portuguesa.

(Entrevista ao *Século Ilustrado*, 30-11-74)

O PCP é, sem dúvida, o adversário principal. Os dois trechos seguintes atestam a frontalidade de Sá Carneiro, numa altura em que os comunistas estavam na mó de cima, e abordam também a questão fundamental da descolonização:

“Ontem, creio que foi em Moscavide, Álvaro Cunhal foi ao ponto de dizer que o PCP tem de trazer o PS para a democracia.

De nós, diz, é claro, que nos considera irrecuperáveis. E ainda bem. Porque numa coisa eu estou de acordo com o secretário-geral do PCP: é quando ele afirma que entre nós e ele não há entendimento possível. Isso é verdade. Só que fomos nós os primeiros a dizê-lo. Porque, efetivamente, não pode haver acordo possível, não pode haver plataforma possível entre um partido democrático, como nós somos, e um partido antidemocrático, como é o PCP. Mas o secretário do PCP atinge quem tinha pelo menos o direito de ser respeitado, porque foi miseravelmente escorraçado da sua terra. Atinge os refugiados angolanos. E quando nós sabemos que há aí marginais estrangeiros, que nada têm de refugiados políticos, que são agitadores profissionais e que receberam, se é que não estão ainda a receber, subsídios mensais do Governo, que estão instalados melhor do que os refugiados angolanos, Álvaro Cunhal diz só isto dos refugiados angolanos: “que eles venham para cá” – disse ele ontem, em Moscavide – “não para criarem complicações ao nosso povo, não para serem a base da contrarrevolução”. E agora oiçam isto: “Instalados em hotéis de luxo, com altos vencimentos, tendo no fim de contas muito mais que os trabalhadores portugueses, e voltando-se ainda por cima contra eles e contra a revolução portuguesa.”

O que é que o povo português pode esperar dum partido, cujo secretário-geral diz isto dos refugiados angolanos? E digo refugiados, porque na verdade o são e não retornados, porque não vieram por sua vontade. [...]

O PCP, na pessoa do seu secretário-geral, faltou gravemente, indesculpavelmente, a esse dever mínimo de respeito pelas pessoas humanas. Porque na realidade o que interessa ao PC a pessoa humana, a sua liberdade, a sua felicidade? Não interessa nada. Interessa-lhe apenas a conquista do poder, por qualquer meio. Interessa-lhe apenas o reforço do imperialismo soviético, e é por isso que nós estamos nesta condição, e é por isso que o país está à beira do caos, da ruína e da própria perda da independência. Porque, meus amigos, nós estamos a viver neste momento a última fase desse plano de conquista do poder. Obtido o controlo das autarquias locais, obtido o controlo dos órgãos de informação, obtido o controlo do aparelho de Estado e dos seus quadros administrativos, o PCP, especialmente depois do 11 de março, conseguiu o controlo da própria economia nacional.

O 11 de março não aconteceu por acaso. Perguntemo-nos: quem lucrou com o 11 de março, senão o PC?

Agora, vivemos a fase da subversão militar, última para que se entre na subversão generalizada. E sabem porquê? Porque o PCP depois de ter conquistado quase tudo o que era civil, tem de dominar o aparelho militar. E tem de o dominar, fundamentalmente, para conservar as suas conquistas civis e para conseguir um dos principais objetivos deste seu plano de conquista do poder, que é, obtido o controlo parcial de Moçambique, obtido o controlo da Guiné e de Cabo Verde, ir fazer com que Angola seja entregue ao MPLA.”

(Discurso no Comício do Campo Pequeno, 12-10-75).

Poderá dizer-se que, ainda em vida de Francisco Sá Carneiro, o país evoluiu, desde os meses acelerados e tormentosos do PREC, que o pêndulo

se recentrou, depois de uma guinada à esquerda, que a necessidade de encontrar soluções estáveis obrigou a coligações e concessões.

Poderá acrescentar-se que, decorridos 30 anos sobre a morte trágica de Francisco Sá Carneiro, a 4 de dezembro de 1980, o mundo mudou radicalmente, desde a queda do muro de Berlim à ascensão da China, desde a globalização económica à revolução imposta nas comunicações pela televisão, pelo telefone e pela internet, desde o crescimento, em poder e em número de Estados membros, da União Europeia à crescente divergência de Portugal relativamente aos seus 26 parceiros na mesma União, tanto em matéria de indicadores económicos, como noutras áreas – as desigualdades sociais, a educação ou o funcionamento da justiça, por exemplo.

Poderá mesmo sustentar-se que a minha seleção de temas e citações para a escrita deste prefácio é demasiado subjetiva e visa fundamentar a minha conceção da social-democracia e do papel a desempenhar pelo PSD na segunda década do século XXI.

Tudo ou parte disto será eventualmente verdade. Mas não é menos verdade que, perante a situação em que Portugal se encontra, a resposta, pela afirmativa, dos sociais-democratas é a única possível às interrogações formuladas por Sá Carneiro, em novembro de 1974, no discurso de encerramento do 1.º Congresso do PSD:

Num momento em que são limitados os recursos, será possível utilizá-los de modo a garantir o livre e completo desenvolvimento da personalidade de cada um, não pelo exercício da coação mas pela solidariedade e pelo consenso de todos, malgrado as inegáveis lutas de interesses entre grupos e classes diversas?

Numa época em que, em certas sociedades, o poder é pertença de minorias compostas pelos detentores do grande capital e por membros da tecnostrutura; em que, noutras sociedades, dele se apropriou uma classe burocrática que domina não só todo o aparelho de Estado como todas as estruturas económicas e sociais – ou se quer apropriar uma elite de intelectuais autoiluminados que pretendem pôr em prática os seus dogmas e as soluções mais ou menos originais que conceberam – pergunto-me: poderão as sociais-democracias retirar o exclusivo do poder às minorias

oligárquicas, promovendo a sua efetiva transferência a nível político, económico ou social, para toda a população, desde os órgãos de Estado às unidades de produção?

Pense-se no que foi acontecendo em Portugal e conceda-se que o enunciado das perguntas, retoricamente colocadas por Francisco Sá Carneiro, descreve, com premonitória acuidade, a situação em que nos encontraríamos 36 anos depois.

Francisco Pinto Balsemão

Francisco Sá Carneiro – “Textos”

Terceiro Volume - 1974 -1975

1. I PARTE - DO 25 DE ABRIL AO 11 DE MARÇO	2
1.1. I CAPÍTULO	2
1.1.1. Entrevista à "RTP" - 27/4/74.....	2
1.1.2. Entrevista ao "Jornal de Notícias" - 3/5/74.....	3
1.1.3. Linhas para um Programa apresentadas em Conferência de Imprensa - 6/5/74.....	7
1.1.4. Entrevista concedida a "O Século" e publicada em 6/6/74.....	10
1.1.5. Entrevista ao "Jornal do Brasil" 10/6/74	16
1.1.6. Entrevista ao "Diário de Notícias" - 13/6/74.....	20
1.1.7. Entrevista ao "Diário Popular" - 8/7/74	29
1.1.8. Entrevista ao "Expresso" - 20/7/74.....	39
1.1.9. Entrevista ao "Comércio do Porto" - 22/7/74.....	44
1.1.10. Depoimento publicado no Diário de Notícias - 25/7/74.....	51
1.1.11. Entrevista ao "Povo Livre" - 13/8/74	53
1.1.12. Declarações ao "Povo Livre" - 24/9/74	59
1.1.13. Discurso no primeiro Comício do P.P.D. em Lisboa - 25/10/74.....	63
1.1.14. Entrevista ao "Jornal de Notícias" - 26 e 27/10/74	67
1.1.15. Conferência de Imprensa - 30/10/74.....	79
1.1.16. Entrevista ao "Expresso" - 1/11/74	89
1.1.17. Entrevista ao jornal "O Globo" - 3/11/74	96
1.1.18. Entrevista à "Vida Mundial" - 14/11/74.....	99
1.1.19. Conferência de Imprensa - 20/11/74.....	106
1.1.20. Discurso na abertura do I Congresso Nacional do P.P.D. - 23/11/74	107
1.1.21. Discurso no encerramento do I Congresso Nacional do P.P.D. - 24/11/74	110
1.1.22. Discurso no Comício do Porto - 29/11/74	117
1.1.23. Entrevista a "O Século Ilustrado" - 30/11/74.....	122
1.1.24. Discurso no Comício de Viseu - 21/12/74.....	127
1.1.25. Entrevista a "A Capital" - 21/1/75.....	133
1.1.26. Conferência de Imprensa - 21/1/75	143
1.1.27. Discurso no Comício de Aveiro - 1/2/75	150
1.1.28. Mensagem do Dr. Francisco Sá Carneiro - 21/3/75.....	158
1.1.29. Carta ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional do PPD - 6/5/75	159
1.1.30. Discurso à chegada à sede do PPD - 24/5/75	160
1.1.31. Comunicado do Conselho Nacional do P.P.D. - 25/5/75.....	162
1.1.32. Entrevista ao "Jornal Novo" - 26/8/75	163

1.1.33. Entrevista ao "Tempo" - 4/9/75	173
1.1.34. Conferência de Imprensa no Hotel Roma - Setembro de 1975	186
1.1.35. Conferência de Imprensa - 24/9/75	187
1.2. II CAPÍTULO	201
1.2.1. Comunicado do Conselho Nacional do PPD - 28/9/75	201
1.2.2. Entrevista a "O Comércio do Porto" - 28 e 29/9/75	203
1.2.3. Excertos do discurso no comício de apoio ao VI Governo Provisório realizado no Porto - 31/9/75	217
1.2.4. Moção entregue ao Brigadeiro Pires Veloso - 31/9/75	218
1.2.5. Os incidentes no Porto	219
1.2.6. Discurso no comício do Campo Pequeno - 12/10/75	227
1.2.7. Discurso no comício de Faro - 20/10/75	235
1.2.8. Democracia já!	241
1.2.9. Entrevista ao "Jornal Novo" - 13 e 14/11/75	257
1.2.10. Entrevista ao "Expresso" - 15/11/75	271
1.2.11. Entrevista ao "Diário Popular" - 18/11/75	282
1.2.12. Entrevista "A Capital" - 18/11/75	289

1. I PARTE - Do 25 de Abril ao 11 de Março

1.1. I CAPÍTULO

1.1.1. Entrevista à "RTP" - 27/4/74

S. C. - Neste momento está já publicado o programa da Junta ao qual adiro inteiramente, parece-me muito bem elaborado e perfeitamente adequado às nossas necessidades e à nossa situação. Sem qualquer pretensão de substituir um regime autoritário e ditatorial sob a capa civil por um regime ditatorial de sinal contrário, o programa toma as medidas imediatas, anuncia as medidas imediatas e de curto prazo necessárias ao funcionamento mais justo e actual do sistema, bem como às condições políticas de participação da população. Todas e quaisquer reformas e medidas de fundo que são também necessárias serão segundo o programa, e muito bem tomadas em termos democráticos pelos Órgãos de Soberania, designadamente o Presidente da República e a Assembleia Legislativa, eleitas democraticamente depois de outorgada a nova Constituição.

É assim mesmo que deve ser e não suponham as pessoas nem exijam com radicalismo e precipitações que a Junta tome autoritariamente as medidas que entenda necessárias. O Programa na sua aplicação parece-me que deveria ter este desenrolar: preparação de um projecto de Constituição, organização de associações políticas de todas as tendências ideológicas que aceitassem o regime de-

mocrático e o funcionamento democrático e pacífico da vida nacional, discussão do projecto da nova Constituição já com essas associações políticas formadas, submissão desse projecto a um plebiscito e uma vez entrada em vigor a nova Constituição, eleição do Presidente da República e da Assembleia Legislativa, aos quais caberia assumir a gestão da vida nacional e propor, discutir e executar as reformas de que carecemos.

RTP - Sr. Dr. como vê o problema do Ultramar?

S. C. - Consta também do programa da Junta, e a essa linha adiro inteiramente. O reconhecimento do princípio da autodeterminação e todas as suas consequências, o termo da guerra.

É evidente que estes desideratos não se poderão conseguir a curto prazo; mais uma vez é preciso realismo de todas as pessoas e de todas as tendências, é necessário tempo, normalidade e funcionamento das futuras instituições democráticas para que esses resultados se possam conseguir, mas é assim que o vejo e é assim que creio que a Junta o vê e que deverá vê-lo o futuro Governo Provisório.

1.1.2. Entrevista ao "Jornal de Notícias" - 3/5/74

Figura de grande projecção política no nosso país, lutador indómito pela instituição da Democracia em Portugal, antigo deputado e um dos principais responsáveis pela lufada de ar fresco que varreu, na penúltima legislatura, a Assembleia Nacional, o sr. Dr. Francisco de Sá Carneiro acedeu à solicitação que lhe fizemos no sentido de dar ao "Jornal de Notícias" uma entrevista acerca do momento político que, jubilosamente, os portugueses vivem.

Foi no seu escritório - e furtando alguns momentos às suas ocupações - que o nosso entrevistado fez as declarações que adiante publicamos e que reputamos como importante depoimento para a hora actual, certo como é que marcam uma tomada de posição de alguém que no panorama político nacional terçou armas na defesa de um País novo, que todos sempre desejámos mas que só agora parece desenhar-se e ficar ao nosso alcance.

A abertura do diálogo entre o jornalista e o Dr. Sá Carneiro fez-se através de uma pergunta na qual procurámos saber a sua opinião sobre os acontecimentos que se desenrolaram a partir da madrugada de 25 de Abril - a nova data escrita a letras de ouro na História de Portugal.

Disse-nos o Dr. Sá Carneiro:

- Depois do êxito notável do Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime anterior, atravessa-se um momento de natural euforia popular, a todos os níveis nacionais. É evidente que a par disso há todo um trabalho imenso a fazer, que neste momento recai sobre a Junta e o Movimento das Forças Armadas, que estão a enquadrar perfeitamente toda a gestão dos vários sectores, aproveitando, como é natural, a organização administrativa existente. Foram já nomeados os delegados do Movimento junto dos vários departamentos oficiais e começa a normalizar-se toda a actividade desses departamentos e dos correspondentes sec-

tores. No aspecto político, foi muito rápido o aparecimento de forças bem organizadas e que têm produzido imensos comunicados, tomado variadíssimas posições, apresentado programas em relação à futura organização da vida nacional. Há também, nesse aspecto, uma intensa efervescência política que levaria a crer que estamos já em campanha eleitoral. Todo o tom, toda a actividade, toda a expressão dos movimentos políticos mais aguerridos é já de campanha eleitoral. Creio que essa situação, embora compreensível, não é a mais adequada às necessidades políticas, sociais e económicas do momento. Irá haver, oportunamente, uma campanha eleitoral com vista à futura designação do chefe do Estado e da Assembleia Nacional. Neste momento e de acordo, aliás, com o que consta do programa da Junta, o que me parece mais necessário é que os vários movimentos se estruturam calmamente através das suas associações, que montem as suas organizações, que vão tomando paulatinamente posições sobre os problemas imediatos sem se preocuparem tanto com reformas de fundo, que haverão de ser submetidas aos futuros órgãos de soberania. De acordo com o programa do Movimento, o Governo Provisório assegurará o exercício dos direitos e as liberdades fundamentais e as correcções e reformas económicas e sociais necessárias a uma maior justiça e ao bom funcionamento dos mesmos direitos e liberdades fundamentais, que sem certos correctivos seriam ilusórios. Creio que a obra do Governo Provisório não deverá nem poderá ser uma obra de grandes reformas. Será, antes, uma tarefa de gestão eficaz e justa da vida nacional dentro do actual sistema. Por isso me parecem prematuras tomadas de posição em relação às grandes opções nacionais, às grandes reformas de fundo, que haverão de ser discutidas e submetidas à deliberação democrática da Assembleia Nacional, à decisão de um presidente da República democraticamente eleito. Creio que para além do restabelecimento da serenidade, da ordem e da calma que permita um trabalho eficaz de cada um, haveria que, no plano político, efectuar um certo arrefecimento que permitisse o cumprimento do programa do Movimento. Uma evolução gradual de associações políticas, ou aparecimento delas, a definição das suas características - o que tudo possibilitaria o estudo de uma lei sobre partidos em que se definissem as condições em que haveriam de ser reconhecidos. Tal como as coisas se estão a processar, quase que os partidos que o Movimento previa a um prazo relativamente curto, por certo, mas, enfim, não de imediato, aparecem como constituídos e impõe-se, mesmo - esse é o aspecto que dá a actual situação - um reconhecimento antecipado. Creio que isso é mau - que não deverá ser assim - e que as coisas se deverão processar, como disse, de acordo com o programa do Movimento das Forças Armadas.

O PROGRAMA DO MOVIMENTO É FRUTO DE UMA ATITUDE REFLECTIDA, SENSATA E REALISTA

Observamos, então:

- Destas suas palavras poder-se-á concluir que concorda, portanto, em princípio, com o programa das Forças Armadas?

Respondeu-nos o sr. Dr. Sá Carneiro:

- Já exprimi publicamente e reafirmo a minha plena adesão ao programa das Forças Armadas, tal como se encontra redigido e foi publicado. Nem outra coisa era natural, visto que na parte política esse programa coincide totalmente com aquilo que eu e outros, enquanto deputados, defendemos na Assembleia Nacional. Nos outros aspectos, também, o programa merece-me inteira adesão. Parece-me ser ele fruto de uma atitude reflectida, sensata e realista, para que se possa instaurar efectivamente entre nós um regime de democracia política e social, o que supõe evidente a democratização económica também. E, por isso, adiro totalmente ao programa.

- O sr. Dr. admite, realmente, que o futuro político do nosso país seja estruturado em bases assentes na Democracia, como deixa antever através dessas palavras?

- Exactamente. Acho isso mesmo indispensável e foi esse o objectivo do Movimento das Forças Armadas. Daí, a minha adesão ao programa.

É NA DEMOCRACIA QUE O PROBLEMA DO ULTRAMAR TEM DE SER RESOLVIDO

Desviámos, então, o diálogo para uma das questões mais prementes, levantando a seguinte questão:

- Como encara o problema ultramarino, que é um dos mais prementes que a Nação vive, especialmente nos últimos treze anos?

- Também nesse ponto o programa merece o meu inteiro apoio. Disse que um dos objectivos do Movimento das Forças Armadas era a instauração de uma Democracia; de acordo com comunicados, salientou-se, também, e até prioritariamente, que o Movimento nascia porque o regime derrubado, em treze anos de guerra, não conseguia encontrar uma solução política para o problema ultramarino. Creio que os dois aspectos - regime democrático e solução do problema ultramarino - estão indissociavelmente ligados e que o problema ultramarino só pode encontrar uma solução política única que admite em regime democrático uma autêntica e verdadeira solução política. Em regime democrático extensivo, como é evidente, aos territórios do Ultramar. É em Democracia, aqui na Metrópole e lá, que o problema haverá de ser resolvido. Creio que o reconhecimento do princípio da autodeterminação, com todas as suas consequências - implicando, portanto, também aí, a instauração e prática de um verdadeiro Regime Democrático e a procura de uma solução que permita pôr termo à guerra, são as grandes tónicas de solução da questão ultramarina. É evidente, como a própria Junta já salientou, que ela não comporta uma solução imediata. Também aí, é necessário tempo para que se instaure e pratique a Democracia, para que se possibilite a expressão plena, total e concreta do princípio da autodeterminação. Só assim, então, será possível encontrar uma solução política que leve ao termo da guerra - desejo que é o de todos os portugueses.

DESMENTIDO "O QUE SE DIZ"...

Um outro ponto, que se nos afigura fundamental a este depoimento pusemos, depois, ao nosso entrevistado:

- Corre com insistência que o Dr. Sá Carneiro teria sido, ou poderia vir a ser, convidado para membro do futuro Governo. O que há de verdade sobre isso?

- Se poderei vir a ser ou não convidado para membro do futuro Governo Provisório, não sei. Só o saberá a pessoa que vier a formular o convite. Até este momento - e como disse - não houve qualquer convite para ingressar no futuro elenco do Governo Provisório. Não sei se ele foi ou não dirigido a outras pessoas, mas, quanto a mim, é o que posso dizer.

Insistimos:

- Admitamos a hipótese de que esse convite poderia ser feito. Qual seria a posição do sr. doutor?

- É evidente que a resposta simples e cómoda e até adequada seria a de que se fosse feito o convite eu definiria a minha posição... Mas posso acrescentar que ela dependerá das circunstâncias e das orientações que levarem à constituição do Governo Provisório. Só depois de esclarecida a orientação que leva à formação desse Governo e, até, as pessoas que o comporão, mas, sobretudo, aquela que a ele presidirá, poderei tomar posição quanto ao assunto.

AQUELA PORTA PARA A LIBERALIZAÇÃO...

- Desviemos, agora, a atenção para outros assuntos e recuemos no tempo... O Dr. Sá Carneiro colheu uma boa experiência (este boa poderá ser entre comas...) na Assembleia Nacional. Desejávamos que nos revelasse o que lhe ficou dessa passagem pelo exercício das funções de deputado...

- Foi, evidentemente, uma experiência enriquecedora, em termos de uma certa prática política, de uma certa aprendizagem e esclarecimento para aqueles que participámos na Assembleia Nacional, no intuito de que era também o expresso por quem convidou - e por isso aceitámos - de cooperar numa real democratização e liberalização do regime anterior. Foi um trabalho árduo, que não conduziu a quaisquer resultados imediatos. Estou, no entanto, convencido de que mesmo este movimento poderá ter sido bastante influenciado pela nossa acção na Assembleia Nacional. Criticámos o regime anterior, denunciámos abusos por ele cometidos, especialmente no campo dos direitos e liberdades fundamentais; apresentámos soluções pelas quais nos batemos e que não nos deixaram, na maior parte das vezes, discutir até ao fim; mostrámos que era urgente, e era possível então, efectuar as reformas no sentido de obter uma protecção adequada dos direitos das pessoas - e que era possível obtê-las, até, com a colaboração de pessoas independentes, e, se o regime tivesse querido, sem qualquer resolução. Não foi assim que as coisas se passaram. A porta aberta à liberalização em 1969 (aberta, não, entreaberta - devemos dizer...) foi rapidamente fechada e nós ficámos de fora e continuámos coerentemente a lutar pelos princípios com os quais nos tínhamos apresentado ao eleitorado. Como disse, daí resultou - estou convencido - uma evolução nas pessoas, uma maior consciência dos problemas e estou certo de que essa influência não foi vã. Se os resultados não se obtiveram, pelo menos a influência e os resultados do nosso trabalho na opinião pública e na formação e consciência das pessoas, esses ficaram marcados.

O EVENTUAL REGRESSO À ASSEMBLEIA NACIONAL

- Querirá isso significar que um dia mais tarde, e dado que estamos numa real e autêntica "Primavera Política", surgisse a oportunidade de voltar à Assembleia Nacional, ocuparia ali um lugar?

- É possível que voltasse e que me apresentasse, então, a um eleitorado em verdadeiras condições de escolha e de expressão. De momento não posso adiantar mais do que isso, visto que a situação política está longe de estar definida: haverá necessidade de uma nova Constituição, de uma nova lei eleitoral, de um novo recenseamento, da formação das associações políticas precursoras dos partidos de que falei. Portanto, há todo um trabalho de base a fazer no campo político que relega para longe a preocupação de saber se sim ou não voltaria a uma autêntica Assembleia Nacional.

- Apesar desses "mas", concorda em que, efectivamente, o País caminha ao encontro de um futuro novo?

- Inteiramente! Vivemos uma oportunidade única, pelo menos na minha geração, de construir um País novo, humano e justo e não, apenas, um País para alguns. É isso que importa salvaguardar, é essa possibilidade que importa aproveitar ao máximo com o empenhamento de todos, designadamente no campo político. E é por isso, também, que de modo algum excluo - antes pelo contrário - a acção política em ordem a uma participação intensa na Democracia.

1.1.3. Linhas para um Programa apresentadas em Conferência de Imprensa - 6/5/74

A Comissão Organizadora do Partido Popular Democrático, depois de reunir com pessoas de várias regiões do País interessadas no seu desígnio inicial, elaborou um primeiro esboço de linhas para um programa que definirão a sua acção.

1.1. A democratização do País em bases relistas e irreversíveis é tarefa prioritária, evitando que a queda duma ditadura operada pelo M.F.A. possa transformar-se na sua substituição por outras ou na renovação do mesmo totalitarismo.

1.2. Tal implica não só a adesão activa ao programa do M.F.A. como a clara definição de opções, principalmente nos sectores económico-sociais e quanto ao problema do Ultramar.

1.3. A concepção e execução dum projecto socialista viável em Portugal, hoje, exige a escolha dos caminhos justos e equilibrados duma social-democracia, em que possam coexistir, na solidariedade, os ideais de liberdade e de igualdade.

1.4. Esta visão social-democrata da vida económica-social requer necessariamente:

a) Planificação e organização da economia com participação de todos os interessados, designadamente das classes trabalhadoras e tendo como objectivos:

- desenvolvimento económico acelerado;
- satisfação das necessidades individuais e colectivas, com absoluta prioridade às condições de base da população (alimentação, habitação, educação, saúde e segurança social);
- justa distribuição do rendimento nacional.

b) Predomínio do interesse público sobre os interesses privados, assegurando o controle da vida económica pelo poder político e pelos meios técnicos adequados às circunstâncias, incluindo a propriedade social dos sectores chaves da economia e das empresas que operam de facto como poderosos instrumentos de domínio na vida dos cidadãos. Esta propriedade social não revestirá formas dogmáticas, mas adoptará as fórmulas convenientes, designadamente controle por autarquias regionais e locais, entidades sindicais, cooperativas, empresas de economia mista "holdings" do Estado e nacionalizações.

c) Todo o sector público da economia deve ser democraticamente administrado e controlado por um órgão representativo, separado do Governo, a quem incumbirá a superintendência de toda a actividade do Estado.

d) A liberdade de trabalho e de empresa e a propriedade privada serão sempre garantidas até onde constituírem instrumento da realização pessoal dos cidadãos e do desenvolvimento cultural e económico da sociedade, devendo ser objecto de uma justa programação e disciplina por parte dos órgãos representativos da comunidade política.

e) A liberdade sindical, o direito à greve, a participação, fiscalização e cogestão das empresas por parte dos trabalhadores são meios necessários para uma permanente e contínua subordinação da iniciativa privada e da concorrência aos interesses de todos e à justiça social.

f) Adopção de medidas de justiça social (salário mínimo nacional, frequente actualização deste salário e das pensões de reforma e sobrevivência, de acordo com as alterações sofridas pelos índices de custo de vida, reformulação do sistema de previdência e segurança social, sistema de imposto incidindo sobre a fortuna pessoal preferentemente ao rendimento de trabalho com vista à correcção das desigualdades).

g) No sector agrário, são prioritárias acções que visem a eliminação do absentismo e o desenvolvimento da empresa agrícola, apoiada pelo crédito, e uma intervenção activa na comercialização e industrialização dos produtos.

h) Consideração do trabalhador como sujeito e não como objecto de qualquer actividade. O homem português terá de libertar-se e ser libertado da condição de objecto em que tem vivido, para assumir a sua posição própria de sujeito autónomo e responsável por todo o processo social, cultural e económico.

1.5. A construção duma democracia política duradoira, no Portugal de hoje, exige um governo estável, democraticamente controlado, com rejeição de fórmulas de parlamentarismo puro e elaboração duma lei eleitoral que evite a pulverização

partidária e dê direito de voto aos maiores de 18 e aos portugueses residentes no estrangeiro.

1.6. A democratização da vida regional e local e a descentralização das estruturas do Poder são consideradas condições basilares para a integral vigência da ideia democrática.

1.7. A abolição da ditadura em todas as suas formas, impõe o saneamento da vida política, económica e administrativa pelo julgamento dos crimes constitucionais de responsabilidade, de corrupção, contra a saúde pública e os consumidores e, dum modo geral, contra a vida económica nacional, bem como dos abusos do poder.

1.8. A real independência do poder judicial perante os poderes políticos e económicos e a competência dos juizes para a apreciação dos actos das autoridades públicas que afectem os cidadãos nas suas liberdades, direitos e interesses, constituem garantias indispensáveis à criação e conservação de uma ordem pública portuguesa democrática e livre.

1.9. O Estado deve manter-se separado de todas as confissões religiosas, não podendo, nomeadamente, interferir na designação dos responsáveis de qualquer delas nem assumir o papel de garantir com as suas leis o cumprimento de deveres religiosos dos cidadãos.

1.10. A garantia da livre e integral realização da pessoa na convivência com os outros, obriga à reformulação do papel da mulher na sociedade portuguesa, eliminando-se todas as fórmulas discriminatórias.

1.11. A educação e a formação constituem serviço público no mais amplo e digno sentido de expressão porquanto são fundamento e garantia de liberdade e de responsabilidade. A igualdade de oportunidades, alargamento de horizontes e a preparação ou readaptação à vida em sociedade são os objectivos fundamentais de educação e formação.

1.12. a) Cada comunidade social, política e culturalmente diferenciada tem o direito inalienável de dispor do seu próprio destino. Nisto consiste o seu direito de autodeterminação.

b) Para o exercício efectivo do direito de autodeterminação é necessário, nos territórios em guerra, a obtenção dum cessar fogo imediato negociado com os movimentos de libertação.

c) Se algum, alguns ou todos os territórios ultramarinos vierem a autodeterminar-se no sentido de formarem Estados independentes, Portugal procurará preservar de forma adequada os interesses morais, culturais e económicos que tem em comum com as respectivas populações.

2. As bases aqui estabelecidas, que parecem abordar os problemas mais importantes de momento serão concretizadas através de programas sectoriais, englobando um conjunto de medidas viáveis e eficazes, e que se enquadrarão no conjunto de princípios a formular pelo P.P.D.

3. Estas bases constituem ponto de convergência de um vasto grupo de opiniões, a que a comissão organizadora dará proximamente estruturação adequada, fazendo cessar a actividade daquilo a que convencionou chamar-se "ala liberal" e seus prolongamentos, pelo nascimento dum partido de orientação social-democrata.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Francisco Sá Carneiro

Joaquim Magalhães Mota

Francisco Pinto Balsemão

1.1.4. Entrevista concedida a "O Século" e publicada em 6/6/74

Personalidade forte e combativa, afirmada num período em que muitos acreditavam existir condições que poderiam levar à implantação em Portugal de um sistema de efectiva raiz liberal e democrática, a fim de conduzir o País para um regime de tipo europeu-ocidental, o Dr. Francisco Sá Carneiro foi um dos mais lúcidos, corajosos e intransigentes arautos de uma política verdadeiramente pluralista, crítica e contestaria, mas pacífica. A sua acção como deputado, em cerca de três anos - acabou por resignar ao mandato, sem dúvida desiludido, mas não convencido -, marcou todo um período, com pronunciamentos políticos que, embora sem conseguir a concordância da maioria dos que em 1969 chegaram a S. Bento e de alguns sectores do regime agora derrubado, contribuíram indubitavelmente para o despertar da consciencialização política. Na verdade, a sua actuação - e a dos que a partilhavam (e não eram poucos) - influenciou decisivamente a marcha dos acontecimentos que conduziram ao 25 de Abril.

Sá Carneiro abriu também, com a sua intervenção política, os caminhos da renovação e das liberdades. Hoje, q eu o País lhe vê restituídas as liberdades fundamentais e facultada uma via capaz de satisfazer os seus anseios e pretensões, é um cidadão que não necessita de tomar opções. Não admira, por isso, que mantenha a mesma coerência com que há quatro anos e meio se dispôs, sob determinadas condições, a participar livre e activamente, com a maior dignidade e isenção e com uma decisão extraordinária, num movimento então inequivocamente audacioso, tendo como meta a instauração de amplas reformas e profundas transformações, visando a construção de um Portugal totalmente renovado.

LUTADOR INTRÉPIDO

O "leader" teve de desistir há mais de dois anos, por concluir não haver o "mínimo de condições de actuação política livre e útil", que, como tantos outros, reputava essencial. Não precisou, todavia, como alguém erradamente escreveu, de romper com o regime que viria a ser deposto em 25 de Abril, uma vez que não era partidário desse regime, mas aproveitara para intervir publicamente, com arrojo, numa altura que muitos consideravam oferecer oportunidade para se rasgarem novos rumos e se levar o País a trilhar caminhos da democracia. Abandonou, pois,

a batalha, mas não a perdeu: os resultados da sua acção inesquecível foram o esteio do que nesta Primavera se devolveu aos portugueses. Triunfante a revolução, Sá Carneiro surgia na cena política e, enquanto preparava o seu partido, era convidado para o Governo Provisório, nele vindo a assumir funções destacadas e de grande responsabilidade. Foi-lhe confiado um dos cargos de ministro sem pasta. O prof. Palma Carlos, primeiro-ministro, escolheu-o para seu adjunto.

Sá Carneiro, intrépido lutador da democratização da sociedade portuguesa, pode orgulhar-se de a sua actuação apenas haver sido silenciada e combatida no domínio restrito dos mais intransigentes defensores da ordem estabelecida anteriormente ao 25 de Abril, a seu lado esteve sempre a quase maioria do País, que o admirava e respeitava e aplaudiu a sua actuação, de tal forma ela se identificava com as aspirações dos portugueses. Vamos agora encontrá-lo num gabinete sóbrio e discreto de S. Bento, com a mesma exemplar firmeza e serenidade, entregue a tarefas da maior responsabilidade - delicadas e complexas tarefas. O País tem novamente os olhos postos no expediente e seguro "leader". O diálogo entre o ministro e o jornalista aí está e mostra, acima de tudo, como o homem e o político permanecem iguais a si mesmo. Não precisa de novas vestes ou de outra linguagem. O que nesta hora é particularmente significativo e evidencia uma linha de coerência.

GOVERNO PROVISÓRIO E ACÇÃO PARTIDÁRIA

- O Governo Provisório na sua actual composição, inclui a representação de todas as correntes políticas, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas?

Para a sua formação houve análise do problema político português e avaliou-se a dimensão dessas correntes? Precisando: poderá referir-nos as condições em que se processam as consultas e as conversações que precederam a constituição do Governo?

- De acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas, no Governo Provisório figurariam não só personalidades ligadas às várias correntes políticas, como pessoas independentes. Não lhe posso dar detalhes sobre a forma como decorreram os contactos para a formação do Governo Provisório. Fui convidado em circunstâncias que foram evoluindo ao longo de uns dias e que acabaram na minha actual situação. Não sei, por isso, dar pormenores do que se passou quanto aos outros ministros.

- Como encara a conciliação da actuação dos membros do Governo Provisório, como tal neutrais em matéria política, com a sua posição partidária?

- No Governo, e enquanto membros do Governo, não podem ser partidários. Não estão nele, pois, a representar um partido, pelo que este nada tem a ver com a sua acção de executivo e de principais responsáveis pela política nacional. Nestas condições, têm de se abstrair, necessariamente, da sua posição partidária, enquanto membros do Governo. Assim tem sido feito, felizmente, e é indispensável que tudo continue a processar-se desse molde. É evidente que isso não implica

para as pessoas o abandono da sua acção partidária; embora membros do Governo continuarão actuando como simples cidadãos ou como chefes de partido. Mas são perfeitamente diferenciadas as posições de chefe ou membro de partido e as de membro do Governo.

CONQUISTA DO PODER POR MEIOS DEMOCRÁTICOS

- Que medidas pensa o Governo Provisório tomar no sentido de facultar a plena liberdade e igualdade de oportunidades a todos os movimentos ou partidos políticos com vista às projectadas eleições?

- Em primeiro lugar impõe-se a fazer a definição do que são e do que podem a vir a ser os partidos políticos. Partido político não é uma associação qualquer, nem qualquer movimento.

Há que exigir uma representatividade mínima dos grupos políticos que, constituídos em associação, visam a conquista do Poder, através dos meios democráticos. Julgo que é necessário, no mais curto prazo, promulgar uma Lei de Imprensa, regular a liberdade de reunião e a liberdade de associação. Serão os primeiros passos para conferir aos partidos uma igualdade de oportunidades no campo político e, também, as pessoas iguais oportunidades e possibilidades de acção, através de uma disciplina que neste momento não existe, visto que a legislação anterior era a do puro arbítrio: não regulava liberdades, suprimia-as. Numa segunda fase é que vejo, então uma lei sobre partidos, a sua estruturação e acção e as condições do seu reconhecimento.

- Considera que o clima de perturbação social e, em certa medida, da ordem pública pode ser dominado ou limitado, no sentido do retorno à normalidade própria de uma sociedade democrática e pluralista?

- Considero que não só pode, como já está a ser dominado e que a calma, o bom senso e a ordem indispensáveis estão a restabelecer-se, sem prejuízo das legítimas reivindicações.

- Encara com optimismo um completo desbloqueamento dos diversos órgãos de Informação, a fim de se contribuir para o esclarecimento isento e desapaixonado do povo português, no sentido de democraticamente se proceder à construção do País novo e autêntico que se deseja?

- Certamente que o encaro com optimismo. É uma tarefa que já se encontra iniciada, da qual já há resultados concretos, e que, estou convencido, prosseguirá rapidamente, em especial com a nova Lei de Imprensa.

- Como será assegurada a neutralidade das autoridades administrativas locais com vista aos actos eleitorais programados?

- A nova lei eleitoral compreenderá, certamente, disposições nesse sentido. Já se constitui e foi empossada a comissão, que imediatamente vai começar os seus trabalhos. A lei não poderá deixar de conter dispositivos no sentido de assegurar essa neutralidade, que também haverá de ser prosseguida pelas orientações do Ministério de que dependem essas autoridades.

SANEAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA E CRISE DE AUTORIDADE

- Uma das tarefas prioritárias do Governo Provisório consiste no saneamento da função pública. Relativamente à carreira profissional do funcionário o recrutamento terá em conta a capacidade e não a ideologia? E quanto aos administradores por parte do Estado a selecção obedecerá a critérios políticos ou de gestão?

- Eu creio que há, quanto a uns e a outros, um critério político base, que é o de as pessoas se disporem a não hostilizar de qualquer modo o regime democrático actualmente em institucionalização. Essa será a condição base, visto que é o pressuposto mesmo de qualquer acção útil, tanto no campo administrativo, como no da gestão dos interesses em que o Estado participe. Excluído isso, ou seja, garantido que as pessoas vão trabalhar lealmente e não emperrar a máquina administrativa, terão de ser, serão com certeza, critérios de competência que num e noutro sector não-de presidir à escolha das pessoas.

- Pode concluir-se que existe uma crise de autoridade na empresa, na sociedade e, até, na política? Que pensa a esse respeito?

- Parece-me que a crise de autoridade é inevitável depois de quase cinquenta anos de falta de liberdade. Liberdade e autoridade andam intimamente associados. Onde não há eleições não pode haver autoridade, mas mero despotismo. E quando as pessoas se habituam ao arbítrio não agem com autoridade, perdem o hábito de mandar, limitam-se a impor constantemente. Era essa a situação em que nos encontrávamos e é por isso mesmo que há uma crise de autoridade muito aguda: ao despotismo substituiu-se a demissão. As pessoas têm de habituar-se não só a ser livres, mas também a sê-lo no aspecto do comando, ou seja, a substituírem o autoritarismo e o despotismo até agora vigentes por uma autoridade esclarecida, mas efectiva, que, decidindo, respeite a liberdade de quem manda e de quem obedece.

ULTRAMAR: SALVAGUARDAR TODAS AS PESSOAS

- O problema do Ultramar constitui o de maior gravidade que o País enfrenta. Confia numa solução que conduza a um futuro em que se salve a permanência dos laços com Portugal?

- Quanto ao problema do Ultramar, o consertar ou manter laços tem de ser visto, creio, numa óptica de que acima de tudo importa salvaguardar as pessoas, todas as pessoas, que lá se encontram. Creio bem que apesar dos tremendos erros cometidos no que respeita ao Ultramar pelo regime deposto em 25 de Abril, há ainda uma presença portuguesa ao nível das pessoas que poderá ser preservada e conservada.

- Entretanto, como encara a evolução dos acontecimentos em Angola e Moçambique?

- Não a posso prever. Conheço apenas Angola, que visitei já há perto de três anos. Não conheço Moçambique. Possuo, portanto, apenas a informação que nos tem chegado através dos meios comuns. Mas creio que ainda é possível estabelecer um clima que assegure o cumprimento do Programa do Movimento das Forças

Armadas quanto ao Ultramar, ou seja, que possibilite o exercício democrático do direito de autodeterminação.

- Pode adiantar-nos alguma coisa relativamente à Guiné, uma vez que participou em reuniões nas quais o problema das negociações com o P.A.I.G.C. foi debatido, sobretudo depois de ser iniciado o diálogo de Londres?

- Quanto à Guiné não posso adiantar nada...

IMPÕE-SE DESENVOLVER O INVESTIMENTO NA EMPRESA

- Que medidas prevê o Governo para restaurar, digamos assim, a confiança dos empresários privados, a fim de estes procurarem manter as suas empresas e assegurar a sua expansão e, através desta, o crescimento económico nacional?

- Restaurar a confiança dos empresários faz supor que ela neste momento não existe, o que creio não ser exacto. Poderá haver receios, poderá haver - e houve, certamente - um forte abalo decorrente de uma revolução, mas não me parece que a confiança esteja absolutamente em crise. As medidas económicas e sociais já tomadas pelo Governo Provisório constituíram o primeiro passo para a normalização da vida nacional. É essa normalização que dará aos empresários a segurança necessária e indispensável para que mantenham a gestão e desenvolvam o investimento nas suas empresas. Sem um crescimento económico não sairemos da actual situação de penúria que impõe, sobretudo às classes mais desfavorecidas - e são as mais numerosas -, uma vida abaixo do nível a que se tem direito. É indispensável garantir, se necessário compulsivamente, que o investimento nas empresas seja mantido a um nível compatível embora com o rendimento das próprias empresas mas que assegure um rápido crescimento económico.

"CONTROLE" DO PODER ECONÓMICO PELO PODER POLÍTICO

- Existe já alguma directriz quanto a soluções no domínio económico, designadamente sobre o recurso às empresas públicas, às nacionalizações ou ao sistema de participação do Estado como forma de "controle"?

- Como sabe, o Governo Provisório tem uma vida limitada, um programa definido. Nesse programa fala-se concretamente na nacionalização dos bancos emissores. A tarefa do Governo Provisório é a de assegurar que a vida nacional prossiga dentro do actual sistema, embora com as correcções necessárias a uma eficácia e a uma justiça que se querem cada vez mais incisivas, mas sem modificações de fundo, pois estas, de acordo com tudo aquilo que está publicado e anunciado ao País, só poderão ser tomadas no âmbito de eleições, portanto de harmonia com a expressão democrática da vontade do povo. Além do indispensável "controle" do poder económico pelo poder político haverá que assegurar o nível da actividade económica e dos investimentos.

- O sindicalismo vai estruturar-se como expressão de luta de classes, em que se procura a resolução dos problemas através da força conferida à classe operária, ou orientar-se-á no sentido da reforma da empresa pela participação ou gestão conjunta de todos os factores intervenientes na produção (capital-trabalho-técnica)?

- Aí está uma pergunta a que não lhe posso responder em pormenor, pois a orientação do sindicalismo não depende, é evidente, de mim, nem apenas do Governo. Eu creio que as duas tónicas que focou serão indispensáveis para correcção do sistema económico vigente. Na sua evolução para um sistema mais justo é necessário o continuado reforço do poder dos trabalhadores na economia. Esse reforço do poder dos trabalhadores na economia conduz, não só a um sindicalismo mais vivo e mais actuante, mas também a uma participação na gestão das empresas. É assim que vejo o problema. Mas, trata-se de uma resposta que envolve uma posição pessoal e que não é dada naturalmente, em nome do Governo, até porque nunca, durante esta conversa, venho falando como intérprete do Governo de que não me compete ser porta-voz, mas somente em meu nome próprio.

A REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO À GREVE

- Um aspecto muito importante no momento é o relativo à regulamentação do direito à greve e ao restabelecimento da autoridade na empresa. O problema resolver-se-á, apenas, mediante as práticas utilizadas ultimamente, para travar as perturbações? O que se pensa fazer?

- Estou convencido de que é indispensável uma regulamentação do direito à greve, para defesa dos próprios trabalhadores. A greve é uma arma dos trabalhadores, é um direito que lhes assiste, mas que tem de ser usado, como todos os direitos, sem prejuízo do bem comum. Acautelando devidamente não só os próprios trabalhadores, como o público, no duplo aspecto de utente de certos serviços e consumidor de determinados bens. A todos, como participantes em toda uma vida nacional, que tem de prosseguir e desenvolver-se no aspecto económico, sobretudo na circunstância em que nos encontramos, sem quebras de produção.

- Como encara, nesta altura, os resultados da luta que travou, como deputado, para a restauração das liberdades fundamentais?

- Devo dizer-lhe que, com mais optimismo do que tinha, evidentemente, antes do 25 de Abril. Disse-o repetidamente - e é verdade - que não conseguimos, mediante a nossa participação na Assembleia Nacional, quaisquer resultados concretos. Estava convencido de que a nossa acção teria sido inteiramente vã e seria apenas recordada - eventualmente recordada - por curiosos da história política portuguesa. Hoje, vejo que assim não foi e, embora não tenhamos desempenhado um papel fundamental na evolução dos acontecimentos que culminaram no 25 de Abril, creio que tivemos a nossa parte, pequena embora, no acordar das consciências que levou ao movimento triunfante. Não foi, já o declarei, sem uma certa emoção que, ao escutar a leitura da primeira proclamação da Junta de Salvação Nacional ao País, eu ouvi, no que respeita ao restabelecimento das liberdades fundamentais, aquilo mesmo - e em termos muito semelhantes - por que nós tínhamos lutado na Assembleia Nacional.

DAQUI A UM ANO: SOCIAL DEMOCRACIA?

- Sente-se assim satisfeito?

- Com certeza que sinto.

- O que pensa fazer daqui a um ano?
- Daqui a um ano?!... Depende da expressão democrática que foi agora restituída ao povo, ou seja, fundamentalmente, do modo como decorrerem as eleições.
- E não arrisca uma previsão sobre a evolução a essas eleições?
- Estou convicto de que o Partido Popular Democrático obterá o apoio da maioria do povo português, porque, além de dar garantias de respeito intransigente pela liberdade democrática, oferece uma via de socialização evolutiva e serena, adequada ao modo de ser dos portugueses e ao seu profundo bom senso. Acredito firmemente que o P. P. D. será capaz de contribuir definitivamente para colocar Portugal no espaço da liberdade, no quadro de uma Europa integrada, que caminha resolutamente para a democracia social. Porque acredito nisso e na possibilidade da vitória é que convido os portugueses a aderirem ao programa da social democracia.

1.1.5. Entrevista ao "Jornal do Brasil" 10/6/74

Primeira prova pública da sua fidelidade à democracia - deu-a o Dr. Sá Carneiro, sem demagogias mas com muita firmeza, numa casa ocupada pela ditadura: como deputado à Assembleia Nacional.

Suas intervenções, seus projectos, toda a sua actividade parlamentar, naqueles dias, foram responsáveis pelo florescimento do mais curioso "mercado negro" em Lisboa; pagava-se qualquer preço para ler os "Diário das Sessões da Assembleia Legislativa, que transcreviam discursos e propostas do Dr. Sá Carneiro" - recorda-me um velho lisboeta.

O próprio ministro Sá Carneiro diz-nos hoje o que foi e como terminou aquela sua primeira incursão política, como integrante de um célebre grupo identificado como o dos "jovens liberais":

- Foi na legislatura 1969/1973. Não completei o mandato. Renunciei em princípios de Janeiro de 1973. O conhecimento das razões políticas que me levaram à renúncia não foi muito amplo porque a censura não deixou que os jornais a publicassem e o próprio presidente da Assembleia Nacional impediu que ela fosse divulgada pelo Diário das Sessões. Via-a divulgada em apenas dois livros (Ser ou Não Ser Deputado e um outro sobre as eleições legislativas portuguesas). Os motivos da renúncia foram essencialmente, segundo a minha declaração escrita e então enviada à Presidência da Assembleia, entender que não havia condições necessárias para prosseguir, sem quebra da minha dignidade pessoal e política, no desempenho do meu mandato. Surgiu isto a propósito da condenação, em termos muito desagradáveis, especialmente no que respeita ao aspecto político, de um projecto de lei de amnistia política que tentei apresentar no princípio do ano de 1973, e que, reprovado, mais uma vez, tornou-se o oitavo projecto recusado pela Comissão de Política e Administração Geral e Local, presidida então pelo dr. Gonçalves de Proença.

Em termos tais que me levaram a concluir que, efectivamente, não podia continuar a desempenhar o mandato que havia aceite em 1969 com a condição expressa e escrita - segundo um comunicado na época vulgado - de colaborar num obra de democratização e de liberalização, em posição de independência e de crítica livre em relação ao governo.

- Como define a sua função neste governo? Que versão seria a correcta? Aquela que o apresenta como moderador ou neutralizador de tendências socializantes ou comunizantes, ou as que o vêem como o formulador de um anteprojecto constitucional e o teórico de um Portugal social-democrata?

- Todas elas têm pouco fundamento - responde o ministro Sá Carneiro. - Com excepção da última, da posição social-democrata. Mas essa não aparece em termos de governo, mas, sim, em termos de partido. Não há necessidade, nem eu sou a pessoa, de um elemento moderador ou com uma função específica dentro do Governo Provisório. Porque há um programa preciso para este Governo Provisório, publicado em lei, e mais do que isso: há a adesão de todos os membros do governo ao Programa do Movimento das Forças Armadas, que hoje aliás, vale como lei constitucional e, portanto, obrigatória para todos os portugueses.

Estando o Governo Provisório vinculado pela sua adesão ao programa, e pela sua força local, havendo um Programa do Governo Provisório, constante de decreto-lei ainda publicado pela Junta de Salvação Nacional, quaisquer diferenças de posições, que avidamente existem entre os membros do governo de coligação, não afectarão em principio, a unidade da acção governativa. E, portanto, todas essas interpretações, especulações acerca da minha posição no governo, não têm qualquer base.

No que respeita à social-democracia - continua o ministro Sá Carneiro - , esse é um ponto de vista que eu perfilho, mas como promotor de um partido e a título meramente pessoal. No governo, e enquanto membro do governo, tenho de abstrair-me - e parece-me que temos todos - das nossas posições partidárias para trabalhar na linha definida pelo Movimento das Forças Armadas e pelo Programa do Governo Provisório, que é basicamente a de institucionalizar a democracia neste período que antecede as eleições. Só depois de feita a Constituição, e realizadas as eleições posteriores à Constituição, é que se porão opções, em termos políticos, à escolha do povo.

- Em sua ainda breve carreira política, houve um processo de evolução ou de reformulação, desde o momento em que partiu de uma posição liberal para chegar a esta, de social-democrata?

- Não houve - volta a responder o ministro Sá Carneiro, hoje identificado como inspirador e líder do Partido Popular Democrático. - O que se passa é que eu e outros, na Assembleia Nacional, lutámos pelas liberdades políticas. Efectivamente, naquele momento, e nas circunstâncias em que actuávamos, éramos todos liberais. Não tivemos oportunidade de continuar essa luta no campo social e económico, visto que as liberdades políticas, que eram o primeiro bastião a conquistar, não foram conquistadas, a nossa acção foi cortada, interrompida, e, por-

tanto, ficámos limitados à imagem política de uma acção que desenvolvemos em prol das liberdades.

Mas já em Dezembro de 1971, salvo erro, numa entrevista ao vespertino A. República, eu me defini como de uma linha social-democrata. Essa corresponde efectivamente ao meu pensamento no campo social e económico. Por uma democracia próxima da social-democracia alemã, que me parece o mais adequado e o mais conveniente para Portugal de hoje.

- Quantos e quais partidos recomendam e apoiam a ideia de uma social-democracia para Portugal?

- Até este momento - continua o ministro Sá Carneiro - o único que preconiza a social-democracia, entre as grandes forças aparecidas, é o Partido Popular Democrático. O Partido Socialista, tem sido vincado várias vezes pelo Dr. Mário Soares, até em termos pessoais, como um que segue um princípio diferente: confessa-se mesmo de ideologia marxista. O Partido Comunista não é, obviamente, social-democrata - e é por isso e assim que o P. P. D. é o único que se insere numa ideia social-democrata.

- Que importância atribui a nova "raça" a esta nova espécie política que está surgindo em todo o mundo: a dos tecnocratas? Que colaboração eles podem oferecer ao processo de reconstrução de Portugal?

- São essenciais na construção de uma sociedade moderna. Mas não dispensamos políticos - prossegue o ministro Sá Carneiro. - Há muito na pessoa que escapa ao domínio dos tecnocratas. Há todo um aspecto profundamente humano, e que não podemos articular, e que não é articulável em termos de tecnocracia. De modo que os tecnocratas são indispensáveis, mas têm de ser enquadrados pelos políticos no âmbito de toda uma expressão que há que se manter plenamente humana e, portanto, necessariamente política.

- Seu conhecimento e sua amizade, desde os tempos da escola universitária, com o seu antigo mestre, o Prof. Adelino da Palma Carlos, teriam influído na sua escolha para ministro adjunto do actual presidente do Conselho de Ministros?

- Tenho, desde os tempos da Faculdade de Direito, uma sincera admiração e uma profunda estima e consideração de amizade pelo Prof. Palma Carlos. Ao aceitar ser membro do Governo Provisório, aceitei um cargo de ministro sem pasta. Não esperava depois ver-me nas funções que actualmente ocupo. Creio que foi o conhecimento que de mim tinha o Prof. Palma Carlos o que, portanto, deu origem a uma certa confiança que esteve no início da escolha e na ampla delegação de poderes que em mim efectuou.

- Até aqui as relações luso-brasileiras têm-se orientado e praticado pelas palavras bonitas, pelos discursos mais ou menos chavões, de pouca objectividade. Há algum propósito deste Governo Provisório de revê-las, modernizá-las, de modo a torná-las mais práticas e consequentes?

- Eu pessoalmente estou convencido de que sim. Em termos de governo não lhe posso dar uma resposta concreta. Lembro-lhe, além do mais, que a chefia das

relações internacionais compete ao presidente da República. Mas parece-me que, falando aqui como sempre em termos pessoais, temos mesmo de estreitar e articular, em termos menos líricos e mais efectivos, as nossas relações com o Brasil. Falamos a mesma língua, temos boa parte do sangue comum e muitos interesses comuns. Temos um regime político que, neste momento, é diferente. Temos pontos de vista diferentes sobre várias realidades. Hoje já não temos posições diferentes no que respeita ao Ultramar: creio que é um terreno em que poderemos, com proveito para ambos, entender-nos e cooperar - é sempre o ministro Sá Carneiro quem afirma. - Há necessidade de passarmos do lirismo e dos chavões para a realidade de uma acção concreta. Não lhe posso adiantar mais do que isso, com toda a sinceridade. Não conheço o Brasil, não tenho contactos políticos com brasileiros, mas sinto que o actual regime contribuirá mais do que o anterior para essa passagem, do lirismo das palavras à eficácia da acção.

- Como se tem processado a convivência e o entendimento, dentro do Governo Provisório de Portugal, entre homens tão desconhecidos, distintos e heterogéneos - seja pelas origens como pelos seus compromissos ideológicos? De que maneira, em que terrenos, homens da sua formação, por exemplo, se estendem com outros, como o comunista Álvaro Cunhal e o socialista Mário Soares?

- Tem sido efectivamente uma experiência entusiasmante, extremamente enriquecedora, a par de um trabalho arrasador. Já nem falo do prazer que tenho tido em colaborar com o Prof. Palma Carlos. Falo também no governo como equipa, com contactos quase diários de pessoas. Creio que não há que estranhar ser possível o governo ser - como tem sido até aqui, como suponho continuará a ser - uma verdadeira equipa. Temos uma base comum: o programa do governo e do Movimento das Forças Armadas. Temos um desejo comum: institucionalizar a democracia, visto que todos somos democratas. Temos um receio comum: o de que as forças da reacção aproveitem qualquer ingenuidade, qualquer excesso, qualquer quebra de resistência das forças democráticas para tentarem anular a vitória do Movimento das Forças Armadas. E já vê que tudo isso que temos em comum, nos dá uma boa base para nos entendermos nas acções concretas que temos a tomar - volta a responder-nos o ministro Sá Carneiro. - Efectivamente - prossegue - não conhecia Álvaro Cunhal, Mário Soares, como boa parte dos outros membros do Governo Provisório. É evidente que há diferenças enormes nas nossas ideologias e nas nossas opções práticas, mas o que temos de comum é suficiente para permitir o nosso entendimento. E, em termos humanos, para mim, tem sido de uma grande riqueza o contacto com personalidades extremamente fortes e dotadas que compõem o Governo provisório.

- O 25 de Abril e o 1.º de Maio deste ano vêm sendo considerados duas demonstrações da consciência popular antifascista que prevalecia em Portugal. Dificil é admitir que um regime fascista tenha resistido quarenta e oito anos sem uma base popular. O que nos diz a respeito?

- Admito mesmo que o regime anterior viveu durante perto de cinquenta anos sem apoio popular - pelo menos nos últimos vinte anos. - O povo estava de facto oprimido, não apoiava o regime deposto no 25 de Abril. Não era apenas o regime de Marcelo Caetano, nunca houve um regime de Marcelo Caetano. Tivemos efecti-

vamente a esperança ou a ilusão que o tivesse havido em 1969, e que esse fosse o regime da democracia, da liberdade, sem prejuízo de um governo forte. Acreditámos até, quando aceitámos a candidatura em 1969, eu e outros, que o Dr. Marcelo Caetano seria a pessoa para instituir esse regime. Não foi isso o que aconteceu: ele limitou-se a continuar o regime de Salazar, mas um regime que era já uma decadência, que não tinha portanto qualquer apoio. Em que havia uma corrupção generalizada, em que a autoridade era substituída pelo autoritarismo e pelo despotismo, em que não havia qualquer margem de liberdade.

O povo português - conclui o ministro Francisco Sá Carneiro - suportou esse regime, não o apoiou. Muitas vezes em que se quis apresentar - como de resto em todas as ditaduras acontece - nas manifestações ditas populares e espontâneas, que na realidade não o eram, como substitutos dos plebiscitos e do voto popular, poderá ter enganado muita gente. Mas, na realidade, o povo, embora por uma questão de defesa própria, tivesse de manifestar ou aparentar um certo apoio ao governo de quem dependia em todos os passos da sua vida, algumas vezes fingiu essa solidariedade em troca de alguns benefícios, que eram sempre inferiores ao mínimo das condições de vida, sempre aquém daquelas que hoje qualquer pessoa tem direito no século XX. Foi por isso que o 25 de Abril pôde ser feito com tanta facilidade e com tal apoio efectivamente popular.

1.1.6. Entrevista ao "Diário de Notícias" - 13/6/74

O "Diário de Notícias" tem hoje nas suas colunas um circunstanciado depoimento do ministro Sá Carneiro. Sem evasivas nem rodeios, com respostas claras e inequívocas, aquele ilustre político tece considerações de flagrante oportunidade, estendendo as suas afirmações aos mais diversos sectores da vida nacional, que desponta agora sob o signo da renovação e da liberdade.

Sem serem caracterizadamente políticas, económicas ou sociais, talvez sim revestindo-se de um cariz multifacetado, as declarações do ministro Sá Carneiro são susceptíveis de longa meditação e apresentam-se despidas dos subterfúgios e das demagogias dos políticos não tão brilhantes e esclarecidos.

P. - Como, digamos, vice-primeiro-ministro, no dizer da expressão popular, toca todas as "teclas" não toca?

R. - É claro que não sou vice-primeiro-ministro; nem o cargo existe. Concretizando o afirmado no seu discurso de posse, o prof. Palma Carlos designou-me ministro adjunto ao primeiro-ministro, delegando-me genericamente no mesmo despacho os poderes, da sua competência para tudo quanto pessoalmente me cometesse.

Por isso, tenho efectivamente tocado várias teclas, para usar a sua expressão, quer juntamente com o primeiro-ministro quer directamente, no uso dos poderes delegados. É todo um trabalho eminentemente político do maior interesse, embora muito absorvente, aspecto este que tem revestido o de todos os membros do Governo Provisório.

Ao aceitar o cargo de ministro sem pasta não previa ficar tão preso como hoje estou. Mas, para além do interesse do trabalho político, tenho tido sincero gosto em colaborar estreitamente com o prof. Palma Carlos, por cujas qualidades tenho o maior apreço e a quem admiro e estimo desde os tempos da Faculdade de Direito no Campo Santana.

P. - Importa-se de definir a actual situação política portuguesa?

R. - Numa resposta curta e rápida como é esta, posso apenas dar--lhe um breve esboço.

Restabelecida a liberdade pelo Movimento das Forças Armadas, há que institucionalizar a democracia em todos os territórios, metropolitanos e ultramarinos. Essa é, fundamentalmente, a tarefa do Governo Provisório.

Ao executá-la terá que contar com a existência de forças reaccionárias, agindo clandestinamente ou na sombra, de forças anárquicas e de elementos extremistas de esquerda. Todas dificultam, mais ou menos conscientemente, a consolidação da democracia, designadamente através da agitação social e das greves e reivindicações salariais desmesuradas e indisciplinadas.

Temos depois as várias forças democráticas, nomeadamente o Partido Comunista, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, que aderiram ao programa do Movimento das Forças Armadas, condição mesmo da legalidade da sua acção e do seu futuro reconhecimento como partidos políticos, para além de o programa ser hoje lei constitucional, e como tal imperativa para todos os Portugueses.

Por último, e decisivamente, o povo e, nele, o eleitorado. A desvitalização política a que esteve submetido nos últimos 50 anos foi certamente nociva. Mas nenhuma tirania consegue aniquilar um povo, porque nunca logra transformar total e definitivamente as pessoas em fantoches. O nosso povo acordou com o 25 de Abril.

E hoje recupera rapidamente do sono a que o forçaram. Nas grandes cidades não há, parece-me, a percepção plena do equilíbrio, do bom senso e do realismo do povo, que tem um grande sentido de justiça e uma vincada consciência da pessoa, prezando profundamente a liberdade de ser e de ter, com rejeição dos extremismos e das aventuras ditatoriais de qualquer cor. Essas características serão, creio, bem perceptíveis nos resultados eleitorais.

P. - Quem lhe parece que tem mais força no nosso contexto político de momento?

R. - O Presidente da República, sumo intérprete e representante do M.F.A. e delas próprias, seria, creio, a resposta óbvia.

Mas suponho que não é isso que pergunta e que se refere aos partidos políticos a que aludi.

Estou convencido que a social-democracia é a solução mais aconselhável para Portugal, aquela que concitará o apoio da grande maioria do povo português. Aí está, para mim, a grande força. E a melhor solução também.

Ora o P.P.D. é o único partido que a preconiza. Logo...

P. - Como tem apreciado a actuação do Partido Comunista?

R. - Com o respeito e apreço que me merece um adversário político, minoritário mas forte e bem estruturado, do qual, como é evidente, discordo. Mas não quanto à consolidação da liberdade democrática. E aí tem sido o P.C. muito realista, pondo tal consolidação como essencial, e nela filiando lúcidas tomadas públicas de posição acerca das reivindicações salariais e da agitação.

P. - Greves e reivindicações: preocupações de vulto?

R. - Sim, na medida em que desorganizem a produção, provoquem um clima de insegurança, abalem a nossa economia, já de si tão débil, e contribuam para gerar o pânico, precursor do caos. Não há razão para um ou outro.

Temos de evitar ambos e os caminhos que a eles conduzem, os quais são vias da contra-revolução e do retrocesso.

Haverá que regulamentar toda essa matéria, para defesa dos próprios trabalhadores, que são a grande maioria dos portugueses.

P. - Não tem dúvidas de que os verdadeiros portugueses evitarão o caos e a anarquia, pois não?

R. - Estou certo de que os evitarão, se tiverem informação suficiente para se esclarecerem e formarem opinião.

Não podemos esquecer que durante mais de quarenta anos de censura, e acima de tudo nos quinze anos de televisão, o povo se habituou, com razão, a tomar como verdade oficial e como recomendado pelo governo tudo quanto lia nos jornais ou via na televisão. Demorará naturalmente algum tempo a compreender que agora não é assim; tenderá, entretanto, a tomar ainda como oficialmente recomendado aquilo que ouve na rádio e vê na TV.

Essa é uma das razões da excepcional importância dos órgãos de informação na actual situação.

Não tenho dúvidas de que os portugueses evitarão o caos e a anarquia se tiverem a informação a que têm direito, se os órgãos de informação colaborarem lealmente para esse fim.

P. - Qual o pensamento do Governo Provisório acerca de algumas manifestações mais inflamadas?

R. - Não respondo senão por mim, sendo evidente que ao fazê-lo não posso, nem devo nunca, abstrair da minha qualidade de membro do governo.

Neste momento, mais do que em qualquer outro, inflamação seja onde fôr, é sintoma de doença. Sem calma, moderação e bom senso não poderemos aproveitar a liberdade que nos foi dada em 25 de Abril, não lograremos institucionalizar a democracia.

Há que rejeitar firmemente a política do facto consumado que está minando o programa do Governo e do M.F.A.

Enquanto a Nação não escolher democraticamente não podem ter lugar modificações de estrutura nem reformas de fundo. Há apenas que gerir bem o actual sistema, com as correcções necessárias. Sem isso, não será sequer possível a institucionalização da democracia.

P. - Não se afigura ingrata a tarefa do Governo Provisório, pelo facto de talvez se verificar um certo retraimento dos seus membros em se empenharem numa política de grandes obras e empreendimentos, que depois ficariam pendentes?

R. - Não. O Governo Provisório tem plena consciência da sua missão, do programa que aceitou e no qual está adstrito e das limitações temporais da sua existência. Não tem que se meter em outra grande obra ou empreendimento que não seja a institucionalização da liberdade democrática. E quanto a esta não sente qualquer retraimento.

SAÚDE E ENSINO

P. - Fala-se muito na socialização do ensino, da saúde e outros sectores afins. Caso não tenha fundamento o que se diz, é capaz de traçar em linhas gerais, a orientação do Governo Provisório, a dar àqueles aspectos fundamentais da vida portuguesa?

R. - Não posso nem vou referir a posição do Governo Provisório, que ainda não foi sequer tomada, mas apenas a minha. Sectores como a saúde, educação e outros fazem parte das atribuições e são da responsabilidade do sector público.

A criação de sistemas nacionais de saúde e ensino, que efectivamente funcionem, são, portanto, objectivos fundamentais do governo.

Isso não significa que tenham de ser afastadas quaisquer hipóteses de colaboração do sector privado, desde que se integre inteiramente dentro dos princípios que, em cada domínio, regem a actividade governamental.

Concretamente, na educação, o Estado não poderá prescindir da referida colaboração. O ensino pré-primário, considerado fundamental na educação moderna e na reforma do ensino português, está, de momento, e na fraca medida em que é exercido, inteiramente a cargo do sector privado. O contrário acontece em relação ao ensino primário e superior, dividindo-se a actividade em partes mais ou menos iguais, no que respeita ao ensino técnico e liceal.

Para lá de qualquer outro critério, interessa que não haja elitismo nem classismo de qualquer espécie, no ensino não estatal. Nesse sentido a actividade fiscalizadora do sector público terá de ser cuidadosa.

Quanto à saúde haverá que garantir a todos portugueses uma situação de igualdade perante este direito fundamental. Na passagem à prática é necessário ter em conta que se não podem continuar a aceitar sistemas que, embora representem certas formas de socialização da medicina, se traduzem por situações de ineficiência que neste sector se devem considerar intoleráveis. Aí também temos, pesados, da socialização os direitos, sem lhe colhermos as vantagens.

No nosso contexto actual um sistema eficaz de saúde tem de assentar na medicina hospitalar, relativamente à qual a clínica privada desempenhará função complementar.

Esta medicina hospitalar que constituirá a coluna vertebral do sistema de saúde em Portugal, exige, além do mais o trabalho em tempo integral. Há que criar um organismo de cúpula que domine e integre os diversos sectores, designadamente a saúde, a assistência, a previdência, nos quais está fraccionado o sistema de saúde, com resultados desastrosos, e a que tem de pôr-se termo. Uma medicina socializada só é possível num estado socialista.

P. - O complexo de Sines, as auto-estradas e todos os empreendimentos análogos, que se antolhavam a muitos portugueses como nítida política de fachada, prosseguirão na mesma linha de acção ou serão al-yOs de modificações estruturais?

R. - Houve de facto razões não essencialmente económicas, que influenciaram as decisões respeitantes a vários projectos de grande dimensão, durante as últimas décadas.

O actual governo não precisa, felizmente, de utilizar processos semelhantes. Acontece no entanto, que se isso se deu em relação a vários projectos, também é verdade que houve por vezes uma coincidência, pejo menos parcial, entre os critérios económicos e os políticos.

O complexo de Sines, concretamente, mereceu já da parte do Governo Provisório uma clara declaração em que se manifesta o seu interesse pela continuação daquele empreendimento. É evidente que esta atitude não exclui a necessidade, que será real na maioria dos casos, de rever as políticas a seguir e promover até a sua discussão pública.

Será útil acrescentar que o Estado deverá garantir suficiente capacidade humana, técnica e financeira para poder intervir como investidor, realizando projectos de grande dimensão em sectores estratégicos da actividade económica nacional. Com isto pretende-se que as alavancas da política económica não escapem ao controlo do Estado, como até agora sucedia. Por outro lado só assim se poderá impedir que os objectivos de crescimento económico fiquem dependentes apenas de uma iniciativa privada que em muitas alturas se tem mostrado insuficiente.

P. - A agricultura talvez seja o espelho do nosso atraso. Grandes mudanças na política agrícola?

Quer falar sobre o absentismo, os latifúndios e minifúndios?

R. - O problema da agricultura é um dos mais difíceis que o Governo terá de enfrentar. As tarefas de fundo não caberão, a meu ver, ao Governo Provisório, designadamente nos aspectos referidos por si.

Por um lado a agricultura necessita de rápidas reformas estruturais que vão da propriedade à inserção da agricultura no conjunto da economia do país e ao problema do trabalho rural. Por outro lado essas reformas exigem tempo e não po-

derão processar-se sem tensões, o que poderá revestir consequências graves face à necessidade de assegurar o abastecimento da população em bens alimentares.

Recorde-se que neste momento as dificuldades da agricultura são responsáveis por boa parte do surto inflacionista.

No que respeita à reforma das estruturas fundiárias, julgo que deve prioritariamente atender-se ao problema dos minifúndios. Basta referir que existem em Portugal mais de 650 000 propriedades (num total de cerca de 800 000) com menos de cinco hectares, em que a produção se destina a mais de 30% ao auto-consumo. Neste campo muito se deve esperar do cooperativismo. Todavia o governo deverá criar sistemas de apoio que permitam uma progressiva correcção da dimensão da pequena propriedade.

Quanto aos latifúndios impõe-se uma enérgica intervenção no sentido de impedir, quer a influência de muitas grandes explorações, quer o privilégio dos rendimentos da propriedade sobre os rendimentos do trabalho. O mesmo se aplica em relação ao absentismo, que deve ser combatido não só pelas suas consequências económicas mas também pelas suas implicações sociais.

P. - Com os aumentos de mão-de-obra e inerentes e melhores regalias sociais, não se irão retractar agora os investidores estrangeiros que transformavam Portugal numa "coutada" sua? Qual a nossa posição futura frente aos investimentos estrangeiros?

R. - O Governo Provisório, no seu programa, refere especificamente a necessidade de criar "estímulos à poupança e ao investimento privado - interno e externo - com salvaguarda do interesse nacional". Temos que ter presente que uma abertura ao investimento externo é uma peça fundamental da nossa integração na Europa, além de ser neste momento especialmente relevante, técnica e financeiramente.

Torna-se urgente a meu ver, a promulgação de um código que regulamente de forma inequívoca, as condições a que deverão obedecer os investimentos estrangeiros. Essa regulamentação tem sido, aliás, referida com frequência em organismos internacionais. E é essencial para defesa do interesse colectivo. Ao próprio investidor importa saber a lei a que ficará sujeito. A definição dos regimes legais é um dos principais aspectos da ordem interna sem a qual não haverá investimentos significativos.

O PROBLEMA DAS NACIONALIZAÇÕES E O ULTRAMAR

P. - Acha que se justifica uma nacionalização sempre que uma empresa sobrepõe o interesse particular ao interesse colectivo?

R. - Se a pergunta se refere aos monopólios, entendo que a nacionalização se impõe se o interesse social é comprometido.

Não sou partidário de uma política sistemática de nacionalizações.

Há hoje vários outros meios de controlo do poder económico e de garantir de prevalência de interesse social.

Existem contudo sectores em que a nacionalização se impõe. O programa do Governo provisório prevê apenas a dos bancos emissores. Mas há outros, como os da energia, armamento, informações e transportes, em que empresas com capital majoritário do Estado ou da Previdência continuam a ser exploradas e geridas como se de meras empresas privadas se tratasse, comungando dos defeitos próprios das empresas públicas e dos das privadas, sem colherem os benefícios de nenhuma delas.

P. - Das três colónias portuguesas, qual lhe parece de solução mais difícil?

R. - Moçambique. Pelos problemas económicos que enfrenta, pelas divisões humanas com que se defronta, pelas vizinhanças que a condicionam, pela situação militar que a dilacera, pelos apetites de ocupação que suscita.

P. - No caso da independência e da permanência dos brancos em África, uma colónia portuguesa em Angola, Moçambique e Guiné deverá ser encarada como qualquer outra colónia nossa em São Paulo, Paris ou noutra canto do mundo. É assim que se entende?

R. - As ligações das comunidades portuguesas com Portugal, no caso de independência dos territórios do ultramar, serão necessariamente muito mais estreitas do que as existentes com idênticas comunidades noutros países. Isso me parece evidente. Não pode comparar-se a situação dos territórios ultramarinos, se optassem pela independência e quanto às ligações das comunidades europeias com a metrópole, com aquela que existe no Brasil ou em países que nunca tiveram laços políticos com Portugal.

P. - No que concerne à Base dos Açores haverá brevemente uma revisão dos acordos mais favorável aos Portugueses?

R. - Não sei.

P. - Ao que parece, Portugal não hesitará em caminhar de braços abertos para a Europa. Mas, como é que vê os interesses "pessoais" a que o Velho Continente está ainda preso e que distorcem a imagem da Europa unida?

R. - Portugal não tem dificuldade em caminhar de braços abertos para a Europa, tanto mais que também em sentido inverso o acolhimento tem sido muito positivo. Esse é um movimento que considero irreversível.

Na presente fase, os interesses "pessoais" a que se refere, não são obstáculos a uma maior participação de Portugal na construção da Europa.

Em termos comerciais, essa participação dificilmente poderá ser maior: 67% da exportação portuguesa para o estrangeiro, excluindo os diamantes, dirigia-se para a C.E.E. e para a E.F.T.A., absorvendo os novos países do Mercado Comum, só por si, quase 55% das vendas.

Na importação a situação é semelhante em termos de percentagem, o que significa desvantagem muito considerável em termos absolutos.

Para obviar essa situação, há que não descurar os contactos a nível diplomático e tentar alargar o âmbito do acordo. Quer estudando a possibilidade de outras modalidades, agora certamente mais viáveis, quer, procurando no apoio técnico e financeiro, condições favoráveis ao desenvolvimento português.

P. - Está no pensamento do Governo Provisório estabelecer, a curto prazo, relações diplomáticas com Pequim?

R. - Tem de estar, pois um dos pontos do programa do Governo Provisório é o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países do Mundo.

Macau, caso ímpar relativamente aos territórios ultramarinos, será certamente um bom ponto de contacto com a China, que urge aproveitar, pois, urgente é também o estabelecimento de relações diplomáticas com o governo de Pequim.

Toda a abertura diplomática e comercial tem de fazer-se sem quebra da nossa plena inserção, na Europa, e com integral manutenção das boas relações tidas com os países que há muito conosco convivem e nos apoiam.

- O CENTRO-ESQUERDA E A ESQUERDA

P. - Tem havido maiores ou menos dificuldades do que julgava, nas conversações com os movimentos de libertação?

R. - Sempre julguei que as negociações seriam difíceis; creio mesmo que ninguém pensaria o contrário. Não só as que estão em curso como as que venham a ser iniciadas com os demais movimentos internacionais depararão forçosamente com questões de resolução muito árdua e morosa..

P. - Qual, das expressões socioeconómicas mais consagradas, se lhe afigura conveniente e exequível para Portugal?

R. - Já em 1971, em entrevista concedida ao vespertino "República", manifestei a minha adesão a uma linha de social-democracia. Creio que essa será a orientação que permitirá vencer o nosso atraso económico e simultaneamente superar as situações de profunda injustiça social que entre nós se verificam. Há que incrementar rapidamente a produção de riqueza e, simultaneamente, corrigir profundamente a sua distribuição. Mesmo os países desenvolvidos da Europa se encontram nessa linha. Não podemos ter a pretensão, porque não temos a menor possibilidade de passar de um capitalismo selvagem, sem regras do próprio sistema, para um socialismo em liberdade que poderá ser o mais justo, mas não se conseguiu ainda em países que têm meios económicos e humanos de que nós carecemos para tentar a experiência.

P. - O Partido Popular Democrático constitui a voz do centro-esquerda. Em que consiste um centro-esquerda e em que difere essencialmente de uma esquerda?

R. - O Partido Popular Democrático foi o único, até agora que apareceu a defender a social-democracia, como já disse. Nesse sentido pode considerar-se de centro-esquerda, ou de esquerda não marxista, se quiser.

Nisso difere obviamente dos partidos comunista e socialista.

Na declaração de princípios já publicada em Portugal, bem como no seu completo programa, publicado em Itália em Setembro de 1973, o Partido Socialista defende a colectivização dos meios de produção e a autogestão, considerando o marxismo como inspiração teórica predominante.

Basta atentar nas linhas programáticas do P.P.D. para se aquilatar das diferenças, visto que nelas transparece toda uma ideia personalista, em que a subordinação do privado ao social é feita sem dogmatismos de apropriação colectiva, antes com respeito por toda a dimensão da pessoa humana; por isso se rejeita o lucro e o crescimento económico como motores da vida socioeconómica e se preconiza uma eficaz subordinação do privado ao social, designadamente através do aumento do poder dos trabalhadores, sem excluir a propriedade social em certos casos.

Se a definição da esquerda passa pela aceitação do marxismo, o P.P.D. não se enquadrará nela.

Mas se, como eu penso, a esquerda abrange todas as orientações verdadeiramente democráticas e progressistas, o P.P.D. tem nela o seu lugar, com rejeição de extremismos e dogmatismos, que não aceita.

Hoje um centro-esquerda nada define; exprime apenas uma amplitude de cobertura de tendências democráticas e progressistas que é garantida pela linha social-democracia perfeitamente definida, nas linhas programáticas do P.P.D.

P. - Qual seria a posição do Partido Popular Democrático face a partidos da direita, que venham a ganhar representatividade?

R. - Se por partido da direita entende o que congrega as forças reacçãoárias que hostilizam os princípios democráticos, não será sequer possível o seu reconhecimento.

Mas se, em termos europeus, alude a um partido conservador, respeitador da liberdade e da democracia, haverá que aceitá-lo no jogo político e contar com a força que tenha.

Parece-me, no entanto, que é tão grande o nosso atraso e tamanhas as desigualdades sociais, que o conservantismo será sempre débil, porque não corresponde aos anseios e necessidades do povo.

P. - Quer evocar o malogrado Pinto Leite e o papel que ele teria no Portugal Novo?

Seria certamente um chefe, generoso, apto e entusiasta, temível para os adversários e seguro para os seus adeptos, entre os quais por certo me contaria. Foi-o no contexto adverso da Assembleia Nacional, na X Legislatura; e hoje teria seguramente um papel fundamental a desempenhar na construção do país a que os Portugueses têm direito. A sua falta mais nos responsabiliza a todos no desempenho dessa tarefa, a que ninguém pode voltar a cara.

Poderão ver-se prelúdios revolucionários na posição de força da antiga ala liberal, completamente antagónica aos desígnios do antigo regime?

R. - Sim, no sentido de mudança. Tentámos colaborar activamente na construção de um regime novo, que nunca chegou a ver a luz do dia.

Isso ficou provado. E as pessoas viram-se alertadas para a sua desesperada situação política. O caso tem certa analogia com o que se passou com os generais Spínola e Costa Gomes: o seu afastamento foi sinal decisivo de que nada se podia fazer no sentido da reforma de regime. O revolucionário 25 de Abril foi a única resposta possível.

Saber estar e romper a tempo, correr os riscos da adesão e da renúncia, pôr a sinceridade das posições acima dos jogos pessoais, isso é política que vale a pena. Aventura lúcida da perseguição do bem comum na linha sinceramente tida como mais adequada ao progresso dos homens.

1.1.7. Entrevista ao "Diário Popular" - 8/7/74

FRANCISCO SÁ CARNEIRO - advogado do Porto, elemento dos mais activos da "Ala Liberal" de uma Assembleia Nacional que se esperava fosse o primeiro grande passo para a desejada "descompressão" política, mas que acabara os seus dias de mandato sem permitir a alguns que nela acreditaram ver concretizadas as suas esperanças de abertura ou de verdadeira "evolução", ainda que numa atmosfera de "continuidade".

Autor de vários projectos de lei, não os viu contemplados com a aprovação da "comissão política" então existente, não chegando, por isso, a merecerem a audiência do plenário. São de desilusão as palavras escritas por Sá Carneiro na sua declaração de renúncia, em 25 de Janeiro de 1973, negadas a publico pela Censura: "A sistemática declaração de inconveniência atribuída nestes dois meses passados aos meus seis projectos e as inusitadas considerações, agora, pela primeira vez, produzidas pela Comissão de Política e Administração Geral e Local, levam-me a concluir à evidência, não poder continuar no desempenho do meu mandato sem quebra da minha dignidade, por inexistência do mínimo de condições de actuação política livre e útil que reputo essencial. Assim, e através desta declaração pública, renuncio ao meu mandato de deputado pelo círculo eleitoral do Porto."

Que os projectos não perderam actualidade prova-o o facto de terem inspirado medidas legislativas já tomadas ou em apreciação no Conselho de Ministros, para normalização da actual fase da vida portuguesa.

Ministro sem pasta do Governo Provisório, escolhido pelo primeiro-ministro Palma Carlos para seu adjunto, Francisco Sá Carneiro é por convicção e por filiação partidária um social-democrata, secretário-geral do P.P.D. (Partido Popular Democrático), e pedra importante do xadrez político do após 25 de Abril.

Conversámos no seu gabinete em S. Bento, informalmente, durante cerca de uma hora, sem agenda previamente fixada. Os temas foram fluindo sem uma organização rígida, que fizemos questão de manter, nesta reprodução escrita.

Entre o jornalista e Sá Carneiro, apenas o gravador, testemunha fiel de uma entrevista que procurou tocar os pontos mais "quentes" da experiência de um novo regime que prometeu, finalmente, restituir e assegurar aos portugueses o exercício das suas liberdades fundamentais.

"Diário Popular" - Falemos primeiro, talvez, do movimento grevista, que na opinião de alguns observadores terá surpreendido, pela sua extensão e gravidade, o Governo Provisório...

Francisco Sá Carneiro - Não foi propriamente um movimento que surpreendesse o Governo, porque não começou depois da tomada de posse do Governo Provisório. O movimento reivindicativo e grevista iniciou-se pouco depois da constituição da Junta de Salvação Nacional. Nas três semanas de governo da Junta desenrolou-se todo esse movimento, incluindo greves com ocupação. De modo que quando o Governo Provisório tomou posse encontrou uma situação bastante deteriorada no que respeita ao aspecto social e laboral. Ela agravou-se, ainda, depois da posse do Governo Provisório, com sérios inconvenientes, que foram patentes ao nível do público com a greve dos Correios, por exemplo. E foram inconvenientes de tal maneira sérios e graves, em si mesmos, que impuseram a adopção de medidas (como aconteceu com os Correios) de ocupação militar, que, felizmente, não chegaram a ter execução, porque a greve terminou antes disso, e de requisição noutros casos.

"HOUE UM ABRANDAMENTO NO DESENNOLAR DAS GREVES"

D. P. - Quanto à situação actual...

F. S. C. - A situação actual é bastante melhor, e houve um abrandamento no desenrolar das greves. Não quer isto dizer que, no geral, o problema económico e social esteja resolvido. A melhoria deu-se, apenas, nos sintomas. Haverá que tomar medidas para resolução da situação e não nos contentarmos nem nos tranquilizarmos com a mera acalmia desses sintomas.

D. P. - Tem-se falado muito, entretanto, de greves "selvagens" e greves de "direito". Embora se saiba estar iminente a publicação de um diploma regulamentador, em que bases se poderá estabelecer a distinção entre umas e outras?

F. S. C. - É evidente que nessa matéria como em tudo o mais que lhe diga nesta entrevista, a minha posição é puramente pessoal. Não estou aqui a expor a posição do Governo nem sequer a falar como membro do Governo. Não é segredo nenhum que o Governo vai publicar legislação sobre a greve e o "lok-out", e a associação sindical de trabalhadores e de patrões. Essas medidas estão, portanto, em estudo no Governo, e o que lhe vou dizer não traduz de maneira nenhuma o desenrolar da discussão ou de qualquer orientação no sentido do que foi aprovado. A minha opinião pessoal quanto às greves, pessoal e até do Partido, é a de que devem ser disciplinadas dentro de certas orientações. O Partido Popular Democrático publicou já um documento definindo a sua posição quanto à regulamentação do direito de greve. E essa é, também, a minha posição. Infelizmente, na Imprensa, não foi dado um conhecimento integral desse documento, que, de resto, era bastante extenso. A minha opinião é, assim, a de que a greve deve ser

regulamentada como meio último de defesa dos trabalhadores, inserido num processo de negociação e conciliação. Se se frustrarem todos os meios de negociação, então será legítimo o recurso à greve. Com isto excluo a greve "política", e limito já, em função daquilo que lhe disse, a greve de "solidariedade". Esta, na minha opinião, deve ser restrita aos interesses das categorias profissionais ou aos interesses globais dos trabalhadores, dentro da mesma empresa, visando, em qualquer caso, exclusivamente a defesa aos interesses profissionais. O problema das greves "selvagens" resolve-se se, como entendo, a greve apenas puder ser decretada pelos sindicatos. Serão, pois, as organizações profissionais dos trabalhadores as únicas que poderão decretar a greve. Trata-se, como acentuei, de um meio último para defesa dos interesses profissionais, com gravíssimas repercussões de ordem económica e social geral e, portanto, com uma influência muito forte no bem comum da sociedade que a todos nós respeita. Daí que me pareça que só às organizações representativas dos trabalhadores deverá ser concedido o poder de decretar ou não a greve, visto que também a elas deverá competir a negociação colectiva das convenções que regularão os direitos dos trabalhadores...

A OCUPAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DEVE SER SEMPRE PROIBIDA

D. P. - Parece-lhe que as greves, até agora, tiveram um carácter mais "político" ou de reivindicação social?...

F. S. C. - É difícil saber e distinguir, no meio de dezenas e dezenas de greves que têm surgido o carácter que levou à sua ocorrência. De um modo geral, parece-me que, neste momento, temos estado perante greves reivindicativas mais do que de qualquer outra ordem. Em todo o caso, aparecem já algumas reivindicações que são de natureza puramente política, como sejam aquelas que dizem respeito à forma de participação dos trabalhadores na empresa - auto-gestão, co-gestão - e ao direito que se arrogam alguns trabalhadores de controlar as próprias administrações, de decidir, até, das pessoas que hão-de compor essas administrações, e que têm em vista, de um modo geral, o chamado saneamento da empresa.

Tudo isso excede a defesa dos interesses profissionais e se insere num processo que é já nitidamente político.

SANEAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: "UMA SOLUÇÃO MUITO EQUILIBRADA"

D. P. - Por falar em saneamento, talvez o sr. ministro pudesse referir-se ao que está previsto para a Administração Pública que tem levantado muitas apreensões...

F. S. C. - Sobre esse saneamento pouco haverá a dizer agora, porque muito já está dito no decreto-lei publicado que regula a matéria. Creio que se foi para uma solução muito equilibrada e plenamente aceitável. Por outro lado, a resolução do Conselho de Ministros de 24 de Junho foi bastante firme. Julgo que era muito necessária e, no fundo, o que diz é que ao Governo e só ao Governo compete a orientação dos serviços e a tomada de decisões relativa ao seu funcionamento.

E. se assim não fosse, estaríamos a caminhar, ou estaríamos já, numa situação de autogestão e, até, de revolução permanente, que é perfeitamente contrária à ordem jurídico-política actual e contrária, mesmo, aos objectivos que ao Governo Provisório compete prosseguir de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas e com o Programa do próprio Governo.

D. P. - Uma das inovações que tem sido mais debatida no processo de saneamento e rejuvenescimento dos quadros da Administração Pública tem sido a da requisição de pessoal civil...

F. S. C. - É um assunto que está em estudo e relativamente ao qual nada lhe posso adiantar. Enquanto não fôr ultimado esse estudo pelo Governo, tudo o que lhe dissesse seria mera inconfiência que não estou disposto a cometer...

D. P. - Mas será um diploma a sair brevemente...

F. S. C. - Espero que sim. Brevemente a matéria será regulada.

"O SISTEMA QUE NOS CUMPRE SERVIR É O SISTEMA ECONÓMICO VIGENTE"

D. P. - Outro ponto "quente" do actual momento político são as "nacionalizações" e os receios que inspiram em sectores influentes da vida financeira portuguesa. Como resultado desse clima, o retraimento da iniciativa privada nacional e estrangeira será já um facto a ter o seu peso no desenrolar de um processo de crise. Interroga-se, por isso, muita gente sobre qual será, efectivamente, a posição do Governo Provisório face a esta conjuntura.

F. S. C. - A posição é claríssima, visto que consta do Programa do Governo Provisório. Ele prevê, apenas, a nacionalização de bancos emissores. E o Governo não tem mais do que se conter nos limites do seu programa e de o executar. Nesse aspecto, o que houve foi, dentro daquela linha reivindicativa de que já lhe falei, terem aparecido certos sectores a reivindicar a nacionalização disto, a socialização daquilo, com um propósito puramente político e contrário ao Programa do Movimento e do Governo. Isso teve certos efeitos nocivos e graves na actual situação económica e social, visto que se gerou um clima de insegurança e de incerteza, contrário ao objectivo que consta, também, do Programa do Governo Provisório, que é o de incentivar o investimento interno e externo.

O incentivo desse investimento supõe uma segurança e uma tranquilidade, que foram afectadas por todo este clima reivindicativo para uma socialização que não pode ter lugar neste momento e que se opõe as linhas gerais da política seguida.

A estrutura do actual sistema económico tem de manter-se, de acordo com o que está previsto nas leis constitucionais e nas leis gerais publicadas depois do 25 de Abril, até que haja uma opção democrática do povo português.

Se através das eleições posteriores à elaboração e promulgação da futura Constituição se optar por um socialismo, essa orientação terá de ser democraticamente respeitada. Mas, até lá, o sistema que nos cumpre gerir é o sistema económico vigente, com as correcções impostas pela adopção de uma nova política em que

sejam eliminadas as situações de injustiça e o crescimento económico posto ao serviço do povo português.

"NÃO HÁ A MENOR RAZÃO PARA QUE AS PESSOAS NÃO VENHAM ATÉ NÓS EM TURISMO"

D. P. - O turismo e as remessas periódicas dos emigrantes eram dois factores extremamente relevantes na nossa balança económica. Como se encara a actual quebra que neles se verifica e as repercussões próximas dessa quebra?

F. S. C. - Como sabe, a nossa balança de pagamentos não era precária, mas fortemente positiva. Nesse saldo positivo, tinham, de facto, grande influência as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo. É normal que numa situação pós-revolucionária umas e outras tenham sido afectadas. O clima que depois se gerou, de excessivas reivindicações e de intranquilidade económica e social contribuiu para o agravamento da diminuição dessas receitas. Espero que com o restabelecimento da calma e da segurança social e económica, elas serão repostas nos níveis anteriores, visto que não há a menor razão para que as pessoas não tenham confiança e não venham até nós em turismo.

Ponto é, e nisso está o Governo empenhado, que se demonstre que essa confiança é merecida e que a situação está perfeitamente controlada e se caminhará não para o restabelecimento do equilíbrio anterior, mas para novo ponto de equilíbrio através de um dinamismo económico e social.

F. S. C. - Como sabe, a nossa balança de pagamentos não era precária, mas fortemente positiva. Nesse saldo positivo, tinham, de facto, grande influência as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo. É normal que numa situação pós-revolucionária umas e outras tenham sido afectadas. O clima que depois se gerou, de excessivas reivindicações e de intranquilidade económica e social contribuiu para o agravamento da diminuição dessas receitas. Espero que com o restabelecimento da calma e da segurança social e económica, elas serão repostas nos níveis anteriores, visto que não há a menor razão para que as pessoas não tenham confiança e não venham até nós em turismo.

Ponto é, e nisso está o Governo empenhado, que se demonstre que essa confiança é merecida e que a situação está perfeitamente controlada e se caminhará não para o restabelecimento do equilíbrio anterior, mas para novo ponto de equilíbrio através de um dinamismo económico e social.

A GREVE DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

D. P. - Portanto, dois factores a juntarem-se a outros que poderão agravar a nossa situação económica...

F. S. C. - Com certeza que agravam e que podem criar dificuldades. A greve das agências de viagens, por exemplo, não facilitou nada a resolução desses problemas, e poderia trazer fortes consequências no que respeita ao turismo - e estou convencido de que algumas trouxe. E um dos casos de deterioração injustificada de que lhe falei, por excesso de reivindicações e mau uso dos processos reivindicativos.

A respeito da crise é evidente que ela já estava em curso; É uma crise económica mundial, na qual já estávamos inseridos e da qual já estávamos a sentir os efeitos fortemente nocivos, embora o público, no regime anterior, pela tal ausência de informação, melhor, pelo falseamento da informação, não se tinha apercebido. Está a aperceber-se agora dos efeitos económicos e sociais da crise que vem de trás. Eles foram agravados pelas circunstâncias que já lhe referi e impõem que se caminhe com muita cautela e que se exija de todos nós uma colaboração, uma consciência e uma prudência sem a qual podemos chegar a uma situação de desemprego e de inflação combinados, o que constituiria uma conjugação ruínosa para todos nós.

Urge minorar de todo o modo os efeitos dessa crise que é geral, mas para isso é indispensável que cada um tome consciência da situação em que está e das consequências que podem ter as suas acções contestatárias e reivindicativas, mesmo no aspecto salarial.

Isto tanto se aplica, como é evidente, aos empresários como aos trabalhadores. O sector privado tem, também, de ter muita consciência das responsabilidades acrescidas, que neste momento de crise lhe

competem. Há que acelerar rapidamente os investimentos, tanto privados como públicos, tanto internos como externos.

"SE A INFLAÇÃO SE COMBINAR COM O DESEMPREGO FICAREMOS NUMA PÉSSIMA SITUAÇÃO"

D. P. - Todos esses factores conjugados não poderão desencadear, a curto prazo, uma onda inflacionária tão ou mais acentuada do que aquela que já estávamos a conhecer?

F. S. C. - Pois pode. E se essa inflação se combinar com o desemprego ficaremos numa péssima situação. É isto que se impõe evitar e é bom que as pessoas tomem disso consciência.

PROVIDÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

D. P. - Em íntima relação com essas dificuldades económicas, tem constado com insistência que Portugal estaria a negociar por um lado, um vultoso empréstimo junto do Banco Mundial e, por outro, admitiria a desvalorização da moeda. Têm alguma consistência tais notícias?

F. S. C. - Sinceramente não estou ao corrente de todas as providências, económicas e financeiras que o ministério respectivo tem em curso e das quais o Governo será inteirado quando estiverem concluídas as diligências. Do que sei, e enquanto essas diligências não estiverem concluídas, também não lhe posso revelar. Estou certo de que a Coordenação Económica está a tomar as providências financeiras necessárias ao domínio da situação.

D. P. - Mas uma desvalorização da moeda não poderia ser encarada, de momento como medida até vantajosa para o incentivo da exportação?

F. S. C. p É um assunto que tem de ser muito bem pesado, visto que como país que somos mais importador do que exportador a desvalorização da moeda poderia implicar uma situação pior do que aquela em que estamos. Mas esse não é o único parâmetro a considerar. O problema é muito complexo, implica com a utilização das reservas e toda uma série de outros factores que serão considerados dentro da alta competência das pessoas que estão disso encarregadas no sector económico.

"CREIO QUE A TENDÊNCIA DEPOIS DA REVOLUÇÃO FOI PARA UMA DIMINUIÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS"

D. P. - Também se tem dito que a Banca privada estaria "sem dinheiro", com reflexos presentes no desconto de letras, e na concessão de crédito, do qual dependem bastante as pequenas e médias empresas...

F. S. C. - É muito natural que haja dificuldades quanto aos recursos de crédito da Banca privada. Creio que a tendência depois da Revolução foi para uma diminuição de depósitos bancários, visto que as pessoas procuraram conservar elas próprias, uma certa liquidez, retendo fundos em vez de os depositarem normalmente nos Bancos. O que é mau e gera uma diminuição das disponibilidades de crédito. É um ponto acerca do qual é indispensável também que as pessoas tomem consciência, pois que isso mostra uma falta de confiança que não se justifica e limita muito as disponibilidades da Banca comercial, retirando dinheiro da circulação.

Quanto ao crédito em si, tanto quanto eu sei, não há restrições por parte da Banca privada e, nesse aspecto, penso que é mau haver, como tem havido, acusações generalizadas, pois criam situações de desconfiança e de descontentamento.

Se há quaisquer casos concretos a apontar, que se apontem ao Governo para que sejam investigados e corrigidos. Dizer em geral que a Banca privada não colabora ou está a criar dificuldades, só serve para piorar a situação e para criar ódios e suspeições injustificadas, visto que só perante casos concretos se poderão tomar medidas concretas.

É natural que tenha havido um aumento do recurso ao crédito. Por outro lado, as empresas que já funcionavam com o crédito também foram levadas a não amortizar o montante dos seus empréstimos pelas dificuldades que estavam a ter de tesouraria e de colocação de mercadorias. Portanto, a Banca viu-se perante situações muito mais intensas, quer quanto à prorrogação de créditos já concedidos quer quanto à concessão de créditos novos. E não admira nada que não possa acorrer a tudo e que se veja em sérias dificuldades para satisfazer todos os pedidos que lhe são dirigidos.

"HÁ QUE IMPOR UMA DISCIPLINA DE ACTUAÇÃO DO PODER ECONÓMICO"

D. P. - O actual quadro financeiro, caracterizado pela existência de extensos monopólios ou grupos económicos, poderá ser justificado pela necessidade de o País ter empresas poderosas para competir, por exemplo, nos mercados externos?

F. S. C. - Esses grupos económicos existem. Eles são necessários. Creio que é muito mais favorável lidar com grandes grupos económicos nacionais do que ficar subordinado a multinacionais. Em primeiro lugar, o interesse geral parece-me que pode ser melhor servido e esse serviço muito melhor controlado com grupos nacionais.

O que importa é que o poder político tenha o controlo do exercício do poder económico, em termos de ele ser colocado ao serviço da colectividade. E todas as intervenções necessárias serão feitas para que esse fim seja atingido.

Se num determinado sector os interesses particulares são prosseguidos com detrimento do interesse geral, legitimam-se providências graduais do poder político que podem ir até à nacionalização, para que o interesse geral seja preservado.

Fora disso, o que há é que impor uma disciplina de actuação do poder económico e dos investimentos, para que ele seja feito com proveito para todos nós e não apenas para os detentores desse poder.

UM CONJUNTO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS PARA REGULARIZAR O ABASTECIMENTO

D. P. - No leque dos problemas económicos, creio que o do abastecimento público, não é dos menos importantes, considerando os actuais circuitos de comercialização com os seus intermediários, provocando apreciáveis desníveis entre os preços praticados no produtor e os que são propostos ao consumidor. Até onde poderá ir a intervenção estatal na reformulação de um sistema cujas desvantagens são visíveis?

F. S. C. - A esse respeito, há toda uma série de medidas que fazem parte do conjunto de diplomas a publicar esta semana pelo sector da Coordenação Económica.

A situação actual, como sabe, é de congelamento de preços. Depois do 25 de Abril foram lançados no mercado "stoks" que tinham carácter especulativo. Por outro lado, houve uma certa retracção na procura, o que permitiu um satisfatório abastecimento, mesmo antes das medidas de congelamento.

É evidente que no fim do congelamento poderá haver uma tendência para a alta e, possivelmente, essa expectativa de alta provocará um acréscimo de procura que poderá dificultar o abastecimento.

Por isso mesmo, é que o Ministério da Coordenação Económica, regulará o assunto através de vários diplomas, em ordem ao controlo dos preços, e à manutenção de um abastecimento regular, quer no que respeita a canais de comercialização, quer no controlo e combate de intuitos especulativos.

DIVÓRCIO: "A SITUAÇÃO É INSUSTENTÁVEL A MEU VER, ATÉ DE UM PONTO DE VISTA RELIGIOSO E MORAL"

D. P. - Mudando de assunto: em que posição se encontra o delicado problema da dissolução do divórcio dos casamentos canónicos, e a consequente revisão da Concordata com a Santa Sé?

F. S. C. - Como sabe, tenho posição pessoal tomada, não só doutrinária como política, desde que na Assembleia Nacional apresentei o problema da revisão da Concordata, designadamente, no que respeita à dissolução dos casamentos canónicos por divórcio. Mais tarde, apresentei um projecto-lei de alteração ao Código Civil, que vi-

sava acabar com a proibição, que ainda consta daquele Código, de não dissolução dos casamentos canónicos por divórcio. Foi um dos muitos projectos que foram vetados pela comissão respectiva e que não teve seguimento. Hoje, desenha-se um amplo movimento no sentido de reclamar a revisão dessa situação. Claro que o problema não é de pura legislação interna - se o fosse seria muito mais fácil. Tem implicações diplomáticas, pois que a proibição consta da Concordata com a Santa Sé.

Em todo o caso, é um problema de resolução urgente; a situação afigura-se-me de uma grande injustiça, porque faz uma discriminação civil baseada na forma de casamento das pessoas.

A situação é inaceitável e insustentável, a meu ver, até de um ponto de vista religioso e moral. O Governo tem estado ocupadíssimo com a resolução de inúmeros problemas e com a elaboração de legislação complexa e será, portanto, numa fase ulterior que, certamente, se debruçará sobre o problema que focou.

ULTRAMAR: "NÃO ESTAMOS NUMA SITUAÇÃO DE IMPASSE"

D. P. - Por fim o Ultramar: tem-se dito (e escrito) que a interrupção das negociações com o P.A.I.G.C. poderá estar a comprometer um programa de descolonização, já de si delicado no complexo quadro em que se aplica.

Será de aceitar que essa pausa nas conversações esteja a retrair todo o processo ultramarino desencadeado após o 25 de Abril?

F. S. C. - Claro que o problema da descolonização e do futuro dos territórios do Ultramar é muitíssimo complexo. A posição de princípio está definida: autodeterminação com todas as suas consequências, entre as quais a independência; é a linha que consta do Programa do Governo Provisório e que corresponde integralmente à linha da Organização das Nações Unidas. Naturalmente que a sua aplicação levanta inúmeros problemas e dificuldades. Em nenhum caís do mundo a descolonização foi um problema fácil. É-o muito menos para nós, que temos vastos territórios com características e problemas diferentes.

Seria uma ilusão perigosa supor que rapidamente se pudesse resolver esse problema. Ele demorará necessariamente tempo a solucionar. As negociações serão conseqüentemente difíceis e morosas. Não estamos numa situação de impasse. Houve dificuldades, haverá dificuldades. A resolução do problema não depende unicamente de nós.

Estou convencido, por exemplo, que as dificuldades surgidas com o P.A.I.G.C. não serão insuperáveis. É tudo uma maneira de conduzir as coisas, no sentido de se chegar a um acordo que se impõe. Assim, o processo de descolonização prosseguirá, os problemas hão-de solucionar-se. Mas não se peça ao Governo que os

resolva a curto prazo. Primeiro, porque não era possível. Segundo, porque não depende apenas do Governo, nem dos órgãos de soberania portugueses. Depende de todo um contexto internacional, e, como é evidente, dos movimentos de libertação e das populações do Ultramar.

DIVÓRCIO: "A SITUAÇÃO É INSUSTENTÁVEL A MEU VER, ATÉ DE UM PONTO DE VISTA RELIGIOSO E MORAL"

D. P. - Mudando de assunto: em que posição se encontra o delicado problema da dissolução do divórcio dos casamentos canónicos, e a consequente revisão da Concordata com a Santa Sé?

F. S. C. - Como sabe, tenho posição pessoal tomada, não só doutrinária como política, desde que na Assembleia Nacional apresentei o problema da revisão da Concordata, designadamente, no que respeita à dissolução dos casamentos canónicos por divórcio. Mais tarde, apresentei um projecto-lei de alteração ao Código Civil, que visava acabar com a proibição, que ainda consta daquele Código, de não dissolução dos casamentos canónicos por divórcio. Foi um dos muitos projectos que foram vetados pela comissão respectiva e que não teve seguimento. Hoje, desenha-se um amplo movimento no sentido de reclamar a revisão dessa situação. Claro que o problema não é de pura legislação interna - se o fosse seria muito mais fácil. Tem implicações diplomáticas, pois que a proibição consta da Concordata com a Santa Sé.

Em todo o caso, é um problema de resolução urgente; a situação afigura-se-me de uma grande injustiça, porque faz uma discriminação civil baseada na forma de casamento das pessoas.

A situação é inaceitável e insustentável, a meu ver, até de um ponto de vista religioso e moral. O Governo tem estado ocupadíssimo com a resolução de inúmeros problemas e com a elaboração de legislação complexa e será, portanto, numa fase ulterior que, certamente, se debruçará sobre o problema que focou.

ULTRAMAR: "NÃO ESTAMOS NUMA SITUAÇÃO DE IMPASSE"

D. P. - Por fim o Ultramar: tem-se" dito (e escrito) que a interrupção das negociações com o P.A.I.G.C. poderá estar a comprometer um programa de descolonização, já de si delicado no complexo quadro em que se aplica.

Será de aceitar que essa pausa nas conversações esteja a retrair todo o processo ultramarino desencadeado após 25 de Abril?

F. S. C. - Claro que o problema da descolonização e do futuro dos territórios do Ultramar é muitíssimo complexo. A posição de princípio está definida: autodeterminação com todas as suas consequências, entre as quais a independência; é a linha que consta do Programa do Governo Provisório e que corresponde integralmente à linha da Organização das Nações Unidas. Naturalmente que a sua aplicação levanta inúmeros problemas e dificuldades. Em nenhum Caís do mundo a descolonização foi um problema fácil. É-o muito menos para nós, que temos vastos territórios com características e problemas diferentes.

Seria uma ilusão perigosa supor que rapidamente se pudesse resolver esse problema. Ele demorará necessariamente tempo a solucionar. As negociações serão consequentemente difíceis e morosas. Não estamos numa situação de impasse. Houve dificuldades, haverá dificuldades. A resolução do problema não depende unicamente de nós.

Estou convencido, por exemplo, que as dificuldades surgidas com o P.A.I.G.C. não serão insuperáveis. É tudo uma maneira de conduzir as coisas, no sentido de se chegar a um acordo que se impõe. Assim, o processo de descolonização prosseguirá, os problemas não-de solucionar-se. Mas não se peça ao Governo que os resolva a curto prazo. Primeiro, porque não era possível. Segundo, porque não depende apenas do Governo, nem dos órgãos de soberania portugueses. Depende de todo um contexto internacional, e, como é evidente, dos movimentos de libertação e das populações do Ultramar.

1.1.8. Entrevista ao "Expresso" - 20/7/74

EXPRESSO - Qual a sua opinião sobre a composição do novo governo?

Sá Carneiro - A característica mais evidente do novo governo é a preponderância dos elementos militares do Movimento das Forças Armadas. Quando se constituiu o primeiro governo civil provisório, a regra observada foi a de que dele não deviam fazer parte quaisquer militares, com a única excepção do ministro da Defesa. Agora, dois meses solvidos, vemos que se trata mais de um governo militar - e de um governo do Movimento das Forças Armadas - do que de um governo civil, como está previsto no Programa do M.F.A.

Isto mesmo, de resto, o salientou anteontem o brigadeiro Saraiva ée Carvalho, notando que a assumpção do poder político pelo M.F.A. significava a instauração de uma "democracia militar".

Pelo que respeita à distribuição de pastas entre civis, o princípio observado e mantido foi o da coligação entre os três partidos que figuravam no governo anterior - P.C., P.S. e P.P.D. - perdendo cada um "deles uma pasta para que fosse possível a atribuição a elementos do M.F.A. daquelas em que a presença de militares foi julgada mais necessária.

REFORÇO DA AUTORIDADE

EXPRESSO - Em seu entender, o actual governo reúne mais ou menos condições do que o anterior para levar a efeito o necessário processo de democratização da sociedade portuguesa e assegurar a realização das eleições à Constituinte no prazo fixado para o efeito?

Sá Carneiro - Creio que detém mais possibilidades do que o anterior, embora a composição deste fosse mais conforme ao Programa do M.F.A. Mas é precisamente na medida em que há uma inflexão ao que se prevê no programa neste aspecto, ou seja, na medida em que passou a haver coincidências entre poder

político e poder revolucionário ao nível do governo, que o cumprimento do mesmo Programa se torna mais viável.

Há um manifesto reforço da autoridade. E creio que, acima de tudo, talvez esta solução permita acelerar, no essencial, a urgente descolonização, da qual depende a resolução de muitos outros problemas.

ACUSAÇÕES FALSAS

EXPRESSO - Em certos sectores da imprensa, foi atribuída ao P.P.D. uma parte da responsabilidade pela eclosão da crise governamental, que, com ela - segundo chegou a ser sugerido - teria pretendido fazer o jogo das direitas. E há quem diga que, com isso, a sua imagem política teria sido prejudicada. O que pensa disso?

Sá Carneiro - Houve efectivamente em certa imprensa um ataque velado, que depois foi desenvolvido, ao P.P.D., aos membros do governo deste Partido e a mim próprio. Fizeram-se acusações falsas, desencadeou-se, sobretudo nalguma imprensa partidária, um ataque continuado que creio ainda perdura. Não lhe dou grande importância...

Por outro lado, quanto à minha imagem política, não me compete a mim julgá-la.

O que posso dizer, e acho isso importante para repor a verdade, é que nem o P.P.D. nem os membros do governo que a ele pertencem desempenharam qualquer papel no eclodir da crise ou foram causa dela. Disse-se que o problema não foi posto previamente ao Conselho de Ministros. Isso não é verdade... O Prof. Palma Carlos pôs o problema ao Conselho duas ou três sessões antes daquela em que comunicou que iria submeter as suas propostas ao Conselho de Estado. Nessa sessão em que comunicou ao Conselho de Ministros os pontos que entendia fundamentais para clarificação da situação política e para criação de condições de governo eficaz, com tomada de resoluções de fundo, esses pontos foram discutidos, e cada um dos ministros pronunciou-se sobre eles... Houve pelo menos um partido, que não o P.P.D., que emitiu a sua opinião sobre eles. Recordo-me que isso aconteceu por ocasião da visita de Mitterrand...

Mais tarde, no dia em que foi ao Conselho de Estado apresentar os seus projectos, o Prof. Palma Carlos deu conhecimento aos membros do governo que se encontravam presentes - suponho que então estavam todos - do que ia fazer. Não deu, no entanto, conhecimento do teor dos seus projectos nem aos membros do P.P.D., nem aos demais membros do governo.

Pelo contacto constante que mantinha com o Prof. Palma Carlos, é natural que algumas vezes eu tomasse conhecimento do que se ia passando a esse respeito antes dos outros ministros. Por vezes, sabia o que ele ia comunicar ao Conselho de Ministros antes de ele o fazer. Mas era tudo... Os ataques desencadeados contra o P.P.D. e contra mim próprio por certa imprensa não se baseiam assim em qualquer realidade nem têm o menor fundamento. Demais, há que notar que não foram apenas os ministros do P.P.D. que se solidarizaram com o Prof. Palma Carlos: em quatro, dois eram P.P.D., dois não eram...

Não houve, pois, qualquer interferência do P.P.D. na evolução dos acontecimentos. Quanto ao motivo desses ataques - que não nos preocupam - ele só demonstra que o P.P.D. é, pelo menos, temido, e temido porque é forte: representa uma força real na política portuguesa, que outras forças não vêem com bons olhos. E é pena que todos aqueles que se dizem democratas, na prática não respeitem o jogo democrático e as posições partidárias diferentes das próprias. Confio, no entanto, em que, com o tempo isso desaparecerá.

EXPRESSO - É o único secretário-geral de um dos três partidos da coligação que não faz parte do segundo Governo Provisório, porquê?

Sá Carneiro - Logo a seguir à crise e de o Prof. Palma Carlos ter declinado o convite que lhe foi feito pelo presidente da República para constituir novo governo, eu fui abordado no sentido de assegurar a minha participação no segundo governo. Fui-o novamente dias depois. E desde logo tornei claro que não aceitava participar no novo governo, declinando o convite. Embora frisasse também que o P.P.D. estaria disposto a manter-se na coligação, colaborando através de representantes seus no novo gabinete.

Já tornei públicas as razões da minha atitude pessoal. Entendo que neste momento sou mais útil ao País e ao meu partido, trabalhando exclusivamente neste como secretário-geral.

É certo que os secretários-gerais dos dois outros partidos estão no governo. Mas, quanto a mim, isto não tem qualquer significado especial. O que é fundamental é que os três partidos se mantenham na coligação.

CRÍTICAS AO M.D.P.

EXPRESSO - Quer o P.P.D. quer o P.S. têm tomado posições críticas relativamente à conveniência da existência, hoje, do Movimento Democrático Português. Por outro lado, verifica-se que no actual governo, contrariamente ao que se passava com o anterior, não está integrado nenhum elemento saído das fileiras do M.D.P. Terão as posições assumidas pelos dois partidos sido determinantes dessa ausência?

Sá Carneiro - As razões de fundo dessa tomada de posição crítica dos dois partidos, e tanto quanto se pode ajuizar pelo que foi tornado público, radica no reconhecimento do facto de, existindo partidos, como é essencial em democracia, a institucionalização da mesma democracia passar pelo reforço e pela acção dos partidos, muito mais do que pela actuação de movimentos unitários.

Já o P.P.D. disse num comunicado que não podemos de modo algum aceitar que haja actualmente uma União Nacional de sinal contrário. É nos partidos e pela acção dos partidos que se fará a consciencialização política do povo, se preparará e efectivará a institucionalização da democracia.

Compreende-se que, num regime que nega a liberdade, as forças democráticas se unam para uma acção de oposição. A partir do momento em que a liberdade foi restaurada e que há possibilidade de actuação partidária, a unificação institucionalizada das forças democráticas deixa de se justificar. Isto é muito diferente,

como é óbvio, de quaisquer coligações a nível do governo, ou de quaisquer uniões de partidos a nível eleitoral.

Quanto à não presença do M.D.P. na coligação governamental creio que não há que estranhá-la. Não sendo o M.D.P. um partido, nem devendo ser considerado como tal, nem como tal tratado, é evidente que a coligação abrangeu apenas os três partidos que faziam parte do governo anterior.

EXPRESSO - Ouve-se dizer em certos meios que o M.D.P. está para o P.C. como a SEDES está para o P.P.D. Ora, a ser assim, a relação de forças dentro do actual governo, no seu elenco civil, seria francamente favorável à linha centro-esquerda preconizada pelo P.P.D. O que pensa disso?

Sá Carneiro - Não há qualquer paralelo entre a SEDES e o M.D.P., nem entre a relação de forças de influência e de acção M.D.P.-P.C.P. e SEDES-P.P.D. Efectivamente, não há pelo que respeita ao P.P.D. e à SEDES laços que os unam a não ser uma certa coincidência de pessoas. Há gente do P.P.D. que esteve na SEDES, há gente da SEDES que está no P.P.D. Mas isso é muito diferente daquilo que se passa com o P.C.P. e o M.D.P.

Portanto, nem há qualquer paralelo, nem a presença de membros da SEDES no governo tem o significado que a sua pergunta admitia.

O PARTIDO DE PALMA CARLOS

EXPRESSO - Com surpresa geral, o Prof. Palma Carlos, imediatamente a seguir à aceitação do seu pedido de demissão do cargo de primeiro-ministro, anunciava a criação de mais um partido político: o Partido Social Democrático Português. Afirmando numa declaração inicial uma linha social-democrata (portanto a que já era reivindicada pelo P.P. D. desde a respectiva constituição, há cereja de dois meses), acontece que até alguns aderentes desse partido têm dito particularmente que o P.S.D.P. se situa mais à esquerda que o P.P.D. De qualquer modo, trata-se de um partido que, parecendo dirigir-se à mesma faixa de opinião pública, poderá vir a mostrar-se um concorrente do P.P.D. Tem alguma opinião já formada sobre esse assunto?

Sá Carneiro - Pouco se sabe do novo partido anunciado. E o pouco que se sabe é, a meu ver, manifestamente insuficiente para se afirmar que ele se situa mais à esquerda do que o P.P.D. Pelo contrário...

Por algumas das pessoas que assinam a declaração, o novo partido situar-se-á à direita do P.P.D.

Mas só a publicação do seu programa ou de um manifesto mais desenvolvido - o que até agora surgiu foi apenas uma declaração de intenção de formar um partido - permitirá ajuizar da linha seguida.

O P.P.D. é o único partido, neste momento, que preconiza a social-democracia como solução para Portugal, o único que o faz com pormenor suficiente para assegurar que está numa linha real de social-democracia.

O que se passará com outros partidos, designadamente com esse que referiu, só poderá dizer-se mais tarde. Em todo o caso, tendo imediatamente a seguir ao seu pedido de demissão, o Prof. Palma Carlos fundado um partido, parece que seria com esse partido em formação que a opinião pública deveria identificar a tomada de posição do Prof. Palma Carlos.

Não foi isso que se fez e, ignorando a lógica mais elementar, procurou-se atacar o P.P.D., identificando-o com a posição do primeiro-ministro demissionário. O que mais uma vez provou o carácter tendencioso e infundamentado desses ataques. Em suma, creio que, de tudo isto, saiu fortalecida a posição do P.P.D. e francamente diminuída a autoridade moral e política do sector de opinião que o atacou de um modo inaceitável.

DESRESPEITO PELA COLIGAÇÃO

EXPRESSO - A terminar, quer-nos dar a sua interpretação da crise do primeiro Governo Provisório, apontando designadamente os factores que para ela terão contribuído?

Sá Carneiro - Em primeiro lugar aponto a dificuldade de funcionamento do governo. Estávamos num regime em que tudo era discutido e levado a Conselho; assuntos da competência própria de cada um dos ministros, que os ministros podiam despachar sozinhos, eram ventilados longamente nas reuniões do Conselho. Creio que se exagerou o princípio da decisão colegial, que subsiste ainda na actual lei constitucional, e que impede até que se recorra a Conselho de Ministros restritos (para assuntos económicos, por exemplo).

O involuntário exagero posto no funcionamento do princípio da colegialidade levou a longuíssimas e intermináveis reuniões do Conselho, pouco produtivas em matéria de legislação que era urgente. É evidente que isso deu ao País e creio que ao próprio governo (pelo menos a alguns dos seus membros) um sentido de frustração: avançava-se pouco, legislava-se pouco, reunia-se muito, discutia-se muito...

E havia problemas urgentes e instantes a resolver, designadamente legislação que tinha prazo de publicação. A demora na sua preparação não permitiu sequer que a sua discussão se iniciasse em alguns casos em tempo útil. Ficaram prontos os diplomas que constituíram o conjunto de medidas do Ministério da Coordenação Económica.

Por outro lado, a coligação tem regras tácitas que infelizmente nem sempre foram observadas. Um Governo de coligação impõe que as decisões tomadas sejam acatadas pelos partidos... E isso nem sempre aconteceu...

Alguns dos partidos que faziam parte da coligação atacavam frontalmente decisões ou legislação do Governo, especialmente quando ela era menos popular ou menos agradável. Chegou-se ao ponto de ver que medidas aprovadas em Conselho eram imediatamente depois contestadas partidariamente. Lembro o caso da Comissão "ad hoc" para a Imprensa, um projecto do Ministério da Comunicação Social. Esse decreto-lei, assinado por todos os ministros, foi imediatamente impugnado por dois partidos da coligação.

Lembro o caso das medidas económicas aprovadas em Conselho que foram atacadas em nome de um ou dois partidos da coligação que não o P.P.D. Recordo ainda o caso da nomeação do embaixador Veiga Simão aprovada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Também ela foi vivamente impugnada por partidos da coligação.

É evidente que isto tudo tinha de ter, e teve, consequências graves. Levava até a dar ao País uma falsa imagem do governo e da posição relativa de cada um dos partidos na tomada de decisões. Se, sempre que as decisões tomadas em Conselho eram menos populares -, algum ou alguns dos partidos da coligação as atacava cá fora, publicamente, automaticamente aparecia como odioso o partido ou partidos, respeitadores das regras da coligação, que não tomavam posições contrárias àquilo que no governo tinha sido decidido.

Este foi um dos factores importantes de eclosão da crise.

Os outros factores, já sobejamente conhecidos, foram sobretudo a insegurança ao nível da agitação social, a necessidade de acelerar a descolonização, a necessidade de dinamização rápida da vida económica, etc.

Que a crise era fundada e que havia necessidade de mudar de orientação e, até, de fazer algumas modificações, provou-o o seu desfecho e a solução que foi encontrada. Se essas medidas são melhores do que as do Prof. Palma Carlos só o futuro o poderá revelar... Espero confiadamente que a solução encontrada permita acelerar a democratização e a descolonização, como é indispensável.

1.1.9. Entrevista ao "Comércio do Porto" - 22/7/74

P. - A primeira pergunta que gostaria de lhe fazer é relativa à constituição deste novo Governo Provisório. Qual é a sua opinião generalizada sobre o segundo Governo Provisório?

R. - É evidente que em relação ao anterior houve uma grande modificação, visto que o primeiro Governo Provisório era, efectivamente, um governo civil, tal como estava previsto no Programa do Movimento das Forças Armadas; este é um governo com um primeiro-ministro militar, conta com sete militares que ocupam pastas ministeriais e é possível que mais alguns ainda apareçam nas secretarias de Estado. Trata-se, portanto, de um governo militar com participação de civis. Creio que isto é muito importante, porque traduz uma identificação do poder revolucionário com o poder político, ao nível do governo. Isto levou a uma definição política cuja falta esteve na raiz da crise que levou à demissão do primeiro-ministro, e dos ministros que o acompanharam, e à exoneração dos restantes. Creio que embora o governo actual não seja o exactamente previsto no Programa, pela identificação que ele traduz entre o poder do Movimento e o Executivo político daí resultante, estará em melhores condições de executar o Programa do Governo do que a anterior coligação civil.

O FUTURO DOS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS É UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA O POVO PORTUGUÊS

P. - Dentro da perspectiva que acaba de apresentar do novo Governo Provisório, parece-lhe possível que ele venha a empreender reformas de fundo? Reporto-me, por exemplo, às palavras há pouco proferidas pelo senhor primeiro-ministro na quais ele afirmava que o Programa era, efectivamente, um programa flexível. Nesse sentido poderia permitir, inclusivamente, fazer reformas que, em princípio, não estariam nas previsões da maioria dos observadores. Será assim?

R. - O princípio que está estabelecido no Programa do Movimento é que as grandes reformas de fundo só serão possíveis no quadro da futura Assembleia Constitucional legitimada pelo voto democrático.

A maior e mais importante e decisiva destas questões é a do Ultramar. O Programa do Movimento das Forças Armadas diz que a sua solução é política e não militar, depois de afirmar que a definição da política ultramarina compete à Nação; acrescenta ainda, cito de memória sem preocupações de exactidão, que ao governo compete organizar um debate livre e franco sobre o problema, e lançar os fundamentos da paz. Recentemente, o Conselho de Estado interpretou o Programa do Movimento das Forças Armadas no sentido de que, quando ele refere que a solução do problema do Ultramar é política e não militar, consagra o princípio da autodeterminação, de harmonia com a Carta das Nações Unidas, princípio de autodeterminação, portanto, que compreende também a independência. Mas isto, como é evidente, não acrescenta praticamente nada às posições assumidas pelo presidente da República acerca da autodeterminação, designadamente no discurso de posse dos governadores de Angola e de Moçambique que foi aquele em que mais profundamente analisou o problema. A descolonização é uma decisão de fundo. O futuro dos territórios ultramarinos é uma questão fundamental para o povo português e representa aspectos da maior gravidade, no momento presente, e aspectos de projecção histórica no futuro. Indiscutivelmente que é uma decisão de fundo. Suponho que ninguém mesmo poderá apresentá-la fora desse quadro. Em princípio e dentro daquilo que está estabelecido no Programa do Movimento das Forças Armadas e no programa do Governo Provisório a sua solução só devia ser tomada no quadro da Assembleia Constituinte. Ora, sendo a Assembleia Constituinte eleita apenas até 31 de Março de 1975; e demorando a elaboração da Constituição um período que vai de 3 a 6 meses, teríamos que antes de Setembro do próximo ano não haveria Constituição; e só depois haveria eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Legislativa, só então terminando o período do Governo Provisório e o período de excepção.

A DESCOLONIZAÇÃO NÃO PODE ESPERAR ATÉ À FORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A descolonização e a resolução do problema do Ultramar não podem, é evidente, aguardar até lá. Estou convencido que esta foi uma das razões da crise. Por um lado, há que descolonizar rapidamente, há que resolver o problema do Ultramar politicamente, restabelecer a paz. Por outro lado, tratando-se de decisões fundamentais e históricas, como referi, em princípio e dentro daquilo que está esta-

belecido no Programa do Movimento, só poderão ser tomadas por poderes legitimados democraticamente, ou seja, depois de estabelecidas condições para o voto democrático.

Estabelecida uma nova orgânica no Governo, e clarificada a situação, tal como referi, pela atribuição do governo ao Movimento das Forças Armadas, pelo menos na sua parte mais preponderante, haverá que aguardar para se saber se o Movimento considera que a legitimidade revolucionária, agora transposta para o poder, é suficiente para uma tomada imediata das decisões, quanto à descoloniização rápida que, repito, é imprescindível.

Em todo o caso, vejo mal como é que as decisões últimas a este respeito possam ser tomadas sem uma consulta aos povos desses territórios, únicos que deverão poder dispor dos seus destinos.

Se eles vierem a pronunciar-se pela independência, é evidente que o povo da Metrópole não terá mais que respeitar essa decisão. Se eles vierem a pronunciar-se por uma forma de cooperação, qualquer que OÍ& seja creio que haverá também de sobre ela consultar-se o povo da Metrópole.

De qualquer modo, parece que a solução há-de incluir uma consulta democrática aos povos cujos destinos estão em causa.

O CRESCIMENTO ECONÓMICO DEVERÁ, POR ENQUANTO, PROCESSAR-SE DENTRO DO QUADRO DO SISTEMA CAPITALISTA

P. - O problema da crise económica. Eu gostaria que a situasse dentro da actual economia portuguesa, se essa conjuntura é ou não incompatível com o efectivo processo de democratização; no caso de o ser, e até porque é urgente debelá-la, quais as medidas que lhe parece deveriam ser tomadas?

R. - A crise económica em que estamos profundamente mergulhados, insere-se na crise internacional, que é real; e está na sequência de toda uma política desastrosa vinda do regime anterior. Focou o aspecto de saber-se se será possível a democratização, mantendo-se o sistema actual. Aqui há que distinguir o sistema económico anterior, que era um sistema capitalista, é evidente, mas de um capitalismo sem regras que se intitulava corporativismo e que sob a capa de uma pretensa harmonia de classes e de interesses, ocultava as divergências reais que o sistema capitalista tem procurado resolver através de regras que se foram lentamente formando, designadamente, a respeito dos conflitos laborais, das greves, da liberdade sindical, etc. Era um capitalismo selvagem, portanto, o que se escondia sob a designação de corporativismo. Esse é evidente que não o podemos manter.

Mas também me parece que para haver efectiva democratização não podemos, autoritariamente, substituir o sistema capitalista por outro sistema qualquer - socialista ou colectivista. E não podemos por duas razões fundamentais: a primeira é de que é ao povo que compete escolher o sistema em que viverá, designadamente no que respeita à economia. E só o poderá fazer através de eleições optando por um dos programa que lhe seja proposto por um dos partidos. Em segundo lugar, porque ainda que se fizesse, autoritariamente, uma viragem ao

socialismo, neste momento socializaríamos apenas miséria. Dado o nosso atraso económico, aquilo que há para distribuir é a miséria. E isso, creio que não interessa a ninguém, e levaria a que a democratização fosse profundamente afectada porque cairíamos numa situação revolucionária, com a porta aberta para uma ditadura da esquerda ou da direita. É isso que, a todo o transe, temos de evitar. O programa do Movimento das Forças Armadas cometeu ao poder político, no que respeita ao sistema económico e social, apenas uma tarefa de gestão justa com as condições necessárias para que houvesse a promoção do bem comum e para que o crescimento fosse posto ao serviço das classes mais desfavorecidas. Assim, o governo lutar, contra a inflação e a alta do custo de vida, com uma estratégia antimonopolista - para que o povo beneficie, efectivamente, do crescimento económico, o qual, ainda segundo o Programa, se deverá manter no quadro do sistema capitalista. Isto é profundamente realista e é isto mesmo que tem de ser feito.

DIVERGÊNCIAS PARTIDÁRIAS AFECTARAM O GOVERNO ANTERIOR

P. - Dentro dessa perspectiva haverá divergências imediatas em relação aos diferentes partidos que formam a coligação?

R. - Doutrinariamente não há, devido a todos terem aderido. No comportamento prático, parece-me haver. Veja que certos partidos fazem toda uma propaganda contra o sector privado, contra os grandes grupos económicos, contra a banca, designadamente, fazem acusações genéricas de sabotagem sistemática, mas sem individualizar nem concretizar, como era indispensável, em casos de tanta gravidade. Em suma, ao mesmo tempo que se diz que se observa o Programa cria-se todo um contexto emocional, no sentido de desacreditar o sistema capitalista e de levar as pessoas a exigirem nacionalizações, auto-gestações, ocupações de empresas, saneamentos de administrações, etc. Isto é nocivo na actual situação, já que gera um clima de incerteza, de insegurança, que afecta decididamente quer o investimento em si, quer a canalização da poupança para o investimento. Numa situação de insegurança e de incerteza, onde desde já se clama por nacionalizações em vários sectores privados, o que é contrário ao Programa do Governo Provisório, as pessoas não investem até ver a situação esclarecida. Gera-se também um clima de desconfiança dos depositantes, que os leva a entesourarem em vez de depositarem as suas economias.

Isto tem reflexos gravíssimos, designadamente nos emigrantes. Estamos a sentir a diminuição das remessas dos emigrantes, precisamente com a criação deste clima.

O PROGRAMA DO M. F. A. NÃO PREVÊ NACIONALIZAÇÕES

Ora, efectivamente, se nos detivermos no Programa do Movimento e do Governo, tudo isto está errado, porque as únicas nacionalizações que se prevêm no Programa do Governo Provisório são as dos bancos emissores. O Programa das Forças Armadas nem nisso fala. Fala numa nova política económica posta ao serviço do povo e numa estratégia antimonopolista.

Se a crise já nos tinha levado a uma situação económica e financeira muito grave, este ambiente agravou-a ainda mais. Se não se trava todo este movimento de reivindicações excessivas, de ataque ao sistema actual, e de indisciplina e insegurança, então corremos o risco de, dentro de pouco tempo, vermos grassar entre nós uma das piores combinações possíveis em economia: com um desemprego grave, com uma inflação galopante. Isto poderia ser o princípio de um caos económico que poria seriamente em causa a democratização que todos queremos. É isso que urge evitar e é, portanto, essencial, que os partidos, as pessoas, os movimentos, as associações assumam as suas responsabilidades e ponham de parte o clima de ataques demagógicos e irresponsáveis, bem como os clamores de socialização imediata que têm vindo a intensificar-se desde o 25 de Abril. É grave que certos movimentos afirmem publicamente que o Movimento das Forças Armadas foi desencadeado para a implantação imediata do socialismo e que não há que esperar pelas eleições porque fazê-lo iria apenas reforçar a dinâmica capitalista. Imputar isto ao Movimento não só não corresponde à verdade como cria, também, um clima político em que se acaba por se identificar o Movimento das Forças Armadas com o socialismo imediato. Isto não é exacto, não é real, mas tem consequências fortemente nocivas, interna e externamente.

É NECESSÁRIO RESTABELECECER UM CLIMA DE SEGURANÇA SOCIAL

P. - E quanto a medidas imediatas tendentes a debelar a crise económica...

R. - A primeira delas é o restabelecimento do clima político de segurança, de confiança. Só será possível sanear a vida económica num clima de disciplina na vida política. Sem isso não haverá o incremento de investimentos, que é a primeira das medidas que nos permitirá debelar a crise. O investimento terá de ser não só público como privado, interno e externo. Esse é um ponto que consta, também, do Programa do Governo Provisório - a intensificação do investimento interno e externo.

Restabelecida a ordem em todos os aspectos, estou convencido que se recuperará a confiança dos emigrantes e que poderemos retomar os níveis anteriores das remessas.

Há que acelerar todo um programa de investimentos públicos para evitar o desemprego, que já se começa a esboçar, contraindo-se, se fôr necessário, empréstimos externos. Isso é também prioritário.

Depois há que ter o maior cuidado no condicionamento dos efeitos de medidas que podem ser tomadas em nome da maior justiça social, mas que são susceptíveis de se tornarem contraproducentes. Estou a pensar, por exemplo, na questão de disciplina da construção civil, da fixação das rendas, dos arrendamentos das habitações vagas. Tudo isto tem de ser regulado numa política progressiva de justiça social, mas sem afectar o emprego na indústria de construção. Eu não sou especialista em economia e, portanto, não posso dar-lhe um leque de todas as medidas que permitiriam resolver a crise. Em toda o caso essa foi a legislação mais completa que saiu do Governo Provisório e existe já todo um conjunto de medidas que se forem aplicadas dentro do tal clima de segurança restabelecida de que lhe falei, poderão resultar muito eficazmente. O fundamental, neste mo-

mento, é dinamizar o sistema económico, deixando para o período do governo definitivo as transformações de fundo, devendo, por agora, o poder político limitar-se a efectuar as correcções necessárias ao bom funcionamento e ao funcionamento justo do sistema. Considero a dinamização da economia, a seguir ao problema da descolonização, a questão mais importante que respeita ao povo português.

A DESCOLONIZAÇÃO NÃO AFECTARÁ A ECONOMIA NACIONAL

P. - Quais seriam os efeitos de descolonização sobre a economia do País?

R. - As nossas exportações estão hoje muito mais viradas para a Europa, para os Estados Unidos e para o resto do mundo do que para a África. Creio que só os países do Mercado Comum abrangem cerca de 60% das nossas exportações. Portanto, uma quebra ou uma diminuição dos laços económicos com o ultramar não as afectaria muito embora haja todo um problema de receitas de que nos veríamos privados. Mas não me parece que isso seja fundamental para o nosso desenvolvimento económico. Mais: penso que ainda que isso fosse fundamental, não haveria razões económicas que levassem a protelar a descolonização nem a protelar o direito de autodeterminação. Mas parece-me que a descolonização nem sequer afectará decisivamente o desenvolvimento da economia portuguesa; pelo contrário, poderá favorecê-lo. Haverá a economia das despesas militares que absorvem cerca de metade das nossas receitas orçamentais. Note-se, no entanto, que ainda que a paz fosse como é desejável, imediatamente restabelecida com o termo imediato, que todos queremos, das operações militares, mesmo assim continuaríamos a suportar durante cerca de dois anos o pagamento das despesas militares, visto que as despegas feitas anteriormente são pagas ao longo de um ou dois anos. O que me parece mais preocupante, em termos de economia e até de paz social no que respeita aos efeitos da descolonização é o eventual Regresso de europeus e até de africanos. Espero, no entanto, que isso não se dê e que a descolonização possa ser levada a cabo pacificamente. Sê-lo-á se puder ser realizada rapidamente. Quanto mais rapidamente puder ser feita mais pacificamente o será, estou certo. E uma descolonização feita nesses moldes permitirá às pessoas, aos portugueses, aos europeus que se encontram no Ultramar, aí se manterem, conservando os seus interesses legítimos e continuando enraiza-los numa realidade a que muitos deles já pertencem há algumas gerações. Quanto mais tempo passar, tanto mais graves serão os incidentes como agora aconteceu em Luanda, por exemplo; pior será o clima que se gera e menos possibilidades haverá de os europeus que se encontram em África ali continuarem.

P. - Gostaria, seguidamente, de abordar o problema de Portugal no contexto das nações. Trata-se, portanto, de uma questão de política internacional. Quais são os problemas que defrontamos neste momento? O doutor já abordou a descolonização, mas a descolonização traz consigo outros problemas relacionados, por exemplo, com uma política de bloco. Por outro lado, há o Mercado Comum, a N.A.T.O., a abertura ao Leste.

R. - É irreversível o caminho de Portugal na Europa. É inevitável e indispensável que Portugal se integre o mais rapidamente possível no Mercado Comum, através

de uma revisão do tratado existente, até chegarmos à situação de membro de pleno direito. O caminho político encontra-se aberto pela queda do regime anterior e pela perspectiva de institucionalização da democracia a curto prazo. Temos é de saber conduzir bem as coisas no plano económico.

Não me parece que a descolonização nos levante problemas na N.A.T.O. nem que nos cause problemas com os países do chamado bloco ocidental. A visão política melhorou bastante e as potências têm o realismo suficiente para ver que a opressão pela negação da autodeterminação é mais nociva do que a existência de estados independentes, qualquer que seja a sua orientação política. Parece-me que a abertura a Leste e a intensificação das relações económicas, políticas e culturais com os países do Leste é desejável e profícua e não alterará as relações com os nossos aliados tradicionais. Nem haverá razão para isso, visto que eles próprios mantêm relações com os países de Leste. Assim, a abertura que nos foi dada depois do 25 de Abril deverá ser aproveitada para Portugal, proveito político, económico e cultural. A nossa história ensina-nos - já o tenho dito mais do que uma vez - que os períodos de grandeza de Portugal são aqueles em que o país está aberto ao mundo e que os períodos de decadência, e até da perda da independência, coincidem com os períodos de isolamento que são sempre uma atitude de provincianismo e de insuficiência.

Neste momento, pode-se afirmar, o nosso prestígio passou de um nível muito baixo em que estava no anterior regime para uma escala muito alta que há que aumentar ainda para que Portugal encontre o lugar que lhe compete na comunidade internacional.

NO ANTERIOR GOVERNO FEZ-SE APLICAÇÃO EXAGERADA DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE

P. - As eleições serão daqui a um ano, aproximadamente. Não lhe parece que um ano para um país que viveu durante 50 anos de obscurantismo e de fascismo será demasiado curto para que as pessoas possam escolher em consciência o regime que pretendem?

R. - Pode, efectivamente, ser curto, sobretudo para eleições à Assembleia Constituinte; mas, efectivamente, é mau adiar as eleições.

Para as autarquias locais elas podem e devem ser realizadas ainda este ano. Só aquelas permitirão pôr termo ao período de excepção em que vivemos, e substituir a legitimidade revolucionária pela legitimidade democrática, o que equivalerá à normalização da vida política nacional. A crise governamental que agora terminou veio chamar a atenção para alguns problemas de fundo. Contra o que, tendenciosamente, se afirmou em alguns órgãos de informação, para atacar certas pessoas, não se tratou de uma crise provocada. Havia efectivamente problemas reais. E a prova é que só foi possível a solução da crise pela constituição de um governo militar com participação de civis, solução completamente diferente da anterior.

Creio que uma das razões fundamentais da crise foi precisamente uma certa indefinição política aliada ao clima de desorganização e de insegurança social,

económica e política. Contribuíram para isso alguns órgãos de Informação especialmente de Lisboa, a Rádio e a Televisão. Por outro lado, o princípio da colegialidade e o princípio da coligação funcionaram mal no governo anterior. Fez-se a aplicação exagerada do princípio da colegialidade, o que provocou sessões intermináveis, fatigantes, muito pouco produtivas. Era urgente publicar legislação e o próprio Governo fixou prazos.

Ora, apesar de os seus membros estarem submetidos a um regime extenuante de trabalho, ele teve muito pouca correspondência nos resultados. De resto, como sabe, o Prof. Palma Carlos pôs precisamente em questão o aumento dos seus poderes em ordem a obter um maior rendimento de trabalho.

O DR. SÁ CARNEIRO, O P.P.D. E A COLIGAÇÃO

O princípio da coligação felizmente manteve-se; para isso contribuiu o Partido Popular Democrático. Mas a coligação tem as suas regras, que nem precisam de se expressar. E uma delas, é fundamental, até, para a criação de um clima de bom entendimento político, é a que os partidos que estão representados no governo não ataquem cá fora, publicamente as decisões do mesmo governo.

Sem isto a coligação não funciona. E não foi isso o que se fez. Viram-se partidos representados no governo atacar decisões do próprio governo quando elas se tornavam menos agradáveis ou até antipáticas à opinião pública. Recordo o caso da comissão ad hoc para a Imprensa, aprovada sob projecto do Ministério da Comunicação Social. O que não impediu que, pelo menos dois partidos a atacassem fortemente. Temos também o caso da nomeação do Prof. Veiga Simão, vinda, como tinha de ser, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que foi fortemente atacada por alguns partidos e sectores. As próprias medidas económicas e financeiras aprovadas em Conselho foram intensamente atacadas por partidos da coligação.

Ora, isto cria um clima que torna extremamente ingrata a actuação do governo e chega-se quase a um ponto em que já quase não é possível governar. Espero que de futuro isso não aconteça.

1.1.10. Depoimento publicado no Diário de Notícias - 25/7/74

- Considerando esses três meses de actividade legal, quais são basicamente os resultados alcançados, quer a nível de organização interna, quer a nível de expansão junto das massas?

- Por outro lado, que conclusões poderia o partido tirar neste momento da colaboração interpartidária e da coligação governamental?

- Se as eleições se realizassem agora, pensaria o partido apresentar-se isolado ou em lista conjunta?

SÁ CARNEIRO: P.P.D. ISOLADO EM LISTAS ELEITORAIS

Na sua resposta, o Dr. Sá Carneiro inclui no n.º 1 as duas primeiras questões igualmente postas aos dirigentes do P.C.P. e do P.S.P.

1 - Promovido pelos seus três fundadores, em 3 de Maio deste ano, o Partido Popular Democrático publicou, poucos dias depois, as suas linhas programáticas, através das quais defende a social-democracia como via portuguesa de progresso em liberdade e igualdade.

O núcleo dos fundadores foi rapidamente alargado, iniciando-se simultaneamente o trabalho de organização do partido, de implantação regional e de esclarecimento público.

Nos três meses incompletos decorridos desde o seu anúncio, o Partido Popular Democrático, renunciando conscientemente à espectacularidade e ao exibicionismo, não só montou a sua orgânica central e regional como se implantou em todos os distritos e na maioria dos concelhos do continente, bem como nos Açores.

Arrancando do zero no princípio de Maio, o P. P. D. é já hoje um dos mais importantes agrupamentos políticos portugueses e o único partido não marxista que, desde o início da sua formação, está presente no Governo Civil Provisório.

A coligação governamental, que abrangeu e abrange apenas o Partido Comunista, o Partido Popular Democrático e o Partido Socialista, permitiu manter e intensificar um clima de boas relações interpartidárias, sem necessidade de recurso a movimentos unitários. Mas, pelo que respeita ao governo, a coligação teve falhas relevantes que contribuíram seriamente para o eclodir da crise que levou à demissão do Primeiro Governo Civil Provisório e à constituição do actual governo, no qual predominam destacados elementos do M.F.A.

A partir do primeiro mês de governo, assistiu-se à crítica pública, por parte dos outros partidos da coligação, de medidas aprovadas em Conselho de Ministros, que, em certos casos, os próprios ministros membros dos Partidos Socialista e Comunista haviam originado ou aceite. Assim aconteceu, como o P.P.D. já apontou publicamente, com a criação da Comissão ad hoc para a Imprensa, Rádio e Televisão, com as medidas económicas e financeiras, com a nomeação do Prof. Veiga Simão e com a revisão dos vencimentos dos funcionários públicos.

Desse modo, fazia-se recair indirectamente o odioso de algumas medidas sobre o Partido Popular Democrático, que, respeitador das regras mínimas de funcionamento de um governo de coligação, sempre se guardou de atacar as atitudes do governo, mesmo quando delas discordava.

Essa experiência negativa da coligação verificou-se também na crise. Sem respeitar a verdade dos factos e sem o menor fundamento, certos sectores e personalidades partidárias pretenderam responsabilizar o Partido Popular Democrático pelo eclodir da crise, o que foi repudiado no comunicado de 18 deste mês.

Apesar de tudo, o Partido Popular entendeu que o apoio ao Movimento das forças Armadas e ao seu Programa de rápida democratização do País se deviam traduzir, na passada hora de crise, pela manutenção da coligação.

Por isso colaborou activamente na constituição do novo Ministério. E, por isso, continua no governo, esperando que doravante sejam lealmente respeitadas as regras de funcionamento da coligação.

2 - Dos três partidos da coligação, o Partido Popular Democrático é o único não marxista.

Defensor da liberdade democrática, do progresso social, do controlo do poder económico pelo poder político, do aumento do poder dos trabalhadores, da justa distribuição da riqueza na linha social-democrata, o Partido Popular Democrático está separado do Partido Comunista e do Partido Socialista quanto a pontos programáticos essenciais, tais como o da apropriação colectiva dos meios de produção, que ambos eles defendem.

Assim, enquanto o Partido Comunista e o Partido Socialista, pela sua proximidade ideológica e programática, facilmente se poderão encontrar num programa comum eleitoral, o Partido Popular Democrático, pela sua ideologia personalista e pelo seu programa social-democrata, não poderá juntar-se com aqueles dois partidos marxistas num programa eleitoral comum. Se, neste momento, houvesse eleições, apresentar-se-ia portanto isolado.

A sua atitude quanto a futuras forças democráticas e progressivas não marxistas dependerá do que entretanto ocorrer no panorama político do País.

1.1.11. Entrevista ao "Povo Livre" - 13/8/74

Povo Livre - Recentemente o Dr. Sá Carneiro afirmou publicamente que, no processo de descolonização, se deveria "andar depressa mas sem pressas". Quer concretizar o seu pensamento a esse respeito?

Dr. Sá Carneiro - Afirmei-o efectivamente quando, com os secretários-gerais dos dois outros partidos, participei numa emissão de televisão, logo a seguir ao discurso do Sr. Presidente da República acerca da independência dos povos ultramarinos.

Era e é urgente acelerar o processo de libertação dos povos coloniais relativamente a um poder político estranho e a interesses que não são os seus. O passo decisivo nesse sentido foi dado com o anúncio da aceitação da independência e do início do processo de transferência de poderes.

Por dolorosa que tenha sido para muitos a decisão, não podia deixar de ser essa; chegara-se a um impasse nas negociações, agravavam-se as tensões ráticas, deteriorava-se a situação militar, avolumavam-se, cá-lá, as incertezas quanto ao futuro.

Daí a impossibilidade de se aguardar, para tomar essa decisão, o resultado de um plebiscito a organizar.

Por isso o Conselho de Estado alterou a lei constitucional, adaptando-a às exigências políticas da situação criada, mediante interpretação autêntica do Programa do Movimento.

Urgia e urge andar depressa na descolonização. Mas sem pressas, ou seja sem precipitações nem atropelos, para que ela seja efectiva.

E só o será se conseguir uma integral libertação, rejeitando o neocolonialismo das novas formas de subordinação a interesses alheios, e um total respeito pelas pessoas e comunidades, com seus legítimos interesses morais, culturais, sociais e económicos.

A convivência entre populações e a cooperação entre territórios são desejáveis e quase indispensáveis.

Mas só podem existir na liberdade e no respeito mútuo; por isso exigem que tudo se processe pacificamente e de modo justo.

A concretização da autodeterminação e independência, para usar a linguagem consagrada na O.N.U., que é hoje a nossa, variará de território para território, como se vê também do comunicado produzido no termo da visita do secretário-geral daquela organização.

Temos de estar conscientes de que, por melhor que as coisas se passem, sempre será um processo difícil e doloroso para muitos.

O caso da Guiné, pelas suas características especiais de avanço político, permite soluções imediatas. Nos demais territórios haverão de encontrar-se rapidamente soluções que permitam às populações, expressando-se democraticamente, assumirem os seus próprios destinos e organizarem-se politicamente.

É isso, também, aquilo que em Portugal terá lugar, de acordo com o Programa do M.F.A.

Também nós fomos, em 25 de Abril, descolonizados do poder que nos oprimia. Agora também nós temos de organizar politicamente a nossa independência, ou seja a liberdade, através do voto democrático, e só dele, rejeitando pressões autoritárias mais ou menos subreptícias, de direita ou de esquerda, que pretendem fazer inflectir a revolução com prejuízo da pureza democrática dos seus princípios.

Se o 25 de Abril não foi uma revolução conservadora, tão-pouco é uma revolução socialista ou proletária. Há que manter, aqui e no ultramar, a sua linha democrática que atribui ao Povo a escolha dos seus destinos através das opções eleitorais a tomar.

P. L. - Alguns observadores interrogam-se quanto aos motivos que terão determinado a designação, pelo P.P.D., do Dr. Magalhães Mota para o elenco governativo provisório. No entanto, tanto o Dr. Sá Carneiro como o actual ministro sem pasta se solidarizaram com o Prof. Palma Carlos, quando do pedido de demissão do antigo primeiro-ministro. O que terá determinado, sob esta óptica, o reaparecimento de um e a exclusão do segundo?

5. C. - Como já referi publicamente mais de uma vez, entendi, sendo nisso acompanhado pela Comissão Política, que era essencial que ao partido me dedicasse cada vez mais, se possível exclusivamente.

O Partido Popular Democrático apoiou sempre a coligação e garantiu desde logo a sua participação franca e leal no 2.º Governo Provisório, ao lado dos dois outros partidos.

Entendemos, no entanto, que era necessário que eu me dedicasse exclusivamente ao partido, como tenho feito, desde a saída do governo, na qualidade de secretário-geral.

E desde o momento em que concluímos que a minha actividade era mais necessária e útil no partido do que no governo, não deixámos que a isso se sobrepujassem razões de aparente prestígio ou suposta conveniência partidária.

Nunca nos servimos das nossas posições no governo para fazer política partidária.

Não nos atermos aos postos ministeriais em si: ser ministro não vale como título mas sim como possibilidade de servir a comunidade. Não nos agarramos pois aos cargos.

E, como cada partido, no 2.º Governo, perdeu um posto, permaneceu como representante do P.P.D. no governo o Dr. Magalhães Mota, ficando eu assim plenamente disponível para o partido.

Essa a posição clara que tomámos desde o início dos contactos para a formação do 2.º Governo.

p. L. - Já depois do aparecimento do P.P.D., o País assistiu à proliferação de partidos centristas. Ao mesmo tempo que essa multiplicidade rouba força de coesão a essa posição política, as "maiorias expectantes" vêem aumentadas as vias da sua escolha... e da sua hesitação. Por outro lado, certos sectores iniciaram uma crítica forte aos partidos de centro, acusando-os de encobrirem tentativas de acção reacçãoária.

Quererá comentar estes factos?

5. C. - Ainda é cedo para se ajuizar da força e da real orientação dos vários movimentos e grupos surgidos à direita do P.P.D.

Centrismo não é necessariamente equivalente de reacçãoarismo.

O centro, na dinâmica política, orientar-se-á sempre para a esquerda, numa linha progressiva, ou para um conservantismo de direita. Mas não é possível conciliar orientações tão diversas.

Um partido conservador, desde que respeitador das regras democráticas, pode ter o seu lugar no nosso panorama político. Creio até que seria útil para clarificação da actual situação. Ele poderia englobar os vários movimentos de direita, reduzindo o número dos agrupamentos políticos e aparecendo claramente às pessoas como opção conservadora. O que é necessário é que se evitem ambiguidades e que não se coloquem em autênticos partidos conservadores rótulos social--

democratas ou progressistas, que não correspondem às pessoas nem às ideologias e que contribuem para maior desorientação do público.

P. L. - A meta final do P.P.D. é governar, influenciar (colaborando) governos, ou constituir apenas uma força político-ideológica alheada do comprometimento imediato com a governação?

S. C. - Se o P.P.D. não pretendesse o poder político não seria um partido. Estar ou não no governo é diferente. Como já referi, a decisão foi e é a de apoiar e participar lealmente na coligação.

Mas é através das eleições que o P.P.D., como todos os partidos democráticos, espera conquistar o poder para executar o seu programa, visto que o considera o mais adequado aos interesses do povo português.

P. L. - Na conferência de imprensa de apresentação do P.P.D., foi revelada a constituição de uma comissão de admissões, encarregada de fiscalizar possíveis tentativas de oportunismos políticos. Terá já havido ocasião de fazer actuar o veto dessa comissão? Em caso afirmativo, contra que tipo de pessoas?

S. C. - O critério seguido na admissão tem sido o de excluir as pessoas politicamente comprometidas com o regime anterior ou que careçam de idoneidade. Os casos de rejeição têm sido muito poucos, visto que raros são os pedidos de inscrição de pessoas naquelas condições. E evidente que não pretendemos condenar ninguém sem julgamento, nem diminuir quem quer que seja. Mas em qualquer partido para além da selecção resultante da adesão ao programa, há sempre um mínimo de cuidados para evitar intromissões oportunistas.

P. L. - Ainda o Ultramar (ou as colónias: como prefere?): Se o problema, enquanto problema, é matéria que por ora diz respeito conjuntamente a Portugal e aos territórios africanos portugueses; e se é certo que a situação política metropolitana influi decisiva e imediatamente na situação em África, como explica a não existência de delegações, extensões ou representações dos partidos políticos portugueses em Angola e Moçambique pelo menos?

O P.P.D., não conta com possíveis aderentes e potenciais eleitores nos territórios africanos portugueses?

S. C. - Nos três meses decorridos sobre o anuncio da constituição do P.P.D., era impossível fazer mais do que se tem feito. Por isso não era sequer viável ter concretizado em Angola e Moçambique núcleos do partido.

Além disso, e decisivamente, entendemos que era de lá que devia vir a iniciativa e às pessoas de lá que competiria levá-la por diante. O contrário seria colonialismo político, que rejeitamos como qualquer outra forma de colonialismo.

Por isso julgamos que não há lugar para extensões, representações ou delegações propriamente ditas. Poderão, sim, surgir designadamente em Angola e Moçambique partidos autónomos do nosso, mas dele irmãos pela ideologia e pelo programa, com os quais teremos o maior gosto em colaborar em igualdade.

Nesse sentido temos sido contactados por europeus e africanos do ultramar a quem temos prestado todos os esclarecimentos sobre o nosso programa, a nossa organização e os progressos feitos.

P. L. - Que padrões de aderentes tem neste momento o P.P.D.? Receado por uns, como "elitista"! afastado, por alguns, como extremo defensor do capital; desejado, por outros, como o processo em igualdade; ponto de interrogação para terceiros que o vêem talvez demasiado arrimado a uma esquerda anticolonialista feroz - que médias da população portuguesa constituem realmente a maioria dos filiados no partido?

S. C. - O partido quer ser e é já eminentemente popular.

Situado numa linha progressista não marxista, o P.P.D. pretende construir uma sociedade nova e aberta. Sem dogmatismos nem preconceitos, rejeitando os totalitarismos de direita ou de esquerda, pretendemos organizar a sociedade, na parte que ao poder político compete, a partir da pessoa e para a pessoa, com seus direitos e liberdades inalienáveis.

Rejeitando o que estava, não pretendemos substituí-lo por figurinos alheios nos quais os portugueses ficariam à força espartilhados, mas construir uma nova vida em que o lucro e o dinheiro não sejam o fim da actividade de cada um, mas em que a todos sem excepção seja garantida a possibilidade de, em liberdade, obterem os meios necessários para a sua realização pessoal e familiar.

Isto explica que tenhamos nos trabalhadores e nos jovens a maioria dos nossos aderentes e filiados, sem prejuízo da presença numerosa de representantes de outros sectores; todos vêm na nossa resposta a oportunidade de construir algo de novo e progressivo em Portugal, criado a partir da nossa realidade, sem obediência ao modelo de socialismo marxista.

P. L. - Crê possível uma identidade total com a ala social-democrata do Partido Socialista? Identidade puramente ideológica ou não só?

S. C. - Começo por perguntar: o que é a ala social-democrata do Partido Socialista? Este tem um programa no qual manifestamente não cabe uma linha social-democrata, que aliás tem sido abertamente criticada por membros responsáveis do Partido Socialista, coerentemente com o seu programa de socialismo de inspiração marxista que preconiza a apropriação colectiva dos meios de produção.

Desculpe a franqueza, mas parece-me, por isso, que a pergunta não tem cabimento. Só o virá a ter se houver modificações nas posições programáticas do Partido Socialista e na medida dessas modificações.

P. L. - Porque motivo tem o P.P.D. - pelo menos até este momento - renunciado e resistido a certas oportunidades de espectacularidade e exibicionismo, que talvez conquistasse massas? O P.P.D. não faz comícios, mas sim sessões de esclarecimento. Por detrás dos termos, há uma intenção. Qual?

S. C. - Não estamos em campanha eleitoral. Procuramos apenas apresentar às pessoas o nosso partido, as nossas ideias, os planos para as realizarmos. Daí o

esclarecimento, com diálogo, e não o comício, em que só de um lado se fala. Daí também a renúncia à espectacularidade e exibicionismo, que, de resto, não se harmonizam com a linha de simplicidade, eficiência e modernidade que queremos seja sempre a nossa, sem demagogia nem vedetismo, seja ele de pessoas ou de máquinas partidárias.

Numa campanha eleitoral actuaremos necessariamente de modo diferente do actual. Mas sempre com respeito pelos princípios referidos, que são os de um Partido jovem, descomprometido e dinâmico.

P. L. - Cada povo tem as suas características próprias, e nada do que se proponha como cópia importada geralmente surte efeito. É um quase-dogma. Como mera imagem teórica, no entanto, que sociedade estrangeira veria o Dr. Sá Carneiro com mais agrado transplantada para Portugal?

S. C. - Nenhuma. Porque não acreditamos nas transplantações políticas, não as defendemos como solução para os problemas portugueses. Disse-lhe já aquilo que queremos construir. Em breve o Programa do Partido concretizará o modo como entendemos fazê-lo.

Aproveitaremos evidentemente as experiências das sociais-democracias estrangeiras, designadamente as dos países nórdicos e da Alemanha Ocidental. Mas organizaremos, sem transplantações de figurinos alheios, a nossa própria via para uma sociedade humana e justa, em que a liberdade coexista com a igualdade; a igualdade se consigna sem revolução; e o desenvolvimento esteja ao serviço da pessoa. Entendemos que esse é o caminho da socialização pacífica e personalista para a qual toda a Humanidade tende.

P. L. - O P.P.D. poderá participar em governos futuros de Portugal, não provisórios?

S. C. - É evidente que sim. Tudo depende, como é natural, dos resultados eleitorais.

P. L. - O P.P.D. irá enveredar por uma política deliberada de captação de massas?

S. C. - Temos procurado contactar com toda a população e estamos a intensificar cada vez mais esses contactos. Não somos nem queremos ser um partido de quadros ou de elites.

A reacção da população às nossas iniciativas tem sido, para nós, entusiasmante, justificando plenamente a dedicação e os sacrifícios que os responsáveis nacionais, regionais e locais têm feito na execução desse trabalho essencial. Com alguns deles participei, numa mesma semana, em sessões públicas em Trás-os-Montes, em Vila Real e Bragança, e no Alentejo, em Serpa, aí verificando o êxito e a extensão do trabalho feito.

É isso que entendemos por captação de massas: a exposição sincera de um programa que não vive de ataques a outrem, mas da sua afirmação própria em diálogo franco e aberto.

Rejeitamos a captação pela demagogia, pelas promessas irrealizáveis, pelos discursos exibicionistas e comicieiros.

Apesar da sua impreparação política o povo sabe julgar e distinguir. Espera e exige que os políticos se interessem em termos de verdade e autenticidade pelas carências da sua vida, em ordem a melhorar rapidamente a situação em que se encontra.

Procuramos ir ao encontro dessas legítimas exigências e lutamos pela realização das suas justas esperanças.

1.1.12. Declarações ao "Povo Livre" - 24/9/74

As perspectivas que se abrem a Portugal no âmbito da Comunidade Económica Europeia e a protecção dos direitos dos nossos emigrantes que trabalham nos nove países do Mercado Comum (mais de um milhão de trabalhadores) foram os principais pontos focados durante a visita do Dr. Sá Carneiro a Bruxelas, que ali se deslocou a convite do vice-presidente da C.E.E., Scarscia Mugnozza, e na qualidade de secretário-geral do Partido Popular Democrático.

Perante "um acolhimento extremamente caloroso e cativante não só para o nosso partido, como também, o que é mais importante, para Portugal", o Dr. Sá Carneiro teve oportunidade de estabelecer também contactos com o primeiro-ministro belga, o ministro dos Negócios Estrangeiros e o presidente do Senado daquele país, além de um encontro privado com o presidente Ortolí, da C.E.E.

Durante a sua curta estada na Bélgica, o dr. Sá Carneiro, que foi acompanhado pelo Dr. Manuel Alegria, secretário-geral adjunto do P.P.D., entregou ainda no gabinete do presidente Ortolí um memorando esclarecendo a posição do nosso partido no que respeita ao Mercado Comum.

"Notámos que há consciência plena de que a consolidação da democracia em Portugal interessa à Europa, que por ela se sente também responsável" - declarou o Dr. Sá Carneiro a "Povo Livre", numa entrevista que nos concedeu horas depois de ter chegado a Lisboa.

"Há finalmente uma perfeita noção de que a consolidação dessa democracia implica a resolução dos problemas de conjuntura desfavorável que atravessamos. Tivemos, também, a notícia de que a Comissão do Mercado Comum está de tal modo consciente de tudo isto que poderá mesmo avançar em relação a Portugal sem de modo algum forçar, mas também não esperando que sejamos nós a pôr os nossos problemas".

A POSIÇÃO DE PORTUGAL PERANTE O MERCADO COMUM

A posição do P.P.D. face ao Mercado Comum pode resumir-se na necessidade de aproveitamento integral do actual acordo comercial de livre troca e na sua dinamização, especialmente no que se refere à cláusula evolutiva que comporta a cooperação nos domínios económico e técnico.

Diz Sá Carneiro:

"Creio que ainda estamos muito longe da admissão de Portugal como membro de pleno direito. Temos um tratado comercial que é necessário activar, dinamizar e aproveitar ao máximo. A cláusula evolutiva que comporta, permite que as relações actualmente existentes sejam ampliadas a vários outros sectores. Julgo que seria de aproveitar essa cláusula, bem como toda a boa receptividade que encontramos nos responsáveis pelo Mercado Comum."

A propósito do Mercado Comum, o Dr. Sá Carneiro recorda o outro ponto principal da sua agenda para Bruxelas, como seja o da não discriminação dos trabalhadores portugueses emigrados nos países membros da C.E.E.: "Os trabalhadores dos países do Mercado Comum têm um estatuto favorável, beneficiam de uma segurança social muito interessante e parece-me essencial que os trabalhadores emigrados portugueses não sofram qualquer discriminação, relativamente a esse estatuto e a essa segurança social."

"A posição encontrada - sublinhou Sá Carneiro - foi ainda bastante acolhedora."

"É evidente - prossegue o secretário-geral do P.P.D. - que a activação desse tratado comercial tem sentido como meio de nos ajudar a resolver os nossos problemas, mas, igualmente, como passo para um tratado de associação que demora o seu tempo, terá de ser negociado e supõe mesmo uma consulta ao eleitorado, não digo directamente, mas através da realização das eleições e da demonstração da confiança desse eleitorado nos órgãos de soberania que hão-de concretizar esse tratado de associação. E só depois, dentro de alguns anos e dependente da evolução dos acontecimentos e da aplicação do tratado comercial se poderá, então, pôr o problema da adesão de Portugal ao Mercado Comum como membro de pleno direito. É, portanto, todo um processo evolutivo que urge activar a partir do que já temos para que possamos beneficiar em pleno das vantagens que nos são possíveis de auferir no quadro do tratado actualmente em vigor."

- Haverá neste momento um conhecimento exacto em relação a essas vantagens?

"Ao nível dos responsáveis políticos e económicos diria mesmo que não pode deixar de haver. Seria trágico se não houvesse."

- A que causas atribui a relativa utilização por parte dos empresários portugueses desse acordo preferencial?

"A uma certa inércia, tanto dos responsáveis oficiais como dos nossos empresários; a um certo clima de incerteza gerado pela crise mundial e, muito especialmente europeia, que começou a desenhar-se a partir do último trimestre do ano passado; e, é evidente, que também devido ao clima gerado depois da revolução do 25 de Abril, que foi um abalo das nossas estruturas - muito positivo - , mas que não deixou de ter as suas repercussões, pela fragilidade que caracterizava essas estruturas. Doutra modo, aliás, o 25 de Abril teria representado mais um estímulo do que um abalo. Mas, de facto, o que tínhamos era muito débil e não pode deixar de se ressentir. Penso que é preciso sair dessa situação e com dinamismo e convicção temos de caminhar para a Europa e com a Europa cada

vez mais, dentro do tratado e com vista à sua melhoria de acordo com o processo evolutivo que referi."

- Neste contexto, a Europa acredita no processo de democratização em curso ou tem reservas acerca da sua viabilidade em Portugal?

"A Europa acredita que efectivamente Portugal terá de consolidar a sua democracia, institucionalizando-a, e não deixa de estar atenta e informada relativamente aos nossos problemas. É natural, que não tão informada quanto nós próprios temos a obrigação de estar, mas com muito interesse de ter mais e mais informações e com plena convicção de que a nossa Democracia importa também à Europa."

JANTAR EM BONA COM PARLAMENTARES EUROPEUS

O facto de Sá Carneiro ter encontrado um clima extremamente propício em Bruxelas, numa altura em que ao nível do Conselho de Ministros da Comunidade e da Comissão o problema de Portugal está na ordem do dia, permitiu-lhe ainda incluir no seu programa, já bastante sobrecarregado, um jantar em Bona com os representantes dos grupos democratas-cristãos dos parlamentos europeus.

"Foi um contacto muitíssimo proveitoso - refere Sá Carneiro. - No jantar estavam representantes da quase totalidade dos países do Mercado Comum e tivemos ocasião de efectuar uma troca de impressões sobre a situação portuguesa, a situação europeia e o problema sempre presente da consolidação da Democracia em Portugal.

Daí nasceu um convite - revela Sá Carneiro - que nos foi feito para nos deslocarmos ao Luxemburgo na qualidade de convidados do grupo ao Parlamento Europeu, onde na quinta-feira se discutirá a questão das relações com Portugal e da atitude do Mercado Comum para com o nosso País."

Na sua curta estada em Bruxelas, o secretário-geral do P.P.D. teve ainda oportunidade de avistar-se com os dirigentes do Partido Social-Cristão belga "que tem uma linha de personalismo comunitário e socializante próxima da nossa".

O Dr. Sá Carneiro considerou esses contactos "longos e frequentes" como "bastante proveitosos", ressaltando com o que teve com o presidente do Centro de Estudos ligados ao partido, embora autónomo, e com os presidentes dos movimentos de trabalhadores e de agricultores.

"Em resumo, quanto à viagem - acentua Sá Carneiro - ficámos com a certeza de que tanto a nível nacional, no que respeita à Bélgica, como a nível da Comunidade Económica Europeia, podemos contar com todo o apoio que possa ser dado a Portugal no sentido de melhorar a nossa situação e consolidar a Democracia."

- Tenciona o P.P.D. intensificar os seus contactos directos com o estrangeiro?

"Com certeza. Temos vários contactos já em curso e estou convencido que qualquer partido que queira viver dinamicamente a política não pode prescindir de contactos com o estrangeiro."

A LINHA POLÍTICA DO PRESIDENTE SPÍNOLA E A DO P.P.D.

O importante discurso político proferido pelo presidente António de Spínola a 10 de Setembro - logo a seguir à assinatura do acordo de transferência de poderes na Guiné-Bissau para os dirigentes do P.A.I.G.C. -, que motivou uma imediata tomada de posição do P.P.D., em apoio das teses defendidas pelo chefe do Estado, foi o tema que a seguir propusemos a Sá Carneiro:

"Pareceu-me um discurso de facto muito importante e fizemos questão de o assinalar até porque na Imprensa nem sempre lhe foi dado o destaque que entendemos que merecia.

Pelo que respeita à linha política que seguimos - prossegue -, entendemos que esse discurso representa a desautorização da Direita. Ele é nitidamente uma tomada de posição que não consente mais quaisquer sugestões de que a linha política do presidente da República se situaria num Centro-direita, ou numa Direita Democrática, ou, mesmo, num Centro apenas, pois que marca aí, muito vinicamente, uma posição de Centro-esquerda, ou de um socialismo em liberdade, de um socialismo democrático, que coincide totalmente com a posição que desde sempre temos defendido no Partido Popular Democrático.

Parece que não mais se poderá dizer, agora, que o P.P.D. utilizava uma linha demasiado socializante relativamente às posições e aos discursos do presidente da República. Há uma total coincidência, de resto como nós próprios já havíamos frisado, entre várias tomadas de posição do general Spínola antes do 25 de Abril, designadamente nos discursos pronunciados na Guiné, e a linha que procurámos imprimir ao nosso partido, constituído depois do 25 de Abril.

E foi-nos muito grato verificar que esse discurso confirmou inteiramente as posições que antes havíamos assumido. Por outro lado, o discurso contém ainda uma grave advertência no sentido de que a institucionalização da Democracia em Portugal não pode tolerar quaisquer quebras da autoridade. Até por isso, o discurso se reveste da maior importância e revela bem a gravidade do momento político que atravessamos. Por isso, imediatamente a seguir tomámos posição, exprimimos o que pensávamos e fizemos ouvir a nossa voz, provando, mais uma vez, que não somos, nem nunca faremos parte de uma "maioria silenciosa". Pelo contrário, manifestámos sempre claramente as nossas posições depois do 25 de Abril, agindo politicamente e expressando tão depressa quanto possível, sobre os principais problemas portugueses, a nossa posição.

Penha é que muitas vezes ela não possa chegar ao público em igualdade com a de outros partidos através da Imprensa e dos demais órgãos da informação."

Estava concluído o encontro de "Povo Livre" com o secretário-geral do Partido Popular Democrático, hoje em vésperas de partida para o Luxemburgo, onde o aguardavam os parlamentares europeus. Ao intensificar um diálogo estreito com a Europa, o P. P. D. dimensiona-se e contribui para que essa mesma Europa tome consciência das novas realidades políticas que se vivem em Portugal depois do movimento vitorioso do 25 de Abril.

1.1.13. Discurso no primeiro Comício do P.P.D. em Lisboa - 25/10/74

Realizado no dia em que se completam seis meses sobre o 25 de Abril, este comício é uma autêntica festa de homenagem aos homens que fizeram a Revolução. Por isso também ao Povo Português, que nela reencontrou a liberdade há muito perdida.

Mas o gesto libertador dos homens do M.F.A. não se esgotou num acto de valor histórico. Prolonga-se num Programa que conscientemente associou a honra plenamente reencontrada das Forças Armadas à libertação de todo um povo a quem se vai restituir o poder político.

Decorreu meio ano do prazo fixado para as eleições nesse Programa, que é lei constitucional.

Por isso, ao festejarmos hoje o termos chegado ao meio do primeiro percurso, importa reflectirmos um pouco sobre os problemas do País e sobre o nosso Partido.

Identificados com o M.F.A. desde a primeira hora, presentes nos três Governos Provisórios, sentimo-nos solidários com as tarefas realizadas, conquistas inegáveis da democratização em curso:

- A restauração das condições para o exercício da liberdade política;
- o fim das guerras coloniais;
- o início da descolonização efectiva;
- a melhoria da situação dos trabalhadores;
- a publicação de leis democráticas.

Mas encontramos-nos igualmente responsabilizados na obra a realizar, partilhando das preocupações do momento presente:

- O aumento do custo de vida, o desemprego, a estagnação económica, os actos de violência em Angola e Moçambique, as divisões entre os portugueses, chamam-nos a um olhar de lucidez que o entusiasmo não afecta, e impõe ao nosso Partido uma redobrada responsabilidade na acção.

Solidário com o governo de que faz parte, o nosso Partido está empenhado na resolução dos problemas que vivemos e formula propostas concretas, capazes de lhes dar resposta realista e democrática. Temos como essencial:

- Não tanto olhar para o passado quanto para o futuro; não para o passado de repressão e exploração, mas para o futuro de liberdade e progresso aberto a todos os portugueses pelo M.F.A.;
- construir a democracia sobre um amplo consenso popular, feito de legitimidade e de eficácia;

- consolidar a coligação, definindo objectivos a cumprir rigorosamente com o acordo e a colaboração dos partidos presentes no governo.

Consolidaremos a democracia. E a democracia consolida-se:

- Vencendo e convencendo os seus inimigos;
- não apenas libertando os oprimidos pelo fascismo, mas também impedindo-os de se tornarem opressores;
- não fazendo aceder ao poder apenas alguns, mas abrindo-o a todos os cidadãos;
- legitimando os governantes pelo voto, universal, directo e secreto;
- utilizando, enfim e sobretudo, processos democráticos - porque democrata é aquele que pratica a democracia e não aquele que dela apenas se reivindica.

Nesta linha, o nosso Partido entende necessário:

- Reforçar a unidade em torno do presidente da República, do M.F.A. e do governo, mas uma unidade pluralista, como disse o general Costa Gomes, e não uma unidade forçada, só aparente, igual à das ditaduras;
- combater a reacção: pelo esclarecimento total, objectivo e sereno do Povo sobre os princípios do M.F.A. e os factos ocorridos desde o 25 de Abril;
- pela punição severa dos implicados em actos criminosos, mediante processo jurídico regular;
- pela limpidez de atitudes dos partidos e dos movimentos que se reclamam da democracia;
- pela proibição de actividades dos partidos e movimentos neo-fascistas, sem que, no entanto, isso se torne pretexto para uma nova "caça às bruxas", actuando sempre de acordo com as leis vigentes.

Consideramos ainda indispensável:

- Prosseguir com prontidão o saneamento da Administração, a fim de que ela funcione eficazmente dentro da legalidade democrática; mas o saneamento, não pode ser anárquico, nem sectário; tem de ser justo e legal;
- acelerar a averiguação da responsabilidade criminal dos elementos que tornaram possíveis os crimes do fascismo;
- assegurar o pluralismo efectivo dos meios de informação, pois não há democracia real sem que a Imprensa, a Rádio e a Televisão exprimam todas as correntes de opinião, sem monopólios declarados ou disfarçados.

Enfim, temos de criar um clima de normalidade democrática e de paz pública, em que, sem quebra da vigilância indispensável, os Portugueses se habituem a viver quotidianamente a Liberdade.

Há que melhorar as condições de vida dos trabalhadores, de acordo com o Programa do M.F.A., nomeadamente:

- Garantindo a realidade do salário mínimo nacional contra a alta do custo de vida;
- praticando formas de actualização desse salário mínimo;
- estudando esquemas de participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas;
- promovendo a habitação social;
- criando numerosos empregos.

Temos de prosseguir a descolonização. Mas a descolonização implica:

- Efectiva autodeterminação e criação de condições de convivência pacífica de todas as populações;
- reconhecimento do carácter específico de cada território e de cada povo.

Saudamos o fim das guerras, lembrando que as suas vítimas têm de ser respeitadas e que uma das formas de as respeitar consiste precisamente em evitar mais mortes.

O reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência, reconciliou Portugal com a sua verdadeira vocação histórica.

Mas é indispensável preservar sempre a liberdade de opção dos povos interessados.

Soluções apressadas, embora na aparência proveitosas, podem abrir caminho a futuras guerras, e Portugal, ao contrário de certos povos colonialistas, não pode "lavar as mãos" renegando as suas responsabilidades.

Em todas as circunstâncias, temos de lembrar também os portugueses de outros continentes, garantindo-lhes o seu futuro, cá ou lá.

A dignidade de Portugal - de Portugal renovado e democrático - não pode ser ofendida nem pelo desespero de reaccionários, nem pela impaciência de pretensos vencedores.

A independência dos novos países - esse um dos maiores méritos do M.F.A. - não foi feita contra Portugal, e à sua custa, mas com Portugal e o seu acordo.

Reconhecida a independência da Guiné, aberto o caminho para a de Moçambique, havemos de cooperar estreitamente com os novos Estados.

Em Angola, a guerra termina abrindo caminho para a independência pacífica.

Aí, como em Cabo Verde, São Tomé e Timor, serão os respectivos povos que democraticamente - isto é, pelo voto - haverão de decidir, dos seus destinos, como lembrou o presidente Costa Gomes na sua posse.

A realização das eleições na data prevista é condição indispensável de consolidação da democracia, do restabelecimento da economia e da promoção das reformas de fundo de que carecemos.

O recenseamento eleitoral a iniciar quanto antes há-de ser o mais amplo e sério de quantos já se realizaram em Portugal, com a colaboração entusiástica dos nossos militantes.

Prestaremos continuamente o nosso contributo para que o acto eleitoral que se avizinha seja, como tem de ser e será, de uma honestidade absoluta, sem coacções nem manipulações de qualquer espécie.

Lutaremos democraticamente para que à Assembleia Constituinte seja levada uma forte maioria progressista, lembrando que para isso é importante o voto aos 18 anos, o sistema de representação proporcional adverso ao caciquismo manipulador e, sem limitações, o voto dos emigrantes.

Batemo-nos pela realização de eleições municipais imediatamente a seguir ao recenseamento.

Elas são a única forma de legitimar democraticamente a renovação das autarquias locais e constituirão experiência insubstituível e lição privilegiada para o sufrágio de Março.

Formada a Assembleia Constituinte, Portugal poderá preparar o seu encontro com o futuro.

Novas e grandes tarefas aguardam com urgência o Povo Português.

Elas exigem uma Constituição:

- Que lhe garanta a liberdade política e o pluralismo;
- que dê ao parlamento e ao governo condições de eficácia e de rapidez funcional;
- que estabeleça os fundamentos de uma democracia social e económica avançada, caminho de socialismo democrático ao serviço do Homem Português.

O nosso Partido está e estará sempre empenhado na rápida realização das transformações qualitativas da sociedade e da economia, promovendo a pessoa na igualdade, na liberdade e na solidariedade.

Alterando o estatuto da empresa, tornando-a comunidade de direito pessoal, unidade de trabalho e de colaboração.

Dando ao trabalhador o lugar a que tem direito como sujeito da economia.

Acelerar o desenvolvimento económico, para que Portugal dentro de alguns anos possa tornar-se um país desenvolvido na plena acepção do termo.

Renovar e reforçar os laços de Portugal com a Europa e os países de língua portuguesa.

Tornar Portugal um país militante ao serviço da causa dos Direitos do Homem, são também, para o nosso Partido objectivos fundamentais e prioritários.

Abertos ao futuro português democrático e progressivo:

- Empenhados na construção de uma sociedade nova, descomprometida e libertadora do Homem;
- inimigos da alienação capitalista, do domínio monopolista e dos totalitarismos de qualquer côr;
- adversários do fascismo em combates antigos de que legitimamente nos orgulhamos;
- assumimos a tradição liberal e republicana, as correntes do humanismo social cristão, as experiências contemporâneas de socialismo em liberdade que são as sociais democracias

Jaime Cortesão e Norton de Matos, Abel Varzim e o Bispo do Porto, Humberto Delgado e António Sérgio, são nomes de obreiros da luta democrática que, entre muitos outros, recordamos.

Há seis meses o M.F.A. abriu aos portugueses os caminhos da liberdade.

É aos partidos que compete propor as vias políticas que a democracia pluralista deve seguir para servir o povo.

A nossa proposta é clara, nova, livre e progressiva.

Queremos caminhar para a igualdade na liberdade.

Alcançar rapidamente o progresso na segurança.

Reformar profundamente a sociedade com pleno respeito da pessoa humana.

O caminho que o nosso Partido propõe a todos os democratas é um caminho de Paz;

um caminho do povo;

um caminho da democracia;

Para bem de Portugal!

1.1.14. Entrevista ao "Jornal de Notícias" - 26 e 27/10/74

O Dr. Sá Carneiro, na qualidade de secretário-geral do P.P.D., deslocou-se recentemente ao Luxemburgo e a Bruxelas, onde tratou de problemas de ordem económica que, directamente, interessam ao nosso País. Lógico, portanto, que

esse fosse o tema com que iniciámos o diálogo e, daí, lhe perguntarmos os resultados obtidos nesses contactos. Respondeu-nos:

- Efectivamente aproveitámos a nossa estada em Bruxelas para contactar com o presidente e o vice-presidente do Mercado Comum. Não foi propriamente uma missão de estabelecimento de contactos concretos em nome do governo português, mas, antes, uma atitude de interesse do nosso partido pela Comunidade Económica Europeia e suas relações com Portugal. Temos frisado, várias vezes, que somos um partido da Europa - e da Europa do Mercado Comum. Aproveitámos, portanto, a ocasião para fazer conhecer a alguns dos mais altos responsáveis da Comissão a posição do nosso partido, auscultando ao mesmo tempo as suas posições acerca das relações a estabelecer com Portugal. Devo dizer que encontramos, quer da parte dos dirigentes do Mercado Comum quer da parte do primeiro-ministro belga e do ministro dos Negócios Estrangeiros a melhor das disposições no sentido de avançarem connosco para soluções concretas de apoio e auxílio, numa linha de integração cada vez mais profunda de Portugal na Europa do Mercado Comum. Um dos pontos especialmente focados nessas conversas foi o da protecção aos trabalhadores emigrantes portugueses que são mais de um milhão nos nove países do Mercado Comum. Não fazendo parte Portugal da Comunidade Económica Europeia, os nossos trabalhadores não gozam do estatuto de protecção plena de que beneficiam os trabalhadores desses nove países. Ora um dos pontos fundamentais é, em nosso entender, o da extensão desse estatuto aos nossos trabalhadores. Ficámos convencidos que seria possível avançar rapidamente para uma solução que permitisse uma melhor protecção dos portugueses que se encontram imigrados nos países da Comunidade Económica Europeia. Como já disse, a nossa tarefa era a de mostrar o nosso interesse, estabelecer contactos, e dar a conhecer a posição do P.P.D.; é evidente que cabe aos órgãos governamentais a busca de planos concretos e do estabelecimento das relações. Esperamos que em breve seja, de facto, real a nossa integração na Europa através de uma dinamização do acordo comercial em vigor e da negociação de um acordo de associação. Quanto à viagem ao Luxemburgo para assistir à sessão do parlamento europeu, foram os mesmos os seus objectivos.

- Mas deu conhecimento, via P.P.D., desses contactos ao governo?

- Claro, o ministro Magalhães Mota, nosso representante no governo, encarregou-se de fazer um resumo do que foi essa viagem. Eu próprio tive ocasião de falar com o presidente da República, responsável máximo da política externa, que era, então, o general Spínola, dando-lhe conta do que se tinha passado.

- Essa viagem permitiu-lhe antever as possibilidades que Portugal terá de vir a fazer parte do Conselho da Europa?

- Esse problema não foi abordado. Mesmo assim, posso dizer que me parece termos todas as possibilidades de fazer parte desse organismo, após a institucionalização da Democracia em Portugal, depois de sairmos da situação pré-democrática em que nos encontramos - para usar a expressão do general Costa Gomes no seu discurso na O.N.U. - institucionalizando a Democracia através de uma Constituição e do exercício do poder por órgãos eleitos livremente. Só então se poderá pôr,

creio, o problema da nossa presença no Conselho da Europa. Estou convencido que não haverá dificuldade desde que - como tem de ser - vivamos em regime plenamente democrático.

A ACTIVIDADE DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO MINORARIA O DESEMPREGO

- Um dos maiores problemas com que o passe debate reside, precisamente, na situação socioeconómica. Como secretário-geral do P.P.D. que se lhe oferece dizer?

- Temos, há já alguns meses, manifestado a preocupação pelos problemas resultantes do desemprego, da quebra dos investimentos e de uma certa paralisação geral da vida económica. Actualmente a situação não parece ter melhorado, pois estamos a enfrentar uma crise nacional inserida numa crise mundial de amplitude muito grande e os acontecimentos que se desenrolaram no final de Setembro não contribuíram de imediato para uma estabilização da vida política indispensável ao desenvolvimento da actividade económica. O desemprego está a avolumar-se; temos entre nós - e felizmente, porque é sinal de que a guerra acabou e os soldados estão a regressar - algumas dezenas de milhar de homens vindos do Ultramar; por isso era necessário que se incrementasse a actividade económica, designadamente através do fomento do investimento público. Penso, concretamente, na construção civil que é - creio - a maior indústria portuguesa em termos de mão-de-obra e que atravessa um período muito difícil, com um desemprego consequente à diminuição da realização de obras públicas e privadas. Julgo que seria necessário activar esse sector, activação que comporta um efeito multiplicador sobre várias indústrias que para ele trabalham; assim se minoraria o desemprego, que tem como consequência um clima de intranquilidade, de insatisfação e, mesmo, de agitação social. Não me parece que as dificuldades que atravessamos sejam de modo algum intranponíveis e estou certo de que um plano de emergência com uma forte intervenção dos investimentos públicos permitiria fazer face às dificuldades reais que a nossa economia atravessa. Parece, também, que seria desejável um auxílio financeiro externo que está, como se viu após o regresso do ministro das Finanças da viagem que fez aos Estados Unidos, a ser procurado - e que esperamos, igualmente, seja encontrado.

A CRISE DE SETEMBRO GEROU APREENSÕES

- Referiu o facto de os acontecimentos desenrolados no final de Setembro não terem beneficiado em nada a situação político-socioeconómica. Em que baseia essa afirmação?

- Aquilo que referi é que a imediata instabilidade política resultante dos acontecimentos de Setembro também não é, de modo algum, favorável à resolução dos problemas económicos. Qualquer situação dessas, de risco de desordem ou de tensões políticas agudas, acarreta sempre um receio por parte do sector económico, enquanto uma clara definição política, uma situação politicamente estável é de molde a favorecer o desenvolvimento dos investimentos. É evidente que todos o vivemos no final de Setembro e mesmo umas semanas antes, um clima de tensão progressiva que se agudizou e culminou com a crise do dia 28. Como tem sido frisado, isto deu, até, de Portugal, uma imagem pouco favorável

no estrangeiro, designadamente em parte da imprensa francesa, inglesa, norte-americana e alemã; e gerou internamente sérias apreensões entre nós, sobretudo naquela primeira semana. Hoje, felizmente, o clima encontra-se clarificado, a tensão quase eliminada e é já possível fomentar, ou retomar o fomento da actividade económica. Mas é evidente que teria sido preferível do ponto de vista económico, social e político ter-se evitado a crise do final de Setembro, que foi uma verdadeira crise, com todas as suas consequências; positivas muitas, por certo, pela clarificação que permitiu e pela eliminação de tensões, mas, também, algumas negativas, especialmente no aspecto social e económico.

- Reportou-se, há pouco, à apreensão de certa Imprensa, especialmente francesa, inglesa, alemã e americana aos acontecimentos em Portugal. Ora tanto quanto parece, alguns sectores da imprensa internacional mais não têm tomado do que uma atitude paternalista em relação ao que se passa no nosso país... É o caso de, antes do 25 de Abril, ela se mostrar condoída pelo facto de os portugueses viverem sob um regime fascista, ditatorial; contudo, ao caminharmos, agora, para a Democracia, aí a temos a mostrar-se bastante preocupada e a denunciar receios por um eventual avanço de esquerda. Haverá, nisto, lógica ou coerência?

- Eu creio que o problema não se põe sob o ponto de vista da coerência ou de lógica. Toda a imprensa tende a dar relevo aos acontecimentos que lhe parecem mais sensacionais, mais importantes. Foi, primeiro, a revolução de 25 de Abril que teve uma repercussão muitíssimo grande na imprensa estrangeira, o que deu a Portugal aquilo que ele não tinha há muitos anos: uma boa imagem internacional. Vieram, depois, as dificuldades de ordem política, de ordem social, a culminar com os acontecimentos de 28 de Setembro. Essa mesma imprensa modificou bastante a sua posição em função essencialmente do receio de um avanço comunista e da existência das barricadas de civis que controlaram o tráfego em boa parte das estradas. O governo, através do primeiro-ministro e as Forças Armadas, na pessoa do brigadeiro Otelo de Carvalho, prestaram homenagem à intervenção dos populares, mas o brigadeiro Otelo de Carvalho, numa das várias entrevistas recentemente concedidas, não pôde deixar de salientar o perigo que essa intervenção acarretou, visto que, de facto, ela consistiu no desempenho por civis de funções que, num Estado de Direito, num Estado Democrático, de legítima legalidade, devem competir em exclusivo às Forças Armadas e às forças de segurança. Foi esse facto que mais impressionou a imprensa estrangeira, compreensivelmente. Esses países viveram, designadamente no após guerra, situações análogas; alguns testemunharam de perto aquilo que se passou em alguns países de Leste. A imprensa dessas nações estava portanto em condições especialmente sensíveis para se alertar e nos alertarem a nós próprios acerca dos perigos que um tal processo podia implicar. Fizeram-no, é certo, nalguns casos com bastante exagero. Mas aquilo que aqui se passou foi de facto algo de importante e significativo no processo da institucionalização da Democracia, que teve os seus riscos. Creio que rapidamente vamos dando a esses países e a essa imprensa uma imagem diferente e mais real de que estamos, apesar de todos os perigos, inseridos num processo de institucionalização pacífica da Democracia, com respeito pelas leis constitucionais e pelas leis ordinárias que nos regem e que têm de ser escrupu-

losamente observadas. Nesse sentido, tem o nosso partido prestado não pequena contribuição.

- Considera que a participação das massas populares, nesses acontecimentos, teve aspectos positivos e que, portanto, se não justificava o alarme manifestado por essa imprensa internacional?

- Acho que teve aspectos positivos, como teve, também, os seus inconvenientes e riscos - e foram estes que contribuíram para o alarme da imprensa internacional, designadamente a partir do que se passou com alguns diplomatas. Além disso, o próprio brigadeiro Otelo de Carvalho apontou casos em que membros das Forças Armadas e do próprio Movimento foram também de certo modo vítimas de alguns excessos da vigilância popular.

DESCOLONIZAÇÃO

- Outra questão igualmente importante, ou seja a descolonização... Concretizada a independência da Guiné e prestes a acontecer o mesmo relativamente a Moçambique, temos, no primeiro plano, o caso de Angola, onde o problema, por motivos sobejamente conhecidos, se apresenta de mais difícil solução. Que nos diz sobre o processo de descolonização angolana?

- Está, já, assinado um acordo com o M.P.L.A. para o cessar fogo, assim como para a abertura de delegações desse movimento em território angolano. Isso é um passo muito importante porque equivale ao fim do conflito armado e à possibilidade de acção política dos movimentos emancipalistas. Creio que é nesse caminho que terá de se avançar, procurando que os vários movimentos de libertação actuem como partidos políticos dispostos a entrar no jogo democrático. A descolonização de Angola, pela multiplicidade dos movimentos emancipalistas, pela complexidade de etnias e pelos interesses vários de todas as populações que aí residem, tem de assentar numa expressão democrática análoga àquela que nós seguiremos de acordo com o programa que está previsto. Isso supõe que os movimentos emancipalistas aceitem actuar como partidos políticos, disputando eleições para uma Assembleia Constituinte que elaborará o futuro estatuto de uma Angola independente. Parece ser essa a via que o caso angolano comporta, pois ela será a do respeito pela opinião de todas as pessoas que aí residem.

O P.P.D. E EVENTUAIS COLIGAÇÕES

- Mudando, novamente de assunto, põe-se o problema de o P.P.D., nas próximas eleições e de acordo com uma eventual estratégia política, poder fazer uma coligação com partidos que se identifiquem com a sua linha programática. Tal hipótese será viável?

- Não excluimos, a priori, essa hipótese. Como referi, há dias, numa conferência de imprensa, o P.P.D. tem força para ir sozinho às eleições. Por outro lado o sistema de representação proporcional adoptado pela Lei Eleitoral em apreciação no Conselho de Estado faz perder para os grandes partidos muito interesse pelas coligações eleitorais. Tendo cada partido um número de deputados proporcional aos votos que recolher, já não tem tanto interesse a combinação de se apresentarem unidos ao eleitorado, partindo depois, de harmonia com aquilo que entre

eles combinassem, os votos que cada um recebesse. Combinações desse tipo são mais justificáveis para os partidos que receiam não atingir o mínimo de votos em sistemas não proporcionais. Em todo o caso, não fica excluída uma hipótese de coligação com forças progressivas e democráticas se ela vier a entender-se necessária no momento das eleições, depois de cada partido ter definido os seus programas e as suas posições perante o acto eleitoral. Recordarei, também, da conferência de imprensa, que tratando-se de eleição para a Assembleia Constituinte não haverá coligação a nível de programas do governo, que não estão em causa. Poderá, sim, pôr-se a questão de eventual acordo acerca das bases mínimas da futura Constituição e isso poderia justificar uma coligação ou uma plataforma comum de dois ou mais partidos relativamente ao projecto de Constituição. Mas, ainda é cedo para determinar a posição do partido acerca de problemas que só surgirão daqui a alguns meses, tanto mais que ainda não fizemos o nosso congresso, como acontece com alguns outros partidos.

- Continuemos, ainda, no campo das hipóteses... se eventualmente, o leque da coligação governamental tivesse de ser ampliado, como encararia o P.P.D. a entrada para o Governo Provisório,, por exemplo do C.D.S. ou do M.D.P.?

- Não nos opusemos nem nos opomos à presença no governo de representantes de forças partidárias claramente definidas como tal, desde que autenticamente democráticas e suficientemente representativas. Ao responder-lhe assim, excludo, é evidente, o M.D.P., que não é uma formação partidária, Sempre entendemos que na coligação devem estar representados os partidos que possuam as condições que referi e não representantes de movimentos unitários não definidos ou por si próprios indefinidos. Estamos na iminência da publicação de uma Lei Eleitoral que restringe aos partidos políticos a apresentação de candidaturas, tal como está aprovada e publicada, e de uma lei sobre partidos políticos que fixa os requisitos indispensáveis ao reconhecimento dos partidos. Não se põe, neste momento, nem se pôs recentemente, a questão do alargamento da coligação. Assim, estou convencido de que ela virá eventualmente, a colocar-se, só depois da promulgação da Lei Eleitoral e da lei sobre partidos políticos e mesmo, talvez, somente após as eleições de Março. Tudo depende de hipotética remodelação governamental.

- O Dr. Pinto Balsemão pôs, há dias, a hipótese de o P.P.D. ingressar na Internacional Socialista. Isso poderá, de facto, acontecer sem desvios à linha do partido?

- Creio que pode, sem o menor desvio. Pelo contrário, temos uma linha claramente social-democrata; teremos em breve, depois do nosso congresso, um programa com essas mesmas características. Da Internacional Socialista fazem parte os partidos socialistas e sociais-democratas. Não há, portanto, razão para que, depois de aprovado o programa, os estatutos do Partido, eleitos os seus órgãos e reconhecido legalmente o Partido como tal não nos candidatemos à Internacional Socialista, como razão não vejo para que essa candidatura não seja aceite. O Dr. Balsemão recordou, há dias, que não seria caso único um mesmo país ter na Internacional Socialista um partido social-democrata e um partido socialista, como sucede com a Itália e è, poderá, efectivamente, vir a acontecer no nosso caso. Há,

contudo, vários passos a dar, como os que aponte, na estruturação do nosso partido para que possa apresentar-se essa candidatura.

"TEMOS DE RESPEITAR AS IDEIAS DOS NOSSOS ADVERSÁRIOS POLÍTICOS"

- Como muito bem sabe, a população portuguesa está profundamente traumatizada pelo combate às ideias marxistas, desencadeado neste país durante quase cinco décadas. Ora, como o P.P.D. se não integra numa linha marxista, até que ponto, nas próximas eleições, a realizar em Março, esse facto poderá resultar em vantagem para o seu partido?

- Efectivamente não somos um partido marxista, como o não são as sociais-democracias europeias, especialmente depois do fim dos anos 50. Isso não quer dizer que vejamos como vantajosa uma campanha antimarxista, que nos regozijemos pelo facto de hoje se verem r ainda resultados da intensa campanha anticomunista da ditadura. Temos de respeitar as ideias dos nossos adversários políticos, daqueles que pensam diversamente de nós. A luta política pressupõe e implica a afirmação clara das divergências entre partidos. Só assim será possível esclarecer o eleitorado e fazer participar os partidos na acção de pedagogia política em que desempenham papel fundamental. Mas para se vincar as diferenças e as discordâncias não é, de modo algum, necessário atacar, em campanhas promovidas com esse fim, os partidos que perfilham atitudes, opiniões e programas diferentes. E evidente que há que preservar a Democracia e combater democraticamente todos os movimentos que a possam pôr em causa. Não foi essa a razão da campanha anticomunista que vivemos durante algumas décadas. Ela foi, apenas, pretexto para se manter um estado autoritário que negava as liberdades e direitos das pessoas e que identificava como comunista qualquer membro da oposição ao regime ou quem quer que lutasse pelo restabelecimento dos direitos do homem. Creio que o ambiente criado ainda perdurará por algum tempo. Mas não podemos tão-pouco esquecer que experiências comunistas deram do comunismo e da acção dos partidos comunistas, uma imagem que não deixa de impressionar desfavoravelmente os povos que vivem ou querem viver em regime de democracia pluralista. Não se trata, aí, dos frutos de uma campanha anticomunista mas de verificação de resultados de experiências comunistas pouco atractivos para povos que se habituaram ou querem alcançar a liberdade e a prosperidade que lhes é garantida por regimes de orientação diferente; regimes de democracia pluralista, com respeito pelos direitos do homem, muitos dos quais são sociais-democracias na linha daquilo que defendemos. O próprio programa do Partido Social Democrata Alemão, aprovado em 1959, faz, logo a seguir à enumeração dos seus fundamentos ideológicos, uma acerba crítica ao comunismo. Isto é um exemplo significativo da posição assumida em muitas democracias ocidentais que não viveram os anos de campanha anticomunista que nós próprios tivemos.

- Concretamente, quais as razões por que se solidarizou com o Prof. Palma Carlos e se demitiu do primeiro Governo Provisório?

- Especulou-se muito - e ainda se especula de vez em quando sem fundamento, com a minha saída do governo. Como também disse então, a minha saída foi es-

sencialmente devida à circunstância de, tanto eu como o partido, nos seus órgãos de cúpula e nas suas bases, entenderem - fazendo-me saber insistentemente - que era indispensável a minha presença no partido e à sua frente. Os quase dois meses que estive no governo afastaram-me do partido, pelo trabalho intenso que tinha. Não contava com essa situação; tinha aceite, apenas, um cargo de ministro sem pasta para ficar parcialmente disponível para trabalhar no partido mas acabei por ficar ministro-adjunto. Esses quase dois meses afastaram-me quase por completo da vida e da actividade do partido, com graves prejuízos para a organização deste, tanto mais que o dr. Balsemão tinha dito logo de início que, continuando à frente do "Expresso", não podia dedicar parte substancial do seu tempo ao partido, e o outro fundador, dr. Magalhães Mota, era ministro da Administração Interna. De maneira que os fundadores estavam praticamente afastados na primeira fase da vida do partido e isso, sentiram-no o partido e as pessoas que conosco colaboravam, era francamente nocivo. Porque me reclamavam para lá, não fiquei representante do partido no segundo Governo Provisório, circunstância que fiz imediatamente saber logo após a demissão do Prof. Palma Carlos, quando fui convidado para fazer parte do segundo Governo Provisório. Recusei tal convite principalmente por essa razão. É curioso que embora tudo isso, ao ritmo da evolução da nossa política seja história já antiga, tem sido ultimamente reeditado, inserido numa série de ataques que o nosso partido tem sofrido, quer como organização quer na pessoa dos seus fundadores ou dos seus órgãos de cúpula. Temos informações de que os ataques vão redobrar. Essa campanha não nos preocupa, até porque é sintoma de que somos um partido com força, como somos efectivamente e demonstrámos exuberantemente no comício da passada sexta-feira. Deploremos, é evidente, esses ataques. Nem todos merecem resposta; mas não deixaremos de ripostar aos que revistam um mínimo de seriedade.

A PRESENÇA NO GOVERNO ERA INCOMPATÍVEL COM A CHEFIA DO PARTIDO

- Pelas palavras que proferiu ao apontar as razões da sua saída do governo, pode concluir-se, portanto, que a incompatibilidade a que se referiu poderá continuar e, conseqüentemente, invalidará um eventual regresso a um futuro elenco ministerial?

- Não. A incompatibilidade que refere tem de entender-se num sentido de inconveniência funcional em determinada situação. Anunciámos a constituição do partido em princípio de Maio; logo contámos felizmente com o apoio de colaboradores muitíssimo bons e muito activos para uma tarefa gigantesca que é a de definir o programa do partido, montar a sua estrutura orgânica e trabalhar a sua implantação territorial. Esta primeira fase de arranque do partido é excepcionalmente trabalhosa e foi-o especialmente nessa altura, embora estejamos cada vez melhor estruturados e organizados. Nessa primeira fase era impossível conciliar a minha presença no governo e num lugar excepcionalmente trabalhoso e de responsabilidade como o de adjunto ao primeiro-ministro, com a de secretário-geral do partido. Depois do congresso, com o partido já melhor estruturado, com o programa estabelecido, será possível conciliar uma eventual presença no governo com a actividade de secretário-geral, se o problema vier a pôr-se, é evidente.

A POSIÇÃO DO P.P.D. QUANDO DA DEMISSÃO DO PROF. PALMA CARLOS

- O Prof. Palma Carlos pediu a sua demissão por não lhe terem sido satisfeitas entre outras as seguintes pretensões: concessão de poderes mais latos, antecipação das eleições para a Presidência da República e adiamento das eleições para a Assembleia. Como todos esses factos atentavam contra o Programa do Movimento das Forças Armadas, tudo parece indicar que o antigo primeiro-ministro mais não tentou do que dar um golpe de Estado constitucional. Não será, também, lícito admitir-se que o P.P.D., ao solidarizar-se (com a demissão dos seus dois ministros) com o Prof. Palma Carlos, estava interessado no pretensão golpe?

- O primeiro problema que pôs é o do golpe de Estado constitucional. Golpe de Estado constitucional poderá ser uma expressão significativa do ponto de vista de impacte, mas tecnicamente e politicamente é incorrecta. Ou o golpe de Estado é dado contra a Constituição e implica portanto uma alteração contra a regra fundamental e não é constitucional; ou, se é feito através de uma alteração da Constituição, não é golpe de Estado. O Prof. Palma Carlos não tentou, a meu ver, qualquer golpe. Fez uma proposta na qual acreditava convictamente - uma proposta de alteração da Constituição e do Programa do Movimento das Forças Armadas, que é Lei Constitucional, como sabe. E fê-la, como digo, com convicção, porque acreditava que essa alteração era, no seu entender, indispensável para poder continuar a governar com eficácia. O Conselho de Estado deu apenas razão em parte ao Prof. Palma Carlos e ele entendeu que isso não era suficiente para se manter à frente do governo; e saiu. Que as alterações à Constituição não implicam necessariamente um golpe de Estado ou uma tentativa de alteração substancial, substituição de uma ordem por outra, resulta até da circunstância de o Conselho de Estado por mais de uma vez ter feito alterações à Lei Constitucional e uma interpretação do Programa do Movimento das Forças Armadas que permitiu o reconhecimento do direito à independência das colónias. Em suma, não houve da parte do prof. Palma Carlos um atentado propriamente contra o Programa do Movimento, mas antes meras propostas de alteração.

Relativamente à segunda parte da pergunta, o P.P.D. não se solidarizou com o Prof. Palma Carlos; essa referência que faz na pergunta não é exacta. O que aconteceu foi que quatro ministros do governo, dois dos quais do P.P.D., se solidarizaram com a sua demissão e apenas com esse acto. Já foi dito publicamente, mais do que uma vez, que o fizeram essencialmente porque - embora isso não resultasse na altura da Constituição como hoje já resulta - em qualquer país democrático a demissão do primeiro-ministro implica a demissão do governo. De resto mesmo os ministros que não se demitiram foram demitidos. A prova de que o P.P.D. não se solidarizou com a posição do Prof. Palma Carlos foi a de que se manteve na coligação, representado, até por um dos ministros que estava no primeiro Governo Provisório, o Dr. Magalhães Mota, provando assim que o partido estava e está disposto a manter-se na coligação não obstante as posições do Prof. Palma Carlos não terem sido atendidas. Uma coisa era a posição do Prof. Palma Carlos, outra completamente distinta e diversa a posição do P.P.D. de que o Prof. Palma Carlos não era nem é filiado. O partido não se solidarizou, pois, com as posições do ex-primeiro-ministro. Entendeu, pelo contrário, que as alterações

feitas pelo Conselho de Estado eram suficientes para que o partido se mantivesse, como manteve, na coligação.

A ADESÃO DO POVO FAZ-SE PELO VOTO

- Quando do malogro da intentona da chamada "maioria silenciosa", o P.P.D. recusou um convite que lhe foi dirigido pelos partidos da coligação para participar numa manifestação de apoio ao governo. Argumentou então o P.P.D. que não aderiria à manifestação por ignorar a composição do novo Governo Provisório e por aguardar a comunicação do novo presidente da República general Costa Gomes - motivos que o levou a afirmar num comunicado que não estavam preenchidas as condições essenciais para tomar qualquer atitude pública. Estes factos sugerem a seguinte pergunta: o P.P.D. duvidou de que o Programa das Forças Armadas fosse cumprido?

- A nossa atitude não implicou qualquer dúvida quanto ao cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas; nem era isso que estava em causa. Fomos convidados para essa manifestação ao princípio da tarde do próprio dia, ou seja, com muito poucas possibilidades de organizar uma representação adequada. Mas não foi essa a razão essencial, como consta do comunicado, que nos levou a não aderir. Em primeiro lugar, apoiar um governo que não existia ainda, pareceu-nos estranho; por outro lado, o primeiro-ministro, na sua alocução televisada do anterior domingo à noite, manifestara-se contrário a manifestações. Disse, salvo erro, no final dessa alocução que era com o trabalho e pelo trabalho, especialmente com o domingo de trabalho, que se iria testemunhar a vitória e não com manifestações. Por outro lado, frisámo-lo também, aguardava-se a alocução do presidente Costa Gomes. Tão-pouco fazia sentido, numa hora em que se aguardava essa importante comunicação, estar a fazer uma manifestação antecipada de apoio. Creio que terá passado - espero definitivamente - o tempo das manifestações pelas manifestações. Espero que não será mais possível a partir de manifestações, por mais imponentes que sejam, falar em consagrações plebiscitárias do que quer que seja.

Temos de nos habituar a raciocinar em termos de democracia. A expressão da adesão do povo faz-se pelo voto, eminentemente pelo voto e só tem sentido jurídico pelo voto. Não quero dizer que não se justifiquem, manifestações de apoio; o que não deve é organizar-se sistematicamente esse tipo de manifestações e muito menos procurar tirar partido delas apresentando-as como sucedâneos de um plebiscito, de um sufrágio ou de um referendo. Quanto ao caso concreto, como referi, nem tinha sido nomeado o novo governo nem o presidente da República tinha feito a sua alocução. Portanto, a manifestação, avisada com poucas horas de antecedência parecia claramente uma antecipação em relação a uma tomada de posição que ainda não fora feita; ou então teria o sentido do rezojo da demissão do general Spínola, o que também não nos parecia certo.

- Pôs algumas hipóteses, mas há uma outra que igualmente é de levantar: essa manifestação mais não terá sido do que de regozijo por se ter levado de vencida o "golpe" da chamada "maioria silenciosa"... A manifestação poderia, portanto, revestir-se, também, desse significado...

- Mas, não foi como tal que a convocaram: foi convocada para manifestação de apoio a um governo que não tinha sido nomeado e ao Presidente da República, que sempre apoiámos, regozijando-nos até publicamente com a sua nomeação, mas que nem sequer tinha dirigido a sua primeira mensagem à Nação como Presidente da República.

A RENÚNCIA DE SPÍNOLA CAUSOU APREENSÕES EM TODO O MUNDO

- Qual o motivo por que a renúncia do general Spínola causou, ao que parece, apreensões no P.P.D.?

- Creio que não foi só no Partido Popular Democrático que causou apreensões. Causou apreensões em todo o país - digo mais, em todo o mundo. Isso foi perfeitamente claro: nem podia deixar de ser assim. O P.P.D. partilhou das apreensões que essa demissão causou em Portugal. Estávamos a cinco meses de uma revolução e uma divergência tão grave como aquela que o general Spínola exprimiu, fundamentando nela a renúncia, é necessariamente um acontecimento grave para o processo de democratização em curso. Todos ficámos apreensivos por ver que ao mais alto nível havia divergências da ordem das que levaram o presidente da República a renunciar. Não vale a pena frisar a gravidade dos factos e da análise feita pelo general Spínola; o general Costa Gomes, presidente da República, teve imediatamente a seguir ocasião de dizer que ele não partilhava dessa análise. Com o indispensável apoio das Forças Armadas, vamos vencendo dificuldades e prosseguindo no caminho da consolidação da democracia.

LEI DE IMPRENSA - PROJECTO SATISFATÓRIO

- O Sr. Dr. foi um dos subscritores de um dos projectos de Lei de Imprensa apresentado na penúltima legislatura da Assembleia Nacional. Assim, queríamos que fizesse uma apreciação ao actual projecto...

- Fui efectivamente um dos signatários do primeiro projecto de Lei de Imprensa, surgido depois de 1926 e apresentado em 1970. Devo dizer que aí se iniciou o conflito que se foi sucessivamente agravando e levou à minha renúncia ao cargo de deputado. Quanto ao actual projecto, ele consagra muitos dos pontos do projecto apresentado em 1970, que aliás refere algumas vezes no relatório. De modo geral, posso dizer que me parece ser francamente satisfatório. Integra a liberdade de imprensa no âmbito mais vasto do direito à informação e as suas linhas gerais coincidem inteiramente com a via do projecto que apresentei juntamente com o dr. Balsemão. Seria preferível termos um estatuto da Informação em geral, que cobrisse a rádio e a televisão e não apenas um projecto de Lei de Imprensa. Esse estatuto era mesmo aquilo que o meu grande amigo e grande político que era o deputado José Pedro Pinto Leite, ambicionava que apresentássemos na Assembleia Nacional. Não foi possível então; tivemos de nos limitar a um projecto de Lei de Imprensa; e não foi ainda possível para a comissão que trabalhou muito bem e depressa.

A circunstância de o projecto ser submetido à discussão pública parece-me francamente positiva e muito democrática. É um ponto essencial no processo de democratização, este da liberdade de expressão, em que os homens de imprensa e

todos os cidadãos têm a sua palavra a dizer. Creio que é um bom método o de possibilitar a discussão pública sobre os projectos de diplomas fundamentais. Pena é que não tenha sido seguido noutros casos. Há vários pontos que podia apontar e que considero favoravelmente regulados. Assim de repente posso apontar o regime liberal em que foi encarado o segredo profissional e o acesso às fontes de informação, a distinção entre a imprensa de informação e a de opinião, o regime da imprensa que pertence ou é controlada pelo Estado ou por entidades de direito público e as exigências feitas relativamente à distinção da parte publicitária na imprensa. Há uma inovação que não figura no nosso projecto e me parece também de aplaudir, que é o Conselho de Imprensa, órgão aberto ao público e destinado a dar seguimento a todas as queixas e reclamações, semelhante ao que existe em Inglaterra; e o Conselho de Redacção, esse já previsto no nosso projecto. É evidente que as suas funções deverão, talvez, ser ampliadas, em ordem a permitir aos jornalistas uma maior participação na feitura dos jornais. Mas é sobretudo a questão da prova da verdade dos factos imputados a certas entidades estrangeiras que me parece necessitada de ser revista. Em resumo, o actual projecto é de aplaudir por ser um passo grande no caminho da democratização portuguesa.

VOTO DOS EMIGRANTES - LIMITAÇÕES INJUSTIFICADAS

- Os problemas da emigração inserem-se na linha de preocupações do P.P.D. Qual a sua posição face aos condicionalismos impostos pela Lei Eleitoral relativamente à participação dos emigrantes nas eleições?

- O P.P.D. tem defendido insistente e veementemente o reconhecimento do voto dos emigrantes, sem limitações, em igualdade de circunstâncias com os cidadãos residentes no país. Tanto no jornal órgão do partido como nos vários comunicados e em sessões públicas, temos insistido nesse ponto, porque nos parece da mais elementar justiça que esse direito de voto seja reconhecido do mesmo modo que aos portugueses aqui residentes. E uma situação de justiça que as circunstâncias em que o nosso emigrante vive relativamente ao país de origem confirmam plenamente. O emigrante português não se desenraiza; mantém laços estreitos com a Pátria, quer remetendo para aqui as suas economias, quer do ponto de vista familiar, social e afectivo. Não vejo qualquer razão que leve a não dar aos nossos emigrantes aquilo que em justiça é devido a todos os cidadãos: o direito de participarem na escolha dos seus governantes, e na designação dos homens encarregados de elaborar a futura Constituição. Por isso discordamos das limitações constantes do projecto de Lei Eleitoral já publicado. Não nos parecem aceitáveis nem justas quer as que se referem ao reconhecimento do direito de voto, quer as que limitam a um número fixo os deputados a eleger pelos portugueses não residentes em território não nacional. O assunto vai ser agora apreciado pelo Conselho de Estado, mas a nossa posição é a que acabei de referir. Oxalá ela seja acolhida, para que aos emigrantes portugueses seja feita justiça.

"MOVIMENTO DOS 120 MILHÕES" - UMA ATITUDE POSITIVA DO SECTOR PRIVADO

- E chegamos às últimas questões: qual a posição do P.P.D. face aos monopólios e como encara o chamado "movimento dos 120 milhões"?

- Desde as nossas linhas programáticas temos traçado claramente uma política antimonopolista. Baseamo-nos na subordinação da economia ao poder político; e preconizamos uma política antimonopolista visto que o interesse colectivo é, em princípio, mal servido por qualquer forma política que afaste a concorrência. Os monopólios, se forem indispensáveis porque impostos por situações "naturais", devem ser nacionalizados. Não pomos tão-pouco de parte outras nacionalizações, especialmente nos sectores chave da nossa economia; mas também não praticamos ou defendemos as nacionalizações por sistema, visto que não nos baseamos na apropriação colectiva dos meios de produção. Hoje há várias outras formas de combate aos monopólios. Combatemos decididamente as alienações capitalistas, pois estamos claramente empenhados numa política antimonopolista.

Quanto às propostas feitas pelo Movimento de Dinamização de Empresa e de Sociedade, pareceu-nos representar uma atitude positiva da parte do sector privado, visto que manifestava o interesse na dinamização da nossa economia. O plano era especialmente uma recolha de investimentos potenciais e necessitava, para ser utilmente posto em prática em alguns dos seus aspectos, de uma selecção entre as intenções de investimento propostas bem como de um aprofundamento dos meios e de mais pormenores necessários à sua concretização. Creio que essa iniciativa vale especialmente pelo interesse e pela vontade de cooperação que o sector privado revela. Poderá ter dado a impressão de que se tratava de grupos com largos recursos financeiros que punham as suas condições para os investir. Não era isso: representavam apenas uma presença do sector privado com uma ampla gama de sugestões de investimentos. Não é esse plano, evidentemente, que vai resolver os nossos problemas financeiros; mas poderá ser um contributo útil no caminho dessa resolução.

1.1.15. Conferência de Imprensa - 30/10/74

Cinco meses depois do anúncio da sua constituição e da conferência de imprensa que se lhe seguiu, entendemos oportuno fazer publicamente a análise da situação do Partido Popular Democrático na actual conjuntura nacional.

Parece-nos necessário reflectir um pouco sobre o que somos hoje, procurando corresponder por esse modo à responsabilidade que assumimos perante os portugueses na ocasião histórica do 25 de Abril.

1 - O P.P.D. quer a social-democracia em Portugal. Propõe uma nova ordem para a sociedade portuguesa, em que cada cidadão possa realizar-se como pessoa na liberdade, na igualdade e na justiça, em solidariedade com todos os homens, participando responsabilmente na vida política, económica e cultural da Nação e da Humanidade.

O P.P.D. não é um partido liberal. Mas reconhece as conquistas políticas da revolução liberal e, nomeadamente, das revoluções portuguesas de 1820, 1838 e 1910. É um defensor intransigente das liberdades individuais, mas quer apro-

fundá-las e garantir que tenham igual conteúdo para todos através de um esforço constante de construção, de um socialismo humanista e democrático.

Para o P.P.D. não haverá verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia. Negar o carácter socialista da social-democracia ou é confusãoismo ou marcará apenas simples rivalidades pessoais, mas não tem fundamento ideológico nem pragmático.

2 - O P.P.D. é por definição um partido para o povo, está-se tornando de facto, rapidamente, um grande partido popular em Portugal. Os que afirmam, por interesses óbvios, que o P.P.D. é um partido da média burguesia ou desta e de certos sectores da pequena burguesia, deturpam a realidade. Pela ideologia e pela composição ideológica dos seus aderentes, o P.P.D. é um partido que não pretende representar nenhuma classe contra as outras. Pretende sim, reunir todos os que comungam nos valores do socialismo democrático, sem por isso desconhecer os interesses dos vários estratos sociais e a sua dinâmica, afirmando a sua solidariedade básica com os trabalhadores.

O P.P.D. não é um partido de quadros, embora seja evidente o grande apelo que o P.P.D. tem para os intelectuais e técnicos deste País, que estão empenhados num trabalho sério, metódico e realista.

A demonstração do carácter interclassista e popular do partido está na enorme adesão que encontrou em todos os sectores e regiões do País, bem como no número e participação aos seus comícios e sessões de esclarecimento, na expansão do seu jornal e na dedicação dos seus militantes.

O P.P.D., do mesmo modo que os outros partidos da actual coligação, orgulha-se dos trabalhadores seus filiados, convicto que o contributo decisivo para a reestruturação da sociedade portuguesa em moldes mais humanos será dado pela população operária e rural do País.

3 - O P.P.D. acredita numa via portuguesa para o socialismo como contribuição original para o desenvolvimento e consolidação do socialismo democrático na Europa e no Mundo.

A originalidade da experiência portuguesa reside nas características da situação socioeconómica de que arranca, onde certos aspectos pré-capitalistas coexistem com a segunda revolução industrial; na onda de solidariedade e coesão social que a revolução sem sangue do 25 de Abril levantou nos corações dos portugueses; na posição geopolítica do País, situado na charneira da Europa e do Terceiro Mundo africano e latino-americano; na nossa situação cultural de pendor internacionalista e intercontinental.

Temos assim a esperança de evitar desequilíbrios a que não escaparam sequer as sociais-democracias do Norte e Centro da Europa. E temos a vontade de lançar uma ponte entre a construção do socialismo democrático na Europa e as experiências socialistas do Terceiro Mundo. Será essa a contribuição portuguesa para um socialismo europeu internacionalmente responsável e anti-imperialista, solidário com os países-subdesenvolvidos.

4 - Não temos a pretensão de fazer tábua rasa da experiência europeia da social-democracia. É dessa tradição que partimos para tentar algo de novo e melhor, que não poderemos certamente alcançar sem a ajuda efectiva das outras nações europeias, em cujo espaço económico e cultural estamos e devemos continuar integrados, salvaguardando a nossa identidade própria.

Por isso o P.P.D. diz claramente sim à Europa e à Europa do Mercado Comum. Ao contrário de outros partidos, não considera o Mercado Comum uma simples construção de monopólios numa fase avançada do capitalismo, mas antes e, sobretudo, germe do encontro dos povos europeus consigo próprios e da sua solidariedade com o resto do Mundo.

As tentativas de assimilação da situação portuguesa à de países do Terceiro Mundo, ou de imitação de experiências socialistas como a cubana, a chilena ou a peruana estão viciadas por erros graves de análise, e ignoram dados basilares da estrutura económico-social portuguesa.

Defenderemos sempre a liberdade no pluralismo democrático de acordo com as tradições da social-democracia.

5 - Passando à análise do momento político, o P.P.D. considera essencial a realização de eleições livres no prazo previsto no programa do M.F.A.

O P.P.D. entende que o presente processo político só conduzirá à democracia se for ele mesmo democrático: a democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos. O exercício da democracia significa, aqui e agora, audiência do povo, iniciativa popular, participação institucionalizada de todos na criação das condições estruturais da sua implantação.

É imprescindível o sufrágio. Não há democracia sem respeito pelo povo, sem reconhecimento a todos da idoneidade moral para votar. Por isso, o P.P.D. defende o voto dos emigrantes, dos analfabetos, dos maiores de 18 anos, sem temer os riscos da falta de informação, da despolitização, das dependências várias que ainda abundam na sociedade portuguesa. A opção política é essencialmente uma opção moral.

Foi em nome da pretensa minoridade política do povo que o regime fascista lhe negou sistematicamente o exercício das liberdades políticas.

Defendemos, pois, que não há razão válida para adiar as eleições para Março.

Este ponto de vista não traduz uma opção por uma democracia formal ou burguesa. O nosso partido tem consciência do estado de relativo atraso cultural, do analfabetismo, da falta de informação geral e de formação política, da dependência económica e social de grande parte da população portuguesa. Foi esse o legado de meio século de ditadura e obscurantismo. O voto só é perfeitamente democrático se for livre e racional, o que supõe uma igualdade tendencial da informação e do poder económico e social dos eleitores e dos elegíveis. A democracia portuguesa será um processo de muitos anos. Mas temos de iniciá-la já, sob pena de a comprometer irremediavelmente.

6 - Há situações que temos de evitar, que, a concretizarem-se, põem em causa a real liberdade de escolha, e portanto, o carácter verdadeiramente democrático das eleições. Entre elas devemos salientar:

- o colapso do sistema produtivo;
- a manipulação política do voto pela participação de movimentos unitários sem linha política diferenciada;
- a manipulação da informação, pela falta de transparência política, em termos partidários, das suas mensagens.

7 - Só existe liberdade de escolha e debate crítico das alternativas num clima de paz social, o qual supõe um mínimo de estabilidade económica.

Assim, o P.P.D. advoga uma política económica de bem-estar e de crescimento contínuo do produto nacional, e insiste em que as urgentes reformas de estruturas se deverão processar de forma a não arriscar o colapso do sistema produtivo, sob pena de sacrificar a democracia. Por isso, também tem defendido e defenderá, no governo e fora dele, uma linha económica que não imponha à população sacrifícios que esta não está preparada para aceitar e nada justifica que lhe sejam exigidos.

Tem de se evitar o medo, a luta de grandes massas de desempregados pelo pão, a insegurança colectiva.

Não há liberdade de escolha num ambiente coercivo de campanhas propagandísticas de mobilização colectiva para os sacrifícios inseparáveis das soluções revolucionárias.

Do regime anterior conhecemos por amarga experiência a manipulação da opinião e a falta de respeito pelo povo implicadas na propaganda maciça em nome do pretenso interesse nacional.

O que se impõe é o fortalecimento da solidariedade social, pela participação livre e responsável de todos nas tarefas da reconstrução nacional. Austeridade sim, mas só a indispensável para o bem-estar de todos. Apenas deste modo se criará um clima de confiança nas regras de jogo económico que forem - e importa que o sejam clara e urgentemente - definidas pelo Governo Provisório. Só assim também se poderão esperar das massas trabalhadoras e dos empresários a compreensão e sacrifícios necessários às progressivas reformas de estrutura. Só assim, finalmente, se poderá contar com o apoio efectivo das nações amigas e das organizações internacionais.

8 - O P.P.D. reafirma a necessidade de excluir da concorrência às urnas movimentos de carácter unitário, por maiores que sejam os seus méritos na luta antifascista. Esses movimentos, pela sua própria natureza, ou evitam uma clara definição de uma alternativa política, pedindo aos eleitores um cheque em branco, ou definem claramente uma tal opção e não são unitários. Neste caso, corre-se o risco de o pretenso movimento unitário não ser mais do que um partido político que se esconde sob a sigla da unidade para manipular as massas.

O P.P.D. não pode deixar de denunciar a falta de transparência para o eleitor do que está em jogo no acto eleitoral de Março.

9 - Pelas mesmas razões, o P.P.D. considera indispensável a transparência política da televisão e dos outros meios de comunicação social. E porque o trabalho de consciencialização política é uma urgente prioridade, reputa inadiável a institucionalização dessa transparência. Quer isso dizer que os meios de comunicação controlados pelo Estado, a Emissora Nacional, a R.T.P., as campanhas oficiais de esclarecimento político devem promover com rigorosa isenção o debate aberto dos problemas nacionais através da contraposição clara das várias opções políticas. Tal só será possível pela participação ao nível pessoal, dos partidos democráticos no controlo político dos meios de informação do Estado.

10 - Importa conservar e defender a pureza da revolução do 25 de Abril. Elemento essencial dessa pureza é a intenção das Forças Armadas, que assumiram o poder, de o devolver democraticamente ao povo e recolher aos quartéis, substituindo a legitimidade revolucionária do poder por uma legitimação democrática através de eleições. Enquanto esse objectivo, novamente reafirmado pelo chefe do Governo Provisório na jornada nacional de trabalho com que o País comemorou a vitória do 28 de Setembro, não for atingido, vivemos numa situação pré-democrática, como lembrou ontem o Presidente da República no seu histórico discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Trata-se de um processo difícil e complicado, em que o País mostrará, uma vez mais, a maioria política de que tem dado provas. Mas é preciso acentuar que desse processo de transferência democrática do poder depende a participação de todos os portugueses nas grandes tarefas de construção de uma democracia pluralista em Portugal.

11 - É com estes propósitos que o P.P.D. continuará a dar o seu inteiro apoio e leal colaboração ao M.F.A. e ao Governo Provisório, juntamente com os demais partidos e forças democráticas. Para definição mais desenvolvida dos seus objectivos, para fortalecimento interno do partido e para consolidação em bases claras da sua aliança com outras forças democráticas no Governo e fora dele, a Comissão Política convocou o Congresso Nacional do P.P.D. para os dias 23 e 24 de Novembro.

Jornalista - Qual o número de filiados exigido por lei para a legalização dos Partidos em Portugal?

Sá Carneiro - Não posso responder à pergunta pela simples razão de que a Lei, embora já aprovada em Conselho de Ministros, está neste momento para apreciação do Conselho de Estado e, portanto, não sabemos ainda qual o número de filiados que será requerido para a legalização dos Partidos.

A linha seguida é a de exigir um mínimo de representatividade e, como esse mínimo ainda não pode ser dado, por razões óbvias, pelo número de votos, irá ser fornecido pelo número de filiados ou militantes. Falou-se, como é do domínio público, de vários números e aqueles que mais se apontaram foram os de cinco

mil e quinze mil. É tudo o que posso dizer até à aprovação da lei pelo Conselho de Estado e sua publicação.

Jornalista - Nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte e nas que se seguem, prevêem alguma coligação com outros Partidos?

Sá Carneiro - No final da exposição introdutória dissemos que um dos fins e uma das vantagens do Congresso será a de permitir definir a posição do Partido quanto a eventuais eleições. Além disso, se, como se espera, o sistema seguido pela Lei Eleitoral for o da representação proporcional, deixarão de ter razão de ser, especialmente para uma Assembleia Constituinte, coligações eleitorais. Parece-nos, também, que não havendo numa eleição para a Assembleia Constituinte, em princípio, programas de Governo, o entendimento ao nível desses programas, que a coligação pressupõe, carecerá em grande medida de base.

Por último, como já afirmei, há tempos, entendemos que possuímos suficiente força e implantação em todo o território e em todas as camadas para nos apresentarmos sozinhos ao eleitorado. Repito, contudo, que são posições que o Congresso poderá, eventualmente, redefinir e aprofundar e que dependerão, também, como é evidente, das posições dos outros Partidos, sendo certo que vários Congressos estão já anunciados.

Jornalista - O P.P.D. vê a necessidade de alargar a coligação governamental ao C.D.S.?

Sá Carneiro - A nossa posição de princípio é de que não deverá ser recusada a presença num Governo de coligação de todas e quaisquer forças democráticas que se tenham definido como Partido. O problema em concreto e politicamente não se põe, não se pôs em relação ao terceiro Governo Provisório que foi mantido praticamente como estava antes do 28 de Setembro. Os actuais Partidos da coligação estão nela desde a constituição do primeiro Governo Provisório, porque lhes foi reconhecida suficiente representatividade e a indispensável clareza de posições. Neste momento em que foi recentemente formado o terceiro Governo Provisório, em que o número legal de ministros sem pasta, que é de quatro, está preenchido, em que se anuncia uma Lei sobre Partidos que permitirá a clarificação do panorama partidário e, finalmente, o reconhecimento legal das organizações partidárias parece-nos que teria mais inconvenientes do que vantagens um reformular da coligação. Entendemos, portanto, que quanto à presença do C.D.S. no governo, como quanto à presença nele de qualquer organização partidária suficientemente representativa haverá que, não só aguardar a promulgação da Lei sobre os partidos e o preenchimento por cada um dos requisitos legais, mas também numa altura em que seja entendido conveniente pelo Senhor Presidente da República a formação de um quarto Governo Provisório que poderá ser mesmo só após as eleições de Março. Mas tudo isto entra já no campo da futurologia.

Jornalista - O Dr. Sá Carneiro falou na necessidade de transparência política dos grupos políticos. Ora o P.P.D. apresenta-se como partido da social-democracia em Portugal, quando existem outras formações políticas que se designam sociais-democratas e o P.P.D. diz que está empenhado num projecto socialista quando outras forças políticas se designam especificamente socialistas e prosseguem um

projecto socialista. Consta-se assim que o P.P.D. não marcou o seu distanciamento em relação a estas outras formações políticas. Pergunta-se: não pensa o P.P.D. que deste modo está posta em causa a sua transparência política e comprometida a sua imagem de marketing?

Sá Carneiro - Devo dizer que, salvo erro, a única formação política que se reclama da social-democracia é o Partido Social Democrático Independente. Ora, relativamente a esse Partido, verifica-se uma insuficiente caracterização - parece-nos, mas não nos compete evidentemente julgar os outros: em todo o caso, isso é apenas para vincar que, quanto a ele, cremos ter suficientemente marcado nas nossas linhas programáticas, no documento de trabalho designado pelo que somos e o que não somos, por toda a definição que tem vindo sendo feita ao longo destes cinco meses em reuniões, em sessões de esclarecimento e em comícios, no nosso jornal e em alguns outros documentos de trabalho, marcado claramente aquilo que entendemos por social-democracia e, portanto, nesse aspecto não nos parece de qualquer modo afectada a nossa transparência política.

Quanto ao partido, ou partidos, que se reclamam do Socialismo, devo dizer também que se nos não afigura haver na nossa definição qualquer equívoco. Defendemos a construção de um socialismo democrático e humanista, através de uma social-democracia. Com isto estamos na linha das sociais-democracias europeias actuais, visto que elas, a partir do fim dos anos cinquenta, abandonaram a linha marxista e a apropriação colectiva dos meios de produção para se reclamarem - como é exemplo frisante o caso do S.P.D. alemão - dos valores da própria ética cristã e do humanismo; designadamente o programa de Goodsberg ao falar dos valores fundamentais do socialismo, diz que o socialismo democrático, na Europa, enraiza na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica. E certo que a orientação anterior a esta viragem das sociais-democracias europeias, no fim dos anos cinquenta, era a de professarem o marxismo como doutrina inspiradora e se baterem pela apropriação colectiva dos meios de produção, apresentando-se como partido de classe, da classe trabalhadora, que deixaram de ser na altura da viragem passando a ser um partido interclassista. Não é na linha anterior - que consideramos antiquada e ultrapassada - que nos inserimos. É da linha actual das sociais-democracias europeias que nos reclamamos. Com risco de me alongar, mas porque me parece este ponto importante, devo ainda dizer que se temos a plena consciência da nossa transparência política, função da clareza das nossas posições, não podemos deixar de reconhecer e de lamentar que outros procurem afectar esta transparência, imputando-nos uma linha que não é nossa. E refiro, pela gravidade e importância que ao facto atribuímos, uma afirmação feita e difundida em Portugal pelo Dr. Mário Soares. Concretamente, de que seríamos um partido liberal - afirmação que tinha já sido feita, e noutra posição de particular responsabilidade, visto que falava então no Conselho da Europa como ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto não é objectivamente exacto nem está de acordo, devo dizê-lo, e suponho com pleno direito, visto que disso depende também a afirmação pública da nossa transparência, não está de acordo com declarações feitas pelo Dr. Mário Soares em entrevista concedida ao Diário de Notícias em 6 de Agosto deste ano, em que dizia que "o P.P.D. é um Partido saído da chamada 'ala liberal' do regime caetanista". Foram, isso sim, homens que durante o período

do caetanismo acreditaram na viabilidade de uma transformação no interior do regime, mas que depois se convenceram de que esta via estava bloqueada e tomaram corajosamente a oposição. Fizeram a resistência que progressivamente se foi definindo até nos surgir, a partir do 25 de Abril, sob as características de uma social-democracia.

Isto parece-nos perfeitamente claro, e essa é a verdade acerca da nossa posição.

Pelo carácter especialmente autorizado destas declarações, visto que dimanam do secretário-geral do Partido Socialista, devo salientar que numa entrevista recentemente concedida a um semanário de Lisboa, as três correntes apontadas dentro do Partido Socialista eram a do socialismo utópico e cooperativista de Antero de Quental e de António Sérgio, a linha do socialismo marxista e a linha do humanismo cristão. Não parece ter sido referida qualquer linha social-democrata. Por outro lado, é também o Dr. Mário Soares, em entrevista concedida, creio que ao jornal República, em 1972 e posteriormente publicada no 2.º volume dos Escritos Políticos, no Brasil, sob o título "Do Salazarismo ao Caetanismo", falando concretamente da iniciativa e da minha posição assumida em entrevista à República, dizia, "não considero aliás como negativa a hipótese de Sá Carneiro e Miller Guerra constituírem um agrupamento social-democrata. O facto de existirem em Portugal, simultaneamente, uma corrente social-democrata e outra corrente socialista, não seria a priori um factor indesejável". Ora nós pensamos que, na verdade, a nossa aposta numa linha de social-democracia para a construção de um socialismo humanista e democrático é a mais adequada à situação actual do País e a que melhor corresponderá às necessidades de progresso que todos enfrentamos.

Por outro lado, e como foi publicado no nosso jornal, estivemos presentes, na pessoa de Francisco Balsemão, fundador e membro da Comissão Política, nas "Assises do Socialismo" que tiveram lugar em Paris, e mantemos vários contactos com governos e partidos sociais-democratas.

Jornalista - O P.P.D. sempre defendeu o voto dos emigrantes. A primeira parte da Lei Eleitoral, o Recenseamento, reconhece este direito, mas faz algumas restrições. Considera o P.P.D. que essas restrições são justas, ou acha que a Lei devia ter sido mais ampla neste ponto? Como pretende o P.P.D. desenvolver a sua campanha política entre os emigrantes? Sobretudo no Brasil...

Sá Carneiro - Uma consideração preliminar que terá de se fazer é de que como Partido e pessoalmente, sempre considerei francamente nocivo, e incompatível até com o governo de coligação, e disse-o publicamente, que os partidos presentes no governo atacassem ou divergissem em público de posições do próprio governo. Sempre me pareceu que isso era inconciliável com um entendimento correcto e com as regras tácitas de um governo de coligação. Mas o problema foi levantado e estudado, e embora como é evidente não vá divulgar qual é, encontrou-se um mecanismo que em determinado condicionalismo e com determinados pressupostos permitisse, nos pontos considerados fundamentais pelos partidos, que estes divergissem publicamente de soluções adoptadas pelo governo.

O Partido Popular Democrático entende que este é um ponto fundamental; e como se preenchem os requisitos acordados para que publicamente se pudesse tomar posição divergente, posso em perfeita tranquilidade, consciência política e de leal funcionamento de coligação, dizer, como deriva de resto da exposição introdutória, que o P.P.D. acha que essas restrições não são justas e entende que deveria ser concedido aos emigrantes o direito de voto com muito maior amplitude.

Quanto à segunda pergunta, devo dizer que, talvez por falta de prática de política partidária, nem todos temos muitas vezes consciência de que há o segredo político e o segredo da actuação partidária. Há coisas, como é evidente, que não se podem divulgar antecipadamente. E uma delas, com certeza que todos o reconhecerão, é o plano de campanha. Podemos apenas dizer que estamos entre os emigrantes e que continuaremos de uma maneira mais activa.

Jornalista - Nas suas afirmações anteriores reparei que mencionou várias vezes que será essencial que as eleições tomem lugar na data fixada para as mesmas no Programa do M. F. A. Existe alguma preocupação no seu partido sobre a possibilidade de as eleições não se realizarem nessa data?

Sá Carneiro - Devo referir que numa situação pré-democrática, saídos há meses de uma revolução, tomando conhecimento de algumas posições em que, muito veladamente embora, se tem posto em causa a realização das eleições em Março, a nossa preocupação não é tanto, como viu, a de tomar uma atitude de crítica a quem poderá eventualmente pensar de forma diversa - apesar de claramente o não dizer - mas a de reafirmar clara e intransigentemente que entendemos deverem as eleições serem realizadas em Março. Foi isto que dissemos no comunicado distribuído a propósito da nossa presença no terceiro Governo Provisório.

Pela parte que nos diz respeito, cremos que poderá pensar no adiamento ou poderá tirar vantagens desta posição, quem tem uma opinião diferente daquela que expusemos, mas sobretudo quem não aceita lealmente o Programa do M.F.A. que é Lei Constitucional, como já frisei, e fixa as eleições até ao fim de Março.

Jornalista - No caso de uma coligação do Governo depois das eleições, estaria o P.P.D. disposto a participar numa coligação que compreendesse comunistas e socialistas?

Sá Carneiro - Isso depende do resultado das eleições e da situação sociopolítica da altura.

Jornalista - Admitindo a existência de certa despolarização e falta de informação de certas camadas e afirmando o P.P.D. não temer os riscos destas circunstâncias pelo que defende o voto dos emigrantes e dos maiores de 18 anos, qual é a importância que o P.P.D. atribui à publicidade e como deverá ela ser orientada? É possível indicar a verba despendida pelo P.P.D. na sua campanha, no que se refere a cartazes?

Sá Carneiro - Devo antes de mais lembrar e reinvocar o segredo político. Quanto ao papel da publicidade, as nossas colagens são feitas, única e exclusivamente, por militantes.

Quero acrescentar que o nosso grande esforço, precisamente porque visa o esclarecimento, tem sido nos contactos e nas sessões de esclarecimento.

Numa semana, por exemplo, nos 18 distritos realizámos 54 sessões de esclarecimento, com a presença de 13.500 pessoas. Isto, repito, numa semana. Tem sido este o nosso grande esforço, neste sector.

Jornalista - Apesar do que acaba de dizer de Mário Soares e do P.S., e posto o afastamento do P.P.D. da C.D.E., rasgam-se perspectivas, fala-se, a partir do próximo congresso do P.S., em Dezembro próximo, em que uma ala do mesmo iria reforçar as fileiras do M.E.S., de uma aliança P.S.-P.P.D., às eleições de Março. É viável? E uma aliança P.P.D.-P.S. com a colaboração da S.E.D.E.S.?

Sá Carneiro - Relembro aquilo que disse há pouco sobre a influência do sistema proporcional nas eventuais coligações eleitorais. Isto posto, ao perguntar se é verdade (segundo a pessoa que pergunta) que a partir do Congresso de Novembro poderia haver um desmembramento do Partido Socialista, com a saída de alguma ala, é evidente que não me compete a mim responder. Quanto à viabilidade de uma aliança P.P.D.-P.S. com a colaboração da S.E.D.E.S., já o disse também, que a posição do P.P.D. quanto à nossa própria força, está definida. Em relação ao resto, aguardam-se os congressos deste partido, e desta organização, o que poderá ter influência nessa viabilidade. Não posso, neste momento, também com igual liberdade e sinceridade, dizer se isso é viável ou não, porque, repito, em grande parte nem sequer depende de nós.

Jornalista - No caso de um adiamento das eleições seria ainda possível ao P.P.D. continuar no governo?

Sá Carneiro - A nossa posição está definida. Batemo-nos e bater-nos-emos pelo zeloso cumprimento do Programa do M.F.A. quanto ao calendário eleitoral. É evidente que qualquer eventual adiamento, - para o qual não vemos neste momento a menor razão - a nossa presença, ou não, na coligação, dependeria do motivo de tal adiamento, com que não concordamos em princípio.

Jornalista - Após o 28 de Setembro, verifica-se uma alteração da relação de forças políticas dentro e fora do aparelho do Estado, nomeadamente no aparelho administrativo e militar. Concretamente verifica-se um reforço das posições do Partido de Álvaro Cunhal. Não: constituirá essa nova situação um enfraquecimento das posições do P.P.D.? Que pensa o P.P.D. de tal situação?

Sá Carneiro - No que respeita ao fortalecimento a que a pergunta alude, a afirmação é de quem pergunta... No que respeita ao nosso enfraquecimento, devo dizer que não o sentimos de modo nenhum. Devo acrescentar ainda que mesmo em posição relativa, e admitindo que o fortalecimento de um Partido implica necessariamente o enfraquecimento dos demais, nos sentimos tão fortes e tão activos como antes do 28 de Setembro.

Registamos também, com prazer, que algumas das posições que temos defendido, vêm sendo aceites publicamente por outros partidos, designadamente no campo económico.

1.1.16. Entrevista ao "Expresso" - 1/11/74

EXPRESSO - A primeira pergunta que lhe queríamos pôr é a seguinte: qual é a sua posição política pessoal?

DR. SÁ CARNEIRO - Creio que fui o primeiro de entre os fundadores e demais responsáveis do Partido Popular Democrático a defender uma linha de social-democracia. Como mais adequada à solução dos problemas políticos portugueses. Aconteceu isso no final de 1970, em entrevista dada a Jaime Gama para o jornal República. Mantive e mantenho inteiramente essa opção pela social-democracia. Lutámos na Assembleia Nacional e antes dela pela liberdade política. Não logramos obter resultados concretos nessa altura, mas alguma coisa ficou, e creio que de certa importância, que veio também, juntamente com muitos outros contributos, a dar o seu fruto no 25 de Abril. Porque o nosso trabalho, quando digo nosso refiro-me ao grupo de deputados conhecidos, então, pela ala liberal, não frutificou então, não tivemos ocasião de prosseguir a luta pela democratização económica e social. Eu renunciei ao mandato. E todos os outros, sem terem logrado a liberdade política, não podiam prosseguir no caminho da defesa e da luta pela democratização económica e social. É isso que hoje procuramos fazer no Partido Popular Democrático, numa linha de social-democracia que concilia a liberdade política com a igualdade social e económica.

CAMPANHA CONTRA O P.P.D.

EXP. - Alguns atacantes seus e do P.P.D., dizem que foi deputado eleito por uma assembleia fascista. Que é que diz a esta crítica?

S. C. - Sei que efectivamente as mesmas pessoas, que antes do 25 de Abril, diziam admirar a nossa acção e publicamente elogiavam a nossa atitude, hoje - a meu ver lamentavelmente, pela contradição patente em que caem - se servem do rótulo de "assembleia fascista" para indirectamente atacar a nossa imagem política, e por aí também o Partido Popular Democrático. Mas não só a nós; penso concretamente no Prof. Miller Guerra. E também em Pereira de Moura, que foi procurador à Câmara Corporativa durante longos e longos anos.

Não discuto o direito que todos têm de criticar as opções políticas de cada um. Admito perfeitamente que se divergisse e que se dirija da via que sinceramente e honestamente seguimos, ao acreditar em 1969 que valia a pena apoiar o trabalho que se dizia de democratização do regime. Ao fazê-lo, pus restrições públicas e mantive inteiramente a linha que perante o eleitorado assumi. Mantive-a até ao fim, fim que foi o da renúncia ao mandato, ao ver que era improfícua a luta pela manutenção das posições que houvera assumido perante o eleitorado. Muita gente, menos claramente, assumiu uma atitude paralela ao acreditar na democratização, embora divergindo nos processos. Houve na Oposição muita gente - felizmente ainda há quem honestamente o reconheça - que em 1969 acreditou na liberalização prometida pelo Dr. Marcelo Caetano e que participou nesse processo de liberalização fazendo o jogo eleitoral. Eu não estava portanto sozinho, quando, em 1969, acreditei na democratização. Segui a via que me pareceu mais adequada, segui-a até onde pude, sem quebra de honestidade pessoal nem política.

Creio que em política, como em tudo, interessa muito mais a consciência que temos dos nossos actos, daquilo que somos, do que a opinião que os outros transmitem de nós, sobretudo quando ontem se disse uma coisa e hoje se afirma outra. A meu ver, os factos desmentem certas insinuações contraditórias, e não estou disposto a dar-lhes importância.

Há, no entanto, que denunciar publicamente a campanha de que está a ser alvo o Partido Popular Democrático. As informações que nos chegam são no sentido de que, além dos ataques em curso na imprensa e da sistemática campanha de boatos, já se preparam ataques pessoais, visando diminuir a projecção política dos principais responsáveis do partido, isolá-los mediante qualquer espécie de intrigas e de calúnias e, de qualquer forma, minar a organização do partido, a sua implantação e os seus contactos com o eleitorado.

Temos transmitido estas informações às instâncias oficiais encarregadas de velar pelo desenrolar do processo de democratização em curso e não estamos de modo algum dispostos a tolerar esse género de ataques, que confirmam a força exuberantemente demonstrada no comício de Lisboa do passado dia 25.

EXP. - Num livro publicado agora no Brasil, o antigo presidente do Conselho acusa a chamada ala liberal de ter sido a grande responsável pelo facto de se ter malogrado o que ele chamava a liberalização do regime. E, indirectamente acusa-o a si, de, a partir de determinado momento, ter cortado as possibilidades de entendimento com o governo, não tentando aproveitar as propostas por este apresentadas, mas tentando apresentar alternativas. Quer dizer alguma coisa sobre isso?

S. C. - Não li o livro. Creio mesmo que não está cá à venda, e ainda nem sequer tive tempo de ler as transcrições que o Expresso dele faz no último número. O que posso dizer a este respeito é que me parece não haver nessas acusações que proferiu o menor fundamento, pessoalmente, entendi sempre que, como deputado, não estava, nem devia estar, sujeito a aguardar as iniciativas do governo, nem a colaborar nelas sem posição autónoma. Muito menos ainda sujeito a uma disciplina, supostamente partidária, de uma organização a que nunca pertenci e a que nunca aceitei submeter-me ao aceitar a candidatura a deputado. Ficou bem claro, e isso trouxe-me logo de início problemas com o presidente do Conselho, que não só não aceitava qualquer disciplina partidária, como não estava disposto a, se fosse eleito, assumir compromissos de apoiar o governo. É sintomático também que os conflitos tenham começado quando falei sobre a Lei de Imprensa e quando me disse disposto a, se o governo não apresentasse até certa data o projecto de Lei de Imprensa que havia prometido, eu próprio o apresentava. Assim o vim a fazer juntamente com o Francisco Balsemão, no fim da primeira sessão legislativa, em 1970 portanto. Foi a partir daí que se geraram os conflitos e que o governo, e designadamente o presidente do Conselho, se mantiveram intransigentes na posição de serem eles a ditar à Assembleia Nacional, através dos seus projectos, a evolução da legislatura do País. E assim é que esse Projecto de Lei de Imprensa esteve para ser recusado, tal como aconteceu com o Projecto da Revisão da Constituição, em exame preliminar nas comissões parlamentares; tendo sido aceite, depois de muita luta, por essas comissões, foi afinal retirado da discussão na es-

pecialidade. Como deputado, nunca me sujeitei a estar dependente do governo e entendi sempre que estava na Assembleia com uma posição inteiramente livre e autónoma, para participar e apoiar uma obra de democratização e liberalização do regime que tinha sido prometida; mas como eu entendesse, à minha maneira, lutando por aquilo que entendi ser a verdadeira democratização, e não sujeito aos conceitos, aos métodos e aos processos do governo.

25 DE ABRIL: A HORA DO REENCONTRO

EXP. - O que foi para si o 25 de Abril?

S. C. - Creio que o mesmo que para todo o povo português: a hora do reencontro da liberdade política, das condições de acesso à democracia pluralista, o abrir dos caminhos da democracia social e económica. Finalmente nos foi dada a liberdade porque havíamos lutado por meios políticos e aberta a possibilidade de, em conjunto com as pessoas que perfilhassem opiniões semelhantes, lutarmos pela aceitação do eleitorado das opções partidárias que entendêssemos mais adequadas aos interesses do povo. O ruir da ditadura valeu não apenas pela destruição de um regime opressor, mas pela possibilidade que nos foi oferecida de construir uma sociedade nova, livre e justa. E nisso que estamos empenhados na resposta que com o nosso partido pretendemos dar.

149

SÁ CARNEIRO - 1974-1975

MAIS ÚTIL NO PARTIDO DO QUE NO GOVERNO

EXP. - Que experiência pode recolher da sua participação no primeiro Governo Provisório Civil?

S. C. - A experiência de todo um trabalho político, inédito para mim e para todos os que nele colaboravam. Ninguém do governo tinha experiência anterior de exercício de cargos políticos a nível de executivo. Foi altamente proveitoso o contacto que tive tanto com personalidades extremamente ricas e dotadas, como com as dificuldades que foram altamente pedagógicas. Por outro lado, em termos de resultados, não posso deixar de reconhecer que a minha experiência foi de certo modo decepcionante. Foi difícil, apesar das reuniões frequentes e muito longas, chegar eficazmente a resultados; verificou-se a tendência para transformar essas reuniões em trabalho de elaboração de textos e sobretudo caiu-se numa situação que, como já frisei algumas vezes, tenho por altamente inconveniente e como das mais responsáveis da crise do primeiro governo: os Partidos criticavam cá fora, perante o público, decisões tomadas no Conselho de Ministros, por vezes por iniciativa, ou com o voto de representantes desses mesmos partidos. Por outro lado, a experiência mostrou claramente, não só a mim mas às pessoas mais responsáveis do nosso partido, que eu fazia mais falta no partido do que no governo. Daí, a minha decisão de não participar no segundo Governo Provisório, em que o Partido Popular Democrático se manteve.

EXP. - Chegou a ser convidado?

S. C. - Fui convidado logo após a crise Palma Carlos, por duas vezes, e fiz logo cientes as pessoas que me convidaram da minha posição, tomada de acordo com a Comissão Política do partido.

O QUE DISSE E O QUE NÃO DISSE NA REUNIÃO COM O M.F.A.

EXP. - Em alguns órgãos de imprensa, falou-se recentemente de uma reunião que teria tido com militares, e em que teria defendido uma tese de ditadura militar em moldes democráticos, considerada contrária ao M.F.A. e favorável ao reforço do poder do general Spínola. O que quer dizer sobre isso?

S. C. - Vi, efectivamente n'O Século e no Boletim Informativo das Forças Armadas que se faziam referências a essa reunião. Devo dizer que estranhei, e estranho, lamentei e lamento o teor dessas referências e a divulgação dessas situações. Parece-me inaceitável que se faça referência, ainda por cima inexacta, ao que se passou - e apenas a algo que se passou - numa reunião que teve o carácter de confidencialidade, para a qual fui convidado como ministro adjunto do primeiro-ministro, na véspera à meia-noite, pelo então presidente da República general Spínola, com a indicação que me era pedida uma análise do momento político e que a podia fazer com inteira franqueza e absoluto à-vontade.

Ver, meses mais tarde, divulgadas coisas que se teriam passado nessa reunião e ver-me imputado o ter dito coisas que na realidade não disse, ainda por cima com apreciações totalmente injustificadas, parece-me altamente nocivo, e atentatório da confiança que deve existir, em reuniões deste tipo. Nessa, participaram, além dos membros da Junta de Salvação Nacional, com excepção do general Galvão de Melo então no Brasil, a quase totalidade dos oficiais do Movimento. Eles falaram, suponho, tão francamente e tão à-vontade, como nós próprios e com o mesmo objectivo de esclarecimento mútuo. Eu seria incapaz, e mantenho-me assim apesar das inexactas referências feitas de aludir publicamente àquilo que aí foi dito por alguns oficiais, hoje com altas responsabilidades. E se tivesse de o fazer não deixaria de previamente os consultar sobre isso. Parece-me ser esse o procedimento imposto pelas mais elementares regras do trabalho político. Há aqui a distinguir dois pontos: primeiro, o que publica o Boletim do M.F.A.; segundo, o que publica O Século. O Século nem sequer se atem à veracidade do que consta do Boletim do M.F.A.; o que O Século publica na terça-feira, em destaque e na primeira página, é completamente diverso daquilo que consta do Boletim do M.F.A.. Quer um quer outro, são totalmente inexactos.

O que eu disse nessa reunião, entre outras coisas, sobre o ponto concreto que o Boletim do M.F.A. refere, foi que, depois do 25 de Abril, à partida, se poderia ter optado quer por um socialismo imposto, quer por uma ditadura militar para uma democracia, mas que não fora essa a via escolhida. Que não fora essa a via em que eu aceitara colaborar, mas que alertava as pessoas de que, tal como as crises se estavam a desenrolar, poderia vir a cair-se numa dessas duas alternativas. O que importava era tomar a tempo as providências necessárias para que se evitasse quer um socialismo imposto, sem aguardar as eleições, quer uma ditadura militar, ainda que para uma democracia; e para que se pudesse continuar na via escolhida, e que eu havia aceite, de democratização política ordeira mediante o

protelamento das reformas de fundo para a altura em que o eleitorado fosse chamado a escolher. Foi essa mensagem que transmiti, foi isso que claramente disse, - ou seja, o contrário do que me imputam - de uma análise em que frisei a deterioração da situação social e política, baseada em alguns números e em factos ocorridos antes e depois da constituição do Governo Provisório, aludindo designadamente a greves, ocupações de fábricas, reivindicações salariais, números de partidos políticos, falta de legislação referente aos meios de informação e outros pontos ainda. Não levei para essa reunião uma linha escrita, não tive a preocupação sequer de gravar o que eu aí disse, nem sequer sei ainda hoje se o que aí se disse ficou ou não gravado. Se ficou, seria da mais alta utilidade que se fizesse luz sobre essa reunião, esclarecendo completamente o que aí se passou e repondo a verdade dos factos com o que pela parte que me respeita se encontra adulterada. Devo ainda acrescentar que rejeito totalmente o comentário do Boletim do M.F.A. que depois de relatar em algumas linhas aquilo que eu teria dito, e não disse, se permite fazer uma interpretação pessoal, a partir do realce que eu teria dado a uma das soluções: nunca a defendi nem pus essa alternativa como desejável. Não me parece admissível que o público seja informado de uma maneira deturpada, que afinal põe em causa não tanto uma pessoa, como um partido da coligação. Isto no momento em que este mesmo partido, que é o nosso, que é o Partido Popular Democrático, está sendo alvo de uma campanha sistemática de ataques injustificados e de boatos tendenciosos, como já referi.

A CRISE PALMA CARLOS

EXP. - Qual foi a sua posição perante a chamada crise Palma Carlos, em poucas palavras?

S. C. - Disse-o já publicamente, mais do que uma vez. Na crise Palma Carlos, fui um dos quatro ministros que o acompanhou na sua demissão, e um dos dois que depois não aceitaram fazer parte do segundo Governo Provisório. Entendo que o prof. Palma Carlos agiu convictamente e de boa-fé. Como entendo que a crise a que se tinha chegado era uma crise real, e de maneira nenhuma artificialmente provocada por ele. Chegara-se a um impasse em termos de efectividade de acção do governo, pelas razões que já lhe apontei: pela infracção de regras mínimas da coligação, pela falta de eficácia das longas e fatigantes reuniões; reconheço que todos procurávamos trabalhar com honestidade e com afã, mas não se encontrava efectivamente um meio de fazer com que esse trabalho fosse produtivo em termos políticos e até em termos de acção legislativa. Pareceu-me que a demissão era na altura o único procedimento a seguir. Para mim, especialmente, porque, sendo ministro adjunto do primeiro ministro, seria inconcebível em termos jurídicos e políticos que o primeiro ministro saísse e eu continuasse a presidir até aos Conselhos. Nem eu nem o partido pretendemos o poder pelo poder. Parece-me que seria também politicamente indefensável que se mantivesse o governo, ou parte dele, saindo o primeiro-ministro. Que assim era, provou-o depois a demissão de todo o governo decretada pelo presidente da República, e a alteração da Lei Constitucional no sentido de que a demissão do primeiro-ministro implicava, como em todos os países democráticos, a demissão do governo. Disse-lhe também já que não participei no segundo Governo Provisório até porque nos pareceu que era mais útil e necessário à frente do partido.

M.F.A., 28 DE SETEMBRO E COSTA GOMES

EXP. - O que pensa do papel do M.F.A. na estrutura política vigente e no futuro?

S. C. - De harmonia com o Programa do M.F.A., a estrutura provisória em que se mantém a dualidade de governo civil e governo militar, o Conselho de Estado, a Junta de Salvação Nacional, e o M.F.A., que é no fundo o substracto destes órgãos provisórios, só deverá terminar com a posse dos órgãos de soberania, presidente da República e Parlamento eleitos depois da entrada em vigor da futura constituição. Até lá, creio que cabe ao M.F.A. velar, para que a linha de democracia política pluralista, constante do programa e o calendário da concretização dessa linha, sejam escrupulosamente respeitados.

EXP. - Que significado atribui ao 28 de Setembro?

S. C. - Foi, parece-me, o ponto de quase ruptura em que convergiram tensões acumuladas de há várias semanas atrás. Ele permitiu eliminar tensões agudas e recompor alguns órgãos fundamentais, de harmonia com um novo equilíbrio de forças saído da crise. Foi, parece-me, o mais grave risco em que estive a democratização depois do 25 de Abril; mas, vencida a crise, as perspectivas abertas são, continuam a ser, de consolidação do processo democrático na linha do Programa do M.F.A. e segundo o calendário fixado.

EXP. - O que é que pensa que possa ser o pensamento e o papel do chefe de Estado presidente Costa Gomes neste momento político português?

S. C. - Ele consubstancia a garantia máxima do cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas perante o povo português e perante o Mundo; está, por isso e pelas suas qualidades pessoais de inteligência, senso político e experiência humana, numa posição óptima para levar a cabo, como sumo responsável dele, o processo de democratização política. Neste trabalho, em que todos devemos estar empenhados, o Movimento das Forças Armadas representa, como é óbvio, um papel fundamental. É nele que todos confiamos plenamente para que o processo político do encontro do povo português com a sua liberdade e a preparação do seu encontro com o futuro seja feito de harmonia com o Programa do Movimento em termos de democracia pluralista assente no voto universal, directo e secreto.

SOCIAL-DEMOCRACIA EM PORTUGAL

EXP. - Disse há bocado que o P.P.D. era um Partido de orientação social-democrática. Se realmente assim é, porque por vezes tem aparecido a referência ao P.P.D. da parte de outros sectores políticos como um partido liberal? Por outro lado, a social-democracia será uma via para Portugal, um país com grandes atrasos económicos e sociais? Não será antes uma via para alguns países da Europa altamente desenvolvidos?

S. C. - Quanto ao qualificativo liberal, creio que não vale perder muito tempo com essas afirmações, até porque quem as faz, aqui há dois meses, afirmava não menos preempitoriamente ser a nossa via social-democracia. É ponto que já ficou

cabalmente esclarecido na conferência de imprensa, transcrita na íntegra no jornal do partido.

Quanto à possibilidade da social-democracia em Portugal, devo recordar o caso de países que hoje, graças a essa via, se encontram altamente industrializados e desenvolvidos; eles arrancaram, quando optaram por ela, de uma situação muito análoga à nossa. Foi o caso da Suécia, por exemplo. Por outro lado, a experiência histórica é de que o governo do socialismo em liberdade só se tem realizado numa via social-democrática. Experiências tentadas de governos socialistas sem ser numa via social-democrata ou conduziram a ditaduras reaccionárias, ou desembocaram em regimes comunistas. Pareceu-nos, ao optarmos claramente pela social-democracia nas nossas linhas programáticas e em toda a nossa acção e definição política, que para Portugal, hoje, o caminho para um futuro de igualdade em liberdade, essa era a resposta. Por isso adoptamos claramente essa via, em termos que não permitem equívocos; cremos que ela serve na realidade os interesses do povo português e isso é o que mais importa, visto que toda a nossa actividade política tende não ao serviço do partido, ou dos seus dirigentes, mas a beneficiar o povo português.

CRISE ECONÓMICA E PLURALISMO SINDICAL

EXP. - Há quem preveja para breve uma crise económica. O P.P.D. tem previsto algum programa de emergência, já que foram apresentados outros programas de emergência por outros partidos? Segunda questão: O P.P.D. tem defendido o pluralismo sindical. Quer expor rapidamente a justificação para esse facto?

S. C. - Quanto ao problema económico, há muito tempo ele nos vem preocupando; vimos traduzindo essa preocupação em termos públicos, designadamente nalguns comunicados. Não temos receitas milagrosas a fornecer e achamos ridículo ter a pretensão de as procurar impor; estamos inteiramente dispostos e habilitados a fornecer o nosso contributo, no estudo da situação e no apresentar de soluções. Temos ideias sobre isso, contamos com o trabalho de pessoas muito competentes, e sempre nos dispusemos, até por ser essa a nossa obrigação como partido da coligação, a dar o nosso contributo na procura de medidas que nos permitam sair da situação grave em que estamos do ponto de vista económico. Mais, portanto, do que apresentar unilateralmente soluções que é fácil organizar no gabinete, continuamos dispostos a contribuir em conjunto com representantes responsáveis dos demais partidos para a resolução de alguns graves problemas.

No que respeita à pluralidade sindical, não negamos de modo algum a vantagem da unidade sindical. Entendemos, e temo-lo claramente feito chegar ao público, que essa unidade não pode ser imposta por lei, mas tem de resultar do exercício da liberdade. Por isso, temos condenado a unicidade sindical que é contrária de resto a princípios consagrados pela Organização Internacional do Trabalho. E a própria unidade sindical foi, e muito justamente, impugnada no regime anterior pelos movimentos e pelas correntes sindicalistas mais progressistas. A liberdade sindical é uma das que o Programa do Movimento das Forças Armadas consagra. Ela supõe inequivocamente o direito de associação sindical em termos legislativos tais que não conte às pessoas o efectivo exercício desse direito. Tal como seria

inaceitável que a lei sobre partidos políticos, a pretexto de representatividade, exigisse um número tal de filiados que impossibilitasse a constituição de mais do que um partido; é também a nosso ver condenável que, com vista à unidade, se exija uma tal representatividade que se coarte efectivamente o direito da livre associação sindical.

Cremos portanto que a legislação que regula a liberdade sindical tem de garantir o direito de livre fundação de sindicatos e o direito de agrupamentos deles em mais que uma central sindical, se fôr esse o desejo dos trabalhadores. Regozijar-nos-emos se virmos que, garantida a liberdade sindical, ela é usada em termos tais que demonstrem o intento prático da unidade sindical; será então uma unidade a que se chegou livremente, sem imposições legais ou partidária, pelo exercício de um direito; não uma unidade imposta pela supressão desse mesmo direito.

1.1.17. Entrevista ao jornal "O Globo" - 3/11/74

O GLOBO - Como o senhor descreveria o actual momento político português?

SÁ CARNEIRO - Parece-me que estamos numa ocasião em que as tensões surgidas até 28 de Setembro se dissiparam na maior parte. Foi uma das vantagens da crise do mês passado. Apesar dos sérios riscos, permitiu uma clarificação da situação e o quase desaparecimento das tensões. Possibilitou uma união das várias correntes partidárias e do Movimento das Forças Armadas em torno do presidente Costa Gomes e de uma ideia: a consolidação da democracia. Creio que, se soubermos aproveitar esta ocasião favorável ao progresso da democracia, tiraremos vantagens reais da crise de 28 de Setembro. A situação descrita por toda a imprensa internacional - não no seu todo errada, mas dramática e exagerada - provocou uma reacção de nacionalismo positivo. Contribuiu para a união das forças políticas e das diversas correntes que querem evitar o caos que a imprensa estrangeira nos atribui. Parece que estamos numa fase de melhoria do clima político. Devemos aproveitar este momento rapidamente. Temos que vencer agora os obstáculos de ordem económico-financeira. Eles poderão provocar ainda em maior grau a desordem político-social.

O G. - Depois de 48 anos de ditadura, como o senhor considera o processo da criação da consciencialização política do povo português?

S. C. - Difícil e demorado. Não podemos ter ilusões a este respeito. Mas não o considero impossível de modo algum. Aonde há povo, há democracia. É um caminho de acesso difícil. Impõe grandes responsabilidades nas pessoas que entendem ter uma mensagem a dirigir a um povo despolitizado. Aqueles que julgarem capacitados a abrir o caminho da concretização e instituição da liberdade. Haveremos de usar meios próprios, mensagens simples e adequadas. Apesar de despolitizado, e de certo modo confundido por uma ditadura que usou em larga escala e em graus inadmissíveis uma propaganda alienadora, o nosso povo tem dado provas de bom senso e realismo. Estas atitudes constituem uma óptima base para a politização e para a democracia.

O G. - O número exagerado de partidos existentes - pelo menos oito (P.C.P., P.S.P., P.P.D., C.D.S., P.S.D.I., P.P.M. e M.D.P./C.D.E.) - não poderá complicar a escolha, por parte de um povo despreparado para a função política?

S. C. - Acho que sim. Por isso sempre nos batemos pela existência de uma lei que regulamentasse os partidos políticos, exigindo um mínimo de representatividade para serem reconhecidos e aceites como tais. Não concordámos nunca com a sugestão feita por algumas correntes de que se deveria deixar a lei sobre associações partidárias, regida por uma regulamentação genérica. Isto iria favorecer a proliferação de partidos. Numa situação como a nossa no momento (-pós-revolucionária e pré-democrática) -, é comum a proliferação dos partidos.

O G. - Por que o P.P.D. é favorável ao voto dos emigrantes?

S. C. - Entendemos que o emigrante, como português e cidadão, tem o direito inegável do voto. O emigrante português fica ligado sempre à sua terra, ao seu país de origem. Não só afectivamente, mas economicamente. A sua presença quase anual em férias ou nos dias de festas (Fátima e fim de ano) é comum. As remessas de dinheiro provenientes de suas economias tem sido uma das maiores ajudas para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos. O nosso emigrante não se divorcia da comunidade nacional e nem se desinteressa dos seus problemas. Isto é mais uma razão para, na prática, defender a função que os princípios políticos impõe. O voto é inseparável da cidadania e deve ser reconhecido nos casos em que a cidadania se traduz por uma presença, um interesse e uma participação activa.

O G. - O P.P.D. é favorável também ao voto do analfabeto. Não considera o senhor que o voto do analfabeto pode permitir com muita facilidade, o voto forçado, dirigido para uma determinada corrente política, desde que o analfabeto terá dificuldade (impossibilidade) de escolher correctamente a lista de sua preferência?

S. C. - O problema do analfabeto enquadra-se na despolitização em geral. É muito mais grave a despolitização que a circunstância de não saber ler. Os meios de comunicação com mais influência nas zonas em que predomina o analfabetismo são a rádio e a televisão, que permitem a comunicação mesmo para os que não sabem ler. A leitura de jornais em Portugal tem um índice muito baixo. É um fenómeno urbano ainda. Publicações por meios orais e visuais não afectam muito o esclarecimento político.

A proposta da lei eleitoral já aprovada prevê que o voto seja por partido. É evidente que isto não impede que o analfabetismo seja uma diminuição do ponto de vista humano e político. A situação era mais injusta no tempo de Salazar e Caetano: os analfabetos que votavam eram os que pagavam uma quantia determinada de imposto. É uma questão da justiça reconhecer o voto do analfabetismo. Ele representa uma grande camada da população activa e tem o direito de participar no processo eleitoral.

O G. - A lei eleitoral estabeleceu que a campanha só poderá ser iniciada 30 dias antes do dia da eleição. Não parece ao P.P.D. um prazo demasiadamente curto, sobretudo num país pouco politizado?

S. C. - Para esta primeira campanha não é, com certeza. Já estamos em campanha eleitoral praticamente há seis meses. Para as eleições posteriores à de Março do próximo ano, poderá ser um prazo reduzido o de um mês. Mas é uma questão que deverá ser reconsiderada, já que nunca houve uma tentativa como esta de regulamentação eleitoral em profundidade para se chegar a uma eleição justa. É natural que a lei precise de alguns acertos que a prática aconselhe.

O G. - Qual a linha político-ideológica do P.P.D.?

S. C. - Um socialismo humanista com liberdade. Não somos um partido socialista no sentido marxista. Não defendemos este socialismo nem um rígido baseado na regra do absoluto, no princípio básico da apropriação colectiva dos meios de produção. Entendemos o socialismo como prática da ideia de igualdade, como meio de viver em liberdade. Para o P.P.D., o socialismo não é um fim, é um meio que tem de ser usado no grau e na intensidade que cada circunstância necessite. Para que a liberdade tenha um conteúdo igualitário. A linha que defendemos é a das sociais-democracias que surgiram nos fins dos anos 50 abandonando o marxismo e a sistemática apropriação colectiva dos meios de produção. Praticaremos um socialismo de distribuição. Uma apropriação da colectividade daqueles meios de produção que forem indispensáveis para que o poder económico fique subordinado ao político. Não fazemos das nacionalizações e outras formas de socialização do solo e dos meios de produção uma regra rígida e fundamental. Praticá-la-emos apenas na medida que forem necessárias para um bem comum. Manteremos a propriedade e a iniciativa privadas e um mercado de concorrência. O governo político deve intervir através de uma fiscalização activa e socializante para o reforço da posição dos trabalhadores, inclusive com sua participação na gestão e na distribuição dos lucros das empresas. Estamos estudando a redacção do nosso programa, dos princípios ideológicos e não de governo. Temos que distinguir as duas coisas. Não concordamos com os partidos que não fazem esta distinção. O partido fica amarrado ideologicamente a soluções conjunturais que só são concebíveis num programa de governo. O programa ideológico deve manter-se estável por muito tempo ou mesmo para sempre. O programa de governo tem que se adaptar à conjuntura eleitoral, à conjuntura nacional nos tempos das eleições do programa ideológico. Para nós, parece mais importante a participação dos trabalhadores na gestão, transformando a empresa numa comunidade de trabalho e numa unidade pessoal, que no benefício meramente material da participação dos lucros. Tendo em conta a baixa condição de vida dos portugueses, uma compensação material pode ser uma forma de os desviar da luta pela situação dos seus direitos, inclusive de uma luta política sindical activa. O lucro directo ao trabalhador, aqueles que são melhor pagos, os trabalhadores da empresa de grandes lucros obteriam um benefício maior que, por exemplo, os trabalhadores da agricultura, onde os lucros são mais escassos.

O G. - Entre os membros ou simpatizantes do P.P.D. predomina alguma classe social?

S. C. - Não. Somos um partido interclassista. Aberto a todas as camadas. Temos entre os nossos aderentes e militantes representantes de todas as classes.

O G. - Como viu o P.P.D. a recente lei eleitoral?

S. C. - Com agrado em vários aspectos. A rapidez com que a comissão trabalhou, entregando em 15 de Agosto o seu projecto, merece os nossos elogios. Lamentamos o atraso na aprovação da promulgação e publicação da lei que se torna cada vez mais urgente. Quanto ao conteúdo, ela constitui um diploma invejável pela minúcia com que regula as situações, pela justiça das suas orientações. É sem dúvida a melhor lei eleitoral que Portugal já alguma vez teve. Isto não impede que reconheçamos que há algumas soluções pouco adequadas à justiça que pedimos; os direitos de todos os cidadãos portugueses. Confirmamos o que já foi dito publicamente: o voto do emigrante parece-nos inadmissivelmente limitado. A distinção feita em razão da saída há pelo menos cinco anos com a manutenção de familiares no território não é justa e não traduz a ligação que os emigrantes saídos há mais tempo e que não conservam família no país têm com os problemas nacionais. Eles serão marginalizados dos problemas nacionais portugueses.

1.1.18. Entrevista à "Vida Mundial" - 14/11/74

POLARIZAR A VIDA PORTUGUESA EM TORNO DE DUAS ÚNICAS OPÇÕES

V. M. - Seis meses constituem uma margem não suficientemente vasta mas, em todo o caso, um lapso de tempo muito razoável para que ao secretário-geral do P.P.D. se possa pedir uma análise da situação política e dos aspectos conjunturais que a envolvem, dentro do processo de democratização do País iniciado com o Movimento de 25 de Abril. Por outro lado, como partido da coligação desde o primeiro Governo Provisório, o P.P.D. terá desenvolvido já uma actuação prevista nas suas linhas programáticas, em relação à qual será possível estabelecer um balanço mesmo que superficial.

SÁ CARNEIRO - Análise da situação política. - Identificados com o M.F.A. e o seu programa desde a primeira hora, sentimo-nos solidários com as tarefas realizadas, nas quais colaboramos, nomeadamente pela presença do P.P.D. nos três Governos Provisórios, e que julgamos conquistas inegáveis no caminho da implantação de uma verdadeira Democracia no nosso País:

- A restauração das condições para o exercício da liberdade política;
- O fim das guerras coloniais e o início da descolonização efectiva;
- A melhoria da situação dos trabalhadores;
- A publicação de legislação democrática, como a referente aos direitos de associação e reunião;
- A abertura a uma evolução progressista que permita a construção em Portugal de uma democracia não apenas política, mas económica e social.

Há, no entanto, diversos aspectos conjunturais que são motivo de preocupação:

- A instabilidade económica (desemprego, inflação), pelas repercussões que pode ter no bem-estar e na confiança das populações no processo democrático;

- A utilização de processos de baixa política, nomeadamente a calúnia e a falta de respeito pelos adversários e suas opiniões;
- A tentativa de polarizar a vida política em torno de duas únicas opções, revelando nova forma de maniqueísmo pretendendo dividir os portugueses em duas categorias: os bons e os maus;
- A inexistência de pluralismo efectivo na grande imprensa diária e as primeiras tentativas de uma declarada censura partidária.

Actuação do P.P.D. - Apoio ao processo de democratização por:

- Participação nos Governos Provisórios;
- Esclarecimento das populações e sua dinamização em ordem à participação no processo;
- Colaboração em Comissões sempre que solicitado pelo governo (leis eleitoral, de imprensa, etc);
- Vigilância na defesa da Democracia quer contra os saudosistas de um passado que não voltará nunca mais, quer contra os que aproveitando-se das liberdades democráticas, tentam apoderar-se do poder em proveito exclusivo da sua facção.

Devo esclarecer que, ao contrário de boatos tendenciosos, a posição do P.P.D. na crise de 28 de Setembro não foi hesitante: no dia 26 de Setembro vários jornais publicaram o comunicado emitido, sob o título de "posição inequívoca do P.P.D.". Em diversos núcleos locais, os militantes do partido colaboraram na vigilância; logo nas manifestações realizadas no sábado, 28, usaram da palavra em defesa da Ordem Democrática.

ECONOMIA: SOLUÇÕES DE ACORDO COM O INTERESSE COLECTIVO

V. M. - No desenvolvimento do processo político em curso, após o 25 de Abril, quais os problemas que se põem com mais agudeza e premência à sociedade portuguesa? Considera que se poderá falar objectivamente da existência de um caos económico?

S. C. - Quanto a nós, os principais problemas que a sociedade portuguesa de-
fronta actualmente são a consolidação da ordem democrática e a estabilização da economia.

Quando se analisa a actual situação económica concluímos rapidamente que existem dificuldades efectivas que se poderão agravar caso não seja adoptada uma política económica coerente e eficaz.

Essas dificuldades têm a ver fundamentalmente com a subida de preços, a quebra de investimento, o desemprego, o défice da balança de pagamentos e o défice orçamental.

O nosso partido, consciente da influência decisiva que os problemas económicos poderão ter sobre o processo de democratização, tem procurado dar o seu contributo apresentando soluções viáveis e concretas. Não temos a pretensão de ter

receitas milagrosas. Pensamos pelo contrário que é indispensável um livre debate dos problemas, particularmente entre os responsáveis pelos partidos políticos, para que as soluções a adoptar estejam de acordo com o interesse colectivo.

FAZER LUZ SOBRE UMA REUNIÃO

V. M. - No último Boletim Informativo das Forças Armadas, que teve larga difusão pública, a análise da crise do primeiro governo da coligação, é precedida de um capítulo em que se ponderam algumas das tentativas de dissolução do Movimento das Forças Armadas. Neste contexto, o boletim ocupa-se muito especialmente de uma reunião havida a 13 de Junho, na Manutenção Militar, atribuindo-lhe declarações segundo as quais se apresentavam duas vias de solução para o País: ou se enveredava imediatamente por um Socialismo ou então, se adoptava uma linha de ditadura militar sem perda dos objectivos democráticos a atingir. Em itálico, acrescentava o boletim que dado o realce posto nesta última via (linha de ditadura militar) tudo levou a crer que fosse esta a sua opção. Que se lhe oferece dizer sobre as acusações que aí se formulam?

5. C. - Reproduzo em resposta a esta questão o que disse em entrevista ao jornal Expresso, sábado passado.

Vi efectivamente n'O Século e no Boletim Informativo das Forças Armadas que se faziam referências a essa reunião. Devo dizer que estranhei e estranho, lamentei e lamento o teor dessas referências e a divulgação dessas situações. Parece-me inaceitável que se faça referência, ainda por cima inexacta, ao que se passou - e apenas a algo que se passou - numa reunião que teve o carácter de confidencialidade, para a qual fui convidado como ministro adjunto ao primeiro ministro, na véspera à meia-noite, pelo então presidente da República general Spínola, com a indicação que me era pedida uma análise do momento político e que a podia fazer com inteira franqueza e absoluto à-vontade.

Ver, meses mais tarde, divulgadas coisas que se teriam passado nessa reunião e ver-me imputado o ter dito coisas que na realidade não disse, ainda por cima com apreciações totalmente injustificadas, parece-me altamente nocivo e atentatório da confiança que deve existir em reuniões deste tipo.

Nessa, participaram, além dos membros da Junta de Salvação Nacional, com excepção do general Galvão de Melo, então no Brasil, a quase totalidade dos oficiais do Movimento. Eles falaram, suponho, tão francamente e tão à-vontade, como nós próprios e com o mesmo objectivo de esclarecimento mútuo. Eu seria incapaz e mantenho-me assim apesar das inexactas referências feitas, de aludir publicamente àquilo que aí foi dito por alguns oficiais, hoje com altas responsabilidades. E se o tivesse de fazer não deixaria de previamente os consultar sobre isso. Parece-me ser esse o procedimento imposto pelas mais elementares regras do trabalho político. Há aqui a distinguir dois pontos: primeiro, o que publica o Boletim do M.F.A.; segundo, o que publica O Século. O Século nem sequer se atém à veracidade do que consta do Boletim do M.F.A.; o que O Século publica na terça-feira em destaque e na primeira página é completamente diverso daquilo que consta do Boletim do M.F.A. Quer um quer outro são totalmente inexactos.

O que eu disse nessa reunião, entre outras coisas, sobre o ponto concreto que o Boletim do M.F.A. refere, foi que, depois do 25 de Abril, à partida, se poderia ter optado quer por um socialismo imposto quer por uma ditadura militar para uma democracia, mas que não fora essa a via escolhida. Que não fora essa a via em que eu aceitara colaborar, mas que alertava as pessoas de que tal como as coisas se estavam a desenrolar, poderia vir a cair-se numa dessas duas alternativas. O que importava era tomar a tempo as providências necessárias para que se evitasse quer um socialismo imposto,

A IMPLANTAÇÃO DO P.P.D.

V. M. - "Hoje somos muitos, amanhã seremos milhões" foi um slogan criado a partir das primeiras frases do discurso de Carlos Mota Pinto, durante o comício do P.P.D., realizado no Pavilhão dos Desportos. Para alguns observadores parece existir uma certa contradição entre os projectos expansionistas do Partido Popular Democrático implícitos no slogan proclamado nesse encontro e a alegada falta de implantação do P.P.D. ao nível das grandes massas.

S. C. - O crescimento constante e a implantação cada vez mais forte do P.P.D., partido com apenas seis meses de vida e actividade, depois de constituído, resulta bem dos seguintes factos:

Em algumas regiões a implantação fez-se por solicitação e constituição espontânea de núcleos da base. Hoje, se certos sectores, aliás certamente minoritários, negam a implantação do P.P.D. ao nível das bases é por ignorância ou por má-fé. O P.P.D. é agora um partido efectivamente popular, destinado ao povo; tal como nos outros partidos sociais-democratas existentes no mundo, tem por base a adesão de indivíduos de todas as camadas trabalhadoras da população.

Numa perspectiva socioprofissional, nele se incluem núcleos de trabalhadores dos mais variados sectores profissionais ao nível da base: camponeses, quer assalariados quer pequenos proprietários; operários; empregados no sector terciário, nomeadamente em escritórios; pequenos comerciantes. A ele se juntam, certamente, quadros médios, profissionais liberais, docentes de todos os graus de ensino e estudantes. Numa perspectiva regional verificam-se ainda algumas disparidades, pois nunca teria sido possível implantar simultaneamente o partido e vê-lo crescer uniformemente em todos os concelhos e freguesias do País. Hoje já está implantado em 80% a 90% dos primeiros e 60% das segundas.

ELEIÇÕES: A VANTAGEM DE UMA PRESENÇA ISOLADA

V. M. - A poucos meses de Março de 1975 será possível balizar a actuação do P.P.D. perante as eleições para a Assembleia Constituinte? A perspectiva de concorrer isolado às eleições, como afirmou na conferência de imprensa, na convicção de uma força e implantação públicas que deixariam campo aberto para se impor ao eleitorado, afastará o Partido Popular Democrático de uma frente eleitoral?

S. C. - O P.P.D. pode concorrer isolado às eleições. Fazê-lo tem, aliás, a vantagem de oferecer à escolha popular a via que defende: a social-democracia como forma de atingir o socialismo em liberdade, com rejeição, portanto, quer dos modelos

neocapitalistas e tecnocráticos quer das vias oferecidas pelo marxismo, burocráticas ou não.

Pode fazê-lo; assim o demonstram:

- O interesse e a adesão com que as diversas camadas da população têm acolhido as nossas linhas programáticas.
- A certeza de que interpretamos os desejos e aspirações do povo, como o nosso programa poderá revelar mais profundamente, com rejeição de quaisquer modelos dogmáticos importados do estrangeiro, conscientes de que não importa copiar ou transpor as experiências estrangeiras - como a sueca ou dinamarquesa - mas partir da realidade que nos é própria e do respeito pelo nosso povo.
- O número dos aderentes e dos simpatizantes que cresce dia a dia em todas as regiões e camadas da população como já foi dito.

Como encararia outra solução? Ainda é cedo para concretizar. Aliás, faço notar que com um sistema eleitoral proporcional, o problema põe-se mais no que respeita aos entendimentos pós-eleitorais do que às frentes eleitoralistas que diminuem a possibilidade de o povo escolher livremente entre as opções que se podem e devem oferecer.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS: PREPARAÇÃO PARA AS MAIS DIFÍCEIS

V. M. - Quais as críticas que pode apontar ao que se conhece da lei eleitoral? No seu discurso do Pavilhão dos Desportos, insistiu o Dr. Sá Carneiro na realização de eleições municipais imediatamente a seguir ao recenseamento, como única forma de legitimar democraticamente a renovação das autarquias. Poderá concretizar o que concretamente objectiva o P.P.D. com essas eleições?

S. C. - O texto da lei ainda não está publicado. No entanto, posso já adiantar duas críticas:

- limitações excessivas do voto dos emigrantes;
- não admissibilidade de coligações de listas.

As eleições municipais, e também nas freguesias, para os respectivos órgãos, realizadas logo a seguir ao recenseamento apresentariam diversas vantagens:

- a) Iniciar esta forma de prática democrática ao nível local, interessando as populações, despertando-as para os problemas locais, provocando a selecção "democrática" de valores.
- b) Entregar depois as autarquias a homens da confiança da população, por esta julgados mais aptos e por ela eleitos. Resultaria certamente maior interesse pela vida e problemas das autarquias (e vontade de fiscalização das respectivas actividades).
- c) Preparar os portugueses para as eleições mais "difíceis" - para a Assembleia Nacional Constituinte, nomeadamente esclarecendo: o que é o voto e a sua im-

portância; as vantagens da escolha democrática; a responsabilidade dos eleitos perante o povo; etc. - em suma, permitindo uma politização pluralista, desde já.

A TRANSFORMAÇÃO DO M.D.P./C.D.E. EM PARTIDO

V. M. - Conhecida a posição do Partido Popular Democrático face à transformação do M.D.P./C.D.E. em partido, não deixaria em todo o caso de se revestir de interesse o conhecimento do seu significado político expresso pelo próprio secretário-geral do Partido.

S. C. - A posição do P.P.D. face à transformação do M.D.P. em partido já foi claramente expressa num comunicado distribuído aos órgãos de Informação.

Pensamos efectivamente que "se intenta, mediante um simples jogo de palavras, fazer sobreviver como permanente e estável aquilo que, nos quadros de um processo democrático correcto, somente deveria ser provisório e marginal relativamente aos verdadeiros partidos políticos".

Pensamos também que o M.D.P., apresentando-se partidariamente descomprometido e profundamente ligado aos ideais democráticos travou o lançamento e implantação das organizações partidárias.

Por outro lado, a proeminência que ganhou ao nível local, através da tomada de numerosas autarquias locais, sob a capa de movimento unitário, acarreta uma desigualdade efectiva em relação aos outros partidos logo no início do processo de construção da democracia.

Quanto a nós, a transformação do M.D.P. em partido só teve a vantagem de mostrar ao País que o "unitarismo" desse movimento nada tem a ver com a verdadeira unidade das forças democráticas e que, tal como sucedeu em situações históricas semelhantes, pode ser o início de um processo político que conduza à existência de uma organização que, de uma, passe a única: isto é, leve ao regime do partido único, onde a democracia não é mais que uma palavra abundantemente utilizada pela nova classe dirigente.

V. M. - Insistentemente tem o P.P.D. reclamado a realização das eleições na data prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas. Que razões ponderáveis reforçam a insistência com que tal posição é defendida?

S. C. - O adiamento das eleições poderia acarretar a quebra de confiança no M.F.A. e no Governo Provisório, por falta de cumprimento de uma promessa solenemente feita ao povo.

As eleições são um meio de consolidar a democracia e de auscultar toda a população do País; por outro lado, há que evitar o protelamento das reformas de fundo, ou seja, das alterações estruturais que têm de ser introduzidas na sociedade portuguesa para se poder pensar em construir uma democracia económica e social.

V. M. - Em declarações públicas, afirmou o Dr. Sá Carneiro que na via da consolidação da democracia, entendia o P.P.D. como condição necessária e desejável "a limpidez de atitudes dos partidos e dos movimentos que se reclamam da democracia". Gostaria que concretizasse o sentido da expressão utilizada.

S. C. - Julgo que os partidos devem expor claramente e pela forma mais completa possível os programas e as vias que preconizam para a reconstrução da sociedade portuguesa.

O esclarecimento terá de ser feito com lealdade e honestidade, com exclusão da difusão de boatos e de ataques infundados a partidos ou pessoas. Há que ter presente que, se se entrar por esse caminho, a vida política nacional acabará na violência, na coacção, na desordem permanente.

Tudo isso só servirá para desviar a atenção do povo, impedindo-o de escolher entre as soluções preconizadas por cada partido.

IDEIAS QUE SÓ SÃO DELES PRÓPRIOS

V. M. - Nos relatos da imprensa publicados no dia imediato ao da realização do primeiro grande comício do P. P. D., uma frase por si proferida, sobressaiu dos títulos dos jornais - A dignidade de Portugal, de Portugal renovado e democrático, não pode ser ofendida nem pelo desespero de reaccionários, nem pela impaciência de pretensos vencedores. A segunda parte despertou, sobretudo, determinadas reacções, no espírito dos observadores da cena política portuguesa que por si mesmas justificariam a necessidade de uma explicação mais completa.

S. C. - O desespero dos reaccionários explica-se facilmente: tendo perdido os seus privilégios políticos, que lhe davam o acesso exclusivo ao Poder; postos já em causa os seus privilégios económicos, sociais e culturais, certos saudosistas de um passado definitivamente morto lançam-se em aventuras que são ameaças à democracia, instaurando um clima de insegurança que falseia a escolha entre as vias que a democracia pluralista oferece, e provocando a "descrença na democracia".

A impaciência de pretensos vencedores também: aqueles que, auto-atribuindo-se os louros de uma vitória que só pertence ao povo e às Forças Armadas, seja qual for a contribuição que individualmente cada um possa ter dado para a queda do fascismo, pretendem, sem ouvir o povo, impôr-lhe, pondo em prática as ideias que só são deles próprios, soluções que este na verdade não deseja. É certo que proclamam aos quatro ventos que aquilo que pretendem são as aspirações do País. Mas a maturidade e o civismo de que o povo português deu já provas ao longo deste processo de democratização mostram que - depois de uma campanha eleitoral de esclarecimento sobre ideias e programas, e que nada tem a ver com campanhas de boatos, calúnias e denúncias que só podem conduzir ao ódio e à instabilidade - esse mesmo povo estará apto a fazer a escolha que só a ele compete e a viver plenamente em democracia.

Afirmar o contrário é recorrer às afirmações e argumentos de Salazar e Marcelo.

Em conclusão, julgo que o nosso povo já não precisa nem de vanguardas que o conduzam nem de unidades impostas que lhe, limitem a escolha. Só ele, com as suas Forças Armadas, vencerá a reacção assumindo o seu próprio destino e o seu papel no Mundo.

1.1.19. Conferência de Imprensa - 20/11/74

A 6 de Maio, na nossa primeira Conferência de Imprensa, foi anunciada a criação do Partido Popular Democrático.

Desde logo foi anunciado que viria a ser realizado antes do fim do ano um Congresso Nacional que daria ao Partido a legitimação democrática que as suas bases, e só elas, lhe podem atribuir.

É a realização do 1.º Congresso Nacional do Partido Popular Democrático que hoje anunciamos e que representará para os três fundadores a entrega do Partido.

A entrega do Partido que fundaram às bases, representadas pelos delegados que elegeram, na plena consciência de que é a elas que se deve a realidade que hoje somos: um Partido implantado em todo o País, com aderentes de todas as camadas da população trabalhadora.

O início das sessões verificar-se-á às 15 horas de sábado, prolongando-se a primeira sessão até cerca das 20.30 horas. Esta sessão de trabalhos será dedicada à discussão do Programa do Partido, com bases nas comunicações e propostas de alteração que sobre o mesmo deram já entrada na Secretaria do Congresso.

A sessão das 21.30, ainda no sábado, destinar-se-á à apreciação dos Estatutos, que serão igualmente discutidos à luz das observações ou propostas de alteração também, entretanto, recebidas.

No dia 24, a sessão da manhã será, na sua 1.ª parte, destinada a concluir qualquer dos pontos que eventualmente não tenham sido terminados na véspera, e à eleição dos membros dos órgãos dirigentes do Partido, de acordo com a estrutura orgânica constante dos estatutos que vierem a ser aprovados.

A estas três primeiras sessões só poderão assistir os delegados ao Congresso, democraticamente eleitos em cada concelho, os actuais membros da Comissão Política Nacional e do Secretariado do Partido e ainda os delegados também eleitos pela Juventude Social Democrática e Grupos de Estudo.

A sessão da tarde de domingo, que terá início às 15 horas, assistirão diversas personalidades convidadas do P.P.D., nomeadamente representantes de partidos políticos nacionais e estrangeiros, estarão ainda presentes os órgãos de informação.

Serão tomadas públicas nesta sessão quer as conclusões das sessões anteriores quer os resultados das eleições referidas. Usarão da palavra diversos oradores, sendo encerrado o Congresso com um discurso do Secretário-Geral que venha a ser eleito.

Após a realização do Congresso será divulgado o Programa aprovado e que, desde a fundação do Partido nos havíamos comprometido a apresentar. Com base num projecto inicial elaborado pelos grupos de estudo do P.P.D., o Programa foi discutido pelos núcleos da base e sofreu já uma primeira reformulação na sequência

das numerosas propostas de alteração recebidas. O Congresso aprovará a versão final do Programa, no qual certamente se virá a concretizar, para proposição posterior ao Povo Português, a adaptação da via social-democrática às realidades económicas, sociais e políticas do nosso País.

Assim, partindo da situação real em que nos encontramos, iniciaremos a caminhada para o objectivo final da Social-Democracia: a construção de uma sociedade socialista em liberdade. Propomo-nos atingir esse objectivo por uma via exclusivamente democrática, no respeito pela vontade do Povo expressa em eleições livres. Queremos desde já a Democracia Política, Económica e Social, mediante a introdução de reformas estruturais na sociedade portuguesa; só através de tais reformas, sucessivas e irreversíveis, será possível atingir uma Democracia real, assente nos valores fundamentais que defendemos: a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Com a aprovação quer de estatutos democraticamente estudados e discutidos que permitam o funcionamento dinâmico que o P.P.D. de si próprio exige, quer de um Programa que consagre as orientações preconizadas pelas suas bases, termina portanto o período inicial de organização do Partido e a fase de implantação nas massas populares; durante este período de meio ano o Partido ainda foi, de certo modo, marcado pelo passado e personalidade dos seus fundadores. Estes entregam-no afora àqueles que, tendo aderido à via social-democrática, fazem sua a tarefa de a propor à escolha dos Portugueses como meio de resolver, sem dogmatismos que ponham em risco a liberdade e a dignidade de cada pessoa, as inúmeras e gravíssimas contradições e desigualdades com que a nossa sociedade se debate.

1.1.20. Discurso na abertura do I Congresso Nacional do P.P.D. - 23/11/74

Amigos:

No momento em que iniciamos os trabalhos do nosso I Congresso Nacional saúdo-vos calorosamente e, em vós, os militantes do Partido que representamos. Temos bem presente que foram o denodado esforço e ilimitada dedicação de todos que permitiram que, em apenas meio ano, o P.P.D. se implantasse em todo o território nacional.

Uma palavra especial para os membros do Directório da Acção Democrata-Social que aderiram ao P.P.D.: será forçosamente uma palavra de homenagem pela sua coragem e persistência na luta contra a ditadura, pugna que é para nós estímulo e apoio na construção de uma sociedade livre e justa. Muito esperamos ainda da acção que, connosco, vão desenvolver.

Saúdo também, nas pessoas dos seus representantes aqui presentes, os partidos democráticos de países amigos que connosco compartilham a luta pela liberdade.

Permito-me destacar os partidos sociais-democratas aqui representados. Se é certo que as condições peculiares em que Portugal se encontra, a própria estrutura da sociedade portuguesa, a debilidade económica e o nível geral de cultura impedem a simples transposição das experiências que têm prosseguido nos respectivos países, não podemos deixar de reconhecer publicamente que souberam consubstanciar as lutas e as aspirações das classes trabalhadoras, avançando, por forma irreversível e por via exclusivamente democrática, na construção de uma sociedade socialista efectivamente livre e justa. Sabemos também que o trabalho de um partido que começa numa Democracia jovem só poderá ser frutuoso se assimilar a experiência dos partidos irmãos de outros países, não para a copiar, mas para a adaptar, depois de analisada criticamente a realidade.

Finalmente, saúdo os órgãos de informação e recorde o seu papel imprescindível na sociedade democrática.

Condições da liberdade de pensamento, da existência da opinião pública, do desenvolvimento da consciência da sociedade, da fiscalização dos actos do poder, a livre expressão e o direito à informação exigem aos órgãos de comunicação de massa que eles pratiquem a transparência e respeitem o pluralismo político. É o que deles esperamos confiadamente.

Meus amigos,

Pouco mais de seis meses são decorridos desde que, com Magalhães Mota e Pinto Balsemão, participei na fundação do P.P.D.. Através das linhas programáticas então divulgadas propusemos a Social-Democracia - "um projecto socialista viável" - como caminho para a resolução das contradições e desigualdades existentes na sociedade portuguesa após a queda de um regime opressor que conduziu o país à ruína e ao descrédito. Propunhamo-nos prosseguir a luta iniciada antes do 25 de Abril em prol da liberalização política e que a ditadura reprimiu; nunca defendemos o liberalismo económico, mas sim a liberdade política e a igualdade social.

As Forças Armadas, com o seu movimento libertador de 25 de Abril, abriram-nos a possibilidade de procurarmos corresponder à responsabilidade assumida, apresentando ao Povo Português a nossa iniciativa partidária.

A proposta que fizemos em 6 de Maio mereceu uma adesão entusiástica: foram dezenas de milhares os que nos deram o seu apoio, inúmeros os núcleos que se constituíram espontaneamente. Graças ao trabalho de ardorosos militantes, com base nas centenas de sedes que abriram por esse país fora, o nosso ideário foi levado a todas as camadas da população. Hoje o P.P.D. é, sobretudo, o partido dos milhares de trabalhadores que têm aderido à Social-Democracia; cumpre-nos estar conscientes de que a sociedade que procuramos construir terá de ser a que for desejada pelas classes trabalhadoras.

Numa perspectiva regional, o Partido cobre todo o território do País. A fase de implantação chega ao fim: é, portanto, o momento de, em nome dos fundadores, entregar às bases o Partido que pelo seu árduo esforço construíram. Através dos delegados que elegeram, as bases vão, neste primeiro Congresso, constituir defi-

nitivamente o Partido. Este é, efectivamente, um verdadeiro Congresso Constituinte: as tarefas principais que nos cabe levar a bom termo são a discussão e aprovação do Programa Básico do Partido e dos Estatutos, seguidas da eleição dos dirigentes de harmonia com os estatutos aprovados.

A discussão e aprovação do programa fundamental do Partido vai certamente ratificar o objectivo final que nos propomos: a construção de uma sociedade socialista em liberdade, a alcançar mediante a introdução de reformas sucessivas e irreversíveis nas estruturas económicas e sociais, cujo ritmo e amplitude serão determinados pela vontade da população. Propomo-nos implantar uma democracia real no nosso País, uma democracia que, além de política, seja económica, social e cultural. Para isso, haverá que colocar o aparelho de Estado ao serviço de todo o Povo, especialmente das camadas mais desfavorecidas, e transformar profundamente as estruturas da sociedade portuguesa.

Compete a este Congresso, que tem de ser uma verdadeira reunião de trabalho, definir as grandes linhas da referida transformação, discutindo todos os projectos e propostas de alteração. As que forem aprovadas serão depois integradas na redacção final do texto do Programa.

Com ele passaremos todos a dispor de um instrumento indispensável para a proposta ao Povo Português dos nossos objectivos e da nossa via. Nunca nos definiremos por negação ou ataque às outras correntes políticas, sejam elas quais forem. Sim pela afirmação clara da única via que, de acordo com o que mostra a História, permite pôr termo às desigualdades e injustiças existentes nas sociedades europeias sem pôr em risco as liberdades fundamentais e a dignidade da Pessoa Humana.

Outra tarefa fundamental deste nosso Congresso é a discussão e a aprovação dos estatutos. Com ela se iniciará a vida institucional do Partido, passando a ser possível o controlo dos órgãos ditos de cúpula pelas bases, através dos órgãos locais, distritais e concelhios; os titulares deverão ser eleitos na sequência do Congresso. O Partido passará, assim, a viver em democracia interna.

A eleição dos dirigentes, realizada nos termos que vierem a ser consagrados pelos estatutos, conferirá-lhes a legitimidade democrática para, como mandatários da base, desempenharem as funções que lhes forem cometidas e das quais terão de prestar contas.

Nas disposições estatutárias se enquadrará também o pedido de adesão à Internacional Socialista, que a Comissão Política recomenda, mas que ao Congresso compete decidir.

Meus Amigos e Companheiros:

A sociedade que herdámos da ditadura enferma de contradições, tensões e desigualdades gravíssimas: entre os ricos e os pobres; entre os que detêm o poder e os dele dependentes; entre os cultos e os que não têm acesso à Cultura; entre os detentores dos meios de produção e os que têm de vender a força do seu trabalho para sobreviver; entre os que vivem nas zonas do litoral industrializado e os que ficaram no vasto interior empobrecido; entre os homens e as mulheres;

entre os novos e os velhos; entre os saudáveis e os deficientes; entre os cidadãos e os rurais...

Esta situação é para nós um verdadeiro desafio histórico: temos de lhe responder com a nossa proposta de construção de uma sociedade nova em que cada um possa realizar-se como Pessoa na Liberdade, na Igualdade, na Justiça e na Solidariedade com todos os homens, participando democraticamente na vida política, económica e cultural da Nação e da Humanidade.

Permito-me apenas mais duas palavras de confiança nos militantes do P.P.D. que neste Congresso tomam o Partido em suas mãos: espero que, se defendemos o pluralismo, a tolerância, o respeito pelos que pensam de forma diferente, a descentralização e a participação de todos os portugueses num projecto de construção de uma nova sociedade, teremos de utilizar os mesmos métodos na vida interna do Partido e na prática quotidiana. Apelo vivamente para todos para que mantenham o Partido unido: sem unidade interna a acção não resultará e a própria proposta programática ficará singularmente diminuída.

Estou efectivamente convencido de que nos vai competir, se seguirmos esta via, um papel fundamental na construção da nova sociedade portuguesa e na conquista da Liberdade na Igualdade, com a colaboração dos Portugueses de boa vontade que nela se queiram empenhar.

Tomemos, pois, meus Amigos, esta tarefa em nossas mãos. Lancemo-nos, sem mais delongas, ao trabalho: a obra é empolgante, exigentes as metas e urgente o tempo.

1.1.21. Discurso no encerramento do I Congresso Nacional do P.P.D. - 24/11/74

Ao encerrar o nosso I Congresso as minhas primeiras palavras são de saudação e de agradecimento:

- aos representantes do governo português, dos governos estrangeiros e das Forças Armadas;
- aos militantes do P.P.D. presentes nesta sala ou espalhados por todo o país;
- aos nossos convidados, portugueses e estrangeiros;
- aos representantes dos outros partidos democráticos;
- aos enviados dos órgãos de informação. De saudação ainda:
- aos dirigentes do Partido que acabam de ser eleitos, com os votos de uma íntima colaboração na dinamização do Programa do Partido e na resposta aos problemas concretos do Povo Português.

Palavras de agradecimento pela eleição para o cargo de secretário-geral, que vale não tanto pela confiança posta na pessoa quanto pela confirmação da linha que,

no exercício dessas funções, até ao Congresso se procurou seguir - uma linha de firmeza na fidelidade aos ideais sociais-democráticos encarnados no Partido.

Agora que o Congresso se encerra, mais conscientes devemos estar todos do seu duplo sentido: ele vem consagrar aquilo que todos nós procurámos fazer até agora pelo nosso Povo e pela causa da Democracia, da igualdade e da Liberdade; além disso, representa como que uma nova fundação do P.P.D. - pela legitimação democrática dos seus dirigentes agora eleitos pelas bases, pela fixação do seu Programa Básico e pelo estabelecimento das normas dos seus Estatutos.

O PARTIDO E A LUTA PELA DEMOCRACIA REAL

1. Este Congresso e este Partido só são possíveis porque em Portugal houve uma revolução democrática. A revolução de 25 de Abril feita pelas Forças Armadas, que, interpretando os desejos do Povo, derrubaram a ditadura que o oprimia e lhe restituíram o direito de escolher e construir por suas mãos o seu futuro colectivo. Partido democrático que para agir carece de uma legalidade democrática, o P.P.D. foi fundado logo que a revolução criou as condições para a existência pacífica e legal de partidos políticos em regime de pluralismo.

O P.P.D. não foram apenas os seus fundadores. Foram e são as dezenas de milhares de portugueses vindos de diversos quadrantes e com diversas experiências que a ele aderiram.

O Partido foi verdadeiramente adoptado por trabalhadores que o fizeram seu: operários, camponeses, assalariados ou pequenos proprietários, empregados, professores, pequenos comerciantes, tomaram em suas mãos a proposta dos fundadores e levaram a todos os portugueses a Social-Democracia como caminho para a construção colectiva de uma sociedade socialista em liberdade.

Também os jovens, estudantes e trabalhadores, criaram o seu organismo próprio - a Juventude Social-Democrática - que vem desempenhando um dinâmico e simultaneamente esclarecido papel na expansão do Partido. A ele deram também a sua adesão, uns desde a primeira hora e outros mais tarde, muitos dos cidadãos que sempre estiveram na primeira linha da oposição antifascista: muitos dos companheiros de Humberto Delgado, o grande vulto da luta do Povo Português pela sua libertação, agora justamente reintegrado no seu posto de general da Força Aérea; muitos dos membros da Acção Democrato-Social, com todo o prestígio da sua irredutível intransigência republicana e socialista; muitos militantes ou antigos militantes da Acção Católica Operária, empenhados em conformar o mundo segundo as exigências da Igualdade na Liberdade; enfim, muitos e muitos que sempre repeliram os abusos do poder totalitário e sempre se mantiveram fiéis a si próprios e ao seu Povo humilhado e oprimido.

Em nome de todos os que agora têm a felicidade e a responsabilidade de poder, enfim, viver num país livre e que, para isso, vieram militar no P.P.D., uma justa palavra de reconhecimento às F.A. pelo 25 de Abril e pela garantia que continuam a dar de defender a democracia em Portugal.

2. A democracia, difícil de conquistar, é ainda mais difícil de defender e de institucionalizar. O 25 de Abril abriu o caminho, mas cada dia passado desde então

tem sido não apenas de aprendizagem do viver democrático, mas também de luta; luta em defesa da jovem democracia, para que não se perca a oportunidade histórica que ela representa de libertação das condições degradantes da enorme maioria da população e da construção da sociedade nova por que todos ansiamos.

3. O P.P.D., nascido para construir a verdadeira democracia - não só a democracia política, mas a democracia social e económica - identificado com o M.F.A. desde a primeira hora e com as aspirações do Povo Português, presente no Governo Provisório, não pode deixar de ter consciência das dificuldades já vencidas e das que haverá ainda que enfrentar, sentindo-se evidentemente preocupado com os problemas a que o país tem de fazer face, como a inflação, o desemprego, a descolonização de Angola.

Orgulhamo-nos, no entanto, da nossa participação no trabalho já realizado: preparação de leis que institucionalizam a democracia - desde as leis da liberdade de reunião e associação e dos partidos à lei eleitoral; melhoria da situação dos trabalhadores; processo de descolonização nos territórios de África; adopção de reformas na administração e nos domínios do trabalho e da economia.

Meus amigos:

Estamos certos de que este Congresso que agora se encerra terá servido para mostrar a quem quer que seja que nós estamos efectivamente empenhados na realização de um socialismo democrático e personalista em Portugal.

Vamos agora continuar a contribuir para o processo de democratização do país; e reiteramos exuberantemente neste Congresso representativo dos nossos militantes, a vontade de continuar com todas as nossas forças e a nossa fé democrática.

Participamos no Governo Provisório desde o início; tomámos parte em grupos de trabalho e em comissões por ele nomeados; temos igualmente participado na medida do possível nas autarquias locais.

Temos desenvolvido uma acção no plano internacional tendente ao esclarecimento da opinião pública de outros países e dos partidos social-democratas ou afins, buscando obter apoio para a experiência efectivamente democrática em que Portugal está empenhado.

Vamos participar agora nas tarefas do recenseamento eleitoral, assim como iremos participar na campanha eleitoral e lutaremos por obter uma posição importante na Assembleia Constituinte de acordo com a vontade do Povo Português.

Em suma: a nossa contribuição para o processo de democratização é limitada na medida em que não pretendemos ser um partido único, mas tem sido ilimitada na intenção de servir o Povo e na crença na democracia - único modelo de convivência humana em que a dignidade do Homem e os seus direitos fundamentais são plenamente respeitados.

Vamos pois, continuar o nosso caminho, unidos ao presidente da República e às F.A., solidários com todo o Povo Português, na luta pela liberdade e igualdade.

A SOCIEDADE QUE PRETENDEMOS CONSTRUIR

Amigos e companheiros:

Os resultados deste Congresso vêm-nos permitir dar resposta às contradições e desigualdades da sociedade portuguesa, que ontem enunciei.

O programa aprovado torna mais clara e mais precisa a proposta que nos compete fazer ao Povo Português. Partindo da situação real em que o País se encontra, propomo-nos iniciar a construção de uma sociedade socialista em liberdade. Este é, na verdade, o objectivo que, pela via social-democrática, nos propomos atingir.

A passagem da sociedade baseada no lucro e na exploração para a sociedade da igualdade na liberdade será feita através de reformas sucessivas e irreversíveis e dar-se-á quando e nos termos que a população democraticamente definir.

O socialismo democrático que defendemos é garantia de que será o Povo a construir a sociedade em que quererá viver, pondo ele próprio em prática os grandes ideais do Socialismo e da Democracia: Liberdade, Igualdade e Solidariedade. Estes ideais são resultado da convergência do Humanismo, do Cristianismo e da Filosofia ocidental, das lutas das classes trabalhadoras, do pensamento socialista reformista e do combate contra todas as formas de opressão. Desta convergência, bem como do carácter original dos partidos sociais-democráticos, que foram durante anos partidos da classe operária antes de se transformarem em partidos de todo o Povo, resultam os valores da Comunidade e da Pessoa que, no Socialismo Democrático, se fundem em síntese harmoniosa.

Será, pois, a via social-democrática que nos vai permitir dar resposta às esperanças do Povo Português; construiremos, de acordo com a sua vontade e adaptando-se às suas características próprias, uma sociedade nova onde não haja exploração nem opressão.

Permitir-nos-á ainda responder, aqui e agora, a outro desafio fundamental, este comum a todas as sociedades do nosso tempo: num momento em que são limitados os recursos, será possível utilizá-los de modo a garantir o livre e completo desenvolvimento da personalidade de cada um, não pelo exercício da coacção mas pela solidariedade e pelo consenso de todos, malgrado as inegáveis lutas de interesses entre grupos e classes diversas? Numa época em que, em certas sociedades, o poder é pertença de minorias compostas pelos detentores do grande capital e por membros da tecno-estrutura; em que, noutras sociedades, dele se apropriou uma classe burocrática que domina não só todo o aparelho de Estado como todas as estruturas económicas e sociais - ou se quer apropriar uma elite de intelectuais auto-iluminados que pretendem pôr em prática os seus dogmas e as soluções mais ou menos originais que conceberam - pergunto-me: poderão as sociais-democracias retirar o exclusivo do poder às minorias oligárquicas, promovendo a sua efectiva transferência a nível político, económico ou social, para toda a população, desde os órgãos de Estado às unidades de produção?

Julgo que o socialismo democrático, incitando todos os cidadãos à solidariedade, partilhando entre todos os poderes e as responsabilidades, levará ao livre desenvolvimento da personalidade de cada um pela utilização equitativa dos recursos

disponíveis sem pôr em risco as liberdades fundamentais e a dignidade do Homem.

O Programa que aprovámos mostra bem que o nosso caminho tem de consistir na construção de uma democracia real. Não basta apenas rejeitar, ainda que claramente, as vias oferecidas pelo neocapitalismo e pelo neoliberalismo, por incapazes de resolverem as contradições da sociedade portuguesa e de evitarem a inflação, o desemprego, a insegurança e a alienação nas sociedades que constroem. Não bastam reformas de repartição ou redistribuição de riqueza, sobretudo pela utilização da carga fiscal. Há que introduzir profundas reformas estruturais, que alterem mecanismos do poder e substituam à procura do lucro outras motivações que dinamizem a vida económica e social. Propomo-nos, assim, construir não uma simples democracia formal, burguesa, mas sim, uma autêntica democracia política, económica, social e cultural.

A democracia política implica o reconhecimento da soberania popular na definição dos órgãos do poder político, na escolha dos seus titulares e na sua fiscalização e responsabilização; exige a garantia intransigente das liberdades individuais, o pluralismo efectivo a todos os níveis e o respeito pelos direitos das minorias; não existe se não houver alternância democrática dos partidos no poder, mediante eleições livres, com sufrágio universal, directo e secreto.

A democracia económica postula a intervenção de todos na determinação dos modos e dos objectivos de produção, o predomínio do interesse público sobre os interesses particulares, a intervenção do Estado na vida económica e a propriedade colectiva de determinados sectores produtivos; pressupõe ainda a intervenção dos trabalhadores na gestão das unidades de produção.

A democracia social impõe que sejam assegurados efectivamente os direitos fundamentais de todos à saúde, à habitação, ao bem-estar e à segurança social; exige a abolição das distinções entre classes sociais diversas e a redistribuição dos rendimentos, pela utilização de uma fiscalidade justa e progressiva.

Finalmente a democracia cultural consiste em garantir a todos a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à cultura e no favorecimento da expressividade cultural de cada um.

Meus amigos:

O Programa que acabamos de aprovar é a nossa resposta à imensa esperança que o 25 de Abril trouxe a todos os portugueses: o primeiro passo para uma sociedade digna da Pessoa Humana, livre da opressão, da pobreza e da guerra.

A aprovação dos estatutos veio consagrar o carácter eminentemente democrático do Partido, que, aliás, ficou bem expresso na forma como decorreu este Congresso: a participação entusiástica e espontânea de tantos dos delegados prolongou as nossas horas de trabalho, exigiu-nos um esforço suplementar. Mas mostrou bem que a democracia é a única maneira de um grupo, tão numeroso, chegar ao consenso entre variadas opiniões, sem submissão a despotismos iluminados.

O P.P.D. fica, pois, doravante, dotado de uma estrutura democrática, mas que está também essencialmente dinâmica.

PERSPECTIVAS POLÍTICAS

1. Não queremos abrir desde já a campanha eleitoral. Não queremos encarar os problemas do país numa visão eleitoralista, mas sentimos que, ao encerrar-se este Congresso, os militantes do Partido e provavelmente os outros Partidos democráticos gostarão de saber a nossa opinião a respeito das próximas eleições para a Assembleia Constituinte.

Queremos congratular-nos, como democratas sinceros, com a promulgação da Lei Eleitoral. Esta lei representa uma importante conquista jurídica e política realizada no nosso País. Se há soluções com as quais não podemos concordar - nomeadamente a excessiva limitação do voto dos emigrantes - em todo o caso consideramos essa lei eminentemente progressiva e julgamos que deverá permitir uma escolha democrática dos deputados à Assembleia Constituinte.

Haverá agora que a aplicar, com honestidade e seriedade, tornando-a um elemento integrante e vivo da ordem essencial da sociedade portuguesa.

Congratulamo-nos com o não adiamento das eleições. Mais uma vez o M.F.A. soube honrar a palavra dada e reagir às pressões que alguns iam esboçando no sentido desse adiamento, com o pretexto de que o Povo Português não estaria preparado para escolher ou de que a reacção poderia triunfar. O Povo Português está bem preparado para escolher o seu presente e o seu futuro; por isso a reacção não ganhará.

Vamos pois ter, dentro em breve, uma Assembleia Constituinte composta por deputados eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, como estipula o Programa do M.F.A.; e vamos ter, na base do trabalho que essa Assembleia vier a desenvolver, uma nova Constituição que deverá corresponder às exigências do nosso tempo e do nosso Povo e que, depois, deverá ser efectivamente cumprida.

2. A respeito das eleições tem sido posta a questão da constituição de coligações. Alguns dirigentes de partidos dizem-se desde já dispostos a constituir frentes com uns e não com outros partidos. E certos analistas políticos fazem desde já especulações. Pela nossa parte, pensamos que o problema neste momento não se põe. Porque a Assembleia Constituinte, por definição, não é um parlamento ordinário do qual deva sair um governo e porque durante a vigência da Assembleia Constituinte permanecerá toda a estrutura constitucional provisória prevista na Lei n.º 3/74. Não se trata, por agora, de formar coligações ou de estabelecer programas de governo com quem quer que seja. Estes problemas só virão a pôr-se rigorosamente quando se realizarem novas eleições para a Assembleia Legislativa. Antes disso, a constituição de frentes eleitoralistas pode ser forma de diminuir as possibilidades de escolha livre do Povo entre os diversos caminhos e soluções que lhe devem ser oferecidos.

3. Todavia, não podemos esquecer que estas são as primeiras eleições livres que se realizarão em Portugal desde há 50 anos. Não podemos esquecer também que um projecto de Constituição deverá ser essencialmente obra de compromisso en-

tre as forças realmente significativas existentes no nosso país. Para que uma Constituição possa durar - e nós queremos que a futura Constituição dure - deverá ser suficientemente ampla para nela caberem as aspirações do maior número possível de cidadãos. É nesta base que entendemos que tudo quanto seja feito para desdramatizar as eleições, tudo quanto seja feito para que os partidos da actual coligação governamental ou outros partidos definam as amplas linhas em que deverá assentar a futura Constituição do país - pensamos que tudo quanto seja feito nesse sentido poderá ser positivo e útil.

Não pode tirar-se o carácter democrático à campanha eleitoral, e uma campanha eleitoral democrática é feita de entusiasmo, de livre confronto de ideias, de discussão objectiva de programas. Mas temos de agir com sentido de responsabilidade, olhando à hora histórica que o país atravessa. O que pretendemos é que todos os partidos efectivamente democráticos estejam empenhados em evitar dar à campanha quer um carácter de confrontação violenta, que só pode convir aos reaccionários, quer o tom de luta maniqueísta entre os "bons" de um lado e os "maus" do outro.

4. Que linhas programáticas gostaríamos de ver consagradas na Constituição? Optando por um caminho social-democrata, isto é, pela realização do socialismo em Portugal dentro de um Estado de Direito democrático, iremos lutar para que a futura Constituição consagre esse mesmo ideário. No entanto e democraticamente, não pretendemos impor os nossos pontos de vista a quem quer que seja. Será a vontade do Povo que decidirá. Parece-nos porém essencial que a Constituição consagre as instituições da democracia pluralista por um lado; por outro lado, que abra caminho às grandes reformas de fundo de que carece a sociedade portuguesa para que todos os homens sejam nela libertos de privações e explorações e possam desenvolver completamente a sua personalidade. Nesta linha, a Constituição deverá consagrar os direitos fundamentais que aos portugueses foram negados durante o fascismo: liberdade de pensamento, de expressão, de reunião, de associação política e sindical, garantia da segurança pessoal, direito à educação, à saúde, à habitação. Deverá consagrar o princípio da separação dos poderes, embora esse princípio não deva ser levado aos extremos a que o foi no século passado. Deverá garantir uma justiça independente, com o poder de fiscalização da constitucionalidade das leis.

Deverá consagrar uma ampla descentralização regional e local. Deverá, enfim, consagrar uma capacidade de adaptação a novos condicionalismos, sem ruptura da ordem política e jurídica.

Mas a Constituição não deverá ser obra de cúpulas partidárias. Deverá ser, acima de tudo, obra dos cidadãos. É necessário que os portugueses tenham consciência do que significa para eles e para a sua vida a Constituição e assim contribuam, agora, para a sua elaboração e, amanhã, para a sua defesa.

5. Perguntar-se-á ainda qual a nossa posição, a mais longo prazo, em relação a um futuro governo. É aí, repetimos, que a questão da eventual constituição de coligações poderá ser situada. Não enjeitamos responsabilidades; estamos prontos a aceitar a vontade popular. Se o Povo nos levar ao Poder, sozinhos ou com

outros, estaremos dispostos a governar, pensando em todos os portugueses, especialmente nas classes trabalhadoras que tão espezinhadas foram durante os 50 anos da ditadura opressora.

Se o P.P.D. viesse a ficar na oposição, também aí trabalharia pela consolidação da democracia: sem oposição livre e dinâmica não há liberdade política, nem actividade democrática.

Amigos, companheiros, militantes do P.P.D.:

É nesta linha clara e firme que o Partido Popular Democrático, que é já um grande Partido ao serviço do Povo Português, encara o futuro e o papel que nele irá desempenhar. Vamos todos, com entusiasmo, propor a esse mesmo Povo, que é razão da nossa actividade, a construção da nova sociedade portuguesa na Liberdade, na Igualdade e na Solidariedade.

1.1.22. Discurso no Comício do Porto - 29/11/74

Militantes do P.P.D., jovens sociais-democratas, Amigos do Norte e do Porto em especial:

A melhor palavra de saudação cordial e sincera que vos posso dirigir está na realização mesma deste Comício.

Com o seu Congresso, o nosso Partido constituiu-se definitivamente.

Legitimados pelo voto democrático das bases, quisemos vir antes de tudo ao Porto, para no Norte vos dizer:

Aqui estamos, com uma doutrina, um programa e uma organização para convosco partirmos para a arrancada final que há-de consagrar o nosso Partido nas urnas!

Ao fazê-lo não obedecemos apenas a imperativos pessoais nem a razões de estratégia; praticamos acto de elementar justiça.

A ditadura significou o declínio do Porto e o desprezo do Norte.

É indispensável que a democracia implique o ressurgimento desta cidade e o progresso da zona mais populosa de Portugal.

Como todos os Portugueses, os portuenses sofreram os métodos da ditadura a que estivemos sujeitos: perseguições políticas, terror policial, censura, repressão económica e social.

Mas o autoritarismo corporativo teve, sobre a cidade e sobre todo o Norte, efeitos igualmente desastrosos.

Ponto de convergência das ricas actividades das regiões do Minho, Douro e Trás-os-Montes, o Porto foi, até ao primeiro quartel do século, um grande centro económico e cultural.

A ditadura marcou o seu declínio e o de toda a região.

O poder autoritário exigiu centralização maciça. Tudo tinha de ser decidido em Lisboa, não porque assim fosse naturalmente necessário, mas porque aí estavam os chefes absolutos.

Assim, gradualmente se foi estiolando o que fora a grande Metrópole do Norte.

Aqui, como em todo o país, as autarquias eram-no só de nome, pois nada decidiam sem o acordo do governo, que tudo resolvia sem curar das aspirações, dos interesses e das opiniões locais.

A actividade económica foi-se transferindo para perto do único centro de decisão. Assim convinha, de resto, à minoria privilegiada intimamente ligada ao poder político.

As consequências foram desastrosas.

A cidade perdeu a vida cultural e económica que a animava; até a Faculdade de Letras encerrou as suas portas, só há pouco reabertas.

As sedes das empresas mudaram-se para Lisboa. As relações culturais e económicas com o estrangeiro regrediram.

Portugal passou a ter um corpo exangue com uma cabeça desproporcionada e apopléctica.

Da região depauperada o Povo emigrou a ganhar a vida onde lha pagavam, assim denunciando a mentira numa situação desumana.

As Forças Armadas, ao restituírem ao Povo Português a liberdade há muito perdida, deram-nos oportunidade de tomarmos em mãos o nosso destino, a organização da nossa vida, o futuro das nossas comunidades.

Os caminhos abertos no 25 de Abril têm de levar à rápida correcção das desigualdades regionais. Eles têm de ser caminhos de liberdade, igualdade e justiça para todo um Povo e não só para uma capital doente já do seu próprio elefantismo.

É aos partidos políticos que agora cabe a principal tarefa de propor ao Povo as vias que a Democracia deve seguir para estar ao seu serviço.

Aos vários partidos e não a um apenas.

Por isso a Democracia tem de ser pluripartidária.

Em tudo se há-de reconhecer a liberdade de opinião e de acção.

Por isso é pluralista a Democracia que defende o Programa do M.F.A.

Ele não consente que se restrinja a liberdade ao interior de um único partido, movimento ou sindicato.

Já suportámos isso durante quase 50 anos; por isso sabemos que a democracia interna do único partido, do único sindicato, do único movimento, da única situação permitida ou imposta mais não é do que a máscara da ditadura: imposição de

escolha feita por quem se arroga o exclusivo da verdade, mistificação de uma opressão institucional.

Isso não o poderá jamais consentir o gesto libertador do 25 de Abril.

Meus Amigos:

O nosso partido está, por direito próprio, na vida política do País.

Ocupamos, com clareza, o espaço correspondente às nossas propostas programáticas, distintas das dos outros partidos.

Através da via social-democrática defendemos a realização de reformas políticas, económicas e culturais que modifiquem as estruturas sociais e regionais do país de acordo com os desejos do Povo.

Só a este cabe decidir por forma democrática através de eleições livres. Ao voto do Povo não pode substituir-se a voz autoritária dos que, em seu nome, mas sem o ouvir, querem impor ?f país dogmas doutrinários.

O programa básico do nosso partido, há dias aprovado no Congresso, confirmou e tornou claro o carácter social-democrático da via que preconizamos para a resolução das contradições e desigualdades da sociedade portuguesa.

Defendemos a democracia política, que implica a participação dos cidadãos na organização do poder político e na escolha dos seus objectivos e dos seus órgãos, com respeito integral dos direitos e liberdade da pessoa.

Defendemos a democracia económica, assente no direito de todos sem distinção ao bem-estar e à segurança social, com participação colectiva na decisão da organização, das formas e dos objectivos da produção.

Defendemos a democracia cultural, que implica o livre acesso de todos à educação, sem distinções de classe, com promoção da liberdade de espírito e da criatividade individual.

Pugnamos pela rápida abolição das desigualdades regionais. O planeamento democrático e um sério reordenamento do território permitirão uma adequada distribuição dos investimentos e empreendimentos produtivos pelas várias regiões. Facilitarão a reanimação da vida local e a difusão das actividades culturais.

Para isso há que aumentar a autonomia das regiões e que dotar as autarquias locais de verdadeiros órgãos de poder, eleitos e fiscalizados pela população.

O socialismo democrático que propomos é um desafio constante à participação activa de todo o Povo e não apenas à dedicação dos nossos militantes.

É isso a social-democracia: realização de socialismo em liberdade segundo a cadência de reformas, determinada pelo voto popular, para construção de uma sociedade liberta da exploração e da lei do lucro.

É essa a única experiência histórica de socialismo em liberdade:

fora das sociais-democracias o socialismo só conhece formas autoritárias ou totalitárias.

Não se diga que a social-democracia é incompatível com o nosso atraso. Este é real, sem que por isso a nossa situação deixe de ser muito superior à dos povos peruano ou cubano, por exemplo.

Mas a experiência da Europa mostra bem como é falso afirmar que a social-democracia só é possível em países desenvolvidos.

Os países que o são hoje graças a regimes sociais-democratas não o eram quando tomaram resolutamente a via do socialismo democrático.

Não passa de um lugar comum, falso e há muito desmentido, afirmar que as sociais-democracias apenas surgiram em países industrializados e desenvolvidos, com rendimentos per capita 5 a 6 vezes superior ao português.

Deturpa-se a realidade, procurando confundir o que são hoje os países que têm seguido a via social-democrática, com o que eram quando a iniciaram.

A Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, em grande parte a Áustria, não eram, nessa altura, países industrialmente desenvolvidos, com indústrias pesadas e ligeiras poderosas. A própria Suécia só o era em medida limitada.

A história do socialismo democrático mostra que os aderentes do partido norueguês, por exemplo, foram essencialmente pescadores e artesãos. E na Dinamarca predominaram, simultaneamente, os pequenos agricultores e os trabalhadores citadinos.

Tais países não tinham, obviamente, há 30 ou 40 anos um nível cultural muito superior ao que Portugal tem hoje; nem eram grandemente desenvolvidos e industrializados; passaram a sê-lo com governos sociais-democratas.

O nosso partido não pretende copiar experiências alheias ou seguir docilmente vias já trilhadas por qualquer país estrangeiro. Não estamos sujeitos a dogmas que queiramos impor ao Povo. Somos, pelo contrário, partido da liberdade de espírito.

A social-democracia é caminho a prosseguir de acordo com os desejos da população: esta é que determina por forma democrática o âmbito e o ritmo das reformas.

Interessa-nos partir da realidade portuguesa - da democratização ainda em começo depois de quase meio século de ditadura, para avançar rapidamente para a sociedade livre e igualitária que defendemos.

São evidentes o atraso da nossa industrialização, o baixo nível de vida, as deficiências do equipamento colectivo, as péssimas condições de vida da maioria da população.

Óbvias são também as dificuldades resultantes de uma crise mundial com particulares reflexos na Europa. Mas as nações europeias têm cada vez mais consciência de que a própria segurança democrática depende do desenvolvimento económico

e da democracia política dos países do Sul do continente. Por isso se avançam já propostas, como a de Willy Brandt, no sentido de apoiar efectivamente as forças políticas que em Portugal e na Grécia procuram construir uma democracia sólida, assente na justiça social.

A recuperação do nosso atraso pode, portanto, ser favorecida pela integração na Europa e na Europa do Mercado Comum, pela qual há muito optaram os nossos emigrantes. Eles sabem, por experiência própria, dolorosa porque feita no estrangeiro, que a social-democracia é caminho de desenvolvimento e justiça.

Mas, não contentes em decretar que em Portugal tal não é possível, os nossos detractores à cautela vão negando que sejamos um partido de trabalhadores, para nos contestarem o direito de propor a social-democracia.

Enganam-se: as classes trabalhadoras não são nem consentem ser exclusivo de ninguém, muito menos de intelectuais e de profissionais liberais auto-iluminados que pretendem falar em seu nome através de experiências livrescas.

A social-democracia que propomos tem sido largamente adoptada pelas classes trabalhadoras portuguesas: a maioria dos aderentes do P.P.D. são operários, trabalhadores rurais, empregados, pequenos industriais e comerciantes.

Muitos núcleos se têm constituído espontaneamente, compostos por trabalhadores: são esses os grupos mais entusiásticos na defesa da via social-democrática para Portugal. E na Juventude Social-Democrática do Porto os trabalhadores predominam largamente sobre os estudantes.

Meus Amigos:

Tudo isto e a vossa presença aqui mostram bem que os trabalhadores portugueses não se deixam enganar.

Participando já largamente no nosso partido, eles hão-de escolher a única via que até hoje permitiu a construção de sociedades justas e igualitárias, sem pôr em perigo a liberdade e a dignidade da pessoa humana; sem risco de ver o poder político e económico confiscado, em nome dos trabalhadores, por uma classe de burocratas ou por intelectuais arrogantes, revolucionários de palavra e burgueses de vida.

Assim, apesar das campanhas de boatos, dos ataques insidiosos ao partido e aos seus dirigentes, da actuação sistematicamente parcial de alguns órgãos de informação, o Partido Popular Democrático, é, hoje, um grande partido; cresce dia a dia; tem dezenas de milhares de militantes espalhados por todo o território nacional, empenhados na gigantesca tarefa de levar a todos a certeza de que é possível uma sociedade baseada na igualdade, na liberdade, na solidariedade.

Amigos e companheiros:

Duas características há muito definem o povo desta nossa cidade do Porto: o seu apego ao trabalho e à liberdade.

Nunca a aristocracia detentora da terra conseguiu dominar esta cidade.

Aqui se desencadearam os grandes movimentos liberais de 1820 e a tentativa republicana de 31 de Janeiro de 1891.

O Porto sempre mostrou que, para nós, a defesa da liberdade não é uma palavra vã.

Ora o Partido Popular Democrático valoriza acima de tudo o trabalho e defende intransigentemente a liberdade.

Há-de ser, portanto, especialmente o nosso partido, o partido do Porto.

1.1.23. Entrevista a "O Século Ilustrado" - 30/11/74

Ao iniciarmos a entrevista, o Dr. Sá Carneiro confirmou que o primeiro projecto de linhas programáticas foi esboçado por Francisco Balsemão, Magalhães Mota e ele próprio, tendo sido depois sujeito a discussão e reelaborado num grupo mais vasto - assim nasceu o P.P.D.

P. - Houve evolução de então até hoje?

R. - Ela deu-se sobretudo no alargamento do partido a nível de pessoas, de classes e de território. No aspecto doutrinal, ideológico, o que se passou foi um desenvolvimento de todos os princípios contidos nas linhas programáticas divulgadas no princípio de Maio.

P. - Se essa linha era a da social-democracia porque é que se modificou o nome inicial do partido (P.S.D.)?

R. - É verdade. Inicialmente, nós pensámos que o partido se deveria designar social-democrático. Num fim-de-semana em que íamos difundir o nosso primeiro comunicado, a imprensa anunciou dois factos que nos levaram a mudar o nome: primeiro, o da constituição do Partido Cristão Social-Democrata; segundo, o de uma possível intenção da Acção Democrata Social se transformar num partido. Ficámos, assim, "desapossados" do nome que inicialmente tínhamos previsto, sob pena de correremos o risco de uma certa confusão.

NUNCA FOI O PARTIDO DOS PATRÕES

P. - Quem financia o P.P.D.?

R. - O financiamento foi, e é sempre, um problema para os partidos políticos. O nosso financiamento é feito exclusivamente pelos militantes e aderentes tanto pelas suas quotizações e entradas iniciais como pelas contribuições extraordinárias que têm dado. O grande número de militantes, a generosidade que têm demonstrado e a circunstância de haver muita gente a trabalhar sem qualquer remuneração têm-nos permitido montar a máquina partidária e pô-la a funcionar tal como tem estado até hoje.

P. - As conclusões do Congresso terão afastado a ideia muito divulgada de que o P.P.D. é o "partido dos patrões"?

R. - Essa ideia de "partido dos patrões" foi posta a circular como uma forma de ataque insidioso. O P.P.D. nunca foi partido de patrões e o Congresso demonstrou exuberantemente que o não é. Desde o início, tivemos adesão de larga camada de trabalhadores que se têm multiplicado na sua acção de implantação do partido. Por outro lado, o Congresso, tanto na própria composição da mesa da presidência como na composição dos delegados e até pelos assuntos discutidos, demonstrou bem que temos, pese a quem pesar e desagrade a quem desagradar, uma larguíssima base trabalhadora.

P. - Quantos militantes tem o P.P.D.? Em que classes se recrutam?

R. - Eu gostaria de ter classificações completas mas ainda não as possuo. Quanto a números, posso dizer que temos algumas dezenas de milhares de militantes. Na classe etária, a grande faixa situa-se entre os 20 e 50 anos; quanto à distribuição sócio-profissional os trabalhadores em geral de profissões livres, operários, pequenos comerciantes, pequenos industriais, agricultores de conta própria, camponeses e assalariados agrícolas são a grande maioria dos elementos do partido. No que respeita à distribuição de sexos, o número de homens é largamente superior ao das mulheres.

P. - O P.P.D. tem-se distinguido pelos apelos que faz através da rádio à participação da mulher no seu partido, Ao fazê-lo marca uma intenção eleitoralista tendo em conta que a grande maioria dos eleitores possíveis será constituída por mulheres?

R. - Não é por acaso que o fazemos. Mas não temos fins eleitoralistas. Entendemos que a despolitização do povo português, que é muito intensa, atinge sobretudo a mulher. No seu conjunto, o eleitorado feminino está ainda mais despolitizado que o conjunto do eleitorado masculino. E, portanto, parece-nos que, sendo um dos principais objectivos dos partidos o esclarecimento político, temos que nos dirigir com mais intensidade ao eleitorado feminino. Essa é a razão da mensagem que, frequentemente, endereçamos às mulheres portuguesas para participarem na vida política.

NÃO ME ESPANTA

P. - Como encara a candidatura do M.R.P.P. às eleições da Assembleia Constituinte, tendo em conta as declarações dos seus elementos, que consideram fundamental "o alertar o movimento e as massas para o embuste que é todo o processo eleitoral"?

R. - Um partido revolucionário, e que não aceita as estruturas chamadas burguesas, pode intervir no processo eleitoral e no processo democrático, desde que dê um mínimo de garantias de honestidade e de cumprimento das regras democráticas. Vimos ainda há pouco o Partido Comunista, no seu Congresso, retirar do programa a expressão "ditadura do proletariado" - precisamente porque é uma expressão tipicamente revolucionária e que, portanto, poderia levar a supor a adopção de métodos menos democráticos. A democracia é uma ideia e um sistema tão natural que se defende e impõe a si própria. Assim, não me espanta que

partidos que negam a própria democracia que apelidam de "burguesa", se sirvam dos meios legais que ela dá, para a atacar. Será esse o caso do M.R.P.P.

P. - Qual é a sua posição quanto ao adiamento das eleições - já que, pelo menos implicitamente, o P.C. se mostrou favorável a essa hipótese?

R. - Acho francamente nocivo o adiamento das eleições. Seria muito prejudicial para a consolidação da democracia em Portugal. Enquanto não houver eleições, estamos, como recordou o general Costa Gomes nas Nações Unidas, numa situação "pré-democrática", porque o povo ainda não foi chamado a pronunciar-se. Quanto menos durar essa situação, melhor. E não pode jogar-se com a impreparação do povo - não apenas porque esse fosse um argumento tipicamente da ditadura derrubada pelo 25 de Abril mas, sobretudo, porque a democracia contém em si própria a capacidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento intrínseco. O povo está preparado para esta fase da democracia. Pode exprimir a sua opinião pelo voto secreto e a si próprio se ir aperfeiçoando no exercício dessa democracia.

NÃO HÁ ALAS NO P.P.D.

P. - Foi dito que neste Congresso não se avançou nem recuou. Foi mesmo assim? O que se quer significar?

R. - A conclusão é exacta. Houve sim um desenvolvimento e um aprofundamento de tudo quanto estava contido nas linhas programáticas. Mas manteve-se a linha inicial que sempre foi a dos seus fundadores. E nunca houve entre eles quaisquer divergências pessoais ou ideológicas.

P. - Então e as demissões anunciadas antes do Congresso? Simples bluff?

R. - Houve divergências pessoais. Isso é normal num partido. Quanto à aprovação do programa, houve certas divergências de pormenor, mas nada quanto ao fundo, em relação às grandes opções do partido.

P. - Não havia dentro do P.P.D. sectores mais moderados?

R. - Não. Não havia, nem há, alas dentro do P.P.D.. Como é natural num partido jovem, há uma grande homogeneidade quanto aos princípios fundamentais e aos princípios programáticos.

P. - A adopção, pelo Congresso, da linha social-democrata, irá dar, por reflexo, mais oportunidades ao C.D.S.?

R. - Não me parece. Mas, em primeiro lugar, a definição clara de uma linha social-democrata correspondente à sinceridade do P.P.D.. A social-democracia só se entende por ser um socialismo democrático em marcha. Se isso fosse dar mais possibilidades ao C.D.S. é porque há um leque de posições em Portugal que a social-democracia não cobre; mas não me parece, porque suponho que a linha social-democrata corresponde aos grandes anseios do povo português e à situação concreta em que ele se encontra. E não vejo como uma via neocapitalista ou neoliberal possa dar solução às graves contradições e desigualdades com que se debate a sociedade portuguesa.

UM SOCIALISMO REFORMISTA

P. - Mas anteriormente tinha afirmado que havia uma despolitização intensa do povo. Sendo assim, como é que a social-democracia corresponde aos grandes anseios desse povo?

R. - O ser despolitizado não quer dizer que seja conservador. Até porque o que o povo tem para conservar é tão pouco e tão mau que dificilmente será conservador. A ideia de manter a sua situação é uma ideia que não agrada a ninguém. Uma coisa é despolitização, e outra é o bom senso. O bom senso pode orientar as opções políticas. O povo português, caldeado por muitas centenas de anos de história e de vivência em comum, tem demonstrado um grande bom senso, um cepticismo pelas aventuras políticas em que o tentam embarcar, um realismo que o leva a apreciar resultados mais do que grandes ideias ou grandes teorizações políticas.

É essa ânsia de resultados concretos que o levam a desejar reformas rápidas, mas ordeiras e escalonadas, sem convulsões. Preconizamos um socialismo reformista com exclusão de um conservantismo mais ou menos evoluído.

P. - Por que houve tanta insistência no Congresso em não aceitar a expressão "democracia burguesa"?

R. - Bem vê, o termo democracia burguesa não dá nenhuma ideia de qual o sistema económico ou social prosseguido pelo poder político. A chamada democracia burguesa tanto pode ser a democracia conservadora como a democracia dos liberais esclarecidos. Nós, o que queremos é vincar bem que defendemos a democracia pluralista e pluripartidária - mas numa linha de socialismo reformista. Pode-se chegar à democracia burguesa com um partido conservador das direitas e liberal. E nós não queremos isso para nós, só haverá verdadeira democracia quando esta for política, económica e social.

P. - O que se quer significar exactamente com a defesa do "socialismo democrático em liberdade" que apareceu como um dos objectivos do P.P.D. nas conclusões do seu I Congresso?

R. - Lutar por uma sociedade em que o socialismo, ou seja, a igualdade, é conseguida sem prejuízo da liberdade, mediante reformas estruturais cuja oportunidade e grau são ditados pelo povo através do sufrágio universal directo e secreto.

"INFORMAÇÃO TRANSFORMADA EM PROPAGANDA"

P. - Na segunda parte das conclusões do Congresso, no capítulo dedicado à comunicação social, entende o P.P.D. que a rádio e a televisão devem constituir-se em empresas públicas com independência política face ao Estado. Actualmente esses meios de comunicação não são independentes politicamente?

R. - Perante a alternativa - proliferação de estações emissoras de televisão ou concentração numa empresa pública, independente do Estado - optou-se pela segunda, porque pareceu que ela correspondia mais ao fim de tornar esse órgão de comunicação de massas excepcionalmente importante, independente do poder

político e de o manter ao serviço do povo com isenção política. Quando se diz isenção, em relação ao Estado, põe-se forçosamente isenção em relação ao governo. A televisão como empresa pública não está adstrita a fazer uma política do governo como não deve estar qualquer meio de informação. Já tivemos, logo a seguir a 1926 - e suportámo-la durante largas dezenas de anos - a experiência do que é uma informação transformada em propaganda; em lugar de se procurar atingir a inteligência das pessoas e difundir a verdade dos factos, o que se fez foi uma montagem de toda uma máquina de propaganda destinada a obter de qualquer modo a adesão emocional das massas.

Isso é a antítese da informação e é aquilo que se tem de evitar. E a melhor forma de o evitar é ter uma televisão ao serviço do povo. É necessário constituir uma empresa pública independente do Estado, possivelmente até, submetida ao Parlamento ou a uma comissão parlamentar. A solução preconizada evitará também a submissão da TV e rádio ao poder económico.

P. - E evita-se assim uma "guerra de partidos"?

R. - Se estivesse submetida a uma comissão parlamentar com representantes de todos os partidos poderia obter-se uma gestão equilibrada. O sistema alemão é também qualquer coisa desse tipo.

TEMOS RAZÕES DE QUEIXA

P. - É verdade que os meios de informação têm "segregado", como se afirma, o P.P.D.?

R. - Temos tido algumas razões de queixa de certos órgãos de informação pelo desfavor com que têm tratado quer os nossos comunicados quer o relato das nossas sessões e, de um modo geral, os acontecimentos que se referem ao nosso partido. E muitas vezes temos protestado junto desses órgãos de informação.

P. - No capítulo da política social o Congresso entendeu sublinhar a necessidade da "socialização da medicina". Não foi mais um "chavão"?

R. - Nas conclusões figura, efectivamente, essa expressão. É evidente que é uma expressão simplista que não diz tudo quanto ao conteúdo programático das ideias do partido acerca do sector médico. Uma medicina socializada, como qualquer profissão socializada, só é possível numa sociedade integralmente socialista. O programa do partido deverá acentuar a socialização dos serviços médicos mais do que da profissão médica. Ou seja: o fim que se quer atingir é dar a cada pessoa a possibilidade de beneficiar de um serviço médico eficiente, que corresponda às suas necessidades e que visa conseguir o estado de bem-estar geral que é a saúde. Daí que se defenda a criação de um Serviço Nacional de Saúde acessível a todos os portugueses.

A NACIONALIZAÇÃO NÃO DEPENDE APENAS DAS IDEIAS POLÍTICAS

P. - No capítulo da política económica preconiza-se a socialização dos meios de produção? Quais?

R. - Tratando-se de um programa de princípios não teria lugar qualquer catalogação dos meios de produção e dos sectores eventualmente a nacionalizar. De resto, a nacionalização não depende apenas das ideias políticas, ou dos princípios programáticos; depende também das situações concretas em que o País se encontra em dado momento. Há partidos que defendem as nacionalizações integrais, a apropriação colectiva de todos os meios de produção, e que vão escalonadamente procedendo e até diferindo bastante as nacionalizações, precisamente pela situação económico-política em que o País se encontra. As indústrias mais ligadas aos recursos naturais e à energia, são aquelas em que se terá de fazer um controlo mais apertado do poder político, que pode ir até à nacionalização ou ficar por outros meios que a dispensem. Também o crédito tem de ser evidentemente controlado e disciplinado com rigor.

1.1.24. Discurso no Comício de Viseu - 21/12/74

Meus Amigos:

Em vós saúdo calorosamente os militantes do nosso partido e toda a população do distrito.

Este é o segundo grande comício que nele se realiza.

Primeiro em Tondela, com a presença do ministro Magalhães Mota, hoje aqui no entusiasmo caloroso que aos milhares expressamos, é o reconhecimento da acção ardorosa dos militantes de Viseu e da Beira que acima de tudo celebramos.

De um pequeno grupo inicial nasceu o partido de milhares de aderentes que hoje somos neste distrito e em todo o país.

Viseu é exemplo dos resultados da acção militante que tem difundido entusiasticamente em todo o país a social-democracia.

Lutando por uma democracia estável em Portugal, assente na Liberdade, na Igualdade e na Solidariedade, em poucos meses implantámos o nosso partido em todo o território, com adesão maciça de todas as classes e dos trabalhadores em especial.

Realizámos democraticamente o nosso Congresso. Fixámo-nos uma orgânica, elegemos os responsáveis nacionais, acordámos num Programa, preparamo-nos para o momento alto da democracia que são as eleições.

Temos uma orgânica assente no consenso das bases.

A todos nos cabe activá-la agindo com o partido jovem mas já adulto que somos.

Isto implica que toda a nossa actividade assenta na acção das bases regionais e socioprofissionais; não provém do dirigismo da cúpula, mas da crença activa dos núcleos.

Sempre, repito, o nosso partido foi sobretudo construído pela dedicação dos militantes locais. Mas inicialmente a expansão era naturalmente enquadrada pelos órgãos centrais provisórios.

Hoje, depois do Congresso, é pelos órgãos locais que hão-de ser enquadradas as actividades dos militantes, sem prejuízo da competência própria dos órgãos nacionais.

Temos uma orgânica descentralizada, como partido social-democrata que somos.

Mas só depois das eleições para os órgãos concelhios e distritais do Partido estaremos aptos a tirar pleno proveito dessa orgânica. Por isso elas são complemento urgente e essencial do Congresso; marcarão, a nível regional, a maioria e a força que no Congresso plena e democraticamente demonstrámos.

Queremos, para o partido, aquilo mesmo que defendemos para o País: uma ampla descentralização regional, assente em poderes eficazes dos órgãos locais, eleitos e fiscalizados pelos cidadãos.

Lutamos por eleições municipais e nas freguesias logo após a conclusão do recenseamento.

Vamos entretanto realizando as nossas próprias eleições internas a todos os níveis.

A expansão regional está feita. A equipa dela especialmente encarregada concluiu a sua tarefa com a dedicação e competência que todos no partido têm demonstrado, com simplicidade que não consente elogios nem ataques pessoais ou sectoriais. A nova orgânica do partido impõe a simples coordenação das actividades regionais, enquadradas pelos órgãos locais.

Amigos e Companheiros:

Temos um Programa, que aqui foi impresso e aqui pela primeira vez aparece a público.

Ele consubstancia a nossa posição social-democrata; aponta o caminho que perfilhemos para a democracia portuguesa; é a base da nossa acção; constitui a expressão da nossa sinceridade política.

Acreditamos e provaremos que a social-democracia é possível e desejável em Portugal.

Estamos certos de que ela é o meio próprio para construirmos, para nós e para os vindouros, uma sociedade nova, livre e justa.

Em que não mais seja possível o domínio de alguns sobre todo um Povo.

Em que não mais seja possível que poucos tenham quase tudo e quase todos nada.

Em que não mais seja possível que os Portugueses sejam explorados e tenham de sair da sua Pátria para se sustentarem a si e às suas famílias.

Reencontrada a liberdade graças às Forças Armadas, lutamos para que ela seja instrumento de igualdade e de justiça na solidariedade de todos.

O Homem é nossa medida, nossa regra absoluta, nosso início e nossa meta.

Sem absoluto respeito por ele não há, não pode haver, democracia verdadeira.

Defendemos a propriedade privada na medida em que o impõe o respeito da pessoa. Em nome da mesma pessoa combatemos os abusos da propriedade, a concentração da riqueza, o domínio do poder económico.

Não aceitamos o domínio capitalista e rejeitamos a ditadura dos burocratas porque exigimos que tudo se subordine à plena realização do homem, com integral respeito da sua personalidade.

Não há eficácia, não há progresso, não há ideologia, não há revolução que justifique atentado à personalidade humana.

Há séculos disso nos deu Viseu um alto exemplo.

Estávamos em Dezembro, como hoje.

Era o ano de 1391.

D. João I reuniu aqui as Cortes.

Desde a peste de 1348 que faltavam braços para o trabalho dos campos.

A eficácia da produção necessária queria amarrar os homens às terras, exigia que ao amanho delas eles se escravizassem.

Não, respondem o Rei e as Cortes: Que pela força se não ponham homens onde eles não querem trabalhar e que a todos se pague salário justo.

O nosso Programa é claro.

Rejeitamos o capitalismo e o colectivismo.

A nossa proposta social-democrata é a adequada à realidade portuguesa, da qual parte e que tem em conta.

Queremos transformá-la rapidamente, mas sempre de harmonia com a vontade do Povo; ao seu serviço está o Programa que queremos ver realizado com a participação consciente dos portugueses.

"Nunca devemos conduzir os homens sem que os homens dêem por isso", ensinava António Sérgio nos seus Ensaios, acrescentando: "Esta atitude é o mundo do desprezo; é tratá-los como inconscientes, como coisas e não como pessoas. O maior crime, para o democrata, é o de considerar os outros como meios e não como fins".

A social-democracia implica, antes de mais, uma filosofia de como mudar as coisas sem violência, de um modo racional e plenamente humano.

Negar a sua possibilidade em Portugal é miopia de quem, cego pelo falso deslumbramento de modelos estrangeiros mais ou menos revolucionários, não vê que a social-democracia é, comprovadamente, caminho autêntico, e até agora único duradouro, de socialismo democrático e personalista, preocupado acima de tudo

com a realização do homem e por isso permanentemente activo na reforma das instituições e das estruturas.

Não há atraso, não há subdesenvolvimento que a desaconselhe. Podem as suas formas variar, mas a ideia fundamental de realizar na liberdade e na solidariedade a justiça social, permanece válida para qualquer povo.

"Quando na Suécia, em 1891" - é Olof Palme quem o diz -, "a social-democracia quis experimentar o caminho pacífico do direito ao voto, não era para garantir a perfeição e a estabilidade do sistema. Era para alterar o sistema, com a ajuda activa do povo e para eliminar a pobreza das massas, o desemprego e os defeitos insuportáveis que caracterizavam a sociedade daquela época. Para chegar a este objectivo o movimento do povo e a organização tornaram-se um instrumento indispensável. A solidariedade, a união na base de um conceito comum da sociedade, era uma condição para a alteração. Assim a democracia tomou vida e o empenho tomou uma orientação."

Meus amigos:

Estas palavras do dirigente social-democrata sueco colocam-nos no âmbito do tema eleitoral.

A primeira luta dos sociais-democratas suecos foi pelo sufrágio universal. Entre nós o recenseamento que decorre é já prova exuberante de que o povo quer votar: no dia 15 deste mês, decorridos seis dias apenas sobre o início das operações, estavam inscritos 2 198 800 eleitores, mais, portanto, do que todo o eleitorado de 1973; e em sete distritos haviam-se já recenseado mais de metade da totalidade dos eleitores previstos.

Contra aqueles que velada ou abertamente pretendem o adiamento das eleições, contra os que viam com pessimismo alarmista a realização do recenseamento, o Povo, acorrendo a recensear-se, mostrou o seu civismo e o desejo de votar, a sua ânsia de democracia.

Cabe-nos, como Partido com especiais responsabilidades nacionais, continuar a dar às operações de inscrição dos eleitores toda a nossa colaboração e apoio.

A nossa forte implantação neste distrito implica redobrada responsabilidade. Dos 258 400 eleitores previstos no distrito de Viseu, em 15 de Dezembro apenas 77 570 se encontravam recenseados.

Daqui apelamos para que todos sem demora cumpram a sua obrigação e corram a recensear-se.

O Partido Popular Democrático, neste como em todos os distritos, dará para tanto o seu apoio, actuando com rigorosa isenção com o único fim de contribuir para que o recenseamento seja o mais completo e exacto possível.

Isso se tem de exigir sempre de todos quantos colaboram na inscrição dos eleitores: ela não pode ser nunca ocasião ou pretexto de propaganda partidária, como nalguns casos tem infelizmente acontecido. Para nenhum partido ou

movimento a participação no recenseamento pode transformar-se em campanha eleitoral.

Votar é indispensável, mas não de qualquer maneira.

As eleições em si, bem como a sua preparação, pressupõem e exigem respeito pelas liberdades fundamentais e actuação estritamente legal.

Uma das insubstituíveis características do 25 de Abril é a da legalidade plenamente querida e aceite pelos revolucionários.

Usada legitimamente a força libertadora para derrubar a ilegítima força opressora, as Forças Armadas timbraram em agir dentro da ordem constitucional e legal corrigida.

Os órgãos de poder foram adaptados à situação pré-democrática em que nos encontramos e ao Governo confiado, transitoriamente, o poder legislativo.

Mas nunca se defendeu nem defende a legalidade revolucionária em que os actos se justificam porque o seu autor detém a força e é o único juiz do seu uso.

A regra claramente adoptada no Programa do M.F.A. é a do escrupuloso respeito pelas leis vigentes.

Assim foi e assim tem de ser para que a democracia possa institucionalizar-se, pese embora a todos quantos se querem transformar em juizes revolucionários.

Julgar e condenar, aplicando a lei, é tarefa que só aos tribunais incumbe. E os juizes portugueses têm sabido manter a soberania do poder que exercem imune a pressões demagógicas de forças que usurpam o nome e o peso do Povo.

O respeito pela legalidade fiscalizada pelos tribunais é garantia imprescindível da autenticidade das eleições, primeiro passo para a existência de um poder civil legítimo, sem o qual não há democracia.

Para ela não pode tão-pouco caminhar-se sem o integral respeito dos direitos e liberdades fundamentais do homem: sabemos, por experiência que não queremos repetir, que sem liberdade de expressão, de reunião e de associação, que sem imprensa, rádio e televisão livres e sérias as eleições são um logro.

Liberdades sem justiça social tornam-se prerrogativa democrática de poucos apenas.

Mas igualdade sem liberdade é fardo desumano que só pela força se impõe e perdura.

A democracia mede-se pelo grau de poder que couber ao Povo, expresso antes de mais por eleições livres.

Dentro de pouco mais de três meses, vão realizar-se as eleições que o M.F.A. prometeu ao Povo Português e cuja realização considerou mais que uma vez constituir um ponto de honra do seu Programa.

Na democracia pluralista nele expressa é ao sufrágio, é ao voto directo e secreto que cabe a última palavra nas decisões colectivas.

Não são minorias de auto-iluminados, não é a força das armas, não são organizações mais ou menos progressistas, não são chefes carismáticos, mas sim o Povo, cada um de nós na hora da verdade, isto é, na hora em que vota, quem decide dos destinos que a todos interessam. As eleições continuam a ser o único processo de revelação da vontade política do Povo, do exercício do poder que lhe cabe.

O Povo não esgota o seu poder na eleição, mas sem eleições livres não há democracia.

E só há eleições livres se disputadas por diferentes partidos, em efectiva igualdade de condições e com liberdade para todos os candidatos, para os militantes e para todos os cidadãos.

Para isso é necessário que as eleições decorram num clima de normalidade; por isso não poderá haver coacções, nem manipulações; não poderá haver, como infelizmente ainda há hoje, domínio dos órgãos de informação por um ou mais partidos. Todos os órgãos de informação, desde que não sejam propriedade de determinado partido, a todos têm de estar abertos.

Nessa matéria são inúmeras as nossas razões de queixa.

Muitos dos comunicados não são publicados; notícias que nos dizem respeito são escandalosamente minimizadas; comícios que temos efectuado não são sequer noticiados; conferências de imprensa houve a que a televisão não compareceu.

O P.P.D., que não é um partido plutocrático, que não tem dinheiro para pagar "notícias", que não dispõe de jornais, vê assim fortemente limitados os seus meios de acção.

Não podemos admitir que numa campanha eleitoral esse sistema persista. Campanha e eleições só serão livres se nos órgãos de comunicação social se restabelecer aquele equilíbrio mínimo, sem o qual não pode haver democracia; se sempre e em tudo for respeitada a liberdade de expressão e assegurada igualdade de tratamento.

O Povo Português merece eleições democráticas, eleições vivas, eleições disputadas com todo o entusiasmo, com toda a coragem e ousadia. Mas o Povo Português dispensa bem os ataques pessoais, as calúnias partidárias, os caciquismos, as manipulações que infelizmente caracterizam ou têm caracterizado certos processos eleitorais e a actuação de algumas organizações políticas.

Um último ponto, mas não o menos importante, é o problema, já várias vezes aflorado, da participação do Movimento das Forças Armadas na Assembleia Constituinte. A nossa posição já foi também a este respeito várias vezes afirmada. Desde que se pôs a questão, temos feito sentir a incongruência que seria, numa Assembleia Constituinte electiva, haver deputados não eleitos. Mais do que uma vez salientámos que, prevendo o Programa do Movimento das Forças Armadas a

eleição de uma Assembleia Constituinte até um ano após a revolução do 25 de Abril, não se compreende que quem quer que seja, por maior legitimidade que tenha - e o M.F.A. tem-na - venha a pretender ocupar um lugar por direito próprio, nessa mesma Assembleia.

O ponto essencial é este - e é também uma questão fundamental de princípios para o P.P.D. Toda a originalidade do actual processo democrático em Portugal, consiste em o Movimento das Forças Armadas não ter feito a revolução para instaurar em Portugal uma ditadura militar, com todas as características que uma ditadura comporta, mesmo quando progressista, mas sim para restituir a voz ao povo, para instaurar a democracia. Ora não há democracias militares. Ninguém, por maior que seja a sua glória, se pode substituir ao povo. Ninguém pode invocar uma legitimidade revolucionária para a substituir à legitimidade democrática.

Daqui não resulta, evidentemente, uma minimização do papel das Forças Armadas no processo de democratização que vai continuar ainda para além da eleição da Assembleia Constituinte. É preciso que isso fique igualmente bem claro: é também porque respeitamos profundamente as Forças Armadas; é porque lhes estamos reconhecidos pelas imensas perspectivas de democratização que abriram para o País; é porque estamos certos de que o M.F.A. já ocupa um lugar na História, que pretendemos que ele não vá ocupar um lugar mais ou menos partidário em São Bento.

O processo constituinte não se reduz ao Parlamento. E o processo político no nosso País também não se vai reduzir à elaboração da Constituição.

O essencial estará numa clara afirmação do princípio democrático; e, por outro lado, na ideia de que as Forças Armadas serão garante da democracia que a Constituição vai institucionalizar, tal como o Programa do M.F.A. prevê.

Há quem tema o resultado do voto.

Mas temer o resultado das eleições é duvidar do Povo Português.

O Povo Português não é reaccionário.

É um Povo democrático, pleno de bom senso e de moderação, que quer viver em liberdade, em dignidade, em tolerância. É um Povo que tem direito a viver em democracia. É um Povo que tem direito a viver como os seus irmãos da Europa.

O Povo Português quer a democracia e há-de tê-la graças a si próprio, em união com as Forças Armadas, o Presidente da República e o Governo Provisório.

Viva Portugal!

1.1.25. Entrevista a "A Capital" - 21/1/75

- No seu Congresso, o P.P.D. escolheu uma linha de orientação mais à esquerda da seguida anteriormente, visando com clareza a social-democracia. Se tal tivesse sucedido quando o Dr. Sá Carneiro fazia parte do Governo Provisório traduzir-se-

ia numa actuação sua diferente da que desenvolveu, por se sentir mandatado pelo partido para o fazer?

- A orientação programática perfilhada pelo congresso não envolveu inflexão à esquerda. Apenas explicitou melhor e desenvolveu a orientação inicial, que sempre foi social-democrata. O programa contem-se totalmente dentro das linhas programáticas, de resto de acordo com decisão soberana do Congresso.

Não tendo havido alteração de princípios, a minha actuação antes e depois do congresso seria, nesse aspecto, perfeitamente idêntica, pois sempre me identifiquei com a linha social-democrata perfilhada desde o início. Durante a minha permanência no governo foi ela que presidiu sempre à actuação que desenvolvi, e que tenho pela mais conforme aos interesses do Povo português.

Sempre me pareceu que, além da adopção de medidas imediatas para melhoria das condições de vida da grande maioria dos portugueses e para a redistribuição da riqueza produzida, uma das tarefas principais do Governo Provisório consiste na criação de condições que permitam ao Povo escolher, através de eleições livres, os caminhos que quer seguir na construção de uma sociedade nova.

É evidente que o Congresso reforçou a autoridade de quem actua em nome do partido, que nele foi verdadeiramente criado pelas bases, no seguimento da iniciativa dos promotores.

- A saída do Prof. Palma Carlos, conhecida em meios políticos da esquerda por "golpe Palma Carlos", não está completamente esclarecida, pelo menos em todos os seus pontos. Pode explicar em pormenor por que motivo abandonou o governo na mesma altura?

- Como já há meses expliquei, abandonei o governo por o meu partido ter entendido, na altura, ser muito mais útil ao País e ao P.P.D., então na fase inicial de implantação, o meu trabalho no partido. Tanto mais que o trabalho no governo era absorvente e que eu seria incapaz de aproveitar a circunstância de estar no governo para, à custa disso, projectar o meu partido.

Fui convidado a fazer parte do novo governo e participei nas conversações que levaram à sua formação, como secretário-geral do P.P.D.. O ministro Magalhães Mota continuou a assegurar a presença do P.P.D. na coligação governamental que, aliás, nunca foi de forma alguma posta em causa.

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NÃO SE IMPÕE

- Consideram políticos de esquerda que a social-democracia é impossível em Portugal, dado tratar-se de um país subdesenvolvido. Consideram outros que, além de impossível, é indesejável, pois manteria o sistema capitalista. Consideram muitos que as forças de esquerda poderão travar até uma social-democracia que se impusesse por via eleitoral. Pode comentar estas considerações? O Congresso do P.P.D. definiu como objectivo último o socialismo, mas por via da social-democracia. Em que se baseia para considerar possível uma via desse tipo?

- Devo dizer, em primeiro lugar, que, como democrata, respeito as considerações que se queiram fazer sobre a impossibilidade ou não desejabilidade da social-democracia, pois a liberdade de expressão, que defendo, consiste precisamente na possibilidade de cada um ter as opiniões que entender. É evidente, contudo, que a minha análise é outra, pois se assim não fosse não seria social-democrata nem teria participado na fundação do P.P.D.

No entanto, será o Povo que democraticamente exprimirá a sua vontade, escolhendo o caminho que quererá trilhar.

A social-democracia é possível em Portugal, pois é um caminho realista, que parte da situação concreta de cada país, de acordo com grandes linhas gerais mas sem submissão a dogmas. A social-democracia foi possível em vários países europeus, que, ao iniciarem essa via, não eram ricos, nem desenvolvidos, nem industrializados como são hoje. Veja-se por exemplo o caso da Noruega e da Dinamarca que eram respectivamente, países de pescadores e de pequenos agricultores, os quais constituíram a clientela dos partidos sociais-democratas. Pense-se mesmo no caso da Suécia, que tinha milhares de desempregados quando, em 1932, os sociais-democratas foram escolhidos para formar governo. A capitação do P.N.B. sueco era, nesse ano, e feitas as devidas correcções do valor da moeda, por sinal, sensivelmente igual à actual capitação portuguesa (cerca de trinta contos por habitante, por ano). Nos outros países citados e ainda na Áustria era muito inferior. A utilização de outros indicadores levar-nos-ia a conclusões semelhantes.

A afirmação de que a social-democracia só é possível em países industrializados parte, pois, de dois dados absolutamente falsos: que o caminho da social-democracia portuguesa será uma cópia ou transposição da seguida noutros países - sem ter em conta as diferenças de lugar e de tempo; que o facto de os países governados por sociais-democratas serem hoje industrializados implique que já o fossem quando os sociais-democratas tomaram o poder.

A comparação entre a situação de um país que pode agora começar o seu caminho próprio e outros que, em circunstâncias diversas, há muito iniciaram o seu, não passa de uma arbitrariedade.

A social-democracia é desejável para Portugal pois é, até hoje, a única via experimentada na Europa que tem conseguido caminhar para a igualdade sem violação da liberdade. A social-democracia não mantém o sistema capitalista, antes se pode definir como um sistema misto, de transição, em que coexistem: democracia política, pois a população, através do sufrágio universal e das suas formas de organização, detém e controla o aparelho de Estado, e assegura o respeito pela pessoa, suas garantias e direitos fundamentais; democracia económica, pois, além do sector nacionalizado que abrange parte do aparelho produtivo, existe um amplo sector cooperativo, em que o lucro capitalista foi substituído pelos valores da solidariedade e da interajuda; democracia social e cultural avançadíssima, registando-se, além de índices de bem-estar dos mais elevados do mundo, a generalização do acesso à saúde, à segurança social, à habitação, ao ensino e à cultura, etc.

A crítica que se faz às sociais-democracias de ainda não terem realizado a passagem completa para o socialismo não pode ser dirigida aos partidos sociais-democratas, uma vez que eles se limitam a respeitar, democraticamente, a vontade da população. O objectivo final que prosseguem - a sociedade socialista em liberdade - será atingido quando e da forma que as populações livremente decidirem. O socialismo democrático não se impõe, constrói-se a partir do dia-a-dia.

Aliás faço notar que não é correcta a comparação que muitas vezes se faz entre as experiências sociais-democráticas concretas e modelos teóricos do socialismo. A comparação tem de ser feita a partir das experiências históricas; e estas demonstram que em nenhum caso uma sociedade socialista em liberdade se alcançou por via diferente da social-democracia. Pelo contrário, a análise das restantes experiências pode levar-nos a qualificá-las de socialismo autoritário ou totalitário, ou mesmo de capitalismo de Estado.

Finalmente, julgo que outras forças de esquerda, ideologicamente divergentes das nossas posições, não poderiam travar uma social-democracia escolhida pelo Povo em eleições sem pôr em causa, não só a própria democracia que dizem defender, como, e mais grave que isso, os interesses do Povo português, que o nosso programa claramente defende, impondo-lhe outra linha que ele não teria desejado.

OS TRABALHADORES NÃO SÃO MONOPÓLIO DE NINGUÉM

- Pode traçar o perfil sociológico do P.P.D.?

- Tal como sucede, na actualidade, com a generalidade dos partidos sociais-democratas europeus, o P.P.D. é um partido que abrange todas as camadas da população trabalhadora. Trabalhadores dos mais variados sectores, operários, camponeses, assalariados ou pequenos proprietários, empregados no sector terciário, pequenos comerciantes, funcionários públicos, têm constituído, muitas vezes espontaneamente, núcleos do P.P.D. A eles se juntam quadros médicos, profissionais liberais e estudantes. Haverá ainda disparidades regionais na composição dos diversos núcleos, quer por força das características da população dominante na respectiva zona, quer pela impossibilidade de implantação simultânea e ao mesmo ritmo em todos os pontos do País.

Apesar de tudo isto, não pretendemos ser o partido dos trabalhadores, pois entendemos que os trabalhadores não são monopólio de ninguém, e que lhes compete escolher livremente de entre os partidos, de acordo com os programas respectivos.

- O propósito, já expresso, de concorrer isolado às eleições, não terá o inconveniente de isolar o P.P.D. relativamente a outras forças políticas?

- Com o sistema eleitoral proporcional que foi consagrado na lei eleitoral, o problema põe-se mais quanto aos eventuais entendimentos pós-eleitorais do que às frentes eleitoralistas que diminuem a possibilidade de o povo escolher livremente entre as opções que se lhe podem e devem oferecer.

O P.P.D., como único partido social-democrata, deve oferecer à escolha popular a via que defende, para que os seus grandes princípios venham a ser consagrados

na Constituição. Isto não implica que o P.P.D. não se esforce por desdramatizar as eleições, evitar as violências e estabelecer plataformas de entendimento sobre as grandes linhas a consagrar na Constituição.

"CONTRATO DE LEGISLATURA" ENTRE MAIORIA PARLAMENTAR E GOVERNO

- O que entende por "parlamentarismo racionalizado", propugnado nas conclusões do Congresso do P.P.D.?

- Por "parlamentarismo racionalizado" entendo um sistema de governo parlamentar em que se tentam eliminar os inconvenientes suscitados na prática do parlamentarismo puro em certos países - como Portugal na I República - mediante a definição de certas regras destinadas a conferir estabilidade ao governo e a dar a última palavra ao Povo, em caso de conflito entre o governo e o parlamento; regras essas destinadas, portanto, a racionalizar as relações entre aqueles dois órgãos.

Para o P.P.D., o parlamento deve ser o centro da vida política, e o governo, para subsistir no poder, deve ter a confiança do parlamento. Mas é necessário estabelecer entre a maioria parlamentar e o governo um contrato de legislatura, que compreenda um programa definido de governo, de tal forma que este possa planificar a sua política a prazo - em princípio, pelos 4 ou 5 anos da legislatura - para poder resolver os graves problemas postos ao País.

Por outro lado, entendemos que o presidente da República - eleito por sufrágio universal, como foi sempre preconizado pela Oposição Democrática em Portugal, e como foi proposto em 1971 no nosso projecto de revisão constitucional - deve ter a faculdade de, em caso de o governo ser derrubado pelo parlamento - o que significa rotura do contrato de legislatura - dissolver a Assembleia e provocar eleições gerais.

UNICIDADE É ATENTADO À LIBERDADE

- Em entrevista concedida a um semanário afirmou o Dr. Sá Carneiro que o "nosso povo já não precisa nem de vanguardas que o conduzam nem de unidades impostas que lhe limitem a escolha". Não lhe parece que essa afirmação põe em causa os partidos políticos, incluindo o P.P.D.?

- É evidente que não. Os partidos políticos, tal como eu os entendo, devem ser verdadeira expressão da vontade popular, livre e democraticamente exercida no seio dos próprios partidos. Rejeito totalmente a ideia do partido de elite, condutor de massas pouco esclarecidas ou manipuladas. O P.P.D, aliás, nunca se arvorou em vanguarda de quem quer que seja, e o próprio programa foi elaborado a partir das bases. Quanto à unidade imposta, chama-se unicidade e é um atentado à liberdade. A verdadeira unidade é a unidade na liberdade e na diversidade, forjada na acção comum e que se baseia em opções decorrentes do exercício pleno das liberdades fundamentais.

- Pode expor a posição do seu partido relativamente à organização sindical? A consagração da unidade sindical será tão importante que leve o P.P.D. a encarar a hipótese de se retirar da coligação governamental?

- A posição do P.P.D. relativamente à organização sindical está bem expressa no nosso programa e pode resumir-se do seguinte modo: defendemos um sindicalismo forte, pois a força é condição de eficácia; por isso privilegiamos os sindicatos por ramo de actividade, e não os sindicatos de profissão; defendemos um sindicalismo de base em que sejam os trabalhadores a decidir a todos os níveis, a escolher os seus dirigentes e a fiscalizar a acção das cúpulas; defendemos um sindicalismo independente do Estado, dos partidos políticos, de agrupamentos religiosos, de forças económicas ou qualquer outra tutela; defendemos um sindicalismo livre, em que o exercício da liberdade se exerça sem quaisquer limitações, desde a liberdade de constituição, de adesão, de organização e direcção internas, de união, federação e confederação até à filiação internacional; defendemos um sindicalismo de unidade, que exprima o resultado do exercício da liberdade e não da imposição da lei.

Gostaria ainda de esclarecer, mais uma vez, que o P.P.D. nunca defendeu o pluralismo sindical nem a divisão dos trabalhadores. Temos plena consciência, e afirmámo-lo em vários comunicados, de que a unidade sindical exprime, por si própria, o alto nível de consciência, de coesão e de solidariedade entre os trabalhadores, porque é baseada no exercício da vontade livre.

Acrescentaria ainda que nada adianta a consagração da unidade sindical, se essa unidade não for preservada das colonizações de partidos políticos. Ora a tradição das sociais-democracias é de verdadeira unidade na liberdade - e não de unicidade imposta por via legal -, sem qualquer espécie de colonização partidária: casos da Suécia, da Inglaterra e da Alemanha.

A imposição por via legal da unicidade sindical já mereceu inúmeros comunicados do nosso partido e é sobejamente conhecida a nossa posição. A unicidade imposta não foi escolhida por todos os trabalhadores - como divulgámos em comunicado - nem serve os interesses dos trabalhadores. As manifestações de massas, como também aí se diz, "sempre que são orquestradas, silenciosas ou ruidosas, põem sempre em causa a realidade dos processos democráticos". O P.P.D. continua e continuará a defender a unidade na liberdade, a democracia e os direitos fundamentais do homem.

Qualquer atentado grave aos direitos e às liberdades fundamentais pode levar-nos a deixar o governo. No entanto, não poderá deixar de atender-se à situação política em que nos encontramos, ao facto de se tratar de um Governo Provisório e ainda à circunstância de em breve vir a ser livremente eleita em Portugal uma Assembleia Constituinte, à qual competirá consagrar na Constituição, entre outros pontos, os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos portugueses.

- Se, por hipótese, o Dr. Sá Carneiro, como secretário-geral do P.P.D., fosse encarregado de formar governo, até onde iria nas alianças com outros partidos?

- A formação de governo tem de ter em conta o peso das forças políticas, manifestado em regime democrático através das eleições. Antes delas, ou seja na actual situação, a coligação deve abranger os partidos democráticos e progressivos, pois essa é a linha dos programas do M.F.A. e do Governo Provisório. Den-

tro disso, haveria, como é evidente, que escolher as pessoas mais aptas. Mais não posso adiantar.

ANTIFASCISTAS DE VÁRIAS GERAÇÕES ESCOLHERAM O P.P.D.

- O P.P.D. tem sido acusado de admitir uma clientela política que, na província especialmente, esteve muito ligada ao regime deposto. Que pensa dessa crítica?

- É totalmente inexacta a acusação de que o P.P.D. admita, em qualquer zona do País, uma clientela política que tenha estado muito ligada ao regime deposto. Nos termos dos estatutos do partido, os indivíduos que pertenceram a quaisquer organizações desse regime ou que tenham exercido cargos políticos, ainda que a nível local, ou tido com ele ligações de confiança política, não podem ser admitidos no partido. A fiscalização das admissões é exercida por comissões. Se, por lapso, houver alguma admissão contrária a estas normas e mal-grado esta estreita vigilância, a comissão disciplinar expulsará do partido quem indevidamente nele se infiltrar.

Aproveito para lamentar que os que lançam estas calúnias se esqueçam de referir um facto bem real: que inúmeros lutadores antifascistas de várias gerações escolheram o P.P.D. para lutarem pela construção de uma sociedade igualitária e livre. Não costumamos medir os nossos méritos por esta forma, mas devo citar, entre os mais velhos, muitos homens das campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado, quase todo o directório da Acção Democrata-Social, e, de entre os mais novos, militantes da Oposição Democrática, das Associações de Estudantes e da Acção Católica Operária, sem esquecer os numerosos lutadores anónimos, em especial os trabalhadores - os mais espezinhadados pela opressão, que para eles era policial, económica e cultural.

No que respeita aos fundadores do P.P.D., relembro que aqueles que hoje falam dos partidos constituídos depois do 25 de Abril eram os primeiros a louvar a luta desenvolvida no seio de uma assembleia hostil...

PORTUGAL E A C.E.E.

- Como aprecia as futuras relações de Portugal com a C.E.E.?

- As futuras relações de Portugal com a C. E. E. têm de ser vistas no contexto da evolução política e económica do nosso País. Portugal é um País europeu, com fortes ligações culturais e económicas com a Europa. É inegável a complementaridade de interesses, a comunidade de tradições e cultura. Basta pensar nos milhões de emigrantes portugueses que vivem na Europa, para compreender a importância das nossas relações com a C.E.E. Penso que Portugal poderá participar na construção da Europa política e económica através de uma renegociação do acordo com a Comunidade, levando, logo que possível, à adesão; todos os esforços deverão tender, por um lado, a desenvolver a economia portuguesa, actualmente muito desnivelada relativamente às economias dos países da C.E.E.; por outro, a colaborar na tarefa de colocar a C.E.E. cada vez mais ao serviço dos trabalhadores. As eleições directas para o Parlamento Europeu, previstas para 1978, representarão um caminho para a Europa dos povos e não das multinacionais, para a Europa política e não apenas económica.

Em qualquer caso, e sem prejuízo das nossas ligações com os povos do Terceiro Mundo, em especial com os países de língua portuguesa, que há que desenvolver, não podemos esquecer que Portugal não é um país do Terceiro Mundo. Também não é um país norte-americano, nem do Leste, é um país da Europa ocidental. As suas relações com a C.E.E. permitir-lhe-ão, além do mais, evitar a dependência de quaisquer superpotências que aqui quiserem estabelecer a exploração ou dominação desenfreadas.

- Como aprecia o processo de recenseamento terminado?

- Julgo que a forma como decorreu o recenseamento e o número de eleitores recenseados excederam todas as expectativas e foram as melhores respostas àquelas que afirmaram ou ainda afirmam não estar o Povo português preparado para a democracia. Ficou ainda demonstrado que o Povo quer efectivamente eleições, quer escolher por si o caminho de construção de uma nova sociedade livre, solidária e igualitária, não desejando soluções impostas por minorias pretensamente auto-iluminadas, que sobre ele exerçam coacções ou manipulações da mais diversa ordem.

Gostaria de referir um pormenor que me parece significativo: um dos hábitos generalizados durante o regime anterior, consistia em a maior parte da população apenas cumprir as suas obrigações cívicas nos últimos dias dos prazos. Desta vez aconteceu exactamente o contrário: a maior afluência ocorreu exactamente nos primeiros dias, mostrando como a prática da democracia pode alterar os hábitos da população. É que a democracia não se aprende, vive-se e constrói-se.

REFORMAS SUCESSIVAS

- Luta de classes. Colaboração de classes. Como aprecia o Dr. Sá Carneiro estes conceitos?

- Quem tenha o mínimo de conhecimentos da história da humanidade ou esteja atento ao panorama social em que vive, não pode evidentemente ignorar a luta de classes. É inegável que a divergência de interesses entre os vários grupos sociais tem conduzido uns à conquista do poder em detrimento de outros, tem conduzido à existência de exploradores e explorados e à contradição ainda hoje dominante na nossa sociedade: enquanto alguns portugueses detêm os meios de produção, a esmagadora maioria não tem, para sobreviver, senão a força do seu trabalho.

Face as estas profundas desigualdades, o P.P.D., como partido social-democrata, apresenta um projecto de transformação da sociedade, assente em reformas sucessivas, que irão alterar profunda e irreversivelmente as estruturas políticas, económicas, sociais e culturais do País. Partimos da análise da realidade portuguesa, com o conhecimento do caminho andado pelas sociais-democracias. Embora não pretendamos copiar modelos estrangeiros, sabemos que a tradição das sociais-democracias é a conquista da igualdade na liberdade, é a eliminação progressiva das contradições e desigualdades económicas, sociais e culturais que estão na origem da luta de classes.

Não desejamos seguir um modelo neocapitalista ou neoliberal - em que as contradições se agravam, e onde surge uma nova classe dominante, a tecnocratura

que, conjuntamente com os detentores do grande capital, detém o poder de decisão; não desejamos tão-pouco instaurar o socialismo por via revolucionária ou autoritária - pois também nesses casos se segrega uma nova classe burocrática, que, com argumentos teóricos, retira à população todos os meios de defesa contra o domínio de cúpula. Desejamos a instauração pacífica do socialismo na liberdade, por meio de reformas cujo ritmo e amplitude serão determinados exclusivamente pela vontade popular.

O problema da "colaboração de classes" costuma ser-nos posto quando propomos, no que toca aos trabalhadores e às empresas, a via da co-gestão. A co-gestão, para nós, não se identifica com dádivas oportunistas; pelo contrário, a co-gestão, tal como a defendemos no nosso programa, é uma conquista dos plenos direitos dos trabalhadores dentro das empresas, é uma verdadeira transferência de poder, progressiva e a partir de situações concretas. Não pretendemos criar "ilhas" ou experiências isoladas de co-gestão mas sim desencadear todo um processo de transformação das empresas em comunidades de pessoas, integrado no processo geral de transformação da sociedade portuguesas.

- Nos princípios de Dezembro, o Dr. Sá Carneiro visitou os E.U.A. e afirmou ter constituído a sua deslocação numa "viagem frutuosa". Frutuosa no sentido político ou económico?

- Afirmei que a viagem tinha sido frutuosa no sentido de que encontrámos nas pessoas com quem falámos, quer na O.N.U. quer nos E.U.A., boa receptividade e grande interesse em relação aos problemas económicos e políticos nacionais. Parece-me, como disse ao chegar, que a cooperação e o apoio da O.N.U. e dos Estados Unidos ao nosso País e à democracia portuguesa são úteis ao processo de democratização em curso, tais como os das demais nações e organizações internacionais. Portugal precisa de apoio internacional generalizado e merece-o. Esse apoio, venha de onde vier, tem de respeitar a nossa independência e uma rigorosa não ingerência nos nossos assuntos.

Foi por me parecer que na nossa visita surgiram perspectivas de assim ser que a achei frutuosa.

Por outro lado, julgo-a ainda frutuosa por ter permitido contactar núcleos de emigrantes portugueses, explicando-lhes a situação real em Portugal, e descrevendo-lhes as tarefas já desenvolvidas pelo Governo Provisório e pelo nosso partido em ordem à construção de uma verdadeira democracia pluralista.

- Pode comentar o processo de descolonização em curso?

- Neste processo, há que distinguir alguns aspectos gerais e aspectos específicos respeitantes aos diversos territórios.

Quanto aos primeiros, são de realçar: o efectivo estabelecimento da paz, a decisão histórica do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência, o desenrolar do processo em colaboração leal com os movimentos de libertação e o repúdio de todas as formas de neocolonialismo.

Quanto aos aspectos específicos, as soluções tiveram de ser procuradas em função de situações político-militares bastante diversas e, por isso, umas se revelaram menos difíceis que outras. É ainda cedo para formular juízos definitivos, mas uma coisa é certa: Portugal está agora em condições de manter relações novas, em termos de respeito mútuo, com os novos Estados de língua portuguesa, para cuja constituição deu um efectivo contributo.

Não queremos, porém, deixar de manifestar a nossa opinião quanto aos portugueses residentes em África que queiram manter a nacionalidade portuguesa: os governos dos novos Estados não deixarão certamente, na sequência dos acordos celebrados com Portugal, de lhes garantir um futuro digno. O governo português, por seu turno, deverá acolher os que escolherem a residência em Portugal, criando novos postos de trabalho, aliás dentro de uma visão ampla de uma política de pleno emprego que urge prosseguir.

INTERVENÇÃO DECIDIDA DO GOVERNO PARA DEBELAR CRISE ECONÓMICA

- Quase nove meses após o 25 de Abril, como se lhe apresenta a situação social e económica do País?

- Resumindo em poucas palavras, direi que a situação económica actual se debate com um conjunto de dificuldades e problemas, graves e reais, que aliás não derivam exclusiva nem predominantemente do 25 de Abril: assistimos à contracção dos mercados externos e às consequentes dificuldades de exportação por força da conjuntura internacional; o défice da balança comercial agravou-se e a balança de pagamentos apresenta também saldo negativo; o ritmo da inflação acelerou-se; surge o desemprego crescente: muitas empresas frágeis não conseguem subsistir; o investimento tende a desacelerar, devido à retracção do crédito, à limitação da procura e, em geral, ao clima de expectativa e incerteza perante a nova política económica do governo. No sector público, não se atingiram as metas fixadas, tendo diminuído de um modo geral a produtividade dos serviços públicos e para-públicos e tendo-se acentuado em muitos casos a desorganização administrativa. Estes problemas estão todos inter-relacionados e contribuem para criar um clima de tensão, desfavorável ao prosseguimento de medidas económicas governamentais e ao arranque da economia portuguesa.

No que respeita à situação social, também nos debatemos com uma estrutura herdada do fascismo, caracterizada por uma grande estratificação social, por um domínio de uma minoria privilegiada sobre uma maioria explorada e sem acesso à cultura, por grandes disparidades regionais, com o interior do País abandonado, as grandes cidades saturadas e inúmeros portugueses no estrangeiro; as tensões sociais tendem a agravar-se devido à situação económica e ao aumento do desemprego - que tem vindo a lançar muitos trabalhadores na insegurança, nas escassez e no receio.

Esta a situação difícil em que nos encontramos, apesar das medidas positivas que, quer no campo económico quer no social, têm sido levadas a cabo pelo Governo Provisório.

Queria ainda referir que há quem se aproveite da situação de certas camadas da população para tentar manipulá-las, abusando da sua boa-fé e empurrando-as, a coberto de slogans, a tirar partido do descontentamento que é fruto das más condições em que vivem. O que se impõe é uma intervenção decidida do Governo para melhorar essas condições. Entendemos que o Plano Económico e Social do Governo é um instrumento que serve os interesses dos mais desfavorecidos; quanto a nós, retardar a apresentação e a execução do Plano é não querer encetar o processo de melhoria geral da situação actual.

Por outro lado, os partidos têm o dever de propor, à população, através dos seus programas, as medidas concretas que tomarão para a resolução dos problemas do País e para transformar a sociedade portuguesa.

O P.P.D., como partido social-democrata, propõe aos portugueses uma democracia integral, não uma democracia formal ou burguesa, mas sim uma democracia política, económica e cultural.

1.1.26. Conferência de Imprensa - 21/1/75

"Muito obrigado pela vossa presença a demonstrar o interesse pelo nosso Partido e por aquilo que entendemos no actual momento da vida política nacional trazer ao conhecimento dos Órgãos de Informação. Agradecendo a vossa presença lamentamos a ausência da Televisão a quem foi solicitada cobertura para esta Conferência de Imprensa mas que a não deu. Infelizmente é a terceira vez que isto sucede em relação ao nosso Partido embora a Televisão tenha transmitido conferências de outros Partidos designadamente dos Partidos Comunista, Socialista e do C.D.S. De modo que a única filmada e posteriormente transmitida foi aquela que demos antes da Constituição do Partido e anunciando a intenção de o fazermos. Todas as outras não tiveram cobertura pela Televisão, o que sincera e profundamente lamentamos."

1 - Desde o 25 de Abril tem-se verificado na sociedade portuguesa um processo amplo e muito complexo de transformações de carácter fundamental.

Seria absurdo esperar de um processo concreto de transformação como aquele que estamos vivendo em Portugal uma progressão linear. Quer dizer, portanto, que lhe são inerentes perturbações circunstanciais, alterações mais ou menos pronunciadas do caminho inicialmente concebido, ajustamentos progressivos no próprio desenrolar do processo. E de todas estas categorias de fenómenos há exemplos bastantes ao longo dos nove meses já percorridos no caminho para a democratização do País.

Em todo o caso, considerando que é ainda possível encontrar nas modificações verificadas na política portuguesa uma linha de fundo que lhe dá corpo: os primeiros passos de uma via original de evolução para uma democracia progressista, pluralista e estável. E só a afirmação, cada vez mais clara, desta orientação fundamental, poderá ser a evolução real que corresponde à efectiva aplicação do Programa do M.F.A.

2 - Importa porém notar que em períodos como o presente, de profunda transição nos planos económico, político e social é frequente a complexidade dos factores em jogo e a realidade dos factos sobreporem-se, por vezes confusamente, à pureza dos princípios programáticos. Não admira, portanto - e há que encarar essa situação com serenidade e objectividade indispensáveis - que na presente conjuntura política portuguesa isso se tenha verificado.

É uma questão séria mas não adianta nada virar a cara às realidades concretas da vida política, económica e social; a posição certa é lutar pela execução correcta e ajustada dos princípios programáticos que mereceram a adesão total do Povo Português e, em especial, daqueles partidos políticos que, como o Partido Popular Democrático, assumiram o programa do M.F.A. (aliás, texto constitucional) como base principal da sua actuação. Essa execução correcta e ajustada passa, para além dos aspectos positivos de acção, pelo combate político aos desvios e às distorções introduzidas no processo de transformação da sociedade portuguesa mercê do recurso a formas mais ou menos encobertas de manipulação das massas.

3 - Todos os portugueses sabem - e sentem-no no dia-a-dia que nos encontramos ainda longe da meta apontada pelo Programa do M.F.A.: uma verdadeira democracia política, económica e social em que, por ser verdadeira, se encontrem salvaguardados os direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana. O facto é que se têm avolumado ultimamente riscos sérios para a consolidação da democracia em Portugal.

Com efeito, não se caminha para a democracia quando é possível, de forma mais ou menos discreta, organizar formas monopolistas e sensoriais de "controle" de informação; quando impunemente se podem manipular, por manobras de cúpula, organizações políticas, sindicais e estudantis, e quando se assiste repetidamente à ofensa grave às liberdades de reunião e de associação.

E a situação torna-se ainda mais preocupante ao verificar-se que forças políticas se mostram empenhadas numa escalada de tomada de posições estratégicas fundamentais, porventura enquadrada num contexto geral de conquista do poder por vias não-democráticas. O P.P.D. não aceitará nem dará cobertura a uma pseudo-democracia construída com base em manipulações de uma força única.

E não pode fazê-lo porque o que está em jogo - não podemos iludir-nos - é o futuro dos portugueses: a alternativa dramática mas real e a requerer coragem, entre, por um lado, a cedência perante forças tendentes à instauração de uma sociedade totalitária (qualquer que seja a sua coloração) e, por outro lado a construção de uma sociedade em processo dinâmico de transição para o socialismo. O Partido Popular Democrático luta por um processo global de transformação da sociedade portuguesa que se traduza num caminho progressista, pacífico, não revolucionário e, atendendo às actuais condições históricas em Portugal, necessariamente original, de construção de um socialismo democrático e humanista.

4 - Aspecto especialmente em evidência nos últimos dias é o princípio da liberdade sindical; nele estão em jogo questões fundamentais. Pela sua importância constitui parte integrante da Declaração Universal dos Direitos do Homem e, pelo

que toca à legislação constitucional portuguesa, ficou expressamente consagrada no texto do Programa do M.F.A.

A liberdade sindical, nos múltiplos aspectos de que se reveste e, de modo particularmente intenso no que respeita à rejeição da imposição legal de quaisquer unicidades pré-determinadas, é uma faceta particular das liberdades humanas fundamentais. E sobre este assunto tornado controverso - o que não deixa de ser curioso num regime que se reclama de democrático - a posição do P.P.D. é bem conhecida e bem clara: a unidade sindical, base indispensável para a luta dos trabalhadores organizados, deve ser atingida na liberdade, necessariamente inerente à acção do homem, não podendo aceitar-se que seja imposta pela lei como resultado de actuações organizadas e sistematicamente orientadas para a manipulação das massas e a conquista do poder por uma minoria, instrumentalizando os objectivos e desejos das classes trabalhadoras.

O P.P.D. denuncia, pois, todas as manobras pelas quais se pretendeu identificar o seu "não à unicidade imposta por lei" com qualquer manobra de divisão dos trabalhadores. O P.P.D. está consciente de que só a unidade dos trabalhadores os conduzirá à vitória contra a exploração, mas também sabe que a unicidade imposta por lei, como aconteceu em Portugal durante o fascismo, pode ser (e poucas dúvidas a experiência dos povos permite a este respeito) um instrumento nas mãos do Estado, de qualquer cúpula partidária ou de novas classes dirigentes para enquadrar e limitar a liberdade dos próprios trabalhadores.

5 - Não é exacto afirmar-se que o resultado da discussão pública a que foi submetido o projecto de Decreto-Lei sobre as Associardes Sindicais tenha sido a defesa da unicidade imposta pela lei. Para além da manipulação evidente por certas forças partidárias e cúpulas que não foram democraticamente eleitas pelas bases, não se pronunciou ou não foi sequer consultada a esmagadora maioria dos três milhões de trabalhadores portugueses. Além disso, nunca foi possível chegar a apurar quem se manifestou contra a unicidade imposta por lei.

Mesmo manifestações na ordem da centena de milhar de pessoas, constituam ou não formas de pressão em momentos cruciais, não podem substituir a expressão, por via efectivamente democrática, da vontade dos trabalhadores.

6 - A afirmação dos direitos fundamentais da pessoa humana e sua delimitação deve constar exclusivamente da Constituição. Em qualquer caso, nenhum direito ou liberdade fundamental pode ser posto em causa pela vontade de pseudo-maiorias ocasionais. Seria absurdo retirar ao Povo direitos como os de reunião, livre expressão de pensamento, segurança social, acesso ao ensino e à cultura.

Seria impensável que, a partir de manifestações programadas e orientadas de modo adequado para a realização de objectivos pré-determinados e propositadamente ocultados, apelando, como justificação para formas da pseudo-eleição plebiscitória, sustentadas pela força de aparelhos organizatórios, exprimindo de modo deliberadamente confuso a vontade das pessoas que constituem as sociedades humanas se esmagasse a sua dignidade; seria impensável que, a partir de todo um enquadramento deste tipo, se instituisse, em termos dramaticamente

mascarados de democracia, um regime de partido único, possivelmente encapotoado sob aspectos aparentemente inócuos de carácter pseudo-unitário.

7 - Os Direitos do Homem, tal como estão consagrados na Declaração Universal, são exactamente - e essa é a nossa convicção profunda e o sentimento da esmagadora maioria dos portugueses - a salvaguarda da pessoa contra a institucionalização de medidas ditadas quer por minorias opressoras quer por eventuais "maiorias" ocasionais, programadas e controladas.

É os Portugueses, saídos de um longo período de opressão, sabem-no completa e perfeitamente. Por isso haverá que lutar em defesa e pela construção da sua futura democracia progressiva, pluralista e estável, na certeza de que uma democracia só pode viver do querer e da vontade dos que querem construí-la e defendê-la.

Jornalista - Se, efectivamente, for aprovada a Unicidade Sindical qual é a posição do P.P.D.?

Sá Carneiro - A nossa reacção depende não só da aprovação como dos termos em que ela for feita. Ou seja: do próprio conteúdo da Lei que venha a ser aprovada e, nesse aspecto, muito pode ser ainda alterado. Só depois, portanto, é que podemos pôr em equação várias hipóteses, não rejeitando para já nenhuma delas. Ao fazê-lo temos, em todo o caso, de ter em consideração de que se trata de um Governo Provisório, de que estamos numa fase transitória de institucionalização da democracia, encontramos-nos numa fase pós-revolucionária e pré-democrática e que será à Assembleia Constituinte que caberá dizer a última palavra nesta matéria, como em relação a todos os outros direitos e liberdades fundamentais e aos princípios essenciais de que se regerá a sociedade portuguesa. Qualquer que seja a decisão o momento essencial de escolha serão as eleições, pois será através delas que o Povo poderá optar pelo modelo e pelos princípios que considerar necessários e adequados à construção da futura democracia portuguesa. Em resumo, aguardamos a decisão para vermos se será mais conveniente em face dela lutar pela democracia dentro ou fora do Governo Provisório.

Jornalista - Qual é a posição concreta do P.P.D. perante a questão sindical? Inicialmente o Partido defendia o pluralismo, agora advoga a Unidade...

Sá Carneiro - Não defendemos nem nunca defendemos o pluralismo sindical. Defendemos sim a Liberdade sindical e entendemos que a Liberdade sindical é não só imposta pelos direitos fundamentais da pessoa humana, como igualmente meio para construção da unidade dos trabalhadores. Creio que fomos dos primeiros a publicamente distinguir a Unidade da Unicidade, e a dizer que não colocamos em causa a Unidade construída pela vontade livre dos trabalhadores, rejeitando, no entanto, a Unicidade imposta por Lei; o sindicato único imposto por Lei visto que ele é contrário à Liberdade e punha em causa, como entendemos que põe, até a própria unidade dos trabalhadores. Ninguém permanece forçosamente unido em sindicatos impostos por lei, pelo contrário, entendemos que isso poderá fomentar a divisão entre os trabalhadores, o seu descontentamento e a sensação de que não se sentem representados por sua livre escolha.

Temos visto que onde há liberdade sindical não há, necessariamente, sindicatos fracos, pelo contrário. Consagrada a Liberdade é aos trabalhadores que compete escolher,, para serem devidamente representados e defendidos em sindicatos unidos como acontece na Inglaterra ou em mais que um sindicato ou centrais sindicais como acontece em quase todos os países da Europa Livre. O exemplo internacional é bem concludente quanto às consequências da Liberdade para defesa dos interesses dos trabalhadores. Uma vez ela garantida eles têm sabido usar dela para defesa da sua situação e para progredirem, como têm progredido, na conquista de uma situação melhor.

Jornalista - O P.P.D. colocou-se numa posição contrária à manifestação convocada pela Intersindical, manifestação que teve o apoio do M.F.A. Quer isto dizer que o P.P.D. está em oposição ao M.F.A. neste ponto?

Sá Carneiro - Concretamente, quanto à manifestação promovida pela Intersindical, posso dizer que condenamos qualquer tipo de manifestações como meios de pressão e, sobretudo, como meios de plebiscito.

Durante muitos anos de ditadura aprendemos que as manifestações mais ou menos organizadas, mais ou menos espontâneas, mais ou menos ruidosas, podem ser uma forma de desvirtuar a liberdade do povo que é, fundamentalmente, exercida através do voto.

Nunca durante os anos de ditadura foi possível votar livremente ou fazer livremente um plebiscito mas, frequentemente, foi afirmado com base em manifestações mais ou menos amplas que o Povo tinha escolhido, que o Povo tinha decidido, que o Povo tinha optado. Isso, concretamente, a propósito de um problema tão trágico, tão dramático, como a guerra do Ultramar. É esse tipo de manifestações e de princípios que nós não aceitamos, como não aceitamos que se invoque a opinião daqueles que se não exprimem, como adesão a uma proposta. Também aí o que se passou no plebiscito para a aprovação da Constituição de 1933 é, como exemplo, concludente. Foram então contadas algumas abstenções como votos favoráveis a esse falso plebiscito e o que importa nesta matéria de liberdade sindical, como em todas as outras, é contar com a expressão real e concreta da vontade das pessoas não com a aparente manifestação da vontade de massas mais ou menos organizadas, ou mais ou menos numerosas. Importava e importa esclarecer, quem se pronunciou, como se pronunciou e quantos se pronunciaram. Isso não está feito em relação à liberdade sindical e é isso que importa esclarecer sem prejuízo de ter em conta que mesmo a vontade das maiorias não pode pôr em causa as liberdades da pessoa. Quanto ao último aspecto da sua pergunta, saber se estamos em oposição ao M.F.A. - discordamos de posições concretas tomadas por organizações políticas, por órgãos de soberania e especialmente por órgãos do M.F.A., sem que essa discordância e oposição em relação a uma decisão concreta implique oposição ao Movimento como tal.

Jornalista - Nesse caso eu desejava perguntar ao Dr. Sá Carneiro se as hipóteses que referiu há pouco, as quais são várias e nenhuma delas é de excluir, terão cabimento num futuro próximo, desde que essa vontade dos trabalhadores seja manifestada.

Sá Carneiro - Se, realmente se enveredou pelo caminho da consulta, todos os trabalhadores deveriam ser ouvidos, como disse o Alfredo Morgado, através de voto secreto. Depois, esta Lei transitória seria elaborada de acordo com a vontade dos trabalhadores, ficando a decisão definitiva para a Assembleia Constituinte. Foi esse o sentido das palavras do Alfredo Morgado. Entendemos que essa consulta devia ser feita e há que fazê-la. Se não for feita, como até agora não foi e o Governo resolver sem a concretizar, tudo depende, em princípio, do conteúdo da Lei que venha a ser aprovada.

Jornalista - Tenho a impressão de que o P.P.D. está pretendendo um plebiscito. O que é que é preciso fazer para que o P.P.D. não prescindindo dos seus preceitos aceite que a vontade dos trabalhadores foi manifestada? Pretende-se que todos os trabalhadores se manifestem? Será isso possível?

Sá Carneiro - Não sei... Porque é que não há-de ser possível? Havia dois métodos: ou o Governo legislava como fez praticamente em todos os outros casos com excepção da Lei de Imprensa sem consulta às pessoas, ou optava pela consulta. No caso da Lei Sindical optou-se pela consulta não apenas aos trabalhadores mas a todas as forças sociais e políticas. Sendo a Unicidade, para nós, contrária aos princípios da Liberdade, podendo portanto ser admitida a título excepcional e transitório, ela teria de ser baseada na expressão da vontade dos trabalhadores. E era possível auscultar essa vontade não só através de Sindicatos que ainda vêm do regime anterior, os quais como frisou o ministro Magalhães Mota se pronunciaram em condições deficientes, mais que deficientes, como também indo para assembleias de trabalhadores colhendo aí o seu voto. Isto não tem nada de impossível, parece-me...

Jornalista - Eu regresso a uma pergunta feita por um camarada e que priva daquilo que parece ser uma crise política já em curso e que pode ter consequências de qualquer modo imprevisíveis. O facto é que o Movimento das Forças Armadas, quer através do Conselho Superior, quer através das várias Assembleias de Delegados, venceu já o seu apoio ao princípio da Unicidade. Por outro lado o Partido Popular Democrático e de certo modo o Partido Socialista deixam entender que em determinadas condições poderão deixar o Governo. Pergunto: se isso sucedesse e se o Movimento das Forças Armadas encarar a possibilidade da constituição de um Governo militar - é uma das hipóteses - o P.P.D. considerava que a partir daí haveria pelo menos uma reserva de apoio ao chamado processo de democratização e, se por outro lado, o último comunicado do P.P.D. quando fala da necessidade de se cumprir o Programa do M.F.A. considera que da parte do M.F.A. existe um desvio ao cumprimento desse mesmo Programa?

Sá Carneiro - A primeira pergunta assenta numa possibilidade de Governo exclusivamente militar. A nossa posição é de que continuaríamos a lutar pela democracia, pela sua concretização, pela realização de eleições cujo prazo se aproxima. Não abdicaríamos, portanto, da luta democrática embora ela pudesse fazer-se em condições mais ou menos favoráveis, tudo depende das circunstâncias que pões em mera hipótese. Portanto é impossível vaticinar... Quanto ao segundo ponto ficou claramente expresso no nosso Comunicado que entendemos que os órgãos do M.F.A. que se pronunciaram sobre a Unicidade Sindical partiram de elementos

que, de facto, não correspondem à realidade. Como frisou o ministro Magalhães Mota, partiram da vontade da maioria dos trabalhadores quando essa vontade não foi expressa em termos aceitáveis pois não se conhecem sequer os números, o modo como foram obtidos, a divisão dos pronunciamentos, e isso parece-nos fundamental. Por isso apoiamos o inquérito solicitado pelo Partido Socialista ontem no seu Comício. O Programa do M.F.A. em nosso entender impõe a consagração da Liberdade Sindical e aí divergimos das opiniões seja de quem for que vêem nesse Programa uma hipótese de consagração da Unicidade. Mas a divergência consiste, principalmente, em saber se a Unicidade afecta decididamente a Liberdade Sindical ou não. Nós entendemos que afecta. Outros entendem que não. Estão nesse caso, como foi tornado público, alguns órgãos do M.F.A. e aí, concretamente, divergimos dessa posição o que não quer dizer que não continuemos a aceitar e a apoiar plenamente o Programa do M.F.A.

Jornalista - Se o Conselho de Ministros aprovar a Lei com o princípio da Unicidade Sindical é intenção do P.P.D. demitir-se do Governo?

Sá Carneiro - Muito mais que a palavra Unidade, Liberdade ou Unicidade interessa o conteúdo da própria Lei. E é em face desse conteúdo que nós determinaremos sem excluir qualquer hipótese. Aguardamos, portanto, a determinação do conteúdo e aquilo que em concreto for aprovado para então nos manifestarmos, pelo que não podemos, antecipadamente, tomar posição.

Jornalista - Se o conteúdo dessa Lei, segundo o Partido parece indicar nas opiniões já expressas, for contrário aos princípios do P.P.D., o que pensam fazer?

Sá Carneiro - Teremos então de ver se vale mais a pena continuar a lutar dentro do Governo pela consagração desses princípios até às eleições, como estas se aproximam, é uma hipótese provável, aguardar esse momento decisivo para então nos pronunciarmos ou se será preferível efectivamente, sair da coligação.

É uma decisão que não está tomada ainda e que, portanto, nós equacionaremos em harmonia com a posição de outras forças democráticas e progressistas que defendem os mesmos princípios e respeitando, igualmente, a decisão que para nós tem quanto a isso, o valor fundamental dos trabalhadores membros do Partido. O que nos interessa é servir a democracia e defender os interesses dos trabalhadores. Portanto, será tendo em conta tudo isso que optaremos por uma das duas soluções. Elas não são absolutamente radicais e nitidas e impõem grande ponderação na determinante da nossa atitude.

Jornalista - Pensa o P.P.D. actuar em conjunto com o Partido Socialista?

Sá Carneiro - Desde sempre que temos tido contactos com o Partido Socialista e em face do que se passar na votação poderemos adoptar uma posição comum ou não. Neste caso concreto esses contactos mais se impõem visto haver uma posição de princípios exactamente idêntica.

Jornalista - Gostaria de saber se a posição do P.P.D. relativamente à Unicidade afectou o Partido no que diz respeito aos seus quadros?

Sá Carneiro - Não houve quaisquer afastamentos por causa disso, houve pelo contrário um grande movimento de união de todos os militantes, de todos os nossos quadros à volta deste tema. Os variadíssimos telegramas de apoio de trabalhadores e de sindicalizados que temos recebido, bem como as listas de apoio, são perfeitamente concludentes a esse respeito, como concludente foi a distribuição do nosso comunicado e a movimentação espontânea que os nossos militantes fizeram à volta dela, trabalhando com grande sacrifício para que a nossa posição que é indiscutivelmente a de todos nós, fosse dada a conhecer ao público... Quanto às adesões elas são diariamente tantas que é difícil saber se nos últimos dias elas aumentaram ou não.

Jornalista - As observações que o Partido Popular Democrático tem feito às forças que defendem a Unicidade Sindical poderão ser dirigidas também ao M.F.A. que defendeu o princípio de Unicidade, na última reunião do "Conselho dos Vinte". Se assim é, o P.P.D. quando conjectura a possibilidade de revogar o conteúdo do projecto, pensa que o M.F.A. vai voltar atrás na posição que tomou? Por outro lado, como entende neste momento o P.P.D. a realização de eleições na data prevista em face da conjectura criada com a polémica à volta da Unicidade Sindical?

Sá Carneiro - A nossa posição relativamente ao M.F.A. foi claramente expandida no último comunicado: distinguirmos, por um lado, as forças que tentaram impor e apresentar como decisão dos trabalhadores a Unicidade Sindical; por outro lado a posição do M.F.A. baseada em dados de facto que reputamos não serem exactos e não corresponderem à vontade dos trabalhadores constituem uma base não aceitável para a decisão do M.F.A. e solicitamos a sua revisão visto entendermos que para ela existe fundamento. Duas posições distintas, portanto, em relação às forças que defendem a Unicidade e de que sustentam ser ela fruto da vontade dos trabalhadores e a decisão dos órgãos do M.F.A. que baseados nessas forças se pronunciaram a favor de Unicidade. Quanto às eleições não vemos em que é que elas possam ser afectadas pelos recentes acontecimentos. Pelo contrário, entendemos que eles mais contribuíram para a sua realização tão rápida quanto possível.

1.1.27. Discurso no Comício de Aveiro - 1/2/75

Amigos:

É com viva emoção que hoje aqui vos falo.

Porque nos encontramos numa terra que legitimamente se orgulha da sua tradição democrática e dos contributos que deu para as lutas pela liberdade em Portugal.

Aveiro é terra que pode orgulhar-se de não ter abdicado nunca perante a humilhação da ditadura e a despersonalização do totalitarismo.

Aveiro é terra onde a liberdade teimosamente resistiu a vergar-se a qualquer dogmatismo; onde sempre que necessário encarnou a oposição e a discordância. Onde os homens souberam rejeitar a escravidão do jugo imposto, qualquer que seja a sua cor.

Por isso, nesta cidade progressista e democrática, e neste momento grave da vida política portuguesa, temos de saber corresponder às exigências da liberdade e da verdade.

Meus amigos:

Durante longos anos os portugueses sofreram, no seu espírito e no seu corpo, a violência de um regime político ditatorial.

Esse regime ditatorial instalou-se com o apoio na força das armas; e depois dominou tudo e todos com a propaganda obsessiva da sua verdade oficial indiscutível; com a manipulação das massas populares; com palavras de ordem revolucionárias e pseudoprogressistas.

Com o saneamento e a eliminação de todos os adversários; com a instauração do medo e do terror.

Resistentes houve-os, de muitos quadrantes ideológicos e por vários caminhos. Alguns pagaram com o martírio físico; mas a ditadura eternizou-se por gerações sucessivas, e venceu mesmo a crise do termo da guerra mundial e da queda dos fascismos.

Quem pode negar a eficácia da ditadura estabelecida? Nem os que morreram; nem os que emigraram; nem os que fugiram; nem os que ficaram. No meio das trevas e do medo, cada um carregou o seu fardo: uns levantaram-se e, segundo as circunstâncias e o gesto, ou foram eliminados, ou afugentados, ou anulados; outros assumiram a servidão, sabe Deus como.

Quem pode negar a eficácia da ditadura estabelecida?!...

Não a negarão, especialmente, os que mais sofreram, na sua carne e no seu espírito, o sacrifício da sua autêntica liberdade de opinião. Liberdade que radica no direito de cada um se afirmar perante os outros, com a única restrição de se afirmar não oprimindo os outros.

O 25 de Abril foi para todos nós, o fim da ditadura. Os heróicos militares que prepararam e executaram a revolta, realizaram um acto de libertação de si mesmos; mas consigo mesmos quiseram libertar Portugal inteiro.

A prova inequívoca deste projecto patriótico, a prova das ideias que quiseram servir, está bem evidente no programa do seu Movimento. Que nome deram ao Movimento? Movimento das Forças Armadas. Isto é: movimento que não se filia em nenhum quadrante ideológico nem partidário, e que se refere e propõe às Forças Armadas, a todas as forças armadas. E é assim que, ainda no próprio dia 25 de Abril, embora já com a vitória consumada, o movimento dos heróicos combatentes conspiradores, que arriscaram as suas vidas, se abre à adesão de sectores das Forças Armadas que não tinham participado no momento crucial.

Por outro lado, o Programa do M.F.A. é também uma oferta, agora já a todo o português. A oferta de um programa democrático, quer institucional quer de medidas económicas e sociais, destinado a vigorar por um período de tempo

curto, necessário aos passos indispensáveis para que todo o país se assumia a si mesmo democraticamente, através de eleições, e da feitura de uma constituição.

Os heróicos militares que fizeram o Programa do M.F.A. não quiseram tomar o poder. Podiam-no ter feito com a instauração de uma ditadura militar provisória. E não o fizeram.

Pelo contrário, comprometeram-se solenemente a manter um poder civil transitório e a preparar as instituições democráticas definitivas, através das eleições que se avizinham.

No pacto com a Nação que é o seu programa, consta inequivocamente o designio de o poder político ser exercido por civis, cabendo às Forças Armadas, em especial à Junta de Salvação Nacional, velar pelo cumprimento do Programa e da Constituição. Ficamos assim garantidos contra novas ditaduras que não queremos.

Esta concepção do programa é plenamente realista porque não há democracia sem um poder civil, que tem de legitimar-se pelo voto secreto.

Entretanto as coisas foram-se degradando e a limpidez do processo de democratização cedeu perante nuvens cada vez mais carregadas que hoje obscurecem o nosso horizonte político.

Foram, logo de início, os assaltos às autarquias locais, aos sindicatos e aos órgãos de informação, que em breve ficaram dominados por certos partidos e movimentos, como o P.C.P. e o M.D.P.

O Povo queria e podia escolher os administradores locais. Mas na maior parte dos casos eles foram-lhes impostos através de arremedos de votações feitas em simulacros de reuniões populares, que muitas vezes não contavam senão escassas dezenas de pessoas.

Quanto aos órgãos de informação, todos a breve trecho sentimos a sua parcialidade, consequência do domínio ideológico interno, por vezes disputado entre partidos, com predomínio do P.C.P.

Da informação em muitos casos passou-se à propaganda sistemática e obsessiva, que por saturação procura impor ao público certas ideias em vez de o informar habilitando-o a julgar. Ao monolitismo da censura oficial substituíram-se as censuras ideológicas.

Começou a fazer-se crescer entre o Povo uma intransigência por tudo quanto não fosse revolucionário e destruidor do passado. Um permanente descontentamento por tudo quanto fosse moderado.

Exigiram-se e impuseram-se através de propaganda todos os radicalismos; fomentaram-se todas as exigências; cultivou-se em grau crescente uma demagogia desenfreada.

Criou-se um clima de suspeição e de ódio que levam à inquietação permanente, à desconfiança mútua, à impossibilidade de cooperação.

Mesmo em certos sectores do M.F.A., assistimos a sinais reveladores de todos estes sintomas, especialmente através do seu Boletim, do qual transparece uma radicalização crescente do processo político português.

A ideia da revolução permanente vem substituir a preparação para a democracia, para se afirmar em seguida que não basta ser democrata, é necessário ser-se revolucionário.

Noutra revista militar chega mesmo a afirmar-se que o verdadeiro governo é o Conselho Superior das Forças Armadas.

Por isso muitos se interrogam hoje sobre o verdadeiro carácter da revolução e sobre o desfecho do que se acreditava ser processo de democratização.

O certo é que aquelas posições praticamente vão tendo consequências políticas evidentes e directas, como aconteceu com a questão da unicidade sindical, coincidentes com a do P.C.P.

Nela não era apenas a defesa dos interesses dos trabalhadores que estava em causa: eram os Direitos do Homem que, pela primeira vez depois do dia 25 de Abril, eram postos em questão pelos que defendiam a unicidade sindical.

E ela consumou-se, imposta por lei, votada no governo, depois de o Conselho dos Vinte a ter perfilhado e de manifestantes a terem reclamado.

Mas hoje assistimos à sua minimização, consequência do papel crescente que o M.F.A. vai tomando na vida política do País, entre os louvores e aplausos de partidos e movimentos revolucionários.

Nós reconhecemos sempre o lugar histórico que o M.F.A. já ocupa e o papel fundamental que continuará a ter na sociedade portuguesa.

Aberto hoje a todas as Forças Armadas e com elas tendendo a identificar-se, o Movimento dos Capitães, que nos abriu a possibilidade da democracia e da liberdade, vigiará para que o caminho nos não seja cortado ou imposto insuportável regresso ao passado.

Estabelece-se assim uma ligação directa entre os assuntos civis e os poderes militares, semelhante àquela que se defende e cada vez mais se intensifica entre o Povo e as Forças Armadas.

Ora numa democracia pluralista é sobretudo aos partidos políticos que compete representar o Povo, propondo-lhes claramente os seus Programas, defendendo os seus interesses, exprimindo a sua opinião.

A existência livre de actuação dos partidos é essencial tanto à democracia como à sua preparação.

Mas a vigilância democrática das Forças Armadas não pode confundir-se com governo militar seja qual for a sua forma.

E teremos um governo militar sempre que os assuntos civis sejam decididos pelas autoridades militares ou sempre que lhe sejam conferidos poderes legislativos para matérias civis.

Se, por hipótese, à Junta de Salvação Nacional ou ao Conselho Superior do Exército fosse atribuída a faculdade de legislar sobre matérias sociais, administrativas, económicas ou outras, o governo ver-se-ia despojado dos seus poderes e teríamos uma Junta Militar Governativa.

Com isso se daria um profundo golpe na preparação da democracia.

Sempre que há concentração de poderes abre-se a porta ao autoritarismo, precursor da ditadura, aniquiladora das liberdades.

Mas não é sem imensa mágoa e desorientação de muitos que hoje ouvimos só falar de revolução e quase nada de liberdade.

Não é sem surpresa e indignação que vemos as democracias europeias serem apelidadas de burguesas e até de reaccionárias porque não estão no passo da revolução.

Tudo isto e a instigação às reivindicações constantes e anárquicas, à recusa de qualquer autoridade ou disciplina, à legitimação de todos e quaisquer processos desde que sirvam uma certa revolução, levaram-nos à situação actual de tensão extrema, em que o boato encontra presa fácil na inquietação e angústia crescentes.

Hoje até já nem discutir certas coisas se pode, consideradas como são verdades absolutas. Há que recordar a dura frase do grande José Estêvão: "Se as discussões não são a alma da liberdade, o silêncio é o precursor do absolutismo."

Haverá eleições. Mas as pessoas perguntam-se já para quê, se entretanto é uma revolução que está a ser feita aceleradamente sob a direcção do Partido Comunista e seus satélites, com vista a obter o controlo dos centros nevrálgicos.

Haverá uma constituição. Mas os cidadãos interrogam-se sobre a sua utilidade desde que os centros de poder se encontram em estado de avançada ocupação. Se é a revolução permanente que molda entretanto a sociedade portuguesa, aos constituintes não restará mais do que sancionar o facto consumado.

Chegamos, pois, a um ponto de ruptura.

Responsáveis do M.F.A. falam já em nova revolução se o resultado das eleições não coincidir com a linha revolucionária que preconizam.

Os partidos democráticos saem à liça a defender as liberdades e mostram claramente a sua inquietação face aos repetidos ataques às liberdades, à infracção contínua das leis e à impunidade dos provocadores e causadores de distúrbios.

Tudo isto são meras consequências da falta de maturidade da nossa pré-democracia. Na raiz está a transformação de um processo de democratização em processo revolucionário, acompanhada de uma escalada constante de tomada de

poder antes das eleições. É cada vez mais patente a linguagem triunfalista do P.C.P.

Estamos, repito, num ponto crítico.

Há que rejeitar terminantemente aventuras revolucionárias, qualquer que seja o seu fim.

Elas mergulhariam o País na desordem, no caos e no sangue, pois nenhuma acção de força deixaria de encontrar força oposta.

Há que proclamar claramente que nenhum Partido ou movimento pode continuar a impor a sua vontade, que nenhuma força militar, política ou ideológica tem possibilidade de impor o seu domínio e de instalar a sua opressão.

Se isso sucedesse entraríamos numa fase de perseguições, de repressão, de caos que mergulhariam o País no terror, retornaríamos à ditadura e ao despotismo.

É tempo de dizer basta e de retomar o processo de democratização, com o apoio leal e a cooperação franca de todos os partidos democráticos, de harmonia com as regras dos Programas do M.F.A. e do Governo Provisório.

Só assim será possível preparar as eleições e realizá-las com seriedade e plena liberdade.

O Povo ainda não escolheu.

Por isso ninguém pode, em seu nome, impor desde já soluções, ninguém pode, reclamando-se da sua autoridade, fazer avançar o processo revolucionário em detrimento do processo democrático.

O nosso Partido, como democrático que é, não pode agir por golpes ou pressões num processo revolucionário que não respeita as regras democráticas, a legalidade constitucional e as leis ordinárias.

Não defendemos os legalismos, mas exigimos o respeito pelas leis vigentes, sem o qual é impossível a acção partidária e a vida em sociedade.

Queremos eleições autênticas.

E elas não o poderão ser se realizadas em clima de insegurança pessoal, de ilegalidade sistemática, de monopólio da informação, de toda uma coacção que se vem criando contra quem não aplaude a revolução imediata.

Estamos e continuaremos dispostos a lutar democraticamente pelas liberdades dos portugueses e pela Democracia em Portugal.

Mas a nossa luta tem de partir da realidade concreta que todos vivemos e de que dei alguns traços.

Há que redobrar o trabalho militante e que fazer chegar aos políticos e aos militares, aos trabalhadores e aos jovens, em suma à grande maioria dos portugueses um fundo apelo para que não precipitem o País na escalada de intransigência,

da violência e do ódio, que nos cortarão tragicamente o caminho para a liberdade, igualdade, progresso e Justiça.

É tremendo o esforço necessário para fazer sair o País do estado económico e social em que se encontra.

Só num clima de paz e entendimento será possível tentar realizá-lo, em ordem a aumentar a produção da riqueza, a repartir o rendimento com justiça e a resolver os inúmeros problemas que nos afligem, desde o sanitário ao estudantil, desde o agrícola ao habitacional.

Não pode mais continuar a viver-se em clima de guerra civil, não pode mais tolerar-se a escalada da linguagem revolucionária que adopta tons cada vez mais triunfalistas.

Há que saber resistir a toda esta guerra psicológica que arrasa e paralisa as pessoas.

Não deixaremos que seja quem for nos amedronte.

Não toleraremos que tentem boicotar os nossos comícios, denegrir o nosso Partido ou enxovalhar os nossos militantes.

Certos do caminho social-democrata que traçamos, temos de trabalhar intensamente na preparação das eleições que se avizinham.

Temos de fazer chegar a todos os portugueses a nossa mensagem de igualdade na liberdade, no progresso e na Justiça, convictos de que seremos capazes de corresponder a essas aspirações profundas do nosso Povo. Mas para isso é indispensável que se clarifiquem os mecanismos do poder, que se precisem os centros de decisão.

Tem de saber-se claramente quem manda.

Tem de determinar-se com nitidez qual o estatuto político-constitucional dos órgãos superiores do M.F.A.

Temos de saber, de uma vez para sempre, qual o seu papel na decisão dos assuntos que, em princípio, competem apenas ao Governo.

Isso é tanto mais importante quanto é certo que o actual regime provisório, nítido na teoria mas confuso na prática, permanecerá até às eleições para a Assembleia Legislativa e do Presidente da República.

Há que dizer claramente que hoje a situação é confusa e perturbante.

Quando vemos os órgãos do M.F.A. discutirem a composição do Governo, apreciarem o Plano Económico e pronunciarem-se sobre a unicidade sindical, temos de perguntar-nos, como os países estrangeiros se perguntam, se vivemos ou não em regime de Governo Militar.

Se sim, então os Partidos não terão mais que ficarem de fora e prepararem as eleições se houver garantias plenas da sua autenticidade e do respeito dos seus resultados.

Se o governo é puramente civil há então que pôr termo ao dualismo ou apreciações e decisões.

De outro modo diluem-se as responsabilidades, perturba-se a opinião pública, agrava-se o clima de incerteza.

Podem dessa situação beneficiar todos os que sobrepõem a revolução à democratização.

Mas a institucionalização da democracia pluralista é incompatível com a actual situação de ampliação de órgãos de poder e de multiplicação de centros de decisão.

Há também que dizer claramente que isso se não coaduna com o Programa do M.F.A. nem com a lei constitucional.

O nosso Partido respeitou e respeitará as decisões que venham a ser tomadas para esclarecimento desta situação, geradora de ambiguidades e de crises permanentes.

Mas entendemos que só uma situação clara e definida poderá permitir-nos traçar o critério de actuação se virmos que estão preenchidas as condições indispensáveis.

As eleições que se aproximam não vão resolver tudo, nem sequer os problemas que foquei.

Pelo contrário eles têm de ser decididos antes delas para que elas possam ter pleno significado e alcance.

Meus amigos:

Ontem o País comemorou, quase em silêncio, o aniversário de uma revolução dominada no Porto, a de 31 de Janeiro de 1891.

Hoje vivemos na sequência de uma revolução conseguida sem sangue, que nos abriu caminhos de liberdade.

Para que os possamos percorrer é indispensável o respeito absoluto das liberdades públicas e dos direitos cívicos, que vamos vendo infelizmente postos em causa.

É indispensável deixar ao Povo, através do voto, a escolha dos seus destinos.

É indispensável que se lhe não imponham soluções revolucionárias que ele não escolheu.

Como indispensável é que todos nos dediquemos com entusiasmo às tarefas de ressurgimento a que o País nos chama.

1.1.28. Mensagem do Dr. Francisco Sá Carneiro - 21/3/75

Meus Caros Amigos:

A falta de saúde impossibilita-me de, hoje, aí estar fisicamente convosco, o que profundamente me contrista.

Consola-me no entanto a certeza de saber que o nosso Partido está entregue em tão boas mãos, desde os entusiásticos militantes aos membros dos seus órgãos locais e nacionais, como ainda ontem tive ocasião de ver ao presenciar a sensacional caravana automóvel.

Hoje mais do que nunca estamos convictos de que o nosso Programa é o que mais convém ao Povo Português, pois lhe permite construir, em paz e tranquilidade, um futuro de prosperidade e igualdade, sem quebra das liberdades e da justiça.

Mas a gravidade do momento actual exige que essa profunda convicção que a todos nos anima seja expressa e defendida com redobrado ardor, renovada actividade e inabalável confiança na vitória nas livres e honestas eleições que nos foram prometidas e das quais não abdicamos.

Temos dado e daremos sempre o nosso contributo para a construção da Democracia Portuguesa.

Mas da autêntica Democracia que implica a supremacia de um poder civil, eleito em sufrágio directo e secreto, e ao serviço do Povo, de acordo com o programa do Partido maioritário.

Fieis ao nosso ideário democrático e coerentes com o nosso Programa, não poderemos jamais consentir em trocar a autêntica democracia pluralista por um qualquer regime autoritário, ainda que socialista e imposto para "salvação nacional".

A Assembleia Constituinte a eleger será soberana, só ao Povo cabendo eventualmente referenciar a Constituição que dela sair. Nem se conceberia que uma Assembleia Constituinte, eleita pelo Povo, titular da soberania, estivesse sujeita a qualquer tipo de fiscalização ou tutela que não seja a do sufrágio popular.

À plena liberdade do sufrágio há-de corresponder inteira e soberana liberdade de elaboração da constituição que nos há-de reger.

Meus amigos:

Para nós são desnecessárias palavras de incitamento ao ânimo, coragem e luta, pois são qualidades que tendes demonstrado com evidência.

Por isso e na esperança de em breve o poder fazer pessoalmente, na pessoa do Prof. Emídio Guerreiro aqui deixo aos nossos candidatos e meus companheiros de lista, aos membros da J.S.D. e aos nossos militantes e a todos os presentes, um fraternal e caloroso abraço de solidariedade na construção da social-democracia portuguesa.

VIVA O PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO VIVA PORTUGAL

1.1.29. Carta ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional do PPD - 6/5/75

Exmo. Senhor Presidente do Congresso do Partido Popular Democrático:

Como é do conhecimento de V. Ex.a desde Fevereiro passado tenho estado impedido de exercer as funções de Secretário-Geral, mercê de doença prolongada que acabou por determinar uma grave intervenção cirúrgica de urgência.

O meu estado de saúde impôs-me seguidamente uma vinda a Londres para consultas e exames médicos; e aqui me tenho mantido em tratamento.

Reputo esta situação altamente inconveniente para o Partido e junto de alguns responsáveis insisti já há meses pela minha substituição, problema que de resto puzera mais do que uma vez à Comissão Política Nacional, quando, a partir de Janeiro passado, comecei a sentir os efeitos da doença e as consequências das primeiras crises.

Mas a esperança de melhorar, por um lado e, por outro, os inconvenientes de uma substituição a pouca distância das eleições foram protelando a decisão por mim desejada, dada a impossibilidade física em que me encontrava.

De resto, a dedicação de todos os militantes e o árduo trabalho realizado antes e durante a campanha eleitoral sob a direcção do Secretário-Geral adjunto Rui Machêie e do Magalhães Mota, em colaboração com os demais órgãos nacionais e locais, permitiram que o Partido se desenvolvesse e obtivesse um bom resultado eleitoral.

Hoje tenho como certo que não poderei, por largo espaço de tempo, desenvolver actividades políticas, pois essa foi a opinião expressa no relatório escrito do médico que em Londres consultei - Sir Francis Avery Jones; a mudança de vida nesse ponto constitui parte integrante do tratamento que me prescreveu para completa recuperação da minha abalada saúde.

Encontro-me portanto impossibilitado de exercer o cargo de Secretário-Geral, do qual, nos termos estatutários, peço escusa.

Pelas mesmas razões não poderei participar na Assembleia Constituinte.

Para além da designação de novo Secretário-Geral a experiência da vida interna do Partido e a evolução da situação política nacional, com as consequentes tomadas de posição a que, pelas razões apontadas, fui alheio, embora sempre que possível tenha feito saber a minha opinião, levam-me a sugerir a V. Exa. a convocação de um Congresso Extraordinário em que se proceda também à alteração dos Estatutos e à apreciação da situação política, com vista à futura actuação do Partido, creio que esse congresso seria da maior utilidade para o partido. Mas V. Exa. resolverá com o Conselho Nacional nos termos estatutários.

Creia que é com profunda mágoa que me vejo forçado a afastar da actividade política e do cargo de Secretário-Geral.

Enquanto pude procurei dedicar-me totalmente ao Partido e fazer vingar os nossos princípios programáticos.

Continuo plenamente convicto de que a social-democracia é a via que ao País e ao Povo Português mais convém.

Procurei sempre lutar pela defesa dos direitos e liberdades da pessoa e pelo respeito da soberania popular, exercida através do sufrágio, quanto aos destinos do nosso País e à determinação das profundas reformas de que carecemos.

Por isso mesmo sempre reputei inaceitáveis quer as pseudo ditaduras democráticas, quer todas as forças de democracia militares, já que não pode haver democracia sem a supremacia de um poder civil legitimado pelo sufrágio popular e sem o integral e autêntico respeito pelos direitos e liberdades da pessoa.

Isso mesmo deixei bem claro no último discurso que proferi, o de 1 de Fevereiro em Aveiro. E na curta mensagem enviada ao comício do Porto, em Março, defendi como ponto essencial, de que nunca poderia abdicar, a plena soberania da Assembleia Constituinte a eleger.

Esse foi o ponto em que, por falta de saúde, tive de deixar a actividade política, à qual não sei se, e quando, poderei regressar.

O nosso Partido é hoje uma grande realidade política nacional, devidamente estruturada e sustentada por muitos milhares de militantes e não por algumas pessoas apenas.

A indispensável escolha de um novo Secretário-Geral pode, pois, ser feita sem inconvenientes, antes com vantagem para o Partido, considerados todos os factores que enumerei e, designadamente, a evolução da situação política portuguesa.

Como é evidente V. Exa. pode dar a esta carta a publicidade que entender conveniente.

A todos peço que transmita as minhas saudações cordeais e amigas, reconhecido pela confiança, dedicação e amizade de que me senti amplamente rodeado, especialmente pelos meus colaboradores mais directos.

Grato pela boa atenção que dispense a este assunto, peço me creia com sinceros cumprimentos de toda a consideração.

Londres, 6-5-74

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

1.1.30. Discurso à chegada à sede do PPD - 24/5/75

Meus caros amigos:

Não estou, neste momento, no estado ideal para vos dizer as palavras apropriadas, porque é grande a minha emoção.

Foi uma surpresa enorme esta recepção que vós me proporcionaram.

Foram-me extremamente dolorosos os meses que estive afastado do vosso convívio, do convívio da vida política, do convívio do Partido. Infelizmente, esses meses vão ter que se prolongar, mas, seja qual for a evolução da minha saúde, uma coisa hoje é plenamente certa e, para mim e para todos vós, altamente consoladora. O PPD, o nosso Partido, nós, somos hoje efectivamente, uma grande realidade nacional, uma grande realidade política. E, isso não se deve nem a mim, nem a ninguém em especial, deve-se a todos nós, à grande massa de militantes que nós somos.

Em nome do Partido e do eleitorado que representamos estou profundamente agradecido a todos vós, a todos os militantes que em nós confiaram e corajosamente assumiram o programa da Social-Democracia, como aquele caminho que mais convém ao povo português para encontrar, com o menor dos sacrifícios, o maior dos progressos. É isso que nos anima. E essa grande realidade que hoje somos, não depende de figuras, depende da grande massa de militantes e de votantes do PPD.

Hoje, somos parte de Portugal e uma parte essencial do Portugal democrático e livre. Continuamos e continuamos todos a acreditar na Social-Democracia como a via que mais convém ao povo português, contra todos os obstáculos, contra todas as adversidades em todas as lutas. Não queremos igualdade, queremos igualdade num Portugal livre e democrático que respeite intransigentemente os direitos das pessoas. Contra os direitos e a liberdade das pessoas, contra o homem no seu valor mais absoluto, é impossível construir qualquer espécie de igualdade, qualquer espécie de pseudo-democracia, e a liberdade da pessoa exprime-se pela sua livre manifestação, exprime-se politicamente, e tem de ter efeitos políticos através do voto, e o voto, consagrado nas eleições que nós disputámos, que nós participámos, e em que nós desempenhámos um papel fundamental e obtivemos um lugar especialíssimo não pode ser ignorado, não pode ser esquecido na história da nova democracia portuguesa. É por isso que temos lutado. Mais do que o vosso entusiasmo, mais do que a vossa amizade, uma coisa sobretudo me consola: é que comigo ou sem mim, seja com quem for, as bases o que querem e pelo que estão dispostas a lutar, é pela Democracia, é pela Social-Democracia. Hoje, é isso que nós representamos seja com quem for. Comigo contareis sempre, desde que estejamos sempre como havemos de estar na luta pela democracia e na via da Social--Democracia.

Nestes meses, alguma coisa vos pude transmitir das minhas ideias. O que acima de tudo me anima é a vontade indómita de lutar por um Portugal definitivamente livre. Um Portugal livre cuja liberdade assente nas raízes da vontade do Povo e não nas opções de determinadas minorias auto-iluminadas ou auto-promovidas. Eu dou por bem entregue todos estes meses de profundo desgaste que me conduziram à situação que conhecem, porque tenho a certeza de que aquilo que todos nós transmitimos uns aos outros constitui uma força indomável e que esse

Portugal livre há-de assentar na escolha efectiva do povo, que as reformas de que o povo carece não-de ser votadas pelo povo e não impostas de cima.

Nós só temos sentido e só teremos sentido como Partido democrático.

E a Revolução de 25 de Abril só poderá ter sentido como Revolução profundamente democrática se libertar o povo português de acordo com a vontade do mesmo povo, e com nenhuma outra vontade, com nenhuma outra ordem, sob nenhuma outra ditadura.

Gostava de continuar a conversar convosco, mas as forças não me permitem continuar. Não sei quando voltaremos definitivamente a conviver juntos visto que tenho de retomar o meu tratamento.

Mas uma coisa é certa: Sempre estarei convosco, sempre estarei no PPD e sempre ao Partido Popular Democrático darei todas as minhas forças possíveis.

Sempre também, tenho a certeza, o PPD estará empenhado pela dignidade do homem, porque quando não estiver, deixará de ser Partido Popular Democrático e deixará de contar com todos nós. Mas eu espero e confio em todos vós que, apesar de todos os escolhos, com o nosso contributo, com o nosso esforço, com o nosso empenhamento havemos de conseguir para nós e para os nossos filhos um Portugal justo, um Portugal livre, um Portugal democrático definitivamente liberto de todas as ditaduras, de todos os mandos, de todas as minorias.

1.1.31. Comunicado do Conselho Nacional do P.P.D. - 25/5/75

A pedido do secretário-geral, Francisco Sá Carneiro, reuniu extraordinariamente em Lisboa, nos dias 24 e 25 de Maio, o Conselho Nacional do Partido Popular Democrático, sob a presidência do Dr. Nuno Rodrigues dos Santos. No Conselho participaram, além do referido secretário-geral, vindo expressamente de Londres para o efeito, os membros da Comissão Política Nacional, os secretários-gerais adjuntos, representantes das Comissões Políticas Distritais, dos militantes, das classes sócio-profissionais, da Juventude Social Democrática e do Gabinete de Estudos do Partido.

O 1.º ponto considerado pelo Conselho foi o da escolha dos membros da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar, que logo em seguida passaram a tomar parte nos trabalhos do Conselho. Foram escolhidos, sob proposta de Carlos Mota Pinto, presidente do Grupo Parlamentar, os seguintes deputados: Emídio Guerreiro, Jorge Miranda, José Augusto Seabra, Amândio de Azevedo, Fernando Amaral, A. Barbosa de Melo, Joaquim Lourenço Furtado Fernandes, Sebastião Marques, Artur Cunha Leal, Alfredo de Sousa, M. Costa Andrade, Eduardo Albarran, José A. Camacho e Abílio Lourenço.

O 2.º ponto da ordem dos trabalhos consistiu na análise da situação criada pela ausência prolongada do secretário-geral do Partido por motivos de saúde. O Conselho ouviu uma detalhada exposição feita sobre o assunto e as suas implicações por Francisco Sá Carneiro e, depois de larga apreciação, concluiu que o seu se-

cretário-geral se encontra prolongadamente impedido de exercer o cargo. Reconhecendo unanimemente o relevo da figura de Sá Carneiro no Partido Popular Democrático, e o carácter transitório do seu impedimento, decidiu o Conselho designar um secretário-geral substituto. Foi eleito para secretário-geral durante o impedimento, por maioria absoluta, o Prof. Emídio Guerreiro.

Na sessão do dia 25 o Conselho Nacional considerou, no 3.º ponto da sua ordem de trabalhos, a possibilidade de modificações a introduzir na orgânica interna do Partido, a fim de lhe conferir um dinamismo correspondente à confiança que milhão e meio de eleitores depositaram no seu programa de luta pelos direitos e liberdades fundamentais, pela democracia e pela construção de um socialismo humanista.

O Conselho designou uma Comissão encarregada de elaborar um Projecto de alteração dos Estatutos do Partido, tendo reiterado a sua plena confiança nas medidas de dinamização da organização e na criação de canais de contínua comunicação entre as bases e a direcção do Partido, exposta pelo secretário-geral substituto. Aquela Comissão apresentará os resultados do seu trabalho a um novo Conselho Nacional Extraordinário, a ser convocado no prazo máximo de 45 dias.

Esta reunião do Conselho Nacional, tendo possibilitado uma profunda reflexão sobre o Partido Popular Democrático, contribuiu decisivamente para reforçar a unidade consciente e responsável do Partido, na actual conjuntura política. O Partido Popular Democrático, pondo sempre acima de tudo os interesses do povo português, continuará a lutar com determinação pela realização do seu programa, certo de que, no actual processo revolucionário, a via social-democrática abre uma perspectiva original e progressista para a resolução dos graves problemas que o País está a enfrentar.

O CONSELHO NACIONAL DO P.P.D.

Lisboa, 25 de Maio de 1975

1.1.32. Entrevista ao "Jornal Novo" - 26/8/75

P. - Que papel pode Francisco Sá Carneiro desempenhar, e em que circunstâncias, na vida política portuguesa? Concretamente: se as bases do seu Partido lhe pedissem para voltar à Secretaria-Geral voltava?

R. - Respondo apenas à pergunta concreta, já que a outra envolve um juízo que não me compete fazer.

Espero estar restabelecido em Outubro, com o termo do tratamento e do período de descanso em curso. Se assim fôr, nessa altura comunicá-lo-ei ao Conselho Nacional do Partido através do seu presidente, juntamente com os requisitos que me parece necessário satisfazer para um eficaz funcionamento do Partido. Eles são de dois tipos.

No tempo decorrido depois do primeiro Congresso Nacional, o funcionamento dos órgãos directivos do Partido, quer na sua interligação, quer no desempenho das funções de cada um, não foi plenamente satisfatório.

Refiro-me especialmente ao período em que desempenhei o cargo, como é natural. Isso reflectiu-se na actuação do Partido, que não foi tão pronta, tão viva, nem tão clara como podia e devia ser.

Creio que é indispensável uma alteração da orgânica central do Partido, com vista à sua maior eficiência. Por isso, considero necessário que, em Congresso, se reformem os Estatutos.

Como secretário-geral eleito no primeiro Congresso, considero o meu cargo à sua disposição, mas entendo também que só poderei exercê-lo eficazmente desde que se proceda às alterações orgânicas e funcionais que referi.

A questão não está em voltar a pedido das bases. Essa sempre seria uma maneira errada de colocar o problema. No meu impedimento foi designado um secretário-geral substituto. Essa situação transitória sempre teria de ser revista.

Já na carta em que comuniquei o meu impedimento ao presidente do Conselho Nacional me referia à necessidade do Congresso, que ao Conselho compete convocar. Ele afigura-se-me também indispensável por razões de doutrina e de orientação política do Partido.

Desde Fevereiro que a doença, que já antes se fazia sentir, me afastou da liderança do Partido, impedindo-me desde então de participar nas reuniões da Comissão Política e na formação das decisões que foram tomadas em nome do Partido.

O discurso de 1 de Fevereiro, em Aveiro, e a curta mensagem que enviei ao Comício do Porto, em Março, foram as minhas últimas tomadas de posição acerca da situação política e dos caminhos a seguir.

Apesar de tudo quanto ocorreu, e por isso mesmo, considero que essas posições não só estão certas como são plenamente actuais.

Integrados nos acontecimentos, vivendo a realidade política da altura e procurando corresponder às suas responsabilidades, os órgãos do Partido, já sem a minha presença, antes e depois da designação do Dr. Êmídio Guerreiro, como secretário-geral substituto, enveredaram por um caminho diverso do que eu defendia e defendo, adoptando as posições que se lhes afiguravam mais recomendáveis para o Partido.

Destaco em especial a aprovação das nacionalizações efectuadas depois de 11 de Março, a participação no IV Governo Provisório e a assinatura do Pacto Constitucional com o M.F.A.

Naturalmente que, adoptada essa orientação, dela decorreram várias outras tomadas de posição, algumas das quais me parecem francamente pouco consentâneas com o nosso Programa e com as Linhas Programáticas que o enquadram e dele fazem parte integrante e essencial.

Eis porque me parece indispensável que o Congresso se pronuncie também sobre estes pontos. Antes da questão da reassunção de funções pela minha parte, acho indispensável a definição clara da actuação do Partido, acerca da qual tenho uma opinião diversa daquela que no meu impedimento tem prevalecido.

O Conselho Nacional e o Congresso resolverão. E conforme forem as suas decisões tomarei eu as minhas, na certeza de que considero o nosso Programa cada vez mais válido para a resolução dos problemas do País.

P. - Reconhece no rosto político, moral e psicológico do P.P.D. do Prof. Emídio Guerreiro o Partido que fundou e dirigiu? Em que sim? Em que não?

R. - A questão não se põe em relação ao Dr. Emídio Guerreiro, embora discorde de várias das suas declarações quanto à social-democracia, ao socialismo e à interpretação do nosso programa. Discordância objectiva, que nada tem de pessoal.

O rosto de um Partido não é o de uma pessoa.

É, fundamentalmente, o de um Programa, o de uma sinceridade, o de uma coerência, o de uma legitimidade, que as pessoas reconhecem, em que os militantes acreditam, em que os eleitores votam.

Entendo que o nosso Programa, integrado pelas linhas programáticas, e a orientação social-democrata que com base nelas procurei sempre seguir são plenamente actuais e desejáveis.

O socialismo democrático é a social-democracia, que não se rege pelo dogma marxista da apropriação colectiva dos meios de produção, antes respeita a propriedade privada, subordinada ao interesse comum e à realização da justiça social, pelos meios que o Povo, pelo sufrágio, escolher.

Ela vai tão longe quanto possível na realização de uma nova ordem económica e social, dentro da democracia política.

A social-democracia não mantém nem procura manter o sistema capitalista. Constitui um sistema misto, de transição para a sociedade socialista em liberdade, em que coexistem a democracia política, a democracia económica e a democracia social e cultural.

O ritmo e o grau de evolução da social-democracia serão traçados pelo Povo mediante o sufrágio. Ele deverá ser o único juiz dessa evolução, pois é ele quem sempre lhe suporta as consequências, benéficas ou nocivas. Por tudo isso a social-democracia aparece como único meio de progresso profundo, acabando com a exploração capitalista, sem que o Povo tenha de suportar os sofrimentos inerentes a uma mudança radical e brusca.

Para mim o marxismo e o leninismo são incompatíveis com a democracia pluralista e com o respeito pelos direitos e pela liberdade da pessoa. Não há, nem houve nunca, socialismo marxista democrático. A colectivização implica, a maior ou menor prazo, ditadura e opressão. Até porque, uma vez efectuada, admite mal ser posta em causa por razões de eficácia e de estabilidade. Por isso, reduz a

oposição às divergências dentro do sistema colectivista. Suprime assim o pluralismo e a liberdade política.

Na Europa, o socialismo democrático, realizado e comprovado pelos actos do poder que alcançou livremente, e não apenas pelas palavras dos programas, é a social-democracia. E assim será em Portugal, se soubermos e pudermos recuperar a liberdade que o 25 de Abril nos prometeu e a aliança M.F.A.-comunistas nos nega.

Repetidamente afirmamos que a social-democracia é possível em Portugal e desejável para o nosso país, com argumentos que ainda não vimos refutados por ninguém.

Sempre evidenciámos não rejeitar as nacionalizações ou, melhor, a socialização da riqueza e dos meios de produção dos sectores-chave da economia.

Mas o controlo democrático da vida económica depende da escolha que o Povo fizer quanto às formas desse controlo. Este não deve, para nós e segundo o nosso programa, suprimir a propriedade e a iniciativa privadas.

Rejeitamos assim a regra da apropriação colectiva dos meios de produção.

Pelas mesmas razões expostas pelo P.P.D. na Assembleia Constituinte, rejeito a concepção da sociedade socialista como sociedade sem classes, pois todo o contexto em que essa expressão é empregue, como o debate constitucional revelou e o documento dos nove confirma, identifica-a com sociedade comunista, ponto último do chamado socialismo científico, baseado na regra da colectivização dos meios de produção.

O socialismo personalista que defendemos é incompatível com essas concepções, comuns ao P.S. e ao P.C.P., como o debate constitucional tem revelado.

Elas não são nem podem ser as nossas. Tudo isto tem sido posto em causa, algumas vezes mesmo dentro do Partido. O que, se lhe não dá um novo rosto, desfigura a meu ver o seu autêntico perfil, tornando-o pouco definido.

Por outro lado, é inegável que o Partido se tem muitas vezes afirmado dentro do que considero uma linha de fidelidade a si próprio. É impossível fazer enumerações detalhadas, por isso destaco apenas a saída do V Governo Provisório e o trabalho notável que tem sido realizado pelo grupo parlamentar.

Eis tudo quanto lhe posso responder, já que não me parece que exista "o P.P.D. do Prof. Emídio Guerreiro" que refere na sua pergunta.

O Partido não é, não pode ser, de uma pessoa que lhe dá um rosto, seja ela quem for. É de todos os seus membros que aprovam o Programa. Não é uma realidade pessoal, mas sim comunitária, porque de todos os membros é a responsabilidade que o ser Partido implica perante o País.

P. - Quais, para si, as grandes linhas de força de uma autêntica política de Salvação Nacional?

R. - A resposta implica uma análise prévia da situação política. Sobretudo nos últimos tempos, em que comecei a sentir-me melhor, tenho procurado manter-me informado, já que como português nunca pude deixar de estar vivamente interessado.

A intensa aceleração do processo político verificado no último mês e meio criou uma situação dificilmente imaginável há pouco tempo.

As fundas dissidências entre o M.F.A., às quais não se podia aludir sem receber as qualificações de fascista, reaccionário e equivalentes, estalaram com toda a violência, levando a confrontos agudos e a frequentes agressões verbais entre os militares.

O Partido Socialista manteve, excepto quanto à feitura da Constituição, o discurso anticomunista iniciado a propósito da questão da unicidade sindical, o qual foi um dos factores determinantes do seu êxito eleitoral.

O fundamental é que o anticomunismo do Povo se revelou em toda a sua intensidade, rebentou em levantamentos maciços e violentos, centrando-se no P.C.P./M.D.P., na figura do general Vasco Gonçalves e no próprio M.F.A.

Aparece a catalisar todo esse movimento ao nível militar o "grupo dos 9" com o "documento Melo Antunes", como réplica castrense à liderança civil anti-P.C.P.-general Vasco Gonçalves, que o P.S. assumiu, mas que o Povo ultrapassou.

Do desenlace da crise com a possível vitória de Melo Antunes esperam uns a salvação da Revolução e da Democracia, enquanto os comunistas, até agora estranhamente discretos, parecem aguardar um qualquer acontecimento que mais uma vez golpeie a revolução para a esquerda, consolidando o seu já odiado controlo do aparelho estatal e económico.

Os campos polarizaram-se, com os democratas a apoiarem em bloco o documento dos oficiais apelidados impropriamente de moderados e os revolucionários radicais cantonados no P.C.P. e sua esquerda.

A meu ver, tudo isto e muito mais que ficou por enumerar, são meros sinais. Não pode sobre eles edificar-se uma autêntica política de Salvação Nacional actual, a qual tem de radicar na realidade profunda da situação política, social e económica. E essa realidade é, para mim, a de que a revolução, tal como vem sendo feita, é inviável, pois está posta em causa a aliança Povo/M.F.A.

Creio que essa fase do pós-25 de Abril está em vias de encerramento.

Encontramo-nos ante um movimento popular que não só é anticomunista como aparece contra o M.F.A. e tudo quanto ele assumiu de então para cá: mando militar, socialismo revolucionário marxista, pretensas descolonização e libertação do Povo português e, agudamente, descolonização angolana.

Quaisquer soluções, mais ou menos moderadas, que queiram recuperar "esta" revolução, que é a de uma minoria do M.F.A., estão votadas ao fracasso, porque o Povo não a quer e está a demonstrá-lo por vários meios. Condenando os meios

violentos de que por vezes se tem servido, reconheço a razão que lhe assiste e que os políticos e os militares têm de respeitar sob pena de total fracasso.

Tanto as posições militares como as partidárias não consideraram, quanto a mim, esta realidade.

A revolução democrática do M.F.A., tal como o 25 de Abril a quis realizar, foi comprometida pelo radicalismo, irrealismo e incompetência de uma facção, intimamente ligada aos comunistas dos vários partidos e tendências marxistas-leninistas. Esta revolução de uma minoria é irrecuperável.

O M.F.A. não pode mais ser, nem deve querê-lo, o motor do processo político português. Até em obediência ao Programa. Até porque o M.F.A., como tal, já não existe; rebentou nas várias tendências que há muito o dividiam e agora brotaram incontroladas. Não há um M.F.A.; o que existem são várias tendências dentro das F.A., mais ou menos correspondentes, embora não coincidentes, como as tendências políticas partidárias.

Muitos e dos melhores militares também foram vítimas da orientação que uma minoria impôs ao M.F.A.. A grande maioria dos militares fiéis ao Programa é indispensável ao País, que deles necessita para a sua recuperação.

O que não pode, porque a realidade o não consente, é tentar reconstruir um inexistente M.F.A., apartidário ou suprapartidário, como motor do processo revolucionário.

Esse suprapartidarismo ou apartidarismo foi outro mito que agora se desfez.

Desde que interveio na política e monopolizou o poder, sem contudo o exercer eficazmente, o M.F.A. deixou de poder pairar acima dos partidos ou deles ficar à margem.

Esse é um sofisma que sempre conduz às ditaduras.

O problema do poder em Portugal já não é o do poder dentro do M.F.A. Cindido este, comprometido ao nível do poder numa política partidária comunista, jamais o M.F.A. pode reencontrar a sua unidade, consubstanciar um poder coeso, ser motor apartidário. Todas as tentativas nesse sentido estão de antemão votadas ao fracasso.

A solução tem de ser a do regresso ao Programa do M.F.A., que foi sendo esquecido e repetidamente violado. As F.A. comprometeram a sua honra no cumprimento desse Programa. E se alguns dos seus membros faltaram à palavra dada, espezinhando o Programa e ofendendo gravemente o Povo, estou certo de que a grande maioria dos militares portugueses não deseja senão cumprir o compromisso a que ligou a sua honra.

A solução não pode ser senão a do regresso à fidelidade do compromisso assumido, com anulação de todos os actos ofensivos do Programa.

Às F.A., divididas pessoalmente em opções políticas legítimas, compete, sem divisões, garantir a soberania e a independência nacionais, os direitos e liberdades

dos Portugueses, a sua vida e integridade físicas, o respeito pelas leis constitucionais e ordinárias.

Em Portugal como em Angola.

E a verdade impõe que se diga que frequentemente o não têm feito.

O motor político da revolução, como de toda a política, tem de ser o Povo, os partidos que o representam e as organizações em que se associa.

O M.F.A., ou, melhor, a minoria que o controlava, tentou monopolizar a representação do Povo e, declarando-o impreparado e inepto, substituiu-se a ele, decide por ele, impõe-lhe as suas decisões autoritárias e frequentemente partidárias.

Assim procedem sempre os ditadores.

O Povo mostrou que o não admite a um ponto irreversível. É indispensável que as F.A., cumprindo o compromisso que perante o Povo assumiram, lhe garantam que é ele o verdadeiro motor político e que o pode ser em liberdade e segurança, defendido das prepotências partidárias e da opressão que sempre anda associada aos regimes autoritários, militares ou não.

As F.A. portuguesas prometeram ao Povo a liberdade e a democracia, progresso e justiça social.

Ora a liberdade não existe quando as pessoas estão sujeitas ao arbítrio do poder, como hoje acontece.

E, como tenho dito inúmeras vezes, não há democracias militares.

Para que a promessa das F.A. seja cumprida é pois indispensável o estabelecimento imediato de um Estado de direito em Portugal.

Não posso deixar de lamentar que esta expressão não tivesse ficado a constar do art. 3.º da Constituição, já aprovado.

Vivemos hoje, como no tempo da ditadura nascida em 1926, em regime de concentração de poderes. À margem, portanto, de um Estado de direito.

À opressão da nova ditadura, que os Portugueses não estão dispostos a suportar mais, o Povo, agindo em legítima defesa, respondeu saindo para a rua, demonstrando, com a força desarmada que lhe dá a razão, que não tolera mais ser mandado por quem não o respeita nem respeitou a palavra de honra.

Hoje não é apenas o Partido Comunista e o general Vasco Gonçalves que estão em causa. São todos aqueles que assumiram a falta de respeito ao Programa do Movimento das Forças Armadas.

O progresso e a justiça social estão também comprometidos. Está dito e redito o que é hoje o 25 de Abril.

A economia e as relações sociais foram destruídas.

A nacionalização demagógica e inviável dos meios de produção - nacionalização que não foi votada pelo Povo nem pelos seus representantes e que por isso é ilegítima - foi o golpe final de uma economia em crise, consumida já por incompressíveis aumentos salariais - logo absorvidos pela elevação dos preços -, pelas constantes greves políticas, pela quebra de produção resultante da diminuição de trabalho, das ocupações abusivas e da indisciplina generalizada, fomentadas, quando não impostas, pelo Partido Comunista e pela Intersindical, com o apoio de uma minoria militar.

A agricultura afundou-se sob o olhar impassível dos responsáveis políticos, mais preocupados em favorecer as ocupações de propriedades do que em garantir à lavoura condições de sobrevivência.

As finanças nacionais estão esgotadas e sobrevivem graças às reservas salazaristas, que por ironia estão a servir, absorvidas a um ritmo alucinante, para alimentar a implantação da ditadura comunista militar.

O desemprego é catastrófico.

Tudo isto tem sido amplamente descrito, designadamente no bem elaborado documento do P.P.D. de 8 de Julho.

No campo humano e social fomentou-se toda a espécie de ódios entre os Portugueses, toda a sorte de intransigências e perseguições, em nome de uma revolução marxista que o Povo não quer, imposta por uma minoria de civis e militares comunistas que atraíram o ideário do Programa do M.F.A.

Expropriaram-se até os órgãos de comunicação, cortando a palavra à própria Igreja e ultrajando os seus fiéis.

Perdeu-se a própria liberdade, cuja restituição ao Povo foi a razão de ser da Revolução. Foi nisso que uma minoria transformou o 25 de Abril.

Mas onde o panorama é mais trágico é quanto à descolonização.

Ocultaram-se ao País os sofrimentos das populações de Moçambique e da Guiné.

Mas os horrores de Angola não podem calar-se, pois muitas das suas vítimas estão entre nós. Inúmeras são as vítimas da inércia, quando não da complacência, das próprias autoridades portuguesas de cá e de Angola. Todas sofreram uma descolonização de que a meu ver não podemos de modo algum orgulhar-nos, bem pelo contrário. E o drama continua a desenrolar-se sem que se tomem providências.

Continua a discutir-se qual dos marxismos militares sairá vencedor da crise constante, enquanto Angola e Timor agonizam e o País se esvai.

É bom recordar que a descolonização sempre foi retirada à competência do governo.

Dependendo directamente do presidente da República, nela estiveram especialmente empenhados Melo Antunes, Mário Soares, Almeida Santos, Rosa Coutinho, Vitor Crespo e outros oficiais, além de Vasco Gonçalves.

Não fomos portanto fatores da descolonização feita, que revestiu aspectos inaceitáveis de abandono e entrega.

A partir das linhas programáticas do Partido, defendemos a autodeterminação e independência assente na vontade de todos os habitantes dos territórios, baseadas numa constituição política elaborada pelos seus representantes eleitos, lembrando em todas as circunstâncias os Portugueses de outros continentes e garantindo-lhes, lá ou cá, o seu futuro. Isso não se fez.

É uma vergonha que ainda hoje os Angolanos tenham de apelar para governos estrangeiros na tentativa de salvar as suas vidas, depois de terem perdido tudo, sem ao menos se verem protegidos da violência que selvaticamente os atingiu. Tarde embora, desesperadamente tarde, isto tem de mudar.

E mudará se acabar o mando de uma minoria das F.A., a ditadura de trinta ou de três, o domínio marxista imposto ao País, em Portugal e em Angola.

Porque ou muda já em ambos os países, ou os dois se perdem sob o domínio comunista, no ódio, no sangue e na divisão dos próprios territórios africano e europeu. A divisão de Angola e a separação dos Açores são riscos concretos, como trágica é a sangrenta guerra civil em Timor.

Uma política de Salvação Nacional tem de partir de toda esta realidade. E não pode subordinar-se ao Pacto Constitucional nem às deliberações da Assembleia de Delegados do M.F.A.

Tem de se ir ao fundo da situação que descrevi e para além do Pacto, ou, melhor, não o considerando sequer, porque o mesmo foi desfeito.

E desfeito pelo M.F.A., que repetidas vezes o violou.

Fê-lo designadamente quando optou pela democracia directa, assente em organizações populares, e quando designou o triunvirato, contra tudo quanto ele dispõe.

É por isso que entendo que o Pacto não tem mais de ser considerado, nem para a resolução da crise, nem para a elaboração da Constituição.

Regressamos à situação anterior à sua assinatura. Temos de ater-nos apenas, mas sempre, ao Programa do M.F.A., que o Pacto violou.

A Assembleia Constituinte eleita é soberana. Tem de assumir plenamente essa soberania e elaborar uma Constituição que nem é provisória nem pode estar espartilhada num Pacto que foi desfeito; ele já não vigora nem vincula os partidos.

Como os não vinculam as deliberações da Assembleia do M.F.A. que contrariem o Programa.

Este é que é o verdadeiro e único Pacto entre as F.A. e o País, com força constitucional, que a ambos vincula, incluindo portanto os partidos representantes do Povo que neles votou para que os deputados eleitos por seu intermédio elaborassem a Constituição que nos assegure vivermos, desde já, num verdadeiro Estado de direito.

Para um governo de Salvação Nacional encarregado de executar uma política que salve o País, acho que devem manter-se todas as condições postas pelo P.P.D., para continuar a participar no IV Governo, cuja rejeição levou à sua saída. Elas são conhecidas e indispensáveis. Mas reputo-as hoje insuficientes.

Para além delas parece-me que tal política e o governo teriam de assentar também nos seguintes pontos:

- Reconhecimento da caducidade do Pacto Constitucional M.F.A./partidos políticos, da plena vigência do Programa do M.F.A. e da soberania da Assembleia Constituinte para a livre elaboração de uma Constituição definitiva.

- Fixação da data das eleições do Presidente da República e da Assembleia Legislativa no quadro da nova Constituição.

- Elaboração de um programa, ou de um plano de governo, no âmbito do qual, além do mais, constassem:

- as medidas imediatas para controlo da situação em Angola, defesa das suas populações, evacuação dos residentes de origem europeia que a desejem e assistência aos refugiados angolanos;

- redefinição do âmbito e do papel do sector público, retoma da linha do Plano de Desenvolvimento Económico e Social (Plano Melo Antunes), garantias ao investimento nacional e estrangeiro (código de investimentos estrangeiros), e medidas para ocorrer à crise económica e financeira.

- exclusão do P.C.P./M.D.P. do novo governo.

P. - O documento Melo Antunes, que acrescenta ele? O documento COPCON, que propõe ele? É possível a síntese desses dois documentos? Com que resultados?

R. - O documento dos nove é inegavelmente um acto de desassombro e factor importante na luta contra o domínio do P.C.P.-general Vasco Gonçalves.

Como tal mereceu o apoio que lhe foi dado pelos vários sectores democráticos. Compreensivelmente, estes uniram-se à volta da reacção contra aquele domínio. O documento em si pode consubstanciar um princípio de solução. Ele é a primeira reacção frontal vinda do interior do M.F.A.. É isso que decididamente acrescenta. Por isso pode ser ponto de partida para uma saída democrática, fase provisória da construção de uma democracia autêntica, que será assegurada pela Constituição definitiva, a elaborar pela Assembleia Constituinte.

A situação em Portugal e em Angola é de tal modo dramática que temos de aproveitar todas as oportunidades para sacudir a ditadura comunista-castrense e para dar quanto antes ao País um governo eficaz, dotado de verdadeiro poder, que o salve do abismo para o qual caminha sob o olhar impávido dos militares que se digladiam discutindo o sexo dos anjos, no caso concreto os caminhos do socialismo marxista.

Temos de acabar já com isso. E para tanto aproveitar todas as aberturas antitotalitárias.

Mas isso não significa que adira totalmente ao seu conteúdo. Ao documento está subjacente uma clara linha marxista que considero inaceitável.

É evidente que não perfilho também a condenação da social-democracia que nele se contém expressamente. Nem, como já disse, a sua visão política para superação da crise.

São claras as coincidências entre o documento dos nove e as posições do Partido Socialista. Divirjo de ambos em pontos essenciais, como dos dois divergem as posições programáticas do P.P.D.

Como já tem sido dito, é verdade que as análises do documento dos nove, e de algumas outras peças partidárias ou não, reproduzem boa parte das exposições que nos aspectos económicos e só-ciopolíticos o Dr. Vieira de Almeida e eu fizemos numa reunião com a Junta de Salvação Nacional e os oficiais do M.F.A., já em Junho de 1974, na qual o meu opositor exclusivo foi o hoje general Vasco Gonçalves, com quem sempre estive em desacordo, desde 28 de Abril de 1974.

Simplesmente, nessa altura, a denúncia das situações era plenamente oportuna, porque estávamos a tempo de aplicar-lhes os remédios indispensáveis, dentro da estrutura de poder que ao tempo vigorava e com respeito pelo Programa do M.F.A.

Hoje a situação é muito mais grave e as medidas terão de ir para além das preconizadas pelo documento Melo Antunes, como já disse.

Quanto ao documento do COPCON, a sua proposta está na linha das últimas deliberações da Assembleia do M.F.A.: um socialismo pauperista e populista, uma democracia popular comunista de tintas cubanas, em que a ditadura militar permanece por detrás da democracia directa assente em organizações populares.

Considero os dois documentos inconciliáveis. O dos nove dentro do M.F.A. e do Conselho da Revolução uma perspectiva democrática numa linha de análise parcialmente realista. O documento do COPCON é uma variante do radicalismo teórico, do irrealismo e do divórcio com o País e com os seus problemas que têm caracterizado o mando de uma minoria dentro do M.F.A.

Querer conciliar ambos implica perder o que de essencial traz de novo o primeiro.

1.1.33. Entrevista ao "Tempo" - 4/9/75

"ESTAMOS REDUZIDOS À CONDIÇÃO HUMILHANTE DE DISTRIBUIDORES DE CRAVOS MURCHOS..."

Francisco Sá Carneiro, uma figura da cena política portuguesa que dispensa referências, secretário-geral do P.P.D., actualmente substituído do exercício, mas cujo regresso à actividade política se prevê para breve, concedeu, no passado dia 31 de Agosto, a seguinte entrevista ao nosso jornal.

As citações que antecedem cada pergunta são de duas entrevistas concedidas por Sá Carneiro em 13-6-74 ao "Diário de Notícias" e em 1-11-74 ao "Expresso".

Tempo - Quais têm sido os meios de informação que o têm mantido ao corrente da evolução do processo revolucionário português?

Sá Carneiro - Ao longo de todo este tempo de doença e convalescença procurei manter-me informado, não apenas quanto ao que chama de "processo revolucionário português" mas sobretudo relativamente à realidade portuguesa global.

Esta é muito mais ampla do que o tal processo revolucionário. Para mim, é a realidade do País que verdadeiramente interessa. No processo revolucionário, tal como vem sendo praticado, estão empenhadas minorias de militares esquerdistas auto-promovidos a políticos e de políticos marxistas, mais ou menos leninistas, mais stalinistas, apoiados por uma pequena parte da população.

Ora, o País tem sido destroçado por este processo revolucionário imposto por minorias dogmáticas e sectárias, afastando cada vez mais o povo que está farto tanto do processo como dos seus mentores. A grande maioria da população tem bem demonstrado que já não suporta as pseudo-vanguardas nem as suas actuações abusivas e golpistas.

O que acima de tudo me tem interessado é o que se passa no nosso País. Por isso me tenho procurado manter o melhor informado possível, não só através de contactos pessoais, que nunca deixei de manter, como através da imprensa, rádio e televisão estrangeiras. Estas constituíram a principal fonte de informação completada por alguns semanários portugueses entre os quais o "Expresso" e mais recentemente, também o "Tempo".

A INFORMAÇÃO

"Durante mais de 40 anos de censura e, acima de tudo, nos quinze anos de televisão, o povo habituou-se a tomar como verdade oficial e como recomendado pelo Governo, tudo quanto lia nos jornais ou via na televisão. Demorará, naturalmente, algum tempo a compreender que agora não é assim."

"Os Portugueses evitarão o caos e a anarquia, se tiverem a informação a que têm direito, se os órgãos de informação colaborarem lealmente para esse fim." - DN

"T." - Como aprecia a informação de que os portugueses dispõem actualmente e as suas relações de causa e efeito com a evolução do processo revolucionário?

S.C. - É bom salientar que a entrevista que cita é de meados de Junho de 1974. Foi, creio, a primeira que dei, encontrando-me nessa altura no Governo. Acreditava, então, que tanto o Partido Comunista como os militares que já não assumiam parcialmente o comando do M.F.A. estavam seriamente dispostos a cumprir o programa do M.F.A., designadamente no que respeitava à liberdade de expressão e ao direito à informação.

Infelizmente não sucedeu assim.

Com o apoio de uma minoria militar, que tomou conta do poder, a informação foi posta ao serviço da minoria comunista, sua mentora. A informação volveu-se em propaganda. A liberdade de expressão foi negada, através do domínio de uma

facção de controlo do conteúdo das publicações por parte de um reduzido número de trabalhadores.

A evolução anti-democrática não foi evitada em grande parte porque ao Povo foi negada a informação a que tinha realmente direito. Pelo contrário, os órgãos de informação foram, sistematicamente postos ao serviço da destruição das estruturas sociais e económicas do País, com isso se fomentando o caos e anarquia que uma informação verdadeira e isenta muito teria contribuído para evitar.

Numa primeira fase, que durou aproximadamente até ao 28 de Setembro, o domínio dos órgãos de informação repartia-se entre o P.C. e P.S. As outras forças políticas entre as quais o P.P.D., eram marginalizadas e hostilizadas. Recordo-me, por exemplo, da maneira deturpada como foi transmitida pela RTP a conferência de imprensa em que anunciámos o lançamento do Partido. Nessa primeira fase, a situação de parcialidade bi-partidária dos órgãos de informação tinha o apoio dos socialistas, que dela beneficiavam, embora já houvesse sinais de desavenças, sobretudo na televisão.

No começo, os militares colocados nos órgãos de informação procuravam assegurar a isenção e o pluralismo, que nunca chegaram a existir. À medida que se foi desenrolando o processo de conquista do poder por militares marxistas da antiga comissão coordenadora, os órgãos de informação foram sempre postos ao serviço dessa conquista não democrática, verdadeira ditadura do M.F.A. à qual e ao qual se colou o P.C.P.-M.D.P., que, através da acção daqueles militares foi, juntamente com eles, o grande beneficiário do processo. Tal como as autarquias locais, tal como o aparelho estatal, os órgãos de informação foram ocupados e colonizados pelo Partido Comunista a fim de chegar à actual situação.

É então que os socialistas são progressivamente afastados e começam a protestar contra a situação.

Quanto a nós, há muito a vínhamos denunciando em comunicados e discursos. Não necessitamos do "caso República" para fazer o teste da falta de liberdade de expressão em Portugal. Já o tínhamos feito há muito, pois desde o início sentimos as discriminações a que então, os socialistas eram poupados.

É bom recordar também que o "caso Renascença" é muito superior ao do "República" mas até há pouco não encontrou o eco merecido.

Um foco de propaganda partidária e sectária foram as campanhas de dinamização, contra as quais muitas vezes o P.P.D. se insurgiu. Elas foram instrumento da propaganda da ideologia revolucionária marxista e da propaganda do P.S. e do P.C., especialmente em meios onde esses partidos tinham pouca aceitação. Simultaneamente, serviram para atacar a social-democracia e o P.P.D.

Mais tarde, a partir da questão da unicidade sindical que marcou o início dos ataques do P.S. ao M.F.A. do Conselho dos 20, as campanhas de dinamização passaram a propagandear apenas o P.C.P.-M.D.P. e a aliança comunista-militar.

Em suma, a informação foi ocupada, como as demais estruturas do poder, a fim de preparar a instauração de uma ditadura militar comunista, sob a capa do tal processo revolucionário.

Os Órgãos de Informação pagos, na sua quase totalidade pelo Povo, serviram para intoxicação deste. A reacção das pessoas foi a indignação e o desinteresse, bem como o recurso à rádio estrangeira.

Na imprensa, foi possível tentar combater o monopólio da Informação com a fundação de novos jornais, que, com parte da imprensa diária do Porto e com os jornais diocesanos e locais, constituem bastiões de informação livre, aos quais as pessoas acorrem, apesar das invectivas do general Vasco Gonçalves contra alguns desses jornais.

A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

"A consolidação da democracia está a ser dificultada pelas forças anárquicas e reaccionárias e elementos da extrema esquerda." - DN.

"T." - Por que forças e meios e com que presumíveis objectivos estará, agora, a ser dificultada tal consolidação?

S.C. - Nas três semanas de governo da Junta de Salvação Nacional e nos primeiros tempos do Governo Provisório assim parecia. E assim acreditei nessa altura. Depois, fui vendo que não era só isso e que não era sobretudo isso. A agitação económica e social tinha o apoio de fundo do Partido Comunista, embora fosse encabeçada por grupos extremistas e condenada, às vezes, por aquele.

Os comunistas não fizeram a Revolução, embora estivessem infiltrados no 25 de Abril, mas na sua estratégia, tinham de guindar-se a um lugar cimeiro, apropriando-se de uma revolução que não haviam feito. Para isso, começaram por assegurar-se o papel de mentores dos revolucionários, de animadores da revolução e, por fim, de seus salvadores.

Mentores dos revolucionários conseguem sê-lo através da influência que exercem na minoria de oficiais que se vai apropriar do M.F.A. e do poder político.

Animadores da Revolução tornam-se desde o início, com o 1.º de Maio e várias manifestações posteriores, ditas unitárias, em que o P.P.D., a princípio, também colaborou. É curioso, quanto ao 1.º de Maio, que os comunistas tivessem assegurado aos militares que se responsabilizavam por que não houvesse incidentes e tudo corresse na melhor ordem, desde que o Partido Comunista fosse reconhecido e tratado como partido democrático. Assim foi, autorizando-se as comemorações do 1.º de Maio depois de algumas hesitações. De facto, ele serviu para consagração do P.C.P.

Mas isto não bastava. Para que ocupasse a sua posição dirigente, da qual nenhum partido comunista pode abdicar, como ainda este mês recordava o dirigente soviético Zorodov, o P.C.P. e a minoria que o apoia, tinham de apropriar-se da revolução que não tinham feito. Conseguem-no, aparecendo como seus salvadores no 28 de Setembro e nas barricadas que montam e prolongam na primeira

ostensiva manifestação de poder popular, que mais tarde tentam repetir, cada vez com menos sucesso.

Esta apropriação do 25 de Abril e do M.F.A. pelo P.C. é acompanhada da ocupação da informação, das autarquias locais, e do aparelho de Estado, a que já aludi.

Aí está para mim, um dos mais importantes factores impeditivos da consolidação da democracia.

O outro está na apropriação do poder político pelos militares.

O programa do M.F.A. previa um governo civil provisório e a delimitação do seu poder relativamente à Junta de Salvação Nacional, ao Conselho de Estado e ao Presidente da República, prevendo, também, a substituição dessa orgânica mista civil-militar por uma orgânica totalmente civil, no quadro das eleições e da futura Constituição. Tudo isso está hoje posto de lado e substituído por um regime militar, que tem os partidos como colaboradores acessórios.

O movimento de apropriação do poder pelos militares começou durante o 1.º Governo Provisório e partiu da Comissão Coordenadora e de alguns dos 7 Membros do Conselho de Estado. Chefiou-o Vasco Gonçalves, tendo papel destacado Vitor Crespo, Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho e menos obviamente, Varela Gomes, sobretudo através do primeiro dos referidos.

Esta acção desenvolveu-se através da intromissão da Coordenadora, falando em nome do M.F.A., na acção do Governo, da Junta e do próprio Presidente da República.

Ao primeiro Governo foi até dirigida, em meados de Junho, uma moção de censura, assinada, em nome da Comissão Coordenadora, por Vasco Gonçalves.

As progressistas interferências, que visavam reivindicar o poder para o M.F.A., controlado por uma minoria, foram factor dominante da chamada crise Palma Carlos.

A constituição do 2.º Governo Provisório já militar, levou ao poder o grupo referido, que passou a orientar exclusivamente o M.F.A.

O processo foi-se desenvolvendo, com a marginalização dos partidos e a absorção de todo o poder pelos militares. Assim se inutilizou a prometida democracia, que supõe e exige um poder civil legitimado pelo sufrágio. A institucionalização do regime militar consumou-se com a criação do Conselho da Revolução e com o Pacto Constitucional entre os partidos e o M.F.A.

Contra o que haviam prometido sob palavra de honra, os militares agarram-se ao poder até o absorverem.

A democracia, por definição civil e assente no sufrágio, na escolha do povo, nos partidos políticos, nos direitos e liberdades das pessoas, os militares, para conservarem o poder, substituíram a ditadura, fundada na concentração de poderes, no arbítrio autoritário, no populismo e no socialismo colectivista, que o povo jamais escolheu.

Por enquanto, ninguém exerce o poder ditatorial, porque a minoria detentora do M.F.A. se dividiu e as diversas facções carecem de força suficiente para se imporem às demais.

Mas a máquina está montada. Resta-nos a esperança que tanto as Forças Armadas como os partidos políticos assumam as suas responsabilidades na restauração da democracia.

As primeiras, rejeitando o resultado das manobras de uma minoria e regressando ao programa, em cujo cumprimento empenharam a sua honra. Os partidos democráticos, correspondem à confiança que o eleitorado neles depositou e recusam colaborar em ditaduras ainda que militares, socialistas e... provisórias...

O Povo já se antecipou. Será a partir da sua reacção cada vez mais intensa que se poderá impedir a instauração de uma nova ditadura.

O CONTENCIOSO PS/PCP E PS/MFA

"Quanto à consolidação da liberdade democrática tem o P.C. sido muito realista, pondo tal consolidação como essencial e nela filiando lúcidas e públicas tomadas de posição."- DN.

"T" - Como interpreta e avalia o contencioso actualmente existente entre o P.S. e o P.C.P. e entre o P.S. e certos sectores do M.F.A.?

S.C. - Acreditei no início, que era possível, no Governo a colaboração com os comunistas, que se apresentavam como partido respeitador dos direitos e liberdades das pessoas, das regras democráticas, do pluralismo político a todos os níveis, dentro do quadro do programa do M.F.A., por todos aceite.

Hoje, é bem patente que o P.C.P.-M.D.P. procedeu e procede de maneira inteiramente oposta. Está feita a denúncia do seu procedimento anti-democrático, dos seus constantes atentados aos direitos e liberdades fundamentais da pessoa, do seu totalitarismo golpista, que nos conduziram à actual situação. Participar hoje com os comunistas no Governo seria, a meu ver, comprometer o êxito da tarefa deste: mais do que isso, seria continuar no caminho que conduziu o País à beira da ruína e Angola ao caos sangrento.

Com o povo português, somos pelos princípios e pelos fins a atingir, não pelos meios apenas, radicalmente opostos ao comunismo totalitário, de raiz marxista-leninista, seja ele qual for. É incompatível connosco. É definitivamente inaceitável. É, mesmo, uma convivência impossível ao nível de gabinete. A chamada democracia colectivista ou popular, não é nem nunca será a nossa. Por isso, mutuamente, rejeitamos e, reciprocamente, excluimos: eles o têm dito mais do que nós.

O erro que de início, cometi não me envergonha, pois procurei corrigi-lo e repará-lo desde que dele me apercebi. O mesmo não pode dizer-se de vários responsáveis do M.F.A. e de alguns políticos, que conhecendo bem o P.C.P., com o qual conspiraram e prepararam até o 25 de Abril, não descansaram enquanto o não viram reconhecido, aceite e instalado no poder, que tentou e tentará monopolizar.

Confessadamente, em Portugal, e comprovadamente em todos os países em que alcançaram o poder, os comunistas não são democráticos à maneira europeia e ocidental, única, humana e autêntica. Por isso não podem dar garantias de democracia.

Invoca-se muito o exemplo dos partidos comunistas francês e italiano, que nunca alcançaram o poder, estando por demonstrar a democraticidade do seu governo. Considero de resto revelador o apoio dado pelo Partido Comunista Francês ao P.C.P. E o Partido Comunista Italiano com fortes divergências e posições críticas relativamente ao P.C.P., viu em Moscovo, aquando da visita de Berlinguer, neste mês de Agosto, ser-lhe recordado o carácter revolucionário e não eleitoralista do comunismo, participando, então, no apoio soviético ao P.C. português, não obstante as críticas que anteriormente lhe dirigia.

As duas táticas - democrática e eleitoral fora do governo, totalitária e opressora quando chegado a ele - estão longe de pertencer ao passado. Sabemo-lo em Portugal, por experiência própria. E recordam-no hoje, abertamente, os responsáveis pelo comunismo internacional.

Nunca envolvemos os comunistas no abraço fraterno com que os socialistas de Mário Soares os acolheram e por muito tempo mantiveram.

Nesse tempo, era a nós que atacavam e aos comunistas que publicamente apoiavam, em busca da união ainda não consumada. Estou, por isso, perfeitamente à vontade para reconhecer o mérito e a utilidade da campanha de denúncia do P.C.P. que o P.S., encabeçado por Mário Soares, desenvolveu a partir da questão da unicidade sindical, altura em que a doença me foi afastando da liderança do P.P.D.

São, pois, justos os resultados eleitorais e de popularidade que essa campanha grangeou ao P.S. e ao seu S.G., bem como os contributos que tem dado para a elaboração de uma política de salvação nacional.

Mas se o discurso e a tática eleitorais do P.S. são anti-comunistas, e até social-democratas, o seu discurso e tática constitucional são marxistas e cooperantes com o P.C.P., na feitura da Constituição. O P.S. está a dar à Constituição um forte impulso marxista, votando com o P.C. sempre que se trata de interpretações marxistas, com oposição do P.P.D..

Nós não somos marxistas. Muito menos leninistas. Temos, pois, em relação ao comunismo, e não apenas quanto ao P.C.P., uma oposição de princípios que o P.S. não tem, como partido de orientação marxista-leninista. Dos comunistas separa-nos o marxismo-leninismo e o stalinismo. Separa-nos tudo. Temos concepções de vida e de sociedade totalmente diferentes, inconciliáveis. Não somos da família marxista.

Não sucede assim com o Partido Socialista. O que o afasta do P.C.P. é o leninismo e a versão estalinista defendida e praticada pelos dirigentes comunistas portugueses, mais do que os princípios de base.

Para mim um programa comum do P.P.D. e do P.C.P. é inconcebível. Para os socialistas ele ainda não foi possível.

Ao contrário dos socialistas, entendo que não podemos nunca ver nos comunistas aliados tácticos ou programáticos. Por isso, diversamente do P.S., entendo que um Governo de Salvação Nacional não poderia incluir o P.C.P.-M.D.P.

A nossa oposição ao comunismo é muito mais profunda e total que a dos Socialistas. E é mais eficaz também, parece-me. Por isso, o P.C.P. não se cansa de proclamar, e não só ele, que não haverá em Portugal social-democracia.

Enquanto esta é, a meu ver, o principal obstáculo ao comunismo, o socialismo do P.S. tenta ser seu aliado.

Um último e decisivo ponto. As divergências entre os partidos socialista e comunista portugueses são uma peripécia da procura de unidade da esquerda europeia, dependente em grande parte, das orientações de Moscovo, como resulta designadamente dos recentes artigos do "Pravda" e das posições de Baradov e Ponomarev. A proposta há dias feita por Mário Soares no sentido de os problemas da transição para o socialismo serem discutidos em conferência dos partidos socialistas e comunistas de Espanha, Itália e Portugal e a aceitação de princípio que tal proposta teve, mostram bem a interligação internacional que tem o contencioso P.S.P.C.P.

Para nós a oposição ao comunismo é independente de qualquer estratégia unitária internacional: é fruto da gloriosa experiência nacional que vivemos estes dezasseis meses, esclarecidas pelas dramáticas experiências dos vários países e povos submetidos ao domínio soviético e às várias ditaduras marxistas, civis ou militares.

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

"O problema da agricultura é um dos mais difíceis que o Governo terá de enfrentar. Por um lado, a agricultura precisa de rápidas reformas estruturais, que vão de propriedade, à inserção da agricultura no conjunto da economia do País e ao problema do trabalho rural. Por outro lado, essas reformas exigem tempo e não poderão processar-se sem tensões, o que poderá revestir-se de consequências graves face à necessidade de assegurar o abastecimento da população em bens alimentares.

Não sou partidário de uma política sistemática de nacionalizações. Há hoje vários outros meios de controlo do poder económico e de garantir a prevalência do interesse social." - D.N.

"T." - Como aprecia as reformas estruturais já operadas na economia portuguesa, em especial depois do 11 de Março, particularmente no tocante à política de nacionalizações e à reforma agrária? E como prevê o futuro próximo da situação económica do País.

S. C. - Tive, há pouco, ocasião de manifestar o meu desacordo com a política de nacionalizações seguida depois do 11 de Março, na entrevista dada ao "Jornal Novo", na semana passada.

Transformou-se a revolução democrática do 25 de Abril numa revolução socialista colectivista sem ouvir o Povo. Este nunca escolheu a via a seguir, nunca se pronunciou sobre as nacionalizações, nem sobre a reforma agrária, nem sobre as várias outras reformas de fundo que, segundo o programa, tinham de assentar na escolha do Povo.

As nacionalizações e demais reformas foram, portanto, sem legitimidade. E, também, oportunidade e sem correspondência com os interesses económicos e sociais do País. Foram demagógicas, realizadas em obediência a princípios político-doutrinários rígidos, que são os de uma minoria. Obedeceram a uma tática de destruição integral do sistema sócio-económico que arruinou o País e vai implicar sacrifícios incomensuráveis e desnecessários para os Portugueses, muito maiores que os actuais.

No campo da agricultura, o que se tem feito é, também, pura delapidação da já pouca riqueza existente. Para avançar mais rapidamente nesse caminho destruidor, a própria reforma agrária cedeu o passo às ocupações de propriedades e ao desbarato dos bens.

Em lugar das reformas estruturais necessárias, fez-se a destruição demagógica e irresponsável das estruturas. A situação económica e financeira é catastrófica.

Fruto daquela destruição e da incompetência e incúria de que os detentores do poder têm dado provas, a situação actual apenas poderá conduzir a um socialismo de miséria e de opressão, ou seja, ao contrário de socialismo personalista, assente na libertação e na realização dos homens, que a social-democracia visa.

Apesar do drama pungente da situação aflitiva de desemprego, inflação, quebra de produção e falência generalizada em que nos encontramos, os responsáveis político-militares continuam a disputar-se o poder, em crise permanente, embrenhados em discussões sobre o sexo dos anjos, sem que sejam tomadas quaisquer providências úteis.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

"Portugal não tem dificuldade em caminhar de braços abertos para a Europa, tanto mais que também em sentido inverso o acolhimento tem sido muito positivo. Esse é um movimento que considero irreversível." - D.N.

"T." - Como avalia os critérios que têm presidido às relações internacionais do nosso País, nas perspectivas política e económica?

S.C. - Entendo que, cada vez mais, a sobrevivência de Portugal como nação independente passa pela sua integração na Europa do Mercado Comum, pela qual há muito optaram os emigrantes portugueses.

Essa integração tem sido descurada. Não quisemos nem soubemos obter a tempo o auxílio europeu de que tanto carecíamos. Por irrealismo, por demagogia, por

incompetência, desperdiçámos possibilidades de financiamento, de auxílio e de investimento, que hoje estão definitivamente comprometidos.

Em lugar de intensificarmos as relações diplomáticas e comerciais que mais nos interessavam - aquelas que, protegendo os trabalhadores e exportadores portugueses, desenvolveriam a nossa economia -, demos prioridade às aberturas a Leste e ao Terceiro Mundo, com as quais nada lucrámos.

Acho que devemos manter relações diplomáticas com todos os países.

Mas esse princípio é de prática integral impossível, mesmo para as nações ricas, pois não podem multiplicar-se as embaixadas.

Ele tem de ser aplicado de harmonia com as nossas possibilidades e interesses.

O que se tem feito é, mais uma vez, sacrificar os interesses do País aos princípios políticos de alguns. Andamos, assim, a abrir embaixadas e fazer viajar missões por países de Leste e do Terceiro Mundo, nos quais não temos quaisquer interesses a defender. E descuramos as relações com os países da Europa e da América, nos quais se encontram os nossos emigrantes, para os quais se dirigiam as nossas exportações e dos quais podíamos ter recebido o auxílio concreto e imediato de que carecíamos. Esses países são mesmo frequentemente atacados no delírio verbal irresponsável dos recém-chegados ao poder.

Também no campo internacional se sacrificam a realidade e os interesses do País aos princípios teóricos mal assimilados. Estamos, hoje, de novo, isolados, reduzidos à humilhante situação de distribuidores dos cravos murchos de uma revolução falhada.

A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

"As conversações com os movimentos de libertação depararão com questões de resolução muito árdua e morosa.

"Moçambique será a colónia de solução mais difícil." - D.N.

T. - Como avalia a evolução do processo de descolonização e, em particular, a situação a que se chegou em Angola?

S.C. - Podia recordar passagens mais significativas de entrevistas e discursos em que exprimi a minha opinião sobre a descolonização.

Preconizávamos um cessar-fogo imediato e negociado. O que houve foi a rendição das nossas tropas e a entrega do controlo do território aos movimentos de libertação, perante os quais as populações ficaram indefesas. Populações que necessitavam da nossa protecção, entre as quais as de origem europeia.

Não só não as protegemos como nem sequer defendemos a sua vida e os seus haveres. Até há pouco, nem sequer dos seus sofrimentos se podia falar.

A descolonização fracassada, apregoada de exemplar pelos seus autores, volveu-se em verdadeira tragédia.

Menor e mais discreta em Moçambique, na Guiné e em Cabo Verde, onde o silêncio acompanhou a implantação de regimes marxistas ditatoriais de partido único.

Clamorosa em Angola e em Timor.

Abandonadas à sua triste sorte e sentindo-se traídas pelas autoridades portuguesas, as populações vêem-se obrigadas a apelar para o socorro estrangeiro.

Nem sequer soubemos assegurar a tempo e eficazmente a evacuação dos portugueses de Angola.

Parece até que em Moçambique oficiais portugueses ficaram presos continuam incomunicáveis nas mãos da Frelimo.

A situação é absolutamente revoltante.

Hoje ainda só se conhece uma pequena parte do drama angolano, que ultrapassa muito os horrores do Congo. As mortes, os sofrimentos.

A autodeterminação e criação de condições de convivência pacífica entre todas as populações, que eram indispensáveis para uma autêntica descolonização e da nossa responsabilidade, substituiu-se a demissão de entrega aos movimentos de libertação e o abandono das populações que necessitavam da nossa protecção, entre as quais as de origem europeia. Não só não as protegemos como nem sequer defendemos a sua vida e os haveres. Até há pouco, nem sequer dos seus sofrimentos se podia falar.

A descolonização fracassada, apregoada de exemplar pelos seus autores, volveu-se em verdadeira tragédia. Menor e mais discreta em Moçambique e na Guiné, e em Cabo Verde, onde o silêncio acompanhou a implantação de regimes marxistas ditatoriais de partido único. Clamorosa em Angola e em Timor. Abandonadas à sua triste sorte e sentindo-se traídas pelas autoridades portuguesas, as populações vêem-se obrigadas a apelar para o socorro estrangeiro. Nem sequer soubemos assegurar a tempo e eficazmente a evacuação dos Portugueses de Angola. Parece até que em Moçambique oficiais portugueses ficaram presos e continuam incomunicáveis nas mãos da Frelimo. A situação é absolutamente revoltante.

Hoje ainda só se conhece uma pequena parte do drama angolano, que ultrapassa muito os horrores do Congo, as mortes, os sofrimentos e as destruições de um ano de descolonização são, só em Angola, inúmeras vezes superiores aos ocorridos em mais de dez anos de guerra nos três territórios.

A SOCIAL-DEMOCRACIA

"Não podemos ter a pretensão, porque não temos a menor possibilidade de passar de um capitalismo selvagem, sem regras, do próprio sistema, para um socialismo em liberdade, que poderá ser o mais justo, mas que não se conseguiu ainda em países que têm meios económicos e humanos, de que nós carecemos, para tentar a experiência." - D.N.

"A experiência histórica prova que o governo de socialismo em liberdade só se tem realizado numa via de social-democracia. Experiências tentadas de governos

socialistas sem ser numa via social--democrata ou conduziram a ditaduras reac--cionárias ou desembocaram em regimes comunistas." - Exp.

"T." - Qual a viabilidade que ainda defende para a social-democracia em Portugal?

S.C. - Continuo a entender que o programa do P.P.D. - a social-democracia para Portugal - é o que mais convém ao País.

No Governo ou na Oposição é esse programa que nos compete defender, sem preocupações de seguidismo revolucionário ou de esquerdismos vanguardistas. Temos sim, de dar respostas concretas e eficazes aos problemas dos portugueses.

Defendemos as soluções que mais próximas estão dos interesses da vontade de todos os Portugueses e não apenas de uma classe; as que melhor se ajustam aos seus desejos de liberdade, progresso e paz.

Será dentro da linha social-democrata do nosso programa, com realismo e humildade, face à imensidão dos problemas nacionais, que o P.P.D. poderá cumprir o que o País dele espera, contribuindo para um poder eficaz e estável, que governe realmente, sem o qual não há democracia.

O FIM DA COLIGAÇÃO E O DOCUMENTO DOS NOVE

"Saber estar e romper a tempo, correr os riscos da adesão e da renúncia, pôr a sinceridade das posições acima dos jogos pessoais - isso é a política que vale a pena: aventura lúcida da prossecução do bem comum na linha sinceramente tida como a mais adequada ao progresso dos homens." - D.N.

"T." - Como interpretar e avaliar o abandono do governo por parte do P.S. e (em particular) do P.P.D. e as suas consequências, nomeadamente a instituição da "troika" e as dificuldades de formação de um V Governo (militar-apartidário)?

S.C. - O P.P.D. saiu muito bem do Governo, com uma posição própria e clara. Creio que já devia ter rompido mais cedo. Os atentados à democracia já eram demasiado evidentes e não era possível contestá-los por mais tempo.

A saída do P.P.D. e P.S. clarificou a situação. Não desencadeou qualquer crise. Contribuiu apenas para denunciar a situação pré-existente. As opções tornaram-se claras. Ou caminhamos para uma ditadura comunista ou retomamos a revolução democrática do 25 de Abril. Para isso, na minha opinião, tem de deixar-se o Pacto Constitucional, o Plano da Acção Política, o Documento-Guia, o Conselho da Revolução, o Triunvirato, a Assembleia do M.F.A., a Constituição Provisória e o poder militar, para se regressar ao cumprimento do Programa.

O que se passou a partir do segundo Governo Provisório até à recente nomeação de Vasco Gonçalves para Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi fruto da apropriação do poder por um grupo de militares e da luta que entre eles se desenvolveu. De início coeso, no seu objectivo de instituição de um poder militar socialista o grupo divide-se quando, conquistado o poder, se passa ao seu exercício. Seria longo descrever as diversas fases, de resto conhecidas.

A última situação é de Vasco Gonçalves divorciado dos seus antigos companheiros, isolado no poder, com apoio exclusivo dos comunistas. Esgotada a ocupação do poder político pelo General Gonçalves-P.C.P., contestados um e outro, violentamente, opera-se a mudança de há dois dias. O Presidente da República não demite Vasco Gonçalves. E leva-o à chefia suprema das Forças Armadas. E substitui-o, por isso, no cargo de primeiro-ministro, por um oficial da confiança e da linha do general Gonçalves.

Não se sabe ainda o que será o Governo 5 e 1/2, já que não é formalmente o 5.º nem será por certo substancialmente o 6.º. É evidente que o Presidente da República deu mais uma importante vitória à linha comunista-Vasco Gonçalves. Mantendo as conquistas operadas no aparelho político-económico-administrativo, essa linha, com um Primeiro-Ministro da sua confiança, ficou agora em posição de avançar na ocupação do aparelho militar, no qual lhe faltavam apoios. Veremos, por certo, alterações de estruturas e de comandos a traduzir essa ocupação e, com toda a probabilidade, renascer, sob outra forma, a 5.ª divisão.

Consolidou-se e fortaleceu-se a posição de Vasco Gonçalves-P.C., dando-se-lhe novos poderes e possibilidades de muito maior força militar e abrindo talvez os caminhos a uma nova e generalizada repressão sobre os não comunistas.

O Presidente da República, contra a vontade do povo, das forças políticas e da maioria das Forças Armadas, aumentou a probabilidade de uma ditadura comunista em Portugal.

O Documento dos Nove é, em si, uma iniciativa louvável pela atitude frontal de oposição ao domínio comunista-Vasco Gonçalves. Ele reflecte no entanto a luta pelo poder do M.F.A. Poderá apresentar uma abertura para a democracia desde que, para além das soluções propostas, se ultrapasse o poder do M.F.A. e retome o poder civil, com o apoio, mas sem o domínio das Forças Armadas. Assim o impõe a democracia.

E também as necessidades de governação eficaz, já que os militares sempre revelaram ser péssimos governantes.

Hoje, como há uma semana, parece-me que as condições para a resolução da crise e para uma eventual participação do P.P.D. no Governo são as que enumerei na entrevista dada ao "Jornal Novo". Ou seja: - todas as condições postas pelo P.P.D. para continuar a participar no VI Governo.

- Reconhecimento da caducidade do Pacto Constitucional M.F.A.-Partidos Políticos, da plena vigência dos programas do M.F.A. e da soberania da Assembleia Constituinte definitiva;

- Fixação das eleições do Presidente da República e da Assembleia Legislativa no quadro da nova Constituição;

1.1.34. Conferência de Imprensa no Hotel Roma - Setembro de 1975

- Elaboração de um programa, ou de um plano de Governo, no âmbito do qual, além do mais constassem: as medidas imediatas para controlo da situação em Angola, defesa das populações, evacuação dos residentes de origem europeia que a desejem e assistência aos refugiados angolanos; redefinição do âmbito e do papel do sector público, retomada da linha do Plano de Desenvolvimento Económico e Social (Plano Melo Antunes), garantias ao investimento nacional e estrangeiro (códigos de investimentos estrangeiros), e medidas para ocorrer à crise económica e financeira;

- A exclusão do P.C.P./M.D.P. do novo Governo.

Sem isso, o Documento dos Nove, ou qualquer outra solução análoga, redundará sempre em ditadura militar, mais ou menos peruana, mas sempre aceitável.

Não podemos esquecer-nos que no Documento dos Nove se defende o poder militar supra-partidário, que será necessariamente antipartidário. Uma vez no poder os militares acabam sempre por não tolerar partidos políticos. A opção fundamental que se põe em Portugal é entre a democracia de um poder civil e garantida pelas forças armadas ou uma das várias formas de ditadura militar. Essa opção ultrapassa a do Documento dos Nove.

COSTA GOMES

"Costa Gomes consubstancia a garantia máxima do cumprimento do programa do M.F.A. perante o povo português e perante o Mundo; está, por isso, e pelas suas qualidades pessoais de inteligência, senso político e experiência humana, numa posição óptima para levar a cabo, como sumo responsável dele, o processo de democratização política. Neste trabalho, em que todos devemos estar empenhados, o M.F.A. representa, como é óbvio, um papel fundamental. É nele que todos confiamos plenamente, para que o processo político do encontro do povo português com a sua liberdade e a preparação do seu encontro com o futuro sejam feitos de harmonia com o programa do M.F.A., em termos de democracia pluralista, assente no voto universal, directo e secreto." - Expresso.

"T." - Qual pensa que possam ser o pensamento e o papel do Presidente Costa Gomes no actual momento político português?

S.C. - Nem o Presidente Costa Gomes nem o M.F.A. correspondem à expectativa e à confiança constantes do passo transcrito.

O presidente da República solidarizou-se com o General Gonçalves e com a sua linha política, como o demonstra a promoção de anteontem.

Os seus actos estão, portanto, em contradição com as palavras que vem proferindo. Por isso, não é possível formular um juízo sobre o seu pensamento.

Quanto ao seu papel, ele tem sido o de apoiar o poder militar em detrimento da democracia. E, dentro das várias linhas militares de orientação marxista, a do

General Gonçalves. O Presidente Costa Gomes identificou-se de tal modo com esta, que não vejo que possa ter qualquer papel na orientação verdadeiramente democrática que o povo reivindica e o País merece, pela qual as Forças Armadas e os partidos políticos têm de lutar ao lado do Povo.

1.1.35. Conferência de Imprensa - 24/9/75

1. Pareceu-me oportuno, na ocasião do meu regresso, pôr-me à disposição dos representantes dos órgãos de informação para esclarecimento das questões que entendam pertinentes.

Tomo esta iniciativa antes de reassumir o exercício do cargo de secretário-geral do P.P.D. e a título estritamente pessoal.

Precisamente porque ainda não reocupe esse cargo, as minhas declarações só a mim envolvem e responsabilizam.

Ao pôr-me à disposição dos órgãos de informação cumpro um dever pessoal. Procuro, além disso, colaborar com aqueles órgãos no cumprimento do dever de facultarem ao público a informação a que tem direito.

2. O longo período da minha doença e da convalescença que se lhe seguiu, aliado à quase total falta de informação sobre o meu estado de saúde, deram origem às habituais especulações e boatos.

Em entrevistas concedidas a dois jornais portugueses, tive já ocasião de esclarecer a minha posição.

Afastado por doença da actividade política desde meados de Fevereiro passado, não tive, por esse facto, ensejo de, no partido e fora dele, sustentar os meus pontos de vista sobre os importantes acontecimentos que o País viveu, especialmente depois de 11 de Março.

Significando em regra o silêncio que não há discordância a expressar, rompi-o logo que a evolução do meu estado de saúde me permitiu antever o regresso à actividade normal e, portanto, também à actividade política, pois assim o impõem as responsabilidades assumidas que não poderia nem querer enjeitar.

Hoje tenho o prazer de lhes comunicar que, encontrando-me restabelecido, comuniquei ontem ao presidente do Congresso e do Conselho do P.P.D. estar em condições de reassumir o exercício do cargo de Secretário-Geral do Partido, para o qual fui eleito por dois anos no nosso primeiro Congresso.

Tendo lugar uma reunião do Conselho Nacional nos próximos dias 27 e 28, será essa a ocasião de concretizar a minha reentrada em funções.

3. O bom resultado eleitoral que o P.P.D. obteve, um milhão e meio, ou seja cerca de 27 por cento dos votos, se lhe confere especiais responsabilidades, dá-lhe também o direito de ser tratado de acordo com a posição que ocupa de segundo maior partido português, a uma distância eleitoral de 11 por cento em relação ao maior partido e de 14 por cento relativamente ao terceiro. De facto, o P.P.D. teve

mais do dobro dos votos que o P.C.P. obteve e cerca de três quartos daqueles que o P.S. conseguiu.

Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, têm sido frequentes os ataques à social-democracia que o P.P.D. propugna. Refiro-me apenas àqueles que provêm de autoridades militares ou civis ao tomarem posição no exercício dos seus cargos, já que os demais ou são feitos em termos que não merecem resposta, ou se integram naturalmente na luta política e partidária, fruto das suas divergências de opinião.

Especialmente significativas têm sido as tomadas de posição anti-social-democrata por parte do presidente da República, do actual primeiro-ministro e de membros do Conselho da Revolução.

Em Portugal não pode ser-se oficialmente anticomunista, mas parece dever ser-se oficialmente anti-social-democrata.

Isso está profundamente errado e é contrário à isenção, ao pluralismo e ao respeito pela democracia que tem de exigir-se às autoridades civis e militares. Com todo o respeito pelos cargos, com inteira imparcialidade relativamente às pessoas, mas sempre também com a clareza e a dureza necessárias, há que dizer que nem o presidente da República, nem o primeiro-ministro nem qualquer autoridade no desempenho das suas funções tem o direito de tomar posição contra a social-democracia ou contra o programa de qualquer partido legalmente constituído, sobretudo quando tal programa foi votado por número significativo de eleitores.

A menos que o presidente da República, o primeiro-ministro ou demais autoridades se reconheçam expressamente partidários, e portanto parciais; indiferentes aos resultados eleitorais, e portanto à margem da representatividade democrática; incapazes de acolherem concepções diferentes das que pessoalmente perfilham ou como movimento seguem, e portanto politicamente intransigentes.

Se a escolha do socialismo significa isto, então é bom que claramente seja expresso para que se percam quaisquer ilusões pluralistas.

4. É contudo errado condenar a social-democracia em nome do socialismo.

A esse título seria mais adequada a condenação do comunismo.

Mas os dirigentes do M.F.A. carecem de legitimidade para em nome do Povo, ou mesmo de todas as F.A., fazerem a opção definitiva por certo socialismo.

O Povo ainda não escolheu qual a via socializante. Pronunciou-se, sim, abertamente, pela liberdade e pluralismo democrático dessa via.

Qual ela seja concretamente, o sufrágio o determinará. Os Portugueses podem, pelo mesmo meio, vir a fazer opção diferente, como é normal em democracia.

A plataforma constitucional refere-se à via socializante que permitirá levar a cabo, em liberdade mas sem lutas estéreis e desagregadoras, um projecto comum de reconstrução nacional. Esse o seu objectivo expresso.

O plano de acção política vai mais longe. Mas o seu valor não é superior ao de uma proposta programática conjuntural.

Nós, que nos consideramos socialistas, como sociais-democratas que somos, entendemos que em verdadeira democracia a opção eleitoral tem de ser acatada.

Daí o respeito que a todos tem de merecer quer a existência e a actuação de partidos socialistas ou não, quer a escolha popular que neles eventualmente recaia.

5. Mas qual é afinal o socialismo que alguns militares escolheram e em nome do qual se condena a social-democracia, mas não o comunismo?

Contra o que se tem afirmado, o socialismo não é só um, como deriva de resto expressamente da própria plataforma constitucional.

Quando se afirma a singularidade do socialismo quer normalmente referir-se o soviético: a expressão "socialismo só há um" é de um artigo do Pravda, publicado há anos, como foi salientado na Assembleia Constituinte.

Mas o socialismo não se deixa espalhar no modelo soviético, ou em qualquer outro.

O socialismo será o que o Povo quiser que seja, e se o Povo o quiser.

Ele não se define necessariamente pelos padrões do impropriamente chamado socialismo científico.

Ele não implica necessariamente a apropriação colectiva de todos os meios de produção e de troca, nem tão-pouco a construção da sociedade sem classes mediante tal colectivação, realizada ou não sob a ditadura do proletariado.

Por isso, quando se defende, para Portugal, como único, esse modelo de socialismo, quando se aponta como meta a atingir a sociedade sem classes, quando em nome desse socialismo se condena a social-democracia, quando se qualifica o P.P.D. de partido capitalista, quando se fala em República socialista, quando se exclui a social-democracia como objectivo último da revolução, quando se lhe nega papel de liderança política, está a defender-se um certo modelo de socialismo contra a social-democracia.

Ora a verdade é que esta se identifica historicamente com o socialismo democrático, expressão equivalente e frequentemente empregue nos programas dos partidos social-democratas.

6. O P.P.D. defende a social-democracia para Portugal.

Ela não é apenas via para o socialismo, mas simultaneamente o socialismo possível em cada momento segundo a escolha do Povo através do sufrágio.

A sociedade socialista que assim procura construir-se não é definida pelos dogmáticos ou pretensos cientifismos; não só não passa pela ditadura do proletariado, como tão-pouco assenta necessariamente na apropriação colectiva de todos os meios de produção ou se identifica com a sociedade sem classes como

conceito rigorosamente marxista equivalente a sociedade comunista, correspondente à fase superior do chamado socialismo científico.

Para nós, a sociedade socialista a atingir é aquela em que cada um se realiza plena e livremente, abolidas que sejam as condições de alienação, exploração e opressão da pessoa humana.

Cito palavras do deputado Barbosa de Melo na Assembleia Constituinte, as quais traduzem com exactidão e autoridade o que sempre foi o meu pensamento e o que considero corresponder verdadeiramente ao programa do P.P.D.: "O socialismo personalista exige o permanente respeito pelas dimensões essenciais da personalidade humana e visa, em último termo, garantir a cada um a possibilidade efectiva de desenvolver livremente a sua personalidade, mediante a abolição das condições objectivas que determinam a alienação, a opressão e a exploração da pessoa humana. Para atingir este objectivo o Estado terá, com certeza, de se apropriar dos sectores-chave da economia. Mas o colocar os meios de produção efectivamente ao serviço do conjunto dos homens que constituem a sociedade, e não apenas de uma parte deles, exige sempre que seja o Povo a controlar democraticamente a vida económica, dependendo as formas desse controlo da escolha que o Povo for fazendo em cada momento através dos meios democráticos de expressão. Essas formas não deverão, segundo o Partido Popular Democrático, eliminar a iniciativa privada e a propriedade privada controladas pelo poder público desde que seja o próprio Povo assim a querê-lo."

Se a social-democracia não cabe na revolução tal como a entendem certas entidades, ou pelo menos nos seus fins últimos, a revolução já não poderá ser de todos os portugueses.

Que fará então ela dos sociais-democratas? E que destino dará ao milhão e meio de portugueses que votaram na social-democracia?

Se já estão definidos como oposição ao socialismo oficial, os sociais-democratas não poderão aceitar ser efémeros companheiros de caminho, tolerados apenas enquanto necessários.

7. Outro ponto controvertido da actual situação política portuguesa é o papel que as Forças Armadas devem desempenhar na condução dos destinos do País.

A reacção popular dos últimos meses contra o domínio comunista, a qual constitui um evento histórico dos mais notáveis dos últimos tempos, reflectiu-se na apregoada aliança Povo-M.F.A. e repercutiu-se no seio das Forças Armadas.

A ligação das minorias militar e comunista fez com que a reacção frontal contra esta, a única desde o 25 de Abril que destronou efectivamente os comunistas da sua sobranceira posição de mando, se reflectisse nas F.A. e no governo.

É neste contexto que surge o documento dos nove, que, seguindo-se à reacção popular, consubstancia uma louvável tentativa de caminhar para a democracia, procurando para tanto sacudir o domínio de uma facção dentro do M.F.A.

E ele procura no entanto recuperar este para a direcção do processo político, como motor suprapartidário da revolução.

Por sua vez, o plano de acção política de Junho passado caracteriza o M.F.A. como movimento de libertação do Povo Português, visando a sua descolonização e independência, a conseguir mediante a edificação de um certo socialismo.

Ninguém discute que em 25 de Abril o M.F.A. libertou os Portugueses do regime ditatorial que os oprimia.

Devolveu-lhes a liberdade, possibilitando-lhes defenderem-se democraticamente de novas opressões e construir livremente o seu futuro.

E os Portugueses mostram bem que o sabem e podem fazer, sem necessidade de serem objecto de movimentos de libertação de qualquer sinal.

Provaram-no nas eleições.

Confirmaram-no depois reagindo espontaneamente e desarmados contra a tentativa de colonização das minorias.

Assim demonstraram saber usar da liberdade que lhes foi restituída, na linha de uma independência secular, sem necessidade de tutelas paternalistas de esquerda ou de direita.

Fá-lo-ão, estou certo, sempre que seja necessário.

8. Cresce hoje entre o Povo o sentimento de que aos militares compete assegurar a ordem e a disciplina, começando pelas Forças Armadas, onde os chama trabalho árduo e extenso.

Se o fizerem, e se o fizeram já, terão cumprido a sua missão essencial e o País ficar-lhes-á reconhecido, certo então de que pode contar com as F.A. disciplinadas e coesas para defender, com armas se necessário, a liberdade, a democracia e a real independência nacional contra ataques internos e externos.

Será essa uma tarefa restrita.

Mas é tarefa necessária e urgente.

E, sobretudo, a tarefa própria.

Se com eficiência e humildade a assumirem, as F.A. demonstrarão que pertencem ao País, resistindo à tentação de considerar este como espólio seu, que não está disposto a ser.

No 25 de Abril as F.A. derrubaram um regime, não conquistaram um País.

O Povo está farto de desordem, de anarquia e de projectos utópicos que o matarão à míngua.

Quer um governo eficaz, competente e prestigiado, que dê resposta imediata aos seus problemas concretos.

Experimentou cinco governos provisórios, dos quais quatro do M.F.A., e verificou que nenhum deles preencheu esses requisitos.

Há que salientar que as F.A. não têm legitimidade nem competência para governar, e que não é essa a sua missão.

Além do já referido, elas têm de encarar o problema do seu próprio futuro. E sentem-no, como não pode deixar de ser, embora o não explicitem.

Temos exércitos de guerra.

Finda esta, que vão eles fazer? O País, sem guerra, não precisa desse tipo de exércitos. E a política não pode, nem deve, substituir a guerra como sua ocupação.

Não se faz política de armas na mão.

Por isso me parece conveniente que se inicie quanto antes um amplo debate nacional sobre o papel das Forças Armadas na vida do País e que as suas conclusões sejam tomadas em consideração.

Assim poderá clarificar-se a situação e eliminar tensões.

Não podem repetir-se os erros de outras revoluções militares, entre as quais a do 28 de Maio de 1926.

Então os militares não quiseram passar rapidamente à democracia, entregando o poder a civis eleitos. Enfronharam-se na governação, afundaram-se com ela e, na iminência da bancarrota, abandonaram o poder à figura surgida como providencial.

Pela sua incompetência e apego ao poder geraram o ditador a quem entregaram o País.

Corremos hoje riscos semelhantes.

É indispensável que o desfecho não seja análogo.

O papel que têm desempenhado e devem desempenhar as F.A. em Angola e Timor, necessita também de ser esclarecido e corrigido.

É necessário e urgente que se assegure a defesa das populações, que se protejam os Portugueses contra os ataques, as prepotências e as violências de que têm sido alvo.

Essa é a primeira assistência a que têm direito, a qual, se for eficazmente exercida, poderá evitar ou minorar em muito a tragédia dos futuros retornados.

9. Sem prejuízo das posições que pessoalmente assumi, há felizmente que reconhecer que o programa do VI Governo Provisório representa um grande e positivo passo para a resolução da penosa crise que atravessamos. Ponto é que, sem demagogia nem pruridos teóricos o governo e as autoridades militares se empenhem quanto antes no cumprimento escrupuloso de tal programa.

Os Portugueses acreditam nele e regozijam-se com o acordo que o mesmo mereceu.

Confiam, possivelmente pela última vez, em que o seu cumprimento evitará a eclosão de aventuras armadas de qualquer tendência.

Com realismo, prudência e eficácia, a todos e a cada um cabe, no seu campo de acção própria, fazer tudo para evitar que o País seja mergulhado na violência e no sangue.

Só se nos dedicarmos sem limites a esse esforço corresponderemos às nossas responsabilidades históricas.

É isso que os Portugueses têm o direito de exigir, e exigem, às suas Forças Armadas, aos políticos e a todos os cidadãos.

Confiemos em que essa sã exigência será satisfeita.

Estou à vossa disposição para troca de impressões. Não só, é evidente, sobre o texto que li, mas sobre qualquer assunto que entendam pertinente.

P. - Disse que deve haver debate nacional sobre o papel das Forças Armadas em Portugal e que a decisão do Povo deverá ser tomada em consideração. Está assim a sugerir que deve ser feito um referendo sobre o assunto?

R. - Sugeri expressamente um debate, e não um referendo. Tive o prazer de verificar ainda ontem, por uma entrevista do general Pezarat Correia, que o debate já se iniciou. Acho que é indispensável que continue e se alargue para que os partidos políticos e todas as organizações que traduzem a vontade e o sentimento popular tenham ocasião de se expressarem sobre o tema. Se a conclusão desse debate for a necessidade de um referendo, entendo que ele deve realizar-se.

P. - Disse há momentos que há que salientar que as F.A. não têm legitimidade nem competência para governar e que não é essa a sua missão. Gostava que especificasse essa sua afirmação no que respeita à legitimidade das F.A. e à sua competência para governar.

R. - Para mim a legitimidade para governar é política e vem da vontade do Povo expressa através do sufrágio. Ora, as F.A. não têm essa espécie de legitimidade. Quanto à competência, é evidente que não é a governação da competência específica das F.A. Concreta e historicamente - penso especialmente no caso português - os militares têm-se revelado sempre maus governantes. De resto já afirmei que a política não se faz de armas na mão. Muito menos se governa democraticamente de armas na mão. Acho que deve distinguir-se, acho que é indispensável que se distinga, cada vez mais, a função política da função militar.

Nesse aspecto, vi com prazer as declarações do major Vítor Alves, que faz essa diferenciação. Os militares que quiserem ser políticos devem deixar de ser militares para se dedicarem apenas à política. Em contrapartida, os civis que quiserem defender a sua ideologia de armas na mão, devem deixar a política e integrar-se nas forças militares.

P. - Tenho duas perguntas. Uma delas é que ainda não disse qual a data em que vai reassumir as suas funções como Secretário-Geral do P.P.D. Será ela objecto de qualquer acordo? A segunda pergunta é: Qual será o papel, em sua opinião, que terá o ex-general Spínola na política do País?

R. - Quanto à reassunção das minhas funções, o que disse é que ela será concretizada na reunião do Conselho Nacional. É certo que concretizada não quer dizer necessariamente executada. O reassumir de funções não depende de qualquer acordo, nem foi objecto de qualquer acordo.

Na resolução do Conselho Nacional ficou estabelecido que a minha substituição duraria apenas enquanto se mantivesse o meu impedimento por razões de saúde. Como podem talvez verificar, graças a Deus já estou bem.

No que se refere ao papel de Spínola na vida política portuguesa, mantenho, como é evidente, quanto a ele, o que disse acerca dos militares e da política, da política e dos militares.

Do facto de ser ou de ter sido um bom chefe militar não se segue que seja ou venha a ser um bom político, antes pelo contrário.

P. - O facto de ir reassumir as suas funções como Secretário-Geral do P.P.D. tem sido interpretado em alguns meios como uma viragem à direita. Foi mesmo classificado assim, pelo menos em certa imprensa. Gostaria de ouvir o seu comentário sobre este boato.

R. - Isso prende-se com a alegada existência de linhas ou alas políticas dentro do Partido. Salvo erro, apontam-se já quatro.

Entendo que a realidade do Partido é a de não existência de linhas ou alas políticas diferenciadas. O único sector que tem uma posição política ligeiramente diferenciada, como é normal, como é corrente em todos os partidos, é a Juventude Social Democrática.

O que acabo de dizer não impede, como é evidente, que o P.P.D., como partido democrático que é, mantenha a liberdade de pensamento e de opinião dos seus membros dentro da fidelidade ao Programa.

Não me parece que a minha reassunção de funções implique qualquer viragem, e muito menos à direita.

Tanto nesse aspecto, como quanto às várias tendências apontadas dentro do Partido, que, repito, a meu ver não existem, trata-se simultaneamente de especulações jornalísticas, aliadas a uma tentativa de divisão e, se possível, de destruição do próprio Partido. É bom que isso fique claro.

P. - Citando palavras do major Vítor Alves, disse há pouco que os militares que queriam fazer política deviam passar à vida civil e, naturalmente, os civis que quisessem defender as suas ideias de armas na mão deviam integrar-se nas F.A.. Como interpreta então a afirmação do seu substituto de que podia dispor de cinquenta mil armas para defender as suas ideologias?

R. - Creio que foi a resposta, mediante uma blague, a uma boutade infeliz do primeiro-ministro.

O Dr. Emídio Guerreiro já explicou, em declarações prestadas ao Tempo, que falou nos 50 000 homens armados quando o primeiro ministro lhe disse que tinha 40 000 milícias para armar. Não vi desmentida essa versão dos factos. Entendo que é à luz dela que tem de interpretar-se a declaração do Dr. Emídio Guerreiro, sobretudo tendo em atenção que uma das condições postas pelo P.P.D. relativamente à constituição do VI Governo Provisório era a do desarmamento de quaisquer milícias. Embora de uma forma atenuada, isso consta do Programa do Governo.

Quanto ao mais, a posição do Dr. Emídio Guerreiro representou um entendimento pessoal acerca do que deve ser ou do que pode ser a legítima defesa do Povo Português.

Um partido político não pode envolver-se de modo algum na constituição de milícias ou grupos armados. Se o fizer deixa de ser partido e de ser democrático.

P. - A próxima reunião do Conselho Nacional, nos dias 27 e 28 de Setembro, assume grande importância para a vida do Partido dentro do contexto nacional. Que se lhe oferece dizer acerca das suas incidências políticas?

R. - Como sabe, os pontos da convocatória são quatro:

- apreciação geral da situação política;
- apreciação da actividade da Comissão Política Nacional e das Comissões Políticas Distritais;
- apreciação de um projecto de alteração de estatutos;
- a realização do II Congresso do Partido.

Embora importante e necessário, este Conselho não inclui discussão sobre a linha do Partido. Não prevejo que as decisões do Conselho tenham efeito político imediato na situação geral do País. Quanto à vida interna do Partido, estou convencido de que ele sairá reforçado e de que quer a discussão dos temas, quer a decisão sobre os pontos mencionados na convocatória contribuirão para que o Partido seja uma realidade política cada vez mais forte, mais efectiva e mais operacional.

P. - Sendo o Dr. Sá Carneiro um social-democrata, o que é que pensa do convite do governo sueco, portanto um governo social-democrata, a homens do M.F.A.?

R. - Creio que é uma inegável prova de abertura e boa vontade do governo sueco, quer em relação ao M.F.A., e até para com um certo M.F.A., quer em relação ao País.

Portanto uma iniciativa louvável e apreciada da social-democracia sueca. Quanto a mim, é evidente que não considero que Havana seja o caminho mais directo para chegar à Suécia; mas este não é problema meu.

P. - A partir da sua reintegração prevê-se alguma alteração de atitude do partido em relação à participação no VI Governo?

R. - O P.P.D. não participa no governo, e com isso eu estou de acordo.

Como ficou claro, este não é um governo de coligação.

Os militantes dos diversos partidos estão nele a título pessoal. Ficou também claro que o Partido, como tal, apoia o programa do governo e isso, como eu disse, é um passo positivo para a resolução da crise. Não antevejo que a resolução do Conselho Nacional altere esta posição.

É evidente que isto fica dito sem prejuízo de que em política não há opções definitivas, excepto quanto aos princípios. As soluções concretas tomadas em função da análise circunstancial dum dado momento político podem, como é evidente, modificar-se com a evolução dos dados dessa própria análise.

P. - Como representante de Pelo Socialismo - Órgão Nacional da J.S.D. - , tenho as seguintes perguntas a formular:

1.º Falou o Dr. Sá Carneiro, nas suas recentes entrevistas, na opção não marxista do Programa Social-Democrático. Ora, tendo que distinguir-se entre, por um lado, o marxismo como inspiração teórico-filosófica assente na obra de K. Marx e de F. Engels, e, por outro, o marxismo como doutrina política, utilizado terminologicamente na acepção de marximo-leninismo, gostaria que me esclarecesse se quando fala em opção não marxista, está a falar em termos da primeira acepção ou da segunda, ou em ambas? Faço a pergunta, até porque o programa do P.P.D. admite, entre outras, certas análises do marxismo, como inspiração filosófica.

2.º Atentas as circunstâncias específicas da sociedade portuguesa, que viveu cinquenta anos de fascismo, tendo vivido nos últimos tempos da ditadura o exacerbamento do capitalismo, e considerando que o P.P.D. tem como objectivo a sociedade socialista - onde desapareça a alienação, onde se proceda à socialização dos principais meios de produção, onde se instaure a sociedade assente na igualdade, na justiça e onde desapareça a distinção de classes, com o respeito dos mecanismos democráticos de manifestação da vontade popular - , não considera essencial que o partido tome uma posição claramente de esquerda, com repúdio por soluções de tipo neocapitalista ou de capitalismo de Estado tipo leste europeu?

R. - Deriva claramente do programa que o marxismo não é uma das fontes inspiradoras da social-democracia que o P.P.D. propugna. Também neste aspecto o programa do P.P.D. está de acordo com os programas da quase totalidade dos partidos sociais-democratas.

Está também claro no programa que isto não significa que o P.P.D. rejeite o contributo das análises marxistas. Aceita tal contributo.

É curioso que Olof Palme, em entrevista recentemente publicada num diário português, ao ser-lhe perguntado se o marxismo era doutrina inspiradora do programa e do projecto do programa do Partido Social-Democrata sueco, respondeu -

cito apenas de memória - que efectivamente não era uma das fontes inspiradoras de tal programa, até porque o marxismo vinha do século XIX.

Há que salientar que o marxismo é uma concepção de vida, de sociedade e de história que inspirou várias doutrinas políticas, mas que não é em si mesmo uma doutrina política. O marxismo-leninismo é uma das doutrinas políticas nele baseadas.

Quando falo em marxismo, falo em termos políticos. Fi-lo designadamente nas entrevistas que referiu na sua pergunta e por uma questão de comodidade de expressão. Por ser o termo corrente em termos políticos, marxismo deve aí entender-se como marxismo-leninismo. Parece-me que isso está claro numa das entrevistas, salvo erro quando digo que o que, entre outras coisas, nos separa do P.C., não é apenas o estalinismo, mas o marxismo-leninismo.

P. - Atendendo às condições específicas da sociedade portuguesa, à herança dos quarenta e oito anos de fascismo, ao capitalismo selvagem, e dada a circunstância de a via social-democrata apontar para uma sociedade em que desapareça a exploração do homem pelo homem, que aponta para a superação do capitalismo, apontando para uma sociedade sem distinção de classes, como considera a posição do P.P.D., que deve ser neste momento uma posição com repúdio das soluções pelo capitalismo de Estado como no Leste Europeu?

R. - Considero que o programa e a mensagem do P.P.D. são claramente progressistas e democratas, como tal de esquerda.

A social-democracia não visa a manutenção encapotada ou hábil do capitalismo. Implica sim a existência de um sistema misto de transição em que coexistem determinadas estruturas, especialmente económicas, vindas do capitalismo, e uma realização tão intensa quanto possível da justiça social, para desalienação e libertação das pessoas.

Como disse de início, entendo que a social-democracia não é apenas via para o socialismo, através da manutenção de uma sociedade capitalista, mas já construção do socialismo possível em cada momento. Ela visa acabar com a exploração do homem pelo homem, como diz, e a realização de uma sociedade sem distinção de classes, em que a igualdade e a liberdade possibilitem uma existência humana autêntica.

Já agora, e a propósito de direita e esquerda, porque isso se relaciona com a pergunta, com o programa do P.P.D. e com várias especulações que têm sido feitas, creio que é conveniente dizer que as acusações de direito que me têm sido dirigidas, especialmente a propósito das duas entrevistas que referi, para além da minha posição quanto a um certo M.F.A., ou como referi nas entrevistas, àquilo que uma minoria fez do M.F.A., têm sido baseadas nas referências à anarquia social e ao caos económico que, no entender de certos observadores, coincidiriam com as análises vindas de direita e seriam demasiado pessimistas, quando não catastróficas.

Ora, a este respeito entendo que as análises valem pelo que encerram de exacto e objectivo, venham de direita ou de esquerda.

A circunstância de as minhas análises aparecerem em primeiro lugar levou-as a suportar o choque das críticas e a serem logo apelidadas de reaccionárias. Tive a satisfação de verificar que boa parte da análise social e económica que fiz, designadamente naquelas duas entrevistas, tem vindo a receber a concordância de sectores insuspeitos de direito e reaccionarismo.

O major Vítor Alves, por exemplo, faz na entrevista concedida ao Expresso interrogações a propósito das nacionalizações, que vão exactamente na linha das críticas que a esse respeito formulei. E quanto à reforma agrária é perfeitamente claro e contundente. Ontem, por exemplo, tive ocasião de verificar no Jornal Novo que o meu amigo Sottomayor Cárdua não só afirmou, com a objectividade e a coragem que lhe são habituais, que a política económica desastrosa seguida depois do 11 de Março conduziu o País a uma situação pior do que aquela em que estava em 24 de Abril, como referiu que o VI Governo Provisório herdou um País em destroços (estou a citar de memória).

P. - O período que antecedeu a formação do VI Governo caracterizou-se por uma confrontação acentuada entre o P.P.D. e o P.C.. Disse há pouco que a diferenciação entre os dois partidos era o marxismo e o marxismo-leninismo. Mas o ideário do P.P.D. pode admitir a convivência dos dois partidos na vida política portuguesa? Poderá a sua reentrada em funções levar a uma melhoria de relações entre os dois partidos?

R. - Todos os partidos democráticos podem e devem conviver normalmente. A minha posição crítica em relação ao Partido Comunista Português e o meu cepticismo quanto à sua caracterização como partido democrático estão claramente formuladas e baseiam-se na sua actuação. O P.C.P. tem seguido, a meu ver, uma política oficialmente democrática e até, por vezes - volto a citar Sottomayor Cárdua - , social-democrática no governo, mas na prática e na actuação blanquista.

Quanto à melhoria de relações tenho a impressão de que não depende da minha reentrada em funções, depende sobretudo do P.C.P.

P. - Todos os partidos têm tido imenso trabalho, tomado imenso cuidado em afirmar que este não é um governo de coligação. Para nós, que estamos de fora, parece que é; no entanto, dizer sempre que não é um governo de coligação pode levar-nos a pensar que há uma oposição ao próprio governo. Pode comentar a estratégia que o P.P.D. seguirá, visto ter dois ministros no governo e serem pastas muito importantes?

R. - É natural que os observadores estrangeiros compreendam mal que não seja de coligação um governo em que estão representados diversos partidos, sobretudo quando esse governo pela primeira vez desde 25 de Abril, é constituído na base de um programa comum. Isto são particularidades da situação portuguesa, das circunstâncias em que foi constituído o governo. Mas de facto ele não é oficialmente de coligação, o que possibilita aos partidos não só não se verem oficialmente comprometidos na acção do governo, como uma certa liberdade de acção. Creio que seria extremamente reprovável que essa circunstância fosse

aproveitada por qualquer partido para seguir uma política no governo e uma política de oposição fora dele.

Isso poderia, de resto, arruinar aquilo que provavelmente será a derradeira oportunidade de preservar a marcha democrática da revolução portuguesa. Como eu pessoalmente vejo a oposição do partido é na linha de que, se, e enquanto, o governo cumprir fielmente o programa que merece o apoio do partido, esse apoio deve ser extensivo à sua acção. Se o governo na sua acção não cumprir pontualmente esse programa, pois o partido, como qualquer outro, tem o direito e o dever de fazer as críticas que entender e de assumir a posição que for adequada. Saliento que não é apenas o governo que está comprometido e responsabilizado pelo exacto cumprimento do programa, mas também as autoridades militares, os órgãos dirigentes do M.F.A.

P. - Conforme disse na sua comunicação, no caso de os sociais--democratas estarem já catalogados como efémeros companheiros de viagem, acha que terão de passar à oposição? A segunda pergunta era sobre pluralismo e quando se falava em levar o voto até às suas últimas consequências. A pergunta é se o P.P.D. apoiará partidos que não foram admitidos às últimas eleições?

R. - Quanto ao primeiro ponto entendo que ficou claro que, a meu ver, o P.P.D. não pode ser utilizado apenas como efémero companheiro de caminho, enquanto a base social que representa for necessária à revolução.

Ou é aceite como interlocutor e parceiro de pleno direito ou, se é recusado, não é ele que passa à oposição, é ele que é colocado na oposição. Obviamente isso teria consequências relativamente ao governo, embora, como frisei, o P.P.D., como partido, não faça parte deste governo, que não é oficialmente de coligação.

Quanto à segunda pergunta, entendo que todos os partidos que dêem, pelo seu programa e pela sua acção concreta, garantias de respeito pela ordem democrática, devem ser admitidos a participar em quaisquer eleições e na vida política do País. Também entendo que a apreciação das garantias democráticas e da democraticidade da acção de cada partido não pode nem deve ser feita ou pelos outros partidos ou por quaisquer organizações ou mesmo pelas forças militares, ou pelos órgãos do M.F.A., mas sim e apenas pelos tribunais comuns, em obediência às leis gerais.

Doutro modo caímos no arbítrio do poder, incompatível com a democracia e com a existência do verdadeiro estado de direito que Portugal tem de ser quanto antes.

Foi por exemplo pelos tribunais, salvo erro pelo Tribunal Constitucional, que na Alemanha do pós-guerra foram proibidos quer o P.C., quer um partido de raiz neonazi.

Tanto no que respeita às pessoas como no que se refere às organizações, e entre elas às políticas, a lei deve ser aplicada por tribunais independentes com as necessárias garantias de defesa. Isto também se aplica aos partidos e à sua participação eleitoral.

P. - Gostaria que especificasse o porquê e quais as formas que preconiza para as correcções a que aludiu quanto à actuação das Forças Armadas em Angola e Timor.

R. - Como deriva do texto, a correcção e a revisão a que aludi referem-se especialmente à defesa das populações. Creio que, fruto mais de uma determinada orientação de Lisboa do que propriamente de defeitos de acção locais, embora tenham existido também alguns, as populações não foram adequadamente defendidas e protegidas pelas F.A. em Angola e Timor. Acho indispensável que as F.A. tenham aí os meios e liberdade de acção para assegurar essa protecção efectiva.

Acho que o mínimo que se pode fazer desde já é minorar as consequências trágicas que as populações desses territórios portugueses têm suportado.

P. - Uma vez que estamos a pouco mais de cinquenta dias da independência de Angola, como podia concretizar essas medidas?

R. - Acho que todas as populações devem ser protegidas, tanto as de origem europeia como as de origem africana. O grau de intensidade de protecção derivará das circunstâncias em que se encontrem e tornem essa protecção necessária. Quanto ao prazo e em relação à circunstância que apontou - estarmos a cinquenta dias da independência - creio que isso nada modifica a necessidade de protecção, visto que a grande percentagem de portugueses de Angola que querem regressar ainda lá se encontram. Não vejo como esse retorno maciço possa ser possível neste escasso período de tempo, quer quanto aos meios de retorno efectivo, quer quanto à protecção física enquanto se encontram em Angola, sem falar na assistência a que têm estrito direito depois de regressarem ao País. Esses Portugueses carecem de protecção efectiva das F.A. e de todas as organizações e dos próprios movimentos de libertação. Todos têm obrigação de respeitar e proteger a vida e a integridade física de todos os portugueses de Angola e de Timor.

Infelizmente não tem acontecido muitas vezes assim, como está patente nos factos que têm ocorrido nesses dois territórios. Isso é também fruto da luta que se processa entre os movimentos de libertação, luta na qual as forças portuguesas se não têm envolvido. Apesar dessa luta armada e precisamente por causa dessa luta armada é que é indispensável que as F.A. protejam as populações que necessitam dessa protecção, entre os quais os angolanos de origem europeia e os timorenses.

P. - Não se referiu ao "documento-guia". Qual a sua posição e a do Partido em relação a tal documento?

R. - No programa do governo não se refere tão-pouco o documento-guia.

O P.P.D. rejeitou-o, creio que de início apenas na Assembleia Constituinte, mas isso é mais do que suficiente. Tomou posição, portanto, expressamente e como partido em relação a ele. Já está rejeitado no seu conteúdo pelo P.P.D. Foi mesmo um dos motivos de saída do IV Governo.

1.2. II CAPÍTULO

1.2.1. Comunicado do Conselho Nacional do PPD - 28/9/75

Participaram na reunião o secretário-geral substituto, Prof. Emídio Guerreiro, o secretário-geral eleito Francisco Sá Carneiro, os membros da Comissão Política e da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar, os secretários-gerais adjuntos, bem como representantes das Comissões Políticas Distritais, dos militantes, das classes socio-profissionais, da Juventude Social-Democrática e do Gabinete de Estudos,

O Conselho Nacional prestou sentida homenagem à memória dos seus militantes António Ramalho e Luís Barroso, assassinados nas Caldas da Rainha e em Famação.

O presidente da Mesa informou o Conselho que Francisco Sá Carneiro lhe comunicara estar inteiramente restabelecido da doença que motivara o seu impedimento prolongado para o exercício do cargo de secretário-geral eleito no 1.º Congresso do Partido, o que o Conselho Nacional verificou com regozijo.

A pedido de Francisco Sá Carneiro foi amplamente discutida a questão da oportunidade e conveniência políticas da sua reassunção do exercício do cargo de secretário-geral, tendo o Conselho deliberado, em votação secreta, solicitar a Francisco Sá Carneiro que reassumisse imediatamente as suas funções.

O Conselho decidiu manifestar ao Prof. Emídio Guerreiro o agradecimento e louvor pelos relevantes serviços prestados ao Partido durante o exercício do cargo de secretário-geral substituto, num período particularmente difícil da vida do País e do Partido.

Procedeu-se à apreciação geral da situação política, concluindo-se pela necessidade de defesa intransigente da ordem e autoridade democráticas, com integral respeito pelos direitos e liberdades das pessoas como condição mesma da independência nacional, a qual impõe a disciplina e coesão das Forças Armadas.

Salientou-se a necessidade, decorrente da via democrática, de que civis e militares assumam as posições político-sociais que lhes são próprias, não se constituindo os civis em milícias armadas e não dominando os militares a vida política.

O Partido Popular Democrático, em coerência com a longa tradição humanista de que o Povo Português se orgulha, condenou com veemência as execuções verificadas em Espanha, repudiando em termos absolutos a pena de morte e lamentando que ela exista ainda em muitos países. Mas verberou também a violência e a pilhagem de que foram alvo as instalações diplomáticas e consulares de Espanha, considerando-as meios inadequados para a expressão pública dos sentimentos de protesto e solidariedade do Povo Português.

O mesmo respeito pela dignidade das pessoas e pelo valor absoluto das suas vidas levou o Conselho Nacional a condenar os acontecimentos de Angola e Timor, deplorando com indignação as mortes, violências e depredações de que foram vítimas cidades portuguesas e a proclamar que assiste aos retornados o direito de serem fraternalmente acolhidos nesta hora em que, desamparados, procuram refúgio na Pátria comum.

A visita do presidente da República à Polónia e à U.R.S.S., coincidente com o início da reunião deste Conselho, foi considerada como expressão de uma política internacional de relações com todas as Nações, que cumpre ampliar e diversificar. Saudando os Povos das Nações visitadas, o P.P.D. recorda, como o presidente da República, o papel que esses países desempenharam na luta contra o nazismo, durante a segunda guerra mundial, após a denúncia do Pacto Germano-Soviético de 1939. Mas de modo algum pode considerar como de "socialismo livre" o modelo político aí vigente, lembrando as reacções populares recentemente ocorridas na Polónia e a era estalinista, que em grande parte ainda perdura na U.R.S.S.

Como sempre tem afirmado, para o P.P.D. o socialismo só pode realizar-se através da vontade livre do Povo. É ao Povo, e só a ele, que compete escolher o seu futuro e definir o projecto político que para si deseja. Este é o processo de construir e alcançar o socialismo que corresponde à nossa proposta social-democrata.

Foi a clareza da nossa opção social-democrata por um socialismo personalista assente na vontade popular e na realidade nacional que colocou o P.P.D. na posição de grande partido nacional.

O Conselho reafirmou a integral fidelidade do Partido ao Programa aprovado no 1.º Congresso, tendo sido realçada, especialmente por trabalhadores presentes em representação dos núcleos socio-profissionais, a necessidade de os órgãos e militantes combaterem a todos os níveis os ataques e campanhas de descrédito dirigidas contra a nossa opção social-democrata como via realista, ponderada e respeitadora dos direitos do Homem, para se atingir o socialismo personalista que todos os militantes sinceramente defendem.

Foi reafirmado o apoio do Partido ao Programa e à acção do VI Governo Provisório, exprimindo-se a esperança no progressivo aperfeiçoamento do Programa e o vivo repúdio pelas manobras, provocações e violências tendentes a entravar a acção do Governo, criando um clima de desordem generalizada com paralisação da vida nacional.

O Conselho apreciou as actividades das Comissões Políticas Nacional e Distritais, desenvolvidas no meio de dificuldades de vária ordem, salientando a necessidade de os militantes se empenharem na superação das sempre inevitáveis deficiências e reafirmando a sua confiança nos órgãos do Partido.

Foi salientada a necessidade de, para além do seu eficaz funcionamento, assegurar a democraticidade interna desses órgãos, a qual implica o cumprimento pon-

tual das obrigações dos seus membros e impõe uma completa informação aos órgãos locais de todos os militantes.

A situação dos arquipélagos dos Açores e da Madeira foi salientada no Conselho, bem como a necessidade de o Grupo Parlamentar se empenhar na consagração constitucional de um regime de ampla autonomia político-administrativa e de a Comissão Política Nacional se manter em permanente contacto com as populações dos arquipélagos acompanhando a evolução da respectiva situação e procurando os meios de solução pacífica das actuais questões.

O Conselho deliberou promover a realização de "Jornadas Sociais Democratas para o Socialismo", a efectuar logo que possível, incumbindo a Comissão Política Nacional da sua organização.

O Conselho decidiu a realização de um Congresso extraordinário para apreciação da situação política e da posição do Partido, alteração de Estatutos e eleição dos órgãos nacionais até 7 de Dezembro de 1975, em data e local a fixar pela Mesa do Congresso, a qual enviará aos militantes o regulamento deste e os Projectos de Estatutos com uma antecedência mínima de duas semanas.

Em nome do Partido o Conselho exprimiu aos refugiados ultramarinos a sua fraterna solidariedade e saudou os Portugueses e os seus militantes, tanto os do Norte, que manifestaram exuberantemente o seu apego à liberdade e sofreram injustamente os insultos de algumas individualidades contestadas, como os do Sul, que com coragem lutam pela democracia contra a tentativa de colonização de minorias pseudo-revolucionárias.

Apesar de todos os riscos e preocupações da actual situação nacional, o Conselho reafirmou a sua esperança e confiança quanto ao futuro do País, certo de que os Portugueses saberão defender sempre a liberdade e democracia, condições mesmas da autêntica independência nacional e da progressiva realização do socialismo personalista.

A MESA DO CONSELHO NACIONAL DO P.P.D.

1.2.2. Entrevista a "O Comércio do Porto" - 28 e 29/9/75

No momento em que decorre, nos arredores do Porto, a reunião do Conselho Nacional do P.P.D., e, com ela, o regresso oficial do Dr. Sá Carneiro à cena política (com eventual, e aguardada, reposição no lugar de secretário-geral), ouvimos, em longa entrevista, aquele líder político, por motivos de saúde afastado, desde às vésperas da última campanha eleitoral.

Consubstanciando no seu ideário os princípios da tradicional social-democracia europeia ocidental, o Dr. Sá Carneiro parece-nos regressar sem abdicação de um milímetro da práxis que lançou o P.P.D., isto numa altura em que, a todos os níveis, a social-democracia surge fortemente contestada.

A entrevista faz transparecer, de algum modo, o regresso às origens do próprio partido, num momento em que já se começa a falar, com insistência, nas próximas eleições legislativas.

P. - Uma primeira questão, necessariamente genérica. A última campanha eleitoral do P.P.D. foi feita ainda sob a imagem do Dr. Sá Carneiro. Entretanto, por um lado, o seu ressurgimento acontece quando eu considero ultrapassado o perigo da esquerda política, e, por outro, a liderança do Prof. Emídio Guerreiro acarretou um desvio na linha política do P.P.D.. O sr. Dr. quer, a traço grosso, apreciar a trajectória do partido, nesta fase?

R. - Quanto à campanha eleitoral, referiu que ela se fez um pouco ainda sob a minha égide. É verdade que a campanha se fez bastante apoiada na minha figura. Sem a minha intervenção, visto que já estava doente desde Fevereiro e a evolução da doença não me permitiu participar na campanha eleitoral. Creio, no entanto, que a campanha foi bem conduzida, apesar dos poucos recursos de que dispúnhamos. A equipa especialmente encarregada dela, dirigida pelo Dr. Magalhães Mota, fez um bom trabalho. Ainda quanto à minha figura, houve, em meu entender, alguns desvios àquilo que eu entendia ser um procedimento correcto, ou melhor, aconselhável. Sou contrário à personalização de qualquer partido e, portanto, de qualquer campanha eleitoral. Antes de ir a Londres submeter-me a exames e a tratamentos, quando me puseram perante a ideia de fazer um póster com a minha fotografia e espalhá-lo largamente, manifestei-me contra, pela razão que já aqui aponte, porque sou contrário à personalização de um partido, de uma política, de uma campanha. Estava já nessa altura doente e fora submetido à primeira intervenção, aqui no Porto. Não sabendo qual iria ser a evolução da minha doença, pareceu-me, também por isso absolutamente desaconselhável que se servissem da minha figura para basear a campanha.

Houve além disso alguns aspectos francamente aborrecidos, como foi a circunstância de, no grande comício das Antas, se ter anunciado, propagandeado e convencido as pessoas de que eu estaria presente. Chegou-se ao ponto de organizar um grupo para me ir esperar ao aeroporto, quando se sabia que eu não vinha porque não podia, por razões de saúde, estar presente no comício das Antas. Vim apenas votar, com bastante sacrifício, mas com a satisfação de poder cumprir o meu dever, ainda nessa altura em bastante mau estado de saúde. Independentemente disto, creio que a campanha foi bem conduzida. Foi essencialmente uma campanha sincera e honesta, porque não transmitimos, no discurso eleitoral, nada que fosse contrário aos nossos princípios, às nossas convicções, ao nosso programa.

Nem sempre assim aconteceu com os outros partidos. Mas verifico com satisfação que o nosso foi, nisso, exemplar. Por outro lado procurou-se adaptar essa mensagem, baseada no nosso programa, às realidades locais sem subserviência a princípios teóricos rígidos nem a demagogias fáceis. Por isso lhe dizia há pouco que, tanto pelo seu desenrolar, salvo no que se refere a esses aspectos pessoais, como pelo seu conteúdo e, ainda, como é evidente, pelos bons resultados obtidos, fiquei satisfeito com a campanha que a falta de saúde me obrigou a acompanhar de fora.

Quanto à evolução do P.P.D., especialmente durante a minha ausência, referiu que o meu regresso coincidia, salvo erro, com o fim do perigo...

P. - Com o afastamento do perigo iminente dum golpe de esquerda. Mas, entretanto, dera-se o desvio à linha programática do P.P.D.

R. - Bom, vamos falar no desvio, e depois no perigo... Quanto ao desvio da linha programática do P.P.D. devo dizer que me parece que houve, independentemente do papel do Prof. Emídio Guerreiro, tomadas de posição que não se coadunam inteiramente com o nosso programa.

P. - A nível individual ou a nível de grupo?

R. - Referi-me já numa das entrevistas dadas ainda enquanto estava em recuperação, a alguns desses pontos, que considero importantes, como sejam: o apoio às nacionalizações, a assinatura da Plataforma Constitucional, o apoio dado ao Plano de Acção Política. Cito apenas estes três exemplos sem preocupação de os esgotar. Tudo isto se passou antes da designação do Prof. Emidio Guerreiro como secretário-geral substituto, e tive já ocasião de manifestar a minha divergência, e de apresentar as razões dela. Por minha insistência, e porque o meu estado de saúde continuava a não ser satisfatório - e em Londres os médicos tinham transmitido a necessidade de um longo período de repouso e tratamento -, pus ao presidente do Conselho Nacional do Partido a necessidade da minha substituição. Foi isto em Maio, quando o Partido estava sem secretário-geral em exercício desde Fevereiro. Já antes eu propugnara pela designação de um substituto. Entenderam os órgãos do Partido que devia aguardar-se os resultados dos exames e tratamentos que eu estava a fazer, e que seria inconveniente de qualquer modo que a substituição ocorresse antes das eleições. Realizadas estas, e definido pelos médicos o esquema e o período de tratamento e recuperação - com uma certa incerteza, quanto ao desfecho, como em todos os casos de doença -, entendi que não podia esperar-se mais e pedi que sem demora se convocasse o Conselho Nacional para apreciar este ponto.

Perante o Conselho, e em carta já anteriormente dirigida ao presidente, eu sustentara que se devia ir pura e simplesmente para a designação de um novo secretário-geral, visto haver fundamento para a minha substituição no cargo, dada a minha impossibilidade. Fui eleito por dois anos, no 1.º Congresso, realizado em Novembro do ano passado. Estava impedido por um período que se antevia longo. Havia vantagem em que o Conselho escolhesse outra pessoa, sem prejuízo de, mais tarde, se fosse necessário, vir a desempenhar esse ou outro cargo. Mas, de momento, passaria a simples militante. O Conselho apreciou e debateu esse ponto, e chegou à conclusão de que não havia lugar à designação de novo secretário-geral, havia sim necessidade de, durante o meu impedimento transitório, designar um substituto. E, assim, foi escolhido o Dr. Emidio Guerreiro.

Nas várias declarações e entrevistas que o Dr. Emidio Guerreiro produziu depois da sua escolha, ele fez várias críticas à organização do Partido, aliás fundadas, declarou empenhar-se na sua reorganização e reestruturação - o que era necessário -, afirmou ir procurar dar ao Partido uma autêntica imagem de esquerda, visto que, como salientou, o nosso Partido era mal qualificado e as suas posições

mal interpretadas - o que é de facto. No seguimento e no desenvolvimento dessas afirmações - estou a referir-me apenas a dados que tenho de memória - pôs a sua posição pessoal em relação àquilo que entende ser a social-democracia, a interpretação do programa do P.P.D., a construção do socialismo.

P. - Vários observadores associam o P.P.D. à figura de Spínola, ao 28 de Setembro, ao 11 de Março e a outras tentativas mais ou menos veladas...

R. - Não, de modo algum. Estou convencidíssimo de que nunca lhe passou pela ideia que o P.P.D. estivesse (efectivamente não estava), nunca esteve, nem poderia estar, como partido democrático que é. Em segundo lugar porque o Partido tomou posição muito clara quer quanto à manifestação que tentava promover-se para o dia 28 de Setembro, quer quanto ao que se passou em 11 de Março. O que houve foi uma série de afirmações falsas e caluniosas, especialmente da parte do Partido Comunista, que envolviam não apenas o P.P.D., mas até o próprio Partido Socialista, figuras do Partido Socialista, e também a mim próprio.

Nada disso afectou o Partido, nem as personalidades envolvidas, visto que não tinha a menor das bases. De resto, desde Fevereiro, como lhe disse, que estava doente - fui operado no fim de Fevereiro - e nem de perto nem de longe estive ou poderia sequer estar envolvido nos acontecimentos de 11 de Março. Vi já os relatórios preliminares que apareceram há meses, sobre os acontecimentos ocorridos nas duas datas. Naquele que se refere ao 11 de Março, vi publicadas, em anexo (salvo erro), declarações minhas e do Dr. Mário Soares à televisão espanhola. Invocaram-se também as minhas afirmações no discurso de Aveiro. O que se censurava, tanto numa como noutra das peças, era um certo alarmismo e a referência às divisões existentes dentro das Forças Armadas, bem como ao clima de anarquia que o País vivia.

Tudo isso era inteiramente exacto, como os acontecimentos posteriores revelaram e confirmaram. E as divisões dentro das Forças Armadas não só se manifestaram no 11 de Março, como depois em toda a evolução da crise do M.F.A. e das Forças Armadas.

De resto, ainda hoje subsistem, como é manifesto. Apesar da existência e aprovação do plano de acção do VI Governo Provisório, apesar do apoio que este mereceu, vemos logo a seguir à sua constituição ele ser posto em causa, por declarações do almirante Rosa Coutinho e do general Saraiva de Carvalho. O que é extremamente grave e confirma que a crise não está resolvida, e que tanto o problema do governo, como a existência deste, constituíram apenas um primeiro passo para uma ulterior resolução da crise.

P. - Mas, entretanto, parece que o P.P.D., e em especial o Dr. Sá Carneiro, neste ensaio do ressurgimento político, não renegam determinado compromisso à linha Spínola.

R. - Não há qualquer compromisso em relação à linha Spínola. O que é a linha Spínola?

O general Spínola manifestou, muitas vezes, nas suas intervenções, os perigos que o País corria, derivados especialmente da acção de certos movimentos e agru-

pamentos políticos, chamando, creio que nunca expressamente, mas bastante claramente, a atenção para a actuação antidemocrática do Partido Comunista Português. Traçou nessas suas intervenções, nesses seus discursos, especialmente no discurso de renúncia, um panorama, que foi apelidado de catastrófico, da situação do País. Procurou, talvez não utilizando todos os meios legais de que dispunha, obstar a essa situação. E perante a inutilidade dos seus esforços, renunciou. Não me parece que haja aqui uma linha política. Há sim uma análise da situação, a qual estava, em grande parte, correcta. Eu próprio, já anteriormente, num encontro que juntamente com o Dr. Vasco Vieira de Almeida tinha tido, em Julho de 1974, com os oficiais do M.F.A., expusera, especialmente nos planos político, social e da descolonização, a grave situação do País, os riscos que se corriam se ela se não obviasse. Não obviou. Os factos e a evolução demonstraram que essas análises estavam certas e que haviam sido feitas no momento próprio, porque se, nessa altura, delas se tivessem tirado as conclusões necessárias e adoptado as medidas convenientes, ter-se-ia evitado a actual situação do País, que é muito pior do que aquela em que estava, quer em Junho de 1974, quer mesmo no fim de Setembro, altura em que o general Spínola renunciou.

Eu não vejo aqui uma linha política, embora se tenha atacado esta atitude - que reputo de esclarecida e patriótica nas suas análises e nos fins que as motivaram -, não vejo mais do que uma chamada de atenção oportuna. Infelizmente, não produziu efeitos.

Há, depois, aquilo que pode já considerar-se uma linha política do general Spínola, revelada ultimamente na constituição do Movimento Democrático de Libertação de Portugal.

É evidente que o Partido nunca esteve envolvido, como já referi, no 28 de Setembro ou em quaisquer possíveis tentativas análogas. O Partido fez também, oficialmente, desde bastante cedo, as suas análises da situação, especialmente no aspecto económico - em Junho de 1974, salvo erro - chamando a atenção para as graves consequências, nomeadamente quanto ao desemprego, que a política económica seguida envolvia.

No que respeita à actual posição do general Spínola e ao movimento que enunciou, está evidentemente afastado quer qualquer envolvimento do Partido, quer qualquer envolvimento pessoal da minha parte. De resto, tive ocasião, na conferência de imprensa dada esta semana, de me manifestar contra a necessidade dos Movimentos de Libertação do Povo Português de qualquer sinal. Entendo que o povo português não carece de ser liberto. Foi-o em 25 de Abril, pelo Movimento das Forças Armadas, do regime opressivo a que estava sujeito. Isso deu, indiscutivelmente, ao Movimento das Forças Armadas um lugar na História, do qual jamais pode ser afastado e que ocupa com toda a justiça. Mas, a partir daí, o que havia e o que há a fazer não é manter o povo português sujeito paternalisticamente aos movimentos de libertação e de descolonização, mas apenas permitir-lhe exercer a liberdade que lhe foi restituída e da qual o povo português mostrou saber adequadamente usar. Esta é uma das razões por que divirjo do Plano de Acção Política, de Junho, o qual, pela primeira vez, refere o M.F.A. como

Movimento de Libertação, fala na descolonização do Povo português, e fala também na democracia directa.

P. - Mantendo o P.P.D. determinada programática, que me parece ir, agora, ser reforçada, e face à evolução do processo revolucionário, teremos o partido frontalmente na oposição, quer quanto ao processo em curso, quer, especificamente, em relação ao VI Governo...

R. - Eu entendo o processo revolucionário como aquele que visa realizar todas as alterações de estrutura de que o País necessita para progredir e para encontrar justiça social; processo que, uma vez reconquistada a liberdade, se tem de desenrolar com escrupuloso respeito pelos métodos democráticos e com inteira subordinação à vontade do povo expressa democraticamente; não, como disse, sob a direcção de minorias, sejam elas civis ou militares, nem sob a direcção das Forças Armadas.

Quanto à colocação do Partido Popular Democrático na oposição, não me parece que ela derive tão nitidamente daquilo que eu disse. Isto porque, ao contrário do que acontecia há meses, a situação geral não é de iminência de uma ditadura militar ou não do tipo comunista em vias de concretização, mas uma incerteza quanto à evolução dentro das Forças Armadas e na situação política geral. O P.P.D. assumiu atitudes claras de oposição, saindo do IV Governo Provisório e não participando no V. E creio que essa era a posição adequada. Talvez tal devesse ter lugar mais cedo. Mas foi, indiscutivelmente, a posição adequada naquelas circunstâncias. O Partido pode ser colocado na oposição - e parece estar a querer sê-lo mediante declarações oficiais de anti-social-democracia. Efectivamente, se elas prosseguirem e se traduzirem o pensamento oficial, não será o partido a colocar-se na oposição, mas a ser colocado na oposição, e então, terá de extrair daí todas as consequências. O Partido poderá, e a meu ver deverá também, colocar-se por sua iniciativa na oposição, se não for escrupulosamente observado e executado o programa do governo. A situação, neste momento indefinida, será, parece-me, brevemente clarificada. Há factos extremamente graves, como o desvio de armas e posições assumidas dentro das Forças Armadas, que são um teste - o primeiro e muito importante - da observância, pelo governo e pelas autoridades militares, do programa que mereceu o acordo dos partidos e dos órgãos dirigentes do M. F. A. Este teste é para mim fundamental. O programa do Governo implica medidas tendentes a obter a disciplina, a coesão dentro das Forças Armadas e também a obstar à existência de milícias armadas. São desde já chamados, quer o Governo quer as autoridades militares, a porem em execução esses princípios.

Se o fizerem, terão demonstrado que o VI Governo Provisório e a linha traçada pelas autoridades militares são viáveis e conformes ao programa. Se este teste, que se vive neste momento, falhar, ter-se-á chegado à conclusão de que aquilo que eu considerarei o primeiro passo para a resolução da crise, que se mantém, não deu o resultado necessário.

Perante tudo isso o Partido terá de tomar as posições adequadas.

P. - Nada portanto que se pareça com a alusão do Prof. Emidio Guerreiro ao armamento de milícias populares?

R. - É evidente que, em meu entender, o P. P. D. jamais poderá constituir milícias armadas ou armar as populações. Não o fará com o meu acordo ou sob a minha direcção. Procurei também esclarecer esse ponto, outro dia, na conferência de imprensa. Em meu entender a resposta do Dr. Emídio Guerreiro foi o que eu qualifiquei de uma blague a uma boutade do primeiro-ministro, cujas afirmações, reproduzidas pelo Dr. Emídio Guerreiro, e não desmentidas, foram de uma grande gravidade. Mas só concebo um partido agindo em condições democráticas e por meios democráticos. Isso exclui a existência ou formação de milícias armadas. Se, amanhã, a situação viesse a deteriorar-se a tal ponto que estivéssemos ante um regime de violência aberta, quer em guerra civil, quer em confrontos armados, os partidos, como tais, deixariam de ter campo imediato de actuação, visto que tudo se colocaria no plano da violência armada, a qual todos somos chamados a evitar. Nessa altura, seria às Forças Armadas que competiria a defesa do País, da democracia e das populações. E só se estas falhassem na sua missão poderiam os cidadãos, individual ou colectivamente, recorrer à legítima defesa. É assim que eu vejo o problema do uso das armas. Mas ainda que caíssemos numa situação que nos obrigasse a recorrer à legítima defesa, não seria então o Partido a armar milícias suas.

P. - O seu regresso, nesta altura, poderá obedecer a alguma tática? Há dois aspectos, um de ordem pessoal, em que não creio, relacionado com a vigência do cargo de secretário-geral; e outro, que leva a pensar na aproximação do período eleitoral. Ora a entrada do Dr. Sá Carneiro virá, talvez, reacender a polémica do anticomunismo, da mesma maneira que pode trazer determinadas consequências no agravamento de forças, em relação ao P.S., ao nível das bases. Significa isto, a curto prazo, uma tática eleitoral do P.P.D.?

R. - O meu regresso não obedece a qualquer tática, embora, pelos vistos, da sua parte haja em relação a isso uma certa descrença, que eu gostaria depois que explicasse. O meu regresso filia-se em razões estritamente pessoais e também políticas. Pessoais porque, estando já recuperado quanto à minha saúde, pude regressar à minha actividade normal.

Felizmente o período de recuperação foi um pouco mais curto do que aquele que eu previa. Políticas, porque estando apto a retomar a minha vida normal, eu não saberia nem quereria enjeitar as responsabilidades que assumi ao constituir o Partido juntamente com todos os demais militantes, ao tomar posições públicas, e ao ser eleito para secretário-geral do Partido. Essa é a realidade do meu regresso. Não há pois, aí, uma tática pessoal, eleitoral ou partidária. Na sua simplicidade, a situação é aquela que eu descrevi. Os receios de que o meu regresso possa afectar uma certa orientação do Partido, ou, como referiu, reacender uma polémica anticomunista, considero-os também meras especulações. As declarações do Dr. Emídio Guerreiro, de que falámos há pouco, não imprimiram, quanto a mim, qualquer orientação na actuação do Partido. Traduziram a sua posição pessoal. Embora feitas, como disse, já no exercício do cargo de secretário-geral substituto, não tiveram aceitação e repercussão nos militantes do Partido e nos seus órgãos susceptíveis de darem origem a uma nova linha. Nesse aspecto, o meu regresso e a reassunção de funções permitirá continuar na linha de inteira fidelidade ao programa do P.P.D., ou seja: a social-democracia para Portugal.

No aspecto do anticomunismo, nem o P.P.D. nem eu próprio somos anticomunistas, entendendo-se por tal expressão a atitude que nega aos comunistas e ao seu Partido, ou aos seus partidos, um lugar numa vida política democrática. Entendo que tem inteiro direito de existência e de actuação, tal como os demais partidos, sejam eles o da Democracia Cristã ou outros mais à esquerda do Partido Comunista. O essencial é que todos, não só nos seus programas, nos seus princípios, nas declarações dos seus dirigentes, mas sobretudo na sua actuação política, respeitem as regras democráticas, as liberdades de pessoas e não comprometam a independência do País e os interesses fundamentais do povo. Mas se por anticomunismo se entender a atitude que se opõe frontalmente ao domínio dum Partido, por meios não democráticos, à conquista do poder por esses mesmos meios, seja através de golpes claros ou velados, seja através da insurreição civil ou armada, então sim, se anticomunismo é isso, o povo português demonstrou que o é, e será, como todos, parece-me, teremos de ser frontalmente contrários a métodos e actuações desse tipo.

P. - Ao falar nisso, não estará, de algum modo, a fazer a distinção entre o P.C.P. e os partidos marxistas-leninistas?

R. - Não, porque concretamente entendo, quanto ao Partido Comunista, que houve actuações desse género que implicaram e justificaram atitudes frontais dos partidos políticos, de várias organizações e do povo em geral contra uma tomada do poder desse tipo. Não foram apenas os partidos marxistas-leninistas, alguns dos quais se confessam, nos seus princípios e nos seus métodos de actuação anti-democráticos - mas não têm tido uma prática anti-democrática tão viva e evidente como aquela que tem sido seguida pelo Partido Comunista.

Em 25 de Abril, não havia anticomunismo em Portugal. Pelo contrário, o Partido Comunista era considerado pela sua actuação na luta que desenvolveu contra o regime vindo de 1926. Hoje há, creio, um sentimento anticomunista, além das atitudes que já referi, e que no fundo não são anticomunistas, mas antitotalitárias. Esse sentimento explica-se pela actuação não democrática do Partido Comunista, e só este pode ser responsabilizado pela sua existência.

Falou, creio, no reacender da polémica anticomunista, e foi a propósito disso que procurei precisar o que é o anticomunismo.

Não me parece que possa haver o reacender de tal polémica. Os representantes do Partido, especialmente na Assembleia Constituinte, souberam, sempre, manter muito viva e activa a sua repulsa por todos os métodos e actuações anti-democráticas, dizendo-o claramente, quando elas provinham do Partido Comunista. A minha presença não modificará, de modo algum, essa orientação, que, creio, foi a própria e adequada. Talvez antes das eleições o Partido não tenha expresso tão claramente essa posição frontal de discordância e denúncia pública da actuação do Partido Comunista, mas ela foi, e continua a ser, muito claramente feita na Assembleia Constituinte, com o que me regozijo muito.

P. - Conforme o que vier a ser definido pelo Conselho Nacional, o Sr. admite que a corrente de esquerda, que chamou a si um cariz marxista, possa criar uma cisão dentro do Partido, com as necessárias consequências ao nível das bases?

R. - Tem-se especulado muito com as correntes existentes dentro do P.P.D., ou as alas do Partido. Eu suponho que também aí se trata, fundamentalmente, de especulações e não de realidades. Como em todos os partidos, como em todos os agrupamentos humanos, há e haverá posições pessoais, ambições, actuações mais ou menos correctas. Muitas vezes elas procuram justificar-se com divergências ideológicas, com diversas interpretações programáticas, mas, na realidade, no Partido as alas não existem. Não há uma ala marxista, uma ala esquerdista; não há uma ala direita, uma ala centrista. A única posição com uma certa autonomia ideológica, e que reivindica uma leitura própria do programa, é a da Juventude Social-Democrática. Isto é normal. Estou certo que, sendo normal, é aceitável e útil, até para manter, dentro dum Partido, uma dinâmica de vivacidade, de crítica, de um progresso constante. A existência dessa orientação não afecta a unidade do Partido, nem pode qualificar-se propriamente de ala.

Referiu-se ao receio de a chamada ala marxista poder provocar uma cisão dentro do Partido. Não creio. Até pelo que deriva de tudo quanto lhe disse a respeito da inexistência de alas.

O Partido Popular Democrático, além de democrático, apresenta-se, e é, como um partido de liberdade de espírito; acolhe, dentro da fidelidade ao seu programa, pessoas de diversa formação; não exclui, está claro no seu programa, os contributos de análise marxista, mas sempre se afirmou como claramente não marxista. De resto, o marxismo não é uma doutrina política, é uma concepção de vida, de sociedade, do mundo, que tem inspirado várias doutrinas políticas.

Tal como acontece com partidos sociais-democratas, na sua quase totalidade, o Partido Popular Democrático não tem o marxismo como a sua fonte inspiradora. Isto é bem claro. Até porque, como salientava Olof Palme, na entrevista recentemente publicada num vespertino de Lisboa, o marxismo é do século XIX. Se há pessoas - e eu duvido que haja -, dentro do Partido Popular Democrático, que vêem relações da nossa ideologia e do nosso programa com o marxismo de maneira diferente, que reivindicam uma orientação marxista para o Partido, elas estão claramente contra o programa. Não têm, é evidente, lugar dentro do Partido. Mas, como lhe disse, duvido que haja e, ainda que houvesse, nunca poderiam - porque não representariam nada mais do que a si próprias - provocar uma cisão dentro do Partido.

P. - Dentro dessa ordem de ideias, e dentro do programa eleitoral do P.P.D., qual a resposta que o Partido tem para dar face às conquistas do processo revolucionário, nomeadamente o poder popular?

R. - Só uma precisão, antes de mais nada: nós não temos um programa eleitoral. Temos um programa de Partido, o que é diferente dum programa de governo, que serve para os partidos se apresentarem aos eleitores. Mas a posição do Partido face às chamadas conquistas do processo revolucionário é de respeitar escrupulosamente todas as legitimamente obtidas. Já antes expressei a minha opinião sobre aquilo que entendo ser processo revolucionário, o que de modo algum traduz uma conquista de alterações por meios violentos, não democráticos. A Revolução está feita. A revolução violenta foi feita, felizmente, praticamente sem

sangue, em 25 de Abril. O processo revolucionário terá agora de ser inteiramente e escrupulosamente democrático.

Quanto àquilo que muitas vezes se chama de conquistas revolucionárias deve notar que muitas das que como tal têm sido invocadas as considero mais como conquistas do Partido Comunista, na sua ânsia de ocupação do poder a todos os níveis, com manifesto prejuízo para o País, do que como conquistas do povo português.

O poder popular não se inclui, quanto a mim, nas conquistas legítimas do processo revolucionário. O essencial do poder popular é o da intervenção política, através do sufrágio e outros modos de expressão democrática. O poder popular, o facto consumado da ocupação violenta, da intervenção política arbitrária, tem servido para camuflar a actuação, quer do Partido Comunista, quer de certos movimentos à esquerda. E esse, o Partido Popular Democrático, não pode, quanto a mim, respeitá-lo, nem transigir com ele. De resto, a nossa posição quanto às organizações de base - comissões de trabalhadores, comissões de moradores e outras - foi expressa no projecto da Constituição que apresentámos.

Entendemos que elas são meio valioso de participação dos interessados nas decisões que aos mesmos respeitam, mas não podem, de modo algum, ser embrião de formação de um poder, de uma classe ou de um sector sobre um povo, nem de subordinação do interesse do País aos interesses particulares dessas organizações.

P. - Isso é a social-democracia...

R. - É a social-democracia, não apenas, como disse há dias, como via para o socialismo, mas como construção, em cada momento, do socialismo possível, do progresso para o socialismo, em suma, um socialismo democrático realizado em cada momento.

P. - Em resumo, no contexto das afirmações que fez até agora, o Sr. Dr. advoga, portanto, o espírito inicial do Programa do M.F.A. e o regresso dos militares aos quartéis, com a entrega do poder aos partidos políticos...

R. - Sim: "regresso dos militares aos quartéis" é uma expressão simplista, que pode chocar muita gente. Mas facilmente se entende que às Forças Armadas não compete governar, que é inconveniente que governem e que lhes cabe ser garantas da democracia. Depois de, com inteira legitimidade, terem derrubado um regime autoritário e opressivo - e com inteira legitimidade, porque a sua actuação visou precisamente restaurar a democracia -, é indispensável que todas as alterações de que o País necessita para construir um regime de liberdade, democracia e justiça social sejam feitas com absoluto respeito pelos princípios democráticos, sem subordinação a autoritarismos, militares ou não.

P. - Mas não tendo necessariamente o socialismo como meta...

R. - A que socialismo se refere? Se se refere...

P. - À construção duma sociedade sem classes e onde acaba a exploração do homem pelo homem.

R. - Esse é um tipo de socialismo vago. Recuso inteiramente a ideia já expressa e afirmada, creio que até pelo presidente da República, de que socialismo só há um. Não há.

P. - Nesse campo, o Dr. Sá Carneiro não vai, por exemplo, até ao ponto de ceder quanto àquilo que prevê a Plataforma de Acordo Constitucional?

R. - A Plataforma de Acordo Constitucional, que foi pois ultrapassada e em certos aspectos violada pelo próprio Plano de Acção Política, e pelo documento-guia, o qual está agora afastado, previa um sistema misto. Eu creio que ele traduz uma falta de confiança na maturidade do povo português, e também, indiscutivelmente, nos partidos políticos.

P. - Refere-se ao documento-guia?

R. - Não. Refiro-me ao objecto da sua pergunta, à plataforma constitucional. Parece-me que foi fruto de um receio e uma desconfiança quanto ao desfecho do resultado eleitoral. E, assim, procurou-se fazer com que esse desfecho do resultado eleitoral não pudesse pôr em causa determinados parâmetros, determinados fins que o M.F.A. entendia deverem ser atingidos. Divirjo do método e dos fins; creio que os factos revelaram ser o receio inteiramente infundado. O pacto está assinado, é uma realidade. Mas parece-me que, por consubstanciar uma solução antinatural, ele virá a ser ultrapassado pela evolução - e já está em certa medida mesmo ultrapassado pela evolução política -, pela maturidade de que o Povo deu provas, e, sobretudo, pela afirmação muito clara que todo o povo português fez, nos últimos meses, e que constitui um dos maiores, senão o maior acontecimento histórico dos últimos tempos de que não precisa de sujeitar-se a paternalismos sejam eles de partidos ou de Forças Armadas, e que não está disposto a sujeitar-se a eles.

P. - Será lícito especular, então, que o Dr. Sá Carneiro, com o regresso à cúpula do P.P.D., irá renunciar à assinatura desse pacto?

R. - O Partido não sou eu. Tudo aquilo que foi legitimamente negociado e assinado pelo Partido compromete-o, e não seria eu, pessoalmente, que poderia ou deveria pô-lo em causa. Mas o Partido terá também de, em cada momento, saber tomar as posições adaptadas à realidade política. Em política, e salvo quanto aos princípios, não há decisões definitivas, pois elas têm que se adaptar à realidade de momento. Se o pacto se revelar - e creio que se tem revelado já, como lhe disse - inadequado e até impossível na sua execução, como sustenta Maurice Duverger, num artigo publicado no Le Monde, em Agosto, creio, sob o título "O Populismo Militar", o Partido terá de tomar as suas posições. Não serei eu apenas a torná-las em nome do Partido, como é evidente, mas os seus órgãos dirigentes com a minha colaboração, depois de ter retomado, se vier a fazê-lo, as funções de secretário-geral. Note que mesmo em relação à Plataforma Constitucional houve alguns desvios, houve mesmo desrespeito, em documentos posteriores e em deliberações dos órgãos do M.F.A., como sejam: algumas posições do Plano de Acção Política, o Documento-Guia, a designação do Directório. Parece-me oportuno recordar também que a Plataforma Constitucional não refere o Movimento das Forças Armadas como movimento de libertação, de modo algum, nem dá azo

a isso. Nem tão pouco o qualifica ou considera como motor do processo revolucionário. Refere, sim, que as Forças Armadas - as Forças Armadas e não o M.F.A. - serão o garante e o motor do processo revolucionário. E que esse processo visará, não à construção de um socialismo - de um certo socialismo, ou mesmo do socialismo, pelo qual, como salientei na conferência de imprensa, só o Povo pode optar -, mas sim à construção de uma verdadeira democracia política, económica e social. Isto é muito diferente do que depois se afirmou e do que depois se quis fazer. Não vou pormenorizar as minhas divergências relativamente à Plataforma Constitucional, mas em linhas gerais elas referem-se ao processo seguido, ao fim a atingir, aos meios e ao regime, que é um regime de concentração de poderes no Conselho da Revolução, e que se afasta, quanto à eleição do presidente da República, daquilo que entendo ser essencial à democracia.

Em resumo, parece-me que a plataforma partiu do princípio de que antes de três ou cinco anos o povo português não poderia viver em autêntica liberdade política para construir a democracia política, económica e social. Isso parece-me profundamente errado. Entendo que o povo português pode, desde já, viver em verdadeira democracia política, sem que isso ponha em causa a construção da democracia económica e social, que me parece absolutamente necessária. Ponto é que o deixem exercer a liberdade e que as Forças Armadas, em lugar de desempenharem um papel directo e activo na política nacional - missão que não é a sua -, se limitem a garantir os pressupostos do exercício da liberdade e a defender a democracia de quaisquer ataques vindos do interior ou do exterior, ainda que eles provenham de partidos políticos. Devo notar, ainda a esse respeito, que se receia muito e continua a recear a divisão resultante da existência de diversos partidos políticos e da luta que entre eles se possa travar. Parece-me que o País sofreu muito mais com as divisões existentes dentro das Forças Armadas e do Movimento das Forças Armadas do que com as naturais divergências entre os partidos e com a luta política a que os mesmos são naturalmente chamados.

P. - A situação político-militar, entretanto, volta a agravar-se...

R. - Parece que, na actual situação, se mantém a gravidade das tensões, desconhecendo-se o desfecho. Quanto a mim, o Partido Comunista não pode avançar mais, pelos mesmos meios - até porque se defrontou com uma oposição total -, na ocupação do aparelho administrativo, do aparelho local, do aparelho político e da informação. Essa ocupação já estava em grau adiantado, mas em face da oposição surgida, sobretudo da oposição popular, com a colaboração de partidos, a sua posição de poder não pode avançar mais. Por isso o P.C.P. parece-me ter adoptado uma tática diferente, que é a do controlo do aparelho militar. Isso seria indispensável para consolidar as conquistas - não as revolucionárias, as do Partido Comunista - já feitas até agora, para controlar a situação. E quanto a Angola, para impedir que fossem postas dificuldades ao avanço do M.P.L.A. Por outro lado, a presença maciça de retornados angolanos na Metrópole implicava também o controlo do aparelho militar para que não fossem mais afectados os avanços do Partido Comunista. É nesta linha, creio, que se insere a nomeação do general Vasco Gonçalves para a chefia do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas. Fracasada essa tentativa, dada a frontal oposição que essa designação encontrou...

P. - ...Além do desmantelamento da 5.^a Divisão...

R. - E a 5.^a Divisão, pois, que é um elemento importante a ter em conta... A tentativa renasce agora em duas frentes: por um lado, fazendo no campo civil oposição velada ou aberta ao VI Governo Provisório e ao cumprimento do seu programa. Nisso pode o M.D.P. representar um papel importante - e já está a representar juntamente com os demais partidos que fazem parte da F.U.R. Por outro lado, regressando ao período de antes da Ordem do Dia, na Assembleia Constituinte, que se explica, a meu ver, por estar integrado nessa tática de oposição, de diminuição de credibilidade do cumprimento do programa do Governo. Noutra campo, parece-me que a acção se desenvolve nas Forças Armadas.

P. - Nas bases...

R. - Nas bases, já que falhou a tentativa de domínio dos órgãos dirigentes. Daí, o fomento da indisciplina, a criação dum clima de agitação e de tensão; são todas estas manifestações, são os desvios de armas, são os apelos ou ameaças à intervenção directa dos operários e camponeses que o Partido Comunista ou seus satélites vêm fazendo.

Aí eu vejo um grande perigo para a democracia em Portugal no aliado derivado da situação económica e social. Mais do que qualificar de direita ou de esquerda os perigos para a democracia, de dizer que já ultrapassámos o risco de uma ditadura de esquerda e que hoje enfrentamos uma ditadura de direita, parece-me que o que continuamos a enfrentar é o risco de um regime violento, da imposição de uma ditadura, baseados nesses factores muito graves que continuam a afectar a vida do País.

E a meu ver, a sua resolução passa pelo restabelecimento da disciplina e coesão das Forças Armadas. Sem isso é impossível estabelecer ou conseguir a estabilidade política indispensável para que o País se não afunde no caos político, económico e social.

P. - Aí parece importante o papel do general Otelo...

R. - Não só dele, como o de todos os dirigentes militares. Neste momento, o cumprimento do programa do VI Governo Provisório passa muito mais pela actuação das autoridades militares do que dos membros do governo.

P. - A posição do general Otelo parece, para já, de desrespeito ao plano do VI Governo...

R. - Considero gravíssima a posição do general Otelo, não apenas pelas declarações que proferiu à partida para a Suécia, em que referiu ter quanto ao governo dúvidas e estar disposto a passar à oposição, mas pelas que agora prestou acerca do desvio de armas, dizendo designadamente que estava tranquilo porque as armas, estando à esquerda, estavam em boas mãos. Considero isto um atentado grave à responsabilidade mínima que se pode exigir, e que se tem de exigir, a um chefe militar.

P. - Um outro aspecto, que conviria esclarecer, são as acusações de que o Sr. Dr. foi alvo, quanto à "Comissão ad-hoc" e à lei da greve, no tempo em que fazia parte do governo.

R. - O projecto da lei que criou a "Comissão ad-hoc" para a Imprensa foi apresentado pelo Dr. Raul Rego, vindo do Ministério da Comunicação Social. Na sua discussão foram feitas várias observações quanto ao conteúdo e poderes do governo, particularmente quanto ao Regulamento, à entidade competente para o aprovar e promulgar. O consenso que se formou foi que, embora a criação da "Comissão ad-hoc" fosse discutível, ela deveria ter lugar, porque estava prevista no Programa do Movimento, porque estávamos sem Lei de Imprensa, e porque o presidente da República e o próprio Conselho de Estado a consideravam absolutamente necessária. Houve um primeiro projecto aprovado, que foi ao Conselho de Estado. O Conselho de Estado introduziu-lhe alterações. Voltou ao Conselho de Ministros, realizou-se aí então a discussão final, tendo sido aceites certas alterações do Conselho de Estado e recusadas outras. Na votação final o único ministro socialista que votou contra a aprovação do projecto foi o Dr. Salgado Zenha, estando o Dr. Mário Soares ausente. Creio que houve algumas abstenções, e salvo erro uma delas foi a do Dr. Mário Murteira. O Dr. Rego estava presente no Conselho de Ministros, votou a aprovação do projecto que tinha apresentado. Não votou contra a aprovação deste projecto. A sua votação foi pela aprovação.

Salvo erro, o seu voto - não estou a socorrer-me de quaisquer apontamentos, tenho tudo isto de memória -, como o de muitos outros ministros, entre os quais eu, assentou na necessidade derivada daqueles factores que já aponte e na circunstância de se tratar de uma medida meramente transitória, visto que se iria rapidamente preparar a Lei de Imprensa.

No dia seguinte ou dias depois, quando o decreto foi apresentado em Conselho para se recolherem as assinaturas, que deviam ser apenas a do Dr. Palma Carlos e do Dr. Raul Rego, este recusou-se a assinar. O Prof. Palma Carlos apresentou o projecto para assinatura na própria reunião do Conselho. O Dr. Raul Rego recusou-se a assinar, declarando que não concordava. Isso deu origem a uma discussão violenta, em que foi recordado vivamente ao Dr. Raul Rego que tinha concordado com a aprovação. Caiu-se num impasse perante a sua determinante recusa. Isso ocorreu, salvo erro, na véspera da minha ida para os Açores acompanhando o presidente da República, aquando da passagem do presidente Nixon. Na manhã seguinte o Prof. Palma Carlos pôs-me ao corrente do apoio do P.S. ao Dr. Rego e do impasse que se criara e que podia, designadamente, levar à saída dos membros do Partido Socialista do governo.

Depois de regressar dos Açores, soube que a solução que tinha sido encontrada para resolver o impasse criado pela recusa de assinatura por parte do Dr. Raul Rego, apesar da aprovação feita, era a de todos os ministros assinarem o decreto-lei. Vim encontrar o decreto já assinado por todos os ministros. Por isso, foi a minha assinatura a última a ser aposta.

Devo dizer que dou essas precisões porque o problema foi levantado e apresentado publicamente, não só aqui há meses no República, mas recentemente na

Assembleia Constituinte. Faço-o, portanto, para rebater acusações infundadas, continuando a entender que é altamente inconveniente e contrário à responsabilidade política assumida pelos membros do governo a divulgação daquilo que se passa em Conselho de Ministros. Tenho, de resto, pelo Dr. Raul Rego a grande consideração derivada do seu papel como director do República antes do 25 de Abril, pois considero que o República foi, antes dessa data, um bom jornal, valiosíssimo na luta política pela democracia. Continuo a ter muita consideração pelo Dr. Raul Rego, director do novo jornal A Luta. Mas isso não me impede de discordar totalmente desta sua atitude, nem afecta a necessidade de restabelecer a verdade daquilo que se passou quanto à criação da "Comissão ad-hoc".

1.2.3. Excertos do discurso no comício de apoio ao VI Governo Provisório realizado no Porto - 31/9/75

"Hoje, não é apenas o PPD que aqui vem. O PPD tomou esta iniciativa para manifestar ao sr. governador civil, representante do VI Governo Provisório, que não só o nosso Partido, mas todo o Povo do Porto, todo o Povo do Norte está com o VI Governo Provisório na defesa da ordem democrática, na defesa da liberdade nacional, na defesa da nossa Pátria.

A hora é muito grave. Esta hora mesma não consente nem grandes palavras nem ambiguidades. É preciso que se mostre claramente quem está com o VI Governo Provisório na defesa duma informação livre, na defesa das liberdades conquistadas no 25 de Abril. Está o Povo do Porto, está o Povo de Portugal. É preciso que fique bem claro quem está com o VI Governo Provisório e com as autoridades militares na defesa da disciplina, da firmeza e da unidade das Forças Armadas. Não se pode ter camaradas no Governo a fazerem ao Governo oposição cá fora.

A boa maneira rude do Norte, vimos dizer-lhe, sr. governador civil, que estamos efectivamente com o Governo e que muito esperamos do Governo, do VI Governo Provisório.

Só com a autoridade que nos dá o sermos o próprio Povo, vimos dizer-lhe que esperamos, confiamos e exigimos do Governo que ponha fim à anarquia, à desordem e à indisciplina."

"A vontade popular, pela primeira vez, está com o Governo. Quando as forças minoritárias se vêem reduzidas ao lugar que lhes compete, eis que o VI Governo é sabotado por forças civis e militares. Não aos sabotadores da acção do governo, sejam civis ou militares. Não queremos que Portugal regresse ao feudalismo, com seus coutos, com bandos armados. Sr. governador, disciplinados e desarmados, vimos dizer-lhe que estamos dispostos a defender a liberdade conquistada em 25 de Abril. O Povo viu que temos Homem, que temos Governo e não quer perder a Liberdade e a Democracia."

"Estamos consigo, sr. governador, na sua acção democrática. Confiamos em si, no Governo e nas Forças Armadas. Por isso, estamos onde for preciso e sempre que necessário. Não estamos dispostos a perder a liberdade que nos foi restituída em

25 de Abril, e por isso estamos com o VI Governo na defesa do socialismo humanista."

E a terminar:

"Viva Portugal

Viva o VI Governo

Viva o Almirante Pinheiro de Azevedo

Viva o Governador Civil do Porto

Viva a Unidade Democrática

Viva a Liberdade."

1.2.4. Moção entregue ao Brigadeiro Pires Veloso - 31/9/75

Nota: Moção aprovada no comício do Porto no dia 31 de Setembro.

Senhor General Comandante da Região Militar do Norte.

O Partido Popular Democrático e as massas populares que aderiram a esta iniciativa, no termo da gloriosa jornada cívica que a cidade do Porto acaba de viver, pedem-lhe se digne transmitir ao Senhor Primeiro-Ministro e Presidente da República em exercício o inteiro apoio que lhes merecem a actuação do VI Governo Provisório e as corajosas medidas que foram tomadas para tornar possível essa coisa que nenhum povo civilizado põe em dúvida: permitir ao Governo que governe!

O Povo Português está com o VI Governo Provisório! Chegou a altura de desmascarar as minorias empenhadas em sabotar a construção de uma sã sociedade democrática e livre!

É tempo de se acabar de vez com a falsa informação, tendenciosa, agitadora e alarmista, a soldo dos que pretendem destruir para reinar, dos que traíram o 25 de Abril de 1974, dos que geram climas de medo, inculcem o ódio e o terror, propalam o boato, dos que fazem a propaganda da intolerância e da perseguição, dos que pretendem criar um permanente estado de incerteza e de insegurança!

É tempo de acabar com a violência e com a intimidação!

O Povo Português quer ordem democrática e não instabilidade oportunista, quer paz e não desassossego permanente, quer instrumentos de trabalho para produzir e não G-3 em mãos de aventureiros, quer liberdade real, concreta e quotidiana e não uma opressão siberiana.

O Partido Popular Democrático, os seus militantes, os seus simpatizantes, o Povo do Norte, a esmagadora maioria do Povo Português, estão com o VI Governo Provisório e não permitirão que seja desacreditado ou impedido de governar!

A contra-revolução não passará, porque todos os verdadeiros democratas estão unidos e decididos a fazer-lhe frente!

VIVA A DEMOCRACIA!

VIVA PORTUGAL LIVRE!

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

O Secretário-Geral

Francisco Sá Carneiro

1.2.5. Os incidentes no Porto

Nota: Incidentes ocorridos na madrugada de 8 para 9 de Setembro, aquando da Manifestação de Apoio ao Comando da Região Militar Norte.

1.2.5.1. MENSAGEM AOS MANIFESTANTES - 9-10-75

Aos militantes do P.P.D., às dezenas de milhares de manifestantes que, ordeira e pacificamente, demonstraram no Porto de 8 para 9 de Outubro o seu firme apoio ao Comando da Região Militar, e ao cumprimento do Programa do VI Governo Provisório, exigindo ordem e disciplina, a todo o povo do Porto e do Norte:

Impossibilitados de estarem presentes na manifestação, o Secretariado do P.P.D. e muitos militantes durante toda a noite acompanharam, na sede em Lisboa, o desenrolar dos graves acontecimentos que a cidade viveu, em contacto permanente com as autoridades e com as sedes distritais e concelhias.

Uma minoria de marginais contra-revolucionários, aliada a soldados insubordinados, agrediu à paulada, à pedrada e depois a tiro, manifestantes desarmados e pacíficos.

Exasperados pela inabalável determinação dos milhares de manifestantes que, sem arredarem pé, exigiam a identificação e punição dos bandoleiros rotulados de progressistas, esses marginais civis e militares acabaram por disparar sobre as forças da P.M. que se encontravam no local, sem a menor provocação por parte destas.

Deploram-se mais de cinquenta feridos, alguns dos quais graves, vítimas da fúria sanguinária das minorias comunistas e suas aliadas.

Entretanto, organismos do Partido Comunista e anexos, da sua central sindical e de outras poucas mais organizações sindicais, lançavam-se numa infame campanha de falsidades e insultos, juntando miseravelmente a calúnia ao sangue que os seus lacaios fizeram correr.

Essa insidiosa campanha de transformação das vítimas em réus encontrou infelizmente eco no R.C.P.

Em nome do Partido, a todos venho manifestar, no fim desta noite de angústia e de indignação:

- a solidariedade na dor dos feridos e suas famílias;
- o apreço pela firme coragem democrática e militância esclarecida da população do Porto e dos membros do P.P.D.;
- a revolta perante os ataques cobardes, a perfídia repelente e a vermelha orquestração de clamores hipócritas que fazem parte de um plano de conquista do poder pelos comunistas, derrubando o VI Governo Provisório para repor a clique de Vasco Gonçalves;
- a reafirmação de apoio ao brigadeiro Pires Veloso nas medidas para o restabelecimento da ordem e da disciplina, começando pelas Forças Armadas;
- a exigência feita ao presidente da República, ao Conselho da Revolução e aos chefes de Estado Maior, de que ponham imediatamente cobro à subversão militar, último estágio da subversão generalizada e prelúdio da guerra civil que nos espreita;
- a necessidade absoluta de que ao primeiro-ministro e ao VI Governo seja dada efectiva força militar, prossequindo a acção iniciada pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, a fim de poder cumprir o programa daquele.

Estamos numa hora decisiva da vida nacional!

Se a subversão militar triunfa no Norte e no Centro, seja no CICAP, no RASP, ou em qualquer outra unidade, cai o Governo, Lisboa será ingovernável e Portugal ver-se-á mergulhado na guerra civil.

Vivemos tempos da derradeira mas decisiva ofensiva comunista. Derrotados pelo Povo há menos de um mês, os traidores que querem submeter Portugal ao imperialismo soviético surgem agora em todas as frentes a tentar agravar o caos gerado por Vasco Gonçalves.

O Povo tem de estar consciente do perigo, presente nas ruas contra os pró-soviéticos embuçados dos SUVs, os arruaceiros da FUR e todos os marginais portugueses e estrangeiros que por aí pululam, pagos muitas vezes com dinheiro do Povo.

Não podemos consentir traições, fardadas ou não, à Revolução democrática, venham elas de cima ou de baixo!

Não podemos tolerar que Portugal perca a liberdade reconquistada!

Não podemos consentir que a Nação seja definitivamente destruída e o Povo mergulhado no sangue e na miséria.

Mas é para aí que estamos a caminhar, como o Porto viu, como tantas dezenas de feridos sentiram na carne.

Contra os golpismos comunistas, contra as traições cobardes, contra a ruína da Pátria, todos unidos, vigilantes e actuates.

Pela Ordem Democrática,

Pela autoridade e pela disciplina,

Pela Liberdade e pela Justiça.

Para a reconstrução nacional, para o bem-estar do Povo, para salvação da Pátria, rejeitaremos implacavelmente, com desassombro e civismo, a ditadura comunista ou fascista, como Portugueses livres que se não vergam ao perigo totalitário!

Lisboa, 7.30 do dia 9 de Outubro.

O SECRETÁRIO-GERAL

Francisco Sá Carneiro

1.2.5.2. TELEGRAMA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 9/10/75

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PALÁCIO DE BELÉM

Só por desde ontem aguardar em Lisboa que o Senhor Presidente me recebesse por motivo grave e urgente não pude, como queria, estar presente na nossa grandiosa manifestação do Porto.

Aqui compartilho neste momento o profundo desgosto e viva indignação de saber que manifestantes pacíficos e indefesos foram, e podem continuar a ser, vítimas de pedradas e tiros vindos de perto, senão de dentro, do RASP ocupado, insubordinado e subvertido por alguns civis e soldados que o Partido Comunista promove a heróis progressistas mas que não passam de marginais e de traidores contra-revolucionários.

É infame que o Partido Comunista local venha mais uma vez apresentar os agressores criminosos como vítimas, e como reaccionários quem demonstra pacificamente e em massa o seu apoio ao rigoroso cumprimento do Programa do VI Governo Provisório.

Basta de mentiras, de infâmias e de manobras antipopulares e antiportuguesas.

Em nome do nosso partido, no meu pessoal e sobretudo em nome do Povo do Porto, do Norte e de Portugal inteiro, exijo das autoridades civis e militares e do senhor Presidente como responsável supremo, que a desvergonha comunista seja

denunciada, que os actos criminosos que levaram aos hospitais dezenas de manifestantes pacíficos sejam exemplarmente punidos, que a verdade seja imediatamente restabelecida por parte das autoridades civis e militares.

Dirijo-me a V. Exa. mas apelo também para todo o Povo Português, e por isso torno desde já pública esta mensagem, para que não consinta mais que ao ataque cobarde se acrescente a perfídia dos mal disfarçados lobos vermelhos.

Basta, Senhor Presidente.

Basta, Portugueses.

Lisboa, 2.30 do dia 9 de Outubro de 1975.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

1.2.5.3. TELEGRAMA AO COMANDANTE DA REGIÃO MILITAR DO NORTE - 9/10/75

AO COMANDANTE DA REGIÃO MILITAR DO NORTE

BRIGADEIRO PIRES VELOSO

PORTO

A segurança do Norte, do Porto e dos nossos manifestantes está nas suas mãos.

Confiamos em que elas não vaciem na imposição da ordem e da disciplina, na defesa das vidas e da segurança de todos os habitantes e dos manifestantes pacíficos que apoiam o Governo.

Esperamos e temos o direito de exigir firmeza, autoridade e decisão não só da sua parte como pelo lado do Chefe do Estado-Maior, do Conselho da Revolução e do Presidente da República.

Há que proceder à imediata identificação dos desordeiros e criminosos que ocupam o RASP e disparam sobre manifestantes pacíficos e indefesos.

Não o fazer já é deixá-los escapar à merecida punição, é abrir mais a porta à anarquia, à traição e ao descalabro nacional.

Senhor Brigadeiro, o Povo conta com a sua autoridade para que possa ser feita justiça.

A subversão comunista ataca a fundo no Porto. Aí se está agora a decidir o futuro da Pátria e a liberdade do Povo. Se a subversão triunfa, Portugal afunda-se.

Não podemos consenti-lo.

Sabemos que não consentirá.

Apelamos para que todo o Povo e as autoridades supremas o apoiem, como apoiamos, na luta pela ordem democrática. Saudações cordiais.

Lisboa, 3.45 do dia 9 de Outubro de 1975.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

1.2.5.4. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 12/10/75

Jornalista - O que fazia a manifestação do PPD junto do RASP? Provocava os civis ou desejava transmitir uma mensagem aos poucos militares sublevados?

Sá Carneiro - Devo dizer que a nossa posição, as nossas intenções do que aconteceu no Porto estão já claramente estabelecidas nos comunicados, telegramas e mensagem final elaborados na noite em que decorreram tanto a manifestação, como os gravíssimos incidentes que tiveram lugar no Porto. Mas para responder a esta pergunta prefiro socorrer-me da versão oficial dos acontecimentos que coincide totalmente com a verdade expressa nos nossos documentos.

O que fazia o PPD junto do RASP? Apoiava o Comando da Região Militar do Norte. Apoiava o VI Governo provisório e o cumprimento do seu programa. Apoiava todas as medidas necessárias para restabelecer a ordem e a disciplina nas Forças Armadas sem a qual não há governo possível, sem a qual corremos o risco de ver o país mergulhado numa guerra civil.

Não apoiava os poucos militares sublevados do RASP (a expressão poucos militares é da própria pergunta), mas na medida em que se desempenhava dos fins que antes mencionei, apoiava os vários militares do RASP que permanecem disciplinados, ordeiros e obedientes ao Comando da Região Militar, apesar da intromissão de civis e militares que fomentaram a agitação no RASP. É isto o que claramente está estabelecido tanto na nota oficial do Governo hoje divulgada, como na do Comando da Região Militar do Norte. Saliento os seguintes passos:

"O PPD organizou uma manifestação de apoio e encontrou pela frente uma contra-manifestação." Ora, como a manifestação tinha objectivos declarados, a contra-manifestação não podia ter senão objectivos contrários aos nossos. Ou seja o desapoio ao Governo e ao cumprimento do seu programa; o desapoio e impugnação das medidas necessárias para restabelecer a ordem, a autoridade e a disciplina. Diz-se, depois, no Comunicado do Comando da Região Militar do Norte:

"Contra-manifestantes concentrados na rampa de acesso ao Mosteiro da Senhora do Pilar, donde dominavam o local onde se ia concentrando o pessoal da primeira manifestação, lançaram pedras e efectuaram disparos de armas de fogo sobre a multidão ao mesmo tempo que munidos de objectos contundentes iniciavam corpo a corpo com os manifestantes.

"O comando da Região Militar do Norte tem conhecimento de que indivíduos envergando a farda do Exército Português, contactaram, na tarde de ontem, trabalhadores de diversas empresas em nome da organização SUV, no sentido de realizar uma contra-manifestação. O Rádio Clube Português colaborou através das suas emissões na convocação desta contra-manifestação."

Um outro ponto e muito importante deste Comunicado e o que realmente sucedeu é o seguinte:

"Nessa altura, e contrariamente ao noticiado no Rádio Clube Português, foi desencadeado por pessoas que se encontravam num muro do RASP (incluindo civis armados de G-3) intenso tiroteio sobre as forças do COPCON, PM e sobre o pelotão de reconhecimento do RCPO. Posteriormente, houve um segundo período de fogo mais longo que o primeiro enquanto as forças da ordem se abstinham de responder."

Isto é extremamente grave e revelador da crítica situação que neste momento atravessamos. No Porto não foram apenas civis objecto do fogo disparado pelos contra-manifestantes que se encontravam junto do muro do RASP e nesse próprio muro, mas o que aconteceu foi também que soldados dispararam contra soldados. Quebrou-se aquilo que era apresentado como o essencial da Revolução do 25 de Abril. Soldados dispararam contra o povo desarmado ordeiro e indefeso, viraram as suas armas contra o povo e soldados dispararam contra soldados.

Simplesmente este acontecimento gravíssimo, contra o que falsamente se tem propagandeado não partiu das forças chamadas reacţionárias. Partiu das forças auto-rotuladas de progressistas. Foram essas forças rotuladas de progressistas e revolucionárias que viraram as suas armas contra o povo e que também viraram as suas armas contra os seus camaradas militares.

O PROBLEMA DA DESIGNAÇÃO DE UM CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS F. A.

Jornalista - Considera que a nota do Governo desta madrugada e a atitude do Comando Militar da Região do Norte são suficientemente fortes para evitar tão grave indisciplina?

Sá Carneiro - Considero que não é suficientemente forte e enérgica. Espero que essa situação se modifique após a reunião do Conselho da Revolução, que hoje terá lugar e na qual está previsto que participe também o Governo.

A realização de uma reunião conjunta do Conselho da Revolução e do Governo, a primeira que irá ter lugar, é bem significativa da gravidade do momento presente. Espero que dela saiam medidas essenciais para a preservação da Democracia, da Paz e da Independência em Portugal.

Parece-me que o problema das Forças Armadas depende também da designação de um Chefe do Estado-Maior conjunto, com unidades necessárias para tomar as medidas indispensáveis à alteração da situação militar.

O General Costa Gomes já mostrou a sua intenção de nomear um Chefe de Estado-Maior General das F. A., evidenciando também assim que não considera fundamental que esse cargo coincida com a de Presidente da República, como eu pessoalmente entendo que não deve coincidir. O general Costa Gomes mostrou, como dizia, essa intenção ao designar para o cargo o general Vasco Gonçalves. Essa designação não foi para a frente por razões que são conhecidas. Creio que foi francamente nocivo que a iniciativa em si não fosse de novo tomada, designando-se outra pessoa para esse alto cargo militar. Mas, espero que demonstrada a intenção do Presidente da República em não acumular, ela seja rapidamente con-

cretizada, escolhendo-se um Chefe de Estado-Maior conjunto. Essa medida parece-me fundamental no actual processo político-militar português.

Devo dizer que, e o Dr. Mota Pinto já o frisou na sua exposição inicial, esse ponto da disciplina das F. A. é fundamental. Creio que todos devemos tomar consciência dele inclusive os próprios estrangeiros que nos visitam. Vi por exemplo noticiado que o Ministro Federal da Defesa do Governo da Alemanha Ocidental, a cuja visita atribuo uma enorme importância e um alto significado, não só pelas suas qualidades pessoais e políticas como pela circunstância de ser o primeiro membro do Governo alemão a visitar Portugal, vi noticiado que ele visitou o Regimento dos Comandos e também o Alfeite. Estou convencido que ficou com uma boa impressão da disciplina existente nas Forças Armadas. Foi pena que essa sua visita não tivesse sido acompanhada de visitas a outras unidades, tais como o RALIS e à Polícia Militar porque estou certo de que se as tivesse visitado ficaria com uma panorâmica muito mais completa do estado das Forças Armadas portuguesas.

Jornalista - Qual a posição do PPD perante uma eventual declaração do estado de emergência?

Sá Carneiro - Se as circunstâncias presentes impusessem a declaração do estado de emergência e se ele fosse decidido pelas autoridades competentes como medida de salvação nacional, estou certo que o Partido Popular Democrático a apoiaria, nestas condições.

Jornalista - Perante a iminência da nomeação do novo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e da reunião que o Governo e o Conselho da Revolução vão realizar esta tarde, eu perguntava se o Partido Popular Democrático tem em mente alguns nomes de Oficiais-Generais para o preenchimento de tão alto cargo?

Sá Carneiro - Esclareço que não me referi à iminência de nomeação de um Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Não sei se ela está iminente ou não. Eu considero-a necessária. Gostaria muito que ela estivesse iminente.

Devo dizer que sendo um problema que preocupa o PPD, e preocupando-o tem a obrigação de o ter estudado, com certeza que dará com muito prazer sugestões para nomes a serem considerados. Dará essas sugestões se elas lhe forem pedidas pelo Presidente da República ou pelo Conselho da Revolução. Não as dará é evidente nesta Conferência de Imprensa, porque não é o lugar próprio. Devo dizer que se tivesse tido a audiência que pretendi ter desde terça-feira com o senhor Presidente da República eu próprio espontaneamente teria abordado esse problema e, se ele considerasse necessário, feito as devidas sugestões, nesse lugar próprio.

"NÃO HOUVE DA PARTE DOS MANIFESTANTES DO PPD QUALQUER ATAQUE"

Jornalista - Qual foi o número de manifestantes do PPD que foram feridos e se é possível a sua identidade. Por outro lado sabe-se que militares do RASP dispararam sobre outros militares. Gostaria de saber se o PPD tem alguma relação das Unidades dos outros militares?

Sá Carneiro - Não tem qualquer relação. Estou convencido que as autoridades civis e militares poderão fornecê-las. Não tenho também neste momento uma relação completa dos nossos militantes feridos, mas espero poder tê-la dentro em breve. Estou convencido que as pessoas indicadas para fornecer essa identidade serão as autoridades, visto que têm todos os elementos, tendo um acesso muito mais rápido aos hospitais do que nós e às próprias Unidades militares onde poderá ter havido militares feridos. O que temos a certeza é que não houve da parte dos manifestantes do PPD qualquer ataque, seja ele feito com armas de fogo, seja ele feito com outras armas e verifiquei com muito agrado que contra as deturpações feitas na Imprensa, essa verdade ficou claramente estabelecida no comunicado do Comando da Região Militar do Norte e no comunicado do Governo.

Jornalista - Como pode assegurar a veracidade dessa visão dos acontecimentos?

Sá Carneiro - Estive toda a noite na sede do Partido. Ontem tive um dia muito intenso e por isso, não tive ainda oportunidade de ter contactos com o Porto, de quem esperava aqueles elementos e que ainda não foram fornecidos.

Devo dizer que, tenho conhecimento directo através de relatos pessoais de militantes nossos que se encontravam nas proximidades, que houve vários feridos por balas gravemente atingidos, e em circunstâncias extremamente revoltantes.

Como tenho conhecimento, através desses relatos, visto que como disse me encontrava aqui em Lisboa, de que entre as 23.30 h. e as 0.00 horas e antes de começarem os disparos, os portões dos RASP se abriram e saiu um carro Chermam desarvorado sobre a multidão, o que provocou a fuga em pânico da multidão e que esse carro não só fez essa investida inicial, como, depois, iniciou a alta velocidade várias manobras sobre os manifestantes que debandaram, como é natural, em pânico na iminência de serem esmagados por essa intervenção.

Jornalista - Qual o tipo de relações, incluindo as divergências, entre o PPD e o PS?

Sá Carneiro - Creio que as relações poderão caracterizar-se, como é normal entre partidos democráticos, por relações de bom entendimento no campo de actuação interna, ressalvadas as divergências doutrinárias existentes e divergências políticas incisivas. Mas sobre esse ponto, dado que o Dr. Mota Pinto, como Presidente do Grupo Parlamentar, tem melhor apreciado, pode testemunhar mais directamente essas relações, eu pedia-lhe para completar esta minha resposta.

Eu gostaria só de acrescentar o seguinte: no plano prático, enquanto tal de nós dependa, as relações com o Partido Socialista, serão sempre boas, têm sido boas.

Em geral, da parte do PS também tem assim sucedido. Alguns incidentes, como aquele que deu origem ao nosso protesto a seguir à participação na manifestação que se dirigia ao Palácio de S. Bento, não tem sido, nem da nossa iniciativa nem da nossa responsabilidade.

Por outro lado, temos visto que o PS ou melhor, membros do Partido Socialista, apesar da política seguida na Assembleia Constituinte, têm feito afirmações coincidentes com aquelas que nós anteriormente defendemos e eu pessoalmente ex-

pus. Refiro-me, designadamente, às críticas feitas à política económica e às nacionalizações seguintes ao 11 de Março.

O Dr. Mário Sottomayor Cárdua, tanto numa entrevista ao "Jornal Novo", como na sua intervenção do passado domingo no programa "Teleforum" fez declarações perfeitamente coincidentes com a nossa linha e com as nossas críticas. Agrada-me ver que o PS ou membros do PS perfilham essas opiniões que expusemos em primeiro lugar, embora o PS na sua acção constituinte siga uma linha diversa.

1.2.6. Discurso no comício do Campo Pequeno - 12/10/75

Povo de Lisboa

Militantes do PPD

Jovens da JSD

Nesta hora em que depois de uma longa e forçada ausência, posso finalmente voltar a estar convosco, quero em primeiro lugar que recordemos, sentidamente, mas indignadamente, a memória de Luis Barroso e de António Ramalho, militantes nossos que tombaram assassinados, vilmente assassinados. Quero recordar a dor e o sofrimento das dezenas de feridos, que integrados na nossa manifestação do Porto, foram, cobardemente, alvo dos atentados de civis e de militares que os agrediram à paulada, à pedrada e a tiro.

A mais sentida homenagem que podemos prestar aos nossos mortos e aos nossos feridos é empenharmo-nos cada vez mais na acção, lutarmos, cada vez mais, pela social-democracia em Portugal, termos cada vez mais coragem para dizer, alto e bom som, a verdade do que se está a passar neste país. De dizermos cada vez mais alto e mais claro, a desvergonha do que se está a passar neste país, em que minorias de marginais civis e militares aliados às minorias comunistas querem tomar, pela força, conta do poder.

No Porto, ouvimos dizer aos militares auto-rotulados de progressistas e aos civis que se querem fazer passar por militares, de armas roubadas na mão, que o soldado não dispara contra o povo, que o soldado não dispara contra o soldado. E o que é que vimos no Porto? Vimos esses mesmos pseudo-progressistas dispararem contra o povo desarmado, dispararem contra os soldados que tentaram restabelecer a ordem.

A hora que vivemos é extremamente grave, das mais graves senão a mais grave da nossa história, porque está em risco a nossa liberdade reconquistada no 25 de Abril, está em risco a democracia em Portugal, está em risco a própria independência de Portugal e está em risco porque os comunistas se querem apoderar do poder.

O povo tem o direito de saber o que se passa, e os políticos têm obrigação de o dizer claramente. Mas é espantoso, inacreditável, que a nós que fomos vítimas dos ataques cobardes no Porto, nos queiram apresentar como fautores da sub-

versão, como atacantes do RASP. É espantoso ainda, que o PCP continue a fazê-lo depois do Governo e do Comando da Região Militar do Norte terem dito, claramente, que o PPD tinha sido vítima e não promotor dos ataques cobardes ocorridos no Porto.

O PCP empenhou-se, dentro e fora da Assembleia Constituinte, nessa campanha difamatória contra nós. O Governo desmentiu as afirmações do PCP e eu pergunto: "Se isto é assim, se o Governo desautorizou o PCP, o que é que ele continua a fazer no Governo?"

É preciso, realmente, não ter o menor pudor político, a menor vergonha, para depois de ser assim desautorizado continuar com um pé no Governo e os dois cá fora.

Mas outras declarações, não menos graves, têm sido feitas pelo PCP, pelo seu secretário-geral, numa exibição espantosa de megalomania triunfalista que atinge as raiais do ridículo, que as ultrapassa de longe, mesmo.

Ontem, creio que foi em Moscavide, Álvaro Cunhal foi ao ponto de dizer que o PCP tem de trazer o PS para a democracia.

De nós, diz, é claro, que nos considera irrecuperáveis. E ainda bem. Porque numa coisa eu estou de acordo com o secretário-geral do PCP: é quando ele afirma que entre nós e ele não há entendimento possível. Isso é verdade. Só que fomos nós os primeiros a dizê-lo. Porque, efectivamente, não pode haver acordo possível, não pode haver plataforma possível entre um partido democrático, como nós somos, e um partido antidemocrático, como é o PCP. Mas o secretário do PCP atinge quem tinha pelo menos o direito de ser respeitado, porque foi miseravelmente escorraçado da sua terra. Atinge os refugiados angolanos. E quando nós sabemos que há aí marginais estrangeiros, que nada têm de refugiados políticos, que são agitadores profissionais e que receberam, se é que não estão ainda a receber, subsídios mensais do Governo, que estão instalados melhor do que os refugiados angolanos, Álvaro Cunhal diz só isto dos refugiados angolanos: "que eles venham para cá" - disse ele ontem, em Moscavide - "não para criarem complicações ao nosso povo, não para serem a base da contra-revolução". E agora oiçam isto: "Instalados em hotéis de luxo, com altos vencimentos, tendo no fim de contas muito mais que os trabalhadores portugueses, e voltando-se ainda por cima contra eles e contra a revolução portuguesa."

O que é que o povo português pode esperar dum partido, cujo secretário-geral diz isto dos refugiados angolanos? E digo refugiados, porque na verdade o são e não retornados, porque não vieram por sua vontade.

Oxalá eles fossem, na verdade, retornados, pois isso significava que tinham vindo para cá porque quiseram. Mas não, vieram obrigados. Na miséria, depois de terem sido muitas vezes vítimas dos maus tratos e ver os seus irmãos mortos. Vieram para cá porque foram escorraçados da sua pátria que era Angola, que era Timor, que era Moçambique.

Que vão ao aeroporto, já que não querem ir mais longe, que abram os olhos e que vejam como é que estão instalados os refugiados. Se estão instalados nesses

hotéis de luxo, se têm as contas pagas pelo Governo, ou se estão ali em condições miseráveis, infra-humanas, que não se admitem para ninguém, muito menos para quem veio daquele sofrimento e dos horrores por que passaram.

Já que não lhes podemos dar mais, já que não os podemos acolher melhor, já que não podemos melhor minorar os seus sofrimentos - eu até acho que podemos e que devemos - ao menos que os respeitemos, ao menos tenhamos respeito pelos seus sofrimentos, pela sua condição.

O PCP, na pessoa do seu secretário-geral, faltou gravemente, indesculpavelmente, a esse dever mínimo de respeito pelas pessoas humanas. Porque na realidade o que interessa ao PC a pessoa humana, a sua liberdade, a sua felicidade? Não interessa nada. Interessa-lhe apenas a conquista do poder, por qualquer meio. Interessa-lhe apenas o reforço do imperialismo soviético, e é por isso que nós estamos nesta condição, e é por isso que o país está à beira do caos, da ruína e da própria perda da independência. Porque, meus amigos, nós estamos a viver neste momento a última fase desse plano de conquista do poder. Obtido o controlo das autarquias locais, obtido o controlo dos órgãos de informação, obtido o controlo do aparelho de Estado e dos seus quadros administrativos, o PCP, especialmente depois do 11 de Março, conseguiu o controlo da própria economia nacional.

O 11 de Março não aconteceu por acaso. Perguntemo-nos: quem lucrou com o 11 de Março, senão o PC?

Agora, vivemos a fase da subversão militar, última para que se entre na subversão generalizada. E sabem porquê? Porque o PCP depois de ter conquistado quase tudo o que era civil, tem de dominar o aparelho militar. E tem de o dominar, fundamentalmente, para conservar as suas conquistas civis e para conseguir um dos principais objectivos deste seu plano de conquista do poder, que é, obtido o controlo parcial de Moçambique, obtido o controlo da Guiné e de Cabo Verde, ir fazer com que Angola seja entregue ao MPLA.

É isto que um dever de patriotismo, quanto mais não fosse de honestidade e de coerência, nos obriga a denunciar bem alto para que o povo saiba, para que o país saiba, para que o mundo saiba que aquilo que nesta hora vivemos não é mais do que o fruto desta tentativa de alcançar este fim, um dos prioritários, a entrega de Angola ao MPLA. Suponho que o próprio Presidente da República, nas suas viagens por países de Leste, especialmente, na sua viagem à União Soviética, não deixará de ter sentido pressões discretas ou até abertas para que, embora a União Soviética afirme estar, acima de tudo, interessada na harmonia, no bom entendimento, no meio disso tudo, repito, terá por certo - é uma suposição minha, claro - entre as amabilidades de que os encontros de Helsínquia deram um pouco o tom, havido recomendações no sentido da entrega de Angola ao MPLA. É claro, isto é uma suposição minha. Eu nem sequer ainda falei com o Sr. Presidente da República depois do meu regresso e depois do regresso dele. Em todo o caso, talvez não seja, totalmente, infundada esta minha ideia. De facto, o que está em causa, neste momento, é a consumação da conquista do poder através da subversão generalizada, sendo o último passo que a antecede a subversão nas F. A. para a conquista do poder militar.

Não é que o PC não tenha tentado outras vias, mais suaves, menos subversivas, menos violentas, mais cordatas. Tentou com o V Governo Provisório. Tentou com o General Vasco Gonçalves. O próprio General Gonçalves chegou a ser nomeado Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas! Ora, se isso tivesse sido consumado, creio que nos teria evitado esta subversão militar que vivemos! De facto, o que se passou, foi que como essa tentativa falhou, porque o povo se levantou contra o V Governo Provisório, contra Vasco Gonçalves. Como não conseguiram controlar o poder militar pelas cúpulas, agora querem apropriar-se dele pelas bases, fomentando a subversão, a indisciplina e a agitação.

E aí temos, nesta última, desesperada, mas decisiva tentativa, os SUVI-ÉTICOS, e aí temos os FUR-IOSOS. Mas esses recém-nascidos da subversão militar têm mãe conhecida, a antiga 5.^a Divisão das F. A. e os seus oficiais. É preciso que se saiba que na origem dos SUVs e até da FUR estiveram oficiais do exército português ligados a Vasco Gonçalves, grande parte dos oficiais da extinta 5.a Divisão das F. A. que afinal não está tão extinta como isso.

Mas, é justo que não se fale só na mãe. O pai não é tão evidente, mas não andará muito longe de ter desempenhado essa função, o PCP, precisamente, para conseguir a subversão militar e conseguir, por essa via, o que não se conseguiu pelo V Governo Provisório e pela nomeação de Vasco Gonçalves para Chefe do Estado-Maior General das F. A.

Isto é tanto mais grave e sério, quanto vimos um governador civil, representante do governo, o Governador Civil de Faro dizer que apoia a FUR. Que rejeita a social democracia, mas a FUR, esse não, a FUR e o PC não, apoia-as. Vamos lá ver uma coisa. Como a FUR está contra o Governo, o sr. Governador Civil está com a FUR, sendo embora representante do Governo está contra este. Tal conflito tem de ter uma solução. E já que o sr. Governador Civil não pode demitir o Governo, parece que o Governo tem de demitir e já, o sr. Governador Civil.

E o mesmo acontece afinal aos SUV...ietes. Se há oficiais que os apoiam, e até de patente graduada, e os SUVs estão contra o Governo e o Conselho da Revolução, não se vê o que é que esses militares estão a fazer nas FA subsidiados e pagos pelo Governo, com o dinheiro do povo. Então, de duas uma, aí também: ou derubam o Governo ou o Governo dispensa os seus serviços. Mas aí, meus amigos, a alternativa é mais séria.

Tenhamos consciência disso. Tudo o que acontece neste momento, em que hoje até a Emissora Oficial e a RTP servem para convocar manifestações dos órgãos do chamado "poder popular", visa derrubar o VI Governo Provisório. E sabem para quê? Para chamar de novo Vasco Gonçalves para a cabeça do Governo.

Para a frente sem medo, sim! Mas eu pergunto, o que pode Pinheiro de Azevedo fazer, o que pode qualquer governo fazer, se não tiver apoio militar?

Não pode governar, não pode fazer nada. E o que se quer é retirar-lhe o apoio militar para derrubar e para voltar a chamar Vasco Gonçalves. É para isso. É para isso que se fomenta a agitação militar, a agitação sindical. É para isso que se manipula a Imprensa, a Rádio e a TV. É para isso que se fazem pulular os órgãos do

chamado "poder popular". É para isso que se utilizam todos esses marginais estrangeiros. É para isso que se ocupam, indevidamente, terras, que se cria a agitação agrária, que se transforma o Alentejo em terra ocupada. É para isso que se leva o país à beira da ruína e do caos sangrento. É disto que temos de ter uma consciência muito viva, porque isto não pode consumir-se, porque isto não pode continuar.

Sem força militar, nem Pinheiro de Azevedo pode andar para a frente sem medo como vós queirais nem governo nenhum pode governar. E é indispensável que, quanto antes, se dê força militar ao Governo, se dê apoio militar ao Governo para que se possa cumprir o programa do VI Governo Provisório, o único programa que mereceu o acordo dos partidos políticos maioritários nas eleições portuguesas.

E eu creio que o primeiro passo para o Governo ter apoio militar e para sairmos da beira do precipício, no qual arriscamos a despenharmo-nos, o precipício para o qual nos querem empurrar pelas costas, o primeiro passo, seria a imposição da ordem e da disciplina nas FA. Sem isso, este país é, perfeitamente, ingovernável. Já se está a tornar, totalmente, ingovernável. Mas dir-me-ão: o Chefe do Estado Maior das FA é o sr. Presidente da República!

Pois é evidente que é, mas já mostrou que não quer continuar a ser. Quando foi designado o General Vasco Gonçalves para o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o sr. Presidente da República mostrou que considerava conveniente haver outro chefe do Estado-Maior. Mostrou que considerava inconveniente continuar a acumular os dois cargos e que achava preferível que houvesse um novo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Ora com certeza que o general Vasco Gonçalves não era o único a poder desempenhar esse cargo. Mostrou-se até que o não devia desempenhar.

Ora, se isto é assim, parece que não há mais do que retomar a iniciativa. E já que o general Vasco Gonçalves não serviu, arranjar um que sirva. Mas, façam-no depressa porque a indisciplina e a anarquia se não lhe põem rapidamente, cobro, arrasam o país, arrasam as F. A. e pode representar, no fundo é isso que se quer, a queda da Europa no Imperialismo Soviético. Atingido o primeiro objectivo, o domínio das antigas possessões africanas, o segundo é o de conseguir para a estratégia soviética, uma plataforma de que ainda se não dispõe no Atlântico Norte.

Isto é evidente, dir-me-ão. Mas se é tão evidente, se somos homens tenhamos a coragem de o dizer claramente para que saibamos para onde somos conduzidos, para que o mundo saiba para onde está a ser conduzido por este golpe aventureirista do PC em Portugal.

Aí, dir-me-ão, o risco é grande e o PC com íntimas ligações em Moscovo não ia com certeza comprometer a política oficial de bom entendimento que transpareceu e frutificou na Conferência de Helsínquia. Nós somos, como Partido e como pessoas, inteiramente favoráveis ao bom entendimento entre os povos, à cooperação entre os povos, à paz mundial. Isso, indiscutivelmente. O que não somos, é a favor de que sob essas palavras, se esconda o progressivo avanço soviético na Europa e no Mundo. E é isto que está a acontecer, porque embora o risco seja grande, conseguido o primeiro e fundamental objectivo da conquista do poder, o

segundo, e relativamente secundário, permitirá fazer o teste de como reagirá a Europa e o Mundo. Fazer o teste da linha dos dirigentes soviéticos encabeçada por senhores que sustentam que a crise profunda em que o Ocidente se debate, as suas dificuldades económicas e financeiras, a desagregação moral de que tem dado provas devem ser exploradas, exploradas já para o avanço revolucionário dos partidos comunistas ou seja dos soviéticos para que já e revolucionariamente, se conquiste a Europa toda. No fundo é esse teste que está a ser feito aqui em Portugal. No fundo é esta prova que aqui em Portugal, e à nossa custa, e à custa do nosso bem estar, do futuro dos nossos filhos, da nossa própria pátria, o PC está aqui a desenvolver. É isto que está a acontecer. E porque de facto o PPD não tem medo, como clamais, nós não devemos ter medo de o dizer e de desmascarar a manobra comunista. É isso a prova de que não temos medo.

E não temos também medo de condenar, simultaneamente, a morte por execução de cinco espanhóis, injusta e feita em condições de defesa precárias. Nós que somos contra a pena de morte, em todos os países em que ela existe, não temos medo de condenar a morte de todos os angolanos, moçambicanos, timorenses, guineenses e cabo-verdeanos assassinados.

Como não temos medo, condenando a pena de morte, de condenar também, os executados na União Soviética, as dezenas de milhões de mortos que o stalinismo causou e de que ninguém parece ter coragem de falar. Porque é preciso que se saiba e hoje um deputado recordou na Assembleia Nacional, um deputado do PPD, claro, que na União Soviética há pena de morte para meros delitos económicos. Mata-se e condena-se à morte na União Soviética e com um processo que não dá as menores garantias de defesa. É preciso que condenando a pena de morte, se não pense apenas em Espanha e que se diga a verdade toda e que se condene a pena de morte em todos os países em que ela exista. É preciso que os políticos recordem isto, mostrando que a sua capacidade de serem plenamente homens, de sofrerem não apenas com as mortes ocorridas num país como a Espanha, mas também com os sofrimentos e com as mortes causadas em circunstâncias muitas vezes piores, em países como a União Soviética.

A noite vai longa, embora muitas coisas houvesse para dizer temos de pensar em acabar, mas acho que vale ainda a pena falar em algumas outras situações que mostram bem a aplicação sistemática da tática comunista de transformar as vítimas em carrascos e de apresentar os carrascos como vítimas. Foi o que tentaram fazer-nos no Porto. É o que tentam fazer-nos muitas vezes. É o que fazem sempre, porque essa é uma arma fundamental da manipulação da opinião pública, da intoxicação que leva um povo a não poder pensar mais por si e a ser inteiramente dominado por esta autêntica e constante lavagem ao cérebro.

Vamos lá pois esclarecer alguns pontos.

O PCP está lançado numa campanha de ataque sistemático ao PPD, que é uma forma afinal de atacar o VI Gov. Provisório. Não tenhamos ilusões, não é a nós que atacam, atacam sobretudo o VI Governo Provisório. Mas como têm de se servir desses meios únicos de quem ataca com as duas mãos e que apoia, ou parece apoiar, com um dedo servem-se do ataque ao PPD para atacar e derrubar o VI

Governo Provisório. É por isso também que tentam desacreditar a social-democracia, uma única forma histórica de realização de socialismo em liberdade, identificado com o socialismo democrático, não há, historicamente outras formas de socialismo democrático, que não seja a social-democracia, ela é por isso o maior obstáculo à propagação do comunismo. E é por isso que, sistematicamente, se ataca e se procura desacreditar o PPD e a social-democracia. Só é pena que entidades responsáveis civis e militares não vejam esta evidência tão clara e às vezes, sem querer, com certeza, embarquem nesses ataques à social-democracia. E depois de terem tentado desacreditar-nos dizendo que não éramos sociais-democratas, tendo nós provado, que efectivamente, o éramos, porque essa era a expressão do nosso programa e a sinceridade das nossas atitudes, tenta demonstrar-se que a social-democracia é inviável para Portugal, que corresponde a fórmulas de preservação do capitalismo, que o nosso atraso jamais poderia consentir que por esta via alcançássemos situações como a Alemanha e a Suécia e por isso quer-se que fiquemos só com o socialismo e fiquemos sem a democracia. Ora, nós não estamos dispostos a isso, porque para nós a social-democracia é a identificação do socialismo e da democracia.

Verificamos, de resto, que quando iniciaram a sua, muitos países que são hoje ricos, o são porque iniciaram a sua caminhada para o progresso com a social-democracia e partindo muitas vezes em condições piores que as nossas.

E preciso que se acabe de vez com a farsa desses ataques, porque os próprios dirigentes sociais-democratas e Olof Palme, recentemente o recordou, reconhecem que a social-democracia não é um fruto do desenvolvimento, pelo contrário, o desenvolvimento e o progresso é que são frutos da social-democracia.

E é preciso, vamos lá, já é tempo de o dizer, que mesmo partidos, que não são o PC, tenham a ombridade de chamar as coisas pelos seus nomes, não andem, simultaneamente, a dizer que a social-democracia é impossível para Portugal, defendendo depois as soluções sociais-democratas.

É indispensável, porque me impõe aquele mínimo de honestidade política, que não se andem a criticar as nossas posições, porque as assumamos primeiro para depois vir afinal a tomar, exactamente as mesmas posições.

Fomos os primeiros a dizer que a política económica seguida depois do 25 de Abril, especialmente a partir dos Governos (foram 4) encabeçados pelo sr. general Vasco Gonçalves, era ruinosa para a nação, e chamaram-nos reaccionários. Isto não pode ser, tem de ser assim cordatamente denunciado.

Vamos ver se nos entendemos e se não andamos a enganar o povo. Nós explicámos que as nacionalizações as quais em princípio tinham sido feitas por razões diversas do interesse popular, e que tinham, contribuído gravemente, para a ruína económica do País, porque agravaram o défice, porque roubaram ao erário público milhões de contos, dezenas de milhões de contos, porque é em dezenas de milhões de contos que se cifram os avales e os prejuízos do sector nacionalizado que dantes davam grandes lucros, esse dinheiro somos nós que o pagamos, esses milhões de contos são desviados dos investimentos públicos que eram indispensáveis para minorar o desemprego e para fomentar a riqueza do país.

Quando nós dissemos isto, e quando nós dissemos que nem sequer havia quadros suficientes porque o funcionalismo público não podia fornecer os quadros suficientes para administrar o sector nacionalizado. Quando nós dissemos que se nomearam comissões administrativas para se colocarem lá, na sua maioria membros do PC. Quando nós dissemos isto chamaram-nos reaccionários. Agora alguns dos mesmos que o chamaram vêm, meses mais tarde dizer isto mesmo e vêm dizer, também, que apesar de tudo a social-democracia é impossível.

Duma vez para sempre, é preciso, porque o povo o merece e porque o povo o exige, que haja um mínimo de honestidade, de clareza e de limpidez política, que se clarifique o processo político português para ver o que quer cada partido, como pensa avalizá-lo e como está a realizá-lo. Não podemos, por isso, tolerar que se continue sob um rótulo de anti-social-democracia a defender no país e no estrangeiro, afinal, as soluções sociais-democratas. Meus amigos, porque é que isto acontece? Isto acontece por uma razão simples. Sendo a social-democracia a via realista, a via ponderada, a via adequada para o desenvolvimento do povo português, as soluções sociais-democratas terão de ser as seguidas por qualquer governo que esteja efectivamente interessado em fazer progredir o país. E como essas soluções têm de ser seguidas e como o único partido social-democrático é o PPD, parece que isso significava que o PPD deverá estar em maioria no Governo, se me diz, e através de eleições, assim o demonstra querer o povo português.

É por isso que a alguns interessa, para poderem seguir como futuro partido de governo, uma política social-democrática, desacreditar o único partido social-democrata português.

Doutra maneira não poderão desempenhar o papel de partido de governo, característica com a qual se apresentam em Portugal e em todo o Mundo.

Mas deixemos esta digressão pela social-democracia e pelos vários caminhos com que se procura torneir a enorme dificuldade que na sua força representa o PPD, o partido social-democrata português, e regressemos ao exame do que está a acontecer entre nós porque a estratégia comunista global é de facto muito mais séria e muito mais grave do que esses ataques á social-democracia.

Dizia há pouco que a tática seguida era a de procurar transformar as vítimas em algozes, e os algozes em vítimas. Ora isso está a ser aplicado, merece-o a verdade que se ponha a claro, nos casos dos Açores e da Madeira.

Os casos dos Açores e da Madeira estão a servir como factor de desestabilização da situação portuguesa, para criar dificuldades ao Governo e obter a sua queda. Para além das posições do nosso partido, das legítimas aspirações da autonomia administrativa e política das povoações madeirenses e açorianas está a fomentar-se até a trazer agitadores, como aconteceu no caso da Emissora Oficial do Funchal. Está a fomentar-se através deles, um ambiente de independência para se desestabilizar a situação portuguesa e procurar criar dificuldades ao Governo, quando afinal ninguém pensa em independência nos Açores e na Madeira senão talvez como maneira de um dia se livrarem do jugo comunista.

Mas, se não houver esse perigo, o que as populações dos Açores

e da Madeira querem, e justamente, porque têm sido esquecidas, porque têm sido abandonadas, porque têm vivido desligadas, por um lado, por completo do país e por outro lado, demasiado ligadas, porque como todos os distritos, são administrados, como eram antes do 25 de Abril, do Terreiro do Paço, pelo telefone.

Ora isto não pode continuar a ser assim, nem na Madeira nem nos Açores, nem nos demais distritos portugueses. Simplesmente, estas ambições legítimas estão a ser exploradas por agitadores para criar mais um foco de desestabilização. Como foco de desestabilização foi o ataque e incêndio e destruição e pilhagem feitos na Embaixada e Consulados espanhóis. Também por aí se quis criar aquilo que, felizmente, de há muito não existia: más relações com a Espanha. Quis-se obrigar por aí a Espanha a criar-nos dificuldades com a sua natural reacção. Isso é também parte do plano, é preciso que isso fique denunciado, de derrube ao VI Governo Provisório. Para regresso de Vasco Gonçalves. A que nos conduziria esta estratégia? Pois todos já estamos conscientes de que nos conduziria ao caos e à ruína que se avizinham. É preciso que tenhamos consciência do que acontece para que mais denodadamente possamos lutar como devemos. Seremos sempre, intransigentes na defesa da liberdade e da justiça, na defesa da ordem e da disciplina. Estaremos sempre, onde fôr preciso, na rua, pacíficos e desarmados, mas lutando para que se ponha cobro ao caos e à subversão. Não transigiremos com traições civis ou fardadas. Não transigiremos com a perda da liberdade conquistada no 25 de Abril. Não transigiremos com o fundamento da Pátria que convém apenas a minorias e que a arruinará!

Mais uma vez, este pobre povo mas nobre que somos, tão esquecido tem sido de todo o Mundo, a não ser nas épocas em que realmente está à beira do caos e da ruína...

Não transigiremos com uma situação destas e procuraremos restabelecer por todos os meios as condições para que haja efectivamente uma democracia em Portugal.

Meus amigos, vamos todos terminar com um

"VIVA A DEMOCRACIA!

Viva a Liberdade!

Autoridade democrática e disciplinada!

Viva a ordem democrática!

Viva a Social-Democracia!

Viva o PPD!

Viva Portugal!"

1.2.7. Discurso no comício de Faro - 20/10/75

Amigos:

Assim se vê, a força do PPD!

"Assim se vê, a força do PPD."

A força do PPD, a força do PPD contra meia dúzia que de bracinhos no ar julgam meter-nos medo, mas afinal o que nós vimos é que mexem mais depressa as pernas que os braços. Colaram-se aos briosos soldados do RIF julgando que com duas baboseiras os transformavam em SUVs, vê-se o resultado: os nossos soldados firmes, apumados e disciplinados ali estão para manter a ordem e não para fazer o jogo dessa minoria.

Julgaram que era fácil apagar o sol do Algarve e transformar esta terra maravilhosa num campo devastado sob a luz fria do luar reflectido no aço das armas roubadas viradas contra o Povo.

Mas o povo do Algarve, o povo de Portugal, já não se deixa enganar por estas tais pseudo-revolucionárias minorias que na realidade são fascistas, que fazem o jogo da reacção.

"Abaixo a reacção."

E por isso lhes mostramos bem que daqui nós não arredamos pé, da nossa terra, do nosso país; que não nos deixamos intimidar por essa minoria vociferante e gesticulante. Não! Nem nos deixamos insultar por essa meia dúzia de energúmenos que afinal querem comprometer o povo do Algarve e o povo de Portugal na guerra e no caos.

Aqui continuamos firmes, disciplinados e em massa para dizer que queremos do governo e das autoridades militares ordem e disciplina, paz social que possibilite um ambiente de trabalho, que afinal essas minorias não querem trabalhar. Trabalhar não é com eles!

Mas nós povo do Algarve e povo de Portugal queremos trabalhar e desenvolver a nossa terra, não nos deixando enganar por esses arruaceiros. O que nós esperamos do governo, dos partidos e das autoridades militares? Do governo esperamos que governe com eficácia, que resolva os problemas candentes em que 4 governos do general Vasco Gonçalves nos mergulharam, à beira da fome, da ruína e da devastação.

Queremos um governo que resolva o problema dos investimentos; só este ano eles são 40% menos do que o ano passado.

Queremos um governo que resolva o problema das divisas, e as nossas reservas em divisas não duram mais de 15 dias; se este problema não é rapidamente resolvido não temos com que pagar as nossas importações de meios alimentares e ficamos à beira da fome. É isso que eles querem, mas não nós.

Queremos um governo que resolva o problema de quase 400.000 desempregados e é isso que eles não querem: querem agravar o desemprego para precipitar este país sob a férula comunista.

Não consentiremos!

Queremos um governo que resolva o problema candente que afectou todo o país mas especialmente esta província, da paralização do turismo, porque a questão do turismo, como aqui foi dito não é apenas hotelaria; é a construção civil paralizada, é o comércio paralizado, é grande parte da vida económica paralizada porque dependem muito desse turismo, mesmo quanto à entrada de divisas.

É indispensável que não ponham um comunista secretário de Estado do Turismo.

É no entanto isso que se prepara por troca feita sem nos consultarem entre PS e o PC, o cargo inicialmente previsto de secretário de Estado do Turismo para o PS, irá ser provavelmente atribuído ao PC.

Sabem o que isso significa? Isso significa o fim do turismo no nosso país.

Nós, como aqui já foi frisado, entendemos que se deve fomentar e desenvolver o turismo interno para possibilitar aos portugueses que possam fazer turismo no seu próprio país. Mas não podemos desaproveitar as estruturas que temos, especialmente aqui no Algarve, para o turismo estrangeiro. Não o fazem os países ditos socialistas porque é que haveremos de fazê-lo nós, porque é que querem que em Portugal isso se faça? Para mais depressa nos precipitem na miséria. Porque um secretário de Estado comunista no Turismo significa o fim do turismo estrangeiro, dos países que mais contribuem para ele, como a Dinamarca, Suécia, Alemanha Federal, França e a própria Inglaterra.

Não queremos nem consentiremos que esse turismo que pode enriquecer esta província e o nosso país seja transformado em miséria de soviéticos importados que aqui não nos fazem mais que explorar o nosso país.

O que é que Portugal espera do seu governo, do VI Governo Provisório? Que tenha em cada distrito representantes capazes, competentes, da confiança do governo e que merecem a aceitação das populações e não representantes das minorias comunistas, das minorias "furiosas".

O Algarve espera do seu governo que resolva o problema das indústrias de conservas, paralizadas, que imediatamente instale uma rede de frio para permitir que a indústria de conservas vingue e continue a alimentar melhor os trabalhadores, que resolva o problema da habitação no Algarve, que resolva o problema da falta de estruturas para a 1.^a infância e para a 3.^a idade, que resolva o problema das escolas, o problema das comunicações, o problema dos portos. Quer que o governo trabalhe para realmente possibilitar a este país que vingue e não quer que o governo seja destruído por pessoas que, dizendo apoiar o governo lá dentro, sabotam a sua acção, pelas pessoas que dizendo representar o Governo no distrito, apoiam os que estão contra o governo. Isto não pode ser!

Temos de exigir aos partidos políticos que assumam uma posição clara e coerente. A nossa sempre foi. Estamos no VI governo provisório exactamente com o mesmo espírito com que entrámos, para apoiar e contribuir para o cumprimento do programa do governo, o único programa de todos os governos depois do 25 de Abril que foi aceite maciçamente pela população.

A nossa posição não mudou, a do PC mudou radicalmente e dizendo apoiar o governo, ele está a sabotar a acção desse mesmo governo.

Mesmo se o Partido Comunista mudou a sua posição tem de suportar as consequências. Se entrou com uma posição para o governo e está hoje com outra, então que saia do governo. Mas o PC é muito experiente, porque muda constantemente de posição. Há meses o que é que ele chamou aos elementos da FUR com que agora coopera e a quem apoia, aos LUAR, aos UDP e outros mais elementos da FUR? O PC há meses dizia que eram fascistas, reaccionários e que estavam a fazer o jogo para a ditadura de direita. Hoje o PC aliou-se a eles ou apoia-os abertamente. Que coerência é esta? Seja um partido político seja um governador civil, de duas uma: ou apoia a FUR e está contra o governo, ou apoia o governo e está contra os falsos progressistas da FUR.

Mas o PC prossegue nas suas tácticas de mentira constante e apesar de ter sido desautorizado pelo governo a propósito dos incidentes do Porto continua a dizer que somos nós, o PPD, os autores da violência, o que é uma mentira descarada. Não esquecemos ainda os nossos comícios boicotados, as nossas sedes destruídas e os nossos militantes mortos, não esquecemos e não consentiremos que se esqueçam.

Até em relação ao PS o PC tem o descaramento de dizer que o tem de trazer para a democracia. Trazer o partido socialista para a democracia! Finalmente em desespero de causa fez há dias na Assembleia um apelo aos socialistas contra nós.

Mas o PS, esperemos não se deixar enganar. Ainda nas recentes declarações de M. Soares a uma revista francesa ele apontou bem o perigo, e sentiu bem que a destruição que o PC está a tentar, do PPD, e que jamais conseguirá, é o primeiro passo para atingir o PS.

Porque é isso que se quer, é isso que se quer é afastar os partidos que estão à "dita direita" do PC, para isolar o PC e a sua esquerda no poder. Foi assim com dois partidos de direita em 1974, foi assim com a Democracia Cristã. Ao mesmo tempo que isto se passava, o leque para a "esquerda" era aumentado com a FUR, porque o que o PC na realidade quer é ficar sozinho em campo com os seus aliados da FUR, na qual mantém sempre o MDP, seu satélite e laçao.

Mas nem nós nem o Partido Socialista, espero, nos deixaremos iludir. Hoje, está claro que o PC é irrecuperável para o processo revolucionário português. Hoje, está claro que o PC visa não a democracia, mas o totalitarismo soviético para Portugal.

A culpa desta situação atribuem-na os comunistas ao reaccionarismo, ao anti-comunismo, a nós, claro.

A realidade é que foram os próprios comunistas, pelo seu comportamento fascista e totalitário, quem provocou no povo português uma resistência heróica contra o PC.

Vieram-me agora dizer que estamos sem luz e eu pergunto-vos se quereis que continue mesmo sem luz ou se quereis acabar já?

Continuamos pois a demonstrar que somos um partido sem medo com luz ou sem luz.

Foi o PC que suscitou a reacção indignada de todo o povo português.

Só de si tem que queixar-se e de mais ninguém, porque o povo sentiu já que o PCP, dizendo-se progressista é afinal a guarda-avançada da reacção e põe em risco as liberdades democráticas que o 25 de Abril nos restituiu.

Dizia-se que para o processo revolucionário português é preciso um PC forte. Mas ele próprio tornou-se fraco, muito fraco mesmo, como se viu nas eleições.

Que culpa temos nós disso? Não lhes vamos dar vitaminas!

Cada partido tem a força que o Povo lhe dá através do voto. E o nosso povo já demonstrou que não dá qualquer força, qualquer representatividade ao PCP ou aos seus lacaios. É por isso que, desesperado, sentindo o seu isolamento e sentindo o terreno fugir debaixo dos pés, sentindo a falta de apoio do povo, sentindo a resistência tenaz que contra ele o povo tem manifestado, o PCP se agarrou aos militares, instrumentalizou o MFA, servindo-se de muitos militares de boa-fé. Mas hoje as F. A. sentem-no e são as primeiras a sacudir o PCP.

É então que o PC tenta minar as F. A. com os SUV, os ARPE e a FUR e não sei que mais.

O mais grave é que isso está a ser feito, segundo parece, com dinheiros públicos. Tem de se esclarecer bem para onde foram os dinheiros da 5.ª Divisão das FA e da Comissão de Extinção da PIDE/DGS.

Se acaso serviram para subsidiar os SUV e a FUR; porque se serviram é gravíssimo! Já não bastava o dinheiro que se está a gastar nas empresas nacionalizadas, a absorverem dezenas de milhar de contos que fazem falta para investimentos públicos; a simples suspeita de que dinheiros públicos foram servir para fomentar os arruaceiros que não querem mais do que destruir as FA e a nossa Pátria, exige um esclarecimento.

Hoje os militantes têm consciência disso, perfeita consciência disso e é por isso que num jornal saído hoje podemos ler as declarações de Vasco Gonçalves dizendo que a situação de indisciplina contra a qual nós protestamos é criada, disse ele textualmente, por infiltração do PC e da FUR nas F. A.

Hoje já se tornou claro quem são afinal esses militares pseudo-progressistas. O capitão Clemente ainda há menos de 38 anos fazia a apologia do regime de Salazar.

E não foi Otelo instrutor da Legião Portuguesa?

E que dizer de um general que, no Porto, se mostrou sentimental e que é visitado assiduamente por Álvaro Cunhal?

Hoje, infelizmente, já se confirmam as visitas insistentes de A. Cunhal ao chefe de Estado Maior das F. A. Hoje a Nação tem consciência disso e da hora grave que atravessa. Exigimos o apoio das F. A. ao VI Governo Provisório para pôr fim ao caos e à anarquia. Exigimos providências imediatas para acabar com esta farsa que é a TV, a Rádio e a maior parte da Imprensa.

Não à falsa informação, gritais vós e muito bem, porque essa falsa informação custa por ano mais de 1 milhão de contos ao povo português, quando afinal só serve para agredir, diminuir e insultar.

Isto pode acabar já e tem de acabar já, como tem de acabar já a acção dos marginais estrangeiros que nada têm de refugiados políticos e que afinal, alguns recebendo dinheiro público, estão a servir para subverter e destruir a nossa Pátria.

Isto enquanto os refugiados do Ultramar sofreram as maiores dificuldades e não encontram apoio fraternal e eficiente a que tinham indiscutível direito, depois de terem sido miseravelmente expulsos das suas pátrias.

Sabemos agora que já vêem menos nos aviões de Angola. Mas isso em grande parte é devido à péssima situação em que os regressados se encontram cá. Já, meus amigos, chegámos ao ponto de os refugiados chegarem à conclusão que não vale a pena vir para Portugal. Isto não pode ser, porque é do nosso mais elementar dever darmos lugar condigno entre nós a quem é de facto português e a quem se viu expulso da sua pátria. Por isso eles não se chamam retornados mas sim refugiados, visto que não vieram por livre vontade mas sim compulsivamente.

Eis algumas coisas daquelas que o povo português e o povo do Algarve espera do seu governo, dos partidos que nele estão representados e das suas F. A. Esperamos e temos o direito de exigir. Continuamos pacificamente e desarmados, usando as únicas armas da razão, da justiça e da nossa proposta social-democrata, a exigir que o governo, as F. A. e os partidos tenham essa posição clara e uma atitude eficiente porque o impõe a hora gravíssima que a Pátria atravessa.

Conscientes da nossa força autêntica como partido, conscientes da razão que nos assiste, não nos deixaremos intimidar por estas manobras que hoje aqui vimos de meia dúzia ou por quaisquer outras. Estaremos na rua sempre que fôr preciso, ordeira e pacificamente, para transmitir ao governo e às autoridades militares a exigência, que é a exigência do povo português: autoridade, ordem e trabalho.

É por isso, meus amigos que antes de terminar e de no final entoarmos o hino nacional vos peço que me acompanhais num viva às F. A.

Viva!

Num viva ao regimento de Infantaria de Faro. Viva!

Num viva ao povo do Algarve. Viva!

Num viva ao VI Governo Provisório. Viva!

Num viva à social-democracia. Viva!

Num viva ao PPD. Viva!

Num viva a Portugal. Viva!

Viva Portugal!

1.2.8. Democracia já!

Nota: série de artigos publicados na última página do "Povo Livre" sob este título genérico.

1.2.8.1. HORA DECISIVA - 22/10/75

Inicia-se hoje esta coluna, que procurará ser presença junto dos militantes, tribuna de explanação das nossas posições e ponto de análise semanal da situação portuguesa.

Democracia, já! porque o merece e exige o Povo Português a quem foi prometida, mas que tem visto adiado o cumprimento dessa promessa essencial do 25 de Abril de 1974, pela actuação de minorias político-militares que pretendem impor um "certo socialismo" em detrimento da democracia.

Os portugueses mostraram merecer plenamente o cumprimento dessa promessa de democracia imediata. Democracia que tem de ser política, económica e social. Mas o Povo realizou também plenamente que sem a democracia política é impossível construir a democracia económica e social.

As eleições de 25 de Abril de 1975 foram uma prova clamorosa de que o Povo português merece e quer a democracia já.

A resistência popular generalizada surgida há meses é prova de que o Povo não está disposto a trocar a democracia política por falsas democracias económicas e sociais.

A resistência popular ao domínio da minoria comunista é um factor histórico fundamental quer do ponto de vista nacional, quer no aspecto internacional. Assistimos em Portugal à tentativa de tomada de poder pelos comunistas e à derrota que todo um povo está prestes a infligir-lhes.

Nunca como hoje entre nós os comunistas mostraram na Europa a sua tática golpista e violenta de conquista do poder por quaisquer meios.

Nunca como hoje entre nós se viu todo um povo, revelando insuspeitadas qualidades, resistir à permanente tentativa de colonização comunista.

Os portugueses estão a conseguir o que os outros povos não lograram: derrotar os comunistas, destronando-os da sobranceira posição de mando a que ascenderam com a cumplicidade de minorias militares. Conseguiram-no derrubando Vasco Gonçalves e o seu V Governo.

É indispensável que a acção de minorias militares não impeça que a resistência popular aos comunistas seja atraída.

Mas essa traição está em curso. Nas costas do Povo trabalha-se afanosamente para derrubar o VI Governo Provisório e repor Vasco Gonçalves e o seu grupo no poder. O plano passa, ao que parece, também pela colocação do Almirante Rosa Coutinho e dos Generais Fabião e Otelo em altos postos civis. Não são apenas meros rumores, já que deles se fez eco o tenente coronel Costa Brás na importante entrevista concedida ao "Jornal" da semana passada.

Perante estes sinais de extrema gravidade, a que se somam muitos outros, como as violentas campanhas que na Imprensa, na Rádio e nas manifestações de SUVs e FUR visam derrubar o VI Governo Provisório, exige-se às autoridades civis e militares uma acção decidida, pronta e eficaz. Temos de lamentar que essa acção não surja já, por parte do C.E.M.E.

O Conselho da Revolução, na sua última reunião, tomou importantes medidas, designadamente no que se refere à recuperação de armas que criminosamente foram postas nas mãos de civis.

Quem as está a cumprir?

Quem actua e como actua já contra responsáveis de agrupamentos políticos pseudo-progressistas que publicamente se negam a entregar as armas que afirmam ter?

Qual é em toda esta acção decisiva, que tanto tarda, a posição e a actuação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e de cada um dos Chefes de Estado-Maior?

O C.E.M.E. deixa ou não os SUVs prosseguirem a sua acção adultéria!

Qual é a sua actuação concreta e imediata para pôr termo à desagregação das Forças Armadas resultante em grande parte de infiltrações comunistas, como reconhece o Capitão Vasco Lourenço na entrevista publicada no semanário "Domingo"?

Como se explica o silêncio dos responsáveis militares, especialmente do visado, acerca das várias notícias, não desmentidas, das frequentes e longas visitas de Álvaro Cunhal ao General Fabião?

Estas e várias outras interrogações têm sido por nós formuladas nas grandiosas manifestações que em pouco tempo movimentaram várias centenas de milhar de pessoas, exigindo ordem, disciplina e autoridade, bem como o cumprimento integral do Programa do VI Governo Provisório.

O Povo tem o direito de saber o que se passa.

Não nos cansaremos de desmascarar a tentativa de traição em curso que visa consumir a destruição de Portugal.

Estamos num momento decisivo e o Povo bem o sente.

É ele, com os partidos democráticos e as Forças Armadas sãs, que resolverá os problemas que são os seus, sem intervenções externas, nacionais ou estrangeiras, sem movimentos de pseudo libertação de esquerda ou de direita.

Os partidos políticos têm de assumir uma posição clara e frontal, pois a hora não se compadece com silêncio, ambiguidades, habilidades e jogos de bastidor.

Frontal e clara tem sido a posição do nosso Partido, e continuará a sê-lo, doa a quem doer.

Não estamos com isso a criar dificuldades ao Governo, nem a fazer campanha anti-comunista, nem a avolumar o risco de guerra civil. Muito pelo contrário.

Temos plena consciência de que a nossa posição pode contribuir decisivamente para que o Programa do VI Governo seja cumprido, para que o golpe comunista-gonçalvista se não consume, para que a guerra civil seja evitada, como tem de ser.

O papel histórico dos partidos democráticos portugueses é o de evitar que a democracia pluralista e estável que queremos, merecemos, e podemos ter já, se não perca numa nova ditadura de esquerda ou de direita.

Correspondendo às suas responsabilidades, o nosso Partido está a cumprir esse papel histórico por todos os meios ao seu alcance, que são bem reduzidos, dada a manipulação e o facciosismo dos órgãos de comunicação social, quase todos nacionalizados, mas anti-nacionais no seu comportamento.

O Povo resistiu, resiste e resistirá à destruição de Portugal pela minoria comunista. E o nosso Partido esteve, está e estará plenamente com a resistência popular claramente, sem subterfúgios ou limitações de estratégias internacionais de união de esquerda.

Por isso somos alvo de infrene e infame campanha de ataques pessoais e partidários, que não nos intimidará.

O Governo e até a Presidência da República vêm-se diariamente atacados e desautorizados. Já aquele esteve sequestrado, vê os centros do poder assaltados, e a sua acção contrariada, como mais uma vez aconteceu ontem com a desselagem e reabertura da Rádio Renascença, as quais põem em causa a Presidência da República, tudo isto perante a passividade, por vezes complacência, das autoridades civis e militares, com total impunidade dos infractores.

Mesmo no plano político-administrativo a acção do Governo é impedida pela sabotagem interna e externa resultante da ocupação do aparelho administrativo e dos órgãos de informação pelos comunistas, aliada ao ambiente de coacção que foi criado mediante saneamentos ou outras prepotências.

Com os portugueses temos exigido e continuaremos a exigir ao Governo e às autoridades militares que ponham termo a esta situação, e que o façam imediatamente, sem se deixarem enredar em jogos políticos e em considerações pessoais ou partidárias.

Estamos nesse, como nos demais pontos, com o VI Governo e com o cumprimento do seu Programa, hoje exactamente na mesma posição que ao tempo da sua constituição. Mas o Programa não está a ser plenamente cumprido. Daí também a nossa luta. Democrática e aberta, sem conspirações que não admitimos, sem armamento que não queremos, sem clandestinidades que rejeitamos.

Não mudamos nem mudaremos; não nos deixaremos marginalizar nem desmobilizar; não sairemos do Governo a não ser que a falta de acção pronta comprometa irremediavelmente o cumprimento do seu Programa, base da nossa adesão.

Nós não mudamos.

Mas o Partido Comunista mudou, como lhe é habitual, passando abertamente à oposição. Tem, pois, de suportar as consequências de uma atitude que é da sua exclusiva responsabilidade.

A margem de salvação da democracia e da Nação é muito estreita. Por isso mais intensamente nos bateremos.

Esperamos contra toda a esperança, lutaremos até ao fim para que Portugal viva em verdadeira democracia. Já!

Lisboa, 22 de Outubro de 1975

1.2.8.2. O Almirante e o aviário ou o depenador depenado - 23/10/75

No "Diário Popular" do dia 22 foi publicada uma carta do Almirante Rosa Coutinho em que afirma defender a sua dignidade de homem e de militar contra as afirmações por mim feitas no discurso proferido em Aveiro durante a nossa manifestação do passado dia 19.

Nessa carta a linguagem do Sr. Almirante é de aviário. Não o acompanharemos nem na linguagem nem no aviário.

Não vale a pena perder tempo com tal estilo de ataques, supostamente defensivos, que não passam de tentativas de "bicadas" sem alcance, nem efeito.

Sem as valorizar, convém no entanto não as ignorar, só porque elas são portadoras de uma campanha dirigida contra o nosso partido e seus dirigentes, a que todos os militantes têm de estar atentos.

O Sr. Almirante Rosa Coutinho tem sido publicamente atacado e gravemente posto em causa por outros militares, por políticos responsáveis e pelos órgãos de Informação. Estes, recentemente, no fim da semana passada, aludiram expressamente à sua responsabilidade na libertação de mais de uma centena de agentes da PIDE. Daí as interrogações que fiz em Aveiro, pois entendo que o Povo tem o direito de saber tudo, mesmo sobre o Sr. Almirante.

O tenente-coronel Costa Brás cita o nome do Sr. Almirante a propósito de sinais de um plano de reposição de Vasco Gonçalves no poder.

Na Assembleia Constituinte o Sr. Almirante foi nomeado.

A ele aludiu também o General Galvão de Melo em termos contundentes.

Perante tudo isto, que é apenas uma pequena parte, o Sr. Almirante cala-se. A sua dignidade não estremece ao ponto de apagar o seu sorriso e de soltar seu canto.

Só eu o choquei. Ainda bem. Algum esclarecimento público já foi assim prestado. Veremos se é completo e exacto.

Mas a simultaneidade da isolada reacção do Sr. Almirante com outros ataques de plumitivos vermelhos menos desplumados, mostra a que ponto vai a campanha de que somos alvo.

É disto que os nossos militantes têm de estar conscientes, num momento em que se decide a democracia portuguesa.

Alguns esclarecimentos apenas.

Fala o Sr. Almirante em cumplicidade com a acção de Spínola, apontando como tal a minha exposição na assembleia de militares de 13 de Junho de 74, a que me tenho frequentemente referido.

Fui lá e falei como Ministro, a convite do Presidente da República.

O Sr. Almirante estava e ouviu a meu lado, no palco, como membro da Junta de Salvação Nacional.

Depois, sorrindo sempre - o que nada significa, claro - cumprimentou e agradeceu a minha presença, tal como os demais membros da J.S.N. sem o menor desagrado, antes sorrindo.

Eis a sua suposta cumplicidade?

Que dizer então da colaboração entre Spínola e o Sr. Almirante na J.S.N.?

Quem o enviou para Angola?

Isto para já não falar da descolonização que o Sr. Almirante por lá fez; não falo dela por respeito para com os refugiados e todas as vítimas de tal descolonização; não por consideração para com o Sr. Almirante, que a não tenho.

Lembrado isso, nem sequer vale a pena falar dos métodos de cada um, nem das posições políticas.

Entre mim e o Sr. Almirante, nada há de comum: isso é para mim muito mais do que "não morrer de amores". Até porque o Sr. Almirante está declarada e intencionalmente, com as minorias; e nós democraticamente com a esmagadora maioria dos portugueses contra a destruição do país.

Em matéria de decoto político e humano também as nossas posições nada têm de comum, como se tem visto. Basta ler, saber e comparar.

O Sr. Almirante, na sua linguagem de aviário, foi buscar um provérbio galináceo, do MPLA. É lá com eles. Mas é sintomático. Falar em Plumagem é que talvez não seja, para o Sr. Almirante, de muito bom gosto; mas cada um terá o seu.

Só gostava de saber onde foi buscar a ideia de que a UNITA me é cara. Poderá isso ter-lhe vindo do MPLA com o provérbio. Mas é falso. O que me é caro é o povo angolano. Todo ele, sem distinções, incluindo os refugiados que entre nós se encontram e os que para cá virão. Daí, também, a alegria do meu total desencontro com o Sr. Almirante.

1.2.8.3. AVANÇO DEMOCRÁTICO, ATAQUES REACIONÁRIOS E SOCIAL-DEMOCRACIA - 29/10/75

A visita do Almirante Pinheiro de Azevedo ao Porto contribuiu muito para o avanço da democracia em Portugal na hora decisiva que atravessamos. Só a evolução das semanas próximas permitirá ajuizar até que ponto essa visita, a que outras em breve se seguirão, é decisiva para o estabelecimento da democracia em Portugal.

Ela foi significativa pela sua grandiosidade, resposta do Povo do Norte a Pinheiro de Azevedo, pelo discurso do Primeiro Ministro, acto de justiça para com esse Povo e demonstração de confiança nele, e pelas circunstâncias que a rodearam.

Houve, antes da visita, fortes pressões junto de Pinheiro de Azevedo, para que ela não se realizasse, pressões a que não teriam sido estranhos alguns membros do Conselho da Revolução.

Além disso tentou, em vão, criar-se em Lisboa um clima análogo ao do 28 de Setembro, aproveitando para isso a manifestação pseudo minoritária "pró poder popular".

Se ela tivesse resultado poderia ter-se gerado um clima de insegurança tal que levaria ao cancelamento da visita de Pinheiro de Azevedo ao Porto, com barricadas de "populares" e mais ornamentos pseudo progressistas.

Inicialmente poderia não ser este o objectivo da fracassada manifestação em Lisboa; mas o conhecimento da intenção de Pinheiro de Azevedo não foi estranho à tentativa de criação de um clima de coacção psicológica. A difusão de boatos de golpe de direita, e de invasões vindas de Espanha, favorecia um bom enquadramento para transformar a manifestação de Lisboa em mais um golpe de pretensa esquerda revolucionária, abatendo o VI Governo, introduzindo os oficiais "gonçalvistas" no Conselho da Revolução, levando em suma ao poder as minorias comunistas. Foi a própria agência noticiosa oficial que difundiu os boatos da pretensa invasão vinda de Espanha, prontamente desmentidos pela Presidência da República e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Gorada a tentativa de subversão de esquerda, da semana passada, que culminou com o êxito retumbante da ida de Pinheiro de Azevedo ao Porto, surgem hoje, como de costume através do "Diário de Notícias" e de "O Século", boatos de um novo 11 de Março.

Há que denunciar desde já essa manobra como mais uma tentativa de golpe que, a coberto de um suposto ataque da reacção, prepara na realidade um avanço aventureirista das minorias comunistas, tanto civis como militares. Foi, aliás, o que sucedeu com o 11 de Março. Daí a urgência da publicação do relatório integral sobre os acontecimentos e do julgamento dos responsáveis. É indispensável que se saiba já qual o papel que certos militares comunistas, mas, ao que parece, com organização autónoma em relação ao PCP, desempenharam no 11 de Março, na ida do Presidente da República à Assembleia do MFA dessa noite, e nos acontecimentos posteriores.

É também indispensável que desde já se saiba qual o papel que esse mesmo grupo de militares terá desempenhado na criação dos SUVs e da Fur, qual a sua ligação com o General Vasco Gonçalves, o Major Corvacho e outros oficiais, qual o papel que em tudo isto estarão eventualmente a desempenhar certos membros do Conselho da Revolução que tomam, em público, atitudes que contrariam a posição do mesmo Conselho.

É sintomático que os boatos hoje postos a circular acerca de um suposto novo 11 de Março coincidam com ataques dos mencionados matutinos lisboetas a Pinheiro de Azevedo e ao próprio Conselho da Revolução, a par da defesa do General Fabião.

Tudo isto está relacionado com o problema de Angola.

A Comissão da O.U.A. que se deslocou a esse território recomendou que o poder não fosse entregue apenas ao MPLA. O Governo e o Conselho da Revolução manifestaram-se já contra essa entrega, que estão firmemente decididos a não efectuar.

Daí a vaga de ataques, mesmo ao nosso Partido, das minorias comunistas civis e militares, e de entidades estrangeiras e internacionais. A entrega do poder ao MPLA é fundamental para a estratégia soviética ao serviço da qual aquelas minorias se encontram. Daí a sua desesperada tentativa em curso para consumir essa entrega, mesmo à custa da destruição de Portugal e da democracia que merecemos e queremos já, mesmo que isso a prazo curto signifique a vitória da reacção e a implantação de uma ditadura de direita.

Na realidade os autênticos reaccionários da esquerda e da direita estão apostados em destruir o País e a liberdade do nosso Povo, entre si colaborando possivelmente para tal fim. Essa situação nada tem de inédito. Não foi Staline, aliado convicto de Hitler até à denúncia do Pacto germano-soviético em 1939? É altamente elucidativa a leitura de um dos capítulos da obra de Soljenitsine, "O Primeiro Circulo", em que se descrevem as reacções do sinistro ditador da União Soviética face ao perigo nazi.

Hoje renasce o stalinismo ali e nós suportamo-lo aqui através do mando e da acção destruidora das minorias comunistas, que não hesitam em consumir a destruição do nosso País para conseguirem realizar, aqui e em Angola, os seus sinistros desígnios.

A extemporânea defesa do General Fabião também é sintomática. Forças ligadas ao PCP estão a transformá-lo num Vasco Gonçalves; sentindo fortemente abalada a posição do General Fabião, saiem à estocada a defender o seu novo herói.

Na realidade a posição do Chefe do Estado Maior do Exército está fortemente posta em causa pelas suas próprias atitudes e pela reacção popular que elas têm suscitado. O senhor General desprestigiou-se na sua primeira ida ao Porto com o General Otelo, aqui há meses, quando o Povo espontaneamente contra ambos se manifestou. Agravou esse desprestígio com a segunda ida ao Porto e com as declarações que aí fez a propósito do CICAP e do RASP. Confirmou-o na última ida ao Porto, quando, substituindo Costa Gomes no exercício do cargo de C.E.M.G.F.A., acompanhou o Primeiro Ministro Pinheiro de Azevedo, então Presidente da República e Presidente do Conselho da Revolução em exercício.

Ninguém fez ou faz a campanha contra o sr. General Fabião que é, segundo a sua própria opinião, muito difícil de abater. O sr. General está hoje a suportar as consequências das suas próprias atitudes. Como aconteceu com o General Vasco Gonçalves. E no entanto sintomática a defesa sófrega que ao senhor General fazem as minorias comunistas.

Perante os ataques reaccionários da esquerda e da direita coligados não desistiremos nem abandonaremos a nossa luta desarmada e democrática que é a do Povo Português, que tão pouco desistirá. Não permitiremos que nos enredem em novas "inventonas". Não nos deixaremos amedrontar por intimidações de qualquer espécie. Não nos deixaremos paralisar pela guerra psicológica que, procurando criar a psicose do golpe constante, tenta paralisar, destruindo-a, a vida do País, das pessoas e dos próprios partidos. Manteremos a mobilização pacífica tranquila dos nossos militantes em todo o País.

É indispensável que Pinheiro de Azevedo e o seu Governo, bem como o Conselho da Revolução tão pouco desistam. Confiamos em que se manterão firmes e unidos, na análise e na acção. São necessárias medidas imediatas conjuntas para salvar a democracia e o País. Por isso sugeri em Santo Tirso que além das reuniões de análise conjunta entre o Governo e o Conselho da Revolução, os dois órgãos fundamentais deliberassem em conjunto quanto às medidas imediatas de salvação nacional que a situação do País requer.

A jornada de Pinheiro de Azevedo no Porto foi também consagração e vitória da Social-Democracia e do nosso Partido. A nossa força explica os desesperados ataques que deputados socialistas nos fizeram na Assembleia Constituinte, visando em termos violentos a Social-Democracia em geral e as sociais-democracias sueca e alemã em especial. Naquela Assembleia já tiveram tais ataques a resposta adequada e pronta que sempre daremos.

Terminaremos transcrevendo algumas palavras de Olof Palme no Congresso do seu Partido:

"Nenhum movimento político tem sido tão sacrificado na luta pela democracia como o dos sociais-democratas nos vários países. Nenhum movimento político

tem defendido os valores democráticos com maiores decisão e determinação. De país em país foi a Social-democracia perseguida.

"Os fascistas da Europa tentaram sufocar a Social-Democracia por meio da violência, pois não havia ameaça mais perigosa para a ditadura que um movimento que congregava amplamente o Povo em torno das ideias progressistas.

"Em nações onde os partidos comunistas, segundo os clássicos princípios de Lenine e Estaline, se apossaram da polícia, das Forças Armadas e do aparelho do Estado, foi a social-democracia sistematicamente liquidada - pois que ameaça maior para uma tal ditadura do que um movimento que, mediante princípios democráticos, congregou o Povo em torno das ideias progressistas e humanistas?

"Nenhum insulto é, portanto, mais grave e mais grosseiro do que a acusação dos representantes do conservantismo de ser a social-democracia uma ameaça à Democracia."

Lisboa, 29 de Outubro de 1975.

1.2.8.4. PORTUGAL E SOCIAL-DEMOCRACIA - 6/11/75

À medida que a força crescente do nosso Partido se evidencia nas maciças manifestações que têm tido lugar de norte a sul do País, nas acções decididas dos nossos militantes que traduzem em actos visando o seu apoio ao Programa do VI Governo no restabelecimento da ordem e autoridade democrática, como aconteceu em Faro, crescem os ataques ao PPD e à social-democracia.

Por outro lado vai-se-nos fazendo justiça no reconhecer que somos um partido de esquerda empenhados na construção do socialismo democrático que Portugal merece e quer.

Foi sintomática a auto-crítica espontânea do General Otelo. Depois da sua conversa com Ceausescu, Otelo afirmou aos jornalistas que o Presidente romeno considera que muitos militares estão profundamente errados quando consideram o PPD um partido de direita, pois do estudo frio feito por Ceausescu quanto aos partidos políticos portugueses e das conversas havidas com os seus dirigentes concluiu que o nosso partido não pode de forma alguma ser considerado de direita. É, assim, um partido não revolucionário, com a sua perspectiva própria de construção de socialismo, integrando-se perfeitamente no processo da revolução socialista portuguesa.

Terá o Conselho da Revolução ficado convencido, tal como parece tê-lo ficado Otelo, com a insuspeita opinião do Presidente romeno? Calculamos bem que sim, até porque até agora ainda não foi dada resposta ao pedido verbal formalmente feito ao Conselheiro Martins Guerreiro, no Porto, referido no anterior P. L. Possivelmente os restantes membros do Conselho da Revolução terão ficado convencidos com a explicação de Ceausescu quanto à integração da social-democracia que auferíamos na via socialista, que perfilhamos.

As declarações de Pinheiro de Azevedo em Faro quanto a ser o P.P.D. um partido de esquerda, abrangido no seu apelo à unidade das forças progressistas verdadei-

ramente interessadas na construção do socialismo, constituem, no seguimento dos acontecimentos do Porto, mais um acto de justiça ao nosso partido e à social-democracia.

Estes são significativos acontecimentos políticos, a opor a todos quantos numa campanha de vesgo sectarismo nos acusam de direitismo ou de pregarmos apenas anticomunismo; as posições oficiais quanto à social-democracia modificaram-se substancialmente durante o último mês.

Reconhecemos com satisfação a justiça que nos vem sendo feita, sem quaisquer triunfalismos, mas também sem qualquer subserviência que jamais aceitamos quanto a quem quer que seja, autoridades, F.A. ou partidos.

O caso de Ceaucescu é tanto mais significativo quanto é certo que na longa conversa com ele travada foram claramente expostas as nossas divergências quanto ao conceito e à construção do socialismo, à democracia, à liberdade e aos direitos do Homem.

Pode ser que daqui em diante o general Fabião já não veja na social-democracia a percussora de um qualquer fascismo. É conhecida a sua atracção pelo regime romeno, a qual, durante a sua visita àquele país, o levou a afirmar pelo menos três vezes o desejo de que daqui a 30 anos Portugal estivesse numa situação análoga à da Roménia, esquecendo certamente que o nosso actual rendimento por cabeça é sensivelmente igual ao daquele país, ou seja 1250 dólares, e que a situação política interna é, felizmente para nós, completamente diversa. É evidente que não compartilhamos do desejo do Sr. General; mas desejaríamos que ao menos a sua devoção ao regime romeno evitasse os erros em que é fértil quanto à social-democracia.

Poderiam também certos membros do Conselho da Revolução, e não só, meditar um pouco nas seguintes palavras de Olof Palme, reproduzidas num comunicado da JSD de Leiria:

"O que aconteceu em Portugal demonstra a miséria do leninismo, ao acreditar ser possível repetir, de novo, a revolução russa de 1917 numa outra época, num outro país, e em circunstâncias completamente distintas. Isso não foi conseguido porque se esqueceu o Povo."

É, por outras palavras e com a autoridade do Primeiro-Ministro sueco, o mesmo que vimos afirmando há muito.

A par disto crescem os ataques à social-democracia, ao nosso partido e aos seus dirigentes, especialmente por parte dos deputados e dirigentes do PS e de sectores que lhe são afectos ou que estão ligados a certos conselheiros da revolução, nomeadamente através de um movimento de intelectuais que ataca também frontalmente Pinheiro de Azevedo na presença silenciosa, e por certo sempre consciente, de pelo menos, um conselheiro.

Nos seus ataques, o PS e seus dirigentes são versáteis. Começaram por nos chamar liberais. Reconheceram depois que éramos sociais-democratas, mas eles

não. Dizem agora que afinal não há sociais-democratas em Portugal, querendo empurrar-nos outra vez para os liberais.

É pena que os dirigentes e deputados do PS não vejam que muito do que dizem de nós se aplica afinal com propriedade ao seu partido, apresentado em tintas análogas àquelas com que nos querem descrever no insuspeito "Le Monde Diplomatique".

Nas eleições de 25 de Abril o voto tático da camada conservadora não foi senão dado ao Partido Socialista, que mercê dele engrossou a sua percentagem, tornando-a maioritária.

Mas em termos de apoio popular não pode esquecer-se, e isso tem sido intencionalmente esquecido, que o PPD venceu em 13 dos 23 círculos eleitorais, conservando essa maioria absoluta mesmo em relação ao total de 25 círculos, que include Moçambique e Macau.

Além desta maioritária base eleitoral de apoio ao nosso partido, único partido social-democrata português, conta, através dos seus militantes, com um apoio dos trabalhadores portugueses pelo menos não inferior ao do PS. Os vastos recursos financeiros deste, bem como certas alianças, podem dar impressão contrária, já que aqueles permitem organizar vastas reuniões de grupos sócios-profissionais e dispor de órgãos de Imprensa, possibilitando as segundas algumas vitórias sindicais, pelo menos momentâneas.

E se as relações internacionais com partidos e países sociais-democratas continuam quase totalmente monopolizadas pelo partido socialista, isso deve-se exclusivamente às relações pessoais do Secretário-Geral do PS e à sua activa e intransigente influência no sentido de manter o monopólio dos contactos com as sociais-democracias, que o seu partido rejeita e ataca em Portugal.

A clareza que a democracia desde já exige, impõe que todas estas situações sejam expostas sem ambiguidades, tanto entre militantes como em relação ao exterior.

Há também que explicar que aparentemente estranha, a ameaça do PS de constituir sozinho Governo com o MFA se insere numa estratégia de recuperação do PCP, tentando separá-lo da FUR e demais elementos da extrema dita esquerda.

Essa estratégia foi defendida por Maurice Duverger em artigo publicado em "Le Monde", significativamente reproduzido no órgão oficial do PS e implica, como tática imediata quanto ao nosso partido, como expressamente consta do tal artigo, sermos forçados, pelo PS, a manter os comunistas no Governo, dando-lhe um lugar que o PCP considerasse aceitável. Tal seria, segundo Duverger, o preço a pagar para separar o PCP dos esquerdistas.

Esta manobra, que o PS parece aceitar como resultado das posições que ultimamente assumiu, é anti-democrata e irrealista.

A FUR e PCP, como são os SUVs, TUVs e quejandos, mesmo quando intelectuais. Esses movimentos não existiriam sem o PCP, como sem eles este não poderia

desenvolver a sua continuada e destrutiva acção antinacional. Por isso todos são inseparáveis uns dos outros, bem como do MPLA.

Pode. não o saber o professor francês que tantos conselhos nos dá como se português fosse. Mas sabem-no os portugueses, entre os quais os militares, os membros do Governo e os próprios dirigentes do PS, que, depois de nós, no seu último comunicado denunciam como antidemocrática, antirevolucionária e antiportuguesa a política do PCP. Daí a incoerência e a incorrecção da tática de tentar recuperar

O PCP à custa do nosso partido.

Os factos tem plenamente demonstrado a exactidão da nossa exposição crua da acção golpista e antipatriótica dos comunistas portugueses.

Sem esperar que os outros mudassem, muito pelo contrário, contra ventos e marés, já no discurso do primeiro comício de Aveiro, em 1 de Fevereiro deste ano, fizemos a denúncia clara da acção antidemocrática das minorias comunistas e militares, que continuámos depois. Continuaremos nessa linha de coerência sem a qual não há política válida.

Os factos têm confirmado todas as nossas previsões, designadamente as feitas no discurso proferido no comício de 10-10-75 em Lisboa.

É com crescente satisfação que vemos os próprios membros do Conselho da Revolução - pensamos especialmente nas recentes declarações de Canto e Castro, Moraes e Silva e Sousa e Castro - apontarem claramente que as invenções comunistas quanto a um golpe de direita visam o golpe antidemocrático de esquerda.

São ainda mais graves e contundentes as acusações da Frente Militar Única, elas também plenamente confirmativas das nossas afirmações.

Acusações como as que a FMU faz ao SDCJ, dirigida pelo conselheiro da revolução, comandante Contreiras, não podem deixar de ser averiguadas para que se punam os responsáveis se os factos forem confirmados.

Também o Governo demonstra plena consciência do perigo que corre a democracia entre nós, esclarecendo a responsabilidade do Presidente da República quanto à descolonização, a do Conselho da Revolução quanto à crise de autoridade e quanto à proliferação de armas roubadas.

É esclarecedor o último comunicado do Conselho de Ministros, completado com as declarações claras e contundentes que o Primeiro-Ministro prestou em Faro, onde a manifestação de unidade democrática - sem o PCP, claro - foi mais uma confirmação do apoio e da exigência do Povo relativamente ao VI Governo.

A Nação e a democracia continuam em perigo, mas dele estão felizmente cada vez mais conscientes as autoridades civis e militares.

É tempo de passar decididamente das análises aos actos.

Para a democracia, já, que os portugueses merecem são indispensáveis medidas imediatas que eles exigem ao Presidente da República, ao Governo e ao Conselho da Revolução.

Algumas dessas medidas dependem do sumo responsável pelas F.A., ou seja do seu chefe de Estado-Maior General, o general Costa Gomes.

É preciso em todos os campos actuar decididamente e já.

No Congresso do P.P.D. em Leiria

(2/11/1975)

1.2.8.5. COMUNISMO EM UNIFORME - 12/11/75

OS INDÍCIOS

Nas últimas semanas multiplicam-se os ataques, claros e velados, contra o Conselho da Revolução, o VI Governo e o nosso Partido. Falámos já dos provenientes do PCP e seus satélites e mesmo do PS. Hoje deter-nos-emos nos que, mais insidiosos, provêm de alguns sectores militares.

O caso da Rádio Renascença levou alguns comandantes militares, como o da PM, e o próprio COPCON a criticarem mais que acerbamente o Conselho da Revolução, que por enquanto não reagiu.

Faz-se uma ampla movimentação nas unidades pseudo-progressistas, através de assembleias, moções e manifestações no sentido de desautorizar o Conselho da Revolução e de atacar os pára-quedistas. O Conselho ainda não reagiu.

A PM, no passado domingo, permite que contra-manifestantes impeçam uma manifestação de mulheres de todo o País e de apoio ao VI Governo, não obstante a que os contra-manifestantes masculinos agridam mulheres a soco e a pontapé. A PM não permite que a manifestação chegue a São Bento e dispara rajadas para o ar; caem balas.

Impedida a manifestação de São Bento, a PM desloca-se para o Terreiro do Paço, onde teve lugar a monumental manifestação de apoio ao VI Governo promovida pelo PPD e pelo PS. Os "jeeps" da PM rodam desde o início à volta dos manifestantes.

Enquanto o primeiro-ministro falavam rebentavam granadas de gases lacrimogéneos, algumas das quais lançadas pela PM e do edifício à sua guarda. Gera-se um certo pânico e a PM começa a disparar rajadas. Rebentam petardos no ar. Tudo na presença do primeiro-ministro, que tem de suspender o discurso, e de membros do Conselho da Revolução.

Mais tarde, já depois do primeiro-ministro sair, a PM, em lugar de se retirar, mantém as provocações aos manifestantes. Pede reforços e faz nova e mais intensa fuzilaria, alto por sobre os manifestantes, que mais uma vez se vêem obrigados a atirar-se para o chão. Um cabo da PM entrega-se na esquadra da PSP por se recusar a colaborar "naquilo". O Presidente da República é imediatamente posto ao corrente, ouvindo os protestos enérgicos dos representantes do PS e do PPD. Ordena um inquérito.

O discurso do primeiro-ministro, notável pela firmeza e rigor, é atacado violentamente na Imprensa nacionalizada.

O general Otelo fez insistentes referências ao poder popular e ao documento-guia de Vasco Gonçalves, causa da queda do IV Governo e base oculta da formação do V Governo.

Mais recentemente o mesmo general, com grande espalhafato, tenta desacreditar o Conselho da Revolução, provocando-o em termos brutais, gerando uma situação de confronto aberto que só pode ter uma saída: ser demitido ou derrubar o Conselho. Este ainda não reagiu.

Os jornais noticiam uma reunião de oficiais gonçalvistas, fabionistas e otelistas, a que teria assistido um representante do grupo dos Nove, no sentido de procurar uma saída para a crise político-militar num sentido "progressista".

A propósito da independência de Angola lança-se toda uma campanha para reconhecimento do governo de Luanda (MPLA), procurando atirar o Governo contra o Conselho da Revolução, e ministros e conselheiros uns contra os outros, difundindo-se notícias falsas sobre possíveis saídas do PPD e do PS do Governo. Toda essa campanha noticiosa assenta em mentiras e inexactidões. O Governo e o Conselho da Revolução ainda não reagiram. O nosso Partido já.

Assiste-se a uma escalada de greves e reivindicações, na linha preconizada por Moscovo para a conquista revolucionária do poder pelos partidos comunistas europeus.

O PLANO

O que está por detrás de todas estas manobras e actuações é um plano para derubar o VI Governo e o Conselho da Revolução, dando o domínio desses órgãos aos oficiais ligados ao Partido Comunista, entregando o MFA aos gonçalvistas e o País aos comunistas, fardados ou não.

Ao que parece o plano detalhado de actuação foi formalizado em documento do princípio deste mês, elaborado no Estado-Maior do Exército, mais precisamente pelos conselheiros do general Fabião, que recentemente aparenta uma maior moderação nos seus ímpetos críticos ao VI Governo.

Esse plano de "resolução" da crise político-militar assentaria nos seguintes pontos fundamentais:

- Extinção do actual exército português e criação de um exército popular.
- Ameaça de armar o Povo se a crise não for resolvida no sentido preconizado.
- Recuperação do Exército como motor da Revolução socialista-popular, "metendo na ordem" os partidos políticos (também a Força Aérea e a Marinha?).
- Execução pelo MFA - Movimento de Libertação do Povo Português (MLPP) - do documento-guia (democracia popular), base de toda a futura actuação, reformulação do Plano de Acção Política de Junho passado e total afastamento do Programa do VI Governo Provisório.

- Efectivação de saneamentos à direita nas Forças Armadas e reintrodução de oficiais "progressistas" (gonçalvistas).
- Relançamento das famigeradas campanhas de dinamização.
- Constituição de um VII Governo Provisório semelhante ao V, e último de Vasco Gonçalves, na base de "independentes progressistas".
- Afastamento do PPD que seria colocado na oposição, tal como, talvez, o PS se não aceitasse o plano.
- Previsão de um confronto armado, com participação de milícias populares, para "ajuste final de contas", se o plano não for seguido.
- Rejeição de um exército profissional ou com predomínio de oficiais do Quadro Permanente (nos países ocidentais e de leste a percentagem dos oficiais do quadro permanente vai de 30% a 50%).
- Politização acelerada do novo exército regular.

O "Jornal" da semana passada noticia este documento aludindo a alguns pontos.

O "Expresso" de hoje insere, no artigo intitulado "Agitação Militar", um esclarecedor diálogo militar.

A INCONSCIÊNCIA

Toda esta manobra é inconscientemente facilitada por certas actuações do PS e do CDS, lançados em ataques míopes ao PPD.

Sentindo aumentar a nossa força e fugir-lhes terreno, procuram ambos ocupar o nosso espaço político - o da social-democracia que somos - numa campanha de carácter nitidamente sectário e eleitora-lista.

Ameaçando mesmo constituir um novo governo PS-MFA, os socialistas contribuem inconscientemente para a execução da manobra descrita, o que é lamentável.

Respondendo sempre aos ataques que nos fazem, mas não atacando por nossa iniciativa os demais partidos democráticos, temos apelado para que se mantenha em todos os campos a unidade democrática evidenciada nas manifestações de apoio ao VI Governo Provisório, deixando a disputa política para o período eleitoral.

Mário Soares, no frente-a-frente com Cunhal, fez-nos justiça repondo a verdade contra as falsidades cunhalistas.

Mas, no momento em que o primeiro-ministro e o Conselho da Revolução se mostram cada vez mais abertos à social-democracia e ao nosso Partido, o PS e o CDS lançam-se em guerra pré-eleitoral contra nós, o que, além de vesgo, é lamentável e nocivo para a democracia e para o País.

A ALTERNATIVA

A situação é agora clara e a opção definitiva:

- ou Pinheiro de Azevedo ou Vasco Gonçalves.
- ou o grupo dos Nove, hoje alargado, ou gonçalvistas, fabianistas e otelistas;
- ou o Programa do VI Governo e a democracia já, ou o documento-guia e a ditadura do proletariado;
- ou os partidos democráticos, ou o PCP e seus satélites, fardados ou não;
- ou F.A. unidas e disciplinadas, ao serviço da democracia, ou exército popular ao serviço da ditadura do proletariado;
- ou Conselho da Revolução, ou golpe revolucionário dos pseudo progressistas;
- ou a liberdade do povo, ou o MFA movimento de libertação (MLPP);
- ou o VI Governo ou o VII Governo;

Na altura da Assembleia de Tancos, em Setembro, que rejeitou Vasco Gonçalves como C.E.M.G.F.A., os "Nove" e as Forças Armadas que maciçamente os apoiavam, não quiseram fazer a opção definitiva. Tentaram ainda a conciliação impossível. Depois apareceram os SUVs, FURs e ARPEs e demais instrumentos de subversão militar, organizou-se a reacção vermelha, civil e militar.

Hoje a opção terá de ser feita em muito piores condições.

Amanhã será talvez impossível.

Daí a necessidade de optar imediatamente, a nível militar e político, entre a democracia pluralista e a construção do socialismo democrático, e a democracia popular e a ditadura do proletariado. Entre o confronto pacífico imediato, ou o confronto sangrento adiado. Entre a justiça social e o socialismo de miséria. Entre as Forças Armadas nacionais e democráticas, e o "comunismo em uniforme".

A opção é terminante, as responsabilidades são históricas. O povo português aí está para julgar e agir se necessário.

Que cada um assuma as suas decisivas responsabilidades, imediatamente. O Povo já as assumiu em defesa da democracia pluralista e da justiça social, que merece e que o 25 de Abril lhe prometeu.

O apoio popular foi maciçamente dado ao VI Governo e ao seu Programa, à iniciativa do grupo dos Nove e às F.A. disciplinadas. Por isso o Povo pode exigir e exige que a força desse apoio seja imediatamente usada.

Sem isso passará a descer. E, o que é pior, a aguardar outros salvadores da democracia, que podem ser os percursores da ditadura que não queremos.

Lisboa, 12 de Novembro de 1975.

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

1.2.9. Entrevista ao "Jornal Novo" - 13 e 14/11/75

O grande ausente do "Frente-a-Frente" que reuniu, quatro horas seguidas, Soares e Cunhal, foi Sá Carneiro. Até porque o secretário-geral do PS e o secretário-geral do PC se lhe referiram largamente.

Com maus ou bons olhos não é possível discutir política portuguesa sem discutir o PPD.

Aí está o motivo que levou "Jornal Novo" a ouvi-lo. Centro da entrevista: o que Sá Carneiro teria dito se tivesse ido ao "Frente-a-Frente". Claro que Sá Carneiro não diria exactamente isso. Mas diria muito do que nos disse.

Aí está o homem: rigoroso, directo, tremendamente polémico, preocupado com a "clareza", preocupado com a "viabilidade", preocupado com o "país real". Aí está o homem: mantendo tenazmente o modelo social-democrata, e sonhando com a adesão maciça do país à social-democracia que considera viável e urgente. Aí está o homem: um político sem dúvida temível, pelo seu vigor e pela sua inteligência.

Jornal Novo - Deu-se um "Frente-a-Frente" na Televisão, um responder ao País que integrou Mário Soares e Álvaro Cunhal, dois grandes partidos, mas faltava o terceiro grande partido deste País que é o Partido Popular Democrático. Foi citado o partido, foi citado o responsável pelo partido. Uma das afirmações que foi feita mais frequentemente por Álvaro Cunhal era de que havia uma aliança PS-PSD e outros partidos - santa aliança da direita, santa aliança da reacção. A esta afirmação de Álvaro Cunhal, o PPD, aliás o Secretário-Geral do PPD, como reage a esta afirmação?

DESAFIO A SOARES E A CUNHAL PARA FRENTES-A-FRENTES NA TV

Sá Carneiro - Devo dizer-lhe, antes que responda propriamente à sua pergunta, quanto à ausência, que, já no sábado, na nossa manifestação de Castelo Branco, fiz um convite ao Dr. Mário Soares para ir comigo a um "Frente-a-Frente" na Televisão, que é, simultaneamente, também um desafio à Televisão, a ver se é capaz de organizar um programa desses, ou se está numa linha de partidarismo. Espero resposta a este meu convite ao dr. Mário Soares, e ao meu desafio ao dr. Álvaro Cunhal, quer da parte da Televisão, quer da parte das pessoas envolvidas.

JN - E Mário Soares reagiu como? Aceitou em princípio?

S.C. - Eu já tive ocasião de dizer pessoalmente ao dr. Mário Soares, que o que disse em Castelo Branco, não teve, como habitualmente acontece, a difusão que os outros comícios dos partidos têm nos jornais. Tenho o prazer, no início desta entrevista, de dar a conhecer esta minha iniciativa. O dr. Mário Soares vai, creio que amanhã, para o estrangeiro: espero que depois possa considerar o meu convite. Mas, é evidente que depende fundamentalmente da Televisão querer organizar um programa destes...

JN - E de Álvaro Cunhal...

S.C. - ...e do dr. Álvaro Cunhal, aceitar o meu desafio.

JN - A propósito das suas relações com o dr. Álvaro Cunhal... as vossas relações no plano político, no plano político-pessoal como são?... Dão-se, não se dão, falam-se, não se falam?

S.C. - Falamos. Ainda na ocasião da visita do Presidente Romeno, tivemos ocasião de nos falar, antes do "Frente-a-Frente", já depois do "Frente-a-Frente". Na reunião do Conselho de Ministros, à saída, o dr. Álvaro Cunhal, veio despedir-se de mim.

JN - Pois... Mas como reage à acusação que ele fez, não apenas de ser elemento da reacção e da direita, mas de, por exemplo, e concretamente nesse "Frente-a-Frente" de que completara com o general Spínola para fazer um golpe de direita. A esta afirmação dele como reage?

"NUNCA CONSPIREI COM SPÍNOLA E PALMA CARLOS"

S.C. - Bom, quanto às acusações de reaccionário, etc... creio que não se podem levar muito a sério... nós não podemos esquecer que o Dr. Álvaro Cunhal está inserido numa propaganda comunista que é fértil nesses ataques nos quais até demonstram muita pouca imaginação como de resto é toda a sua política, repete normalmente, sempre os mesmos temas, e um dos temas proferidos é considerar reaccionário quem não é comunista ou quem não colabora com o partido comunista, e portanto, creio que não, isso não merece ser tomado muito a sério. Como eu de facto não sou comunista, nem colaboro com o partido comunista, nos seus planos, nada mais natural do que ele me considerar reaccionário, como em certa medida também ele considerou reaccionário o Partido Socialista. Quanto a essas acusações de conspiração... pois são perfeitas falsidades e o dr. Álvaro Cunhal sabe-o. Sabe perfeitamente que eu nunca espirei com Spínola, nem com Palma Carlos, Eu era adjunto do primeiro-ministro Palma Carlos e nesse sentido colaborei com ele na sua acção política, o que o dr. Palma Carlos fez, fê-lo abertamente sem qualquer carácter conspirativo no exercício dos seus poderes, deu disso conhecimento ao Conselho de Ministro, da iniciativa que ia tomar junto do Conselho de Estado e do Presidente da República. Isso não foi qualquer conspiração. Mas, ainda aí, acho que realmente afirmações como aquela que o dr. Álvaro Cunha faz - que eu ia a uma sala ao lado telefonar e depois vinha cochichar com o prof. Palma Carlos são perfeitamente ridículas. Porque efectivamente pode ter acontecido que eu algumas vezes tenha tido necessidade, a pedido do dr. Palmas Carlos, de ir telefonar ao Presidente da República, numa sala ao lado, para não estar a falar no meio do Conselho de Ministros. Isso não teve manifestamente, até pelas pessoas envolvidas, qualquer espécie conspiratório. Mas o dr. Cunhal também saía muitas vezes, como é natural em qualquer Chefe de Partido, das reuniões de Conselho de Ministros para contactar com o seu partido. Nada mais natural e às vezes conversava com o seu Ministro, também nada mais natural sendo eu Ministro-Adjunto do prof. Palma Carlos. As coisas passaram-se perfeitamente a esse nível, claro, nem de outra maneira se podiam passar e o dr. Álvaro Cunhal sabe-o perfeitamente. Portanto, isso é uma falsidade consciente.

A "SANTA ALIANÇA"

JN - Mas ainda não falámos da Santa Aliança...

S.C. - Pois não há qualquer aliança PS-PSD. O dr. Mário Soares Soares teve no "Frente-a-Frente" uma atitude muito louvável de, no momento próprio, repor a verdade em face dos ataques que o dr. Álvaro Cunhal fazia no nosso partido. Dizer a verdade num momento oportuno e em resposta a ataques feitos pelo secretário-geral doutro partido em relação a um partido que não está representado no "Frente-a-Frente", foi uma atitude plenamente louvável do dr. Mário Soares. Mas nem isso significa a existência de qualquer aliança, como é evidente, nem de facto as relações entre os dois partidos se processam em termos de aliança e se dúvidas houvesse, a última entrevista do dr. Mário Soares ao "Expresso" dissipá-las-ia completamente, visto que aí ele nos fez vários ataques, injustos e injustificados. A colaboração entre o PS e o PSD faz-se como qualquer colaboração de partidos democráticos, que algumas vezes se encontram para trocar pontos de vista para eventualmente verem as divergentes ou coincidentes e para fazerem a sua análise da situação, foi esse o significado, outro não teve, da minha conversa com o dr. Mário Soares, aqui há duas semanas, nas conversas que tenho tido com ele e é a esse nível aberto, de cooperação de partidos democráticos, que se têm processado as nossas relações sem prejuízo das divergências das nossas posições sobretudo na Assembleia Constituinte.

JN - Bem, quando o dr. Álvaro Cunhal refere a "Santa Aliança", não se refere propriamente a uma aliança escrita, assinada, firmada, etc... digamos, há um acordo táctico de um apoio ao VI Governo como é óbvio e não só ele referia-se concretamente às manifestações, às coincidências vossas nas manifestações.

S.C. - Sim... as manifestações. Efectivamente há uma aliança, é de partidos democráticos portugueses e não admira que ele seja mais evidente na actuação dos dois maiores partidos. É a aliança pela democracia, essa é a base da actuação, e é natural que o dr. Álvaro Cunhal estranhe e lhe chame uma aliança, e se refira a algo de grave e suspeito porque ele efectivamente não está nessa aliança, porque é secretário-geral de um partido, que, pelo seu comportamento tem revelado ser anti-democrático. Esse é que é o fundo da questão e a verdade das coisas. É, por isso que o dr. Álvaro Cunhal, no "Frente-a-Frente", e noutras ocasiões se tem manifestado indignado com as manifestações da Unidade Democrática de apoio ao VI Governo Provisório, que o Partido Comunista disse de início apoiar, e, que de facto nunca apoiou. Antes pelo contrário, têm-lhe feito uma oposição cerrada.

JN - Quando Álvaro Cunhal refere, a propósito da vossa percentagem eleitoral impressionante, que isso não admira, que é muito natural que a reacção em Portugal tenha mais de um quarto do País. Como reage?

S.C. - Gostaria de saber qual é a máquina que o dr. Álvaro Cunhal tem para ver se os votos são progressistas ou reaccionários, porque de facto é mais uma afirmação de mera propaganda política e portanto de desinformação do público português, que já está saturado desse tipo de propaganda. E impossível distinguir os votos progressistas dos votos reaccionários. Há votos, em Democracia há votos, e o somatório dos votos, as percentagens eleitorais é que importam. No caso do

Partido Socialista, por exemplo, ele não ficou, não viu nada diminuída a sua representatividade eleitoral por parte do eleitorado português ter dado ao Partido Socialista um voto tático, visto que, naquela circunstância, ele aparecia como, para muita gente, como um grande garante de Democracia e um obstáculo, o maior, ao Partido Comunista. Isso não significa, evidentemente que os votos sejam reacionários. Até durante a negociação para a formação do Governo, o dr. Álvaro Cunhal pretendeu distinguir dentro da nossa percentagem total de votos. Pretendeu distinguir nessa percentagem os que seriam efectivamente democráticos, e decidiu a coisa mais ou menos por metade...

JN - Isso foi levantado de onde, em que nível?

"O DESPEITO DO PC"

S.C. - ...Salvo erro isso foi levantado por ele em conversas relativas à Constituição do Governo, isto para procurar equiparar a nossa representatividade eleitoral do Partido Comunista, e na linha de querer no Governo uma posição igual ou superior a nossa. No fundo, é isso. Estas afirmações do dr. Álvaro Cunhal traduzem também o profundo despeito pelo Partido Comunista, em se ver tratado na formação do VI Governo Provisório, como Partido minoritário que é. É isso que o Partido Comunista não aceita e é por isso que também não aceita o VI Governo Provisório. Daí estes remoques todos, a traduzirem além da tal linha de propaganda a despeito enorme do Partido Comunista que sente ver fugir, que sentiu, viu, ver fugir uma representatividade eleitoral que estou convencido, suponha ser maior e que neste momento, estou convencido que sente perfeitamente ver fugir mesmo a maior parte desse eleitorado.

JN - No entanto, uma das críticas que ele fazia era de que a plataforma não estava a ser concretizada, que lhe tinham determinado lugares que neste momento não lhe estão entregues.

S.C. - Como sabe, as negociações com o Partido Comunista fizeram-se sem a nossa participação, fizeram-se por intermédio do Partido Socialista. Eu suponho que houve...

JN - Ausência não voluntária...

S.C. - Foi o Partido Comunista que quis tratar só com o Partido Socialista e não estar presente nas reuniões. Quer dizer, em vez de haver reuniões tripartidárias, houve...

JN - Da vossa parte nunca houve esse problema?

S.C. - ...Não, eu não estava cá, como sabe, nessa altura, mas suponho que não houve. Tenho quase a certeza que não houve. Da minha parte também não haveria, ainda que cá estivesse não haveria, porque desde que aceitamos as negociações, pois aceitamos que elas se façam com todos à mesma mesa, é assim que eu vejo o problema. Mas não sei o que é que se passou. Creio que houve alguns arranjos entre o PC e o PS para troca de posições de Secretários de Estado e nessa altura caberia, teria cabido ao PC a Secretaria de Estado do Turismo que não estava de início prevista. É uma das coisas que o dr. Álvaro Cunhal se queixa...

JN - E aparentemente com razão, a ser assim.

S.C. - Não sei, eu já tive ocasião de expressar o meu ponto de vista. Acho que seria ruinoso para o País ter um Secretario de Estado de Turismo comunista. Mas isso, de qualquer maneira, não afecta nada a plataforma, porque este não é um governo de coligação, isso foi posto muito claramente pelo Primeiro Ministro, no discurso de apresentação ao País, ou seja que não é um governo na base de um arranjo entre os Partidos...

JN - Mas na prática é!

S.C. - Não, o Almirante Pinheiro de Azevedo pôs muito bem a coisa, é um Governo de acção e unidade nacionais na base de um programa comum. O que interessa é ver se esse programa chega a ser cumprido ou não. E de facto, não está a ser cumprido ou não está em grande parte. E não está, mercê da sabotagem que o PCP tem feito à acção do VI Governo Provisório, fazendo como disse uma oposição cerrada, ou seja, usando de palavras do dr. Álvaro Cunhal, só o tem apoiado na medida em que nele participa, o que é negação mesma de um tal tipo de Governo...

"O PC TEM MUITO INTERESSE EM ESTAR NO GOVERNO"

JN - Mas no seu ponto de vista, nem isso?

S.C. - ...No meu ponto de vista nem isso. Pelo contrário, eu entendo, e foi uma das coisas significativas neste "Frente-a-Frente", que o PC de facto tem muito interesse em estar no Governo, mesmo nesta posição minoritária, o que não impede tentar forçá-la, mas mesmo assim tem interesse em conservá-la, para manter e procurar reforçar as suas posições ao nível do aparelho de Estado e das autarquias locais, mas mais do aparelho de Estado e para usar os postos que tem no Governo, no sentido de controlo da vida nacional. Por exemplo, tem para isso duas armas fundamentais, o Fundo de Fomento da Habitação - integrado, portanto, no Ministério do Equipamento Social, em que está o ministro comunista, todo o sector de Equipamento Social e a Reforma Agrária. E é por aí que o PC vai fazendo a sua acção a meu ver contrária ao cumprimento do Programa do VI Governo Provisório. Veja que salvo erro, cito de memória, quando o dr. Mário Soares referiu ao dr. Álvaro Cunhal que nenhum Partido Comunista Europeu tinha uma penetração e uma posição no aparelho de Estado como a tem o PCp, imediatamente respondeu: - Ah, mas é que nós somos um partido do Governo. E isso é muito sintomático das intenções do PC e do seu interesse em ficar no Governo embora fazendo uma oposição cerrada.

JN - E o PS e o PPD têm alguma forma, reagido, têm constituído uma barreira a essa acção?

S.C. - Têm procurado constituir.

JN - De que maneira?

S.C. - ...Pois alertando o Conselho de Ministros, procurando designadamente no caso da Agricultura, através da acção do próprio Ministro, mas têm tido a suas

dificuldades, mas, de resto, há uma larga autonomia dos Ministros na orientação do seu sector e, portanto, no Ministério do Equipamento Social por exemplo, é muito difícil o PS e o PPD terem uma acção no sentido de procurar que o programa seja cumprido. A meu ver, a acção fundamental dos Partidos nesse sentido, é denúncia clara das situações, e eu tenho procurado fazê-lo e o dr. Mário Soares fê-la também, em parte no "Frente-a-Frente". Mas curiosamente, quando o PS do dr. Mário Soares ataca o PC e tem-no feito, e bem; quando nós fizemos o mesmo e ultimamente até o temos feito com antecipação, no dizer do dr. Mário Soares, fazemos o anticomunismo primário. Isso é uma dualidade de critérios e uma injustiça de apreciação que não tem qualquer justificação.

JN- Bem, não basta criticar o PC. Mário Soares refere-se, possivelmente, à forma que as críticas revestem.

S.C. - Bom, mas eu não tenho visto grande diferença na maneira de dizer as coisas, nem por exemplo no "Frente-a-Frente", nem por exemplo no comunicado do PS, na altura do Comício de Leiria, portanto, foi no domingo anterior ao último, em que disse lá no comício que parecia a antologia dos meus discursos, mas de facto era o comunicado do PS.

JN - Quer dizer, portanto o Governo é também seio de uma guerra interna.

S.C. - Não me parece que as coisas se possam pôr assim. É evidente, eu não participo no Governo, o que não implica que não esteja informado do que lá se passa. Como Secretário-Geral tenho de estar. Creio que infelizmente nem sequer se põe esse problema porque o Governo tem estado mais preocupado com a falta de meios de governar. Tem sido, e isso transparece dos discursos do Primeiro Ministro, a falta de meios de exercer efectivamente uma acção e de cumprir o seu programa que tem ocupado o Governo.

JN - No seu ponto de vista, essa falta de meios é uma coisa que tende a agravar-se? Quais são os sintomas?

S.C. - Temos por um lado a oposição do PC que já falei e por outro lado, uma certa oposição dos sectores militares colocados em altos postos de comando, que ou, não cooperam ou cooperam mal com o Governo na execução das suas medidas, tudo em nome de um falso progressismo que no fundo só está a contribuir para abrir o caminho à reacção. Suponho que a situação militar tem que se esclarecer e esclarecer rapidamente sob pena de o Governo continuar a ver a sua acção altamente dificultada e paralizada nalguns sectores.

O ESPALHAFATO DE OTELO SARAIVA DE CARVALHO

JN - Os acontecimentos relacionados ultimamente pelo General Otelo Saraiva de Carvalho, as últimas declarações dele, do seu ponto de vista são indicadores do agravamento da situação?

S.C. - Por um lado temos de dar um certo desconto a essas declarações porque é conhecida a personalidade do General Otelo Saraiva de Carvalho e um certo espalhafato que rodeia sempre as suas declarações. Mas por outro lado elas são indício de um fosso de oposição ao VI Governo Provisório e ao Conselho da

Revolução. Isso parece perfeitamente claro de uma certa manobra de bastidores que segundo os vários indícios que me têm chegado está em curso para reunificação ou antes reconstrução do MFA sob a égide dos oficiais auto-rotulados de progressistas tentando uma aproximação com o Grupo dos Nove de maneira a criar uma frente unida, outra, sem ser a FMU, de oficiais gonçalvistas, de oficiais ligados aos Generais Otelo e Fabião e, pensam eles, embora espero que não o consigam, de alguns oficiais do Grupo dos Nove no sentido de obter o derrube deste e a constituição de um novo Governo, segundo os critérios deles, mais progressista. E é aí que aparece a referência feita pela segunda vez em dez dias do General Otelo Saraiva de Carvalho ao Documento/Guia. Ao que sei, essa tentativa militar assenta precisamente do Documento--Guia, na recuperação do documento de orientação da política que querem democracia popular, ou seja, de uma ditadura do proletariado. É isso que está em curso e isso passa pelo derrube do VI Governo Provisório e pela deformação do Conselho da Revolução. De resto, o PCP, pela boca do seu Secretário-Geral, no comício da Mague já disse muito claramente que esses são os fins que o PC prossegue.

JN - Que forças é que o VI Governo pode alinhar contra uma tentativa desse género?

S.C. - Eu disse há tempos que me parecia que o confronto armado podia ser evitado desde que houvesse coragem de fazer um afrontamento político e tirar daí todas as suas consequências. Porque acho que não basta dizer que o PC é anti-democrático, que está contra o VI Governo Provisório. É preciso tirar daí as consequências. Está feita a experiência que efectivamente é assim; se o PC está contra o Governo então saia do Governo. Creio que no aspecto militar terá de se fazer uma clarificação deste género. Eu creio que teria havido vantagem que ela tivesse sido feita na altura da Assembleia de Tancos, em que o Grupo dos Nove tinha um apoio maciço das Forças Armadas e o grupo gonçalvista estava desprovido praticamente de meios de acção. Hoje a situação piorou relativamente à altura da Assembleia de Tancos, surgiu todo este plano concertado, SUV, os ARPs da indisciplina militar constante e portanto essa clarificação das forças militares virá a ser feita em piores condições. Isso passa pela substituição de alguns comandos, mas que o que é indispensável é que tudo isso se realize o mais depressa possível sob pena de vermos este País a encaminhar-se efectivamente para o caos social, económico, financeiro e político. A comunicação ontem feita pelo dr. Salgado Zenha não deixou quaisquer dúvidas.

"AMBIGUIDADES DO PS"

JN - O PS quer o PC no Governo, o PPD não quer o PC no Governo. Eis aqui uma divergência fundamental...

S.C. - Bom, em relação à posição do PS parece-me haver aí uma boa dose de ambiguidade e incoerência. Quem diz, o que o dr. Mário Soares disse, e que o PS tem dito do PCP, só pode tirar uma conclusão: é que não pode estar no Governo porque não pode haver Governo eficaz com um partido antidemocrático que está a sabotar a acção do Governo. Isto parece-me uma conclusão inevitável de tudo quanto o dr. Mário Soares disse, e não tirar esta conclusão é neste momento

muito grave para o País porque é permitida a manutenção no Governo de um partido que está a fazer a oposição ao Governo. É certo que o dr. Mário Soares diz sempre que o PC dê provas, que o PC mostre que está realmente com o VI Governo, mas nós não podemos submeter este País a uma experiência indefinida. Portanto, parece-me que a nossa posição é muito mais clara. Por várias circunstâncias que rodearam a constituição deste Governo com o PS e PCP connosco. O PC desencadeou imediatamente uma campanha, de ataque ao nosso partido e de tentativa de o excluir do Governo logo à partida da constituição do VI Governo Provisório e mesmo antes. Nós mantivemo-nos fiéis à posição inicial. Tendo verificado que o PC está contra o programa do VI Governo e contra os métodos democráticos de actuação, achamos que a conclusão inevitável é que ele saia do Governo. Parece-me uma posição muito mais lógica, coerente e clara que a do Partido Socialista.

JN - Crê que o País está a discordar do que acaba de definir como ambiguidade do PS?

S.C. - Acho que sim, acho que está a perceber e a senti-la muito claramente.

JN - O dr. Álvaro Cunhal referiu ironicamente que seria muito possível que numas próximas eleições o PS teria 26% e o PPD 38%. Parece-lhe que tem quaisquer indícios no ponto de vista verdadeiramente quantificado que isso poderia ser assim?

S.C. - Pois não tenho elementos, nem sequer sondagens de opinião que me permitam concluir se é assim ou não. O que temos sentido aqui no partido é que efectivamente a nossa força tem crescido muito. Em grande parte devido à clareza das nossas posições e em parte também devido à circunstância de a social-democracia ser a solução viável para Portugal. Os portugueses sentem isso. O povo já não suporta ambiguidades, nem políticas irrealistas; agora se as eleições tivessem lugar hoje, as percentagens do PS e do PPD manter-se-iam, não lhe sei dizer porque não tenho indícios para isso, o que sei perfeitamente, sentimos todos um grande crescimento da força do nosso partido e sabemos todos também que o povo já não suporta ambiguidades, portanto nem políticas irrealistas de aplicação, tentativas de aplicação de princípios teóricos a partir de realidades forjadas por intelectuais e políticos de esquerda, como se isso fosse uma sociedade com a forte classe operária organizada e estruturada e como isso não fosse um país em que o mundo rural predomina largamente sobre o mundo urbano, que praticamente se reduz a dois ou três pontos.

JN - Mas está a desistir da classe operária?

S.C. - De maneira nenhuma, nem nós desistimos da classe operária, nem a classe operária desiste da social-democracia, o que ela desiste é dos políticos e dos partidos que pretendam aplicar em Portugal soluções irrealistas como se isto efectivamente fosse um país em que houvesse uma classe operária marxista. Não há, a grande maioria da classe operária é social-democrata como a grande maioria da população.

JN - Está a pensar também no PS, não está? S.C. - Estou...

JN - E tem a sensação de que o País abandonará a existividade do PS?

S.C. - Depende muito do próprio Partido Socialista...

JN - Da clareza do Partido Socialista.

S.C. - ...Agora, também temos de ter em conta que o PS não pode pretender ter um programa socialista, colectivista, marxista e autogestionário e fazer na prática uma política social-democrata ou apresentar-se na prática com uma vantagem social-democrata.

JN - Mas isso é o que diz o dr. Álvaro Cunhal!... Nesse aspecto está de acordo com ele?

S.C. - O dr. Álvaro Cunhal não diz bem isso, vai mais longe, diz que o PS teve um nítido carácter social-democrata e anti-comu-nista. Também não podemos ignorar que a actuação constituinte do PS, pelo menos até há bem pouco tempo, era no sentido anti-social-democrata e em colaboração com o PC fazer uma Constituição de carácter nitidamente colectivista-marxista. Há aí um divórcio de posições. É uma evolução curiosa para o PS e para o dr. Mário Soares. Começamos por ser liberais depois do 28 de Setembro. Hoje tanto o PS como o dr. Mário Soares voltam a dizer que afinal não há sociais--democratas em Portugal e que nós afinal temos o carácter de um partido liberal. Isso não se pode levar a sério.

Para Álvaro Cunhal só são operários os comunistas, mas também o Partido Socialista não pode cair no erro, em que às vezes cai, de só considerar operários os socialistas e não considerar operários os trabalhadores que apoiam designadamente uma grande massa de trabalhadores rurais e de trabalhadores da indústria fora desses grandes, das grandes zonas industriais.

JN - Temos tido a sensação de que a vossa frontalidade, a vossa clareza, decorre muito de uma estratégia eleitoral, pré-eleitoral. Será assim?

S.C. - Em democracia haverá alguma estratégia política que não venha contra as eleições?

JN - Claro. Fala-se muito em ala direita e ala esquerda do PPD. Há uma célebre ala direita do PPD que é sempre muito referida como sendo mal dos males. Há realmente essa ala?

S.C. - Não, e, com toda a franqueza, também o "Jornal Novo" teve algum papel nessa história da criação de alas que não existem.

JN - Bem, de qualquer forma o vosso eleitorado de acordo com eleitorado de centrista?

S.C. - Eu gostava de ver isso concretizado, isso não é verdade. A curva de representação de classes e da penetração nas classes trabalhadoras do nosso partido, acompanha a curva eleitoral. De resto, negar o apoio dos trabalhadores e a participação dos trabalhadores, a nossa classe de apoio é restringir as classes trabalhadoras a parte do operariado das zonas industriais de Lisboa e Porto.

Não há a menor divisão, não há alas, não há direita nenhuma. De resto é normal num partido novo formarem-se correntes. É sobretudo à volta dos problemas de Governo que aparecem as correntes nos partidos. Ora isso é que é preciso ter em atenção a propósito da concretização dos programas políticos dos partidos nos programas do Governo. Ora isso em Portugal ainda nenhum partido teve por si que apresentar um programa de governo. Mas para além disso a questão das alas tem sido e é uma mera invenção fruto de especulações, jornalísticas ou políticas, e é sintomático que elas apareçam, essas especulações, sempre antes de momentos importantes da vida do partido, designadamente do seu primeiro Congresso, do segundo Conselho Nacional e do próximo Congresso que vai ter lugar em Dezembro.

S.C. - Não, foi o reflexo dessas manobras, porque elas existiam e tiveram a sua tradução na Imprensa como é normal antes do primeiro Congresso. Foi o "República" que, juntamente com alguns membros do PS, lançou essas especulações. Hoje vejo com tristeza que é o dr. Mário Soares quem se refere a isso na entrevista do "Expresso". O que eu nunca vi foi contretizado em termos de pessoas, em termos de opções doutrinárias, essa invenção das alas.

JN - O prof. Emídio Guerreiro não personificava uma ala diferente da sua?

S.C. - Eu creio que o dr. Emídio Guerreiro expôs as suas opiniões pessoais que eram todas contestáveis. Suponho, e disse-o de resto claramente, que elas em vários pontos não se harmonizavam com o programa, mas nunca o fez na orientação da actividade política do partido. Ele fez isso sobretudo em entrevistas que deu. A actividade do partido não sofreu modificação durante o desempenho do cargo de secretário-geral substituído por parte do dr. Emídio Guerreiro, que foi de resto bastante curto. Na orientação do partido pôde o dr. Emídio Guerreiro, como era sua obrigação, como é a minha obrigação ou de qualquer um dos órgãos nacionais manter o programa. O que me parece que há hoje, como creio que lhe disse há pouco, é um maior dinamismo, uma maior clareza e frontalidade na maneira como as posições do partido são apresentadas.

JN - Portanto agora é um partido aberto?

S.C. - Pois, é um partido democrático tanto do ponto de vista da sua organização interna e da actuação dos seus órgãos nacionais e dos seus membros. Eu tenho dito por várias vezes que o único sector que tem uma posição política um pouco diferenciada, não em termos de alas, mas em termos de leitura do programa, é a Juventude Social--Democrática. Como também é normal nos partidos, o sector jovem normalmente desempenha a função de ponta de lança, de motor de um progresso do próprio partido, de uma crítica constante, e isto é um aspecto salutar em qualquer partido.

CDS: UM PARTIDO CONSERVADOR-DEMOCRÁTICO

JN - Já estamos a falar há cerca de quase uma hora e ainda não surgiu nas suas palavras nenhuma referência ao chamado perigo de direita...

S.C. - Ela não surgiu nas minhas palavras porque não surgiu nas suas perguntas...

JN - Sim mas eu também não lhe perguntei tudo, quanto me respondeu.

S.C. - (gargalhada)

JN - (gargalhada)

S.C. - Isso é a situação normal; normalmente a resposta é sempre mais vasta que a pergunta. Claro, é a consciência de não ter fugido a responder a nenhuma questão.

JN- Perfeito... e no entanto, do seu ponto de vista é um perigo real?

S.C. - O perigo de direita é efectivamente um perigo real para este País e para a Democracia. Simplesmente em termos de acuidade imediata, estou convencido que o perigo de uma esquerda não democrática é muito maior. Direita (para continuarmos a empregar essas expressões cómodas e breves), viu-se, tem sempre um carácter um pouco ambíguo, e se fôssemos aqui definir o que era direita e esquerda nunca mais acabava, mas acho que há um consenso que é perfeitamente aceitável, quanto às expressões, acho que elas são perfeitamente utilizáveis e cómodas. A direita perdeu a sua base social de apoio, a direita não tem - mostrou não ter - estruturas de actuação, nem possibilidades de intervenção. Estava praticamente destroçada; quem está a reabilitá-la e dar-lhe força é a actuação anti-democrática da esquerda. Esse para mim é o perigo fundamental da direita, a esquerda não democrática está a abrir o caminho à reacção neste país.

JN - Do seu ponto de vista, a direita de que se fala tanto, quem é? Onde está? Onde vem?

S.C. - Pois, quando se fala em direita normalmente, fala-se do MDLP, fala-se do ELP; é aí que se costuma apontar quando se fala no perigo de direita.

JN - ...os seus colegas do CDS, como os encara?

S.C. - Acho que é um partido conservador, um partido conservador democrático. Nesse aspecto pode qualificá-lo como partido da direita, embora hoje ser partido da direita em Portugal seja um pouco diferente do que ser um partido de direita numa democracia estabilizada; qualquer partido de direita hoje em Portugal, mesmo qualquer partido conservador, falo apenas de partidos democráticos, é evidente, tem de ter uma orientação mais progressiva do que os normais partidos conservadores das democracias estabilizadas.

JN - Tem de ser, por uma questão de tática, não quer dizer que seja fundamentalmente...

S. C. - Sim tem de se adaptar à realidade portuguesa, à dinâmica da realidade portuguesa.

JN - Portanto é perfeitamente viável que o CDS, na situação mais normal, assumisse mais proximamente uma situação de direita.

S. C. - Cada partido tem o seu programa e depois tem de o adaptar através dos programas do Governo à situação concreta, à situação de conjuntura, pois estou convencido que um programa de Governo, feito pelo CDS, seria, teria de ser mais

progressivo do que em circunstâncias normais de democracia estabilizada, isso que eu quero dizer.

Portanto nesse aspecto pode ser um partido de direita, o que nunca considero é que o CDS seja um perigo de direita, não o situo num perigo de direita, isso não; é um partido democrático com uma actuação perfeitamente lícita e se amanhã vier a ganhar as eleições pelo resultado eleitoral, tem de ser respeitado, pelos partidos políticos democráticos, e só os democráticos devem ter possibilidade de actuação legal para defesa da democracia, competindo aos tribunais decidir, como é evidente, do resultado eleitoral. Em democracia, aquilo que o povo quiser o povo o terá. Portanto quando fala de perigo de direita em resposta é evidente não incluía de modo algum o CDS e portanto mencionava, pensava sim, em alguns movimentos como aqueles que apontei.

POSIÇÃO DE SÁ CARNEIRO FACE ÀS COLIGAÇÕES

S.C. - O problema das coligações governamentais em face de resultados eleitorais não se põe com uma inteira correspondência a esses resultados. Quer dizer, se nenhum partido tem a maioria absoluta, não se segue que tenham de constituir governo, os partidos colocados respectivamente em primeiro, segundo e terceiro lugar...

JN - Claro que não.

S. C. - ...ou que o governo tenha de ser constituído pelo primeiro e segundo e não por o primeiro e o terceiro. Competirá ao partido que tiver a maior percentagem, ou se consiga aliar com as suas afinidades com outro que tenha percentagem que dêem ambos a maioria, fazer as suas opções em termos de coligação governamental.

JN - Do vosso ponto de vista não haveria nenhuma posição de princípio em relação a uma eventualidade...

S.C. - Para mim a solução conveniente para Portugal seria, na hipótese de uma coligação, que ela fosse PPD-PS.

JN - No entanto, há pouca referia o PS como um partido um pouco desfazado na realidade sócio-económica e cultural portuguesa, na medida em que insistia num radicalismo, numa posição marxista que do seu ponto de vista não correspondem à estrutura mental e moral deste país?

S. C. - Não corresponde, efectivamente. Essa posição de princípio não tem impedido que o PS tome algumas posições claramente social-democratas...

JN - Incoerentemente...

S.C. - ...a meu ver incoerentemente. Como não impedirá, como partido democrático, que amanhã pudesse encontrar connosco um programa comum de governo. Cada partido tem o seu programa mas não vejo que em face de posições que o PS tem tomado, não vejo nenhuma impossibilidade de encontrar um programa comum do PPD com o PC, mas de carácter democrático.

JN - Quando vê e pensa no PC, vê realmente uma estrutura imutável, digamos condenável eterno numa oposição de...

S.C. - Vejo por duas razões. Primeiro por uma própria personalidade do partido e das pessoas que o dirigem...

JN - Como sabe, as personalidades dos partidos comunistas mudam ciclicamente...

S.C. - Por isso é que não se pode acreditar nos partidos comunistas.

JN - Mas mudam com muita convicção.

S. C. - Pois, por isso mesmo é que nunca se pode falar em termos definitivos e citar o exemplo dos partidos comunistas democráticos europeus.

JN - Portanto, põe em dúvida por exemplo o italiano e o espanhol?

S.C - Não, as suas palavras é que levam a essa conclusão que eu perfilho. Como estão inseridos numa estratégia internacional subordinada à União Soviética, nunca se pode, pelo menos com um carácter definitivo, atribuir um carácter democrático a um partido comunista.

JN - Como jurista essa sua afirmação das responsabilidades da União Soviética não será discutível? Parece óbvio que não há provas concretas.

S.C. - Temos provas concretas, concerteza que o partido comunista soviético tem uma secção especial, para tratar das suas relações com os partidos comunistas de outros países, pois essa integração - não falei de subordinação, mas também se pode falar em subordinação - não é inadequada. Essa integração numa estratégia soviética é constante...

JN - Mas não lhe parece que isso é perfeitamente legítimo, do ponto de vista político, tático-político, no ponto de vista mundial...

S. C. - Sim, ao ponto em que não afecte a correspondência de um partido nacional aos problemas e responsabilidades nacionais, é evidente que um partido pode perfeitamente estar integrado num movimento internacional sem que a sua posição interna seja afectada. A meu ver nunca deve ser afectada por essa integração. No caso do Partido Comunista isso não sucede e afecta decisivamente a sua actuação. No caso do Partido Comunista Português então, afecta duma forma gritante, a meu ver. Não concordo na integração, mesmo à custa do seu próprio país, num movimento de revolução socialista internacional, isso não pode ser feito à custa do país a que pertence um determinado partido.

JN - Estamos completamente errados ao pensar ou sentir, que está a perspectivar um futuro a médio prazo dum PPD crescente em força, correspondendo à mentalidade portuguesa com uma quebra acentuada dum PS, a ponto de haver no fundo um debate entre um PPD e um PC?

S.C. - É muito natural que as minhas palavras expressem uma convicção profunda no nosso sentido, no seu trabalho com certeza. E se acredito, como acredito convictamente no nosso partido, é evidente que acredito menos nos outros, ou não

acredito neles como correspondendo aos interesses nacionais. Mas aí está o eleitorado para decidir.

JN- Tem que acreditar, na medida em que faz parte dum governo, e se não acreditasse que os outros correspondessem aos interesses nacionais, certamente não estava lá!

S.C. - Há uns em que acredito menos e outros em que não acredito. Mas é evidente que se eu acreditasse mais no PS que no PPD não estava aqui. Isso é normal e sucede relativamente a cada partido. Em relação ao PC, por exemplo, não acredito, nem no seu programa, nem na sua prática política, quanto a servirem os interesses nacionais. E tenho-o dito. Não há qualquer triunfalismo da minha parte, se é aí que quer chegar. Há, sim, uma convicção profunda da adequação do nosso programa aos interesses nacionais e das possibilidades do nosso partido.

SOARES E CUNHAL: "REVELARAM-SE COMO ERA DE ESPERAR"

JN - Os dois homens que se encontraram neste debate que lhe pareceram? Abaixo das suas responsabilidades das obrigações que tinham para com o país, ou como? Como é que reagiu?

S. C. - Eu creio que se revelaram como era de esperar, o dr. Mário Soares um bom político, inteligente, hábil, tanto na sua exposição como até na moderação das suas tomadas de posição. Creio que nunca o dr. Mário Soares foi tão moderado nas suas tomadas de posição como perante as câmaras de TV. O dr. Álvaro Cunhal, também como era de esperar, intransigente, monolítico, sem qualquer adaptação à realidade portuguesa. Sem qualquer imaginação creio que o dr. Álvaro Cunhal perdeu muitos pontos e o dr. Mário Soares marcou muitos pontos. Em relação ao debate em si, creio que foi demasiado longo, demasiado prolixo e pouco concreto na maneira de abordar os problemas.

JN - Uma eventual participação sua nesse debate, neste aqui, do seu ponto de vista traduzir-se-ia fundamentalmente em que?

S. C. - Eu procurava ser mais conciso e mais concreto na maneira de tratar os problemas. Não sei se o conseguia ou não, pelo menos procuraria sê-lo. Seria pelo menos tão frontal e tão contundente como o dr. Mário Soares. Talvez mais. Pelo menos, estou certo de que levaria mais longe as consequências da análise e não teria evitado tirar conclusões.

JN - Em relação ainda ao problema de Angola, que foi largamente referido, Mário Soares assumiu talvez numa forma excessivamente pessoal a descolonização. Álvaro Cunhal definiu uma posição, em relação a Angola, de defesa do MPLA. O vosso partido aproxima-se bastante da tese que Mário Soares definiu, não?

S.C. - Entendemos que o Governo português e as autoridades portuguesas não só não devem, não deviam reconhecer ou privilegiar qualquer dos movimentos. Não devem reconhecer um governo sem o apoio de Angola e dos movimentos de libertação. Angola está hoje infelizmente, dividida e em guerra. Reconhecer o governo de Luanda, por exemplo, que é o governo do MPLA, seria além de um erro político grave, que teria sérias e nocivas consequências tanto no plano interno, como no

plano internacional. Uma entorse à aplicação dos princípios de direito internacional. Claro que eu gostaria que a descolonização de Angola se tivesse processado de outra maneira. Que ao Povo angolano tivesse sido possível escolher democraticamente o seu futuro e que não tenha de o ver comprometido em grande parte pela guerra.

JN - Em que responsabilidade atribuiu à Revolução Portuguesa os aspectos negativos dessa descolonização?

S. C. - Creio que não houve por um lado uma definição política imediata. O Programa do MFA era extremamente vago a esse respeito e fomos indo a reboque dos acontecimentos. Por outro lado, uma descolonização pacífica, democrática, passava por uma posição firme das Forças Armadas portuguesas que seria indispensável manter para evitar a guerra e possibilitar o exercício da democracia. Isso não fizeram as Forças Armadas portuguesas. Também, portanto, houve simultaneamente, para não falar já dos erros das pessoas encarregadas de dirigir in loco a descolonização, e que foram graves, houve esses dois factores, de falta de um plano político imediato de descolonização e do papel das Forças Armadas.

JN - Neste seu estabelecimento de relações com o MFA, após aquelas declarações tão severas para com o MFA, neste momento aquela severidade desceu ou mantém-se?

S.C. - Não, Creio que o MFA está a ser para consigo próprio mais severo do que aquilo que eu fui para ele, e que há também políticos que estão a fazer afirmações que eu já fiz há um mês e que pareceram que chocaram mais pessoas e foram quase consideradas como uma heresia perante o MFA. Refiro-me concretamente ao problema do Pacto Constitucional e ao discurso dos drs. Mário Soares e Sotomayor Cárdua na semana passada na Assembleia Constituinte. Creio que o próprio MFA está a sentir esse problema. Na minha retomada de funções não encontrei a menor dificuldade em reatar as relações que já existiram e até em, felizmente, estabelecer relações novas com membros destacados do MFA e Conselho da Revolução.

1.2.10. Entrevista ao "Expresso" - 15/11/75

Figura controversa, fora e dentro do seu partido, secretário-geral eleito do Partido Popular Democrático, Francisco Sá Carneiro responde às perguntas que EXPRESSO lhe coloca sobre a actual situação política e a localização actual do seu partido no espectro político português. A sobrevivência do VI Governo Provisório, a questão das relações do PPD com o PCP, a proposta de uma unidade de acção dos partidos democráticos, a denúncia daquilo que considera a estratégia da "linha dura de Moscovo" - eis alguns dos temas que o secretário-geral aborda no decurso da entrevista.

EXP. - Se estiver de acordo, começamos pela actualidade. E eu pergunto-lhe directamente: o VI Governo como está e para onde vai?

S. C. - Está mal, por falta de meios do Governo, e pela oposição que o Partido Comunista lhe move, dentro e fora do aparelho de Estado. Vai - espero - para

uma maior clarificação política e para uma autêntica eficácia, desde que a situação militar seja resolvida, com a substituição da indisciplina reinante por uma autêntica disciplina militar e desde que o Partido Comunista retire as consequências da oposição que faz ao Governo, deixando de fazer parte dele.

EXP. - Quer isso dizer que existe, entre o PPD e o PCP, a nível de participação simultânea no Governo, uma incompatibilidade. Essa incompatibilidade é momentânea ou deriva da inconciliabilidade dos objectivos com que cada um participa no Governo?

S.C. - Nós aceitamos este Governo tal como foi formado, e sempre lhe demos a nossa colaboração plena, na medida das nossas possibilidades. Não sucedeu assim com o PCP. Começou por pretender apoiar o Governo, na medida em que estava nele representado, ou seja, como está representado na proporção da sua percentagem eleitoral minoritária, isso equivale a apoiar o Governo minoritariamente e a fazer-lhe oposição maioritariamente.

Em seguida, o PC tomou uma posição ainda mais clara, e confessou que o fim que visara atingir era o derrube do VI Governo Provisório, visto que só assim se pode reforçar a posição dos comunistas, evitando a participação do nosso Partido. Logo ao início da vigência deste Governo, o PCP desencadeou uma campanha de ataques sistemáticos ao nosso partido, como meio principal de atacar o próprio Governo. Ora, nós participámos no Governo acreditando que os três partidos aceitavam o acordo que estava na base da "unidade de acção" a que se referiu o Almirante Pinheiro de Azevedo no discurso de posse. Isto torna mais inadmissível ainda a actual posição do PC relativamente ao VI Governo. É esse o diferendo. Nós entendemos que é tal a gravidade da situação que o Governo não pode ser afectado por uma posição intransigente como seria a de não querer permanecer no Governo enquanto nele estivesse representado o PC. Só por isso continuamos a cooperar com o VI Governo: o cumprimento do seu programa é, talvez, a última hipótese de salvação da democracia no nosso país.

"PS-PCP: RUMORES SEM FUNDAMENTOS"

EXP. - Em todo o caso, essa "unidade de acção" a que se referiu pode estar a ser tentada noutras zonas políticas. Concretamente, fala-se de uma aproximação entre o Partido Socialista e o PCP...

S.C. - Fala-se?

EXT. - Creio que sim...

S. C. - Bom, falou-se disso quando do encontro promovido pelo Presidente da República em Belém. Depois, e dada a atitude clara que o Partido Socialista tomou, deixou de se falar nisso.

EXP. - De qualquer forma, ainda na 5.ª feira passada, dia 6, na Conferência de Imprensa do seu Partido, disse que uma aliança entre o PS e o PCP seria anti-democrática.

S.C. - Exacto. E isso precisamente para desmentir os rumores motivados pela iniciativa do Presidente da República. Dada a posição do Partido Socialista, essa hipótese ficou definitivamente prejudicada.

UM PLANO PARA OUTRO GOVERNO

S.C. - O que se fala é de outra coisa, de outro plano e de outro Governo. Mas não será propriamente com base na aliança do PS com o PCP que esse governo será formado.

EXP. - Então, será na base de...

S.C. - ...na base de um plano que consta ter sido elaborado no Estado-Maior do Exército, plano esse que visa a constituição de um VII Governo, assente na doutrina do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, passando pela constituição de um Exército popular, a caminho de uma autêntica democracia popular.

De harmonia com esse plano de que se fala, o Governo seria constituído de forma semelhante ao V Governo, com pseudo-independentes, possivelmente sob a égide do General Vasco Gonçalves.

EXP. - Parece, portanto, que estamos numa encruzilhada: para o PPD é preciso que o clima de indisciplina militar termine. Para outras forças, eventualmente para o PCP, é preciso também que alguma coisa mude. Concretamente: em relação à disciplina militar, parece-lhe que será necessário proceder a uma remodelação ao nível das chefias militares?

S. C. - Creio que é inevitável. De resto, depois do desafio feito ao Conselho da Revolução pelo General Otelo, não vejo como é que essa remodelação pode deixar de ter lugar. Ou se remodelam os comandos militares que contestam o Conselho da Revolução ou se remodela o Conselho da Revolução.

EXP. - É essa também a opinião do dr. Cunhal: ou uma coisa ou outra...

S.C. - É o fim que ele quer atingir: reintroduzir no Conselho da Revolução os oficiais que ele designa por "progressistas", e que não são mais, no fundo, do que os oficiais "gonçalvistas". Estamos numa encruzilhada: é evidente que, pela nossa parte, só admitimos uma decisão no sentido democrático, pelo cumprimento do programa do VI Governo Provisório. Eu e o meu partido empenhamo-nos em fundo nesse sentido, e espero que o PS faça outro tanto, embora a ameaça velada, feita pelo dr. Mário Soares, de construir um governo PS-MFA...

EXP. - Posição que lhe parece ambígua...

S. C. - Ambígua, na medida em que aparece como inexplicável: é que o PPD nunca fez oposição ao VI Governo Provisório. Perigosa porque pode abrir caminho à prossecução do tal plano de derrube do Conselho da Revolução e do VI Governo Provisório.

O PPD E AS ACUSAÇÕES DE SOARES

Exp. - Mas poderá pôr-se a hipótese de ser incompatível com a continuação do processo rumo ao socialismo a presença no governo de um partido cuja ala direita está mais à direita do que certos dirigentes do CDS...

S. C. - Bom, isso é um outro tipo de ataque, igualmente nocivo à democracia portuguesa e ao VI Governo Provisório. A afirmação que refere foi feita pelo dr. Mário Soares, na sua entrevista de sábado passado ao EXPRESSO; é uma afirmação infeliz. Entendo que um chefe de partido, quando quer intrometer-se na vida interna dos partidos, deve ater-se, sobretudo, ao seu e não falar do que não conhece.

Efectivamente, o dr. Mário Soares não concretizou qualquer das suas afirmações, de forma que apenas aí possa ver um ataque ao nosso partido e à social-democracia. Nunca, dentro do PPD, houve divisões ou alas, e muito menos uma ala direita, e muito menos ainda à direita do CDS. Tudo isto são especulações gratuitas. E admira-se que o dr. Mário Soares delas se faça eco, depois de ter reposto a verdade sobre o nosso partido, durante o frente-a-frente com o dr. Álvaro Cunhal, em resposta aos ataques que aí nos estavam a ser feitos.

EXP. - Mas essa defesa pode ter sido determinada mais por motivos pragmáticos, de conservação a nível de governo de uma força eleitoral importante, do que propriamente por proximidade ideológica. Em outras ocasiões, o dr. Mário Soares acentuou com mais vigor o carácter democrático e progressivo do PPD...

S.C. - ...e o seu carácter social-democrático também!

EXP. - Sim, e isso levanta uma outra questão. Por exemplo, na sua entrevista ao EXPRESSO o dr. Mário Soares afirma que o espaço político ocupado pelo PPD é muito mais indefinido que o do PS.

S.C. - O que seria muito conveniente para o PS - se fosse verdade.

EXP. - Mas não é?

S. C. - Não é. Eu não me recordo já de quando é que o dr. Mário Soares reconheceu expressamente o carácter social-democrático do nosso partido, mas fê-lo mais de uma vez. Agora, retoma uma linha anterior, que apareceu por altura do nosso I Congresso e que pretendia que o PPD é um partido liberal. Aí, uma vez mais, o dr. Mário Soares demonstra desconhecer o nosso partido, qual a sua base social de apoio, quem são os nossos militantes, na medida em que contesta o apoio dos trabalhadores do nosso partido. Ora, esse apoio existe e é significativo. Mas tudo isto leva-me a crer que a contestação do carácter social-democrático do nosso partido, por parte do PS, visa obter vago um espaço político, que é o espaço social-democrático.

Na verdade, o espaço que ocupamos é muito claro, como clara é a nossa proposta social-democrata, quer em termos de programa, quer em termos de actuação, quer em termos de base social de apoio. Simplesmente, e na medida em que a social-democracia é a via que melhor convém ao nosso país, ela é contestada por forças como o Partido Socialista e o próprio CDS, que desejam ocupar, segundo parece já numa perspectiva eleitoralista, o nosso espaço próprio.

O PPD É UMA FORÇA SOCIAL-DEMOCRÁTICA

EXP. - Esta questão é quase cíclica, a propósito do PPD; as pessoas voltam sempre a ela...

S. C. - É, e curiosamente isso acontece quase sempre nas vésperas de acontecimentos importantes da vida do partido: foi antes do nosso Congresso, foi a campanha divisionista antes do meu regresso, antes da reunião do Conselho Nacional que o efectivou, e é agora, antes do nosso próximo Congresso. São estranhas coincidências. De qualquer forma, estes ataques são nocivos ao nosso partido e ao VI Governo. Neste momento, é mais necessária a unidade em torno do Governo do que o desenvolvimento de campanhas eleitoralistas.

EXP. - Defende então uma espécie de "aliança natural" entre o PPD, o PS e o CDS - ou o CDS não é um partido democrático?

S.C. - O CDS é, indubitavelmente, um partido democrático. A meu ver é um partido conservador, mas democrático. Não defendo uma aliança, defendo sim uma atuação unitária de apoio ao Programa do VI Governo Provisório.

Quaisquer alianças, a meu ver, só depois das próximas eleições legislativas poderão ser estudadas e aplicadas; mas isso não exclui uma certa unidade em defesa da democracia, unidade que ressaltou nas manifestações do Porto, Faro e Lisboa.

RELAÇÕES COM O PS E O CDS

EXP. - Partido a partido: neste momento, portanto as relações com o PS são de entendimento sobre o essencial?

S. C. - São boas relações e, como diz, de entendimento sobre o essencial, tomando como essencial, neste momento, a defesa da democracia e das liberdades que nos foram restituídas com o 25 de Abril.

EXP. - E o CDS?

S.C. - Com o CDS não temos tido praticamente quaisquer contactos bilaterais.

EXP. - No entanto, um comunicado recente da Juventude Centrista dirige violentas críticas ao PPD, acusando-o de ser um partido oportunista e direitaista...

S.C. - Eu não conheço o comunicado, mas reflectindo sobre a afirmação que me citou, assim desgarrada, creio que ela revela os recalamentos de quem não aceita a sua sinceridade conservadora. De resto, a nossa JSD tem respondido aos comunicados da Juventude Centrista, bem como aos ataques do Partido Socialista, uns e outros ditados, ao que suponho, pela inquietação que ambos os partidos sentem face à nossa força política.

EXP. - Mas, no entanto, é um facto que depois do seu regresso à efectividade como secretário-geral do partido, aumentaram os rumores de que o PPD estaria a experimentar uma viragem à direita. E esses rumores alargaram-se mesmo a militantes do partido, quer os que se pronunciaram contra o seu regresso, quer os que o interpretam como sintoma de uma inflexão na linha política do PPD.

S. C. - Essas afirmações, que tenho visto reproduzidas em alguns órgãos de Informação gostaria de as ver explicitadas.

NÃO HÁ ALAS NO PPD

EXP. - Disse há pouco que não existem, dentro do PPD, "alas", e muito menos uma ala direita. E uma ala esquerda?

S. C. - Tão pouco. Mas também isso tem que ver com a pergunta anterior. Se cotejar os meus discursos com os discursos pronunciados por outros dirigentes do partido, pelos nossos deputados à Constituinte, verá que o Secretário-Geral não está, de forma nenhuma, sozinho na denúncia que fez da estratégia golpista e aventureirista do PCP. Muito pelo contrário. De resto é evidente que o partido não se reduz a uma pessoa e que eu não actuo desligado dos órgãos locais, muito menos dos militantes. É evidente também que um partido não adopta uma determinada linha política sem que isso tenha sido discutido pelos seus órgãos políticos. As posições que tenho tomado são, assim, resultados da consonância da minha sinceridade pessoal com a sinceridade partidária. Esses rumores são portanto meras especulações não apoiadas em factos...

EXP. - Mas há quem invoque factos. Por exemplo as alegadas relações do PPD com os movimentos separatistas dos Açores e Madeira.

S. C. - Bom, mas aí já não sou eu quem está em causa. A questão já é diferente.

EXP. - Mudemos de assunto...

S.C. - Mudemos de assunto, então.

Quanto às relações do PPD com o FLA, o PPD tem tido uma oposição muito clara em relação aos Açores, que é a de lutar por uma maior autonomia política administrativa e financeira mas não pela independência. O movimento pela independência dos Açores alastrou ultimamente de uma forma muito intensa, creio que como reacção ao perigo de tomada do poder pelos comunistas - perigo que é real e que talvez já tenha sido sentido com mais intensidade, antes da constituição do actual governo... Compreende-se, ante esse perigo, que as populações reajam como reajam as dos Açores.

De resto, há todo um precedente de independências que não podem deixar de influenciar as populações açorianas. É o caso de Cabo Verde e de S. Tomé. S. Tomé, por exemplo, tem inegavelmente menos condições de independência que os Açores. É claro que assim se criam condições para as reacções independentistas mas elas não têm sido fomentadas nem apoiadas pelo PPD.

QUEM APOIA O PPD

EXP. - Quando há pouco se referiu às acusações de que o PPD não estaria pela sua natureza com o processo revolucionário, afirmou que essas acusações ignoram uma questão fundamental que é a da base social de apoio do seu partido.

S. C. - Bem, eu referia-me a isso, a propósito das afirmações do dr. Mário Soares de que não seríamos um partido social-democrático. Quem normalmente nos

acusa de não estarmos com o processo revolucionário não se preocupa com esse tipo de argumentos; recorre a outros, mais estereotipados e menos imaginativos, que no fundo são a reprodução dos argumentos constantes do arsenal comunista - quem não está com os comunistas é contra-revolucionário.

EXP. - Defende, portanto, que a base social de apoio do PPD legitima o partido como força social-democrática?

S. C. - Concerteza. A nossa curva eleitoral acompanha de perto a nossa penetração nos sectores trabalhadores, e isso já diz muito quanto à nossa base social de apoio. Por outro lado, num país como o nosso, em que o operariado industrial é praticamente igual, em percentagem, ao sector dos trabalhadores rurais e ao dos empregados por conta outrém do sector terciário, ou seja funcionários e empregados por conta de outrém, uma social-democracia não pode basear-se apenas no operariado industrial. Nós temos muitos operários entre os nossos militantes. Temos também pequenos agricultores, pequenos comerciantes e funcionários. O nosso problema é que a esquerda constrói um país imaginário, em que o operariado industrial constituiria uma larga classe, organizada e politizada. Esse não é o país real, a nossa base social de apoio não difere, por exemplo, da do PS.

Já no plano eleitoral existem diferenças, mas essas jogam contra o PS. Como se sabe, o voto tático das classes conservadores foi dado ao PS e não ao PPD. Só isso, afinal, explica que o PS tenha ganho as eleições em zonas de predominância conservadora ou burguesa; na Lapa, na Estrela, em Cascais, em Lisboa. O PS parece esquecido disso. E é sintomático que, na entrevista ao EXPRESSO, o dr. Mário Soares tenha falado tanto do PPD e tão pouco do seu próprio Partido.

A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

EXP. - Vamos voltar ao VI Governo. Este defronta-se neste momento, com os problemas criados pela independência de Angola. Por outro lado, a posição a tomar pelo Estado português face ao Estado angolano (reconhecimento ou não do Governo de Luanda formado sob a égide do MPLA) parece estar a provocar divisões a nível das instâncias político-militares. Qual a posição do seu partido?

S.C. - O problema com que o VI Governo se defronta é mais o das consequências da independência do que o da própria independência. Efectivamente, a questão da descolonização nunca disse respeito ao governo, mas sim à Comissão de Descolonização. A descolonização esteve sempre à margem dos sucessivos Governos Provisórios. Quanto às pretensas divisões nos órgãos do poder sobre o reconhecimento do Governo de Luanda, o que houve foi uma intensa especulação criada por certos órgãos de informação politicamente caracterizados, com o objectivo de, depois de derrotada a tese do reconhecimento do Governo formado pelo MPLA, ressuscita a questão com intuítos de agitação política. O que é lamentável é que o que sobre isto tenho visto no "Diário de Notícias", no "O Século" e no "Diário de Lisboa" parece resultar de inconfidências daquilo que foi discutido no Conselho de Ministros e no Conselho da Revolução. O que consta, no tocante à posição do Conselho e de alguns ministros, é inexacto. Mesmo depois da independência de Angola, as relações com os novos Estados africanos de língua portuguesa e a orientação de toda a política externa dependem da sanção do Conselho da

Revolução, de acordo com o disposto no Pacto MFA-Partidos. Quanto às divisões dentro dos dois órgãos, elas tão pouco existem. Ambos decidiram não reconhecer o Governo de Luanda, o que de resto está de harmonia com os princípios de direito internacional e com os nossos interesses.

EXP. - Quer dizer que é especulativa a notícia dada por alguns jornais de que o PS e o PPD teriam exercido pressão, ameaçando retirar-se do VI Governo se o governo de Luanda fosse reconhecido?

S. C. - Os dois partidos não fizeram qualquer pressão. Limitaram--se a enunciar a sua posição, já que ela lhes fora expressamente pedida. De resto, a decisão última pertencia ao Conselho da Revolução, como sabe.

Mas há um ponto que convém esclarecer; gerou-se a ideia de que talvez ainda fosse possível reconhecer o Governo do MPLA, o que quanto a mim demonstra bem o empenho que nisso tinham o PC e seus aliados, apesar das sucessivas derrotas militares do MPLA. Mesmo assim, punham-se nisso um especial empenho, o que obedece à estratégia da URSS.

AS RELAÇÕES COM A UNITA

EXP. - No caso do PPD, insiste-se habitualmente na ideia de que as simpatias do seu partido iriam para outro movimento: a UNITA. Nota-se mesmo que esse foi o único movimento representado no congresso da JSD. Existem - ou existiram alguma vez - relações privilegiadas do PPD com a UNITA?

S.C. - "Não temos relações privilegiadas com nenhum dos três movimentos. O que interessa é o bem do povo angolano, e que ele encontre rapidamente o caminho da democracia e da paz.

Quanto à presença da UNITA no Congresso da JSD, creio que outros movimentos também foram convidados, mas não compareceram.

EXP. - E o caminho da paz e da democracia estaria na aplicação dos Acordos do Alvor?

S.C. - Exacto. Só na base do entendimento entre os três movimentos seria possível encontrar esse caminho.

JORNAIS E INFORMAÇÃO

EXP. - Referiu-se já, de passagem, ao problema da informação...

S. C. - Sim, mas aí há que distinguir entre os jornais de Lisboa e os do Porto, principalmente os matutinos. Os jornais do Porto revelam, efectivamente, uma isenção e uma capacidade informativa muito superiores à dos jornais de Lisboa. Nos últimos tempos, entretanto, a melhoria foi sensível e hoje considero os três jornais do Porto como os melhores jornais portugueses.

EXP. - E quanto à imprensa de Lisboa não houve qualquer alteração que considere positiva?

S.C. - Não, não houve qualquer alteração positiva.

EXP. - Mas houve modificações. Pelo menos dentro do conceito de pluralismo que o PPD defende, existe hoje uma maior diversificação...

S.C. - Há sobretudo mais jornais...

EXP: - E é mau que assim seja?

S. C. - Há jornais novos, o que permite uma maior diversidade de opiniões. Isso é evidente. Mas no que se refere à imprensa de Lisboa, principalmente a matutina, creio que está cada vez mais sectária e empenhada numa campanha partidária de derrube do VI Governo.

EXP. - Mas quanto ao aparecimento desses novos jornais, pensa que há uma capacidade de absorção desses jornais?

S. C. - Não, eu creio que há jornais a mais, e a grande maioria deles vende-se muito mal. O aparecimento de novos jornais foi uma reacção quanto à parcialidade dos jornais já existentes. É evidente que os novos jornais têm também uma posição política mais ou menos definida. Mais "A Luta" que o "Jornal Novo". Simplesmente são mais bem feitos e informativos que os outros.

Na situação actual, a imprensa estatizada custa ao povo português meio milhão de contos por ano. Penso que a solução estaria em entregar os jornais viáveis a cooperativas dos trabalhadores e encerrar os inviáveis.

DE VON HASSEL E CEAUSESCU

EXP. - O PPD tem relações muito diversificadas. Teve contactos, por exemplo, com o sr. Von Hassel, Presidente da União Europeia das Democracias Cristãs, e com o sr. Ceausescu, Presidente da República Socialista da Roménia. Ao que se sabe, um e outro fizeram referências positivas ao seu partido, e o sr. Von Hassel manifestou mesmo o desejo de intensificar as relações da sua organização com o PPD...

S.C. - O PPD é um partido democrático, aberto a contactos com todas as organizações democráticas nacionais e estrangeiras. Como partido social-democrata, privilegia, evidentemente, as relações com outros partidos sociais-democratas; tivemos relações com Bruno Kreisky, com Willy Brandt. O PPD não tem relações, a nível de partido, com a UEDC. Tive no entanto oportunidade de ter contacto com o sr. Von Hassel, a nível informal, e apreciei as suas qualidades humanas e políticas.

Com o presidente Ceausescu, foi isso também que aconteceu. As referências positivas que o presidente Ceausescu nos fez, demonstram apenas que ele, ao contrário de alguns dos nossos chefes políticos e militares, é uma pessoa experiente, com sentido político, que sabe apreciar e julgar com exactidão. Foi verdadeiramente sintomático que o general Otelo, ao avistar-se com Ceausescu depois da minha entrevista com o Presidente Romeno, tenha feito voluntariamente a sua autocrítica, em relação a posições que ele e outros camaradas seus têm assumido relativamente ao PPD. O general Otelo explicou que o Presidente Ceausescu lhe afirma estar convencido que o PPD é um partido de esquerda, integrado na via socializante, e empenhado na construção do socialismo, embora tendo deste uma perspectiva específica. Pode ser que muita gente tenha aprendido com o Presi-

dente Ceausescu. Se alguém achou as referências surpreendentemente boas é porque estava surpreendentemente mal informado.

A INTERNACIONAL SOCIALISTA

EXP. - Parece, no entanto, que a nível internacional, e particularmente no que se refere aos países da chamada "Europa Social-Democrática", os apoios e as simpatias vão quase exclusivamente para o PS. Parece-lhe que esses apoios se vão diversificar?

S. C. - Creio que sim. Não podemos, no entanto, deixar de ter em conta que o Partido Socialista está na Internacional Socialista, tal como outros partidos socialistas, juntamente com partidos sociais-democratas. Por outro lado, e fundamentalmente, há as relações que o dr. Mário Soares estabeleceu com dirigentes socialistas, quando esteve no estrangeiro. Isso possibilita ao dr. Mário Soares manter um quase exclusivo das relações com a Internacional Socialista e os partidos socialistas e sociais-democratas. Não é portanto, por não nos reconhecerem carácter social-democrata que esses partidos e organizações não nos apoiam - isto ao contrário de que afirma o dr. Mário Soares.

EXP. - Esta conversa decorre ao mesmo tempo que se está a processar uma manifestação dos operários da construção civil. O que há e o que não há, na sua opinião, de justo na actual greve da construção civil?

S.C. - Há dois factores a ter em consideração. Por um lado, o sector da construção civil depende, na sua maior parte e nas actuais circunstâncias, do Ministério do Equipamento Social - que tem um ministro comunista - através do Fundo de Fomento da Habitação, e esse Fundo está a seguir uma política que me parece muito pouco adequada à promoção da construção civil e à manutenção do trabalho dos operários e empregados do sector.

Por outro lado, o PCP lidera o processo reivindicativo dos trabalhadores da construção civil, exacerbando-o como nunca o fez durante os Governos de Vasco Gonçalves, e desencadeando através dele mais um ataque ao VI Governo Provisório, o que aliás foi tornado claro pelo comunicado do Ministério do Trabalho. Esta técnica não surpreende, sobretudo se tivermos em vista que uma das armas de que se utiliza a chamada "linha dura de Moscovo" é a das reivindicações constantes, da agitação política e social.

O teste das teses da "linha dura" está aqui a ensaiar-se; é a tomada violenta do poder que se experimenta, para ver se a crise actual do mundo ocidental possibilita o avanço revolucionário do comunismo ou o desaconselha. É nesse quadro que eu vejo a greve da construção civil. Parece-me que, uma vez mais, os trabalhadores estão a ser instrumentalizados pelo PCP, e serão altamente prejudicados com esse tipo de manobras.

GOVERNAR SEM O PCP

EXP. - Mas, nesse caso, se é efectivamente o PCP que controla estas movimentações, se é ele que cria este clima de agitação, será possível governar sem o PCP no Governo?

S. C. - Parece-me que o resultado lógico disto tudo seria outro. E a pergunta seria: é possível governar sem ser com um governo formado pelo PCP?

Porque, de facto, na oposição já ele está. Eu penso que é possível e necessário governar sem o PCP, porque me parece artificial a sua força e a sua capacidade de mobilização. Se o PCP não controlasse os órgãos de informação, se os sindicatos estivessem exclusivamente ao serviço dos trabalhadores, com um clima de liberdade indicai que reforçasse a verdadeira unidade dos sindicatos, se terminasse o clima de golpismo constante, de coação psicológica e por vezes mesmo física (como em alguns casos de ocupações no Alentejo), estou convencido de que a oposição do PCP não impediria a tarefa de um governo que tentasse salvar este país.

EXP. - Mas isso exige, na sua opinião, uma reformulação da estrutura sindical, o restabelecimento da disciplina militar e a saída do PCP do governo. Fica-nos, entre outras, esta pergunta: e o Pacto MFA-Partidos?

S.C. - O Pacto não impede a satisfação de nenhuma dessas condições.

EXP. - Mas a realização dessas condições exigirá a revisão do Pacto MFA-Partidos?

S.C. - Não necessariamente, embora eu creia que para a reconstrução do país é indispensável termos, quanto antes, um regime democrático. E o Pacto não consagra um regime democrático; consagra um regime de carácter predominantemente militar, que é incompatível com qualquer democracia. A questão da revisão, recentemente levantada, deverá no entanto ser resolvida entre o MFA e os partidos. Cláusulas como as respeitantes à eleição do Presidente da República, por exemplo, são francamente nocivas. De resto, se alguém violou o Pacto, não foram os partidos mas o MFA, com o Documento-guia ou o triunvirato...

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EXP. - Parece um facto que o general Costa Gomes constitui uma figura política extremamente influente em todo o desenvolvimento do processo revolucionário. O que é que pensa do Presidente da República?

S.C. - O Presidente da República é uma figura controversa que, a meu ver, tem grandes qualidades de inteligência e abundantes dotes diplomáticos. Não me parece que haja qualquer falta de respeito ao notar que eu gostaria que ele mostrasse mais energia e capacidade de decisão em algumas circunstâncias.

EXP. - Quanto à situação...

S. C. - Ou se faz já um confronto político-militar não sangrento e se encontra uma saída, ou se adia a solução para daqui a uns meses e, então, o confronto será sangrento.

EXP. - E entretanto o país resvala para a direita?

S.C. - Entretanto, o país vai ao fundo...

EXP. - Que é uma forma de dizer que vai para a direita...

S.C. - Exacto. As atitudes pseudo-revolucionárias abrem o caminho à direita - e é isso que nós não queremos.

1.2.11. Entrevista ao "Diário Popular" - 18/11/75

Desde que Francisco Sá Carneiro reassumiu as funções de secretário-geral, o P.P.D. tem vindo a afirmar mais declaradamente a intenção de ocupar a posição que lhe pertence na vida política portuguesa. Contestado por alguns, admirado por outros, Sá Carneiro é, indiscutivelmente, uma figura importante de um partido importante de um país que se pretende democrático e livre.

Entendemos, portanto, colocar Francisco Sá Carneiro perante algumas questões que, em nossa opinião, o povo português gostaria de ver esclarecidas, não apenas em relação ao partido que temos mas também ao país que somos.

E, assim, numa altura em que a crise, uma vez mais, parece agudizar-se, conversámos com o secretário-geral do P.P.D....

- Como encara o P. P. D., neste momento, a viabilidade de uma social-democracia em Portugal, dada a actual situação económica e política do País?

- Parece-me necessário definir previamente o que se entende por "viabilidade de uma social-democracia em Portugal".

Não há regimes sociais-democratas tal como existem regimes fascistas ou comunistas. E isto por uma razão simples - é que a social-democracia não é um movimento totalitário, antes visa a construção do socialismo com o pleno respeito pela Democracia e pelos Direitos Fundamentais do Homem. Por isso, aceita desenvolver a sua acção no quadro de um regime democrático, coexistente com as mais forças políticas, apenas exigindo delas um rigoroso respeito pelas regras do jogo democrático.

Como tal, ao interrogarmo-nos sobre a viabilidade de uma social-democracia em Portugal somos conduzidos a duas questões fulcrais:

- Será que a acção dos partidos democráticos torna viável evitar a opção fascismo ou comunismo, através de uma ordem democrática?

- Que lugar poderá ter na vida portuguesa um partido social-democrata?

Portugal é hoje um país com a estrutura económica em desagregação, devido à fragilidade própria das economias dos países da periferia do mundo industrializado, agravado pela incompetência e irresponsabilidade dos Governos provisórios presididos por Vasco Gonçalves, e pela acção deletéria do Partido Comunista Português, seus satélites e estruturas paralelas. Fomos conduzidos a uma situação caracterizada por:

- um forte decréscimo do produto interno, em termos reais;

- um forte decréscimo do investimento;

- ausência de centros de decisão económica, dinâmicos e eficientes e fuga de quadros;
- desemprego maciço que já ultrapassa os 10 por cento da população activa;
- grande desequilíbrio da balança de pagamentos, acarretando quase o esgotamento da reserva de divisas. Há que ter consciência que o bem-estar material do povo português está seriamente ameaçado. Não é apenas uma simples descida do nível de vida que está em causa: corremos o risco de vir a passar fome já no próximo ano.

"ESTÃO A CRIAR-SE AS CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA BASE SOCIAL DE APOIO A UM REGIME AUTORITÁRIO DE DIREITA"

- Portugal é hoje um país onde não existe autoridade do Estado, nem legalidade democrática - afirma-nos, seguidamente, o Dr. Sá Carneiro. - A indisciplina grassa no seio das Forças Armadas com o apoio do Partido Comunista e da extrema esquerda, e com a conivência de certos chefes militares. As ordens do Governo e do Conselho da Revolução não são cumpridas. A lei é ignorada. As milícias armadas surgem um pouco por todo o lado. As ocupações selvagens e os roubos multiplicam-se. O Estado deixou de controlar e neutralizar os conflitos sociais, arbitrando-os no quadro de uma legalidade democrática. As forças sociais começam a afrontar-se livremente, prenunciando uma confrontação civil.

Estão, pois, a criar-se as condições para o desenvolvimento da base social de apoio a um regime autoritário de direita. Por culpa de quem? Por culpa de minorias militares e comunistas que procuram impor ao povo português uma via que ele não desejava, que deliberadamente contribuíram para a agudização da crise económica, que atacam ferozmente todas as tentativas de estruturação de uma ordem democrática.

Mas o povo português não deseja uma nova ditadura. E tem-no provado com o apoio maciço aos partidos autenticamente democráticos e ao VI Governo, apesar de todas as provocações e da propaganda maciça veiculada por grupos minoritários através dos órgãos de comunicação social. Cabe ao Conselho da Revolução, ao Governo e aos partidos democráticos o estrito dever de assumirem as suas responsabilidades históricas, restaurando a autoridade no País, obrigando as minorias a sujeitarem-se à vontade da maioria, efectivando na prática o Programa do VI Governo, única saída democrática para a grave crise que o País atravessa.

- Pode concretizar a questão?

- Vamos supor que o VI Governo consegue estabilizar a situação. Que influência pode um partido social-democrata como o P.P.D. ter na vida política portuguesa? Que apoio pode ter na população portuguesa um projecto visando a transformação da sociedade de forma a que o poder de decisão sobre a produção e a distribuição seja colocado nas mãos da nação inteira, a emancipação de todos os cidadãos da dependência de grupos de poder de qualquer espécie que fujam ao seu controlo e a substituição de uma ordem social baseada nas classes por uma comunidade de pessoas participantes com base na liberdade e na igualdade? A

resposta cabe ao povo português através da sua participação democrática na vida política. Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, a grande adesão popular às manifestações de massa promovidas pelo P.P.D. são desde já um indicador significativo.

Há muito quem procure atacar a social-democracia, quer considerando-a como uma forma de manutenção das estruturas capitalistas quer afirmando peremptoriamente que a social-democracia não é possível em Portugal. Analisemos cada uma destas teses de "per si".

Quem define a social-democracia como uma forma de capitalismo fá-lo sempre em nome do impropriamente chamado socialismo científico, dogmatização petrificada da obra de Marx. É à luz desse pensamento que se diz que nos países de governo social-democrata, como continua a haver propriedade privada dos meios de produção, não se caminha para o socialismo, antes se mantém sob nova capa o capitalismo.

Mas o socialismo não se deixa espartilhar no modelo soviético ou em qualquer outro. Ele não implica necessariamente a apropriação colectiva de todos os meios de produção e de troca, nem tão-pouco a construção da sociedade sem classes mediante tal colectivização, realizada ou não sob a ditadura do proletariado.

O P.S. QUE "OUSE PARECER O QUE É"

- Quais são, portanto, os objectivos da social-democracia?

- A social-democracia pretende ampliar a liberdade dos cidadãos, através da transformação da sociedade, salvaguardando as liberdades civis e removendo os obstáculos económicos e sociais à liberdade do Homem.

A social-democracia procura a igualdade como forma de dignificação de todos os homens. Igualdade na distribuição da propriedade, rendimentos e poderes mas também no acesso à educação e à cultura. A luta pela igualdade tem em vista a supressão de toda a espécie de distinções de classes, sejam elas económicas, sociais ou culturais.

A social-democracia defende convictamente a democracia dos abusos do poder e aspirações ditatoriais. E procura dar-lhe um conteúdo real, fomentando a participação de todos na transformação da sociedade.

A social-democracia pretende que a ideia de solidariedade domine todo o desenvolvimento social. A solidariedade exige uma autêntica compreensão das condições mútuas. A solidariedade é o fundamento da segurança a que todo o ser humano tem direito e do sentido de comunidade que deve caracterizar qualquer sociedade.

A social-democracia identifica-se historicamente com o socialismo democrático, expressão equivalente e frequentemente empregue nos programas dos partidos sociais-democratas.

Há quem diga que a social-democracia não é possível em Portugal ou mesmo que não há sociais-democratas em Portugal. Parece-nos que há efectivamente sociais-

democratas no nosso país e que a sua importância na vida política apenas depende do próprio Povo Português.

Mas a objecção vai mais fundo: afirma-se que o socialismo democrático em Portugal está corporizado no Partido Socialista. Não negamos o carácter democrático ao P.S. mas temos alguma dificuldade em descortinar claramente qual o seu projecto político. E isso resulta da sua ambiguidade, pois, ao mesmo tempo que procura definir-se doutrinalmente como um partido marxista e anti-social-democrata, segue uma prática social-democrata. Ao P.S., e para um melhor esclarecimento do Povo Português, sugerimos, tal como Berns-tein aos seus camaradas do Partido Social-Democrata Alemão nos finais do século passado, que "ouse parecer o que é".

"DEFENDEMOS CONVICTAMENTE A SAÍDA DO P.C.P. DO GOVERNO"

- Qual é a posição do P.P.D. perante o VI Governo Provisório?

- O P.P.D. apoia o VI Governo e o seu Programa, sem hesitações nem tibiezas. Está com ele por inteiro e não em função da sua representatividade no Governo.

O apoio do P.P.D. ao VI Governo fundamenta-se em três ordens de razões, a saber:

- O VI Governo é muito provavelmente a última alternativa democrática de esquerda; para além dele só discernimos, a curto prazo, a guerra civil e a institucionalização de uma ditadura pelo vencedor.

- O VI Governo tem um programa compatível com o Programa do P.P.D. e que aparece como uma forma satisfatória de resolução da crise actual.

- O VI Governo foi constituído com base na representatividade eleitoral dos vários partidos.

Defendemos convictamente a saída do P.C.P. do Governo, face a sua atitude de declarada oposição à acção por ele desenvolvida em todos os sectores da vida nacional. Não se pode ser ao mesmo tempo um partido do Governo e um partido de Oposição, por muitos malabarismos que se façam. Temos alguma dificuldade em compreender a atitude do Partido Socialista que, partilhando a nossa análise quanto à atitude do Partido Comunista face ao VI Governo, se recusa a tirar daí as devidas ilações.

"À ESTRATÉGIA TOTALITÁRIA DO P.C.P. REAGIRAM CORAJOSAMENTE OS PARTIDOS DEMOCRÁTICOS E O POVO PORTUGUÊS"

- Como reagiria o P.P.D. a uma plataforma de entendimento entre forças de esquerda, como alternativa ao actual Governo?

- Essa hipótese aparece-nos, neste momento bastante remota face à actual relação de forças político-militares e às profundas divergências entre o P.S. e o P.C.P., demonstradas à saciedade no frente-a-frente na Televisão.

Seria aliás de estranhar que um partido democrático como o Partido Socialista aceitasse uma aliança de Governo com um partido claramente anti-democrático

como é o Partido Comunista Português, ainda excessivamente apegado à tradição estalinista.

De toda a maneira, a atitude do Partido Popular Democrático face a um Governo P.S./P.C, seria de clara oposição, adequando os métodos de actuação em função do maior ou menor respeito pelas regras democráticas, demonstrado por tal Governo.

- A que atribui a crescente tomada de posição anti-P.C.P. (e anticomunista, de um modo geral) por parte do P.P.D. ?

- Acreditei, logo após o 25 de Abril, que era possível, no Governo, a colaboração com os comunistas, que se apresentavam como partido respeitador dos direitos e liberdades fundamentais, das regras democráticas, do pluralismo político a todos os níveis, dentro do quadro do Programa do M.F.A. por todos aceite.

Hoje é bem patente que o P.C.P. procedeu e procede de maneira inteiramente oposta. Surgindo como um partido fortemente estruturado e disciplinado, dispondo de importantes meios financeiros, o P.C.P. seguiu uma estratégia golpista, assente nos seguintes objectivos:

- controlo do aparelho militar, através do M.F.A.;
- controlo da administração pública e das autarquias locais, com o prestimoso auxílio do seu satélite M.D.P./C.D.E.;
- controlo dos sindicatos, através da Intersindical;
- controlo dos meios de comunicação social;
- controlo da economia, através de nacionalizações sucessivas a coberto do 11 de Março.

Enfim o controlo, controlo, controlo, uma maquina totalitária em movimento disposta a trucidar, por qualquer meio, todas as resistências que lhe surgissem. Caminhávamos inexoravelmente para uma férrea ditadura comunista na mais pura tradição estalinista.

Mas os objectivos do Partido Comunista não eram apenas de carácter nacional. Enquadravam-se na estratégia global da União Soviética, visando o reforço das suas posições no Sul da Europa e em África. Se é verdade que certos partidos comunistas da Europa Ocidental tomam posições claramente críticas e independentes em relação a Moscovo, não é menos verdade que o Partido Comunista Português é um atento e venerador seguidor do P.C.U.S. E convém tirar daí as necessárias consequências.

À estratégia totalitária do P.C.P. reagiram corajosamente os partidos democráticos e o povo português. Começando na luta contra a unicidade sindical, passando pela grande vitória que foram as eleições para a Assembleia Constituinte, e culminando na queda do V Governo Provisório, deram-se os passos necessários para a formação de um Governo que respeitasse efectivamente a vontade do povo português.

Na sequência lógica da sua orientação antidemocrática, o Partido Comunista procura agora derrubar o Governo. Para isso criou os S.U.Vs., para destruírem por dentro o que resta das Forças Armadas. Vai fomentando artificialmente conflitos de trabalho que agudizam as tensões sociais. Utiliza os meios de Informação sob o seu controlo para lançar uma torrente de ataques e injúrias ao VI Governo e aos seus membros. Com isso está no fundo a abrir o caminho à direita contra-revolucionária.

É face a esta oposição sectária e cega ao VI Governo que temos criticado crescentemente o Partido Comunista Português.

Somos seguramente anti-P.C.P., não somos anticomunistas. Discordamos doutrinariamente do marxismo e, sobretudo, da sua versão leninista, mas aceitamos no seio duma sociedade democrática a coexistência de todos os partidos que acatem as regras democráticas.

Parece-nos profundamente incongruente a acusação de fazermos anticomunismo que nos é lançada pelo Partido Socialista e pelo seu secretário-geral. Sobretudo quando exactamente as mesmas críticas que dirigimos ao P.C.P. são perfilhadas, publicamente, pelo Partido Socialista. Necessidade de demarcação para fins eleitorais ou de equilíbrio interno? Deixemos a questão.

"O MANEQUEÍSMO POLÍTICO CONDUZ SEMPRE AO TOTALITARISMO"

- O P.P.D. é frequentemente chamado de "partido da direita" e "partido fascista". Como justifica ou a que atribui tais acusações?

- Este tipo de afirmações é fruto de uma mentalidade maniqueísta, em tudo idêntica aos quadros mentais dos dirigentes mais convictos do regime de Salazar. Quem não é por nós é contra nós. Quem não concorda connosco é fascista e direitista.

Devemos ter a plena consciência que este estilo de acusações inventivas é o pior inimigo da democracia, que só pode existir se houver tolerância e diálogo entre os cidadãos. O maniqueísmo político conduz sempre ao totalitarismo.

Claro que quem nos apoda de "partido da direita" e "partido fascista" tem um objectivo muito concreto: marginalizar-nos e liquidar-nos politicamente para mais facilmente poder alcançar o Poder. É a conhecida tática do "sálami", utilizada pelos partidos comunistas da Europa Ocidental a seguir à guerra, para aniquilar os seus adversários.

"SÓ O SUFRÁGIO UNIVERSAL E SECRETO PODE ASSEGURAR A LIVRE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS"

- Qual é a posição do P.P.D. em relação ao poder popular?

- A ideia de poder popular está hoje em Portugal estreitamente associada ao Documento-Guia sobre a Aliança Povo/M.F.A., aprovada na generalidade na Assembleia do M.F.A. de 9 de Julho de 1975.

O P.P.D. desde logo se opôs ao teor desse documento. De facto, uma estrutura vertical de assembleias ditas populares seria antidemocrática por duas ordens de razões:

Em primeiro lugar porque as eleições nas bases não assentariam na participação livre de todos os cidadãos. Só o sufrágio universal e secreto pode assegurar essa participação livre, evitando que as coacções de minorias activistas possam constituir prática dominante.

Em segundo lugar porque nas eleições das sucessivas assembleias ditas populares, não haveria participação directa da verdadeira vontade popular, uma vez que cada assembleia elegeria uma outra, distanciando-se cada vez mais as cúpulas das suas correias de transmissão, prestando-se às manobras e filtragens que orientariam a composição e a ideologia da assembleia de vértice.

Tal sistema, a ser estabelecido, entraria em confronto aberto com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que é texto constitucional essencial nos termos do Programa do M.F.A.

O esquema proposto pelo Documento-Guia marginalizaria claramente o estatuto e a acção dos partidos políticos, na medida em que nas estruturas indicadas não lhes cabe qualquer papel e em que nas eleições das assembleias de base é suposto um apartidarismo inexistente na prática.

Como o comprova a experiência histórica, não é possível a construção democrática de uma sociedade sem a apresentação de diferentes projectos políticos, apresentados à escolha popular, papel esse próprio dos partidos.

Um último ponto que convém referir: a estrutura prevista no Documento-Guia corresponderia à substituição da democracia por estruturas paralelas de tipo corporativista cupulista, que impediria uma acção governativa coerente e eficaz na resolução dos graves problemas económicos e sociais com que se debate o País, abrindo o caminho a um golpe de direita.

"O P.P.D. LUTARÁ SEMPRE CONTRA QUALQUER DITADURA"

- Se tivesse de optar entre uma ditadura de direita e uma ditadura de esquerda neste momento em Portugal, como hipóteses possíveis de evolução da crise que o País atravessa, qual seria a posição do P.P.D. ?

- A pergunta parece-me completamente descabida. Uma das características das ditaduras é não aceitarem os partidos políticos. O P.P.D. como partido democrático lutará sempre contra qualquer ditadura qualquer que seja a sua orientação.

- Que pensa do M.D.L.P. e do E.L.P. e como os enquadra na realidade política portuguesa?

- Há da parte de certos grupos de militares, derrotados em África, a tendência para se identificarem com o vencedor. Daí a tentativa de caracterizar o M.F.A. como um movimento de libertação e a apresentação de movimentos de direita como o M.D.L.P. e o E.L.P. como movimentos de libertação.

Ora eu penso que os portugueses mostraram bem o que sabem e podem fazer, sem necessidade de serem objecto de movimentos de libertação de qualquer sinal. Provaram-no nas eleições. Confirmaram-no depois reagindo espontaneamente e desarmados contra a tentativa de colonização das minorias.

Assim demonstraram saber usar da liberdade que lhes foi restituída, na linha de uma independência secular, sem necessidade de tutelas paternalistas de esquerda ou de direita.

1.2.12. Entrevista "A Capital" - 18/11/75

Manifestando a sua convicção na continuidade governativa do Gabinete chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo "até porque foi o único Governo constituído na base de um programa que mereceu a aceitação de representantes da esmagadora maioria do eleitorado português", o secretário-geral do Partido Popular Democrático, dr. Francisco Sá Carneiro, admite, contudo, a necessidade de virem a ser afastadas algumas individualidades militares que ocupam posições de comando "porque não se pode manter a actual situação de vermos em altos comandos militares pessoas que, de facto, estão contra o VI Governo e contra o cumprimento do seu programa".

Efectivamente, em entrevista concedida a "A Capital" o dr. Sá Carneiro analisou a actual situação política que o País vive, tendo em conta não só o papel desempenhado pelas Forças Armadas, mas sobretudo a acção que deve ser confiada aos partidos políticos na condução do processo revolucionário. É ainda, nesta perspectiva, que o secretário-geral do P.P.D. sublinha a mutação que considera ter-se dado a nível de Poder, quanto à aceitação da via social-democrata, inicialmente rejeitada não só pelo actual chefe do Governo em declarações públicas feitas no próprio acto de posse do elenco ministerial, como ainda nos sectores militares, nomeadamente no que respeita ao Conselho da Revolução.

- Efectivamente - reconheceu o secretário-geral do Partido Popular Democrático -, no discurso de posse do VI Governo Provisório, houve alusões desfavoráveis à social-democracia e isso motivou que na conferência de Imprensa que eu dei, antes de reassumir as funções de secretário-geral do partido, respondesse a esses ataques; aproveitei a ocasião para fazer algumas precisões acerca da social-democracia. Essa conferência de Imprensa foi agora publicada com algumas entrevistas.

Após esta alusão iniciais a certas manifestações oficiais de recusa, em relação à via proposta pelo P.P.D., Sá Carneiro especificou:

- Mantenho, inteiramente, aquilo que disse. Noto, com satisfação, que houve da parte do Primeiro-Ministro e de várias autoridades civis e militares, uma evolução quanto à aceitação da social-democracia. O Porto foi já, por aquilo que se passou e por aquilo que o almirante Pinheiro de Azevedo disse, um acolhimento da posição social-democrata do nosso partido, que se confirmou em Faro e aqui em Lisboa. E estou convencido que, hoje, o Primeiro-Ministro não faria as mesmas

afirmações que fez no discurso de posse porque há uma melhor compreensão do que é a social-democracia.

O QUE É A SOCIAL-DEMOCRACIA

Apontada em certos sectores como de vocação direitista, o que, segundo o dr. Sá Carneiro não corresponde à realidade, a social-democracia oferece, no entanto, figurinos diversos, segundo as latitudes. É nesse leque político que o próprio sistema oferece, que estaria a origem de uma certa conclusão dominante:

- É aí, a meu ver, que se radicam os ataques que lhe são feitos - salientou o secretário-geral do P.P.D. Identifica-se a social-democracia com determinados tipos de sociedade como, por exemplo, a que vigora na Alemanha ou na Suécia. Ora a social-democracia é um sistema político que coincide com o socialismo democrático. Esse sistema político tem sido traduzido em formas de Governo, em formas de sociedade que não realizam integralmente o socialismo.

É esta contradição aparente em relação ao objectivo final da Revolução que o dr. Sá Carneiro explica:

- Nós não pretendemos reproduzir aqui, modelos sociais e económicos alheios. Mas é evidente que nos identificamos com a social-democracia como sistema político coincidente com o socialismo democrático. Não há uma forma de sociedade social-democrata. Há várias experiências de socialismo democrático que se traduzem em formas diversas de organização de sociedades. A social-democracia sueca não é igual à alemã e nenhuma delas é igual à austríaca, só para citar três casos.

Ao argumento contraditório do jornalista de que em qualquer desses três tipos de sociedade se não observa a existência de um sistema socialista, como se pretende para Portugal, o dr. Sá Carneiro contrapõe:

- É certo que essas sociedades não avançaram ainda, totalmente, a caminho do socialismo. Mas também é certo que, em boa parte, se o não fizeram é porque os trabalhadores não querem. Nos regimes sociais-democratas - acrescentou - os trabalhadores têm melhor situação, mais poder e maior participação do que nos regimes ditos socialistas dos países do Leste. A condução do processo e a evolução para o socialismo depende, nas sociais-democracias, do voto do povo e nele têm peso preponderante as classes trabalhadoras. Depende, além disso, dos meios de actuação das classes trabalhadoras que nas sociais-democracias são muito fortes. É isso que temos de ter em consideração e é isso que está muito esquecido. Vai-se compreendendo, felizmente, hoje melhor do que há dois meses, o que é a social-democracia e, portanto, o que é a posição do Partido Popular Democrático.

É em reforço desta tese que o dr. Sá Carneiro prossegue, invocando outros testemunhos:

- Além das declarações, além dos discursos e das manifestações que lhe falei, há, por exemplo, que ter em conta, as recentes declarações do capitão Vasco Lourenço e do capitão Sousa e Castro, bem como a autocritica feita pelo general

Otelo, depois de falar com o Presidente Ceausescu. Ele disse então, que o Presidente Ceausescu, tendo feito um estudo dos partidos políticos portugueses e, depois da conversa que teve com os dirigentes do Partido Popular Democrático, não tinha dúvidas de que o P.P.D. não era, de modo algum, um partido de direita; é um partido com uma posição de esquerda, com a sua visão própria do socialismo mas empenhado na construção desse socialismo, cabendo perfeitamente na via socializante da Revolução portuguesa.

- Isso é, efectivamente assim - salienta o dr. Sá Carneiro - e agrada-me verificar que no último mês se multiplicaram as declarações dos responsáveis militares compreendendo o que é, de facto, o Partido Popular Democrático e a social-democracia.

Como quer que seja, a verdade é que à social-democracia foi rejeitada a possibilidade de poder vir a assumir a direcção do processo revolucionário, sem que até hoje, tal posição tenha sofrido qualquer alteração por via de declaração formal a nível oficial. O próprio Sá Carneiro, implicitamente, reconhece tal situação, embora por uma óptica mais optimista:

- Eu propus uma reunião com o Conselho da Revolução, precisamente para discutirmos da social-democracia e da sua integração na construção do socialismo. Até agora não tive resposta a esse pedido formal, embora verbal, que formulei como secretário-geral do partido. Talvez que o Conselho da Revolução venha a entender, dada a recente evolução e as declarações de membros seus, que nem será necessária a reunião, mas nessa altura, seria bom que o dissesse e que tomasse uma posição face à social-democracia e ao Partido Popular Democrático.

P.P.D.: SOCIAL-DEMOCRACIA OU PARTIDO LIBERAL?

A verdade é que se os militares rejeitaram, de início, a social-democracia como via para a construção do socialismo português, noutros sectores da vida política, nomeadamente no campo socialista se nega, inclusivamente ao P.P.D. a qualificação de partido social-democrata, atribuindo-se-lhe antes uma posição de partido caracterizadamente liberal. À acusação socialista formulada pelo dr. Mário Soares, replica o secretário-geral do Partido Popular Democrático:

- Creio que, com toda a cordialidade e consideração que tenho inegavelmente pelo dr. Mário Soares, há que apontar alguma incoerência.

O dr. Sá Carneiro concretiza, a seguir, o seu pensamento:

- De início, pouco depois do 25 de Abril, os responsáveis do Partido Socialista e em especial o dr. Mário Soares, classificavam-nos como partido liberal. Tive ocasião de me referir a isso numa das nossas primeiras conferências de Imprensa e de demonstrar que a qualificação era errada. Surgiu, depois, o nosso programa, claramente social-democrata e a nossa prática política também claramente social-democrata. E, sobretudo, a partir do 28 de Setembro, o dr. Mário Soares não teve dúvidas em declarar várias vezes, que éramos, efectivamente, o partido social-democrata português.

Prosseguindo na análise do comportamento do P.S., e dos seus dirigentes, frisou o dr. Sá Carneiro:

- O Partido Socialista rejeita expressamente a social-democracia, tem atacado mesmo os regimes sociais-democratas. Fê-lo, recentemente, na Assembleia Constituinte, visando especialmente a social--democracia alemã e a social-democracia sueca; foi reconhecendo que o único partido social-democrata português era o Partido Popular Democrático.

Continuando o desenvolvimento do tema em questão, disse, a seguir, o secretário-geral do P.P.D.:

- Surge, inopinadamente, uma viragem; tanto na Assembleia Constituinte como na entrevista dada ao "Expresso" volta-se a qualificar o Partido Popular Democrático como liberal e a contestar o nosso carácter social-democrático. São as tais incoerências que não aceito - acentuou Sá Carneiro, observando:

- Eu creio que elas correspondem a andar um pouco ao sabor do vento. A situação política portuguesa é hoje muito diferente daquela que foi, depois do 28 de Setembro e depois do 11 de Março, e a sensação que dá é a de que o Partido Socialista, com estes ataques, procura ficar com o campo da social-democracia vago, para, não sendo embora social-democrata, defender em Portugal uma política social-democrata.

É à luz deste ponto de vista que o dr. Sá Carneiro desenvolve o seu raciocínio:

- Isto porque sendo a proposta social-democrata, em meu entender, e no entender duma grande percentagem do eleitorado, percentagem essa que, estou convencido, está constantemente a aumentar, a solução que mais convém a Portugal, qualquer partido que queira, efectivamente, governar e encaminhar o País para um progresso económico e social, em suma, humano, sem os sacrifícios e as injustiças derivadas de uma actuação revolucionária, tem de seguir uma política social-democrata.

Concretizando:

- Daí os ataques à social-democracia que o P.P.D. defende e o retomar da qualificação de liberal, que não tem pés nem cabeça. Eu estou convencido que seria muito mais útil que os dirigentes do Partido Socialista falassem do seu partido, do seu processo interno, que conhecem bem como é sua obrigação e do qual falam muito pouco, do que estarem a falar de um partido que não têm obrigação de conhecer e que têm demonstrado conhecer muito mal.

NÃO HÁ DEMOCRACIAS MILITARES

Definida, assim, com meridiana clareza, sob uma perspectiva social-democrata, o enquadramento do P.P.D. na vida política portuguesa e, simultaneamente esclarecidas certas obscuridades que se levantam entre dois partidos que, em certos aspectos, têm intimamente colaborado numa acção política que quase se diria comum por via de uma justaposição das respectivas linhas de actuação programática, pusemos ao dr. Sá Carneiro uma outra questão que surge, igualmente,

com teses muito semelhantes, quer no campo socialista quer no campo social-democrata: o regresso dos militares aos quartéis.

- O regresso aos quartéis é uma expressão vaga. Com impacto mas vaga - salienta o secretário-geral do P.P.D., sublinhando, de imediato:

- O que eu tenho defendido é que não há democracias militares. Qualquer democracia pressupõe a hegemonia de um poder civil. Se nisso não há democracia, o que significa que o poder político não pode estar entregue aos militares sob pena de, estando-o, não haver democracia.

É esta incompatibilidade entre a democracia e o poder político dos militares que leva o dr. Sá Carneiro a afirmar:

- Ora o esquema jurídico-político do Pacto Constitucional assinado entre o M.F.A. e os partidos políticos é o de concentração de todo o poder político no Conselho da Revolução, poder político de controlo e intervenção. E portanto daí, seguir-se-ia uma prática de ditadura militar.

Decorridos cerca de dezoito meses depois do Movimento de 25 de Abril e apesar dos militares continuarem a deter ainda o poder político que lhes adveio da acção de derrube do regime fascista, verdade é que, o País não se viu ainda dominado por qualquer atitude ditatorial, em termos absolutos. O dr. Sá Carneiro aponta, no entanto, as razões que explicam tal situação:

- Ela não tem surgido, sobretudo, por razões da realidade social e política e, também, porque os militares, a maioria dos membros das Forças Armadas têm tido o bom senso de reconhecer que o papel essencial, numa democracia, cabe aos partidos políticos como representantes do povo. Hoje parece claro que os partidos políticos são, de facto, o motor da política portuguesa e da Revolução que se quer institucionalizar como autêntica democracia.

Vinculado, porém, a um documento cuja revisão é agora apontada como necessária, pelo menos por duas formações políticas - o P.P.D. e o P.S. - qual será a posição do partido, admitindo a hipótese da outra parte outorgante vir a rejeitar tal revisão. A propósito, disse o dr. Sá Carneiro:

- Há um pacto assinado e o nosso partido cumprirá as obrigações e assumirá as responsabilidades que contraiu ao assinar esse pacto. A situação evoluiu e eu creio que serão os próprios membros das Forças Armadas e os partidos políticos em conjunto, que hão-de reconhecer que o pacto se não adapta já, às circunstâncias da vida portuguesa e à construção de uma democracia.

Explicitando:

- Prevê-se no pacto um período transitório de três a cinco anos. Eu suponho que Portugal necessita de encontrar já a sua democracia pluralista e estável, de um tipo de democracia ocidental que é o único que conhecemos como efectivamente democrático, respeitador dos direitos fundamentais das pessoas e da liberdade política. Isso poderá implicar, e a meu ver implicará, a revisão da situação criada pelo pacto constitucional.

Na sequência da análise feita às condições criadas pelo documento firmado entre partidos e os militares do M.F.A., sublinhou, depois, Sá Carneiro:

- Para além disso, o próprio esquema do pacto constitucional é, a meu ver, de funcionamento inviável. De facto, o pacto não tem funcionado, não tem sido posto em aplicação na sua plenitude. Tanto no que respeita aos órgãos do Poder e ao seu funcionamento, como no que se refere à eleição do Presidente da República, o pacto constitucional é, a meu ver, altamente contestável, por inconveniente à democracia portuguesa. Esse é um problema que terá de ser revisto, sendo certo que um deputado do Partido Socialista, o dr. Mário Sottomayor Cárdua, a semana passada na Assembleia Constituinte, já pôs frontalmente o problema do pacto, referindo, cito de memória, "que ele não serve a democracia, nem o socialismo, não servindo portanto o País".

E retomando a sua própria posição face ao problema da participação futura dos militares na vida política do País:

- Foi mais ou menos o que eu disse nas entrevistas que dei no fim de Agosto princípios de Setembro e que tanto escandalizou algumas pessoas. Agrada-me muito verificar que, mais uma vez, estou bem acompanhado nas posições que antecipadamente tomei. Espero que todo esse problema possa ser estudado em conjunto com representantes do M.F.A. e dos partidos políticos. Até porque a situação económico-financeira do País - acrescentou o Secretário-Geral do P.P.D., em reforço do seu pensamento - exposta com muita clareza pelo ministro Salgado Zenha, não consente que se espere três a cinco anos para termos em Portugal uma verdadeira democracia. Continuando:

- Como resulta, em parte da exposição do ministro das Finanças, a resolução do problema económico-financeiro passa também e passa essencialmente, pela solução do problema político-militar.

E depois:

- Eu entendo que o problema económico-financeiro português que é, no fundo, um problema da sobrevivência de Portugal, porque, como notava o dr. Salgado Zenha, estamos a atingir uma percentagem de "déficit" próxima daquela que foi atingida em 1928 e que deu lugar à ditadura, sendo em termos absolutos, o "déficit" orçamental deste ano, o maior da história portuguesa, só pode ser resolvido desde que tenhamos em Portugal uma democracia pluralista e estável. E até por isso é indispensável que a tenhamos e quanto antes.

TUTELA MILITAR AFASTADA A PARTIR DAS ELEIÇÕES

Não será difícil extrair das afirmações do dr. Sá Carneiro a ideia dominante de que os partidos políticos portugueses se acham prontos a responder às responsabilidades exigidas pelo processo revolucionário, relegando por essa via para plano secundário, o papel que as Forças Armadas podem vir, ainda, a desempenhar na caminhada para o socialismo, objectivo fundamental do movimento de 25 de Abril do ano passado:

- No fundo, a tutela militar ficou afastada a partir das eleições - declarou-nos a propósito, o secretário-geral do Partido Popular Democrático. - Os partidos puderam, depois das eleições, assumir as suas responsabilidades. As eleições - prosseguiu Sá Carneiro - foram um facto decisivo para a construção da democracia portuguesa e a sua influência é enorme. Estou, de facto, convicto que, depois das eleições de 25 de Abril de 1975, é aos partidos políticos que cabe o papel principal na condução da vida política portuguesa. As Forças Armadas terão, de certo, especialmente nos próximos anos, um papel a desempenhar na vida política portuguesa. Mas não o de motor principal na vida política portuguesa. Serão um conselheiro vigilante, mas é aos partidos políticos, como representantes do Povo, que cabe assumir as suas responsabilidades. E eu creio que, tanto o Partido Popular Democrático como o Partido Socialista já demonstraram estar prontos a fazê-lo e serem capazes de o fazer.

DISSÍDIO P.P.D.-P.C.P. NÃO COMPROMETE A PLATAFORMA

É neste contexto que, depois de considerar que "as eleições legislativas, no mais breve prazo, são fundamentais para a consolidação da democracia portuguesa", o dr. Sá Carneiro respondeu à "acusação" que o jornalista lhe fez de que o dissídio existente entre o P.P.D. e o P.C.P. tem vindo a comprometer a plataforma de acordo em que assentou a formação do Gabinete chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo:

- Discordo quando se afirma que tal dissídio compromete a plataforma que serviu de base à formação do VI Governo Provisório. É muito claro, e o almirante Pinheiro de Azevedo não deixou de o salientar no discurso em que apresentou o seu programa ao País, que o VI Governo Provisório não é um Governo de coligação. É um Governo de unidade nacional, centrado num programa aceite por todos os partidos. Não há, portanto, como na coligação, um entendimento, digamos, pessoal entre os partidos. Há neste Governo, tal como ele foi concebido e apresentado, um acordo básico, constituído pelo programa do VI Governo Provisório.

Posta assim a questão, no que respeita aos estritos limites da actividade governamental, Sá Carneiro apreciou mais detalhadamente o diferendo entre dois dos três partidos representados no Gabinete Pinheiro de Azevedo:

- O dissídio entre o P.C.P. e o P.P.D. não vem de hoje nem dos últimos tempos. O que se passou foi que, logo após a constituição do VI Governo Provisório, o Partido Comunista Português, como nunca aceitou plenamente este Governo, desencadeou um ataque sistemático ao nosso partido, visando com isso atacar o próprio Governo e o seu programa. Serviu-se do nosso partido como vítima expiatória dos ataques ao VI Governo Provisório e ao seu programa.

As estruturas do VI Governo Provisório e o comportamento diferenciado das formações políticas nele representadas, nomeadamente no que concerne à acção atribuída ao P.C.P. são, a seguir, objecto de apreciação do actual secretário-geral do Partido Popular Democrático:

- É cada vez mais claro que o Partido Comunista Português está em franca oposição ao VI Governo e ao seu programa. Nós sempre respondemos a esses

ataques, continuaremos a responder e continuaremos a denunciar o comportamento antidemocrático do Partido Comunista Português. Antidemocrático e anti-nacional - sublinhou o dr. Sá Carneiro, respondendo directamente à questão que lhe fora apresentada:

- Mas com isso não estamos a comprometer o cumprimento do programa, pelo contrário, estamos a procurar assegurar o cumprimento desse programa, cumprimento que não está a ser feito pela oposição cerrada que lhe faz o Partido Comunista Português. Portanto não é o diferendo que põe em causa o programa do VI Governo, pelo contrário: quem o põe em causa é o Partido Comunista Português.

P.C.P. É QUE FAZ ANTICOMUNISMO

Chegamos assim a um ponto inevitável. O confronto entre os dois partidos poderá então situar-se numa campanha de anticomunismo primário, segundo acusações que se fazem ao P.P.D. em certos sectores políticos, inclusivamente por parte dos seus parceiros governamentais, os socialistas? O dr. Sá Carneiro equaciona o tema:

- Isso refere o dr. Mário Soares na sua última entrevista. E eu acho muita graça porque, quando o Partido Socialista ataca o Partido Comunista, e ataca-o violentamente, e atacou-o frontalmente no último frente-a-frente com o dr. Álvaro Cunhal, entende que isso não é anticomunismo, é salvar a democracia; quando nós fazemos a mesma coisa, e fazemo-lo normalmente, com antecipação, então já não é salvar a democracia, é anticomunismo primário.

E prosseguiu o secretário-geral do P.P.D.:

- Isso não corresponde, efectivamente, a qualquer realidade. Não fazemos anticomunismo.

Depois desta afirmação, não se escusa o dr. Sá Carneiro a fazer, igualmente, acusações, a apontar as razões que, em seu entender, geram o sentimento anticomunista que se regista nalguns quadrantes políticos:

- Quem fez anticomunismo em Portugal foi, sobretudo, o Partido Comunista Português que, no 25 de Abril, era um partido respeitado pela sua luta contra a ditadura e que rapidamente se tornou num partido odioso ao povo português, pelo seu comportamento golpista e antidemocrático e pela sua acção destruidora das estruturas da nossa sociedade, da nossa economia, da nossa maneira tradicional de viver, do nosso povo; não é das elites, é do nosso povo, o povo das classes trabalhadoras. Foi por isso que o Partido Comunista Português se tornou odioso ao nosso povo. E aquilo que temos feito é apontar, claramente, as situações criadas pelo Partido Comunista e o seu comportamento antidemocrático. Fazemo-lo, precisamente, em nome da democracia e em nome do povo português, tal como o Partido Socialista o faz, ainda hoje e mais intensamente o fez na campanha eleitoral.

Apesar desta acusação o dr. Sá Carneiro não fecha, contudo, a porta a uma possibilidade de conciliação:

- Pela nossa parte estamos sempre abertos ao diálogo com qualquer partido, mesmo com o Partido Comunista Português. Tive já ocasião de, em Castelo Branco, no nosso último comício, desafiar o dr. Álvaro Cunhal para ir comigo a um frente-a-frente, na Televisão. Na mesma ocasião fiz ao dr. Mário Soares, em público, um convite para ir a um programa idêntico à Televisão, para esclarecermos as divergências e os ataques que nos tem feito, aquilo que eu aponte como uma incoerência do Partido Socialista.

Continuando:

- O dr. Mário Soares teve, no frente-a-frente com o dr. Álvaro Cunhal, uma atitude frontal de respeito pela verdade, que se traduziu na resposta aos ataques que foram feitos ao nosso Partido e a mim mesmo, pelo dr. Álvaro Cunhal. O dr. Mário Soares repôs a verdade quanto ao carácter democrático do nosso partido e quanto ao meu comportamento democrático, e não é demais reconhecê-lo, embora como é evidente, eu não tenha medalhas para dar, nem o dr. Mário Soares precisa delas. Isso não impede que veja como útil para o País, uma conversa na Televisão, diante do público, com o dr. Mário Soares. Por isso lhe fiz o convite.

Em face dos ataques que nos fez e me fez o dr. Álvaro Cunhal, desafiei-o também para ir à Televisão comigo para, na minha frente e não na minha ausência, renovar esses ataques e discutir comigo, da sua verdade ou da sua falsidade.

ALAS SÃO PURA IMAGINAÇÃO

Atacado na sua filosofia política por comunistas e socialistas, o Partido Popular Democrático, segundo se sussurra em determinados sectores, poderá, igualmente, estar a ser vítima de uma certa erosão política, de certas discordâncias internas, susceptíveis de vir a comprometer a própria coesão partidária. Quer dizer, aponta-se a existência de diferenciadas faixas políticas, no seio do próprio partido, obrigando a uma qualificação também diversificada, de esquerdistas e direitistas. O primeiro sector, segundo esses mesmos rumores, admitiria inclusivamente a cisão se, porventura, o próximo congresso do partido rejeitar uma determinada orientação política; o segundo, estaria afecto ao actual secretário-geral, seguindo-o na orientação imprimida ao partido.

- Nunca houve alas nem divisões no nosso partido. Sempre esteve unido e coeso à volta do nosso programa - afirma, categórico, o dr. Sá Carneiro, acrescentando que isso "é de resto natural num partido jovem".

- E normal num partido jovem - sublinha - que ainda não haja leituras diferentes do nosso programa, que podem dar origem, não a alas ou divisões, mas a correntes dentro do mesmo partido. Nem sequer isso sucede entre nós. O problema das alas ou divisões foi fomentado artificialmente, como campanha de ataque ao nosso partido; por isso estranhei que o dr. Mário Soares, na sua última entrevista ao "Expresso" aludisse a uma ala direitista do P.P.D. que não tem qualquer existência. É pura imaginação.

E no desenvolvimento do tema, frisou ainda o dirigente social--democrata:

- Que o Partido Comunista o faça, directa ou indirectamente, servindo-se para isso até de alguns órgãos de Informação, pois eu admito-o, porque já disse o que pensava do P.C.P. Custa-me ver que o Partido Socialista, especialmente através do dr. Mário Soares, siga esses métodos. Como disse há pouco, acho que era muito mais conveniente o Partido Socialista preocupar-se com a sua própria coesão do que com inexistentes divisões ou alas no nosso partido.

NÃO HÁ VIRAGEM À DIREITA

O regresso de Sá Carneiro ao cargo de secretário-geral do P.P.D., depois daquelas funções terem sido desempenhadas pelo prof. Emídio Guerreiro, em regime de interinidade, esteve, segundo, alguns sectores políticos, na origem de uma viragem à direita na orientação política do partido:

- Não houve qualquer viragem à direita - nega o dr. Sá Carneiro. - Em termos programáticos, em termos políticos eu não imprimi ao partido qualquer viragem à direita. Talvez lhe tenha imprimido um maior dinamismo, uma maior sinceridade na exposição de posições, uma maior crueza na denúncia de situações. Mas o que eu tenho feito e, a linha de actuação que eu tenho seguido, tem sido em inteira consonância com os órgãos nacionais e regionais do partido. Esse também é um tipo de ataque que importa despoletar. O secretário-geral do nosso partido não tem posições isoladas em relação aos órgãos nacionais e regionais do partido, nem em relação aos seus militantes. Pelo contrário, actua em uníssono com os militantes e de acordo com as posições dos órgãos nacionais do partido, do seu grupo parlamentar e dos órgãos regionais.

REUNIFICAÇÃO DO M.F.A.

A situação política actual foi outra vez tema, na entrevista que o secretário-geral do Partido Popular Democrático nos concedeu, sobretudo no que respeita à articulação do poder militar com a atitude dos partidos políticos, com vista à resolução de uma crise prolongada que se tem vindo a verificar no País.

- Eu creio que a situação militar é determinante para a solução da situação política - sublinha Sá Carneiro. - Não porque os militares tenham, ou devam ter, o poder político através do exercício do Governo, mas porque, de facto, o Governo não pode governar e cumprir o seu programa, se não houver Forças Armadas disciplinadas e coesas, actuando em colaboração com o Governo, no sentido do cumprimento, do seu programa.

Posta assim em tese, a questão suscitada, vem a seguir, o respectivo desenvolvimento:

- É isso que nós temos visto, que não está a suceder. De sectores das Forças Armadas pseudoprogressistas, parte uma oposição, cada vez mais clara, ao Governo; essa oposição traduz-se não só em palavras, o que seria secundário, mas em actos de recusa de colaboração com o Governo, no sentido de assegurar o cumprimento das suas medidas.

É neste contexto que Sá Carneiro alude, a seguir, a tentativas de ressurgimento da chamada linha gonçalvista, no seio do M.F.A. em fase de reorganização:

- Enquanto essa situação não for resolvida, não há Governo eficaz, nem cumprimento possível do programa do VI Governo Provisório. Neste momento, assiste-se a uma tentativa de reunificação daquilo que já foi o M.F.A., a fim de tentar dar à política portuguesa e ao Governo um rumo diferente daquele que consta do programa do VI Governo. Há indícios claros de que os oficiais "gonçalvistas" - e uso este termo apenas por comodidade de expressão - juntamente com aqueles que se integram numa linha polarizada pelos generais Otelo e Fabião, tentam uma aproximação com o grupo dos "Nove", no sentido de alterar, pôr de lado, o programa do VI Governo Provisório, recuperar o documento-guia de institucionalização do poder popular, reformular o plano de acção política num sentido, segundo esses sectores, mais progressista, e visar à constituição de um novo Governo. Ou seja, tudo isto passa, portanto, pelo derrube do VI Governo Provisório e pelo não cumprimento do seu programa que se quer pôr de lado. É isso que se pretende. Essa reunificação do M.F.A. tem esse fim, e esse Governo, que substituiria o actual, seria composto por elementos pseudo-independentes e por oficiais autodenominados progressistas, ou seja, que teria um predominante carácter comunista.

OU UNS OU OUTROS

Traçadas, assim, as coordenadas da situação, o dr. Sá Carneiro define, a seguir, o ponto de intersecção:

- Estão, portanto, neste momento, quase polarizados os campos. Eu suponho que da parte do grupo dos "Nove" não haverá qualquer cedência a estas manobras e que manterão todo o seu apoio ao VI Governo Provisório, o que significa uma opção feita a nível militar.

E naturalmente surgem as ilacções:

- Porque não se pode manter a actual situação de termos em altos comandos militares pessoas que, de facto, estão contra o VI Governo e contra o cumprimento do seu programa. Ou sai um ou saem os outros. Suponho que, para bem de Portugal e da democracia portuguesa, o VI Governo Provisório tem de ficar, o seu programa tem de ser cumprido, o que significa que terão que sair os outros.

E conclui o secretário-geral do Partido Popular Democrático:

- Daí que me parece, neste momento, iminente uma clarificação do ponto de vista militar, à qual corresponderá uma clarificação do ponto de vista político. No Governo só deve ficar quem estiver, efectivamente, com o Governo e com o cumprimento do seu programa. De outra maneira é impossível governar.

ESTATUTO DE OPOSIÇÃO

No quadro traçado pelo dr. Sá Carneiro ressalta a ideia de que certos partidos teriam de adoptar uma posição de declarada oposição ao Governo, para o que teria de adoptar-se, inclusivamente, um estatuto próprio. Essa interrogação, ou melhor essa perspectiva, pusemo-la perante o secretário-geral do P.P.D. que, de pronto, retorquiu:

- E porque não? Em qualquer democracia há estatutos de oposição. Eu não me assusto de ver o Partido Comunista Português com estatuto de oposição, numa posição de clara oposição. É esse o campo que ele tem ocupado a partir da constituição do VI Governo Provisório. Porque é que havemos de manter ficções e conservar o Partido Comunista no Governo, minimamente, ou até através da sua presença contra o Governo e, fundamentalmente na oposição?

O próprio dr. Sá Carneiro responde às interrogações formuladas:

- Isso é que é uma situação antidemocrática porque totalmente confusa, mais do que ambígua, contraditória. E é isso que está a afectar decisivamente a nossa vida política.

Na mesma linha de raciocínio salienta ainda o dr. Sá Carneiro a ideia de que "o VI Governo vai manter-se e espero que possa, efectivamente, governar e cumprir o seu programa, até porque foi o único governo constituído na base de um programa que mereceu a aprovação de representantes da esmagadora maioria do eleitorado português", ao que o jornalista contrapôs:

- Admitindo inclusivamente o afastamento de certos vultos militares predominantes no Governo e nas Forças Armadas?

A resposta também veio precisa, exacta, sem tibiezas:

- Se fôr necessário. No Governo não estou a ver quem seja. Não me parece que haja por parte dos membros das Forças Armadas que estão no Governo, oposição ao próprio Governo. Pelo contrário, há efectivamente, empenho no cumprimento do programa do Governo, tal como acontece com o Partido Socialista e com o Partido Popular Democrático. É possível - afirmou já a concluir a longa exposição - que outros militares que estão em posições de comando, tenham que mudar para que o VI Governo possa, efectivamente, governar.

Agora do que temos de ter consciência é que o povo português está cansado, esgotado e indignado com o que se passou nos quatro Governos Provisórios do general Vasco Gonçalves. Tem o VI Governo Provisório em que acredita, e o cumprimento do seu programa, que exige, como fundamentais para a democracia portuguesa e temo-lo visto através das manifestações que temos realizado por todo o País, o povo não está disposto a tolerar quaisquer manobras que visem o derrube do VI Governo ou que o impeçam de governar.